



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1946

Sexta-feira - 04 de Março de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	258	Peritiba.....	504
Anchieta.....	6	Garuva.....	262	Pinheiro Preto.....	505
Antônio Carlos.....	8	Gaspar.....	263	Pomerode.....	507
Arabutã.....	11	Governador Celso Ramos.....	268	Ponte Serrada.....	511
Arroio Trinta.....	12	Grão Pará.....	269	Porto Belo.....	512
Ascurra.....	14	Guaraciaba.....	270	Porto União.....	513
Barra Velha.....	41	Guaramirim.....	271	Presidente Nereu.....	517
Bela Vista do Toldo.....	42	Guarujá do Sul.....	281	Rio dos Cedros.....	526
Benedito Novo.....	49	Herval d'Oeste.....	283	Rio do Sul.....	522
Biguaçu.....	51	Ibiam.....	305	Romelândia.....	527
Blumenau.....	54	Imarui.....	329	Santiago do Sul.....	532
Bom Jesus do Oeste.....	90	Imbituba.....	330	São Bento do Sul.....	535
Bom Retiro.....	92	Iomerê.....	332	São Carlos.....	540
Botuvera.....	99	Ipumirim.....	336	São Domingos.....	542
Braço do Trombudo.....	100	Itapema.....	341	São João do Oeste.....	547
Brusque.....	112	Itapiranga.....	352	São João do Sul.....	548
Caçador.....	117	Itapoá.....	353	São José.....	554
Camboriú.....	139	Ituporanga.....	357	São José do Cedro.....	564
Campo Alegre.....	141	Jaraguá do Sul.....	358	São Lourenço do Oeste.....	572
Campos Novos.....	153	Joaçaba.....	373	São Miguel da Boa Vista.....	581
Canelinha.....	168	Lages.....	380	São Miguel do Oeste.....	582
Canoinhas.....	169	Laguna.....	382	São Pedro de Alcântara.....	585
Capinzal.....	187	Leoberto Leal.....	384	Schroeder.....	589
Catanduvas.....	188	Luzerna.....	386	Seara.....	596
Caxambu do Sul.....	189	Macieira.....	387	Serra Alta.....	600
Celso Ramos.....	190	Mafra.....	417	Sul Brasil.....	604
Chapadão do Lageado.....	191	Maracajá.....	419	Tigrinhos.....	606
Chapecó.....	192	Maravilha.....	420	Timbó.....	608
Cocal do Sul.....	196	Marema.....	421	Três Barras.....	610
Concórdia.....	197	Meleiro.....	422	Treze Tílias.....	613
Cordilheira Alta.....	214	Mondaí.....	423	Tunápolis.....	614
Coronel Freitas.....	215	Monte Carlo.....	424	Turvo.....	639
Coronel Martins.....	216	Navegantes.....	454	Urussanga.....	640
Correia Pinto.....	217	Nova Trento.....	468	Vargeão.....	641
Corupá.....	220	Novo Horizonte.....	479	Vargem Bonita.....	642
Curitibanos.....	224	Orleans.....	480	Vidal Ramos.....	643
Dionísio Cerqueira.....	246	Ouro.....	482	Videira.....	644
Flor do Sertão.....	249	Palhoça.....	483	Xanxerê.....	648
Forquilha.....	251	Papanduva.....	486	Xavantina.....	652
Fraiburgo.....	255	Paraíso.....	489	Xaxim.....	657
Frei Rogério.....	257	Passos Maia.....	502		

Consórcios

ARIS.....	658
CIGA.....	658
CIM-AMAVI.....	659
CIS/AMAUC.....	660
CIS/AMUREL.....	706
CISAM.....	707

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 2/2016 FMS

CONTRATO nº. 2/2016 de 03/03/2016
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Contrato nº. /2016

Contrato que entre si celebram o Município de Água Doce - Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce do município de Água Doce, para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor de paciente usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Água Doce através do Fundo Municipal de Saúde-FMS, representado neste ato por seu gestor Sr. Orlando Fávero, inscrito sob o nº CPF nº 422.350.229-87, em conformidade com a Portaria nº147/2013, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 78.487.238/0001-80, com sede na Rua Kurt Quellmalz, nº185, bairro: centro, Água Doce/SC, com Estatuto Social registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos, em 30.06.2016, sob o protocolo nº3246, Folhas 98, Livro A - 33, e posteriores alterações, neste ato representado pelo seu representante legal Marino Souza Pinto, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade nº 11/R-1.176.967, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº 425.238.859-72, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8.080/90, nº 8142/90 e nº 8.666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 1.034/2010, o Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo do Estado de Santa Catarina, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Chamada Pública de Licitação nº 1.166/2013, publicado no DOE nº 19.578, do dia 20/05/2013, pág. 9; RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde – SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo I (Serviços Ambulatoriais – externos), sendo parte integrantes deste Contrato.

Parágrafo Único - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Anexo I, parte integrante deste Contrato, com base na Programação Pactuada e Integrada – PPI da Assistência Ambulatorial e Plano Diretor de Regionalização – PDR, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E

SITUAÇÃO CADASTRAL

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce, com Alvará de Licença para Localização e Funcionamento sob nº. 29/2016, expedido pela Prefeitura Municipal de Água Doce e Alvará Sanitário sob nº 2029/2016, expedido pela Vigilância Sanitária competente, e sob a responsabilidade técnica da Assistente Social Marília Viera, registrado(a) no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS sob nº. 173689.

§ 1º - No caso de mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado, podendo rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Devendo ser providenciado pela CONTRATADA a solicitação de novo alvará.

§ 2º - O responsável técnico pelos serviços de diagnóstico e terapia deverá ser indicado pela CONTRATADA, sendo que sua alteração deverá ser comunicada, imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para alteração cadastral, que poderá ou não aceitá-lo.

§ 3º - A CONTRATADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração do ato constitutivo através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde – FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES;

§ 4º - A CONTRATANTE obriga-se a repassar as alterações ao SCNES, em tempo hábil;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O presente Contrato será regido pelas seguintes condições gerais:

§ 1º - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, sendo:

I - com profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, e/ou;

II - com profissionais autônomos, que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA, se por esta autorizado.

§ 3º - Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II do § 2º desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde, formalizados com contratos de prestação de serviços.

§ 4º - Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para a Secretaria de Saúde, e ainda, a prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

§ 5º - Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Contrato, os participantes deverão observar as seguintes condições:

I - É vedada a cobrança por serviços médicos ambulatoriais ao usuário do SUS, assim como outros complementares referente à assistência, seguindo o princípio da gratuidade;

II - A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 6º - A CONTRATADA poderá manter Contrato ou outro instrumento jurídico congênere com o Gestor Municipal, para a prestação de outros serviços não previstos neste Contrato, ou para repasse de recursos complementares ora definidos, assim, a assinatura do presente Contrato não prejudicará a validade dos Contratos eventualmente firmados entre o município e a CONTRATADA.

§ 7º - A assinatura do presente Contrato não prejudicará a vigência e validade dos instrumentos jurídicos eventualmente firmados entre os municípios e a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga:

§ 1º - Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência.

§ 2º - Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento;

§ 3º - Colocar a disposição da CONTRATANTE, para prestação de atendimentos aos usuários do SUS, todos os serviços contidos no anexo I, obedecendo-o Princípio da Integralidade disponibilizando-os para regulação do Gestor Municipal e/ou Estadual;

§ 4º - Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH – Política Nacional de Humanização/Humaniza-SUS;

§ 5º - Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

§ 6º - Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

§ 7º - Garantir o encaminhamento aos Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapia necessários ao tratamento que está sendo ofertado ao paciente, no limite dos serviços contidos no CNES;

§ 8º - Fornecer ao usuário ou ao seu responsável, relatório do atendimento prestado, onde conste, também, a inscrição: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada à cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título".

§ 9º - Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, assim como prontuário dos pacientes e arquivos médicos, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços;

§ 10 - Justificar ao usuário ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;

§ 11 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;

§ 12 - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

§ 13 - A CONTRATADA estará submetida às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo Gestor local de saúde;

§ 14 - Os serviços contratados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS;

§ 15 - Garantir o acesso do Conselho de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização;

§ 16 - Cumprir os critérios e as atribuições definidos no Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para cumprir o objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se obriga:

§ 1º - Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados dentro do limite definido na Cláusula Sétima e em conformidade com a PPI da

Assistência.

§ 2º - Exercer atividades de Controle, Avaliação e Auditoria na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou indireta de acordo com as normas que regem o SUS.

§ 3º - Revisar semestralmente os serviços contratados, tendo como base os serviços realizados que excederem os limites previstos na Cláusula Sétima.

§ 4º - Elaborar Termos Aditivos em conformidade com as atualizações da PPI da Assistência, para tanto, serão considerados os resultados da revisão que trata o parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo Único – A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Contrato por órgãos do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Contrato e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º - As despesas decorrentes do atendimento de "Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial", consignados nos Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS têm o valor limite definido na FPO – Ficha de Programação Orçamentária conforme abaixo especificado:

Resumo da Programação Orçamentária	Mensal	Anual
Média Complexidade Ambulatorial - MAC	R\$ 7.324,80	R\$ 87.897,60
TOTAL	R\$ 7.324,80	R\$ 87.897,60

§ 2º - Os valores supracitados correspondem aos serviços contratados, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor mensal aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários têm como origem à transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências pelo Fundo Estadual de Saúde.

§ 1º - A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência vigente, a série histórica e a tabela de valores e procedimentos do SUS.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente Contrato serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2016, no programa ação:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.302.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

3.3.90.00.00.00.00.00.0709/64 ELEMENTO DE DESPESA/FONTE DE RECURSO

CLÁUSULA NONA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma:

§ 1º - A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados, mensalmente à CONTRATANTE, por meio magnético de acordo com o Sistema SIA-SIH/SUS, obedecendo, para tanto, o

procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CONTRATANTE.

§ 2º - A CONTRATANTE, revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

§ 3º - A produção rejeitada pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, será devolvida à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentada no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

§ 4º - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas;

§ 5º - Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Recibo de Prestação de Serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE;

§ 6º - A CONTRATANTE, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima depositando-o à CONTRATADA em Conta Corrente do Banco do Brasil, sob nº.8324-8, Agência 0207-0 de acordo com os prazos estipulados na Portaria GM/MS 3478/98.

§ 7º - O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Contrato não transfere para o CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

§ 8º - A CONTRATADA responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando o Fundo Municipal de Saúde do Município, a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde exonerados do pagamento de eventual excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos Gestores do SUS, de acordo com o Decreto Estadual nº 688, de 2 de outubro de 2007, publicado no DOE nº 18.219, que institui na Secretaria de Estado da Saúde, o Componente Estadual de Auditoria - CEA do Sistema Único de Saúde.

§ 2º - A CONTRATANTE efetuará vistorias nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato.

§ 3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§ 4º - A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim.

§ 5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

§ 6º - As contas serão objeto de análise pelos órgãos de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, que emitirão parecer conclusivo

no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de tornar-se nula a rejeição, validada a conta e, consequentemente, remunerado o serviço no pagamento imediatamente subsequente, de acordo com a regulamentação do Sistema Estadual de Auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além das demais normas em vigor.

§ 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetiva em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA.

§ 2º - A multa que vier a ser aplicada, será comunicada à CONTRATADA, e o respectivo montante será descontado pela CONTRATANTE, dos pagamentos devidos, ficando garantido o pleno direito de defesa em processo regular.

§ 3º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral do autor da infração pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética deste.

§ 4º - A violação ao disposto no inciso I, do § 4º, da Cláusula Terceira deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto § 5º desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 5º - As distorções verificadas através do Sistema Estadual de Auditoria de Saúde – SEAS, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SIA ou SIH, serão objeto de Ordem de Recolhimento – OR em favor do Fundo Estadual de Saúde/SES, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 à 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações:

§ 1º - Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

§ 2º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa;

§ 3º - Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 30 dias de antecedência contados a partir do recebimento da notificação;

§ 4º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, A CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 30 dias previstos no parágrafo anterior. Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei;

§ 5º - A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Contrato no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos;

§ 6º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS
Dos atos de rescisão deste Contrato praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA:

§ 1º - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata;

§ 2º - Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 3º - A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência do presente Contrato é 31 de dezembro de 2016, tendo por termo inicial a data de 01.02.2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses.

§ 1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 2º - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

§ 3º - O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente Contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1º - Os valores estipulados neste Contrato serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo;

§ 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições estipuladas, podendo ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o art. 65 § 1º da Lei 8.666/93;

§ 3º - Cabe Termo Aditivo em função do desenvolvimento tecnológico, elevando assim o grau de complexidade assistencial necessários ao SUS, desde que devidamente acordado entre as partes e pactuado com o Gestor de Saúde local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Água Doce, 03 de março de 2016.

Orlando favaro	Marino de souza pinto
Gestor do FMS Água Doce CONTRATANTE	Presidente da APAE do Município de Água Doce CONTRATADA

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva	Juciana Souza de Araujo Soares
CPF nº 005.614.419-95	CPF nº 016.393.309-09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL 14/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 25/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 14/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de materiais esportivo para utilização em escolas da rede municipal de ensino de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 16 de março de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 03 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 26/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL 15/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 26/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 15/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a serviços de arbitragem para atuação em jogos de futebol de campo e futsal nos próximos 12 meses, o qual será processado e julgado no dia 16 de março de 2016 às 16h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 03 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FMS FEVEREIRO 2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

PROCESSO Nº 7/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de peças e Prestação de Serviço em regime de urgência para ser efetuado reparos mecânicos no veículo Ambulância Placa MHL-6899, utilizado no transporte dos pacientes de urgências e emergência do sus, sendo o único veículo em condições de transportar esses pacientes para outras localidades.

CONTRATADO: E.DURIGON TRANSPORTES EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.343,00 (vinte e três mil trezentos e quarenta e três reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Anchieta, 04/03/2016

MAGLI ROSCETE - Gestora Do Fms

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada....: MITRA DIOCESANA DE CHAPECO - PAROQUIA SANTA LUCIA

Valor : 3.289,00 (três mil duzentos e oitenta e nove reais)

Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Locação de sala 10x6 mts, localizada no salão paroquial, pertencente a Mitra Diocesana, para desenvolver atividades de cursos, palestras e encontros, reuniões, Atendimento dos profissionais do NASF da Secretaria de Saúde no período de fevereiro a dezembro de 2016. Pago

com recursos do NASF Estado (Superavit).

Contratada....: MITRA DIOCESANA DE CHAPECO - PAROQUIA SANTA

Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016

Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada....: INOVADORA SISTEMAS DE GESTAO LTDA

Valor : 2.966,69 (dois mil novecentos e sessenta e seis reais e

sessenta e nove centavos)

Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Locação e assessoria técnica para o módulo de laboratório de análises clínicas do sistema GEMUS - Gestão Municipal de Saúde o qual deve controlar as solicitações de exames, bem como, liberações e emissões de laudos, cadastro próprio de profissionais e postos de coleta e controlar a emissão de laudos.

Contratada....: INOVADORA SISTEMAS DE GESTAO LTDA

Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016

Recursos : Dotação:

Anchieta, 4 de Março de 2016

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA FEVEREIRO 2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

PROCESSO Nº 17/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de estofaria com fornecimento de material necessário, para serem consertados os bancos, cintos de segurança e assoalho dos veículos do transporte escolar lotados no ensino Infantil e Fundamental, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: GIOVANI LUIZ BARBIERI 07385844952

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2016

PROCESSO Nº 18/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE. PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E DE

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.749,50 (trinta e cinco mil setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016

PROCESSO Nº 13/2016 HOMOLOGAÇÃO: 25/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de 300 (trezentas) horas de serviço/máquina, tipo Escavadeira Hidráulica, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 17.000 E MÁXIMO 22.000 KG, para ser utilizada pela secretaria de Infraestrutura, pelo período de até 12 (doze) meses após a homologação do processo.

CONTRATADO: BERTOLIN TERRAPLANAGENS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 59.700,00 (cinquenta e nove mil e setecentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

PROCESSO Nº 14/2016 HOMOLOGAÇÃO: 25/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Registro de Preço visando à contratação de serviços de serragem de madeira para auxiliar na execução das atividades da Secretaria de Infraestrutura e demais secretarias desta municipalidade, pelo período de até 12 (doze) meses após a homologação do processo.

CONTRATADO: FABEL FABRICA E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Anchieta, 04/03/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 009/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

CAMPONESA E DE

Valor : 35.749,50 (trinta e cinco mil setecentos e quarenta e nove reais e cinqüenta centavos)

Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 30/06/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE. PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Anchieta, 4 de Março de 2016

Antônio Carlos

PREFEITURA

83º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

83º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 04/03/2016 a 02/04/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 03 de março de 2016.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MOTORISTA (CATEGORIA E)

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
3º	ROBSON FERNANDES	1091

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 021/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 016/2016 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de lajotas e calhas de concreto para uso da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, na manutenção e reparo das vias e estradas vicinais do Município de Antônio Carlos S/C, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I, parte integrante deste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 17 de março de 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de março de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 016/2016

DECRETO Nº 000016/16 de 29 de Fevereiro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.12.361.0004.2.005-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 10.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Fevereiro de 2016
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 017/2016

DECRETO Nº 000017/16 de 29 de Fevereiro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.837,58 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0007.1.015-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.837,58

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 4.837,58

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Fevereiro de 2016

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 018/2016

DECRETO Nº 000018/16 de 3 de Março de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.030,70 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.12.365.0004.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.030,70

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 8.030,70

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 3 de Março de 2016
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 019/2016

DECRETO Nº 000019/16 de 3 de Março de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 105.434,19 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 105.434,19

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 105.434,19

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 3 de Março de 2016
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 015/2016

DECRETO N.O 015/2016

Fixa o prazo de vencimento do imposto predial e territorial urbano - iptu, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade:

DECRETA:

Art. 1º - Fica definido o vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – nas formas e dias abaixo relacionadas:

Cota única - vencimento no dia 31/05/2016;
1ª parcela – vencimento no dia 31/05/2016;
2ª parcela – vencimento no dia 30/06/2016;
3ª parcela – vencimento no dia 31/07/2016;
4ª parcela – vencimento no dia 31/08/2016, e;
5ª parcela – vencimento no dia 30/09/2016.

Parágrafo Único – Quando o vencimento do tributo de que trata o artigo 1º do presente decreto coincidir com final de semana ou feriado, seu vencimento será automaticamente postergado para o próximo dia útil.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 29 de fevereiro de 2016.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 103/2016

PORTARIA Nº 103/2016.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensa, a pedido, OSNI PIRES DA SILVA, do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 03 de março de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de março de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de março de 2016.

PORTARIA N 104/2016

PORTARIA Nº 104/2016.

Nomeia servidor para o cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, de acordo com o Edital do Concurso Publico nº 001/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, OSNI PIRES DA SILVA, para o Cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 04 de março de 2016, para fazer parte integrante do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de março de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de março de 2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2016**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 036/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS/SC. Contratada: ESCOLA DE ESPORTES PRÓ-FOOT; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na "Contratação de prestador de serviços na área esportiva para a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte do município de Antônio Carlos/SC", conforme pedido e parecer constante em anexo no Processo Licitatório nº 010/2015 – Pregão nº 006/2015 Prazo Aditado: 10 (dez) meses. Novo vencimento: Dia 30 de dezembro de 2016. Valor: Fica aplicando a inflação do período pelo INPC (11,30%), restando como novo valor da prestação dos serviços, a importância anual de R\$ 16.027,20 (dezesesseis mil e vinte e sete reais e vinte centavos).

Antônio Carlos, 03 de março de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 02 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Resolução CMAS nº 02. de 19 de Fevereiro de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 768, de 10 de junho de 1997, em reunião realizada no dia 19 de Fevereiro de 2016, e considerando que dispõe a Lei 8.742/1993,

RESOLVE:

Homologar o mandato dos conselheiros do CMAS gestão 2016 – 2018, a contar do dia 01 de Março de 2016:

1 - Entidades Governamentais

Secretaria de Administração e Finanças:

- Hilton Luiz Ouriques (Titular)
 - Carlice Benice Schmitz (Suplente)
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:
- Flávia Danubia Junkes Petry (Titular)
 - Marlise Sonntag Mayer (Suplente)
- Secretaria de Educação e Cultura:
- Bruna Nau (Titular)
 - Kalina Trivelato de Lima (Suplente)
- Secretaria de Saúde e Assistência Social
- Vanessa Tremarin de Oliveira (Titular)
 - Liamara Poletti (Suplente)

2- Não Governamentais:

Igreja Adventista do 7º dia

- Cristiane Teixeira Felício (Titular)

- Vilson Gentil de Souza (Suplente)

Sindicato Rural de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

- José Gilson Garcia (Titular)

- Terezinha Pauli Garcia (Suplente)

APAE

- Luzia May Martins (Titular)

- Ledir Aparecida Besen Pauli (Suplente)

Associação de Moradores e Amigos do parque Residencial São Carlos - AMAPARC

- Nilza de Oliveira Basei (Titular)

- Maria Aparecida Marcelino (Suplente)

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publica-se e cumpre-se.

Antônio Carlos, 19 de Fevereiro de 2016.

MARIA APARECIDA MARCELINO

Presidente do Conselho Municipal

de Assistência Social

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 071/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS/SC. Contratada: ESCOLA DE ESPORTES PRÓ-FOOT; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na "Contratação de prestador de serviços na área esportiva para a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte do município de Antônio Carlos/SC", conforme Processo Licitatório nº 029/2014 – Pregão nº 020/2014. Prazo Aditado: 10 (dez) meses. Novo vencimento: Dia 30 de dezembro de 2016. Valor: Fica aplicando a inflação do período pelo INPC (11,30%), restando como novo valor da prestação dos serviços, a importância anual de R\$ 14.466,08 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e seis reais e oito centavos).

Antônio Carlos, 03 de março de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATO ACT 043/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 043/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e CLAITON BRINCKMANN, inscrita no CPF/MF sob o nº. 034.711.179-38, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Técnico em Esportes na vaga vincula a servidora Lise Mara Arend e para atender as necessidades temporárias conforme Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 03 de março de 2016 até 30 de dezembro de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.265,33(um mil duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos) conforme Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Técnico em Esportes;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Diretoria de Esportes;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno vespertino e matutino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 03 de março de 2016.

Claiton Brinckmann Jackson Luiz Patzlaff
Contratado Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

DECRETO Nº. 1855/2015

DECRETO Nº 1855, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

Republica o Anexo I do Decreto nº 1851, de 24 de fevereiro de 2016 que reajusta os valores das diárias dos agentes políticos e detentores de cargos comissionados identificados para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a divergência entre os valores estabelecidos no Anexo I com o percentual de aumento estabelecido no art. 1º do

Decreto nº 1851, de 24 de fevereiro de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica republicado o Anexo I do Decreto nº 1851, de 24 de fevereiro de 2016 que reajusta os valores das diárias dos agentes políticos e detentores de cargos comissionados identificados para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 03 de março de 2016.
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 03 de março de 2016

Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA 080/2016

PORTARIA Nº 80/2016

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011; a Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013 e a lei Complementar nº172 de 23 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor JOSÉ ALFREDO DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 036.865.559-80, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, na função de Motorista de Ônibus, no período de 03 de março de 2016 á 23 de outubro de 2017.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
03 de março de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0010/2016 - LEOMIR LUIZ TIECKER

CONTRATO Nº 0010/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2016, FORNECIMENTO DE REPAROS, CONCERTO, MONTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA LEOMIR LUIZ TIECKER.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado Prefeito Municipal CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro SN, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresa LEOMIR LUIZ TIECKER pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.098/0001-07 com sede à Rua Videira nº 320, Centro, Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo sócio LEOMIR LUIZ TIECKER, residente e domiciliado à Rua Albino Possenti, s/n em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0003/2016, PREGÃO PRESENCIAL 0003/2016, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – As contratadas se obrigam a PRESTAR SERVIÇOS DE CONCERTOS, REPAROS E MONTAGEM DE PNEUS DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0003/2016, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais ESPECIALMENTE os produtos constantes da relação anexa, que independente de transcrição integra o presente instrumento.

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será fornecido na sede da contratada, em perímetro urbano e os serviços realizados conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem de abastecimento, emitida pelas Secretarias.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$32.465,00 (TRINTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E SESENTA E CINCO REAIS), com base nos preços apresentados na licitação.

Cláusula Quarta – O prazo de fornecimento ora contratado é de 24 de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 ou até que durar a quantidade de combustível licitada.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2016:

111 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
126 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
97 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
2 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
37 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
49 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
51 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.31 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
45 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
88 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
4 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
28 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
25 - 1 . 2003 . 20 . 601 . 20 . 2.40 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
11 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

Parágrafo único – O pagamento à Contratada será efetuado quinzenalmente, à vista de nota fiscal ou fatura apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Cláusula Sexta – A Contratada declaram aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento de combustíveis de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará as Contratadas as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba às Contratadas direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – As Contratadas assume com exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos combustíveis, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos combustíveis solicitados. Responsabilizam-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratadas sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluindo qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 26 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
TARCÍSIO LIDANI
CPF nº 613.139.809-78

LEOMIR LUIZ TIECKER
CNPJ nº 13.065.098/0001-07
Contratada

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0010/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2016
OBJETO: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE REPAROS, CONSER-
TOS E MONTAGEM DE PNEUS
CONTRATADAS: LEOMIR LUIZ TIECKER
VALOR: R\$32.465,00

Ascurra

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 18/2016

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000018/2016

Às 08:30 HORAS DO DIA 29/02/2016 na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr(a). SOLANGE MARIA LOURENCO, e os membros da equipe de apoio RENATO MOSER, THADEU BADALOTTI, ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO, designados no Decreto nº 5375/2015, juntada ao Processo, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participante(s) a(s) empresa(s) PANIFICADORA KETLYN LTDA,. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço. A empresa

Item: 00001 BISCOITO DOCE TIPO AMANTEIGADO - PACOTE DE APROXIMADAMENTE 400G. COMPOSICAO MINIMA: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL REFINADO, BICARBONATO DE SODIO, AMIDO DE MILHO.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	4,5000

Item: 00002 BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE - FORMA COM APROXIMADAMENTE 70 PEDACOS (5X7CM - AREA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 37CM). BOLO COM COLORAÇÃO AMARELO-ALARANJADA, COM COBERTURA DE CHOCOLATE EM PÓ, PRODUZIDO COM INGREDIENTES NATURAIS (CENOURA) E DE ACORDO COM AS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	45,0000

Item: 00003 BOLO SECO - FORMA COM APROXIMADAMENTE 70 PEDACOS (5X7CM - AREA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 37CM), NOS SABORES LARANJA (NATURAL), COCO (NATURAL), MILHO (NATURAL) E MESCLADO PRODUZIDO DE ACORDO COM AS BOAS PRATICAS DE MANIPULACAO DE ALIMENTOS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	38,0000

Item: 00004 BOLO TIPO NEGA MALUCA - FORMA COM APROXIMADAMENTE 70 PEDACOS (5X7CM - AREA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 37CM). BOLO FEITO COM CHOCOLATE EM PO, TIPO NEGA MALUCA, COM COBERTURA FEITA A BASE DE CHOCOLATE EM PO E CONFEITO. BAIXA CONCENTRACAO DE ACUCAR. MACIA, SEM ESFARELAMENTO.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	35,0000

Item: 00005 CUCA DE BANANA - FORMA COM APROXIMADAMENTE 70 PEDACOS (5X7CM - AREA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 37CM). CUCA CASEIRA COM COBERTURA DE BANANA (NATURAL) PRODUZIDO DE ACORDO COM AS BOAS PRATICAS DE MANIPULACAO DE ALIMENTOS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	27,0000

Item: 00006 CUCA DE FAROFA - FORMA COM APROXIMADAMENTE 70 PEDACOS (5X7CM - AREA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 37CM). CUCA CASEIRA COM COBERTURA DE FAROFA PRODUZIDO DE ACORDO COM AS BOAS PRATICAS DE MANIPULACAO DE ALIMENTOS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	27,0000

Item: 00007 MASSINHA - PACOTE COM 6 UNIDADES. PAO MASSINHA TIPO BISNAGA, FORMULADO A BASE DE FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLOGICO, LEITE, SAL ACUCAR. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS BOAS PRATICAS DE MANIPULACAO DE ALIMENTOS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,6000

Item: 00008 ORELHA DE GATO - MASSA DOCE FRITA ENVOLTA DE ACUCAR. COMPOSICAO: FARINHA DE TRIGO, OVOS, GORDURA VEGETAL, ACUCAR, AGUA, FERMENTO E LEITE. PACOTE DE 280G. VALIDADE DE NO MINIMO 15 DIAS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	2,5000

Item: 00009 PAO DE LEITE - PACOTE COM APROXIMADAMENTE 22 FATIAS. PÃO TIPO SANDUICHE. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: TRIGO, AÇÚCAR, SAL, LETE, ÁGUA E FERMENTO BIOLÓGICO.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,0000

Item: 00010 PAO INTEGRAL - PACOTE COM APROXIMADAMENTE 22 FATIAS. DEVERÁ CONTER FARINHA INTEGRAL NA MAIOR PROPORÇÃO.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,5000

Item: 00011 PAO TIPO CASEIRO - SABORES: AIPIM, FUBÁ, BATATA. PACOTE COM APROXIMADAMENTE 22 FATIAS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,0000

Item: 00012 PAO FRANCES INTEGRAL - PESO APROXIMADAMENTE DE 50G. CARACTERÍSTICAS: PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, SAL, E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO DOURADO E MIOLO DE COR BRANCO DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	0,4000

Item: 00013 PAO BISNAGA - PACOTE COM 6 UNIDADES. PÃO TIPO HOT DOG, TAMANHO PEQUENO. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: TRIGO, ÁGUA, SAL, AÇÚCAR E OVOS.

Fornecedor	Proposta
PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,0000

, em seqüência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao(s) item(s)

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	PANIFICADORA KETLYN LTDA	4,5000	0,0000
2	PANIFICADORA KETLYN LTDA	45,0000	0,0000
3	PANIFICADORA KETLYN LTDA	38,0000	0,0000
4	PANIFICADORA KETLYN LTDA	35,0000	0,0000
5	PANIFICADORA KETLYN LTDA	27,0000	0,0000
6	PANIFICADORA KETLYN LTDA	27,0000	0,0000
7	PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,6000	0,0000
8	PANIFICADORA KETLYN LTDA	2,5000	0,0000
9	PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,0000	0,0000
10	PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,5000	0,0000
11	PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,0000	0,0000
12	PANIFICADORA KETLYN LTDA	0,4000	0,0000
13	PANIFICADORA KETLYN LTDA	3,0000	0,0000

. Posteriormente o envelope de documentação da empresa vencedora foi aberto para análise e verificação, sendo a licitante considerada habilitada. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

SOLANGE MARIA LOURENCO
Pregoeiro

MEMBROS

RENATO MOSER

THADEU BADALOTTI

ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO

REPRESENTANTE LEGAL

SOIRES TRENTINI

ATA PREGÃO PRESENCIAL 19/2016**ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL**

PROCESSO Nº 000019/2016

Às 08:30 horas do dia 01/03/2016 na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra Sr(a). SOLANGE MARIA LOURENCO, e os membros da equipe de apoio RENATO MOSER, THADEU BADALOTTI, ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO, designados no Decreto nº 5375/2015, juntada ao Processo, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participante(s) a(s) empresa(s) PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME, ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME, IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME, MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI, BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME,. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura dos envelopes da proposta de preço. Dos itens abaixo

:

Item: 00001 APLICADOR DE COLA QUENTE(PISTOLA), BLISTER COM 01 UNIDADE, PEQUENA E DE BOA QUALIDADE.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	15,9000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	16,0000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	16,5000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	16,8500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	16,8500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	16,8800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	16,9000

Item: 00002 APLICADOR DE COLA QUENTE, BLISTER COM 01 UNIDADE, GRANDE, E BOA QUALIDADE.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	23,9000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	24,0000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	24,5000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	24,7500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	24,8500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	24,8800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	24,9000

Item: 00003 APONTADOR ESCOLAR, COM CORPO DE METAL, APOIO PARA OS DEDOS, UM FURO, LAMINA RESISTENTE.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,5000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,5500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,5500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,5500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,5700
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,6000

Item: 00004 BARBANTE CRU - ROLO DE 1 KG.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	21,9000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	22,2000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	22,4000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	22,7500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	22,9000

Item: 00005 BALAO SIMPLES - N. 070, CORES DIVERSAS, PACOTE COM 50 UNIDADES.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	6,9800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	7,0000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	7,1500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	7,1500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	7,2000

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	7,2000
--------------------------------	--------

Item: 00006 BLOCO DE RECAEDO - AUTOADESIVOS - NEON, COM 400 FOLHAS, TAMANHO 76X76MM.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	6,9800

Item: 00007 BOBINA DE PAPEL PARDO KRAFT - PAPEL PARDO KRAFT 1,20 DE ALTURA; APROXIMADAMENTE 200M.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	6,9900
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	180,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	203,0000

Item: 00008 BORRACHA SIMPLES , COR BRANCA PARA GRAFITE, MAXIMA APAGABILIDADE, MACIA, TAMANHO MEDIO;

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,3800
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,3800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,3800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,3900
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	0,3900
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,4000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4000

Item: 00009 CADERNO BROCHURA COM 48 FOLHAS, CAPA INFANTIL.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,0400
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,0500
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,0800
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,0900
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,0900
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,1000

Item: 00010 CADERNO PARA DESENHO, COM 48 FOLHAS, GRANDE, BROCHURA, CAPA SIMPLES.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	5,5000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	5,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	5,7500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	5,7500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	5,7600

Item: 00011 CAIXA ORGANIZADORA, TAMANHO GRANDE (560X365X300MM), EM PP CORRUGADO, COR LISA AZUL.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	26,8000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	26,8700
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	42,0000

Item: 00012 CAIXA ORGANIZADORA EM PP CORRUGADO, COR LISA AZUL, TAMANHO MEDIO (360 X 265 X 230 MM)

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	21,0000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	21,8000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	21,8500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	21,9000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	21,9000

Item: 00013 CAIXA ORGANIZADORA EM PP CORRUGADO, COR LISA AZUL, TAMANHO PEQUENO (310 X 230 X 190 MM)

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	17,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	17,6000

PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	17,8000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	17,9000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	17,9000

Item: 00014 CAIXA PARA ARQUIVO - EM PAPELAO, 35X13,3X24,7CM, 240GR.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,8000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,8500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,9000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,9200
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,9500

Item: 00015 CALCULADORA SIMPLES DE MESA, 10 DIGITOS, SOLAR E PILHA, VISOR INCLINADO, COR CINZA

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	12,0000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	12,2000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	12,2500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	12,3000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	12,3000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	12,3000

Item: 00016 CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MACIA, PONTA 0.7MM, GRIP EMBORRACHADO, COR AZUL, TINTA DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE.

Fornecedor	Proposta
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,3000

Item: 00017 CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MACIA, PONTA 0.7MM, GRIP EMBORRACHADO, COR PRETA, TINTA DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE

Fornecedor	Proposta
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,3000

Item: 00018 CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MACIA, PONTA 0.7MM, GRIP EMBORRACHADO, COR VERMELHA

Fornecedor	Proposta
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,3000

Item: 00019 CANETA MARCA TEXTO, COR AMARELA, A BASE D AGUA E PIGMENTOS, SECAGEM RAPIDA, MULTIUSO, PONTA CHANFRADA PARA TRACO FINO E GROSSO.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,2000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,2000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,2200
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,2300
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,2400
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,2500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,2500

Item: 00020 CANETA - RETRO PROJETOR, PONTA FINA SINTETICA,

Fornecedor	Proposta
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	2,9000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	3,4000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	3,5000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	3,5000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	3,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	3,6000

Item: 00021 CANETA - RETROPROJETOR - PONTA MEDIA SINTETICA, 2MM, SECAGEM RAPIDA, RESISTENTE A AGUA, PERMANENTE, COR PRETO.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,0500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,0500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,0600
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,0900
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	2,0900
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,1000

Item: 00022 CANETINHAS HIDROCOR CLASSIC, 12 CORES, PONTA FINA, NAO TOXICA, A BASE D AGUA, CORES VIVAS

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,1000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,2000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,2500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,2500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,2800
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	4,2800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,3000

Item: 00023 CD-R GRAVAVEL 700 MB 52 x 80 MIM

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,9600
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,9800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,9800
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,9800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,0000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,0000

Item: 00024 CLIPS GALVANIZADOS, CAIXA COM 500GR, 2/0.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	12,8000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	12,9500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	13,0000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	13,1000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	13,1700
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	13,1800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	13,2000

Item: 00025 COLA BRANCA 01 LITRO, COLA ESPECIAL PARA PAPEL,

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	10,6000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	10,9800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	11,0000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	11,0500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	11,0700
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	11,1000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	20,3000

Item: 00026 COLA EM BASTAO 40 GR, ATOXICA, LAVAVEL, PARA PAPEIS, FOTOS E TECIDOS, A BASE DE AGUA, SECAGEM RAPIDA.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,6000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,7500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,7700
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	2,7700
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,8000

Item: 00027 COLA ESCOLAR 40 GR, BRANCA, LAVAVEL, NAO TOXICA

Fornecedor	Proposta
------------	----------

MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,8000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,8200
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,8200
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	0,8300
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,8500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,8500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,8500

Item: 00028 COLA COLORIDA,ESTOJO COM 6 CORES SORTIDAS COM 25 GR CADA, SOLUVEL EM AGUA ENQUANTO LIQUIDA.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	5,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	5,8000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	5,9000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	5,9500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	5,9600
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	5,9600
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	6,0000

Item: 00029 COLA GLITTER, CAIXA COM 6 POTES PLASTICOS, 23 GR CADA, NAO TOXICA. SOLUVEL EM AGUA, PARA APLICAR SOBRE PAPEL.

Fornecedor	Proposta
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	5,7900
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	7,2000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	7,3000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	7,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	7,6300
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	7,6600
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	7,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	7,7000

Item: 00030 DVD - GRAVAVEL 4.7 GB 8X120 MIN

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,0500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,0600
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,0800
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,0800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,1000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,1000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,1000

Item: 00031 ENVELOPES CD/DVD, COM VISOR, COR BRANCO.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,1400
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1400
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,1500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,1500

Item: 00032 ENVELOPES PLASTICOS - OFICIO GROSSO, ESPESSURA 0,15 POLIETILENO, TRANSPARENTE

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,2800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,2900
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,3000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,3000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,3000

Item: 00033 ETIQUETAS ADESIVAS BRANCAS, PACOTES COM 50 FOLHAS, 10 ETIQUETAS POR FOLHA, PAPEL A4.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	58,0000

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	59,0000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	59,9800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	60,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	60,0000

Item: 00034 FITA ADESIVA DE EMPACOTAMENTO - 45MMX50M, PAPEL TRATADO E ADESIVO A BASE DE RESINA E BORRACHA, COR MARROM, BOA ADERENCIA, BOA QUALIDADE.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	3,2000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	3,2000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	3,2200
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	8,7600

Item: 00035 FITA ADESIVA DE EMPACOTAMENTO 48X40, 50M, TRANSPARENTE

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,2000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,2200
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,2500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,2500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,2500

Item: 00036 FITA ADESIVA CELOFANE 25X50, 50M, TRANSPARENTE

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,5000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,5800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	2,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,6000

Item: 00037 FITA CORRETIVA 12M X 4,2MM, DESIGN ERGONOMICO, COM TAMPA PROTETORA, CORRECAO LINEAR A SECO E

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,6000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	7,2500

Item: 00038 GIZ ESCOLAR COMUM BRANCO PARA LOUSA, ANTIALERGICO CAIXA COM 500 UNIDADES,

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	20,9000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	21,0000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	21,8500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	21,9000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	21,9000

Item: 00039 GIZ ESCOLAR COMUM COLORIDO PARA LOUSA,

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	25,9000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	26,0000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	26,0000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	26,5000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	26,7500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	26,8600
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	26,9000

Item: 00040 GIZAO DE CERA - TRIANGULAR, ESTOJO COM 12 CORES, NAO TOXICO, PARA DESENHAR SOBRE O PAPEL.

Fornecedor	Proposta
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	1,8000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,7000

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,7500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	2,7500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,7700
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,7800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,8000

Item: 00041 GRAMPEADOR PARA GRAMPOS 26/6, TODO EM METAL PARA 25 FOLHAS, MODELO ALICATE

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	23,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	24,0000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	24,4500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	24,8600
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	24,8800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	24,9000

Item: 00042 GRAMPOS GALVANIZADO 26/6 COM 5.000 UNIDADES.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,8000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	2,8500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,8800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,9000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,9000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,9000

Item: 00043 GRAMPOS TRILHO PLASTICO BRANCO.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,2000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,2100
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,2100
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,2100

Item: 00044 LAPIS PRETO, HB, N. 2, MINAS RESISTENTES, ESCRITA SUAVE, CORPO SEXTAVADO.

Fornecedor	Proposta
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	0,2900
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,3000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	0,3500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,3800
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,3900
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,4000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,4000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4000

Item: 00045 LAPIS DE COR COM 12 CORES, GRAFITE GROSSO E

Fornecedor	Proposta
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	3,5000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	3,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	3,8000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	3,8500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	3,8600
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	3,8800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	3,9000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	3,9000

Item: 00046 LASTEX BRANCO 10 M, PACOTE COM 10 TUBOS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	7,8000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	7,9500

Item: 00047 MASSA PARA MODELAR SOFT, CAIXA COM 06 CORES FOSCAS

Fornecedor	Proposta
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	1,2500
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,4000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,4600
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,4800
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,5000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,5000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,5000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,7500

Item: 00048 PAPEL A3 - BLOCO - FORMATO 297MMX420MM, 140 OU 150G/M2, SEM PAUTA, BRANCO, BLOCO COM 20 FOLHAS

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	5,9800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	6,0000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	11,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	8,7000

Item: 00049 PAPEL A4 - BLOCO - FORMATO 210MMX297MM, 140G/M2, SEM PAUTA, BRANCO, BLOCO COM 20 FOLHAS

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	5,5000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,0600

Item: 00050 PAPEL A4 - PARA DESENHOS, RECORTES, PINTURAS E COLAGENS (210MMX297MM, 75G/M2, 500 FOLHAS, CORES, VERDE, AMARELO, ROSA, AZUL) 15 RESMAS DE CADA.

Fornecedor	Proposta
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	28,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	18,8500

Item: 00051 PAPEL CONTACT ROLO TRANSPARENTE, 45 CM X 25M.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	95,9000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	95,9000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	98,0000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	98,0000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	99,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	99,9000

Item: 00052 PAPEL CRIATIVO DOBRADURA A4, 75 GR, BLOCO COM 48 FOLHAS.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	12,0000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	12,5000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	12,8000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	12,8500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	12,9000

Item: 00053 PAPEL CREPON 48 CM X 2,00M, COR ROSA

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7500

Item: 00054 PAPEL CREPON 48CMX2,00M, COR AMARELO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7500

Item: 00055 PAPEL CREPON 48CM X 2,00M, COR VERDE BANDEIRA

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7500

Item: 00056 PAPEL CREPON 48CM X 2,00M, COR LARANJA

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7500

Item: 00057 PAPEL CREPON 48CM X 2,00M, COR AZUL ESCURO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7500

Item: 00058 PAPEL CREPON 48CMX2,0M, COR BRANCO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7500

Item: 00059 PAPEL CARTAO FOSCO, 48 X 66 CM, 210 GR, COR AMARELO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00060 PAPEL CARTAO FOSCO 48 X 66CM, 210GR, COR BRANCO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00061 PAPEL CARTAO FOSCO 48 X 66CM, 210GR, COR VERMELHO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00062 PAPEL CARTAO FOSCO 48 X 66CM, 210GR, COR AZUL

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00063 PAPEL CARTAO FOSCO 48 X 66CM, 210GR, COR LARANJA

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00064 PAPEL CARTAO FOSCO 48 X 66CM, 210GR, COR VERDE BANDEIRA

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00065 PAPEL CARTAO FOSCO 48X66CM, 210GR, COR ROSA

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00066 PAPEL DUPLA FACE, COLOR SET, 48X66CM, COR VERMELHO.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00067 PAPEL DUPLA FACE, COLOR SET, 48X66CM, COR AZUL.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00068 PAPEL DUPLA FACE, COLOR SET, 48X66CM, COR AMARELO.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00069 PAPEL DUPLA FACE, COLOR SET, 48X66CM, COR ROSA.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00070 PAPEL DUPLA FACE, COLOR SET, 48X66CM, COR VERDE BANDEIRA.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00071 PAPEL DUPLA FACE, COLOR SET, 48X66CM, COR LARANJA.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,6500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,6800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,7000

Item: 00072 PAPEL CARTOLINA ESCOLAR, 150GR, 50X66CM, COR BRANCA.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,5800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000

Item: 00073 PAPEL CARTOLINA ESCOLAR, 150GR, 50X66CM, COR ROSA

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,5800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000

Item: 00074 PAPEL CARTOLINA ESCOLAR, 150GR, 50X66CM, COR AMARELO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,5800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000

Item: 00075 PAPEL CARTOLINA ESCOLAR, 150GR, 50X66CM, COR VERDE

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,5800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000

Item: 00076 PAPEL CARTOLINA ESCOLAR, 150GR, 50X66CM, COR AZUL.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,5800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000

Item: 00077 PAPEL SEDA, 48X60CM, COR BRANCO.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,1500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,1500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,1500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,1500

Item: 00078 PAPEL SEDA, 48X60CM, COR AMARELO.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,1500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,1500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,1500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1500

Item: 00079 PAPEL SEDA, 48X60CM, COR AZUL.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,1500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,1500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,1500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,1500

Item: 00080 PAPEL SEDA, 48X60CM, COR VERDE.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,1500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,1500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,1500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,1500

Item: 00081 PAPEL SEDA, 48X60CM, COR ROSA.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,1500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,1500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,1500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,1500

Item: 00082 PASTA ABA ELASTICO, CARTAO DUPLEX 250 G/M,

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,7400
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	9,7200

Item: 00083 PASTA ABA ELASTICO - CARTAO DUPLEX 250G/M, PLASTIFICADA, ARREBITE NIQUELADO, GARRAS NA PONTA DO ELASTICO, PACOTE COM 10 UNIDADES, COR AZUL.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,7000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	9,7200

Item: 00084 PASTA CATALOGO OFICIO PRETA, COM 50 ENVELOPES GROSSOS, COM VISOR NA CAPA, COM 4 COLCHETES

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	11,5000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	11,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	11,7500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	22,6900

Item: 00085 PASTA COM GRAMPO TRILHO CARTAO DUPLEX, 260GR, PLASTIFICADA, GRAMPO TRILHO PLASTICO 80MM, FORMATO 226X332MM, COR VERMELHO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,3000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,3000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,3200
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,3500

Item: 00086 PASTA COM GRAMPO TRILHO CARTAO DUPLEX, 260 GR,

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,3000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,3000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,3200
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,3500

Item: 00087 PASTA SUSPENSÁ - KREFT, HASTE EM PLASTICO, 170GR

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,3000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,3000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,3200
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,3500

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,3500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,3500

Item: 00088 PERCEVEJOS LATONADO, CAIXA COM 100 UNIDADES.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,8200
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,8500
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,8600
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,9000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,9000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,9000

Item: 00089 PINCEL N.08 CHATO, DUZIA, PELO CERDA BRANCA, VIROLA ALUMINIO POLIDO, CABO LONGO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	29,9800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	30,0000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	30,9000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	30,9000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	31,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	31,0000

Item: 00090 PINCEL Nº16 CHATO- DUZIA, PELO CERDA BRANCA, VIROLA ALUMINIO POLIDO, CABO LONGO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	49,9800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	51,0000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	52,0000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	52,3000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	52,4200
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	52,5000

Item: 00091 PINCEL MARCADOR MULTIUSO, TINTA DE SECAGEM RAPIDA,RESISTENTE A AGUA, LUZ E UMIDADE, COR VERMELHO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,3500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,3600
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,3800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,3800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,4000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,4000

Item: 00092 PINCEL MARCADOR MULTIUSO, TINTA DE SECAGEM RAPIDA,RESISTENTE A AGUA, LUZ E UMIDADE, COR PRETO

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,3500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,3600
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,3800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,3800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,4000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,4000

Item: 00093 PINCEL MARCADOR MULTIUSO, TINTA DE SECAGEM RAPIDA,RESISTENTE A AGUA, LUZ E UMIDADE, COR AZUL

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,3500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,3600
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,3800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,3800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,4000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,4000

Item: 00094 PINCEL MARCADOR MULTIUSO, TINTA DE SECAGEM RAPIDA,RESISTENTE A AGUA, LUZ E UMIDADE, COR VERDE

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,4000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,6000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,6600
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,7000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,7000

Item: 00095 PLACAS PARA EVA 50 x 40 CM, 1,8 MM, NAS CORES, AMARELO BRASIL, LARANJA FLUOR, AZUL CEU, ROSA FLUOR, PELE, VERMELHO NATAL, VERDE BANDEIRA, PRETO, BRANCO, MARROM (150 UNIDADES DE CADA COR).

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,7000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,7500
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,7600
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,7800
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,8000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	1,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,8000

Item: 00096 REFIL DE COLA QUENTE FINO, PACOTE COM 1 KG TRANS PARENTE.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	26,9800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	27,6000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	27,9000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	27,9600
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	27,9800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	28,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	28,0000

Item: 00097 REFIL DE COLA QUENTE GROSSO, PACOTE COM 1 KG

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	26,9800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	27,6000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	27,6000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	27,9000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	27,9600
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	27,9800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	28,0000

Item: 00098 REGUA TRANSPARENTE, 30 CM, CRISTAL.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	0,5500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,5800
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	0,5900
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	0,6000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000

Item: 00099 TESOURA PARA USO GERAL, CABO EMBORRACHADO, LAMINA EM INOX, 21 CM, BOA QUALIDADE.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,1000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,2000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,2500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	4,2500
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,2500

Item: 00100 TESOURA ESCOLAR, SEM PONTA, COM CABO SIMPLES, PLASTICO, ACO INOXIDAVEL, 13,5 CM

Fornecedor	Proposta
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	2,1000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	2,1500
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,2000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,2000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,2000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,2200
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	2,2400
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,2500

Item: 00101 TINTA FACIAL, BLISTER COM 06 CORES, PINCEL E

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	26,7000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	26,9800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	27,0000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	27,3000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	27,3000

Item: 00102 TINTA GUACHE 250 ML, PARA SER APLICADA EM PAPEL, (CORES AZUL ESCURO, AZUL CLARO, VERDE CLARO,

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,1500
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,2000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,2900
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,3000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,3000
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	4,3200
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,3500

Item: 00103 TINTA GUACHE ESTOJO COM 6 POTES PLASTICOS, 15 ML CADA, NAO TOXICOS, SOLUVEL EM AGUA.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,9800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	3,1000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	3,1500
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	3,1700
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	3,2000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	3,2000

Item: 00104 TELAS DE PANO 20X30CM

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,9000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,9800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,9800
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	5,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	5,0800

Item: 00105 TELAS DE PANO 20X20CM

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	3,3000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	3,3800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	3,4000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,7900

Item: 00106 TELAS DE PANO 40X50CM

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	13,1000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	13,1500
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	13,2000

MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	13,2000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	13,2000

Item: 00107 TELAS DE PANO 30X50CM.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	9,9000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	9,9700
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	10,0000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	10,0000

Item: 00108 TELAS DE PANO 40X60CM.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	14,9000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	14,9800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	15,0000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	15,0000

Item: 00109 TINTA (TELA) - COR BRANCO TITANEO, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 2 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00110 TINTA (TELA) - COR AZUL COBALTO, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00111 TINTA (TELA) - COR VERDE VISSIE, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00112 TINTA (TELA) - COR MARROM, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00113 TINTA (TELA) - COR VERDE INGLES CLARO, TINTA A BASE DE ÓLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00114 TINTA (TELA) - COR AMARELO CADMIO, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00115 TINTA (TELA) - COR TERRA DE SIENA NATURAL, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00116 TINTA (TELA) - COR TERRA DE SIENA QUEIMADA, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00117 TINTA (TELA) - COR VERMELHO LACA GERANEO, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00118 TINTA (TELA) - COR PELE, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00119 TINTA (TELA) - COR LARANJA, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00120 TINTA (TELA) - COR ROSA ESCURO, TINTA A BASE DE OLEO, BISNAGA COM 20 GRAMAS.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,6000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,7800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00121 PINCEL - N. 4, FORMATO REDONDO, EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,7000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,7800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,0300

Item: 00122 PINCEL - N. 8, FORMATO REDONDO, EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,0000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,1000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,3200

Item: 00123 PINCEL - N. 4, FORMATO CHATO, CURTO, EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,6000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,7000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	4,7500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,8000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	4,8000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000

Item: 00124 PINCEL - N. 10, FORMATO REDONDO EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	8,2000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	8,4000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	8,4600
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	8,4800
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	8,5000

Item: 00125 PINCEL - N. 14, FORMATO CHATO, CURTO, EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	12,3000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	12,5000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	12,5500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	12,5800
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	12,6000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	12,6000

Item: 00126 PINCEL - N. 20, FORMATO REDONDO EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	4,1000
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,2000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	5,2200

Item: 00127 PINCEL - N. 6, FORMATO CHATO, LONGO, EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	8,2000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	8,3000

PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	8,4000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	8,4500
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	8,5000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	8,5000

Item: 00128 PINCEL - N. 12, FORMATO CHATO, LONGO, EM PELO DE ORELHA DE BOI.

Fornecedor	Proposta
MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	10,6000
PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	10,9000
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	10,9600
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	11,0000
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	11,0000
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	11,0000

, em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao(s) item(s)

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	12,9000	0,0000
2	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	17,0000	0,0000
3	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,7500	0,0000
4	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	15,5000	0,0000
5	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,5500	0,0000
6	PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	6,9800	0,0000
7	PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	6,9900	0,0000
8	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300	0,0000
9	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000	0,0000
10	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,8000	0,0000
11	PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	26,8000	0,0000
12	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	12,0000	0,0000
13	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	10,5000	0,0000
14	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,4000	0,0000
15	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	8,5000	0,0000
19	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7500	0,0000
20	SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	1,7000	0,0000
21	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,2000	0,0000
22	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,0000	0,0000
23	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,7000	0,0000
24	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	5,5000	0,0000
25	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	5,0000	0,0000
26	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,6000	0,0000
27	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,6000	0,0000
28	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	3,7000	0,0000
29	SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	5,1000	0,0000
30	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,7500	0,0000
31	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1100	0,0000
32	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,2000	0,0000
33	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	24,9000	0,0000
34	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	2,7000	0,0000
35	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,9000	0,0000
36	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,7900	0,0000
37	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,6000	0,0000
38	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	16,9000	0,0000
39	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	22,9000	0,0000
40	SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	1,8000	0,0000
41	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	12,0000	0,0000
42	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,4000	0,0000
43	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	0,1300	0,0000
44	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	0,1600	0,0000
45	SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	2,6000	0,0000
46	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	6,6500	0,0000
47	SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	1,2500	0,0000
48	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	5,2000	0,0000
49	PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	2,4000	0,0000

51	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	29,0000	0,0000
52	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	7,2000	0,0000
53	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4700	0,0000
54	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4700	0,0000
55	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4700	0,0000
56	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4700	0,0000
57	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4700	0,0000
58	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,4700	0,0000
59	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
60	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
61	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
62	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
63	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
64	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
65	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
66	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
67	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
68	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
69	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
70	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
71	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,5500	0,0000
72	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,3000	0,0000
73	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,3000	0,0000
74	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,3000	0,0000
75	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,3000	0,0000
76	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,3000	0,0000
77	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300	0,0000
78	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300	0,0000
79	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300	0,0000
80	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300	0,0000
81	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	0,1300	0,0000
82	PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,7000	0,0000
83	PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	1,6900	0,0000
84	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	8,5000	0,0000
85	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,9000	0,0000
86	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,9000	0,0000
87	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	0,6000	0,0000
88	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	1,6000	0,0000
89	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	16,5000	0,0000
90	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	27,5000	0,0000
91	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,1300	0,0000
92	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,2500	0,0000
93	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,3000	0,0000
94	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	1,9000	0,0000
95	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	1,0800	0,0000
96	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	19,9000	0,0000
97	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	17,9000	0,0000
98	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,3900	0,0000
99	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI	4,1000	0,0000
100	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,1500	0,0000
101	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	23,0000	0,0000
102	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	2,4000	0,0000
103	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2,0000	0,0000
104	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,6500	0,0000
105	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	3,1900	0,0000
106	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	12,5000	0,0000
107	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	9,6500	0,0000
108	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	14,3000	0,0000
109	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
110	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
111	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
112	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
113	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
114	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000

115	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
116	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
117	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
118	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
119	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
120	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	2,9900	0,0000
121	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,6400	0,0000
122	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	1,9900	0,0000
123	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	3,8900	0,0000
124	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,0000	0,0000
125	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	7,8900	0,0000
126	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	4,0500	0,0000
127	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,5000	0,0000
128	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	7,0000	0,0000

. Posteriormente o envelope de documentação da empresas vencedoras foi aberto para análise e verificação, sendo sa licitantes consideradas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

SOLANGE MARIA LOURENCO
PREGOEIRA

MEMBROS

RENATO MOSER

HADEU BADALOTTI

ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO

REPRESENTANTES LEGAIS.

ALEX AIR MORETTO

ADEMIR LAURINDO

ANDRE LUIS SEIBT

HELTON BILK

WILLIAN PATRICK HEINECKE

ENIO BOZZANO

GENUIR KUREK

LEANDRO GEREMIAS

ATA PREGÃO PRESENCIAL 20/2016

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000020/2016

Às 8h30min, do dia 02/03/2016, na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio SOLANGE MARIA LOURENCO, RENATO MOSER, ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO, designados no Decreto nº 5375/2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participantes as empresas BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME e PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço.

Item: 00001 PAPEL A4 75G/M2, 210MM X 297MM COM SELO DE APROVACAO INMETRO E CERFLOR/31-1, CAIXA C/ 10 RESMAS DE 500 FOLHAS, GARANTIA DE 99,99% CONTRA ATOLAMENTO

Fornecedor	Proposta
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME	142,0000

PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME

142,9900

, em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao(s) item(s)

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	PAPELEX PAPELARIA E LIVRARIA LTDA ME	141,9900	0,0000

Posteriormente o envelope de documentação da empresa vencedora foi aberto para análise e verificação, sendo a licitante considerada habilitada. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio
SOLANGE M. LOURENÇO
ELAINE G. D. COELHO
RENATO MOSER

Representante empresa:
ALEX AIR MORETTO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 21/2016

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000021/2016

Às 8h30min do dia 03/03/2016, na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio SOLANGE MARIA LOURENCO, RENATO MOSER, ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO, designados no Decreto nº 5375/2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participante a empresa EXAMES COMPLEMENTARES BLUMENAU LTDA - ME. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço.

Item: 00001 PRESTACAO DE SERVICOS DE MEDICINA OCUPACIONAL, PARA A ELABORACAO E RESPONSABILIDADE TECNICA DO PCMSO, INCLUINDO A EMISSAO DE ATESTADOS MEDICOS DE SAUDE OCUPACIONAL, PERIODICOS, ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS, MUDANCA DE FUNCAO, RETORNO AO TRABALHO POR AFASTAMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 30 DIAS; REALIZACAO DO LEVANTAMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS DE FORMA QUALITATIVA GERAL PARA RUÍDO, CALOR E LUMINOSIDADE; E ELABORACAO DE PPP.

Fornecedor	Proposta
EXAMES COMPLEMENTARES BLUMENAU LTDA - ME	17.820,0000

, em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao item

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	EXAMES COMPLEMENTARES BLUMENAU LTDA - ME	17.820,0000	0,0000

Posteriormente o envelope de documentação da empresa vencedora foi aberto para análise e verificação, notando-se a ausência de dois documentos: certidão de regularidade da união/INSS e certidão de regularidade municipal da empresa. Foi aberto o prazo de 2 (dois) dias para a empresa apresentar os documentos faltantes, prorrogáveis por mais 2 (dois) a critério da administração. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
ELAINE G. D. COELHO
RENATO MOSER

Representante Empresa
CARINA ZIMERMANN

DECRETO Nº 2824, de 09/02/2016

DECRETO Nº 2824, de 09 de Fevereiro de 2016.

PRORROGA O HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO E EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA NA FORMA QUE MENCIONA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra e demais legislações de regência, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecido na legislação municipal e artigo 30, inciso I, da Carta Magna;

CONSIDERANDO a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos;

CONSIDERANDO que o País vem atravessando uma crise econômica que implica diretamente na arrecadação dos entes estatais e consequentemente, no repasse das verbas ordinárias e extraordinárias aos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que a Controladoria Interna desta municipalidade apontou como medida a atender ao princípio da economicidade no serviço público, sem comprometer a sua eficiência aos munícipes, a instituição de jornada de trabalho reduzida, nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Ascurra, na forma como disciplinado adiante, a exemplo do que ocorre em outras Unidades da Federação; e CONSIDERANDO que a adoção desta medida mostrou-se eficiente na redução de despesa, atendendo assim seu objetivo, como também, atendeu as expectativa para o atendimento a população, não comprometendo a continuidade dos serviços públicos:

DECRETA:

Art.1º - Fica prorrogado até o dia 01/04/2016, o expediente e funcionamento nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Ascurra, obedecidos os seguintes turnos de trabalho:

a) Secretaria da Administração e Planejamento e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e suas respectivas Diretorias:

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min;

b) Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e suas respectivas Diretorias:

De segunda a sexta-feira: das 06h30min às 13h00min, com 00h30 minutos de intervalo, exceto os serviços de Coleta de lixo, Caminhão Pipa e Guarda Municipal;

c) Secretaria de Saúde, apenas para o setor de Assistência Social:

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min;

d) Procuradoria

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min;

e) Gabinete do Chefe do Poder Executivo

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min.

§1º Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitados o disposto no artigo 3º.

§2º Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de atendimento ao público, os serviços considerados essenciais pela legislação.

Art. 2º - O horário especial de trabalho e expediente não se aplica

aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado no presente Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentre suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de: Coleta de lixo, Caminhão Pipa e Guarda Municipal ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §2º do artigo 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art. 3º - Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho readequada conforme disposto neste Decreto, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§1º - A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§2º- Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 04 (quatro horas), sem prejuízo à percepção de hora-extra quando a aludida permanência exceder:

I - às 08(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

II - à 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas, e;

III - à 4ª (quarta) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 20 (vinte) horas.

§3º - O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art. 4º - A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ascurra, por desrespeito ao dever funcional.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 09 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 09 de fevereiro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 20/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 20/2016 ref. Pregão Presencial n. 13/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Marian Matter Dist. e Com. de Comb. LTDA

Objeto: Aquisição de combustíveis para a Prefeitura Municipal de Ascurra.

Valor total: R\$ 127.620,00

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 4 de março de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 21/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 21/2016 ref. Pregão Presencial n. 4/2016
FMS

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Marian Matter Dist. e Com. de Comb. LTDA

Objeto: Aquisição de combustíveis para o Fundo Municipal de Saúde de Ascurra.

Valor total: R\$ 1230.270,00

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 4 de março de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 25/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: Móveis Moser LTDA

Objeto: Aquisição de mobília e equipamentos para utilização na Seção do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras para crianças e adolescentes.

A aquisição se dará por conta de termo aditivo de convênio de cooperação firmando entre os Municípios de Ascurra, Rodeio e Apiúna, onde cada qual deverá arcar com determinadas obrigações em prol do perfeito funcionamento do Programa de Acolhimento em Famílias Acolhedoras para crianças e adolescentes, em cumprimento ao disposto nas Leis n. 1427/2015 (Ascurra), n. 790/2015 (Apiúna) e n. 1974/2015 (Rodeio), as quais instituem o Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras.

Desta forma, o Município de Ascurra irá adquirir a seguinte mobília e equipamentos com os preços definidos por melhor orçamento:

- a) 3 (três) mesas de escritório com 1200 x 600 x 740mm - R\$ 339,00 cada (total R\$ 1.017,00);
- b) 3 (três) cadeiras giratórias, tipo padrão - R\$ 189,00 cada (total R\$ 567,00);
- c) 6 (seis) cadeiras fixas para atendimento, tipo padrão - R\$ 85,00 cada (R\$ 510,00);
- d) 1 (uma) mesa para reunião com 2000 x 1000 x 740mm - R\$ 333,80;
- e) 8 (oito) cadeiras para mesa de reunião, tipo padrão - R\$ 89,00 cada (total R\$ 712,00);
- f) 2 (dois) arquivos pasta suspensa c/ 4 gavetas com 1250 x 465 x 480mm - R\$ 387,40 cada (total R\$ 774,80);
- g) 2 (dois) armários com 1530 x 740 x 380mm - R\$ 377,10 cada (total R\$ 754,20);
- h) 3 (três) poltronas fixas com braço cromado, tipo padrão - R\$ 278,90 cada (total R\$ 836,70);
- i) 1 (um) telefone sem fio tipo padrão - R\$ 109,90;
- j) 1 (um) ar condicionado split 12000 BTU frio - instalado, tipo padrão - R\$ 1.599,00.

Valor total: R\$ 7.214,40

Vigência: até 31/3/2016.

Ascurra, 4 de março de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

PP 016/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 024/2016 - Pregão Presencial nº 016/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para locação de equipamento de britagem móvel a ser utilizado pela Secretaria de obras em pedreira no município de Barra Velha . Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 17/03/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 17/03/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 03 de março de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 325

DECRETO N.º 325/2016, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.154/2016, de 26 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
52-10.302.0008-2.032	2.032	Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0702	Transf. a Consórcios Públicos	1.500,00
TOTAL GERAL	1.500,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
31-10.302.0008-2.032	2.032	Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação	3.1.71.00.00.00.00.00.0702	Transf. a Consórcios Públicos	1.500,00
TOTAL GERAL	1.500,00		

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de fevereiro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 26/02/2016.

DECRETO Nº 326

DECRETO N.º 326/2016, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.133/2015, de 28 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
13-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	3.3.93.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	1.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
55-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0724	Aplicações Diretas	245.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
57-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0731	Aplicações Diretas	25.000,00
TOTAL GERAL			271.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
10-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	1.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
56-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0726	Aplicações Diretas	70.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
58-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL GERAL			271.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de fevereiro de 2016.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 26/02/2016.

DECRETO Nº 327

DECRETO N.º 327, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR 2016 - DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas e empossadas nos cargos de membros do Comitê Local do Plano de Ações Articuladas – PAR 2016, as pessoas abaixo relacionadas:

I – Dirigente Municipal de Educação:
Ivani Gonçalves de Lima Kuchler.

II – Representante dos Técnicos da Secretaria Municipal de Educação:

Adriana Maria de Souza.

III – Representante dos Diretores de Escola:
Eliane Pechibilski.

IV – Representante da APAE:
Neuza de Fátima Viott Braga.

V – Representante dos Professores da Rede Municipal:
Siomara Izabel Stelzner.

VI – Representante da Coordenação dos Anos Finais:
Marina Soares da Rocha.

VII – Representante da Associação de Pais e alunos – APP:
Cirene Schiessl.

VIII - Representante do Conselho Municipal de Educação:
Ana Maria Lopes Vieira.

IX - Representante do Conselho Tutelar:
Rosane Marko Gonçalves do Rosário.

X – Representante do Setor de Alimentação Escolar:
Dayane Suchara Nunes.

Art. 2º. O Comitê Local do PAR, tem por atribuição acompanhar o Plano de Ações Articuladas – PAR e realizar mobilização no que se refere à elaboração do PAR.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 29 de fevereiro de 2016.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 29/02/2016

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 328

DECRETO N.º 328, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A EQUIPE LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR 2016 - DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas e empossadas nos cargos de membros da Equipe Local do Plano de Ações articuladas - PAR 2016, as pessoas abaixo relacionadas:

I – Dirigente Municipal de Educação:
Ivani Gonçalves de Lima Kuchler

II – Representante dos Técnicos da Secretaria Municipal de Educação:
Ivanilda Liler

III - Representante dos Diretores de Escola:
Janete Munhoz Stelzner

IV – Representante dos Professores da Área Urbana:
Elcio Vieira Magalhães

V – Representante dos Professores da Área Rural:
Jucelia Aparecida Wolf

VI – Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares:
Marilda de Souza Krull

VII – Representante do Quadro Técnico-administrativo das Escolas:
Marta Sabrina da Silva

VIII - Representante dos Conselhos Escolares:
Rosana Cavalheiro

IX - Representante do Conselho Municipal de Educação:
Ana Maria Lopes Vieira

X - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico:

Fernanda Ruske de Siqueira

Art. 2º. A Equipe Local do PAR, tem por atribuição elaborar o Plano de Ações Articuladas – PAR.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 29 de fevereiro de 2016.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 29 de fevereiro de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 329

DECRETO N.º 329/2016, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO PARA ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 792/2011, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011, ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 1060/2012 DE 23 DE OUTUBRO DE 2012 E DECRETOS 215 E 216 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014, DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas e empossadas nos cargos de membros para compor a Comissão para alteração da Lei Municipal nº 792/2011, de 13 de setembro de 2011, e alteração do Decreto nº 1060/2012 de 23 de outubro de 2012 e dos Decretos 215 e 216 de 03 de novembro de 2014, as pessoas abaixo relacionadas:

Ivani Gonçalves de Lima Kuchler
Siomara Izabel Stelzner Damaso da Silveira
Rosana Cavalheiro
Adriana Maria de Souza
Élcio Vieira Magalhães
Maria Cristina Schiessl Gelinski
Alice Arnoldo de Lima
Ana Maria Lopes Vieira
Janete Munhoz Stelzner

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 03 de março de 2016.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 03 de março de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATOS

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 006/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Cantu Comercio de Pneumáticos Ltda., CNPJ 08.888.040/0009-80, Rod. Antônio Heil, nº 800, Km 01 Sala 01, Bairro Itaipava, Itajaí, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de pneus para Pá Carregadeira JCB.

Valor: R\$ 11.600,00 (Onze mil e seiscentos reais).

Data da assinatura: 01.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 007/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Instituto O Barriga Verde - IOBV, CNPJ 08.072.361/0001-55, Rua Tiradentes, 555, centro, Taió, SC.

Objeto: Execução de toda a assessoria técnica para realização de Concurso Público.

Valor: R\$ 7.500 (sete mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 05.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 008/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Luana do Rocio Schelbauer Wendt EPP, CNPJ 10.946.868/0001-32, Rua Ovande dos Santos Pacheco, nº 16, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de cargas de gás tipo P13 para botijão de 13 Kg.

Valor: R\$ 13.750,00 (Treze mil e setecentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 05.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 009/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Frutas E Verduras Indiana Ltda. - EPP, CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado às Creches Municipais.

Valor: R\$ 18.610,00 (dezoito mil, seiscentos e dez reais).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 010/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Julian Odachowski & Filhos Ltda. - EPP, CNPJ 02.672.502/0001-94, Rua Gustavo Brandes, 484, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado às Creches Municipais.

Valor: R\$ 69.862,00 (Sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 011/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Luana Do Rocio Schelbauer Wendt EPP, CNPJ 10.946.868/0001-32, Rua Ovande dos Santos Pacheco, nº 16, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado às Creches Municipais.

Valor: R\$ 37.272,40 (trinta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 012/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Frutas E Verduras Indiana Ltda. - EPP, CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado às Escolas Municipais.

Valor: R\$ 32.603,00 (trinta e dois mil, seiscentos e três reais).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 013/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Julian Odachowski & Filhos Ltda. - EPP, CNPJ 02.672.502/0001-94, Rua Gustavo Brandes, 484, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado às Escolas Municipais.

Valor: R\$ 95.042,90 (Noventa e cinco mil quarenta e dois reais e noventa centavos).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 014/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Luana Do Rocio Schelbauer Wendt EPP, CNPJ 10.946.868/0001-32, Rua Ovande dos Santos Pacheco, nº 16, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Produtos da Merenda Escolar destinado às Escolas Municipais.

Valor: R\$ 93.129,30 (noventa e três mil, cento e vinte e nove reais e trinta centavos).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 015/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Inova Engenharia SS Ltda., CNPJ 11.552.972/0001-23, Avenida Getúlio Vargas, 538, centro, Corupá, SC.

objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos de engenharia para elaboração de projeto de aterro na rua Augusto Kuchler.
Valor: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 016/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Cerâmica Ouro da Terra Ltda. - EPP, CNPJ 09.314.237/0001-11, Rua José Pereira do Vale, 1.412, Major Vieira, SC.

Objeto: Locação de retroescavadeira, sem operador e manutenção, com base em hora máquina.

Valor: R\$ 7.650,00 (Sete mil seiscentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 18.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 004.2016 - PREF – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 066.2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Serrana Engenharia Ltda., CNPJ 83073536000164, Rua Ottokar Doerffel, 841, Atiradores, Joinville, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do objeto do contrato.

Data da assinatura: 20.01.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 005.2016 - PREF – Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 008.2013.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LJ-Aud Escritório Contábil S/C Ltda. - ME, CNPJ 04.190.275/0001-96, Rua Paraná, 89, Centro, Xânxere, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do objeto do contrato.

Data da assinatura: 01.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 006.2016 - PREF – Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2013.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: José Tischler, CPF 072.750.309-00, Rua Augusto Kuchler, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Majoração do valor inicialmente contratado, conforme especificado na art. 2, da Lei nº 10.192/2001, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC.

Data da assinatura: 17.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 004/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. - ME, CNPJ 12.234.834/0001-40, Rua Fernando Ferrari, 35, Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso, locação, implantação, treinamento e manutenção de sistemas de informatização para saúde pública da Secretaria Municipal da Saúde.

Valor: R\$ 5.770,44 (cinco mil, setecentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 20.01.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 005/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Contestado Prestadora de Serviços Médicos Ltda, CNPJ 04.104.480.0001/91, Rua Getúlio Vargas, 1345, sala 01, Canoinhas, SC.

Objeto: Prestação de serviços com pessoal na área médica, como serviços de PLANTÃO PRESENCIAL, na especialidade de OBSTETRÍCIA para atenderem as pacientes da maternidade de Bela Vista do Toldo no Hospital Santa Cruz de Canoinhas.

Valor: Dá-se à este contrato o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por hora atendida.

Data da assinatura: 20.01.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 006/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Luana do Rocio Schelbauer Wendt EPP, CNPJ 10.946.868/0001-32, Rua Ovide dos Santos Pacheco, nº 16, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de 20 (vinte) cargas de gás tipo P13 para botijão de 13 Kg, destinadas ao Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).

Data da assinatura: 05.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 007/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 02.520.829/0001-40, Rodovia BR 480, 180, Centro, Barão de Cotegipe, RS.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos controlados.

Valor: R\$ 10.701,50 (dez mil, setecentos e um reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 008/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., CNPJ 00.802.002/0001-02, Estrada Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos controlados.

Valor: R\$ 4.821,78 (quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 009/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 03.652.030/0001-70, Rodovia BR 480, 795, Centro, Barão de Cotegipe, RS.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos controlados.

Valor: R\$ 12.593,85 (doze mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 010/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: L A Dalla Porta Junior EPP, CNPJ 11.145.401/0001-56, Rua Pascoal Gomes Librelotto, 20, Parque Dom Antonio Reis, Santa Maria, RS.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos controlados.

Valor: R\$ 5.369,69 (cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 011/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Andromeda Distribuidora De Medicamentos Ltda EPP, CNPJ 13.568.558/0001-10, Av. Nereu Ramos, 1675 D, Universidade, Chapecó, SC.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos controlados.

Valor: R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 012/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Medicamentos de AZ Eireli EPP, CNPJ 09.676.256/0001-98, Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1132, Centro, Francisco Beltrão, PR.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos controlados.

Valor: R\$ 6.790,20 (seis mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 013/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 02.520.829/0001-40, Rodovia BR 480, 180, Centro, Barão de Cotegipe, RS.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos básicos.

Valor: R\$ 19.165,30 (dezenove mil, cento e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 014/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., CNPJ 00.802.002/0001-02, Estrada Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos básicos.

Valor: R\$ 15.190,58 (quinze mil, cento e noventa reais e cinquenta e oito centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 015/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 03.652.030/0001-70, Rodovia BR 480, 795, Centro, Barão de Cotegipe, RS.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos básicos.

Valor: R\$ 21.896,80 (vinte e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 016/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: L A Dalla Porta Junior EPP, CNPJ 11.145.401/0001-56, Rua Pascoal Gomes Librelotto, 20, Parque Dom Antonio Reis, Santa Maria, RS.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos básicos.

Valor: R\$ 21.195,90 (vinte e um mil, cento e noventa e cinco reais e noventa centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 017/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Andromeda Distribuidora De Medicamentos Ltda EPP, CNPJ 13.568.558/0001-10, Av. Nereu Ramos, 1675 D, Universidade, Chapecó, SC.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos básicos.

Valor: R\$ 781,00 (setecentos e oitenta e um reais).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 018/2016-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Medicamentos de AZ Eireli EPP, CNPJ 09.676.256/0001-98, Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1132, Centro, Francisco Beltrão, PR.

Objeto: Aquisição parcelada medicamentos básicos.

Valor: R\$ 19.352,33 (dezenove mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos).

Data da assinatura: 22.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 015.2015 - FMS – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 027.2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Fernando Simão Maron Eireli - Me, CNPJ 17.496.421/0001-58, Rua Pedro Maron, 69, Centro, Major Vieira, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 04.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 016.2015 - FMS – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 039.2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Fernando Simão Maron Eireli - Me, CNPJ 17.496.421/0001-58, Rua Pedro Maron, 69, Centro, Major Vieira, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 04.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato Nº 002/2016-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Casa da Agricultura Nossa Senhora da Glória Ltda. - EPP, CNPJ 00.189.818/0001-02, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de materiais de construção a ser doado para melhoria das condições físicas de Unidades Habitacionais destinadas à moradia de indivíduos e famílias em situação de risco ou de vulnerabilidade social em conformidade com o Art. 18, da Lei Municipal nº 1.084/2015 de 24 de abril de 2015.

Valor: R\$ 48.383,00 (quarenta e oito mil, trezentos e oitenta e três reais).

Data da assinatura: 04.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 003/2016-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Luana do Rocio Schelbauer Wendt EPP, CNPJ 10.946.868/0001-32, Rua Ovide dos Santos Pacheco, nº 16, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de 70 (setenta) cargas de gás tipo P13 para botijão de 13 Kg, destinadas ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Valor: R\$ 3.850,00 (Três mil e oitocentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 05.02.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.154

LEI Nº 1.154/2016, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
52-10.302.0008-2.032	2.032	Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0702	Transf. a Consórcios Públicos	1.500,00
TOTAL GERAL	1.500,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
31-10.302.0008-2.032	2.032	Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação	3.1.71.00.00.00.00.00.0702	Transf. a Consórcios Públicos	1.500,00
TOTAL GERAL	1.500,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de fevereiro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 26 de fevereiro de 2016.

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO TP 17/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

DATA: 03/03/2016 - HORA DE INÍCIO: 09:05 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2016.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 17/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA MARIA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, PROPOSTA 10624466000114002, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 17/2016, com a presença dos membros da Comissão de Licitações JOÃO ULLER, MAURICIO STEFFEN e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI nomeados pela Portaria nº 002/2016. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame protocolando tempestivamente os envelopes de Habilitação e Proposta de Preços as seguintes empresas: FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMC LTDA EPP, LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME e MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA. Apresentaram seus credenciamentos conforme previsto no item 5 do Edital, as licitantes LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME, representada por RAFAEL DE LIMA OECHSLER, portador da carteira de identidade nº 4.072.825 e MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA, representada por ULYSSES MARTINI, portador da carteira de identidade nº 4.584.982. A licitante FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, não credenciou representante presente na sessão e a licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMC LTDA EPP, não apresentou documentação compatível conforme o exigido no item 5 do Edital, ficando o representante presente não credenciado a se manifestar em nome da empresa. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes conferidos e rubricados por todos os presentes na sessão. As licitantes FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME e MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Em relação aos documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, o Presidente da Comissão de Licitações solicitou o encaminhamento dos mesmos ao Setor Jurídico, Setor de Contabilidade e ao Setor de Engenharia da Prefeitura, tendo em vista a necessidade de análise e parecer destes, em especial dos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4. Colocada a palavra a disposição dos representantes legais das licitantes presentes, houve manifestação. O representante da licitante LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP manifesta que a licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMC LTDA EPP não apresentou contrato social consolidado, não apresentou atestado de capacidade técnica, não atendeu aos itens 9.1.3.5, 9.1.4.5 e 9.1.5.6 do Edital; que a licitante MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA não atendeu aos

itens 9.1.4.5 e 9.1.5.6 e que a licitante FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP não atendeu ao item 9.1.4.5 do Edital. O representante da licitante MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA manifesta que a licitante LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP não comprovou na habilitação o item 9.1.3.5 e que a licitante não rubricou uma folha referente ao balanço patrimonial. Na sequência, o Presidente suspendeu a sessão para decisão da habilitação ou inabilitação após análise dos pareceres técnicos e das manifestações dos licitantes. Os envelopes contendo as propostas de preços foram vistados em seus lacres por todos os presentes e permanecerão no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até posterior decisão. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 09:40 horas, indo está assinada pela Comissão de Licitações e licitantes presentes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

JOÃO ULLER

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI

Membro

LICITANTES PRESENTES:

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMC LTDA EPP

LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 24/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 24/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h00m do dia 17/03/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h05m do dia 17/03/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia 17/03/2016. LOCAL: www.bllcompras.org.br. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br e no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 04 de março de 2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 25/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2016

O Município de Benedito Novo – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS/MATERIAL PERMANENTE ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS, INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AMBULATORIAIS RELACIONADOS AO PROCESSO Nº 25000.140770/2014-29 E PROPOSTA Nº 10624.466000/1140-03, FIRMADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENEDITO NOVO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h00m do dia 18/03/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h05m do dia 18/03/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia 18/03/2016. LOCAL: www.bllcompras.org.br. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br e no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 04 de março de 2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 24/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2016

Referente: Processo Licitatório nº 1/2016

Contratada: ROSANE WITTHOEFT PANOCH ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 447.548,00

Vigência: 01/03/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 01/03/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 25/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2016

Referente: Processo Licitatório nº 1/2016

Contratada: BUZZI TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 403.788,00

Vigência: 01/03/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 01/03/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2016

DECRETO Nº 033/2016 DE: 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, declara a vacância do cargo público da servidora MARTA ZIMMERMANN WEBER, a partir de 01/03/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, à servidora MARTA ZIMMERMANN WEBER, detentora da matrícula funcional nº 509, portadora do CPF nº 630.541.409-20, inscrita no RG nº 1.817.684, PIS/PASEP nº 1228608668-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 30 hs – Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.119,92 (quatro mil cento e dezenove reais e noventa e dois centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 01/03/2016, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 034/2016

DECRETO Nº 034/2016 DE: 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, declara a vacância do cargo público da servidora ELENICE BERNADINA MORAES, a partir de 01/03/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, à servidora ELENICE BERNADINA MORAES, detentora da matrícula

funcional nº 1068, portadora do CPF nº 488.747.799-68, inscrita no RG nº 1.577.421, PIS/PASEP nº 1702894249-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II - 30HS - Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.964,55 (três mil novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 01/03/2016 revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 035/2016

DECRETO Nº 035/2016 DE: 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, declara a vacância do cargo público da servidora DAMIANA IRACI MACHADO, a partir de 01/03/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, à servidora DAMIANA IRACI MACHADO detentora da matrícula funcional nº 484, portadora do CPF nº 560.079.229-87, inscrita no RG nº 1.816.131-6, PIS/PASEP nº 1219913787-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 30 hs – Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.995,37 (três mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e sete centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 01/03/2016, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de fevereiro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DL37/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2016-PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.

EMPRESA CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
VALOR: R\$42.000,00.

VIGÊNCIA: Por um prazo de 10 (dez) meses, a partir da data de assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.070

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.30.39.05.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL- XIII- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94).

Biguaçu, 29 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Por delegação – Willian Lofy

Secretário de Administração

EXTRATO ATA - PP 233-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016 DO PP 233/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, PARA O ANO DE 2016.

EMPRESA: CETEC Com. em Geral e Treinamentos

VALOR: R\$ 2.250,00

EMPRESA: Aquinpe Suprimentos para Escritório

VALOR: R\$ 146.920,14

EMPRESA: Radames Pereira Espindola-EPP

VALOR: R\$ 33.243,83

EMPRESA: Bozzano e Bozzano Ltda. - ME

VALOR: R\$ 8.275,40

EMPRESA: Ricarl Distribuidora Eireli - ME

VALOR: R\$ 128.644,87

VIGÊNCIA: 03/03/2016 à 03/03/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 03 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP30-2016-PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 30/2016 PMB

OBJETO: CONFECÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO EM AÇO INOX ESCOVADO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 21 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 21 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 3 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 40/2016 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA O ANO DE 2016.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 23 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 23 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 3 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 41/2016 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 21 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 21 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 3 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 23/2016 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 23/2016 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 17/03/2016, até 15:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 17/03/2016, às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 3 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.246/2016

LEI Nº 8.246, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HILCA PIAZERA SCHNAIDER".

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários do Centro de Educação Infantil Hilca Piazeria Schnaider, CNPJ nº 00.471.585/0001-28, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de março de 2016.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.247/2016

LEI Nº 8.247, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

INSTITUI O "DIA DO TÉCNICO EM CONTABILIDADE", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia do Técnico em Contabilidade, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro.

Art. 2º Considera-se Técnico em Contabilidade, para os fins desta Lei:

I – o profissional enquadrado no Decreto Lei nº 8.191, de 20 de novembro de 1945;

II – o diplomado estrangeiro, que haja revalidado seu diploma na forma da legislação em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de março de 2016.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.861/2015

DECRETO Nº 10.861 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 8º, § único da Lei Municipal nº 8.210, de 04 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 18.046.859,80 (dezoito milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.1.91 (2) Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 02.01.04.122.0002.2003 – Manut. Ativ. Junta Militar

Modalidade 3.1.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0202 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 02.02.04.124.0002.2006 – Manut. Ativ. Controle Interno

Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Administrativa do Gavice

Modalidade 3.1.91 (17) Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.91 (22) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procom

Modalidade 3.1.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 108.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0402 – Diretoria de Consult. Adm. E Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Manut. Ativ. Consultoria Administrativa e Legislativa

Modalidade 3.1.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 204.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – Manut. Ativ. Contencioso Judicial

Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 204.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 223.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e

contratos
Modalidade 3.1.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 47.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sede

Modalidade 3.1.91 (51) Aplicações Diretas R\$ 124.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.1.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 136.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.1.90 (57) Aplicações Diretas R\$ 175.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio

Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 542.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria Serv. Ouvidoria e Atend. Ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Manut. Ativ. Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público

Modalidade 3.1.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 210.700,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administ.Sefaz

Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 307.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.1.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 278.200,00

Modalidade 3.1.91 (81) Aplicações Diretas R\$ 256.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Oper. Especial 06.02.28.846.0000.0002 – Encargos Sociais e Econ.

Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 678.480,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administrativa da Segg

Modalidade 3.1.91 (92) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0705 – Diretoria de Captação de Recursos

Atividade 07.05.04.121.0002.2275 – Manut. Ativ. Captação de Recursos

Modalidade 3.1.90 (105) Aplicações Diretas R\$ 15.200,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0706 – Diretoria de Custos

Atividade 07.06.04.121.0002.2276 – Manut. Ativ. Custos

Modalidade 3.1.90 (108) Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0708 – Diretoria de Sistemas

Atividade 07.08.04.126.0002.2314 – Manut. Ativ. Sistemas

Modalidade 3.1.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 – Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administ. Secom

Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 25.800,00

Modalidade 3.1.91 (118) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2030 – Manut. Ativ. Publicidade

Modalidade 3.1.90 (121) Aplicações Diretas R\$ 11.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0803 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 – Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 3.1.90 (125) Aplicações Diretas R\$ 67.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administ.Semed

Modalidade 3.1.90 (129) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Modalidade 3.1.91 (130) Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 3.1.91 (687) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 09.01.12.271.0014.2238 – Manut. Concessão de Benefícios Aposentados e Pensionistas

Modalidade 3.1.90 (134) Aplicações Diretas R\$ 489.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 2.615.800,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 3.1.91 (685) Aplicações Diretas R\$ 1.963.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2043 – Manut. Ativ. Ensino de Educação Básica – Fundeb/EF

Modalidade 3.1.90 (170) Aplicações Diretas R\$ 347.352,42

Fonte de Recursos 0118.00000

Modalidade 3.1.91 (172) Aplicações Diretas R\$ 500.950,96

Fonte de Recursos 0118.00000

Modalidade 3.1.91 (173) Aplicações Diretas R\$ 54.065,54

Fonte de Recursos 0119.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 1.575.310,88

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 3.1.91 (686) Aplicações Diretas R\$ 2.244.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Adm. Sedeci

Modalidade 3.1.91 (205) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1002 – Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 3.1.90 (213) Aplicações Diretas R\$ 96.700,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1003 – Diretoria de Geologia, Análise e Riscos Nat.

Atividade 10.03.15.127.0012.2258 – Manut. Ativ. Geologia, Análise e Riscos Naturais

Modalidade 3.1.90 (223) Aplicações Diretas R\$ 43.800,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Administrativa da Semob

Modalidade 3.1.90 (252) Aplicações Diretas R\$ 79.700,00

Modalidade 3.1.91 (253) Aplicações Diretas R\$ 76.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Atividade 11.02.15.451.0006.2050 – Manut. Ativ. Obras Conveniadas

Modalidade 3.1.90 (379) Aplicações Diretas R\$ 122.600,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1103 – Diretoria de Apoio a Obras Internas

Atividade 11.03.15.451.0006.2051 – Manut. Ativ. Apoio a Obras Internas

Modalidade 3.1.90 (386) Aplicações Diretas R\$ 11.200,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1104 – Diretoria de Obras

Atividade 11.04.15.451.0006.2052 – Manut. Ativ. Obras

Modalidade 3.1.90 (390) Aplicações Diretas R\$ 14.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 – Diretoria de Regularização Fundiária

Atividade 12.01.16.482.0005.2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária

Modalidade 3.1.90 (393) Aplicações Diretas R\$ 50.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 423.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 460.600,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Manut. Ativ. Atenção a Criança e ao Adolescente

Modalidade 3.1.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 336.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira da Semudes

Modalidade 3.1.91 (431) Aplicações Diretas R\$ 461.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan

Modalidade 3.1.91 (460) Aplicações Diretas R\$ 265.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1302 – diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Manut. Ativ. Planej. Urbano

Modalidade 3.1.90 (469) Aplicações Diretas R\$ 7.200,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1303 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.

Atividade 13.03.15.127.0005.2066 – Manut. Ativ. Cartografia. Cadastro Mult. E Inform.

Modalidade 3.1.90 (473) Aplicações Diretas R\$ 84.600,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1304 – Diretoria de Fiscalização

Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização

Modalidade 3.1.90 (476) Aplicações Diretas R\$ 255.900,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1305 – Diretoria de Planejamento Viário

Atividade 13.05.15.451.0005.2068 – Manut. Ativ. Planej. Viário

Modalidade 3.1.90 (479) Aplicações Diretas R\$ 101.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1306 – Diretoria de análise de Projetos

Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Ativ. Analise de Projetos

Modalidade 3.1.90 (482) Aplicações Diretas R\$ 150.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1401 – Diretoria administrativo – Financeira

Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Administrativa Financeira da Sesur

Modalidade 3.1.91 (498) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.1.90 (503) Aplicações Diretas R\$ 64.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.1.90 (507) Aplicações Diretas R\$ 250.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenv. Econômico

Modalidade 3.1.91 (539) Aplicações Diretas R\$ 91.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2085 – Manut. Ativ. Desenv. Rural

Modalidade 3.1.90 (562) Aplicações Diretas R\$ 141.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Setur

Modalidade 3.1.91 (606) Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. Planej. Promoção

Modalidade 3.1.90 (612) Aplicações Diretas R\$ 81.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Administrativo de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativas da Ividi

Modalidade 3.1.90 (620) Aplicações Diretas R\$ 62.700,00

Modalidade 3.1.91 (621) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativas do Idigg

Modalidade 3.1.90 (627) Aplicações Diretas R\$ 27.600,00

Modalidade 3.1.91 (628) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º. Os créditos adicionais suplementares aberto no artigo 1º deste Decreto, correrá por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

03 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – manut. Ativ. Administrativas do Gavice

Modalidade 3.1.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICIPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 247.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedead

Modalidade 3.1.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 1.067.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Projeto 06.01.04.122.0002.1170 – Programa de Modernização Administrativa

Modalidade 4.4.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 780.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita

Oper.Especial 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 3.2.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 5.514.700,00

Modalidade 3.2.91 (85) Aplicações Diretas R\$ 585.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administrativa da Segg

Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administrativas da Semed

Modalidade 3.1.90 (129) Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.01.12.365.0004.2038 – Manut. Concessão Benefícios de aposentados e Pensionistas

Modalidade 3.3.90 (141) Aplicações Diretas R\$ 687.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 09.01.12.365.0004.2250 – Alimentação Escolar – Educação Infantil – Pnaep

Modalidade 3.3.90 (143) Aplicações Diretas R\$ 748.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Manut. Ativ. Programas e Projetos Integrados

Modalidade 3.1.90 (145) Aplicações Diretas R\$ 429.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1003 – constr./Ampl./Reforma Ues

Modalidade 4.4.90 (149) Aplicações Diretas R\$ 73.044,22

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Constr/Cobertura de Quadras Esportivas

Modalidade 4.4.90 (155) Aplicações Diretas R\$ 594.326,66

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Manut. Desenv. Ensino Educação Básica – Fundeb/EI

Modalidade 3.1.91 (192) Aplicações Diretas R\$ 628.109,74

Fonte de Recursos 0118.00000

Modalidade 3.1.91 (193) Aplicações Diretas R\$ 231.133,47

Modalidade 3.3.50 (194) Tr.Inst.Priv.s/f/luc. R\$ 16.913,00

Modalidade 3.3.90 (195) Aplicações Diretas R\$ 26.212,71

Fonte de Recursos 0119.00000

Atividade 09.03.12.367.0004.2047 – Manut. Ativ. Educação Especial

Modalidade 3.3.90 (196) Aplicações Diretas R\$ 16.440,00

Modalidade 4.4.90 (198) Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Fonte de Recursos 0101.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci

Modalidade 3.1.90 (204) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Administrativa da Semob

Modalidade 3.1.90 (252) Aplicações Diretas R\$ 368.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1010 – execução de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação de Ruas

Modalidade 4.4.90 (267) Aplicações Diretas R\$ 499.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1018 – Construção/Reforma de Pontes

Modalidade 4.4.90 (285) Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 – Prol. Rua Humberto de Campos – Programa Mobil.Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (292) Aplicações Diretas R\$ 485.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1074 – Implementação/Melhorias de corredores Exclusivos de Ônibus

Modalidade 4.4.90 (296) Aplicações Diretas R\$ 75.480,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1142 – Elab.Proj.Super.Fisc.Asses. Tec.

Obreas Infra Estrutura

Modalidade 4.4.90 (343) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1143 – Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (344) Aplicações Diretas R\$ 1.071.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1104 – Diretoria de Obras

Projeto 11.04.15.451.0006.1022 – Execução de Obras de Pavim. E Drenagem – Sistema de Mutirão

Modalidade 4.4.90 (389) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira da Semudes

Modalidade 3.1.90 (430) Aplicações Diretas R\$ 107.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan

Modalidade 3.1.90 (459) Aplicações Diretas R\$ 474.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1306 – Diretoria de Análise de Projetos

Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos

Modalidade 3.1.90 (482) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1401 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Administrativa e Financeira da Sesur

Modalidade 3.1.90 (497) Aplicações Diretas R\$ 281.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.1.90 (507) Aplicações Diretas R\$ 264.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

PORTARIA Nº 19.447/2016

PORTARIA Nº 19.447, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

RECLASSIFICA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTÔNIO TRAMONTIN, PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento nos arts. 112, 116, II e 117, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007,

RESOLVE

reclassificar o servidor público municipal abaixo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, integrante do Quadro Especial do Magistério para o Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público Municipal:

Proc. nº	Servidor	Nomenclatura	GOC	C/H	Faixa Venc.	Padrão Venc.	a contar
591/16	ANTÔNIO TRAMONTIN	PROFESSOR	GE	40	I	G	01/02/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIM. ECONOMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.1.90 (538) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Setur

Modalidade 3.1.90 (605) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2015

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.321/2015

PORTARIA Nº 19.321, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

RETIFICA A PORTARIA Nº 19.305, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR, a contar de 1º de janeiro de 2016, a Portaria nº 19.305, de 08 de dezembro de 2015, que nomeou servidores públicos municipais para o exercício da função de diretor adjunto das unidades escolares e concedeu a respectiva gratificação, onde se lê: "SHIRLEI FABIANA REINHOLD JUNKES" leia-se: "SHIRLEI JUNKES".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicada por incorreção

PORTARIA Nº 19.448/2016

PORTARIA Nº 19.448, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

RECLASSIFICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLARICE REGINA DA COSTA MARCOS, PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento nos arts. 112, 116, II e 117, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007,

RESOLVE

reclassificar a servidora pública municipal abaixo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, integrante do Quadro Especial do Magistério para o Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público Municipal:

Proc. nº	Servidor	Nomenclatura	GOC	C/H	Faixa Venc.	Padrão Venc.	a contar
645/16	CLARICE REGINA DA COSTA MARCOS	PROFESSOR	GE	20	I	H	01/02/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.449/2016

PORTARIA Nº 19.449, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

RECLASSIFICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA TEREZINHA NAZARIO MACHADO CANDIDO, PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento nos arts. 112, 116, II e 117, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007,

RESOLVE

reclassificar a servidora pública municipal abaixo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, integrante do Quadro Especial do Magistério para o Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público Municipal:

Proc. nº	Servidor	Nomenclatura	GOC	C/H	Faixa Venc.	Padrão Venc.	A contar
1356/16	MARIA TEREZINHA NAZARIO MACHADO CANDIDO	PROFESSOR	GE	20	I	F	16/02/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.450/2016

PORTARIA Nº 19.450, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANE CRISTINE KILPP ROCHA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e

CONSIDERANDO que a servidora Ane Cristine Kilpp Rocha vem exercendo a função de Secretário Escolar do CEI "Irmã Maria Cristha Prullage", desde a data de 24 de fevereiro de 2015, sem perceber a respectiva gratificação;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, assegura a percepção de gratificação, ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, designado para o exercício da função de Secretário Escolar;

CONSIDERANDO a exigência legal de edição de ato administrativo para que esse direito produza efeitos na ordem jurídica; e

CONSIDERANDO a justificativa subscrita pela Diretora do educandário e o pedido efetuado pela Secretária Municipal de Educação, através do Memorando nº 048/2016, de 16/02/2016, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal ANE CRISTINE KILPP ROCHA, matrícula nº 23015-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Irmã Maria

Cristha Prullage", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20% (vinte por cento), com efeitos retroativos a contar de 24 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.451/2016

PORTARIA Nº 19.451, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HILARIO KRUGER.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal HILARIO KRUGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro de Construção Meio Oficial, lotado na Intendência Distrital de Vila Itoupava – IDIVI, a contar de 21 de fevereiro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 1673/02/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.452/2016

PORTARIA Nº 19.452, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVETE MUELLER DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EBM "VIDAL RAMOS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 065/2016, de 24/02/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR,

a contar de 17 de janeiro de 2016,
a servidora pública municipal IVETE MUELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar da EBM "Vidal Ramos", designada pela Portaria nº 15.656/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.453/2016

PORTARIA Nº 19.453, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRYAN AOLIABE SIQUEIRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CEI "ERICA BRAUN".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso

das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 071/2016, de 25/02/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR,

a contar de 29 de fevereiro de 2016,
o servidor público municipal BRYAN AOLIABE SIQUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Erica Braun", designada pela Portaria nº 18.556/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.454/2016

PORTARIA Nº 19.454, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA CLAUDIA FORBECI PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EBM "VIDAL RAMOS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 065/2016, de 24/02/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 25 de janeiro de 2016,
a servidora pública municipal ANA CLAUDIA FORBECI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretária Escolar da EBM "Vidal Ramos", concedendo-lhe a gratificação de 30% (trinta por cento) de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.455/2016

PORTARIA Nº 19.455, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRYAN AOLIABE SIQUEIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CEI "ERICA BRAUN".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 071/2016, de 25/02/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 01 de março de 2016, ao servidor público municipal BRYAN AOLIABE SIQUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Erica Braun", concedendo-lhe a gratificação de 30% (trinta por cento) de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.456/2016

PORTARIA Nº 19.456, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 019/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 25 de fevereiro de 2016:

ISABELITA FABIANA RIBEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BEATRIZ THEILACKER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KELE LAURA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCO ANTONIO REBELLO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Masculino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALBERTO KIOCHI TAKEUTI JUNIOR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A;

ROBSON DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista (CNH categoria B), do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional – GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LARYSSA POLI SCHRAMM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo P.N.E., do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DIEGO PADILIA DE ANDRADE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.457/2016

PORTARIA Nº 19.457, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DOS SEGUINTE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

ALTERAR, o percentual de gratificação de condução dos seguintes servidores públicos municipais:

SILVÉRIO KLEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 30% (trinta por cento);

ADEMIR DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 18.171/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

JULIANO ALESSANDRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, concedida pela Portaria nº 17.353/2013, para GC de 30% (trinta por cento);

FABIO JULIO SPERBER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº 18.309/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

ALBERTINA MARIS BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, concedida pela Portaria nº 17.479/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

MARCIO NEVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, concedida pela Portaria nº 18.053/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

VILMAR PLOTTEGHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 30% (trinta por cento);

MARCIO RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, concedida pela Portaria nº 19.007/2015, para GC de 30% (trinta por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.458/2016

PORTARIA Nº 19.458, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008 e Memorando SEDEAD nº 186/2016, resolve:

CONCEDER

gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007,

aos servidores públicos municipais que indica:

CLAUDIO MAFEZOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, GC de 30% (trinta por cento);

MAURICIO MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, GC de 30% (trinta por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.459/2016

PORTARIA Nº 19.459, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELLE LOUISE DA MAIA CIDRAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal DANIELLE LOUISE DA MAIA CIDRAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 16 de fevereiro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 1632/02/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.461/2016

PORTARIA Nº 19.461, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando

nº 019/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 002/2014, a contar de 01 de março de 2016:

SOLANGE REGINA FUCHS REIS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor I - Artes, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOANILDE NOVAKOVSKI VAJZCZYK FERNANDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARLENE SILVEIRA DE ABREU, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GRAZIELA SCHAPPO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GISELLE OBERZINER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JANE BARBOSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LILIAN SOMBRIO TRENTINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADRIANA APARECIDA CARVALHO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANA PAULINO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.462/2016

PORTARIA Nº 19.462, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA HERMES AFONSO BADIA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

o servidor público municipal HERMES AFONSO BADIA, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Compras e Suprimentos, FGC-70%, no dia 23 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PUBLICA Nº 001-15

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Chamada Pública nº. 001-15 - Aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis - base seca), para alimentação escolar, através da Agricultura Familiar, conforme itens constantes neste edital, Lei nº. 11.947, de 16/07/2009, Resolução nº 26 FNDE/2013, pelo período de 12 meses a partir da assinatura do contrato - SEMED.

Contratados:

Item	DESCRIÇÃO / FORNECEDOR	Quantidade		Valor unitário	Valor total
		Pedida	Proposta		
1	AIPIIM	8000			
1	Fernando Otto		830	R\$ 2,72	R\$ 2.257,60
1	Gilmar Barth		3500	R\$ 2,72	R\$ 9.520,00
1	Werner Tribess		1780	R\$ 2,72	R\$ 4.841,60
1	José Carlos Mathias		1800	R\$ 2,72	R\$ 4.896,00
1	Quantidade Deserta		90		
2	ABOBORA	3500			
2	José Carlos Mathias		3500	R\$ 2,32	R\$ 8.120,00
3	ALFACE	18000			
3	Frederico C. Hensel		8000	R\$ 2,04	R\$ 16.320,00
3	Marilda Eichstadt		9500	R\$ 2,04	R\$ 19.380,00
3	Quantidade Deserta		500		
4	BANANA BRANCA	14480			
4	Alfredo Tribess		4000	R\$ 3,42	R\$ 13.680,00
4	Claudemar Samp		5000	R\$ 3,42	R\$ 17.100,00
4	Heidi Reiter		5480	R\$ 3,42	R\$ 18.741,60
5	BANANA CATURRA	20670			R\$ -
5	Paulo Eduardo Ruedger		6670	R\$ 2,07	R\$ 13.806,90
5	Wiegold E. Passold		7000	R\$ 2,07	R\$ 14.490,00
5	Almarina P. Melchiorretto		7000	R\$ 2,07	R\$ 14.490,00

PORTARIA Nº 19.463/2016

PORTARIA Nº 19.463, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

EXONERA NELSON HAMILTON LEIRIA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CONTENCIOSO JUDICIAL NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 4º da Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 871, de 1º de janeiro de 2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

NELSON HAMILTON LEIRIA, do cargo em comissão de Diretor de Contencioso Judicial, símbolo CC-2, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, nomeado pela Portaria nº 19.330, de 28 de dezembro de 2015, no dia 03 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de março de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

6	BATATA DOCE	8100			
6	Fernando Otto		2400	R\$ 3,14	R\$ 7.536,00
6	Gilmar Barth		2800	R\$ 3,14	R\$ 8.792,00
6	José Carlos Mathias		300	R\$ 3,14	R\$ 942,00
6	Quantidade Deserta		2600		
7	BATATA INGLESIA	17000			
7	ITEM DESERTO				
8	BETRRRABA	4700			
8	Ascendino Esemann		785	R\$ 3,31	R\$ 2.598,35
8	Gilmar Esemann		785	R\$ 3,31	R\$ 2.598,35
8	Paulo Eduardo Ruedger		1850	R\$ 3,31	R\$ 6.123,50
8	Claudemar Samp		700	R\$ 3,31	R\$ 2.317,00
8	Quantidade Deserta		580		
9	BROCOLIS	3120			
9	Claudio Modrow		875	R\$ 3,24	R\$ 2.835,00
9	Reno Modrow		875	R\$ 3,24	R\$ 2.835,00
9	Quantidade Deserta		1370		
10	CEBOLA	7500			
10	ITEM DESERTO				
11	CENOURA	3000			
11	Mario Muller		1500	R\$ 3,11	R\$ 4.665,00
11	Quantidade Deserta		1500		
12	CHUCHU	3000			
12	José Carlos Mathias		3000	R\$ 2,01	R\$ 6.030,00
13	COUVE MANTEIGA	500			
13	Gilmar Barth		360	R\$ 3,36	R\$ 1.209,60
13	Quantidade Deserta		140		
14	LARANJA EXETO LIMA	24000			
14	ITEM DESERTO				
15	LARANJA LIMA	8000			
15	ITEM DESERTO				
16	MAÇA	24000			
16	Marcelo Nunes Seifert		4000	R\$ 4,89	R\$ 19.560,00
16	Sebastião Nunes Seifert		4000	R\$ 4,89	R\$ 19.560,00
16	Clenio Seifert		4000	R\$ 4,89	R\$ 19.560,00
16	Clerio Seifert		4000	R\$ 4,89	R\$ 19.560,00
16	Clovis Seifert		4000	R\$ 4,89	R\$ 19.560,00
16	Mario Elizeu Jastzombek		4000	R\$ 4,89	R\$ 19.560,00
17	MANGA ROSA	1400			
17	ITEM DESERTO				
18	MELANCIA	11500			
18	ITEM DESERTO				
19	PEPINO	7500			
19	Fernando Otto		3600	R\$ 2,73	R\$ 9.828,00
19	Werner Tribess		500	R\$ 2,73	R\$ 1.365,00
19	Alfredo Tribess		850	R\$ 2,73	R\$ 2.320,50
19	Quantidade Deserta		2550		
20	REPOLHO VERDE	18000			
20	Claudio Modrow		9000	R\$ 1,86	R\$ 16.740,00
20	Reno Modrow		9000	R\$ 1,86	R\$ 16.740,00
21	TANGERINA	5000			
21	Ademir Tribess		620	R\$ 3,08	R\$ 1.909,60
21	Werner Tribess		4380	R\$ 3,08	R\$ 13.490,40
22	TOMATE	12800			
22	Ascendino Esemann		4000	R\$ 4,35	R\$ 17.400,00
22	Gilmar Esemann		4000	R\$ 4,35	R\$ 17.400,00
22	Ademir Tribess		4000	R\$ 4,35	R\$ 17.400,00
22	Alfredo Tribess		800	R\$ 4,35	R\$ 3.480,00
23	UVA NIAGARA	3000			

23	ITEM DESERTO				
24	LEITE INTEGRAL	105000			
24	COPAJAS - Cooperativa Agropecuaria de Jaragua do Sul		105000	R\$ 1,92	R\$ 201.600,00
25	IOGURTE DE MORANGO	17000			
25	COPAJAS - Cooperativa Agropecuaria de Jaragua do Sul		17000	R\$ 5,27	R\$ 89.590,00
26	IOGURTE DE COCO	17000			
26	COPAJAS - Cooperativa Agropecuaria de Jaragua do Sul		17000	R\$ 5,27	R\$ 89.590,00
27	CARDE DE FRANGO PEITO SEM OSSO	10000			
27	ITEM DESERTO				
28	GELEIA DE BANANA	800			
28	Mario Muller		800	R\$ 8,45	R\$ 6.760,00
29	GELEIA DE MAMÃO	800			
29	Mario Muller		800	R\$ 9,45	R\$ 7.560,00
30	MEL DE ABELHA	1000			
30	Frederico C. Hensel		200	R\$ 19,20	R\$ 3.840,00
30	Wigold Janz		800	R\$ 19,20	R\$ 15.360,00
31	MELADO	500			
31	ITEM DESERTO				
32	BISCOITO CASEIRO CHOCOLATE	1600			
32	Revogado por preço acima da cotação do mercado				
33	SEQUILHO	1600			
33	Valmor Thais		740	R\$ 16,00	R\$ 11.840,00
33	Quantidade Deserta		860		
34	BISCOITO CASEIRO COCO	2000			
34	ITEM DESERTO				
35	BISCOITO PINTADO	400			
35	ITEM DESERTO				
36	ARROZ	20000			
36	ITEM DESERTO				
37	FARINHA DE MANDIOCA	750			
37	ITEM DESERTO				
38	FEIJÃO	22000			
38	ITEM DESERTO				
39	FARINA DE MILHO	9000			
39	ITEM DESERTO				
40	SUCO DE UVA	11000			
40	COPAJAS - Cooperativa Agropecuaria de Jaragua do Sul		11000	R\$ 11,43	R\$ 125.730,00
41	SUCO DE MARACUJA	3000			
41	COPAJAS - Cooperativa Agropecuaria de Jaragua do Sul		3000	R\$ 13,16	R\$ 39.480,00
42	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO	10000			
42	ITEM DESERTO				

PROCESSO DISPENSA Nº 08-08/16; 08-09/16; INEXIGIBILIDADE Nº 09-03/16; 09-10/16

Processo de Dispensa: 08-08/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: BOTICA DERMATOLÓGICA DERMAESTÉTICA LTDA. (CNPJ: 85.314.110/0001-80)

VALOR: 612,00 (seiscentos e doze reais)

Processo de Dispensa: 08-09/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.



CONTRATADA: GERALMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.
(CNPJ:11.891.664/0001-04)

VALOR: 1.108,80 (um mil cento e oito reais e oitenta centavos)

Processo de Inexigibilidade: 09-03/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE- SEMUS

Artigo: 25 caput - Caput da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.(CNPJ: 54.360.623/0001-02).

VALOR: R\$ 53.611,20 (cinquenta e três mil reais seiscentos e onze reais e vinte centavos).

Processo de Inexigibilidade: 09-10/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE- FMAS

Artigo: 25 caput - Caput da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.(CNPJ: 54.360.623/0001-02).

VALOR: R\$ 79.179,45 (setenta e nove mil e cento e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

RESOLUÇÃO COMEN Nº 01/2016

RESOLUÇÃO COMEN Nº 01/2016

APROVA A PRORROGAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS, COM O FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – FREMAD, PARA 1º DE AGOSTO DE 2015 A 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 24 de Fevereiro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Sis-mad, e dá outras providências;

- as Resoluções Comen nº01.2012,06/2013,02/2014 05/2014 e 03/2015, que aprovam a destinação dos recursos, do Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – Fremad, desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social: Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene, Centro Terapêutico Vida – CTV e Cruz Azul no Brasil;

- o Memorando nº1096 LC,19.06.2015, da Procuradoria Geral do Município de Blumenau, com parecer favorável da pretensa renovação dos aditivos;

- a aprovação em Plenária Ordinária do Comen, datada de 24 de Fevereiro de 2016', conforme consta na Ata nº 02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prorrogação da execução dos Convênios firmados com as Entidades: Cerene e CTV e Cruz Azul no Brasil, com recursos do Fundo de Recurso Municipal para Ações sobre Drogas – Fremad, para o dia 1º de agosto 2015 à 28 de Dezembro de 2017, totalizando o valor de R\$ 1.060.986,75 (Hum Milhão Sessenta Mil Novecentos e Oitenta e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 2º As metas financiadas atenderão a seguinte distribuição:

I - Cerene: 16 (dezesseis) metas destinadas às ações de Atendimento Psicossocial;

II - CTV: 08 (oito) metas destinadas às ações de Habilitação e Reabilitação;

III - Cruz Azul no Brasil: 25 (vinte e cinco) metas em ações de Prevenção ao Uso e Abuso de Substância Psicoativa.

Art. 3º As metas de prevenção executadas pela Entidade Cruz Azul no Brasil atenderão ao critério:

I – Palestra:

a) com a duração de até 1 (uma) hora: 1/4 (um quarto) meta.

b) com duração superior a 1 (uma) hora: 1/2 (meia) meta.

Parágrafo único. O número de participantes deverá ser de no mínimo 15 pessoas.

II - Capacitação:

a) mínimo de 10 (dez) a 30 (trinta) pessoas: 1/2 (meia) meta;

b) de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) pessoas: 01 (uma) meta;

c) acima de 60 (sessenta) pessoas: 1 1/2 (uma e meia) meta.

Parágrafo único. O tempo estipulado para a execução das metas de capacitação deverá atender ao limite mínimo de 4 horas.

Art. 4º Estabelecer prazo, até o 1º dia útil do mês subsequente ao atendimento, para a entrega do Relatório Mensal de Atendimento e de Atividades desenvolvidas pelas entidades conveniadas.

§ 1º O Relatório deverá ser entregue junto à Gerência de Gestão Social da Semudes.

§ 2º Considerar-se-á como período de execução do atendimento o correspondente ao dia 26 do mês em vigência até o dia 25 do mês subsequente.

§ 3º A ausência de entrega do Relatório, mencionado no caput deste artigo, implicará no bloqueio do repasse da parcela correspondente até a sua regularização.

Art. 5º Estabelecer o pagamento das parcelas, conforme a execução das metas estabelecidas no Anexo I, mencionado nos Arts. 1º e 2º desta Resolução, constatadas através do Relatório Mensal, cujo descumprimento acarretará na diminuição dos valores repassados.

Parágrafo único. As despesas devem ser vinculadas, obrigatoriamente, às metas e à modalidade de atendimento.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de Fevereiro de 2016.

Cássio Slonczewski

Vice- Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 02/2016

RESOLUÇÃO COMEN Nº 02/2016

APROVA O CADASTRO DA ENTIDADE CENTRO TERAPÊUTICO VIDA – C.T.V, NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 24 de fevereiro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Sis-mad, e dá outras providências;
- a Resolução Comen nº. 01.2014, de 06 de março 2014, que dispõe sobre o cadastro das Entidades Governamentais e Não Governamentais do município no âmbito das Políticas Públicas Sobre Drogas, e dá outras providências;
- os documentos apresentados pela Entidade Centro Terapêutico Vida – C.T.V, conforme dispõe a Resolução Comen 01/2014;
- a aprovação do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – Comen ao cadastro da Entidade mencionada, em Plenária Ordinária do Comen, datada de 24 de fevereiro de 2016, conforme consta na Ata nº 02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro da Entidade Centro Terapêutico Vida – C.T.V, CNPJ nº. 72.424.187/0001-61, situada à Rua João Bonifácio Miguel de Souza nº. 145, Bairro Vorstadt, Blumenau, SC, no Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, sob nº 01, com validade até 24 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de Fevereiro de 2016.

Cássio Slonczewski

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2016

RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2016

APROVA O CADASTRO DA ENTIDADE CENTRO DE REABILITAÇÃO JOVENS LIVRES, NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 24 de fevereiro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Sis-mad, e dá outras providências;
- a Resolução Comen nº. 01.2014, de 06 de março 2014, que dispõe sobre o cadastro das Entidades Governamentais e Não Governamentais do município no âmbito das Políticas Públicas Sobre Drogas, e dá outras providências;
- os documentos apresentados pela Entidade Centro de Reabilitação Jovens Livres, conforme dispõe a Resolução Comen 01/2014;
- a aprovação do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – Comen ao cadastro da Entidade mencionada, em Plenária Ordinária do Comen, datada de 24 de fevereiro de 2016, conforme consta na Ata nº 02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro da Entidade Centro de Reabilitação Jovens Livres, CNPJ nº. 00.129.000/0001-96, situada à Rua Camboriú nº. 231, Bairro Victor Konder, Blumenau, SC, no Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, sob nº 02, com validade até 24 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de Fevereiro de 2016.

Cássio Slonczewski

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 04/2016

RESOLUÇÃO COMEN Nº 04/2016

APROVA O CADASTRO DA ENTIDADE CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 24 de fevereiro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Sis-mad, e dá outras providências;
- a Resolução Comen nº. 01.2014, de 06 de março 2014, que dispõe sobre o cadastro das Entidades Governamentais e Não Governamentais do município no âmbito das Políticas Públicas Sobre Drogas, e dá outras providências;
- os documentos apresentados pela Entidade Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE, conforme dispõe a Resolução Comen 01/2014;
- a aprovação do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – Comen ao cadastro da Entidade mencionada, em Plenária Ordinária do Comen, datada de 24 de fevereiro de 2016, conforme consta na Ata nº 02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro da Entidade Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, CNPJ nº. 79.372.108/0001-65, situada à Rua Professor Jacob Ineichen nº. 6.607, Bairro Itoupava Central, Blumenau, SC, no Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, sob nº 03, com validade até 24 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de Fevereiro de 2016.

Cássio Slonczewski

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 05/2016

RESOLUÇÃO COMEN Nº 05/2016

APROVA O CADASTRO DA ENTIDADE CRUZ AZUL DO BRASIL, NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 24 de fevereiro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Sis-mad, e dá outras providências;
- a Resolução Comen nº. 01.2014, de 06 de março 2014, que dispõe sobre o cadastro das Entidades Governamentais e Não Governamentais do município no âmbito das Políticas Públicas Sobre Drogas, e dá outras providências;
- os documentos apresentados pela Entidade Cruz Azul do Brasil, conforme dispõe a Resolução Comen 01/2014;
- a aprovação do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – Comen ao cadastro da Entidade mencionada, em Plenária Ordinária do Comen, datada de 24 de fevereiro de 2016, conforme consta na Ata nº 02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro da Entidade Cruz Azul do Brasil, CNPJ nº. 01.127.311/0001-89, situada à Rua São Paulo nº. 3.424, Bairro Itoupava Seca, Blumenau, SC, no Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, sob nº 04, com validade até 24 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de Fevereiro de 2016.

Cássio Slonczewski

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

PORTARIA Nº 5.126/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5126/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADENITA MARIA NUNES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ADENITA MARIA NUNES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.968,23 (Dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03112/01/2016.

Blumenau, 25 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.127/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5127/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARNALDO ROSA DE ANDRADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1.006, de 9 de novembro de 2015, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ARNALDO ROSA DE ANDRADE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 13.081,57 (Treze mil, oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03073/12/2015.

Blumenau, 25 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.128/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5128/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ISABEL OCHNER BUCCI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

MARIA ISABEL OCHNER BUCCI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.881,81 (Dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03139/01/2016.

Blumenau, 25 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.129/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5129/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IZABEL VIVIANI ZARDO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de IZABEL VIVIANI ZARDO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00203/15-0, em 17/12/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/03/1990 a 26/09/1999
Contribuinte Individual	01/08/2006 a 31/07/2007 01/08/2010 a 31/01/2011

Totaliza o tempo de 4042 (quatro mil, quarenta e dois) dias, correspondente a 11 (onze) anos, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 03144/01/2016.

Blumenau, 27 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.130/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5130/2016

REVERTE A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA GORETTI CASAS CAMPOS FERREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve

REVERTER

a aposentadoria por invalidez concedida à MARIA GORETTI CASAS CAMPOS FERREIRA, pela Portaria N.º 1809/2009, de 30 de junho de 2009, tendo em vista a insubsistência dos motivos que determinaram a concessão, comprovados em exame realizado pelo médico perito do ISSBLU, Dr. Thomaz Pereira Sperb, em 27 de janeiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Blumenau, 27 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.131/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5131/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLACI RODRIGUES DA LUZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 479, de 29 de setembro de 2004, e 1.006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

GLACI RODRIGUES DA LUZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.620,97 (Mil, seiscentos e vinte reais e noventa e sete centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03161/01/2016.

Blumenau, 28 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.132/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5132/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2016 ÀS 13H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de

Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 29 de janeiro de 2016, às 13h30min.

Blumenau, 28 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.133/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5133/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA MARIA MATHIAS DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ANA MARIA MATHIAS DOS SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 4.848,69 (Quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03103/01/2016.

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.134/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5134/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGRIED FALK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARGRIED FALK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00193/15-5, em 02/12/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Haco Etiquetas Ltda.	01/10/1981 a 24/11/1984
Indústria e Comércio W. Weege S.A.	19/01/1978 a 29/05/1981

Totaliza o tempo de 2375 (dois mil, trezentos e setenta e cinco) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 6 (seis) mês, e 5 (cinco) dias, conforme Processo n.º 03173/01/2016.

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.135/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5135/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ANTONIO FABENI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 102, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação acrescida pela Lei Complementar n.º 680, de 6 de março de 2008, e artigo 5º, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

LUIZ ANTONIO FABENI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.028,02 (Dois mil, vinte e oito reais e dois centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03174/01/2016.

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.136/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5136/2016

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA À SABRINA MERTENS CAPELLO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA

De acordo com os artigos 17, § 2º, e 18, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 479, de 29 de setembro de 2004, 758, de 15 de junho de 2010, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LAURA CAPELLO DA SILVA, filha menor do servidor público municipal JÚLIO RICARDO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 19 de dezembro de 2015, representada por sua genitora SABRINA MERTENS CAPELLO, correspondente a R\$ 2.187,96 (Dois mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 03183/01/2016.

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.137/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5137/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À JANETE DUTKA MAFRA E TEMPORÁRIA À BARBARA MAFRA E BIANCA MAFRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA E TEMPORÁRIA

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 2º, e 18, incisos I, alínea "a", e II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 479, de 29 de setembro de 2004, 758, de 15 de junho de 2010, e 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

JANETE DUKTA MAFRA, cônjuge, BARBARA MAFRA e BIANCA MAFRA, filhas menores de ADEMAR JONAS MAFRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 7 de janeiro de 2016, devendo perceber a beneficiária da pensão vitalícia o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos, no valor de R\$ 1.147,04 (Mil, cento e quarenta e sete reais e quatro centavos), e as beneficiárias da pensão temporária, o correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), no valor de R\$ 573,52 (Quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos), por beneficiária, até completarem 21 (vinte e um) anos, totalizando R\$ 2.294,08 (Dois mil, duzentos e noventa e quatro reais e oito centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 03192/01/2016.

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.138/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5138/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DO CARMO DE ALCANTARA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA DO CARMO DE ALCANTARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00010/16-6, em 21/01/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Lojas Americanas S.A.	01/12/1983 a 30/12/1983 03/02/1986 a 31/03/1988
Prefeitura Municipal de Blumenau	17/03/1988 a 20/03/1994

Totaliza o tempo de 2998 (dois mil, novecentos e noventa e oito) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 2 (dois) meses, e 18 (dezoito) dias, conforme Processo n.º 03197/02/2016.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.139/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5139/2016

ALTERA OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA CONCEDIDA PELA PORTARIA 1290/2007 À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA IGNÁCIA COUTINHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e em cumprimento à determinação do Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos desta Comarca, constante dos autos da Ação n.º 0010609-73.2003.8.24.0008/05, mandando implementar o reajuste de 6% nos proventos da aposentadoria da servidora Ana Ignácia Coutinho, resolve,

ALTERAR,

os proventos da aposentadoria concedida pela Portaria n.º 1290/2007, à servidora pública municipal ANA IGNÁCIA COUTINHO, aplicando o reajuste de 6% (seis por cento), determinado pelo Juiz de Direito da Vara da Fazenda, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos desta Comarca, nos autos da Ação n.º 0010609-73.2003.8.24.0008/05, passando a perceber mensalmente o valor de R\$ 5.064,38 (cinco mil, sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos), a contar de 11 de dezembro de 2015.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.140/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5140/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINWALDT HAUSMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de REINWALDT HAUSMANN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00004/16-6, em 29/01/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Ary Laffin	01/01/1977 a 24/02/1977
Prefeitura Municipal de Blumenau	14/03/1977 a 02/01/1979 08/08/1979 a 09/02/1995

PORTARIA Nº 5.142/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5142/2016

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
194662	CATARINA IMIANOVSKI	14/12/2015	11/04/2016
229999	DANIELA CRISTINA NOFRE GRAFF	25/11/2015	23/03/2016
229048	ELAINE GISELE SCHIBOWSKI DE SOUZA	25/10/2015	23/03/2016
228167	ELENICE BERTOTTI	07/12/2015	04/04/2016
225355	ELISANGELA NASATTO	11/12/2015	08/04/2016
219835	JASEBEL IARA AVANCINI	21/11/2015	25/03/2016
229190	JULIA KRACIK	06/10/2015	02/02/2016
229540	MAYARA FERNANDA DOS SANTOS	14/12/2015	11/04/2016
217492	MIRIA DIAS BIBOW	30/11/2015	28/03/2016
228958	RITA DALLE LASTE MUNIZ	30/11/2015	28/03/2016
225398	ROSEMARI PROBST SOARES	03/12/2015	31/03/2016

Itelipa S.A. – Indústria e Comércio

01/02/1979 a
12/06/1979

Totaliza o tempo de 6502 (seis mil, quinhentos e dois) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, 9 (nove) meses, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 03212/02/2016.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.141/2016 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5141/2016

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 001/2015 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

MÁRCIO LUIZ PERRONIO SANTIAGO, para exercer o cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional, carga horária de 40 (quarenta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 3 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

Blumenau, 3 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.143/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5143/2016

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
211915	ADRIANA APARECIDA SANTOS	12/11/2015	26/12/2015
179680	ALAIR DE SOUZA SESTREM	25/10/2015	18/12/2015
150576	ALBERTINA DE SOUZA BONIN	26/11/2015	18/12/2015
229351	ALEXANDRA DA SILVA WOLF	03/12/2015	18/12/2015
228578	ANA PAULA DE SOUZA CRESTANI	25/12/2015	18/01/2016
018970	ANA PAULA SCHMITZ	25/11/2015	31/12/2015
228673	ANE CAROLINE KARSTEDT	04/12/2015	18/12/2015
033256	ANGELITA BARBOSA RAMOS	16/12/2015	18/12/2015
171611	BILLY ALVES	23/09/2015	08/03/2016
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	10/12/2015	18/12/2015
228480	CHRISTIANE LEITZKE	18/12/2015	16/01/2016
229342	CINTIA SCHMIDT	02/12/2015	04/12/2015
131679	CLARA TEREZINHA DA CUNHA	01/12/2015	15/01/2016
209414	CLEITON BRUNO HASKEL	01/02/2016	08/02/2016
160725	CLEUSA MARTA AGOSTINHO	30/12/2015	19/01/2016
000766	CYD KARLO PAES	26/11/2015	04/12/2015
229312	DOLORES MARQUES FIRMO SCHRAM	02/12/2015	18/12/2015
230027	DORLI BURIGO LUCHINI BONIN	01/12/2015	18/12/2015
225134	DULCE MARTINS	18/11/2015	02/12/2015
194174	EDEMILSON FLORIANO PEDRINI	21/12/2015	05/02/2016
216160	EDEZIO PEDRO TOMAZ	02/12/2015	08/01/2016
225339	ELCI APARECIDA DOMINGUES DE SOUZA	25/11/2015	27/11/2015
019860	EVERSON DAMAS	19/11/2015	01/01/2016
228493	FABIANA DE OLIVEIRA GOLDMANN	19/11/2015	18/12/2015
238501	FABIANE DOS SANTOS GONÇALVES	19/11/2015	24/11/2015
208868	FABIANO MACHADO FELIZARDO	20/10/2015	18/12/2015
200182	FABIOLA KANAREK	28/11/2015	18/12/2015
018864	FERNANDA GEISA MICHEL BROLLO	16/12/2015	31/12/2015
226220	FERNANDA PELLENS	26/09/2015	20/11/2015
189243	FRANCISCA HELENA CUNHA DANIELICZEN	17/11/2015	18/12/2015
000324	GEDIÃO ANTONIO LEMOS	02/12/2015	25/01/2016
218170	GLENDA LEE MIRANDA RHEE SCHULDIT	24/11/2015	08/12/2015
228913	GLENDA LEE MIRANDA RHEE SCHULDIT	24/11/2015	08/12/2016
010863	HELIO GARBINATO	16/12/2015	01/03/2016
229520	INAJARE FLORIANO SCOTTINI	25/12/2015	18/12/2015

147974	IRINEA KANITZ	18/12/2015	01/04/2016
005550	JACQUES ROBERT HECKMANN	13/12/2015	01/01/2016
201200	JAILA PENAFORTE	17/12/2015	01/02/2016
221287	JANETE DE SILVA JACOB	28/11/2015	10/12/2015
199400	JOSIANE LEAL	04/12/2015	15/01/2016
187089	JULINHO FRANCISCO DE OLIVEIRA	03/12//2015	15/01/2016
107468	KARIN LUCIA EICHSTADT	17/12/2015	29/02/2016
230050	KATIA CORREIA PACHECO DOS SANTOS	02/12/2015	15/01/2016
185582	KATIA GIOVANA LEITE	02/12/2015	11/12/2015
001652	KATIA REGINA MABA ZIEHLSDORFF	15/12/2015	01/02/2016
229414	LACY TEREZINHA DE OLIVEIRA DALRI	18/11/2015	18/12/2015
189863	LIDIA ALVES FOGASSA DE SOUZA	11/12/2015	26/01/2016
228610	LINAMIRA CARDOSO DE OLIVEIRA DALPIAZ	26/11/2015	18/12/2015
230219	LUANA APPEL DOS SANTOS	31/12/2015	18/01/2016
183121	LUCIA TERESINHA MARTINS	19/11/2015	12/12/2015
230044	LUCIANA APARECIDA MARIANO AIME	08/12/2015	22/01/2016
228566	LUCIANE LUBOW SCHMITT	18/11/2015	27/11/2015
201065	MAGALI NEITZEL	15/11/2015	18/12/2015
173398	MAGDA REJANE SCHWZBE RAZERA	16/12/2015	18/12/2015
006050	MAIKE KAESTNER KIESER	18/12/2015	15/01/2016
230509	MARCELA DE SOUZA SILVA ZUPE	01/12/2015	12/02/2016
002288	MARGARETH CASSILDA DA SILVA	23/12/2015	19/01/2016
132098	MARIA DA PAZ NUNES COSTA BALTHAZAR	17/12/2015	17/12/2015
188433	MARIA DE FATIMA MEDEIROS	24/11/2015	18/12/2015
077194	MARIA ELENA GEISSLER	24/12/2015	19/02/2016
193666	MARIA GORETI MARCO DESCHAMPS	04/12/2015	18/12/2015
228930	MARIA SALETE DOS SANTOS	11/12/2015	26/01/2016
190845	MARIA SALETE MAIER	03/12/2015	08/12/2015
173347	MARIA TERESA PRADA FRONZA	04/12/2015	07/12/2015
202320	MARIA TERESINHA LOURENCO PINEIRO	05/12/2015	11/12/2015
230049	MARILZE RAQUEL SCHMITT	24/11/2015	08/01/2016
229311	MARISTELA CHAVES DA ROSA MANCHINI RODRIG	02/12/2015	17/12/2015
194123	MARLENE ZEFERINO RAMOS	24/11/2015	17/11/2015
002583	MAURICIO MILBRATZ	27/11/2015	24/12/2015
098388	NAIR CARMEN DOS SANTOS	21/11/2015	22/01/2016
229129	NALU IARA BRUCH	06/12/2015	09/12/2015
229514	NEUSA VIRGINIA SCHMITT	15/12/2015	19/12/2015
229284	PAMELA ADRIANA PAOLIN	27/11/2015	11/01/2016
000341	PAULO RUARO	16/01/2016	06/02/2016
009598	RENAN FROZZA	30/12/2015	17/01/2016
229566	RENATA LINHARES DOS SANTOS	12/12/2015	18/12/2015
210471	RENE EDUARDO EGER	27/11/2015	11/12/2015
004283	ROBERTO BENVENUTTI	19/11/2015	10/01/2016
002457	ROBERTO RAFAELI DA CRUZ	04/12/2015	04/12/2015
186503	ROSANE BAER	22/12/2015	10/01/2016
230574	ROSANGELA GORGES	16/12/2015	15/01/2016
139327	ROSEMERI TOMIO	16/12/2015	18/12/2015
229941	ROSICLER APARECIDA MARTINS CORREA	18/12/2015	01/02/2016

229329	SABRINA MUNIZ	04/12/2015	25/12/2015
202126	SALETE WUTKE	24/11/2015	29/01/2016
212539	SANDRA ANDREA SALVADOR	02/12/2015	04/12/2015
213705	SANDRA CRISTINA GIRARDI	29/11/2015	21/01/2016
187666	SEBASTIÃO FERREIRA LIMA	12/12/2015	27/01/2016
230234	SEDNEIA APARECIDA BIF CARDOSO	24/11/2015	08/01/2016
229241	SILVIA RAQUEL NOGUEIRA CALIXTO	27/11/2015	30/11/2015
228337	SIRLEI ALMEIDA SANTOS	30/12/2015	20/07/2016
187852	SONIA MARIA GARCIA	05/12/2015	18/12/2015
229860	TALITHA VERGARA BAUTISTA	13/12/2015	21/01/2016
135470	TARCISIO PRAWUTZKI	15/12/2015	29/02/2016
177873	VALMIR KLOEPFEL	27/11/2015	20/01/2016
004711	VICTOR CESAR DA SILVA NUNES	08/12/2015	18/12/2015
230466	WANDERLEIA DE FATIMA DA ROSA	27/11/2015	11/12/2015
189510	WESLEY BONETTI DA SILVA	09/12/2015	24/12/2015

Blumenau, 3 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.144/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5144/2016

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 5014/2015 5033/2015 e 5034/2015.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
000064	ADEMIR KURTZ	12/09/2015	01/01/2016
088692	ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA	14/11/2015	18/12/2015
228262	ALCIONE FUMAGALLI	01/12/2015	29/01/2016
228661	ALESSANDRA MORAIS CAVALHEIRO	01/12/2015	15/01/2016
176958	ALEXANDRE TOMASI	20/01/2016	19/05/2016
107794	ANSELMO LEONARDO REYNAUD DOS SANTOS	04/12/2015	18/02/2016
204838	ARLEI RENI CORELLA	04/12/2015	29/02/2016
194662	CATARINA IMIANOVSKI	14/11/2015	11/12/2015
187399	CLAUDIO WINSTERS STEIL	21/11/2015	29/01/2016
228990	ELENISIA TERESINHA MACHADO	19/12/2015	18/11/2016
000023	ELIZABETH VALDIEK FORMIGARI	21/11/2015	22/01/2016
230120	FABIANA CATSCHOR DOS SANTOS	12/12/2015	14/03/2016
205966	HEMELICE MACHADO PELLIS	21/01/2016	21/03/2016
227969	IVAN OLIANI	10/12/2015	05/02/2016
110817	JOÃO DE GOES NETO	01/12/2015	29/01/2016
221147	JOÃO DE GOES NETO	01/12/2015	29/01/2016
210439	JOSE MESSIAS ANDRADE DE MOURA	01/08/2015	01/03/2016
212490	JUCEMARA APARECIDA RIBEIRO DIAS MORAES	16/12/2015	16/01/2016
218243	KARIN MARIANNE SCHILDWACHTER	14/11/2015	18/12/2015
229446	KATIA CRISTINA SCHMITZ MOSER POSTAI	05/12/2015	31/03/2016

229883	LILIANE PEREIRA CAMARGO	28/11/2015	15/01/2016
213098	LIZANDRA HAEFFNER JUNGES	28/11/2015	03/01/2016
198641	LUCIANA ALVES CAPELA GONÇALVES JORGE	28/11/2015	18/12/2015
183318	LUCIANA ALVES CAPELA GONÇALVES JORGE	29/11/2015	19/12/2015
004137	LUIZ ALBERTO PACHECO DE SOUSA	01/01/2016	18/01/2016
155675	MARA RUBIA SILVA	25/12/2015	29/01/2016
196592	MARCIA APARECIDA DA SILVA	08/12/2015	18/12/2015
004401	MARCIA AZEVEDO BASTIAN MANFREDI	11/12/2015	29/01/2016
186872	MARCILENE RODRIGUES	05/11/2015	01/01/2016
155527	MARIA KATIA DA CUNHA MELLO	25/12/2015	12/02/2016
207195	MARIA LUCILDE CARDOSO MACEDO	21/11/2015	18/12/2015
174920	MARIA LUZIA TORRES ISIDORO	15/11/2015	20/11/2015
186732	MARIA SALETE DE SOUZA	17/11/2015	03/12/2015
004712	MARIALVA TOMIO DREHER	24/11/2015	01/02/2016
229254	MARILENE APARECIDA DE MORAES	22/08/2015	10/02/2016
139912	MARLI NAWASK DICKMANN	10/10/2015	06/11/2015
175277	MARTINHO BLOEMER	13/11/2015	12/02/2016
228729	MAURICIO MORASTONI	11/11/2015	20/04/2016
143022	MIRIAM SPLITTER HACKBARTH	19/12/2015	11/02/2016
200271	MONICA PURIN RAMOS	01/12/2015	19/01/2016
192538	NEILA REGINA BARCELOS	12/11/2015	05/02/2016
191922	NELI TEREZINHA DAL CORDIVO SANTOS	19/12/2015	16/03/2016
182567	NILSA SEMIANO DEIMONEGO	01/12/2015	31/01/2016
196851	NILSA TERESINHA HENDGES	16/12/2015	17/02/2016
198463	OLISMARIA GLORIA NERY HAENDCHEN	25/11/2015	18/12/2015
100684	PAULINO IGNACIO JACQUES NETO	24/10/2015	06/11/2015
000580	ROSANE APARECIDA COSTA DE OLIVEIRA	28/11/2015	15/01/2016
206504	ROSANE NICOLETTI	20/11/2015	18/12/2015
191256	ROSANE SALVADOR RODRIGUES	28/11/2015	15/02/2016
204889	ROSEMERI ZULOW	13/12/2015	21/12/2015
003343	SERGIO LUIZ ALTHOFF	05/12/2015	29/01/2016
217530	SHEILA PRATIS HUSCHER	05/12/2015	29/01/2016
003085	TANIA MARIA DE SOUZA FERREIRA	14/11/2015	24/11/2015
168130	URSULA SOUZA	02/01/2016	30/01/2016
113743	VANDERLEIA NUNES RUFINO	21/11/2015	18/02/2016
135682	VERONICA WINDISCH	21/11/2015	25/11/2015

Blumenau, 3 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.145/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5145/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HELIO FLAVIO VIEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas

Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1.006, de 9 de novembro de 2015, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

HELIO FLAVIO VIEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 12.545,44 (Doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), a partir de 4 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03129/01/2016.

Blumenau, 3 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.146/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5146/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARNO PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ARNO PEREIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00006/16-9, em 21/01/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Electro Aço Altona S.A.	07/01/1974 a 29/08/1979
Auto Center Comércio de Veículos Ltda.	01/10/1979 a 14/05/1980
Construtora Stein Ltda.	23/05/1980 a 19/11/1992
Prefeitura Municipal de Blumenau.	15/02/1993 a 01/11/1993

Totaliza o tempo de 7106 (sete mil, cento e seis) dias, correspondente a 19 (dezenove) anos, 5 (cinco) meses, e 21 (vinte e um) dias, conforme Processo n.º 03215/02/2016.

Blumenau, 4 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.147/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5147/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA SCHEIDEMANTEL SCHROEDER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SILVANA SCHEIDEMANTEL SCHROEDER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00010/16-6, em 21/01/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Fundação Hospitalar de Blumenau.	02/09/1986 a 20/03/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau.	23/03/1987 a 13/09/1994
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau.	01/09/1988 a 28/02/1989 02/08/2004 a 31/01/2005

Totaliza o tempo de 3109 (três mil, cento e nove) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 6 (seis) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 03184/01/2016.

Blumenau, 4 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.148/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5148/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIANE DESCHAMPS MACHADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DIANE DESCHAMPS MACHADO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00001/16-7, em 19/01/2016, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 11/02/1985 a 05/03/2002, um total de 6230 (seis mil, duzentos e trinta) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 03207/02/2016.

Blumenau, 4 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.149/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5149/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REGINA MARA PEIXER ZOSCHKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

REGINA MARA PEIXER ZOSCHKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 6.902,01 (Seis mil, novecentos e dois reais e um centavo), a partir de 8 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03182/01/2016.

Blumenau, 5 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.150/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5150/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TANIA ITAMARA DO NASCIMENTO LAUS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

TANIA ITAMARA DO NASCIMENTO LAUS, servidora pública

municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 7.377,80 (Sete mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03181/01/2016.

Blumenau, 5 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.151/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5151/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROVENA CORDEIRO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROVENA CORDEIRO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 3.846,25 (Três mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03106/01/2016.

Blumenau, 3 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.152/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5152/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AMELIA TAVARES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2.º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 846, de 5 de abril de 2012, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 6.º, seus incisos, da

Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

AMELIA TAVARES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.680,88 (Dois mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos), a partir de 5 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03131/01/2016.

Blumenau, 5 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.153/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5153/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVELY RUTHZATZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 680, de 6 de março de 2008, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

EVELY RUTHZATZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 2.208,71 (Dois mil, duzentos e oito reais e setenta e um centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03137/01/2016.

Blumenau, 9 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.154/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5154/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À FELIZARDA GOULART WALTRICK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redações

determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

FELIZARDA GOULART WALTRICK, cônjuge de BENTO WALTRICK, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 5 de janeiro de 2016, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 1.769,18 (Mil, setecentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) a contar da data do óbito.

Blumenau, 9 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.155/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5155/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DITER STRUBE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DITER STRUBE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20024100.1.00031/15-9, em 16/12/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 08/03/1982 a 05/02/1995, um total de 4708 (quatro mil, setecentos e oito) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 10 (dez) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 03233/02/2016.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.156/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5156/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MAURICIO LUIZ KRUG.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de

22 de dezembro de 2000,

A favor de MAURICIO LUIZ KRUG, servidor público municipal, ocupante do cargo de Motorista, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00016/16-4, em 02/02/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	04/03/1980 a 30/11/1991
VH Serviços e Construções S.A.	04/05/1992 a 07/01/1995
Contribuinte Individual	01/01/1995 a 30/06/1995 01/07/1995 a 30/09/1995
Malhasoft S.A. - Enobrecimento Têxtil	04/03/1996 a 11/07/1997
Coletivo Rodovel Ltda.	01/12/1997 a 07/02/1998
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	09/02/1998 a 16/08/1998

Totaliza o tempo de 6282 (seis mil, duzentos e oitenta e dois) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, 2 (dois) meses, e 17 (dezessete) dias, conforme Processo n.º 03220/02/2016.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.157/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5157/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GILCE TEREZINHA ZENI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GILCE TEREZINHA ZENI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00004/16-6, em 14/01/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Letícia Avícola S.A.	04/02/1981 a 22/07/1981
Prefeitura Municipal de Chapecó	13/08/1981 a 10/09/1983
Fogasista Indústria e Comércio de Eletrodomésticos Ltda. – ME.	01/11/1983 a 17/02/1984

Contribuinte Individual	01/04/1987 a 30/04/1987 01/07/1987 a 31/08/1989
Orcali Serviços Especializados Ltda.	22/04/1991 a 21/08/1991

Totaliza o tempo de 1979 (mil, novecentos e setenta e nove) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 5 (cinco) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 03225/02/2016.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.158/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5158/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARNO PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ARNO PEREIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.424,43 (Mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos), a partir de 15 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03214/02/2016.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.159/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5159/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL MARIA CIRICO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar

n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ISABEL MARIA CIRICO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 7.262,28 (Sete mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos), a partir de 15 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03211/02/2016.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.160/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5160/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEIDE ROSI HECK DE CARVALHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 40, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 680, de 6 de março de 2008, combinado com o artigo 5º, inciso I da Lei Complementar 1006, 9 de novembro de 2015, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

NEIDE ROSI HECK DE CARVALHO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.687,60 (Quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), a partir de 15 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03196/02/2016.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.161/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5161/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUSANA SCHORK TONN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

SUSANA SCHORK TONN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.667,18 (Seis mil, seiscentos e sete reais e dezoito centavos), a partir de 15 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03160/01/2016.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.162/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5162/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUCINEIA DE CARVALHO GODINHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

JUCINEIA DE CARVALHO GODINHO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.695,00 (Seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais), a partir de 15 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03216/02/2016.

Blumenau, 11 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.163/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5163/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2016 ÀS 13H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 12 de fevereiro de 2016, às 13h30min.

Blumenau, 11 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.164/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5164/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINWALDT HAUSMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

REINWALDT HAUSMANN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.983,94 (Mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos), a partir de 15 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03213/02/2016.

Blumenau, 11 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.165/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5165/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LUCI BITTENCOURT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar

n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA LUCI BITTENCOURT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 12.645,02 (Doze mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e dois centavos), a partir de 12 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03119/01/2016.

Blumenau, 11 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.166/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5166/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDSON SCHROEDER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

EDSON SCHROEDER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 13.510,48 (Treze mil, quinhentos e dez reais e quarenta e oito centavos), a partir de 16 de fevereiro de 2016, conforme Processo n.º 03193/02/2016.

Blumenau, 12 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.167/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5167/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HELMUTH STREY.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de

22 de dezembro de 2000,

A favor de HELMUTH STREY, servidor público municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00017/16-0, em 03/02/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	22/10/1984 a 17/09/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	19/09/1989 a 30/04/1990

Totaliza o tempo de 2013 (dois mil, treze) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 6 (seis) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 03248/02/2016.

Blumenau, 12 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.168/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5168/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOELI SALETE ALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SOELI SALETE ALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Monitor de Área Azul, lotada no SETERB- Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00093/15-0, em 19/11/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cooperativa Central Aurora Alimentos	23/09/1981 a 25/10/1982
SETERB – Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau	04/02/1986 a 01/05/1995
DP Locação e Agenciamento de Mão de Obra EIRELI	09/10/2008 a 26/10/2008

Totaliza o tempo de 3789 (Três mil, setecentos e oitenta e nove) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 4 (quatro) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 03251/02/2016.

Blumenau, 16 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.169/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5169/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TANEIA REGINA DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TANEIA REGINA DOS SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00055/15-1, em 18/12/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Perdigão Agroindustrial S.A.	10/12/1979 a 01/03/1980
Mercado de Tecidos Leon Ltda – ME	02/06/1986 a 20/03/1987
Prefeitura Municipal de Tangará	22/02/1988 a 08/02/1989
Indústria e Comércio de Malhas Santa Ltda – ME	08/05/1989 a 05/06/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	14/02/1991 a 31/12/1991 20/02/1992 a 31/12/1992 01/02/1993 a 31/12/1993 24/02/1994 a 24/02/1994

Totaliza o tempo de 1725 (mil, setecentos e vinte e cinco) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 8 (oito) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 03259/02/2016.

Blumenau, 16 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.170/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5170/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ RICARDO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOSÉ RICARDO, servidor público municipal, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00117/08-4, em 01/02/2016, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 22/11/1979 a 22/06/1995, um total de 5686 (cinco mil, seiscentos e oitenta e seis) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 7 (sete) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 03262/02/2016.

Blumenau, 16 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.171/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5171/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A PAULO CÉSAR MAÇANEIRO E TEMPORÁRIA À ANA PAULA MAÇANEIRO E PAULO BERNARDO MAÇANEIRO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA E TEMPORÁRIA

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 2º, e 18, incisos I, alínea "a", e II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 479, de 29 de setembro de 2004, 758, de 15 de junho de 2010, e 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

PAULO CÉSAR MAÇANEIRO, cônjuge, ANA PAULA MAÇANEIRO e PAULO BERNARDO MAÇANEIRO, filhos menores de VERA LÚCIA THEISS MAÇANEIRO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 13 de fevereiro de 2016, devendo perceber o beneficiário da pensão vitalícia o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos, no valor de R\$ 1.171,38 (Mil, cento e setenta e um reais e trinta e oito centavos), e os beneficiários da pensão temporária, o correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), no valor de R\$ 585,69 (Quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), por beneficiário, até completarem 21 (vinte e um) anos, totalizando R\$ 2.342,76 (Dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo nº 03268/02/2016.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.172/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5172/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PETRA GEORGETTE TINTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308,

promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de PETRA GEORGETTE TINTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021070.1.00067/15-0, em 04/12/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 30/05/1988 a 21/02/1994, totaliza o tempo de 2087 (dois mil, oitenta e sete) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 8 (oito) meses, e 22 (vinte e dois) dias, conforme Processo n.º 03289/02/2016.

Blumenau, 19 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.173/2016 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5173/2016

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALESSANDRO BARASUOL LANZARIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, a

ALESSANDRO BARASUOL LANZARIN, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do quadro permanente de pessoal, categoria 12 do grupo ocupacional especialista, carga horária de 30 horas, faixa de vencimento "I", passando do padrão de vencimento "C", para o padrão de vencimento "D".

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo seus efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.174/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5174/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2016 ÀS 13H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 23 de fevereiro de 2016, às 13h30min.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.175/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5175/2016

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
214825	ALESSANDRA VANESSA HEIDEN GIRARDI	22/12/2015	19/04/2016
228878	ANDRESSA KAER PINHEIRO	06/01/2016	04/05/2016
010168	CARLA DAGOSTINI	02/02/2016	31/05/2016
228741	CHRISTINA CABRAL SERAFIM	01/02/2016	30/05/2016
223956	FABIANA SCHMITT CORREA	22/01/2016	20/05/2016
230619	FRANCIELE FLORIANI DOS SANTOS	15/02/2016	13/06/2016
230531	GABRIELE DE FREITAS	21/12/2015	18/04/2016
230569	GREICE FRANCIELE MAIBERG	05/01/2016	03/05/2016
230478	JULIANA KOFAHL CORNELIUS	05/01/2016	03/05/2016
228740	MARA JOSIANE NUSS	18/01/2016	16/05/2016
228359	MARINA NEVES FOGAÇA	18/01/2016	16/05/2016
229774	MARLIN MARCELI PISETTA	17/12/2015	14/04/2016
004516	MIRELE TITTON CALDERARI JOHN	22/02/2016	20/06/2016
230227	PAULA PEREIRA DA SILVA LIMA	08/02/2016	06/06/2016
229906	SILENE SAUSEN	20/12/2015	17/04/2016

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.176/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5176/2016

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
007683	ALESSANDRA JEANNE DIAS CHRIST	29/12/2015	10/07/2016
000543	ANA MARIA MELIM	02/02/2016	02/06/2016
018970	ANA PAULA SCHMITZ	04/02/2016	20/02/2016
188921	AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA	06/02/2016	11/03/2016

229851	BRUNA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	10/02/2016	24/02/2016
230346	BRUNO FERRASSO FARIAS	09/02/2016	29/04/2016
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	02/02/2016	11/02/2016
195995	CAROLINA VIDEIRA MENDES DE MELO	15/02/2016	01/03/2016
225797	DAGMAR URSULA PASSOLD	11/12/2015	10/01/2016
230132	DANIELLE DELLA GIUSTINA BOHRINGER	11/12/2015	24/12/2015
003237	DAVILSON MARQUES VIEIRA	24/01/2016	05/02/2016
150738	DENIZE MONTIBELLER	11/12/2015	11/12/2015
209384	DIVA SALETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	12/11/2015	30/06/2016
228060	DOLORES CABRAL E SILVA	09/02/2016	08/04/2016
230235	ELISABETE MASSING JACINTHO	02/02/2016	16/02/2016
118222	ELISETE REGINA DA COSTA	29/12/2015	28/04/2016
221473	ELIZIA FRONZA	16/02/2016	19/02/2016
000358	EMERSON GIL REUTER	04/02/2016	22/03/2016
229936	EMILIA SILVANO MARCELINO	09/02/2016	04/03/2016
198161	ESTER MAES CANZIANI	03/02/2016	16/03/2016
207098	EVANDINA WILHELMS	01/12/2015	25/03/2016
010086	EVELISE DE BRITO SPERANDIO	02/02/2016	12/02/2016
191469	FABIANE FURLANETO DE SA	29/12/2015	30/03/2016
230503	FATIMA MARIA MOREIRA	02/12/2015	17/12/2015
229186	FERNANDA CHRISTINE ZAPFF	02/02/2016	26/02/2016
018864	FERNANDA GEISA MICHEL BROLLO	02/02/2016	14/03/2016
005573	GILSON LUIZ PASSERO	02/02/2016	11/03/2016
009406	JEAN FABRICIO BERTOLDI	05/02/2016	05/02/2016
130060	JOAO LUIZ CORADINI	23/01/2016	29/04/2016
172855	JOSE RICARDO SEARA DA COSTA	16/02/2016	22/02/2016
000500	JOSE VILSON BERTOLDI	02/02/2016	22/04/2016
170348	JOSEFA SEMPCKOVSKI	22/12/2015	07/03/2016
201421	JULIAN GILMARA ISENSEE	25/11/2015	30/06/2016
007170	KARLA KAESTNER	02/02/2016	14/03/2016
211087	KATIA CILENE CUNHA	03/02/2016	04/03/2016
230050	KATIA CORREIA PACHECO DOS SANTOS	02/02/2016	06/05/2016
229121	LARISSA NAYARA BUDAG	02/01/2016	04/04/2016
229883	LILIANE PEREIRA CAMARGO	09/02/2016	16/03/2016
148040	LUCEMIR SCHLINDWEIN LEITE	09/02/2016	10/04/2016
119334	LUCILENE RAQUEL SCHMITT	16/02/2016	25/02/2016
091979	MARA REGINA ROSSI HORACIO BORBA	04/01/2016	18/03/2016
155675	MARA RUBIA SILVA	18/02/2016	04/03/2016
099457	MARA RUEDIGER	03/01/2016	01/04/2016
188433	MARIA DE FATIMA MEDEIROS	16/02/2016	16/03/2016
206725	MARIA DE LOURDES DE LIMA	02/02/2016	11/02/2016
193666	MARIA GORETI MARCOS DESCHAMPS	17/02/2016	11/03/2016
186732	MARIA SALETE DE SOUZA	17/02/2016	17/02/2016
228288	MARINA CRUZ KREPSKY	30/01/2016	24/02/2016
206989	MARIZA JUSTUS ALVES DE ANDRADE	20/01/2016	05/02/2016
139912	MARLI NOWASKY DICKMANN	15/02/2016	17/02/2016
212326	MARLISE ANTUNES	11/12/2015	18/12/2015
212326	MARLISE ANTUNES	02/02/2016	04/03/2016
002042	MAURIZETE MAYER	04/02/2016	22/04/2016
221082	MELANIA REGINA BERTELLI	05/02/2016	21/04/2016

228932	MERI DADIAME VOOS COLOMBELLI	20/02/2016	05/03/2016
216739	MONICA ROMIG DE LIMA SOUZA	09/02/2016	25/03/2016
002774	PATRICIA LUIZA KEGEL	16/02/2016	03/02/2017
100684	PAULINO IGNACIO JACQUES NETO	01/12/2015	30/06/2016
213659	PAULO ANTONIO MARIA	15/02/2016	31/03/2016
006505	PEDRO ANDRADE	02/02/2016	11/04/2016
007638	ROBERTO CARLOS KLANN	18/02/2016	30/04/2016
217255	RONALDO WEINGARTNER	12/02/2016	28/02/2016
003142	ROSANA ANDRADE REBELO	10/02/2016	11/02/2016
192457	ROSELI DE MEDEIROS DA SILVA	08/12/2015	30/06/2016
141925	SANDRA APARECIDA GAULKE FRANCISCO	16/02/2016	16/04/2016
228854	SANDRA REGINA RINCAVESCHI	16/02/2016	29/07/2016
228541	SANDRA SCHIQUET DOS SANTOS	27/01/2016	11/04/2016
191981	SCHEILLA CRISTINA DOS SANTOS	24/02/2016	25/04/2016
000107	SEBASTIAO FREDERICO BARON	06/02/2016	23/02/2016
229205	SHIRLEY FARIA	27/01/2016	26/02/2016
166413	SIDNEY DOS SANTOS NAVES	23/12/2015	22/02/2016
148130	SILVIA TERESA WIRTH	16/02/2016	16/02/2016
000061	SOELI SALETE ALVES	31/12/2015	29/02/2016
230335	SOLANGE SCHWARTZ	26/01/2016	24/03/2016
187852	SONIA MARIA GARCIA	16/02/2016	19/02/2016
194816	TANIA MARLEY COELHO	04/02/2016	17/03/2016
184950	TARCISIO FRONZA	04/02/2016	04/03/2016
188620	URSULA STORTZ HARDER	16/02/2016	11/03/2016
214426	VERA LUCIA THEISS MAÇANEIRO	04/02/2016	12/02/2016
195219	VILSON LUIZ BALDIN	16/02/2016	17/04/2016
197092	WILLIAM SCHROEDER	22/12/2015	20/04/2016
209961	ZELI MARIA DOS SANTOS	04/02/2016	04/03/2016

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.177/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5177/2016

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 5086/2015 5143/2016 e 5144/2016.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
228661	ALESSANDRA MORAIS CAVALHEIRO	16/01/2016	25/02/2016
200247	ANDREIA APARECIDA ALVES	29/12/2015	23/01/2016
107794	ANSELMO LEONARDO REYNAUD DOS SANTOS	19/02/2016	24/06/2016
189278	APARECIDA ILDA DA COSTA VENDRUSCOLO NIHU	19/12/2015	12/02/2016
174424	CARLA LONGINA CASAS DA SILVA	19/12/2015	18/01/2016
204226	CHIRLEI REGIANE VIEIRA	28/11/2015	22/01/2016
187399	CLAUDIO WINSTERS STEIL	30/01/2016	01/02/2016
145696	DAISY MARIA OLIVEIRA FERNANDES	23/12/2015	12/02/2016

000023	ELIZABETH VALDIEK FORMIGARI	23/01/2016	19/02/2016
226220	FERNANDA PELLENS	21/11/2015	29/01/2016
000324	GEDIAO ANTONIO LEMOS	26/01/2016	12/02/2016
230569	GREICE FRANCIELE MAIBERG	18/11/2015	04/01/2016
157554	IDA MARIA MOSSMANN	30/01/2016	24/03/2016
207969	IVAN OLIANI	06/02/2016	13/03/2016
004216	IVANA VITORIA DEEKE FUHRMANN	11/11/2015	15/01/2016
228217	JANIS THOMAS MULLER	21/01/2016	30/04/2016
220221	JAQUELINE RAMLOW	22/01/2016	21/03/2016
224260	JESSICA ACHTERBERG	09/01/2016	22/02/2016
110817	JOAO DE GOES NETO	30/01/2016	11/04/2016
221147	JOAO DE GOES NETO	30/01/2016	11/04/2016
229429	JOICE MINEIA BRANGER	19/12/2015	16/03/2016
212490	JUCEMARA APARECIDA RIBEIRO DIAS MORAES	17/01/2016	29/01/2016
228312	JULIANA BATISTA DO AMARANTE	12/02/2016	25/05/2016
230050	KATIA CORREIA PACHECO DOS SANTOS	02/12/2015	15/01/2016
001652	KATIA REGINA MABA ZIEHLSDORFF	02/02/2016	11/04/2016
164747	LEANDRA PELLEGRIN	16/02/2016	26/02/2016
229414	LECY TEREZINHA DE OLIVEIRA DALRI	19/12/2015	26/02/2016
229069	LUCIANA ALVES DOS SANTOS	21/01/2016	27/01/2016
204692	MANOEL FARIAS	14/11/2015	22/01/2016
230509	MARCELA DE SOUZA SILVA ZUPE	13/02/2016	11/03/2016
186872	MARCILENE RODRIGUES	02/01/2016	10/02/2016
214248	MARIA GORETTI HEMER	25/12/2015	04/03/2016
207195	MARIA LUCILDE CARDOSO MACEDO	19/12/2015	09/02/2016
228930	MARIA SALETE DOS SANTOS	27/01/2016	26/03/2016
204145	MARIA TERESINHA LOURENÇO	19/12/2015	01/03/2016
004712	MARIALVA TOMIO DREHER	02/02/2016	26/04/2016
229254	MARILENE APARECIDA DE MORAES	11/02/2016	15/04/2016
201553	MARLI SCHAEFER	11/02/2016	10/05/2016
143022	MIRIAN SPLITTER HACKBARTH	12/02/2016	10/05/2016
098388	NAIR CARMEN DOS SANTOS	23/01/2016	20/07/2016
000317	NILCE HELENE NETO	11/12/2015	19/01/2016
182567	NILZA SEMIANO DELMONEGO	01/02/2016	27/03/2016
230460	PAULO ROBERTO LONDERO VOTO	19/12/2015	05/02/2016
210471	RENE EDUARDO EGER	12/12/2015	21/01/2016
146161	RICARDO LUIZ BEDUSCHI	12/12/2015	15/03/2016
002457	ROBERTO RAFAELI DA CRUZ	05/12/2015	12/12/2015
107557	RONALD LUIZ LUVIZOTTO	28/11/2015	18/02/2016
000580	ROSANE APARECIDA COSTA DE OLIVEIRA	16/01/2016	18/03/2016
206504	ROSANE NICOLETTI	19/12/2015	31/03/2016
191256	ROSANE SALVADOR RODRIGUES	16/02/2016	10/04/2016
230574	ROSANGELA GORGES	16/01/2016	18/03/2016
229023	ROSANGELA PEREIRA	19/01/2016	31/03/2016
213705	SANDRA CRISTINA GIRARDI	22/01/2016	25/01/2016
116360	SANDRA REGINA DE ZUTTER	01/10/2015	21/01/2016
187666	SEBASTIAO FERREIRA DE LIMA	28/01/2016	29/01/2016
228725	SEBASTIAO TADEU WOLF DA COSTA	11/02/2016	07/05/2016
230234	SEDNEIA APARECIDA BIF CARDOSO	09/01/2016	12/03/2016
228730	SERGIO FERNANDES MATEUS	12/12/2015	12/03/2016

008390	SHEILA ELISA SCHEIDEMANTEL	05/12/2015	26/02/2016
217530	SHEILA PRATIS HUSCHER	30/01/2016	10/03/2016
224600	SONIA SUELI EBEL	08/12/2015	11/12/2015
208434	STELA MARIS DUARTE	15/10/2015	15/06/2016
168130	URSULA SOUZA	31/01/2016	01/03/2016
171344	VALMIR MANSKE	19/12/2015	22/01/2016
173339	VIVIANE MASSANEIRO JOAQUIM	05/02/2016	19/04/2016
132721	ZELIA LONGO	11/11/2015	14/03/2016
206032	ZILMA GOEDERT LONGEN	26/01/2016	25/03/2016

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4839/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 4839/16 DE 02 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕE O CONSELHO ESCOLAR 2016/2018, NO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam nomeadas como membros do CONSELHO ESCOLAR 2016-2018, as seguintes pessoas:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

- FABIANE AMMES MORANDINI
- ELISANDRA CESCHINI SENHOR

Representantes dos professores

- ENI WESNER RANZOLIN
- SANDRA FÁTIMA STEFFLER
- SALETE FUZZINATO ZIMMERMANN
- SOLANGE ANDREA BONNI DE BASTIANI

Representantes da Associação de Pais e Professores (APP)

- FABIANE BRAMBILA NASCIMENTO
- ERNANI KIRCH
- MARILIVA AIOFF
- CLEVIO DICKEL

Representantes dos Alunos

- RENATA AIOFI
- ERICK RAMPI METNEK

Representantes da Comunidade Local

- TITULAR:
- SUPLENTE:

Art. 2º. Os membros do CONSELHO ESCOLAR 2016-2018, terão mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 02 DE MARÇO DE 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2016 DE 03 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 031/2016, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA Servidora Municipal SRA. ELISANE JULCI VARGAS OLLMANN, matrícula nº 725-0, portadora do CPF sob. nº 029.300.509-50, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, contratada em caráter temporário, sendo sua exoneração a partir de 03 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de março de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2016 DE 03 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 032/2016, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais conforme relação:

Nome	Período Concessão	Matrícula	Dias Férias
Fabiana Kátia Thedesco Jung	07/03/16 a 26/03/16	520-7	20
Evandro Boyaski	04/03/16 a 23/03/16	677-7	20
Elisandra Neu	01/03/16 a 20/03/16	678-5	20
Carlos Rafael Bottin	03/03/16 a 01/04/16	623-8	30
Cilvio Odair Wilsmann	04/03/16 a 23/03/16	570-3	20
Antonio Nascimento	01/03/16 a 20/03/16	157-0	20

Art 2º Os servidores Cilvio Odair Wilsmann matricula 570-3 e Antonio Nascimento matricula 157-0, irão gozar de férias pelo período de 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 § 2º da Lei nº542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de Março de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033/2016 DE 03 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 033/2016, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. LORENI SALETE DIEL, inscrita na matrícula sob nº 181-3, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 01 de março de 2016 a 29 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de março de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

20.16 - DEC. NOM. SUZANY B. CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO N.º 20/16 de 03.03.16

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Suzany Bonin Cabral, Brasileira, Casada, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social – Nível 37 do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de hoje 03 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

248.03.16 - P. DES. PROF. ENFERM.. C.TEMP. TIAGO DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 248/16 de 02.03.16

Designa Profissional de Enfermagem Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tiago dos Santos, para exercer o cargo de Profissional de Enfermagem - Nível – 09, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Equipe Bairro Capistrano,

a contar do dia 29 de fevereiro de 2016 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

249.03.16 - P. FÉRIAS ANTONIO C. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 249/16 de 02.03.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Antonio Carlos Neckel, Ocupante do cargo de Operador de Máquina, Padrão I – Nível 05, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 01 de março com término no dia 30 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

250.03.16 - P. FÉRIAS DIONISIO V. SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 250/16 de 02.03.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Dionísio Vidal dos Santos, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 01, do Quadro de Pessoal

do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 28 de fevereiro com término no dia 28 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

251.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAULO E. C. MONTEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 251/16 de 02.03.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de fevereiro de 2016, ao funcionário Paulo Eugenio Carneiro Monteiro, Ocupante do cargo de Médico – Nível 11, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

252.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE OSCAR G. PERON

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 252/16 de 02.03.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 29 de fevereiro e 01 e 02 de março de 2016, ao funcionário Oscar Graciano Peron, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

253.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CARLOTA E. O. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 253/16 de 02.03.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 29 de fevereiro com término no dia 04 de março de 2016, a funcionária Carlota Emília de Oliveira Schlemper, Ocupante do cargo de Servente – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

254.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 254/16 de 02.03.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de fevereiro de 2016, a funcionária Ana Carina Broering Gorges, Ocupante do cargo de Professor I – 3 Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte – Núcleo Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

255.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELISIANE L. NABOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 255/16 de 02.03.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de fevereiro de 2016, a funcionária Elisiane de Lins Nabor, Ocupante do cargo de Professor I – 3 Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte – Núcleo Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

256.03.16 - P. NOM. SILVANA C. ALANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 256/16 de 02.03.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Silvana Cristina Alano, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 11º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Servente - Padrão I – Nível – 1 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 29 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

257.03.16 - P. EXON. SAMARA SANGALETTI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 257/16 de 02.03.16

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Samara Sangaletti, do Cargo de Assessor de Departamento – Padrão I - Nível – 31, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 123/13 de 24.01.13, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 29 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

258.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VERA M. C. VIEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 258/16 de 02.03.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de fevereiro de 2016, a funcionária Vera Marcia Cabral Vieira, Ocupante do cargo de Professor I – 3 Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

259.03.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. JOELMA MENEGAZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 259/16 de 02.03.16
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar mãe Marlene Goedert Menegaz em tratamento de saúde, a contar do dia 29 de fevereiro com término no dia 29 de março de 2016, a funcionária Joelma Menegaz, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

260.03.16 - P. LIC. PREMIO DELMA I. R. SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 260/16 de 02.03.16
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 014/16 de 01.03.156, e despacho em 02.03.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Delma Isabel Rabelo dos Santos ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

261.03.16 - P. FÉRIAS CLEYTON PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 261/16 de 02.03.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Cleyton Pereira, Ocupante do cargo de Encarregado do Parque Municipal de Exposições – Nível 2, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para gozá-las a contar do dia 01 de março com término no dia 30 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

262.03.16 - P. REMANEJAMENTO ELI T. P. HEMKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 262/16 de 02.03.16

Remaneja Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Eli Terezinha Perroni Hemkmaier, ocupante do cargo de Servente, Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

263.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ADRIANA Z. CAPISTRANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 263/16 de 03.03.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de fevereiro de 2016, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

264.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARLENE R. C. BROGNI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 264/16 de 03.03.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 02 de março com término no dia 16 de março de 2016, a funcionária Marlene Romana Colzani Brogni, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Costão do Frade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

265.03.16 - P. FÉRIAS VANESSA BIANCHI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 265/16 de 03.03.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Vanessa Bianchi, Ocupante do cargo de Odontóloga, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 017/2016 de 02 de março de 2016, para gozá-las a contar do dia 02 de março com término no dia 31 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

266.03.16 - P. FÉRIAS SANDRA AP. C. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 266/16 de 03.03.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Sandra Aparecida Coelho de Souza, Ocupante do cargo de Odontóloga, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 018/2016 de 02 de março de 2016, para gozá-las a contar do dia 02 de março com término no dia 31 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 28 A 39/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 28/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Pontogov Assessoria e Consultoria Pública Ltda.
Objeto: Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulos geração de SIFONFI e SIOPS.
Valor Total: O valor total do presente contrato é de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) referente a implantação e treinamento e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em uma parcela de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem Reais) e mais 11 (onze) parcelas iguais e mensais de R\$ 300,00 (Trezentos Reais), totalizando R\$ 3.300,00

Extrato Contrato 29/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Assunção & Moretto Ltda. EPP
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 9.947,44 (nove mil novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

Extrato Contrato 30/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Veneza Comércio de Produtos Hospitalares e Serviços Ltda. ME
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 12.105,00 (doze mil cento e cinco reais)

Extrato Contrato 31/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Sermedicall ARP Equipamentos Hospitalares Ltda. EPP
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 6.460,00 (seis mil quatrocentos e sessenta reais)

Extrato Contrato 32/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Produvale Produtos Hospitalares Ltda
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 18.836,33 (dezoito mil oitocentos e trinta e seis reais e três centavos)

Extrato Contrato 33/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Olimed Material Hospitalar Ltda
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 821,50 (oitocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 34/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: MF de Almeida Cia Ltda.
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 1.022,60 (hum mil vinte e dois reais e sessenta centavos)

Extrato Contrato 35/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Litoral Comercio de Produtos Médicos Eireli ME
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 40.641,90 (quarenta mil seiscentos e quarenta e um reais e noventa centavos)

Extrato Contrato 36/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Fufa-SC Comércio e Representação Ltda
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 13.230,00 (treze mil duzentos e trinta e seis reais)

Extrato Contrato 37/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 28.934,96 (vinte e oito mil novecentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos)

Extrato Contrato 38/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Aliança Hospitalar Ltda
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 20.492,95 (vinte mil quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos)

Extrato Contrato 39/2016 Pregão Presencial 04/2016 FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda
Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 54.100,58 (cinquenta e quatro mil cem reais e cinquenta e oito centavos)

Bom Retiro, 03 de março de 2016.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATOS 40 A 50/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 40/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Cleiton De Souza Comercial ME.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 34.214,50 (trinta e quatro mil duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 41/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Super Varejão Córdova de Alimentos Ltda. ME.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e

utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 117.599,00 (cento e dezessete mil quinhentos e noventa e nove reais)

Extrato Contrato 42/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Nutriport Comercial Ltda.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 5.355,00 (cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais)

Extrato Contrato 43/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Sergio Henrique Elias e Cia Ltda- ME.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 138.078,05 (cento e trinta e oito mil setenta e oito reais e cinco centavos)

Extrato Contrato 44/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 17.492,00 (dezessete mil quatrocentos e noventa e dois reais)

Extrato Contrato 45/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Copal Alimentos Ltda.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 138.820,00 (cento e trinta e oito mil oitocentos e vinte reais)

Extrato Contrato 46/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Célia Regina Wambommel ME.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 39.984,70 (trinta e nove mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos)

Extrato Contrato 47/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: AP Oeste Comércio Ltda.
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 67.108,50 (sessenta e sete mil cento e oito reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 48/2016 Pregão Presencial 04/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Alfredo Comercio Varejista Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 45.188,00 (quarenta e cinco mil cento e oitenta e oito reais)

Extrato Contrato 49/2016 Pregão Presencial 04/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Blunac Distribuidora Eireli ME.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais)

Extrato Contrato 50/2016 Pregão Presencial 04/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: JLM Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 244.607,30 (duzentos e quarenta e quatro mil seiscentos e sete reais e trinta centavos)

Bom Retiro, 03 de março de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

EXTRATO TA CONTRATO 18/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Oitavo Termo Aditivo do Contrato 18/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Serrana Engenharia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia sanitária para a prestação de serviços de transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, produzidos no Município, em aterro sanitário devidamente licenciado.

Ficam alteradas as Cláusulas: Terceira (do Preço) sendo concedido o reajuste de 10,54%, corrigido pelo IGP-M. Com os acréscimos decorrentes deste termo aditivo, o valor mensal do contrato passa a ser R\$ 18.253,45 (dezoito mil duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos) e Quinta (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de março de 2016, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº18/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 03 de março de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 22/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Nono Termo Aditivo do Contrato nº 22/2014

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Consórcio Múltiplos Catedral

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a ADIÇÃO de 1,48% (Um inteiro e quarenta e oito décimos por cento), correspondendo a R\$ 159.281,69 (Cento e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos) do valor do contrato firmado entre as partes em 31/03/2014, e prorrogado para término de vigência em 16/04/2016, nos termos previstos em sua Cláusula 5ª (quinta).

LEI Nº 1.322/2016

LEI Nº 1.322/2016

“Dispõe sobre as normas referentes ao plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido que a partir da publicação da presente Lei, a distância mínima para o plantio de árvores exóticas (eucaliptos, pinus, etc), e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica é de 15 (quinze) metros em relação ao eixo da mesma.

Parágrafo Único – o proprietário poderá nesta área de recuo plantar vegetação rasteira, árvores frutíferas, palmeira real, pupunhas e outras culturas, com até 3 (três) metros de altura ou realizar pastagens.

Art. 2º - As árvores mencionadas no artigo anterior que estiverem plantadas e não obedecerem a distância mínima permitida poderão ser cortadas pela empresa responsável pelas redes de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo Primeiro – As árvores nativas existentes que estiverem dentro dos limites da presente lei somente poderão ser cortadas mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

Parágrafo Segundo – A autorização (licença) deverá ser solicitada pela empresa responsável pela rede de distribuição de energia, junto ao órgão ambiental competente.

Art. 3º - Não se enquadram na presente lei, as redes de distribuição de energia elétrica que estejam fora das faixas de domínio das estradas públicas, que passam por propriedades particulares.

Parágrafo Único – O corte da vegetação, nas redes de distribuição de energia elétrica que passam pelas propriedades particulares, de que trata o Artigo 3º da presente Lei, deverá ser executado em consenso entre proprietário do terreno e empresa responsável pela distribuição de energia elétrica.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 03 de Março de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL16/2016-PP10/2016-SRP-PNEUS E CAMARAS DE AR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2016

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 16/2016 na Modalidade Pregão Presencial Sistema Registro de Preço Nº 10/2016, para AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 16/03/2016. Abertura da sessão: dia 16/03/2016 às 09:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail compras@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br BOTUVERÁ-SC, 04 de Março de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 018/2016

DECRETO No 018/2016, de 03 de março de 2016.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Chuvas Intensas – COBRADE: 1.3.2.1.4, conforme IN/MI 01/2012.

Romildo Teske, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que no dia 25 de fevereiro de 2016, por volta das 21 horas e 15min, ocorreram chuvas intensas em todo o território do Município de Braço do Trombudo, somando o montante de 108mm de chuva em 47 minutos, causando inundações em diversos pontos do Município;

II- Que em decorrência deste fato ocorreram danos materiais em patrimônio público e privado no Município, estimando-se o valor de aproximadamente R\$ 2.042.458,00 (dois milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) de prejuízos causados pelo fenômeno;

V – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPEDC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas – COBRADE, conforme IN/MI nº 01/2012. Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPEDC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do (a) da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPEDC

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º, da Lei 0597/2008, de 09/07/2008, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 03 dias do mês de março de 2016.
ROMILDO TESKE
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016 - DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2016

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016 - DL

OBJETO: Contratação de serviços de produção, edição e publicações de matérias de interesse do povo e do governo do município de Braço do Trombudo Valor: R\$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais). Vigência: 31/12/2016 Braço do Trombudo, em 03 de março de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2016 - DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 15/2016

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2016 - DL

OBJETO: Aquisição de assinatura de jornal para o exercício de 2016. Valor: R\$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais). Vigência: 31/12/2016 Braço do Trombudo, em 03 de março de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 09/2016

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 09/2016. Processo licitatório 12/2016. Objeto Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	ITEM	R\$ VALOR
VALDECIR PINCEGER 05733236906	15.217.643/0001-69	1	24.000,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 03/03/2016.

TERMO TRANSMISSÃO DE CARGO DO PREFEITO PARA O VICE PREFEITO

Termo de transmissão de cargo do Prefeito de Braço do Trombudo, Santa Catarina, senhor Charles Rafael Schwambach ao Vice-Prefeito de Braço do Trombudo Senhor Romildo Teske.

Ao dia primeiro de março do ano de dois mil e dezesseis, por volta das oito horas, nas dependências do gabinete do Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, localizado na Praça da Independência, estando presentes o prefeito senhor Charles Rafael Schwambach, o senhor vice-prefeito senhor Romildo Teske, representantes do poder legislativo, secretários municipais, funcionários municipais, e demais convidados para a presente transmissão de cargo. Esta transmissão de cargo tem por finalidade o gozo de férias do Prefeito, a partir desta data e horário, até às oito horas do dia dezesseis de março do corrente ano. Em ato solene, o prefeito transfere o seu cargo ao seu vice-prefeito assinando o presente Termo de Transmissão de Cargo.

Romildo Teske –

Charles Rafael Schwambach –

Assinado o termo, para constar o prefeito licenciado apresentou o balancete com saldo atual em bancos e caixas. Apresentando o balancete que foi considerado de acordo. O prefeito licenciado agradeceu a presença de todos, colocou que um bom governo é feito de parcerias, união entre equipes e que cada qual com sua função tem sua importância e que para que aconteça um trabalho profícuo é necessária à união de todos, desejou ao prefeito em exercício senhor Romildo Teske sucesso e êxito durante os dias de seu governo. O prefeito em exercício, senhor Romildo Teske agradeceu a confiança nele depositada, se comprometeu em manter durante seu mandato uma administração segura e transparente, contando com o apoio de todos e desejou boas férias ao prefeito licenciado. O prefeito em exercício agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a solenidade de Transmissão de Cargo. Para constar eu Priscila Gonçalves Dos Santos Coelho, secretária, lavrei o presente Termo de Transmissão de Cargo, que após lido e considerado de acordo segue assinado por mim e demais autoridades.

Braço do Trombudo, em 01 de março de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 1 2015 FMAS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 **Data do Registro: 05/03/2015** **Válido até: 05/03/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arroz perbolizado pct com 5kg (387)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Do Vale	0	8,9600	1
2	Farinha de Trigo (pct c/ 5kg) (350)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Nordeste	0	8,3800	1
3	Açúcar Refinado (pct c/ 5kg) (351)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Caravelas	0	8,0200	1
4	Fubá grosso (pct c/ 1kg) (352)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Sinha	0	1,6800	1
5	Farinha de mandioca (pct c/ 1kg) (353)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Santa Rita	0	4,0400	1
6	Feijão Preto (pct c/ 1kg) (355)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Cravil	0	3,9400	1
7	Sal refinado (pct c/ 1kg) (356)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Zizo	0	1,0300	1
8	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS (PCT 1 KG) (306)	KG	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Ninfa	0	3,4500	1
9	Bolacha doce sabor leite pct 400 gr (388)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Isabela	0	3,0100	1
10	Óleo de soja refinado 900ml (359)	UND	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Coamo	0	2,9600	1
11	Café torrado e moido pact 500 gr (389)	PCT	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Cabodo	0	6,5700	1
12	Sardinha em óleo comestível lata de 125 gr (390)	UND	COOP.REG-AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Pescador	0	3,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2015 **Data do Registro:** 05/03/2015 **Válido até:** 05/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

13	Doce de frutas cremoso pote 400 gr (391)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAUILTDA (6001)	Oliveira	0	2,9300	1
----	--	-----	--	----------	---	--------	---

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
PROCESSO Nº 1/2015

(6001) - COOPREG.AGROPALTO VALE DO ITAJAI LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 44 2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2015

Número do Registro de Preços: 44/2015 Data do Registro: 03/12/2015 Válido até: 03/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Ave natalina temperada peso médio de 3,330 kg (17311)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	MACEDO	0	22,8408	1
2	Paretone de chocolate 400 gramas em caixa (17312)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	FESTONE	0	7,2779	1
3	Caixa organizadora plástica 12 litros com trava (17313)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	PLASIMON	0	9,8701	1
4	Linguiça calabresa 300 gramas (17314)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	PAMPLONA	0	4,5761	1
5	Penril com osso temperado 800 gr a 1 kg (17315)	UND	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	PAMPLONA	0	11,5650	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 44/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 44/2015 Data do Registro: 03/12/2015 Válido até: 03/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Linguihinha toscana 1 kg (17316)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9458)	PAMPLONA	0	9,8701	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2015

Número do Registro de Preços: 44/2015 Data do Registro: 03/12/2015 Válido até: 03/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do Edital.

Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
Item							

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2015

PROCESSO Nº 67/2015

(9458) - DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 3 de Dezembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 9 2016

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Número do Registro de Preços: 9/2016 Data do Registro: 03/03/2016 Válido até: 03/03/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de Concreto 200x20MM (15694)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -ME (9483)	FABRICON	0	15,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	15,1000	2
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	18,0000	3
2	Tubo de Concreto 400x1000 (15695)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -ME (9483)	FABRICON	0	26,0000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	26,1000	2
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	35,0000	3
3	Tubo de Concreto 500x1000 (15696)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -ME (9483)	FABRICON	0	36,0000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	36,1000	2
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	53,0000	3
4	Tubo de Concreto 600x1000 (15697)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -ME (9483)	FABRICON	0	46,9000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	47,0000	2
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	66,0000	3
5	Tubo de Concreto 800x1000 (15698)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	170,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	184,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 03/03/2016		Válido até: 03/03/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Tubo de Concreto 1000x1000 (15699)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	230,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	268,0000	2
7	Tubo de Concreto 300x1000 (15700)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	FABRICON	0	17,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	17,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 03/03/2016		Válido até: 03/03/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	17,4000	3

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Número do Registro de Preços: 9/2016							Data do Registro: 03/03/2016		Válido até: 03/03/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016
PROCESSO Nº 11/2016
(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
(9478) - CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME
(9483) - FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Braço do Trombudo, 3 de Março de 2016.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 441/2016

Portaria nº 441/2016

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional para os seguintes servidores por cumprirem os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 71 à 76 da LC 146/2009.

Nome servidor	Cargo	Tipificação Progressão	Faixa anterior	Faixa atual
Gladis da Silva Vale dos Santos	Professora	Horizontal	C - II	D - II

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 453/2016

Portaria nº 453/2016

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional para os seguintes servidores por cumprirem os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 71 à 76 da LC 146/2009.

Nome servidor	Cargo	Tipificação Progressão	Faixa anterior	Faixa atual
Clarice Kohler	Professora	Horizontal	A - II	B - II

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/03/2015.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA N° 455/2016

Portaria n° 455/2016

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional para os seguintes servidores por cumprirem os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 71 à 76 da LC 146/2009.

Nome servidor	Cargo	Tipificação Progressão	Faixa anterior	Faixa atual
Alino Pedro Dada	Professor	Horizontal	B - II	C - II
Almiri Hoepers Mascarenhas	Professora	Horizontal	B - II	C - II
André de Melo	Professor	Horizontal	B - II	C - II
Elizândra de Fátima Jaraceski	Professora auxiliar	Horizontal	A - I	B - I
Graziana Prete Ullrich	Professora auxiliar	Horizontal	B - I	C - I
Viviana de Souza Pavesi	Coordenadora Pedagógica	Horizontal	B - II	C - II

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/07/2015.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA N° 454/2016

Portaria n° 454/2016

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional para os seguintes servidores por cumprirem os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 71 à 76 da LC 146/2009.

Nome servidor	Cargo	Tipificação Progressão	Faixa anterior	Faixa atual
Ana Lucia Rodrigues Marques	Professora	Horizontal	A - II	B - II

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 02/01/2015.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 338/2016

PORTARIA Nº 338/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ROBERTA WEGNER HORT, matrícula nº 96008-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 15/02/2016 de 08 (oito) dias, do dia 23/02/2016 de 07 (sete) dias e do dia 01/03/2016 de 11 (onze) dias, sendo seu afastamento no dia 01/03/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 477/2016

PORTARIA Nº 477/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, o servidor Sr. RICARDO LAUBE MORITZ, matrícula nº 815080-02, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 03/03/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de março de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026/2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 026/2015, entre o Município de Brusque e a empresa ROSALIA MARIA SINGER, em 21/01/2016. Objeto: locação de imóvel, localizado na Rua Horácio Anacleto da Silva, nº 20 – bairro Limoeiro, cidade de Brusque - SC, para uso da secretaria de educação, de 21/01/2016 a 20/01/2017 e reajuste no valor de R\$ 5.031,20 mensais. Valor Global: R\$ 60.374,40 Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93 Origem: Dispensa nº 002/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: IVONIR ZANATTA WEBSTER E CRISTIANE LONGHI TORTELLI.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2015

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 040/2015 - entre o Município de Brusque e a Empresa SOUZA DEMOLIÇÕES LTDA, em 15/02/2016. Objeto: Acréscimo quantitativo 25% do contrato, cujo objeto é a locação de máquinas, caminhões e equipamentos para atender a demanda da Administração Municipal.- Valor: R\$ 54.000,00. Fundamento legal: Art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e representante da empresa Pedro Santino de Souza

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2015

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 069/2015 - entre o Município de Brusque e a Empresa CARLA ROBERTA GARCIA CONSTRUÇÕES EIRELI ME, em 23/02/2016. Objeto: Acréscimo quantitativo 25% do contrato, cujo objeto é a locação de máquinas, caminhões e equipamentos para atender a demanda da Administração Municipal - Valor: R\$ 390.750,00 Fundamento legal: Art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 053/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e representante da empresa Gustavo Diniz Guerra.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2012.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2012.

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 016/2012, entre o Município de Brusque e a empresa ORLANDO KLANN, em 04/02/2016. Objeto: locação do imóvel (galpão), com área construída de 600 m², localizado na Rua Augusto Klapoth, 1299, Bairro – Santa Luzia, na cidade de Brusque/SC, para uso da Escola de Ensino Fundamental Professor José Vieira Corte, pelo período de 12 (doze) meses, de 06/02/2016 a 31/12/2016 e reajuste no valor de R\$ 3.312,25 mensais. Valor Global: R\$ 36.434,75 Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93 Origem: Dispensa nº 002/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Educação IVANOR DE MENDONÇA e ORLANDO KLANN.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016 - ZOOBOTÂNICO

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2016, em 02/02/2016. Objeto: aquisição rações, para atender as necessidades do Zoobotânico Valor: 56.082,32. Origem: Pregão nº 002/2015 FEZB. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Superintendente Marcia Teresinha Benvenuti Zen.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 012/2016, em 26/02/2016. Objeto: aquisição de toalha de banho, cortina, manta e kit varão, para atender as necessidades da Secretaria de Educação Valor: 53.362,00. Origem: Pregão nº 069/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretária de Educação Ivanor de Mendonça.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 013/2016, em 26/02/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS Valor: R\$ 1.319.326,25. Origem: Pregão nº 087/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretária de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt.

LEI Nº 3838, DE 9 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Lei Nº 3838, de 9 de março de 2015.

Cria áreas de segurança e proteção escolar (ASPE) em torno das escolas da rede pública municipal de Brusque e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, na forma do Parágrafo 8º do Art. 56 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Ficam instituídas as "Áreas de Segurança e Proteção Escolar" (ASPE) em torno das escolas públicas municipais de Brusque com o objetivo de assegurar um ambiente com condições adequadas ao processo de ensino-aprendizagem, prevenindo a violência e dando tranquilidade ao ambiente escolar.

Parágrafo único. As ASPEs têm como medida física um círculo concêntrico com raio de 200 (duzentos) metros, contados a partir do portão de cada estabelecimento escolar, cabendo ao Poder Executivo a afixação de placas que indiquem os seus limites, bem como o número desta lei.

Art. 2º As ASPEs receberão atenção prioritária e especial do Poder Público Municipal, que se obriga a:

I - providenciar os serviços necessários à conservação, segurança e se necessário, revitalização de todas as vias de acesso à escola, com ênfase na:

a) colocação de faixas de travessia de pedestres, semáforos e

redutores de velocidade;

b) manutenção da iluminação pública;

c) conservação e limpeza das calçadas e pavimentação das vias;

d) podas e arborização das vias;

e) construção das calçadas para maior segurança das crianças, devendo conter acessibilidade aos deficientes.

II - destacar a Guarda Municipal para fazer a segurança das ASPEs através de ações de alerta e prevenção envolvendo o público escolar, as associações comunitárias e instituições públicas vinculadas ao tema segurança, como a Polícia Militar;

III - determinar aos serviços de fiscalização rigoroso controle sobre as atividades comerciais desenvolvidas no interior das ASPEs, coibindo especialmente:

a) a venda de produtos ilícitos;

b) a realização de jogos eletrônicos movidos a valores pecuniários;

c) o acesso de crianças e adolescentes à substância inflamável ou explosiva, a fogos de artifício e a produtos farmacêuticos, que possam causar dependência química, assim como às bebidas alcoólicas e ao fumo.

Art. 3º A não observância dos preceitos desta lei impõe ao Poder Executivo Municipal aplicar sanções aos infratores ou representar junto aos órgãos competentes, quando fora de sua jurisdição.

Art. 4º Para a realização dos objetivos e das ações previstas nesta lei, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover convênios e parcerias com entidades e empresas privadas.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Brusque, em 9 de março de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

LEI Nº 3840, DE 9 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Lei Nº 3840, de 9 de março de 2015.

Dispõe sobre divulgação da demanda atendida e lista de espera por vaga nos Centros de Educação Infantil (CEI) e creches municipais da cidade de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, na forma do Parágrafo 8º do Art. 56 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Educação divulgará a demanda atendida e a lista de espera por vaga nos Centros de Educação Infantil (CEI) e creches de Brusque.

Parágrafo único. A divulgação de que trata o "caput" deverá ser feita através do site oficial do Município, em prazo nunca superior a 1 (um) mês após o início do ano letivo.

Art. 2º As listas publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Brusque, deverão também ser encaminhadas para cada unidade de

educação, devendo ser afixada em local visível para que os pais de crianças inscritas na lista de espera possam acompanhar o preenchimento de novas vagas.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Brusque, em 9 de março de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

LEI Nº 3841, DE 9 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Lei Nº 3841, de 9 de março de 2015.

Dispõe sobre a avaliação periódica das estruturas físicas das escolas da rede pública municipal de ensino de Brusque e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, na forma do Parágrafo 8º do Art. 56 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º As estruturas físicas das escolas da rede pública municipal de ensino serão avaliadas periodicamente, mediante vistoria, realizada a cada 02 (dois) anos, com o objetivo de avaliar e elaborar diretrizes de padrões de infraestrutura a fim de garantir a segurança e melhoria das estruturas dos prédios escolares.

§ 1º Para vistoria referida no caput poderá ser constituída comissão multidisciplinar pelo Poder Executivo municipal, composta principalmente por engenheiro, profissionais de educação, membro do Conselho Municipal de Educação, membro do sindicato da categoria, dentre outros.

§2º A vistoria poderá ser acompanhada por cidadãos interessados, considerando o interesse público envolvido.

Art. 2º Para efeito desta Lei, será elaborado cronograma de vistoria pela Secretaria Municipal de Educação, levando em consideração as escolas mais antigas.

Art. 3º A avaliação estrutural de que trata esta Lei envolverá a verificação de todas as instalações físicas internas e externas, destacando-se o sistema de eletricidade, climatização, hidráulico, equipamentos, muros, quadras esportivas, calhas, telhado, condição de pintura, dentre outras instalações existentes nas escolas.

Art. 4º Após a vistoria das escolas deverá ser elaborado relatório detalhado da situação de cada unidade educacional e suas condições de funcionamento, para subsidiar as diretrizes das reformas a serem executadas.

Art. 5º O disposto nesta lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Poder Público Municipal de Brusque.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Câmara Municipal de Brusque, em 9 de março de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios- DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016 - LEGISLATIVO

Resolução Administrativa Nº 1, de 25 de fevereiro de 2016.

Autoriza a participação de Servidores no Curso "Pregão Presencial e Capacitação Técnica do Pregoeiro Presencial" e "Curso Completo sobre o Novo Código de Processo Civil".

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições Regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a participação dos Servidores Públicos Cristiano de Oliveira Goulart, Fábio Augusto Cardoso, Jaqueline Kassia Paim de Campos e Jefferson Silveira no Curso "Pregão Presencial e Capacitação Técnica do Pregoeiro Presencial", a ser realizado pela Nova Dimensão Jurídica, em São Paulo/SP.

Art. 2º Fica autorizada a participação dos Servidores Públicos Fabiana Amalia Dalcastagne e Guilherme Murinelli Francisco no "Curso Completo sobre o Novo Código de Processo Civil", a ser realizado pela Escola Superior da Advocacia e OAB/SC, em Brusque/SC.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 25 de fevereiro de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

ATA CONCORRENCIA 01-2014 - TRANSPORTE COLETIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Concorrência NºCC1/2014

Reuniram-se no dia 03/03/2016 às 14:30, na Prefeitura Municipal de Caçador/SC, a Comissão designada pelo(a) Decreto nº 6.271 de 08 de janeiro de 2015 para tratar do Edital CC1/2014 destinado a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. Considerando que os motivos ensejadores da inabilitação da empresa STADTBUS TRANSPORTES LTDA., não se mostram suficientes a afirmar que a mesma não tenha capacidade para operacionalizar o serviço de transporte coletivo, e que a demora no julgamento do processo vem causando prejuízo ao Município. A Comissão do processo revendo seus atos com base no princípio da autotutela resolve declarar ambas as empresas habilitadas, marcando a reunião/sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas para dia 09/03/2016, às 14h00.

Juliana Nurilles Garbozza
Carolina Fruet de Lima
Ivone Ruppel Mello
Simone Maria Foscarini
Allex Atolini Silva

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012-2016 – IPPUC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012-2016 – IPPUC - PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE ACESSO AO LOTEAMENTO NOSSA SENHORA SALETE COM ÁREA DE 2.243,00M² - CONTRATADA: QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.854/0001-14, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 249.775,13 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco reais e treze centavos), O presente Contrato tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013 - 2016 – IPPUC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013 - 2016 – IPPUC - PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS RICARDO ANGELLI, ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI, DINARTE JOSÉ RODRIGUES E HAIDE BENETTI BUSATO - CONTRATADA: QUALIDADE

CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.854/0001-14, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 868.725,77 (oitocentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos) - O presente Contrato tem o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019, DE 03 DE MARÇO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019, de 03 de março de 2016.
Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos classificados conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA
CL.: ALMIR FARIAS DA CUNHA

CARGO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - ESF
CL.: PATRICIA DAL MORO
CIBELE APARECIDA DOS SANTOS ROSA
SOLANGE PEREIRA DE FREITAS

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.550

PORTARIA Nº 26.550, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 25.478, de 10 de abril de 2015, que designa Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal da Educação, para exercerem Funções Gratificadas e Funções de Confiança – Coordenadoria, no que se refere à Servidora abaixo relacionada, a contar de 16 de fevereiro de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FCC
6734	Taisa Beatriz Basso Bonin	Coordenadora de Serviços Administrativos de Esportes	FCC3

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.555

PORTARIA Nº 26.555, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto no art. 29, § 6º da Lei Complementar 56/2004,

RESOLVE:

SUSPENDER o período de avaliação de Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal CLAUDETE NATUS, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula 14060, designada pela Portaria nº 26.554, de 19 de fevereiro de 2016, para exercer Função Gratificada – FGR3, na Secretaria Municipal da Fazenda, em razão de exercer função incompatível com a do cargo efetivo, tempo que deverá ser reposto para findar o Estágio Probatório.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.561

PORTARIA Nº 26.561, de 23 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias/Meses	A contar de - A partir de:
8430	Maria Nedi Frederick	Servente	Mãe	03 meses	16/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.592

PORTARIA Nº 26.592, de 25 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, inciso VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para fins de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Servidor Público Municipal ANTONIO DE OLIVEIRA, matrícula 711, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, cargo de Agente de Serviços e Obras Públicas I, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, correspondente a 5.167 dias (cinco mil, cento e sessenta e sete dias), ou 14 (quatorze) anos, 01 (um) mês e 27 (vinte e sete) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00082/14-9, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 13 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.597

PORTARIA Nº 26.597, de 29 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JEFERSON WITTE, Matrícula 3364, ocupante do cargo de Professor do Ensino Fundamental II, lotado na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Alto Bonito, 20 (vinte) horas semanais, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com início a contar do dia 01 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.603

PORTARIA Nº 26.603, de 29 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONVOCAR as Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para comporem ESCALA para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, durante o mês de março de 2016, especificando data, dia da semana correspondente, período, número de horas da escala e nomes das Servidoras responsáveis:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidora em Sobreaviso
01	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
02	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Isolete Farias
03	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
04	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
05	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
06	Domingo	17h00- 08h00	15hs	Cleony Figur
07	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
08	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
09	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Isolete Farias
10	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
11	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
12	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
13	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
14	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
15	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
16	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Isolete Farias
17	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
18	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
19	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
20	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
21	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli

22	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
23	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Isolete Farias
24	Quinta-feira	17h00-17h00	24hs	Neiva Vieceli
25	Sexta-feira - Feriado	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
26	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
27	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
28	Segunda-feira	17h00- 08h00	15hs	Neiva Vieceli
29	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
30	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Isolete Farias
31	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.604

PORTARIA Nº 26.604, de 29 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos art. 127 e 129, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

INTERROMPER o período de gozo de Licença Prêmio, concedida pela Portaria nº 26.530, de 17 de fevereiro de 2016, a Servidores da Secretaria Municipal da Educação, no que se refere à Servidora Pública Municipal BARTIRA ELISA TOMAZINI, Matrícula 876, cargo de Secretário Escolar, a partir de 01 de março de 2016, retornando a Servidora às suas funções nesta data, após gozo do período de um mês da Licença Prêmio, de 01/02/2016 a 29/02/2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

COMPRAS MÊS 01 - 2016 - PREFEITURA, ESPORTE, CULTURA, FUNDEMA, FUNDEMA, SAUDE, SOCIAL, FIA, HABITAÇÃO, IPPUC, FAMPEC.

Município de Caçador				Usuário: Liziane Prandini	Chave de Autenticação 1528-7287-430	Página 1 / 17
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho						
Nr Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
1	04/01/2016	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
2		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS
3		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
4		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS
5		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS
6		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	516 - ZERO HORA ED JORNALISTICA SA - DIARIO CATARINENSE
7		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	516 - ZERO HORA ED JORNALISTICA SA - DIARIO CATARINENSE
8		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
9		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
10		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
11		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
12		Estimativa	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	114 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
13		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
14		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
15		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.39.01	100 - Recursos Ordinários	2298 - OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
16		Estimativa	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	43 - 3.1.90.91.30	100 - Recursos Ordinários	1482 - SUELI TEREZINHA DE MORAIS
17		Estimativa	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	43 - 3.1.90.91.30	100 - Recursos Ordinários	3481 - MARIA LUIZA DOS SANTOS PIRES
18		Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.39.01	100 - Recursos Ordinários	7597 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SC.
19		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8253 - APP - EMBE ALCIDES TOMBINI
20		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8253 - APP - EMBE ALCIDES TOMBINI
21		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8250 - APP - EMBE CASTELHANO
22		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8251 - APP - EMBE DR. ULYSSES GUIMARÃES
23		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8254 - APP - EMBE ESPERANÇA
24		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8247 - APP - EMBE HENRIQUE JULIO BERGER
25		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8255 - APP - EMBE HILDA GRANEMANN
26		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8256 - APP - EMBE IRMAO VENANCIO JOSÉ
27		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8261 - APP - EMBE MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
28		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	9016 - APP - ESCOLA MUNIC. EDUC. BAS. NOROIA DO SOL
29		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8259 - APP - EMBE NOSSA SENHORA SALETE
30		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8260 - APP - EMBE P. JOSÉ CHAMOT
31		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8249 - APP - EMBE PIERINA SANTIN PERRET
32		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8229 - APP - EMBE TABAJARA
33		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8257 - APP - EMBE VEREDA DOS TRENOS
34		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8258 - APP - EMBE VALCIN NUNES GARCIA
35		Global	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	45 - 3.3.50.41.99	100 - Recursos Ordinários	3464 - AMARP-ASSOC.MUNICIPIOS DO ALTO VALE RIO PEIXE
36		Global	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	45 - 3.3.50.41.99	100 - Recursos Ordinários	3464 - AMARP-ASSOC.MUNICIPIOS DO ALTO VALE RIO PEIXE
37		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	81 - 3.3.90.91.15	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR
38		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	82 - 3.3.20.47.12	100 - Recursos Ordinários	7471 - PASEP (PROGRAMA DE FORM. DO PATRIMÔNIO DO SERV
39		Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	135 - 4.5.90.61.03	100 - Recursos Ordinários	8889 - VILSON FRANÇA
40		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	13025 - ARLINDO DE ABREU JÚNIOR
41		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13024 - NEUSA TRESINHA GALVÃO MOREIRA
42		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
43		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
44		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	496 - ROMÃO CORRETOIRA DE SEGUROS LTDA
45		Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Ordinários	3188 - SILVINO SCOLARO
46		Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.30.26	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCN ELETROTECNICA LTDA
47		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
48		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.30.28	100 - Recursos Ordinários	2991 - MUGGI-UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME
49		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	410 - SAFRA DIESEL LTDA
50		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.30.44	100 - Recursos Ordinários	4921 - SSAT SINALZACAO E ADESIVOS LTDA
51		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.21	100 - Recursos Ordinários	4921 - SSAT SINALZACAO E ADESIVOS LTDA
52		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.30.44	100 - Recursos Ordinários	4921 - SSAT SINALZACAO E ADESIVOS LTDA
53		Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Ordinários	332 - VALDECIR CÉSAR LAZARI
54		Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Ordinários	10832 - VILMAR XAVIER
						Valor (R\$)
						151,85
						166,10
						151,85
						183,58
						148,62
						450,00
						450,00
						151,85
						24.960,00
						80.640,00
						61.440,00
						960,00
						10.560,00
						5.760,00
						6.223,20
						10.560,00
						7.040,04
						1.321,00
						31.023,60
						6.303,60
						23.731,20
						16.624,40
						49.996,20
						64.890,00
						20.703,00
						37.759,80
						33.742,80
						6.056,40
						17.242,20
						2.400,00
						2.286,26
						51.226,79
						130.000,00
						50,00
						70,24
						182,22
						90.000,00
						2.380,69
						7.114,30
						10,88
						6.000,00
						48.088,98
						107.980,00
						2.699,31
						63.965,46
						16.354,59
						4.509,96
						2.251,29

Município de Cacador				Usuário: Liziiane Prandini	Chave de Autenticação 1528-7387-430	Página 2 / 17
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho						
Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
55		Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.35.15	100 - Recursos Ordinários	6188 - VICENTE BERTONI
56		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
57		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
58		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
59		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.43	101 - Recelitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
60		Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA
61		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.43	101 - Recelitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
62		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
63		Estimativa	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E34 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
64		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
65		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
66		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.30.23	100 - Recursos Ordinários	9270 - ANILDO ANTUNES - ME
67		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO
68		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO
69		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO
70		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO
71		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.44	101 - Recelitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO
72		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.44	101 - Recelitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO
73		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	164 - 3.3.90.39.44	101 - Recelitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO
74		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID
75		Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 46.917.199	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
76		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
77		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
78		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
79		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	12 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
80		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
81		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
82		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
83		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	21 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
84		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	164 - 3.3.90.39.58	101 - Recelitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	1126 - OI S.A.
85		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.58	101 - Recelitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	1126 - OI S.A.
86		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.
87		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.59	100 - Recursos Ordinários	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH
88		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH
89		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	5982 - EMBRAEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAOE
90		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	42 - 46.90.71.99	100 - Recursos Ordinários	2258 - BADESC - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO SC
91		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13030 - GLAUCI BERTULINO
92		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13031 - ELIZIANE GRASHMANN
93		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13032 - ALESSANDRO EDUARDO RIGON
94		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS
95		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	516 - ZERO HORA ED. JORNALISTICA SA - DIARIO CATARINENSE
96		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
97		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
98		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
99		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
100		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
101		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
102		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
103		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
104		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
105		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
106		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESSA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
107		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME
108		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS
109		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	12967 - R.K. WASCZUK E CIA LTDA - ME

Município de Cacador				Usuário: Liziiane Prandini		Chave de Autenticação 1528-7387-430	Página 3 / 17
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br							
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho							
Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
10	05/01/2016	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.21	100 - Recursos Ordinários	12978 - GATTICASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (GATTIM	20.640,00
11		Global	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Ordinários	6724 - GABRIEL DELANO DOS SANTOS	7.608,90
112		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	516 - ZERO HORA ED JORNALISTICA SA - DIARIO CATARINENSE	450,00
113		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	10847 - ELMO PAELARIA LTDA - EPP	323,70
114		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	9880 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	641,20
115		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	8287 - ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS- ME	920,80
116		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	7120 - 3/5 MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA	1.445,60
117		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	390 - INFODIGI INFORMAÇÕES DIGITAIS LTDA EPP	2.775,00
118		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	13034 - FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME	478,00
119	06/01/2016	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.21	100 - Recursos Ordinários	12978 - GATTICASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (GATTIM	51.229,60
120		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.21	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	290,90
121		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	109,96
122		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	1133 - BORTOLI, ARGENTA & CIA LTDA	31.000,00
123		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA	1.295,65
124		Estimativa	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.24	47 - Salário Educação	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	6.338,64
125		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	5722 - RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	1.146,00
126		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	5722 - RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	1.271,00
127		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	732 - JUVINIA M DE OLIVEIRA ME	22,00
128		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA	80.010,00
129		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA	199.974,00
130		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	11460 - SUPER VAREJO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA -ME	3.390,00
131		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	7.978,00
132		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	5.855,00
133		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	8391 - INTEGRA COMERCIAL LTDA	15.150,00
134		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	816 - LOÃO DO REAL - MARCOS BULLE DA COSTA	5.577,00
135		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	10.877,00
136		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	10851 - GIZEE E REGINA DA SILVA ME	3.000,00
137		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	8176 - ITAVOL COMERCIAL LTDA	17.328,50
138		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	6332 - SUDMERCATO COM. E REP. DE ALIMENTOS LTDA	1.200,00
139		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Ordinários	7524 - JOSÉ RICARDO KUHN	14.366,36
140		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.69	101 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	1921 - DETRAN TRANSITO	109,96
141		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.39.66	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CACADOR	40,86
142		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS	148,62
143		Global	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMATICA LTDA	112.550,11
144		Global	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMATICA LTDA	322.258,94
145		Global	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.11	101 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	12993 - PÚBLICA INFORMATICA LTDA	130.904,44
146		Global	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMATICA LTDA	194.971,43
147		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.99	34 - Convênio de Trânsito - Civil	209 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - AC F	300,00
148	07/01/2016	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	164 - 3.3.90.39.43	101 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	50.000,00
149	19/01/2016	Global	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMATICA LTDA	4.617,44
150		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.16	34 - Convênio de Trânsito - Civil	108 - LIDER INFORMATICA	425,99
151		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA	2.291,69
152	18/01/2016	Global	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	6.732,60
153	19/01/2016	Global	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	9.576,00
154		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	64 - 4.4.90.52.35	34 - Convênio de Trânsito - Civil	65 - EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	3.890,00
155		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	64 - 4.4.90.52.35	34 - Convênio de Trânsito - Civil	65 - EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	1.350,00
156		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.39	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	422,75
157		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.19	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	827,50
158	20/01/2016	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.39.16	37 - Convênio de Trânsito - Militar	3775 - ELETTRON FORTAS AUTOMÁTICAS LTDA - ME	80,00
159	22/01/2016	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA	2.250,82
160		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	6.048,41
161		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.39	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	361,00
162		Global	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.39.11	37 - Convênio de Trânsito - Militar	5946 - CGNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP	1.365,00
163	27/01/2016	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	108 - LIDER INFORMATICA	232,00
164		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.19	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	213,75

Município de Cacador				Usuário: Liziane Prandini		Chave de Autenticação 1528-7387-430	Página 4 / 17
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho							
Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
165		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	95 - 4.4.90.51.99	100 - Recursos Ordinários	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA	549.999,64
166		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL	151,85
167		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	148,62
168		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	81 - 3.3.90.39.66	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CACADOR	2.619,22
169		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	516 - ZERO HORA ED JORNALÍSTICA SA - DIÁRIO CATARINENSE	450,00
170		Global	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.10	101 - Recatas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	1878 - FETEC - FUNDACAO EMPRES. TECNOL.CACADOR	3.000,00
171	28/01/2016	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	22 - 3.3.90.39.43	60 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública -	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	482.628,03
172		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL	151,85
173		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA	6.586,92
174		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.30.26	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA	15.811,78
175		Global	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	52 - 4.4.90.51.07	47 - Salário Educação	7223 - ESE CONSTRUÇÕES LTDA	218.304,94
176		Global	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	56 - 4.4.90.51.07	47 - Salário Educação	7223 - ESE CONSTRUÇÕES LTDA	110.000,00
177		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	4.610,92
178		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	20.147,85
179		Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	10.082,48
180		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	34.491,42
181		Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	9.735,18
182		Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	108 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	807,62
183		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	149 - 3.1.91.13.03	59 - Transferências do Fundeb - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	68.340,12
184		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	101 - Recatas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	10.227,06
185		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	149 - 3.1.91.13.03	59 - Transferências do Fundeb - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	27.382,67
186		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	151 - 3.1.91.13.03	58 - Transferências do Fundeb - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	32.164,49
187		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.729,27
188		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	9.541,61
189		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	149 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	21,77
190		Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	119,46
191		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.39.66	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CACADOR	130,73
192		Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	81 - 3.3.90.39.66	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CACADOR	29.921,01
193		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	1133 - BORTOLI ARGENTA & CIA LTDA	6.200,00
194		Global	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	348 - RÁDIO CAÇANUERE LTDA	132.000,00
195		Global	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	10.474,11
196		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	11078 - JOÃO PAULO DEBARBA	600,00
197		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	11078 - JOÃO PAULO DEBARBA	600,00
198		Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E33 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	8970 - LEONARDO ANTUNES	600,00
199		Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E33 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	8970 - LEONARDO ANTUNES	350,00
200		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	105,25
201		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	246,48
202		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	105,25
203		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	977,95
204		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	24.112,80
205		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	4.018,80
206		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16 - 4.4.90.52.35	100 - Recursos Ordinários	10942 - CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA - EPP	2.100,00
207		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	11138 - LATINA PRODUTORA DE FILMES LTDA	5.100,00
208		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	11138 - LATINA PRODUTORA DE FILMES LTDA	550,00
209		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	99.893,39
210	29/01/2016	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	127 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	238.518,04
211		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	386.218,04
212		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do Fundeb - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	333.227,69
213		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.01	58 - Transferências do Fundeb - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	112.137,31
214		Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E32 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	20.831,47
215		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	120 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	71.311,66
216		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	11138 - LATINA PRODUTORA DE FILMES LTDA	360,00
217		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do Fundeb - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	733.122,23
218		Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	76 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	149.055,47
219		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142 - 3.1.90.11.01	101 - Recatas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	105.646,92

Município de Cacador				Usuário: Liziiane Prandini		Chave de Autenticação 1528-7387-430	Página 5 / 17
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho							
Nr. Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
220		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	10 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	3.479,32
221		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	28 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	116.799,05
222		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do Fundeb - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	275.747,72
223		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	191 - VISUAL - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	1.000,00
224		Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	171 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	5.543,01
225		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	16.866,12
226		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	56 - EVALDO MARTIN SCHULZE-ME/NOVA ERA - COMUNICACÃO	1.000,00
227		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	9046 - EIL SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA (DA HORA ONLINE	480,00
228		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	9865 - WILLIAM JOSÉ ALVES PEREIRA - ME	1.016,00
229		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	9200 - ALEX MARCON (ALÔ GUIA)	480,00
230		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	8056 - PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA.	1.200,00
231		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	973 - MARCIO CORDEIRO	600,00
232		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	12893 - CLEBER GONÇALVES DO AMARAL 004.001.519-019 RÁDI	2.000,00
233		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	1183 - DIÁRIO CAÇADORENSE - HELTON FERREIRA 0634312952	3.000,00
234		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	355 - ARTE EDITORA JORNALISTICA LTDA EPP	7.200,00
235		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	360 - FOLHA ALTO VALE EDITORA JORNALISTICA LTDA EPP	9.280,00
236		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	56 - EVALDO MARTIN SCHULZE-ME/NOVA ERA - COMUNICACÃO	1.408,00
237		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	191 - VISUAL - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	1.120,00
238		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.16	47 - Salário Educação	10847 - ELMO PAPELARIA LTDA - EPP	16.250,00
239		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	12933 - HB OPORTUNIDADES - CONSULTORIA E SERVIÇOS EIREL	7.200,00
240		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	164 - 3.3.90.39.58	101 - Receltas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	5982 - EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOE	2.73
241		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	7821 - TELEVISÃO LAGES LTDA.	4.987,21
242		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16 - 4.4.90.52.42	100 - Recursos Ordinários	5646 - SLS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME	1.279,40
243		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	5562 - BELLENZIER PNEUS LTDA	34.400,00
244		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	20.450,67
245		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	127 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	6.034,61
246		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do Fundeb - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	16.112,75
247		Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	76 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	36.521,84
248		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do Fundeb - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	7.607,19
249		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	13025 - ARLINDO DE ABREU JÚNIOR	50,00
250		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.30.30	100 - Recursos Ordinários	13048 - IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA	112,00
251		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	3643 - EMBRATEL A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO	72,75
252		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	147 - 4.4.90.52.87	101 - Receltas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	750 - PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	5.905,20
253		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	127 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	816,40
254		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	922,62
255		Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	113 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	3.000,88
256		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	120 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	3.727,37
257		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do Fundeb - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	864,21
258		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS	146,62
259		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS	192,33
260		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS	157,36
261		Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	25.000,00
262		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	200.000,00
263		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.99	101 - Receltas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	170.000,00
264		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16.200,00
265		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	11.600,00
266		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	11.600,00
267		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	20.000,00
268		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	20.000,00
269		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	11.600,00
270		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	75.000,00
271		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	145 - 3.3.90.39.99	101 - Receltas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	722 - IEL/SC INSTITUTO EIVALDO LOOI SISTEMA FISC	200.000,00
272		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - IEL/SC INSTITUTO EIVALDO LOOI SISTEMA FISC	170.000,00
273		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - IEL/SC INSTITUTO EIVALDO LOOI SISTEMA FISC	16.000,00
274		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - IEL/SC INSTITUTO EIVALDO LOOI SISTEMA FISC	11.600,00

Município de Cacador					Usuário: Líziane Prandini		Chave de Autenticação 1528-7387-430	Página 6 / 17
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho					Credor/Fornecedor		Valor (R\$)	
Nr. Emp.	Data	Espécie	Unidade Orcamentária	Despesa	Fonte de Recursos			
275		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - IEL/SC INSTITUTO EVALUADO LODO SISTEMA FIESC	11.600,00	
276		Global	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.77	47 - Salário Educação	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	100.000,00	
277		Global	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.77	101 - Recultas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	8.400,00	
278		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	27.590,00	
279		Global	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.16	101 - Recultas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	7361 - OREBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	1.077.780,60	
280		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.30.99	101 - Recultas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	1.831,35	
281		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.99	34 - Convênio de Trânsito - Civil	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	1.062,79	
282		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	1.465,08	
283		Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	1.037,76	
284		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	610,45	
285		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	1.289,64	
286		Estimativa	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	172 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	61,04	
287		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	9 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	97,67	
288		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	305,22	
289		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	1.000,61	
290		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	151,01	
291		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	183,13	
292		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	12 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	97,67	
293		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	21 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	244,18	
294		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	54.720,00	
295		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.11	101 - Recultas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	1204 - LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE EIRE	86.948,40	
296		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	34.623,42	
297		Global	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	846,72	
298		Global	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	2.419,62	
299		Global	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	638,56	
300		Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	21 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	638,56	
301		Global	2001 - GABINETE DO PREFEITO	12 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	4.521,72	
302		Global	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	7.098,00	
303		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	10.647,00	
304		Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	2.129,40	
305		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	4.612,50	
306		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	3.981,70	
307		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	26.216,50	
308		Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.30.01	101 - Recultas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	9824 - STANG E STANG LTDA	16.413,31	
309		Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	41.008,00	
310		Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	14.196,00	
311		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	119 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	7.873,15	
312		Global	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E34 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	13038 - CONVICTA ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI - ME	7.990,00	
313		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	13047 - CALDERARIA PICOLOTO LTDA - ME	2.785,00	
314		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	2514 - IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR LTDA	11,23	
315		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.39.66	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CACADOR	7.104,00	
316		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.10	100 - Recursos Ordinários	1949 - REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A	74,37	
317		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.99	101 - Recultas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	1924 - C R E A - SC	290,65	
318		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	10.963,72	
319		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	4.436,93	
320		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	127 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.460,32	
321		Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	4.950,70	
322		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.13.02	58 - Transferências do Fundeb - 40%	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.911,56	
323		Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	113 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.640,90	
324		Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E32 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.548,80	
325		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	120 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	4.758,41	
326		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.13.02	59 - Transferências do Fundeb - 60%	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	4.528,69	
327		Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	76 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	736,75	
328		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	10 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.461,64	
329		Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	28 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL		



Município de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Liziene Prandini

Chave de Autenticação
1528-7387-430

Página
7 / 17

Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho

Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Redor/Forneceador	Valor (R\$)
330		Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.13.02	59 - Transferências do Fundeb - 60%	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	2.557,50
331		Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	171 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	1.167,58
332		Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	127 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	165,83
333		Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	120 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	805,48
334		Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	1204 - LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE EIRE	10.920,80
335		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	3686 - EFIGENIA LOEFF ZARDO	21.120,00
336		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	10485 - CÉLIO ANTONIO MOREIRA DE LIMA	21.120,00
337		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	12806 - JÉSSICA DUANA CECOTTO	21.120,00
338		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	11926 - EVERSON JOSE PIERDONA	21.120,00
339		Estimativa	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	45 - 3.3.50.41.99	100 - Recursos Ordinários	1123 - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS CNM	18.624,00
340		Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	4657 - TUBOFORTE DERIVADOS DE CIMENTO LTDA	161.590,00
Total da Unidade Gestora:							11.594.583,34

Unidade Gestora: Fundação Municipal de Esporte

1	04/01/2016	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CATAR DE AGUA SANEAMENTO	3.000,00
2		Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	13.000,00
3		Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.	6.000,00
4	06/01/2016	Global	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PUBLICA INFORMÁTICA LTDA	11.428,17
5	28/01/2016	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	278 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	301,83
6		Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7591 - DACABA PNEUS LTDA 2	915,60
7		Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	2.129,40
8		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.46.01	100 - Recursos Ordinários	8030 - LAIS SOUZA DE MORAES	975,00
9	29/01/2016	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	883,05
10		Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	10783 - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DE	7.756,20
11		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	277 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13953 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESP	3.820,91
12		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	277 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13953 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESP	26.737,62
13		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	6315 - JULIANO GRACIANO VAZ	800,00
14		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	753 - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BOCHA E BOLÃO	1.490,00
15		Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - IEI/SC INSTITUTO EUVALDO LODI SISTEMA FISC	53.120,40
16		Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CIEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	53.120,40
17		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	277 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	5.614,89
18		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	282 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	26 - CRISTIANO SEBEN ROSSA	800,00
19		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	282 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	10822 - TAYLOR FISCHER	800,00
20		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	282 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	10803 - CARLOS ALBERTO FREITAS DA SILVA	800,00
21		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	282 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	12969 - BENÍCIA FERREIRA OLIVEIRA	1.000,00
22		Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	282 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	12968 - LARA PEREIRA NEVES	1.000,00
23		Global	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	279 - 3.3.90.39.77	100 - Recursos Ordinários	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.200,00
Total da Unidade Gestora:							198.653,47

Unidade Gestora: Fundação Municipal de Cultura - FMC

1	04/01/2016	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CATAR DE AGUA SANEAMENTO	4.000,00
2		Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	17.000,00
3		Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.	7.000,00
4	06/01/2016	Global	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PUBLICA INFORMÁTICA LTDA	11.428,17
5	28/01/2016	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.52.34	100 - Recursos Ordinários	577 - OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS P/ GASTRONOMIA	1.122,00
6		Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	295 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.240,71
7	29/01/2016	Global	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	5946 - GNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP	660,48
8		Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	294 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13952 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CUL	20.650,23
9		Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - IEI/SC INSTITUTO EUVALDO LODI SISTEMA FISC	21.248,16
10		Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CIEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	21.248,16
11		Global	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	297 - 3.3.90.39.77	100 - Recursos Ordinários	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	6.850,00
Total da Unidade Gestora:							113.447,91

Unidade Gestora: Fundação Municipal do Meio Ambiente

1	04/01/2016	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS	19.500,00
2		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	1530 - NERI DE OLIVEIRA GUERIN	300,00



Município de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Usuário: Léziane Prandini

Chave de Autenticação
1528-7387-430

Página
8 / 17


Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho

Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
3		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	1530 - NERI DE OLIVEIRA GUERIN	160,00
4		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	160,00
6	06/01/2016	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	30,00
7		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CAJAR DE AGUA SANEAMENTO	20.000,00
8		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	75.000,00
9		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.	10.000,00
10		Estimativa	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	228 - 3.3.90.39.78	100 - Recursos Ordinários	9231 - MEDESTE AMBIENTAL LTDA	211.282,66
11		Estimativa	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	228 - 3.3.90.39.78	100 - Recursos Ordinários	9231 - MEDESTE AMBIENTAL LTDA	367.500,00
12		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.78	100 - Recursos Ordinários	10859 - IVALDIR MACIEL 468478949 (IM TRANSPORTES)	16.000,00
13		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	1157 - CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP- TORTELLI	6.100,00
14	07/01/2016	Ordinário	14005 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO-FUNSAN	229 - 3.3.90.39.17	99 - FUNSAN	1560 - BOMBAS TRIGLAI IND. E COM. LTDA	720,00
15		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	752,99
16		Global	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA	11.428,17
17		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA	100.032,50
18	12/01/2016	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	2594 - PAVIMÁQUIMS COM DE PECAS E SERVIÇOS LTDA	1.250,90
19	13/01/2016	Estimativa	14004 - DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOÑÓSES E DEF. DE ANIMAIS	224 - 3.3.90.30.06	100 - Recursos Ordinários	12951 - NUTRIGERO NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA	4.600,00
20		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.838,00
21		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	5946 - GNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP	2.878,80
22	18/01/2016	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	5168 - FLORICULTURA URSULA LTDA	6.411,90
23		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	574 - ANTONINHO ROQUE HAMSTER E CIA LTDA (AQUARELIA TI	1.834,40
24		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	10219 - NEY TINTAS LTDA - EPP	31,50
25		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	810 - CAPRI TINTAS LTDA	4,00
26		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	2504 - PAVIMÁQUIMS COM DE PECAS E SERVIÇOS LTDA	162,12
27	26/01/2016	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA	35.112,00
28	28/01/2016	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	214 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.193,84
29		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	219,92
30		Ordinário	14005 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO-FUNSAN	229 - 3.3.90.30.99	99 - FUNSAN	1560 - BOMBAS TRIGLAI IND. E COM. LTDA	248,00
31		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	50.464,00
32		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PIERONNA ME	1.245,93
33		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	30,00
34		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEI	85.337,91
35		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEI	43.934,34
36	29/01/2016	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEI	5.532,86
37		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	7260 - MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	35,47
38		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	5.968,87
39		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.193,60
40		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	12978 - GATTICASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (GATTIM	10.062,50
41		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - TEL/SC INSTITUTO EVALDO LODI SISTEMA FISC	1.270,46
42	28/01/2016	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	410 - SAFRA DIESEL LTDA	660,00
43	29/01/2016	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA	9.046,19
44		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA	706,20
45		Global	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.77	100 - Recursos Ordinários	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	3.600,00
46		Estimativa	14004 - DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOÑÓSES E DEF. DE ANIMAIS	224 - 3.3.90.30.18	100 - Recursos Ordinários	10929 - AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP	2.300,00
47		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	1157 - CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP- TORTELLI	2.334,80
48		Estimativa	14002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA	219 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1560 - BOMBAS TRIGLAI IND. E COM. LTDA	280,00
49		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	10219 - NEY TINTAS LTDA - EPP	196,00
50		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	810 - CAPRI TINTAS LTDA	159,20
51		Estimativa	14002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA	219 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA	11.734,16
52		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA	350,58
53		Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7813 - GRAFICA EMPE LTDA- ME	60,00
54		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	13058 - MUNDO DAS TINTAS LTDA.	246,00
55		Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	206 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	5600 - EZEQUIEL DA SILVA - ME - DUARTE ESTOFARIA E ACESSO	1.700,00

Total da Unidade Gestora: 1.137.180,77

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

1	04/01/2016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltes de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	5521 - ALEX ANDERSON MORAIS DOS SANTOS	5.000,00
---	------------	------------	---------------------------------	--------------------	--	--	----------

<div><div><div><div><div><div></div><div><div><div><div><div><div>Município de Cacador</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Cacador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div>				<div><div>Usuário: Líziane Prandini</div><div>Chave de Autenticação 1528-7387-430</div><div>Página 9 / 17</div></div>			
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho							
Nr Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
2		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10556 - ADELAR GERALDO PIRAN		5.000,00
3		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 5498 - MARCIO BASSANI		5.000,00
4		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10486 - CLAIRTON MARIO CORREA		5.000,00
5		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 4523 - ODINEI LEITE		5.000,00
6		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA		5.000,00
7		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA		5.000,00
8		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 3154 - VALDECI VIEIRA ALVARENGA		5.000,00
9		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 5459 - JAIR DE AZEREDO		5.000,00
10		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 6462 - LUCIANO COLUZZI		5.000,00
11		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 7517 - LEANDRO MEDEIRO		5.000,00
12		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10486 - CLAIRTON MARIO CORREA		5.000,00
13		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13018 - PETRAS DOS SANTOS		5.000,00
14		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE		5.000,00
15		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10292 - ANDRE LEONARDO MAZZOTTI		5.000,00
16		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13019 - FABIANO MIDGINSKI		5.000,00
17		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 729 - ALDECIR BARP		5.000,00
18		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 3912 - EDEZIO RECALCATTI		5.000,00
19		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10760 - JORGE JAIR DE MOURA BORGES		5.000,00
20		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 2484 - ELTES FRANCISCO SINHORIN		2.000,00
21		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 6047 - VILMAR DOBNER		5.000,00
22		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11196 - EULICES FRANCISCO MACHADO RAMOS		12.000,00
23		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11197 - DEYSY PEREZ RIVERA		12.000,00
24		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11195 - DEISY ENRIQUETA GUILLEN RIVERO		12.000,00
25		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11201 - DORALYN PENIA MARREIRO		12.000,00
26		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11202 - LEANDRO CRUZ VARELA		12.000,00
27		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11420 - ELAINE FERREIRA ALVES FERRÃO		12.000,00
28		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11199 - IDANIA JULIO RIBEIRO		12.000,00
29		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11200 - JÚLIO CÉSAR VOGUES		12.000,00
30		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.48.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11420 - ELAINE FERREIRA ALVES FERRÃO		12.000,00
31		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.48.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11200 - JÚLIO CÉSAR VOGUES		12.000,00
32		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.48.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 11199 - IDANIA JULIO RIBEIRO		12.000,00
33		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10486 - CLAIRTON MARIO CORREA		5.000,00
34		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 4523 - ODINEI LEITE		5.000,00
35		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA		5.000,00
36		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA		5.000,00
37		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA		5.000,00
38		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 5459 - JAIR DE AZEREDO		5.000,00
39		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 6462 - LUCIANO COLUZZI		5.000,00
40		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 7517 - LEANDRO MEDEIRO		5.000,00
41		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE		5.000,00
42		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10292 - ANDRE LEONARDO MAZZOTTI		5.000,00
43		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13019 - FABIANO MIDGINSKI		5.000,00
44		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 729 - ALDECIR BARP		5.000,00
45		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 3912 - EDEZIO RECALCATTI		5.000,00
46		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 2484 - ELTES FRANCISCO SINHORIN		5.000,00
47		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 6047 - VILMAR DOBNER		5.000,00
48		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.40	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS		130.000,00
49		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13021 - HENRIQUE LENARDT JUNIOR		5.000,00
50		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13021 - HENRIQUE LENARDT JUNIOR		5.000,00
51		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 3348 - ALVARO SANTOS DE CASTRO		5.000,00
52		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 5521 - ALEX ANDERSON MORAIS DOS SANTOS		5.000,00
53		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.50	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 13023 - CLINICA PNEUMOLOGICA VIDEIRA LTDA - ME		2500,00
54		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica 10391 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		638,10
55		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd 10142 - VILMA DE SOUZA MELLO JARCHEL		5.000,00
56		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	11075 - DMC DISTRIBUIDORAS, COMÉRCIO D' MEDICAMENTOS		180,00



Município de Cacador				Usuário: Liziane Prandini		Chave de Autenticação 1528-7387-430	Página 10 / 17
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho							
Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
57		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1.662,00
58		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	6003 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA	9,46
59		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	10727 - INOVAMIED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME	1.594,00
60		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	6003 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA	3.321,00
61		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	10570 - GRAMS & GRAMS LTDA	1.060,00
62		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	2.370,00
63		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	2874 - KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	1.245,00
64		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10727 - INOVAMIED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME	1.590,00
65		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	1099 - EXTRA DIST. DE MED. E PROD. HOSPITALARES LTDA	1.061,94
66		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	8243 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	2.175,92
67		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2.655,80
68		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	8283 - ANGAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	2.820,50
69		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10570 - GRAMS & GRAMS LTDA	4.899,46
70		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	3.178,30
71		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	3407 - ECO FARMAS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	170,70
72		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	5.448,00
73		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	2.820,00
74		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10645 - PLASMEDIC COM DE MAT PARA USO MÉDICO E LAB LTDA	11.994,00
75		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	1324 - METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	32.795,28
76		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	3407 - ECO FARMAS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	1.154,50
77		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	11128 - DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME	3.795,08
78		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	5358 - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	26.205,25
79		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	12807 - CIRÚRGICA CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINAR	796,00
80		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	4711 - ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	40.643,59
81		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	3864 - PRODUTIVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	48.121,60
82		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.16	44 - Atenção Básica	9880 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	3.048,70
83		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10445 - SULMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LT	314,00
84		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.16	44 - Atenção Básica	10847 - ELMO PAPELARIA LTDA - EPP	4.840,30
85		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5358 - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	10.575,00
86		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.16	44 - Atenção Básica	6710 - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	12.841,20
87		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.16	44 - Atenção Básica	8287 - ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS- ME	1.940,95
88		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.16	44 - Atenção Básica	7120 - 3/5 MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA	2.864,95
89		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd	13018 - PETRAS DOS SANTOS	5.000,00
90		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10334 - DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPI. LTDA -	606,80
91		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10335 - EMIGÉ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	4.500,00
92		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10968 - ELUVANDIA MATOS DONINI - ME	9.723,12
93		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	3407 - ECO FARMAS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	61,20
94		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.39	44 - Atenção Básica	7591 - JOACABA PNEUS LTDA 2	11.089,70
95		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12967 - R.K. KASZUK E CIA LTDA - ME	1.128,00
96		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.39	44 - Atenção Básica	12967 - R.K. KASZUK E CIA LTDA - ME	4.140,00
97		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7591 - JOACABA PNEUS LTDA 2	3.892,00
98		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	189 - 3.3.50.39.99	102 - Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd	160 - SOC. FRANCO BRASILEIRA - HOSPI TAL MAICE	30.000,00
99		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	13026 - FONTOMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	1.000,00
100		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.36	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13028 - ODONTOMED CANAL LTDA - ME	513,26
101		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd	10970 - MEDICOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	7.800,00
102		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.28	44 - Atenção Básica	11147 - MÓVEIS PARAISO DO LAR LTDA (MÓVEIS SANTOS)	747,00
103		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8747 - STEFAN SZYLEWICZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	89.110,00
104		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.24	46 - Vigilância em Saúde	56 - EVALDO MARTIN SCHULZE-MEUNOVA ERA - COMUNICAÇÃ	870,00
105		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	191 - 3.3.90.39.24	44 - Atenção Básica	51 - VISUAL - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	19.644,00
106		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.24	44 - Atenção Básica	56 - EVALDO MARTIN SCHULZE-MEUNOVA ERA - COMUNICAÇÃ	12.069,25
107		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.36.06	102 - Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saíd	10366 - MÁRCIA FRANCA VESOLI	2.738,48
108		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.44	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO	35.000,00
109		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.44	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO	10.000,00
110		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.44	46 - Atenção Básica	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO	35.000,00
111		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.44	46 - Vigilância em Saúde	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO	5.000,00

Município de Cacador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Cacador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

http://www.cacador.sc.gov.br

Usuário: Liziane Prandini

Chave de Autenticação
1528-7387-430

Página
11 / 17

Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho

Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
112		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.43	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	300.000,00
113		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.58	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1126 - OI S.A.	50.000,00
114		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.58	44 - Atenção Básica	1126 - OI S.A.	70.000,00
115		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.58	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	1126 - OI S.A.	5.000,00
116		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.58	46 - Vigilância em Saúde	1126 - OI S.A.	5.000,00
117		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	592,05
118		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.36.15	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	7466 - CELSO ZEFERINO MARINI	16.538,10
119		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.72	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1414 - AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	24.000,00
120		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.72	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1414 - AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	26.400,00
121		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5934 - CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA - EPP	14.160,00
122	05/01/2016	Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.28	44 - Atenção Básica	6664 - SULEICA DOS SANTOS - ME	280,00
123		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.10	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	1878 - FETEC - FUNDACAO EMPRES. TECNOL.CACADOR	6.960,00
124		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	11292 - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CACADOR LTDA - ME	16.097,35
125		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5051 - CLÍNICA AMER & AMER SS LTDA (FISIOTERAPIA CONTEST	698,50
126		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5796 - EQUILIBRIUM CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA - ME	24.590,51
127	06/01/2016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	122 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APA	448.277,76
128		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	6192 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA (DROGARIA DO IVO)	4.180,69
129		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.32.99	46 - Vigilância em Saúde	9656 - DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA	17.450,00
130		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.05	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8403 - VENTO NEGRO CIA DE TEATRO	2.074,00
131	07/01/2016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	6349 - LEILA ALVES SPEGGIORIN	5.000,00
132		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	443 - FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	4.417,51
133	08/01/2016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.07	44 - Atenção Básica	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	28.692,40
134		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4827 - ESPECIALISTA - PRODUTOS PARA LABORATORIO S.A	9.070,00
135		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2655 - PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	45.020,63
136		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1535 - J.R. EHKE & CIA LTDA	17.131,44
137		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8205 - DIAGNOSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATORIAIS LTDA	17.172,81
138		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4541 - LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	7.496,30
139		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12845 - LOGISTENICA IMPORT EXP.COM E IND.DE PROD. P/SAUD	2.832,00
140		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	12665 - AUTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	1.810,84
141		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP LTDA	116,90
142		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	125,50
143		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	5348 - CENTERMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	302,40
144		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	5348 - CENTERMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	335,50
145		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10433 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	1.525,50
146		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	618,00
147		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	306 - DALIBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI- ME	1.637,25
148		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	3.914,60
149		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	8293 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	4.680,00
150		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	5348 - CENTERMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	480,00
151		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	5679 - CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	5.180,00
152		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10433 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	1.867,54
153		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÉUTICOS LTD	1.326,75
154		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	11128 - DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME	400,00
155		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10570 - GRAMS & GRAMS LTDA	800,00
156		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	4840 - LICMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA	1.240,00
157		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	6003 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	412,00
158		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP LTDA	450,00
159		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10429 - PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	103,50
160		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	1745 - ROMEFARMA REPR. COM.LTDA	475,00
161		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10161 - S&K R DISTRIBUIDORA LTDA ME	1.085,32
162		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10391 - SUL-MEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	2.328,70
163		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	970,00
164		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	20,40
165	11/01/2016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10429 - PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2.800,00
166		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Receltas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	284,85


Município de Caçador
 Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Município de Cacador				Usuário: Liziane Prandini		Chave de Autenticação 1528-7387-430	Página 13 / 17
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br				Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho			
Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
222	25/01/2016	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	6319 - COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	2.150,00
223		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7455 - PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA	695,11
224		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.36.99	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	11184 - CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GUILHERME	7.400,00
225		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.16	44 - Atenção Básica	7261 - ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	61.142,40
226		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	4.672,50
227		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.39	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	12.738,15
228		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.39	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	132,00
229		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	142,50
230		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.33.01	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	132 - REUNIDAS TURISMO S/A	56.686,99
232		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	3.563,75
233		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	6.284,55
234		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	194 - 3.3.90.14.14	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10694 - LUZIA MICHELINA DOS SANTOS	300,00
235		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	1324 - METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	30.344,90
236		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	1524 - METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	10.023,40
237		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10445 - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LT	8.350,31
238		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10445 - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LT	56,30
239		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	7386 - APADÉFIC- ASSOC DE PROT E AMP. AO DEF. FÍS. E AO I	54,61
240		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.36.06	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	8704 - ADRIANA RIBAS	6.000,00
241	26/01/2016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.72	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	26.400,00
242		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8116 - SCHUMANN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	2.150,00
243		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	182 - 4.4.90.52.48	44 - Atenção Básica	12779 - DE MARCO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	85.000,00
244	27/01/2016	Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	321 - 4.4.90.52.48	1043 - Superávit - Transferências de Convênio da Saúde	4038 - AUTO MECANICA GERAL LTDA	64.500,00
245		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	182 - 4.4.90.52.87	44 - Atenção Básica	750 - PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	9.340,00
246		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.16	44 - Atenção Básica	596 - ABOA ELETROTECNICA LTDA	8.949,48
247	29/01/2016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	9711 - FGTS	300.000,00
248		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	1.276,84
249		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	249,20
250		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	124,60
251		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	124,60
252		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.99	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	249,20
253		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	373,80
254		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	188 - 3.1.91.13.03	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	6303 - RUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	18.000,00
255		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	188 - 3.1.91.13.03	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	95.483,47
256		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.99	46 - Vigilância em Saúde	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	19,19
257		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.02	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA L	249,20
258		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.02	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	60,00
259		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	842,65
260		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	427,50
261		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.24	44 - Atenção Básica	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	20.004,82
262		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2655 - PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	200,00
263		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.27	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12920 - VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	20.460,00
264		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2945 - GERMINO COFERREI-ME	135,00
265		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.47	46 - Vigilância em Saúde	348 - RADIO CAÇANJURE LTDA	12.500,00
266		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.81	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	104,36
267		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	2484 - ELTES FRANCISCO SINHORIN	5.000,00
268		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5443 - AUTO VIDROS LOMBADA - ME	250,00
269		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13039 - MEDVILLE E DIAGNÓSTICA EIRELI - EPP	156,00
270		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13039 - MEDVILLE E DIAGNÓSTICA EIRELI - EPP	3.700,00
271		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.99	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	812 - CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TORORÓ	2.160,00
272		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10264 - BERNARDY E BERNARDY S/S LTDA - ME	22.500,00
273		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2195 - JOSÉ VITOR CAPORALI	24.750,00
274		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4724 - CLÍNICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LTDA	54.000,00
275		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5111 - MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	54.000,00
276		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1156 - CLÍNICA MEDICA DR. NORTON LTDA	25.920,00
277		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.01	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9824 - STANG E STANG LTDA	1.774,50

Município de Cacador							
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Cacador/ SC							
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
http://www.cacador.sc.gov.br							
Usuário: Liziene Prandini		Chave de Autenticação 1528-7387-430		Página 14 / 17			
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho							
Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
278		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.01	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9824 - STANG E STANG LTDA	98.570,00
279		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.01	46 - Vigilância em Saúde	9824 - STANG E STANG LTDA	7.098,00
280		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	9824 - STANG E STANG LTDA	7.098,00
281		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.01	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9824 - STANG E STANG LTDA	7.098,00
282		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.01	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9824 - STANG E STANG LTDA	7.098,00
283		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	44 - Atenção Básica	9824 - STANG E STANG LTDA	70.980,00
284		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.03	44 - Atenção Básica	10570 - GRAMS & GRAMS LTDA	10.233,34
285		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.03	44 - Atenção Básica	10250 - MERC SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA	23.116,00
286		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.03	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	15.144,12
287		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	183 - 4.4.90.51.98	43 - Transferências de Convênios - Saúde	9646 - CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA - ME	111.000,00
288		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.36.15	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	8760 - DEVYSON MANTOVANI	4.372,34
289		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.77	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	25.325,00
290		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.77	46 - Vigilância em Saúde	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.200,00
291		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.77	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.200,00
292		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.77	44 - Atenção Básica	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	24.850,00
293		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.02	44 - Atenção Básica	443 - FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	397,56
294		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	443 - FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	4.173,08
295		Global	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.10	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	6319 - COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	5.434,26
296		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.33.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	10150 - UNESUL DE TRANSPORTES LTDA	110,40
297		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13029 - PELLIZZARI E SILVA DIAGNOSTICO LTDA - ME	70.000,00
298		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2616 - LABORATORIO CLINICO SANTA RITA LTDA - EPP	70.000,00
299		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2615 - LAB. DE ANAL. CL. MADALUZO CANATTI LTDA	70.000,00
300		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	100 - FREIBERGER E ZINI LTDA	70.000,00
301		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	962,45
302		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	142,50
303		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	384,75
304		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.487.066,12
305		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.11.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	151.755,69
306		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.765,32
307		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.16	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7261 - ORENIK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	18.828,06
308		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	488,36
309		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	305,22
310		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.99	44 - Atenção Básica	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	9.794,83
311		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.99	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	244,18
312		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.99	46 - Vigilância em Saúde	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	366,27
313		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	783,75
314		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.11.01	44 - Atenção Básica	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36.067,14
315		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4541 - LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	54.000,00
316		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.99	44 - Atenção Básica	13037 - ELISANDRA FERREIRA DE SOUZA MACHADO - ME	385,00
317		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	5399 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - USIFARMA	2.935,52
318		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	6192 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA (DROGARIA DO IVO)	4.703,00
319		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.19	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.835,05
320		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.995,61
321		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.11.01	44 - Atenção Básica	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14.718,51
322		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	195,76
323		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.99	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	722 - IELSC INSTITUTO EIVALLDO LOOI SISTEMA FISC	130.190,20
324		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.99	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	1162 - CIEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	130.190,20
325		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.16	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7261 - ORENIK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	18.828,06
326		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	18.000,00
327		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúd	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.000,00
328		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	75,05
329		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	11128 - DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME	67,45
330		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	3864 - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	863,65
331		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	13026 - PONTONED PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME	1.894,87
332		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10445 - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LT	2.068,30

**Município de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Leliane Prandini

Chave de Autenticação

1528-7387-430

Página

15 / 17

Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho

Nr Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
333		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	5646 - SLS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME	1.100,00
334		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	11067 - CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME	1.800,00
335		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	61.386,58
336		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	20.713,87
337		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	44 - Atenção Básica	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	23.112,15
338		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	17.531,84
339		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.110,71
340		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	87,44
341		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.13.02	44 - Atenção Básica	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	6.753,01
342		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.123,31
343		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1478 - NUCLEO DE ANALISES CLINICAS LTDA	70.000,00
344		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.78	46 - Vigilância em Saúde	7261 - ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	19.571,90
345		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.78	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 7261 - ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	11.808,20
346		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.78	44 - Atenção Básica	7261 - ORBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	31.380,10
347		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.63	44 - Atenção Básica	2685 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	585,00
348		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.99	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 8833 - SENAT SERV. NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPRO	5.160,00
349		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.11	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8967 - HBINFO PROVEDOR LTDA ME	414,00
350		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.11	102 - Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	Saúd 8967 - HBINFO PROVEDOR LTDA ME	11.592,00
351		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.11	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8967 - HBINFO PROVEDOR LTDA ME	1.035,00
352		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.11	46 - Vigilância em Saúde	8967 - HBINFO PROVEDOR LTDA ME	828,00
353		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.11	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8967 - HBINFO PROVEDOR LTDA ME	828,00
354		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.11	44 - Atenção Básica	8967 - HBINFO PROVEDOR LTDA ME	33.492,00
355		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.11	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8967 - HBINFO PROVEDOR LTDA ME	1.035,00
356		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.11	44 - Atenção Básica	7441 - IDS DESENV. DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA - EPP	15.000,00
357		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	2.954,52
358		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.11	44 - Atenção Básica	7441 - IDS DESENV. DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA - EPP	40.512,36

Total da Unidade Gestora: 7.338.909,22

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social

1	04/01/2016	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACIS - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS	12.500,00
2		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Ordinários	1871 - BANCO DO BRASIL SA	56,43
3		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.44	100 - Recursos Ordinários	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO	25.000,00
4	06/01/2016	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.44	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO	3.000,00
5		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.43	100 - Recursos Ordinários	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	55.000,00
6		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	1126 - OI S.A.	55.000,00
7		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.58	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	1126 - OI S.A.	12.000,00
8		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.59	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	2153 - EDINEUSA CORDEIRO (A.C.F. FOTOGRAFAS).	2.120,00
9		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.36.15	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	7468 - ANTONIO SORDI	8.447,20
10		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.36.15	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	9362 - MARLENE KUCZER	7.343,31
11	07/01/2016	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.30.24	55 - Bolsa Família	5794 - AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	72,00
12		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - PEBRAN TRANSITO	105,25
13		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PUBLICA INFORMÁTICA LTDA	5.194,62
14	13/01/2016	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	266 - 3.3.90.30.24	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	1853 - SINCOL S/A INDUSTRIA E COMERCIO	200,00
15		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	513,50
16		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.22	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	816 - LOJÃO DO REAL - MARCOS BULLE DA COSTA	1.264,58
17		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	1.604,75
18		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.22	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	280,20
19		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.19	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	3444 - HELIO CARLOS URIO E CIA LTDA - ME	1.636,25
20		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	390,00
21		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.10	100 - Recursos Ordinários	2186 - COMUNIDADE PAROQ. SAO FCO DE ASSIS-MITRA DIOCES	4.250,00
22		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.10	100 - Recursos Ordinários	1870 - MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR	3.324,84
23		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Ordinários	8230 - IVANIR JOSÉ COLLA	16.700,00
24	21/01/2016	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.70	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	713 - HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP	8.065,00
25		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.63	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asai	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	580,00
26		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.30.07	55 - Bolsa Família	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	468,00
27		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.30.22	55 - Bolsa Família	816 - LOJÃO DO REAL - MARCOS BULLE DA COSTA	139,28

**Município de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Liziene Prandini

Chave de Autenticação

1528-7387-430

Página

16 / 17

Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho


Nº Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
28		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.30.22	55 - Bolsa Família	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	190,75
29		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.30.07	55 - Bolsa Família	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	376,20
30		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.30.22	55 - Bolsa Família	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	117,20
31	28/01/2016	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	12.975,03
32		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	105,25
33		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.01	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	9824 - STANG E STANG LTDA	2.342,34
34		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	244,18
35		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.30.99	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	244,18
36		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.99	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	244,18
37		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.99	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	366,27
38		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	366,27
39		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.30.99	55 - Bolsa Família	147 - IVONICE TERESINHA PERDOONA ME	366,27
40	29/01/2016	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	33.007,46
41		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	144.792,60
42		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	4.539,34
43		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	11.701,76
44		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	17.283,69
45		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	5.566,84
46		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	8.629,87
47		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	2.773,40
48		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.39.11	55 - Bolsa Família	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	2.665,60
49		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.11	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	2.822,40
50		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.11	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	2867 - CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	1.411,20
51		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	722 - TEL/SC INSTITUTO EIVALDO LOOI SISTEMA FIESC	84.992,64
52		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1162 - CIEE/SC CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	84.992,64
53		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.39.77	55 - Bolsa Família	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.200,00
54		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.77	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.200,00
55		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.77	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	2.400,00
56		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.39.77	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.200,00
57		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.77	100 - Recursos Ordinários	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	2.400,00
58		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	8.018,76
59		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.557,25
60		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	752,98
61		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	697,50
62		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.16	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	7796 - NELSON TOMASI EPP	330,70
63		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.23	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	2971 - SAWAIA & CIA LTDA - EPP	547,80
64		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.23	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	5995 - LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI AVIA	807,20
65		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.23	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	6319 - COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	724,00
66		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.23	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	1567 - MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	810,10
67		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.99	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	4810 - CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	117,15
68		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.32.99	100 - Recursos Ordinários	99 - FOTO IMAGEM DIGITAL	104,00
69		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.26	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI)	3.361,05
70		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.63	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	2.961,60
71		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244 - 3.3.90.39.63	55 - Bolsa Família	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	1.478,40
72		Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7386 - APAREFEC- ASSOC DE PROT E AMP. AO DEF. FÍS. E AO I	11.792,16
73		Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	266 - 3.3.90.39.27	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	1.368,00
74		Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.24	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asse	810 - CAPRI TINTAS LTDA	200,00

Total da Unidade Gestora:

694.401,42

Unidade Gestora: Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

1	04/01/2016	Estimativa	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	12872 - PATRICIA DOS SANTOS	9.500,00
2		Estimativa	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	8565 - ROZANE APARECIDA FERREIRA ENDRIGO	9.500,00
3		Estimativa	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	6824 - SUELI TEREZINHA ALANO DOS SANTOS ELICKER	9.500,00
4		Estimativa	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	9344 - LINDAURA FREDERIK	5.194,62
5	06/01/2016	Global	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMATICA LTDA	5.194,62
6	28/01/2016	Estimativa	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	13041 - ROMILDA FERREIRA	10.560,00

<div><div></div><div><div>Município de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div>			<div>Usuário: Liziene Prandini</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>1528-7387-430</div>	<div>Página</div> <div>17 / 17</div>
Relação de Empenhos Emitidos por Número de Empenho						
Nr Emp.	Data	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
7		Estimativa	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	13045 - HELMA KARIN HEINZ
8	29/01/2016	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	4124 - ASSOCIACAO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTEJAR
Total da Unidade Gestora:						64.520,62
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Habitação						
1	06/01/2016	Global	6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	273 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA
Total da Unidade Gestora:						5.194,62
Unidade Gestora: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano						
1		Global	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	302 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA
2	28/01/2016	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	301 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID
3		Estimativa	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	302 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA
4		Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	302 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME
5		Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	300 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13055 - FOLHA DE PAGAMENTO - IPPUC - INSTITUTO DE PESQUI
6		Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	300 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13055 - FOLHA DE PAGAMENTO - IPPUC - INSTITUTO DE PESQUI
7	29/01/2016	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	300 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL
Total da Unidade Gestora:						85.078,43
Unidade Gestora: Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador						
1	18/01/2016	Ordinário	8001 - FAMPEC - CAÇADOR	312 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Ordinários	4576 - UNIMED CAÇADOR COOP. TRABALHO MED. REG. CONTEST
2	27/01/2016	Ordinário	8001 - FAMPEC - CAÇADOR	312 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13035 - JULIANA PADILHA MAZZOTTI
Total da Unidade Gestora:						131,18
Total Geral:						21.232.100,98

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 876, DE 19/01/2016.**

Retificação da Portaria nº 876, de 19/01/2016.

Retificar a Portaria nº 876, de 19 de janeiro de 2016, devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, do dia 27/01/2016, Edição nº 1920, Página 97. ONDE SE LÊ: "Anastácia de Oliveira Bernardo", LEIA-SE: "Anastácia Oliveira Bernardo". Alcedir Ferlin, DIRETOR PRESIDENTE do IPASC e Édina Carla Bressan, DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.069/2016

DECRETO N.º 3.069/2016

Dispõe sobre as vedações impostas aos agentes públicos em ano eleitoral e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o ano eleitoral em vigência e as vedações impostas aos agentes públicos pela Lei Federal n.º 9.504/1997;

DECRETA:

Art. 1º Todos os agentes públicos municipais, servidores ou não da administração direta ou indireta, deverão se abster de realizar os seguintes atos:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Município, ressalvada a realização de convenção partidária;

II - usar materiais ou serviços, custeados pelo governo, que exceda as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custados pelo poder público;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, a partir de 02 de julho de 2016 até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 02 de julho de 2016;

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Chefe do Poder Executivo.

VI - a partir de 02 de julho de 2016 até a realização do pleito:

a) receber transferência voluntária de recursos da União e do Estado ao Município, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviços em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos, no

primeiro semestre, dos 03 últimos anos que antecedam o pleito; VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 05 de abril de 2016 até a posse dos eleitos;

IX - a partir de 02 de julho de 2016, na realização de inaugurações, é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.

§ 1º Reputa-se agente público, para efeito deste Decreto, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta, indireta ou fundacional.

§ 2º Durante o exercício de 2016, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

§ 3º Em caso de descumprimento de qualquer item deste Decreto, fica o responsável sujeito as consequências legais, notadamente da Lei Federal n.º 9.504/1997, bem como sujeito a procedimento de apuração interna e punição no âmbito administrativo municipal, que deverá ser instaurado de imediato por meio de Processo Administrativo.

§ 4º Este Decreto também se aplica aos Srs. Secretários Municipais e Presidentes de Fundações Municipais, que deverão zelar e fiscalizar a sua observância no âmbito de suas repartições.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 001/2016 - FMA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016-FMA - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXTREMA NECESSIDADE PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:30 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.
Camboriú, 03 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 008/16 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA SEREM UTILIZADOS EM DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:30 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.
Camboriú 02 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 011/16 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2016- FME - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA REPOSIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.
Camboriú, 02 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 029/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DO EVENTO EXPORURAL 2016 QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 132 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:30 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.
Camboriú, 03 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 030/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FILMAGENS CINEMATOGRAFICA PARA DIVERSOS EVENTOS QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 132 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.
Camboriú, 03 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de tintas, solvente e materiais de pintura para utilização em atividades de demarcação viária desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MADEVIA EIRELI EPP, CNPJ: 05.197.303/0001-60, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	50	Frasco	Solvente compatível com tinta acrílica a base de solvente para demarcação viária (item 01). Lata com 5 litros.	44,00	2.200,00
03	100	Lata	Tinta piso a base de água. Branca. Lata com 18 litros.	94,00	9.400,00
09	20	Galão	Massa acrílica 3,6 litros.	12,00	240,00
VALOR TOTAL				R\$ 11.840,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

MADEVIA EIRELI EPP

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de tintas, solvente e materiais de pintura para utilização em atividades de demarcação viária desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa THOME COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE TINTAS LTDA ME, CNPJ: 11.289.348/0001-67, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	100	Unidade	Pincel 4".	7,99	799,00
05	100	Unidade	Pincel 2".	3,95	395,00
06	100	Unidade	Rolo em lã de carneiro. 9 cm.	3,90	390,00
07	100	Unidade	Rolo em lã de carneiro. 23cm.	8,50	850,00
08	50	Unidade	Bandeja para pintura, 23cm.	5,50	275,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.709,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

THOME COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE TINTAS LTDA ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de tintas, solvente e materiais de pintura para utilização em atividades de demarcação viária desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa GATTO & MONTEIRO REVESTIMENTOS LTDA, CNPJ: 10.344.912/0001-34, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	50	Lata	Tinta acrílica a base de solvente para demarcação viária. Amarelo ouro, semibrilho. Lata com 18 litros.	143,00	7.150,00
VALOR TOTAL				R\$ 7.150,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

GATTO & MONTEIRO REVESTIMENTOS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de areia, pó de brita, brita, tijolo, cimento e cal para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, CNPJ: 79.390.530/0001-43, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 13/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	150	M³	Areia grossa	64,40	9.660,00
02	150	M³	Areia média	64,40	9.660,00
03	100	M³	Areia fina	64,40	6.440,00
VALOR TOTAL				R\$ 25.760,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de areia, pó de brita, brita, tijolo, cimento e cal para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AUGUSTIN IRMÃOS E CIA LTDA, CNPJ: 83.787.325/0001-93, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 13/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
06	5.000	Unidade	Tijolo maciço	0,67	3.350,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.350,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

AUGUSTIN IRMÃOS E CIA LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de areia, pó de brita, brita, tijolo, cimento e cal para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ: 00.876.873.0001/62, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 13/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
07	10.000	Unidade	Tijolo 6 furos (bem queimado)	0,48	4.800,00
08	400	Saco	Cimento 50kg	26,40	10.560,00
09	200	Saco	Cal hidratada 20kg	9,40	1.880,00
VALOR TOTAL				R\$ 17.240,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de areia, pó de brita, brita, tijolo, cimento e cal para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MINERAÇÃO LM LTDA EPP, CNPJ: 08.561.759/0001-55, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 13/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	200	M³	Pó de brita	47,00	9.400,00
05	100	M³	Brita nº 1	47,00	4.700,00
VALOR TOTAL				R\$ 14.100,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MINERAÇÃO LM LTDA EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de pregos, barras de ferro e arame recozido para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ: 00.876.873.0001/62, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 14/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
11	100	Barra	Ferro 1/2". Barra com 12 metros.	42,80	4.280,00
12	100	Barra	Ferro 3/8". Barra com 12 metros.	26,50	2.650,00
13	150	Barra	Ferro 5/16". Barra com 12 metros.	20,40	3.060,00
14	150	Barra	Ferro 1/4". Barra com 12 metros.	14,50	2.175,00
15	150	Barra	Ferro 4,2mm. Barra com 12 metros.	6,30	945,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.110,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de pregos, barras de ferro e arame recozido para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 14/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	2	Caixa	Prego 17x27. Caixa com 20kg.	176,00	352,00
04	1	Caixa	Prego 16x24. Caixa com 20kg.	176,00	176,00
08	10	Caixa	Prego 26x84. Caixa com 20kg.	197,00	1.970,00
16	20	Quilo	Arame recozido.	7,39	147,80
VALOR TOTAL				R\$ 2.645,80	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELI

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de pregos, barras de ferro e arame recozido para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre

e a empresa KA FER COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 82.923.244/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 14/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	1	Caixa	Prego 18x36. Caixa com 20kg.	176,50	176,50
03	1	Caixa	Prego 20x42. Caixa com 20kg.	176,50	176,50
05	1	Caixa	Prego 15x21. Caixa com 20kg.	217,00	217,00
06	1	Caixa	Prego 12x12. Caixa com 20kg.	217,00	217,00
07	1	Caixa	Prego 13x15. Caixa com 20kg.	216,00	216,00
09	10	Caixa	Prego 25x72. Caixa com 20kg.	177,00	1.770,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.773,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

KA FER COMÉRCIO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de março de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de pregos, barras de ferro e arame recozido para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI, CNPJ: 23.037.457/0001-76, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 14/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
10	100	Barra	Ferro 3/4". Barra com 12 metros.	109,00	10.900,00
VALOR TOTAL				R\$ 10.900,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI
Representante legal

DECRETO Nº 9.679 DE 03 DE MARÇO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.679 DE 03 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.449 de 03 de março de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.6.009	Oficinas Pedagógicas		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas		

335043.00.519 -	Subvenções Sociais	R\$ 900,00	
-----------------	--------------------	------------	--

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 900,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Gabinete do Prefeito do Município de campo Alegre/SC, 03 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.680 DE 03 DE MARÇO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.680 DE 03 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO COMTUR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 3º Parágrafo 3º da Lei Municipal nº 2.992; alterada pela Lei Municipal nº 3.481 de 16 de junho de 2009; DECRETA:

Art.1º) Nomear os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de TURISMO – COMTUR:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Secretaria Municipal de Administração:

Titular: LILIAN TEREZINHA BARTSCH;

Suplente: IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR.

b) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: SANDRO LUIZ FRIEDRICH;

Suplente: MARLI AUGUSTIN.

c) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: ERNANI DOS SANTOS;

Suplente: BRIGITTE VAN DEN AKKER STEUERNAGEL.

d) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

Titular: MARÍLIA SCHEFFER;

Suplente: JAQUELINE SCHUHMACHER.

e) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUEL;

Suplente: OLÍVIO ODIA.

f) Representante do CMDCA:

Titular: MARILDA SCHADECK;

Suplente: PATRICK ONGHERO.

g) Representante do Escritório local da EPAGRI:

Titular: ILDEFONSO CARDOSO;

Suplente: JUÇARA SCHROEDER.

h) Representante do Ensino Estadual:

Titular: PAULO DE TARCIO MEISTER;

Suplente: TALITA WOYAKEVICZ.

I) Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras:

Titular: ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO;

Suplente: LUCINEI JOSÉ ODIA.

II – REPRESENTANTES DA INICIATIVA PRIVADA:

a) Representante do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:

Titular: CHRISTA RUTH PFEIFFER LARSEN;

Suplente: MOISÉS DE MEDEIROS.

GABINETE DO PREFEITO

b) Representante da ACIACA – Associação Empresarial de Campo Alegre:

Titular: JOSÉ CRISTOFOLINI;

Suplente: INGO RUSCH ALANDT.

c) Presidente da SACA – Sociedade Amigos de Campo Alegre:

Titular: ALICE BAYERL GROSSKOPF;

Suplente: ROSELI FUCKNER.

d) Presidente da Associação de Artistas, Artesãos Mãos do Campo:

Titular: RELINDA ALANDT;

Suplente: HERMA SCHWARZ HEINZEN.

e) Presidente da FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre:

Titular: ANTONIO DENILTON NENEVÊ;

Suplente: ELISABETH KESTERING.

f) Produtor Rural que pratique atividade de Turismo em sua propriedade indicado pela EPAGRI:
Titular: RAFAEL RADOLL;
Suplente: ROSANE KATZMANN.

Secretária: NÉDIA MARIA SCHEFFER.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.788 de 21 de janeiro de 2015.

g) Representante das Associações de Moradores escolhidos entre as mesmas:
Titular: MARIA ROSEMAR MUNHOZ PAULI;
Suplente: MONALIZA ANDREIA MUNHOZ.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de março de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

i) Presidente da Associação de Comunicação Comunitária Rádio Cidade Campo Alegre 87,9 – FM:
Titular: JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOWSKI;
Suplente: EDITH MARICLER VIRMOND.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/03/2016.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR será composta dos seguintes membros:

Presidente: MARÍLIA SCHEFFER;
Vice-Presidente: SÉRGIO LUIZ FETTBACH;

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.681 DE 03 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 9.681 DE 03 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.451 de 03 de Março de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e Suplementa-o no valor de R\$ 2.122,12 (dois mil cento e vinte e dois reais e doze centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais		
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras		
300000.00.501 -	Despesas Correntes		
330000.00.501 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.501 -	Aplicações Diretas		
339093.00.501 -	Indenizações e Restituições	R\$ 219,22	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS		
300000.00.922 -	Despesas Correntes		
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.922 -	Aplicações Diretas		
339093.00.922 -	Indenizações e Restituições	R\$ 100,00	
08.244.0102.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais		
300000.00.502 -	Despesas Correntes		
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.502 -	Aplicações Diretas		
339093.00.502 -	Indenizações e Restituições	R\$ 1.802,90	
	TOTAL	R\$ 2.122,12	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais		
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras		
400000.00.501 -	Despesas de Capital		
440000.00.501 -	Investimentos		
449000.00.501 -	Aplicações Diretas		
449052.00.501 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 219,22	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS		
400000.00.922 -	Despesas de Capital		

440000.00.922 -	Investimentos		
449000.00.922 -	Aplicações Diretas		
449052.00.922 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00	
08.244.0102.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais		
300000.00.502 -	Despesas Correntes		
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.502 -	Aplicações Diretas		
339032.00.502 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.802,90	
	Total	R\$ 2.122,12	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 03 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.448 DE 03 DE MARÇO DE 2016

LEI Nº 4.448 DE 03 DE MARÇO DE 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE TRILHEIROS "OVELHAMA TRAIL CLUBE" E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição a ASSOCIAÇÃO DE TRILHEIROS "OVELHAMA TRAIL CLUBE", no valor total de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando o apoio a organização do 7º ENCONTRO DE TRILHEIROS "TRILHA DA OVELHA", na XVIII EDIÇÃO DA FESTA ESTADUAL DA OVELHA, a qual realizar-se-á em data de 20 de Março do corrente ano em nosso Município.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da ASSOCIAÇÃO DE TRILHEIROS – "Ovelhama Trail Clube".

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., no prazo previsto nesta Lei, instruída dos seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Parágrafo Único: A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da ASSOCIAÇÃO DE TRILHEIROS "OVELHAMA TRAIL CLUBE".

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.03.27.811.84.0634 – Apoio a Entidades e Talentos Esportivos da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de março de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.449 DE 03 DE MARÇO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.449 DE 03 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação			
12.361.0008.6.009	Oficinas Pedagógicas			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes			
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas			
335043.00.519 -	Subvenções Sociais		R\$ 900,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento

Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 900,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 03 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.450 DE 03 DE MARÇO DE 2016

LEI Nº 4.450 DE 03 DE MARÇO DE 2016

DENOMINA DE ALFREDO MEY PONTE DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de ALFREDO MEY, uma Ponte de concreto armado, com 12,00m de largura e 12,50m de comprimento, situada sobre o Rio São Miguel, na Localidade de São Miguel, na Rodovia Municipal 020, neste Município.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de março de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: ALFREDO MEY

Profissão: FISCAL DO DER – DEPARTAMENTO ESTRADA DE RODAGEM DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Data de Nascimento: 06 DE SETEMBRO DE 1900

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: JOINVILLE/SC.

Data de Falecimento: 18 DE JUNHO DE 1969

Filiação: (Pai): FREDERICO MEY
(Mãe): ADELAIDE MEY

Cônjuge: PAULA MEY

Nome dos Filhos: LEONIDIO MEY; ANGELA MEY KOCH; ADELAIDE SOFIA MEY; DOLORES PAULA MEY; ALICE MEY; HAROLDO FREDERICO MEY E HILÁRIO ALFREDO MEY.

Tempo de Residência no Município: DESDE O ANO DE 1935 ATÉ SEU FALECIMENTO NO ANO DE 1969 = 34 ANOS.

Atividades Comunitárias: De modo geral podemos registrar que participou ativamente de atividades comunitárias em várias ações realizadas no âmbito comunitário em prol do desenvolvimento de nosso Município.

Outras Informações que julgar necessárias: O senhor Alfredo Mey veio residir em Campo Alegre no ano de 1935, na época funcionário público estadual do DER "Departamento Estrada de Rodagem", naquele período foi responsável pelo Departamento de Obras: pontes, bueiros e alargamento das estradas estaduais.

O Senhor Alfredo Mey trabalhou ocupando o cargo de Fiscal de Obras, seu primeiro trabalho aqui em nosso Município foi de fiscalizar o alargamento da Estrada que inicia na localidade de São Miguel e termina na localidade de Ximbuva divisa com o Estado do Paraná.

No ano de 1937 o Senhor Alfredo Mey casou com a Senhora Paula Altmann, vindo a residir na localidade de Papanduva em nosso Município até seu falecimento no ano de 1969.

No ano de 1939 foram construídas duas pontes na mencionada estrada, uma na localidade de São Miguel e outra na localidade de Bateias de Cima. Estas pontes eram cobertas com telha zinco, que por muitas serviram de abrigo para as pessoas nas horas de chuvas.

O Senhor Alfredo Mey participou também na conservação da antiga estrada Dona Francisca.

Quando da conclusão das obras da antiga ponte sobre o Rio São Miguel, foi escrita na cabeceira desta ponte a seguinte frase:

“ALFREDO MEY TRABALHOU E COMANDOU EQUIPE DE OPERÁRIOS E CARROÇA NO ALARGAMENTO DESTA ESTRADA”.

LEI Nº 4.451 DE 03 DE MARÇO DE 2016

LEI Nº 4.451 DE 03 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Especial, criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 2.122,12 (dois mil cento e vinte e dois reais e doze centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras			
300000.00.501 -	Despesas Correntes			
330000.00.501 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.501 -	Aplicações Diretas			
339093.00.501 -	Indenizações e Restituições	R\$ 219,22		
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS			
300000.00.922 -	Despesas Correntes			
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.922 -	Aplicações Diretas			
339093.00.922 -	Indenizações e Restituições	R\$ 100,00		
08.244.0102.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais			
300000.00.502 -	Despesas Correntes			
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.502 -	Aplicações Diretas			
339093.00.502 -	Indenizações e Restituições	R\$ 1.802,90		
	TOTAL	R\$ 2.122,12		

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras			
400000.00.501 -	Despesas de Capital			
440000.00.501 -	Investimentos			
449000.00.501 -	Aplicações Diretas			
449052.00.501 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 219,22		
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS			
400000.00.922 -	Despesas de Capital			
440000.00.922 -	Investimentos			
449000.00.922 -	Aplicações Diretas			
449052.00.922 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00		
08.244.0102.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais			
300000.00.502 -	Despesas Correntes			
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.502 -	Aplicações Diretas			
339032.00.502 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.802,90		
	Total	R\$ 2.122,12		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 03 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº03/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº03/2016.

O Município de Campos Novos através da Fundação Cultural de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 15 de Março de 2016 às 15:00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a . CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Entrega de envelopes dia 15 de Março de 2016 até as 14horas e 30 minutos.

ABERTURA dos envelopes às 15 horas DO DIA 15 DE MARÇO DE 2016.

Campos Novos, 01 de Março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

AVISO DISP 07/2016 SERVIÇOS APAE - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 25/2016
Dispensa nº 07/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/03/2016 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PRIVADA, FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE DE FORMA COMPLEMENTAR, DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE EM SANTA CATARINA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 02 de março de 2016.

Nelson Luiz de Paula
Secretario Municipal de Saúde

AVISO PREGÃO 11/16 TRANSPORTE ESCOLAR

AVISO DE LICITAÇÃO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 18 de março de 2016 às 16.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Campos Novos, 04 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.470/16 DE 02/03/2016 REGULAMENTA LEI Nº 4.247/16

DECRETO Nº 7.470/16 DE 02/03/2016

REGULAMENTA LEI Nº 4.247/16

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.247/16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
02 de março de 2016.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.471/2016 DE 02/03/2016 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

DECRETO Nº 7.471/2016 DE 02/03/2016
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1.114/15 de 22/05/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, como membros do Conselho Municipal de Trânsito – COMUTRAN:

- I - Representante do Poder Legislativo: Joelma Francisca Faé
- II - Representante do Poder Executivo: Geraldo Mafioletti
- III - Representante da Polícia Militar de Campos Novos: Maikon Roberto Kunrath
- IV - Representante da Polícia Civil: Marciano Dalmolim

V - Representante da CDL: Vilmar Pedro Matté
VI - Representante da ACIRCAN: Otávio Henrique Almeida Tessaro
VII - Representante da COTRACAN: Alcedir José Cavichon
VIII - Representante da ACAVERCAN: Jonathan John Pegoraro
IX - Representante do Rotary Clube: Fernando Semin
X - Representante da UNICAMPO: João Pedro Ferreira da Silva
XI - Representante do Lions Clube: Ademir Alberto Zanatta
XII - Representante dos CONSEG's: Vilmar Matos
XIII - Representante da Loja Maçônica Silêncio e Fraternidade: Dhi-
êmis Metz Pinheiro

Art. 2º - O mandato dos membros acima citados será até 02/03/2018.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.826/13 de 15/10/2013.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 02 de Março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.246/2016 DE 02/03/2016 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPOS NOVOS – CDL E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL RURAL E CULTURAL CAMPONOVENSE – ACIRCAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.246/2016 DE 02/03/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPOS NOVOS – CDL E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL RURAL E CULTURAL CAMPONOVENSE – ACIRCAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos – CDL e com a Associação Empresarial Rural e Cultural Camponovense – ACIRCAN, com a finalidade de desenvolver as Festividades Alusivas aos 135 Anos de Emancipação Político-Administrativa do município de Campos Novos, no período de 05 de Março a 03 de Abril de 2016, na forma da minuta de Termo de Convênio em anexo (Anexo I), que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Ficam autorizadas a CDL e ACIRCAN, a captar a título de patrocínio recursos federais, estaduais ou da iniciativa privada, para custear a realização das Festividades Alusivas aos de 135 Anos de Emancipação Político-Administrativa do município de Campos Novos, os quais deverão ser movimentados em conta bancária específica, conjunta ou em nome de uma das entidades.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder gratuitamente para a CDL e a ACIRCAN, as instalações do Complexo Esportivo Cid Caesar de Almeida Pedroso e terrenos anexos de propriedade do Município, para que sejam montadas as estruturas necessárias para Praça de Alimentação, Estacionamento, Parque de Diversões e demais atividades alusivas aos 135 Anos de

Emancipação Político-Administrativa do município, a partir do dia 03 de Abril de 2016.

Art. 4º. Todo o gerenciamento e a comercialização dos espaços citados no artigo anterior ficam sob a responsabilidade da CDL e ACIRCAN, que devem movimentar os recursos arrecadados com as comercializações dos espaços em conta bancária específica conjunta ou em nome de uma das entidades.

Art. 5º. Os recursos arrecadados com a comercialização dos espaços citados no artigo 3º, bem como os lucros apurados, serão de propriedade da CDL e ACIRCAN, a título de contrapartida pelos serviços prestados para realização do objeto deste convênio e fomento ao desenvolvimento econômico do município.

Art. 6º. Em caso de sobra de recursos captados com patrocínios, para custeio da realização das Festividades Alusivas aos de 135 Anos de Emancipação Político-Administrativa do município de Campos Novos, os valores deverão ser destinados ao Município.

Art. 7º. A CDL e a ACIRCAN deverão prestar contas dos recursos arrecadados com a presente lei, ao Município e Câmara de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do encerramento do evento, com relatórios detalhados.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 02 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº xxxx/2016

Pelo presente Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Campos Novos, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal, senhor Nelson Cruz, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Coronel Farrapo, 1578, Centro, Cidade de Campos Novos – SC, a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, de Campos Novos, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, com sede na Rua Cel. Pedro Carlos, 974, Centro, Campos Novos – SC, representado por sua Presidente, senhora Dalva Terezinha Bebbber, brasileira, viúva, empresária, CPF nº 569.105.419-87, RG nº 1880736, residente e domiciliada na Rua Marechal Deodoro, 890, Centro, Campos Novos SC, doravante denominado simplesmente de CDL, e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL, RURAL E CULTURAL CAMPONOVENSE, de Campos Novos, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.826.958/0001-63, com sede na Rua Cel. Pedro Carlos, Campos Novos – SC, representado por seu Presidente Luiz Angelo Fornara, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Dom Daniel Hostin, Apto: 32, Centro, Cidade de Campos Novos, doravante denominada simplesmente ACIRCAN, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONVÊNIO

I – Desenvolver ações, através de mútua cooperação, para a realização das Festividades Alusivas aos 135 Anos de Emancipação Político-Administrativa do município de Campos Novos, no período de 05 de Março a 03 de Abril de 2016, proporcionando congregação a comunidade empresarial em um evento, atraindo consumidores ao comércio local, como opção turística de negócios, com infraestrutura segura e de qualidade para os visitantes e em consequência, incrementando a arrecadação do Município, bem como engrandecendo a programação festiva.

CLÁUSULA SEGUNDA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
Caberá ao MUNICÍPIO:

I – Ceder gratuitamente as instalações do Complexo Esportivo Cid Caesar de Almeida Pedroso e terrenos anexos de propriedade do Município, para que sejam montadas a Praça de Alimentação, Estacionamento, Parque de Diversões e demais atividades Alusivas aos 135 Anos de Emancipação Político-Administrativa do município de Campos Novos, a partir do dia 03 de Abril de 2016, para montagem das estruturas físicas contratadas pelas entidades e município para concretização do objeto deste convênio.

II – Divulgar toda a programação artística, esportiva e cultural, alusiva aos 135 anos do município.

III – Realizar outros eventos em comemoração aos 135 anos do Município, no Complexo Esportivo Cid Caesar de Almeida Pedroso, ou em outros locais, contratando shows, estruturas e outros atrativos para atrair público ao evento, com entrada gratuita, podendo firmar parceria com outras entidades locais, como CTGs, Clubes, Associações, entre outras.

CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CDL E ACIRCAN

I – Realizar conjuntamente com o município evento específico para apresentação da programação das Festividades Alusivas aos 135 Anos de Emancipação Político-Administrativa do município;

II – Coordenar e comercializar, podendo vender para exploração comercial ou ceder a entidades sem fins lucrativos, conforme achar por bem, os espaços na Praça de Alimentação, Estacionamento e demais dependências do evento, gerenciando os recursos em conta bancária específica, conjunta ou em nome de uma das entidades, ficando com o lucro apurado com a referida comercialização, a título de contrapartida pelos serviços prestados para realização do objeto deste convênio e fomento ao desenvolvimento econômico do município;

III – Captar e receber recursos provenientes dos Governos Federal e Estadual ou de empresas privadas a título de patrocínio para custear o evento alusivo aos 135 anos do município, gerenciando os recursos em conta bancária específica conjunta ou em nome de uma das entidades;

IV – Contratar ou adquirir em seu nome, estruturas físicas necessárias para concretização dos eventos, visando o bom atendimento ao público e segurança de todas as estruturas necessárias;

V – Realizar o pagamento das despesas oriundas das contratações e aquisições que realizar inerentes às Festividades Alusivas aos 135 do Município, previstas no presente convênio;

VI – Em caso de sobra de recursos captados com patrocínio, destiná-los aos cofres públicos em conta indicada pelo MUNICÍPIO;

VII – Prestar contas da destinação dos recursos captados e dos lucros apurados com a venda de espaços, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do evento;

§ 1.º Toda a programação inerente ao evento deverá salientar a iniciativa de realização do Município de Campos Novos, com parceria da CDL e ACIRCAN, apoio da Câmara de Vereadores, entidades parceiras e dos patrocinadores;

§ 2.º A prestação de contas será encaminhada pela CDL e ACIRCAN, em via original ao Município de Campos Novos, e cópia para Câmara Municipal de Vereadores, e será constituída pelas seguintes peças:

a) Cópia do Termo de Convênio;

b) Relação de pagamentos, onde conste, em ordem cronológica: I) fornecedor; II) nº. do documento fiscal; III) data da expedição do documento; IV) valor da aquisição; V) nº do cheque; VI) data da expedição do cheque; VII) nº. da conta bancária; VIII) valor do cheque; IX) assinatura do responsável;

c) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, o valor da despesa, e, quando for o caso o saldo, devidamente assinado pelo representante legal das entidades;

d) Extrato da conta bancária do período do recebimento do recurso até o último pagamento;

e) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos captados como patrocínio à conta indicada pelo MUNICÍPIO.

f) Cópia das notas fiscais e/ou recibos contratados com recursos do convênio;

§ 3.º. A falta de prestação de contas por parte da CDL e ACIRCAN, facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

I – O presente convênio é firmado pelo prazo de sua assinatura até a conclusão do seu objeto.

Parágrafo único – considerar-se-á extinto o presente convênio, tão logo seja concluído o seu objeto, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO DO CONVÊNIO

O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste convênio, implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

Parágrafo único – Em caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos, SC., para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste convênio.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campos Novos, xx de xxxxxxxx de 2016

Nelson Cruz

Prefeito de Campos Novos

Luiz Angelo Fornara

Presidente da ACIRCAN

Dalva Terezinha Bebbber

Presidente da CDL

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI Nº 4.247/2016 DE 02/03/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

LEI Nº 4.247/2016 DE 02/03/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional

especial no orçamento do Município de Campos Novos, no exercício de 2016, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elemento	de	despesa:	134-
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0056.000000		aplicações	diretas
..... R\$ 50.000,00			

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elemento	de	despesa:	111-
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0056.000000		aplicações	diretas
..... R\$ 50.000,00			

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 02 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 514/16

PORTARIA Nº 514/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA DAYANE ROBERTA PENSO NEVES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora DAYANE ROBERTA PENSO NEVES, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto a PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 515/16

PORTARIA Nº 515/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARLENE MARTINSON BERLANDA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO A CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARLENE MARTINSON BERLANDA, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto a CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 516/16

PORTARIA Nº 516/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO A CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto a CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 517/16

PORTARIA Nº 517/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA SIRLENE PASQUALI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora SIRLENE PASQUALI, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto a CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 518/16

PORTARIA Nº 518/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA PÂNDORA BIARZI VALENTE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. ELIETE TEIXEIRA LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora PÂNDORA BIARZI VALENTE, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. ELIETE TEIXEIRA LOPES. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 519/16

PORTARIA Nº 519/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA JANAINA DENISE DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO C.E.I.M. ELIETE TEIXEIRA LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora JANAINA DENISE DA SILVA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao C.E.I.M. ELIETE TEIXEIRA LOPES. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 520/16

PORTARIA Nº 520/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ADELITA JULIANA WERLE SCAPINI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO AO C.E.I.M. ELIETE TEIXEIRA LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ADELITA JULIANA WERLE SCAPINI, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao C.E.I.M. ELIETE

TEIXEIRA LOPES. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 521/16

PORTARIA Nº 521/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA REJANE DE FATIMA TONHOLI DE LIMA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora REJANE DE FATIMA TONHOLI DE LIMA, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 522/16

PORTARIA Nº 522/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA ANTUNES RECH PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO C.E.I.M. PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora IZABEL CRISTINA ANTUNES RECH, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao C.E.I.M. PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 523/16

PORTARIA Nº 523/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ANA CRISTINA DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO AO C.E.I.M. PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ANA CRISTINA DE OLIVEIRA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao C.E.I.M. PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 524/16

PORTARIA Nº 524/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA TEREZINHA DE OLIVEIRA CORREA FAVARETTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. JOSÉ CARLOS PISANI- CAIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora TEREZINHA DE OLIVEIRA CORREA FAVARETTO, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. JOSÉ CARLOS PISANI-CAIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 525/16

PORTARIA Nº 525/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA GIZELE APARECIDA WERLE MANFROI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO C.E.I.M. JOSÉ CARLOS PISANI- CAIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora GIZELE APARECIDA WERLE MANFROI, para o

cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao C.E.I.M. JOSÉ CARLOS PISANI-CAIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 526/16

PORTARIA Nº 526/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ADRIANA SURDI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO AO C.E.I.M. JOSÉ CARLOS PISANI- CAIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ADRIANA SURDI, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao C.E.I.M. JOSÉ CARLOS PISANI-CAIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 527/16

PORTARIA Nº 527/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARIONICE CEREGATTI CORREIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. PEQUENO ANJO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARIONICE CEREGATTI CORREIA, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. PEQUENO ANJO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 528/16

PORTARIA Nº 528/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARIA ELIANE SIMON LAZZARI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO C.E.I.M. PEQUENO ANJO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARIA ELIANE SIMON LAZZARI, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao C.E.I.M. PEQUENO ANJO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 529/16

PORTARIA Nº 530/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARISTELA APARECIDA CASSIANO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. SONHO INFANTIL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARISTELA APARECIDA CASSIANO, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. SONHO INFANTIL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 530/16

PORTARIA Nº 530/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARISTELA APARECIDA CASSIANO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. SONHO INFANTIL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARISTELA APARECIDA CASSIANO, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. SONHO

INFANTIL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 531/16

PORTARIA Nº 531/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA CAMILA E SÁ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO C.E.I.M. SONHO INFANTIL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CAMILA E SÁ, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao C.E.I.M. SONHO INFANTIL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 532/16

PORTARIA Nº 532/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARLEN ANGELA FORGIARINI CAVALI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. MUNDO ENCANTADO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ANGELA FORGIARINI CAVALI, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. MUNDO ENCANTADO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 533/16

PORTARIA Nº 533/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA SUELI TEREZINHA CORONA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO C.E.I.M. MUNDO ENCANTADO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora SUELI TEREZINHA CORONA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao C.E.I.M. MUNDO ENCANTADO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 534/16

PORTARIA Nº 534/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA CELIA L. MENA BARRETO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO AO C.E.I.M. MUNDO ENCANTADO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CELIA L. MENA BARRETO, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao C.E.I.M. MUNDO ENCANTADO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 535/16

PORTARIA Nº 535/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ELAINE CRISTINA DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AO C.E.I.M. PADRE ARMANDO DE COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELAINE CRISTINA DOS SANTOS, para o cargo em comissão de DIRETORA, junto ao C.E.I.M. PADRE ARMANDO

DE COSTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 536/16

PORTARIA Nº 536/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA IVONETE KEMER COMERLATTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO AO C.E.I.M. PADRE ARMANDO DE COSTA.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora IVONETE KEMER COMERLATTO, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao C.E.I.M. PADRE ARMANDO DE COSTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 537/16

PORTARIA Nº 537/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MIGUELA APARECIDA DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MIGUELA APARECIDA DE SOUZA, para o cargo em comissão de DIRETORA, da EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 538/16

PORTARIA Nº 538/16 de 22/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ELIZANGELA DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO JUNTO AO C.E.I.M. PADRE ARMANDO DE COSTA.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELIZANGELA DA SILVA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao C.E.I.M. PADRE ARMANDO DE COSTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 539/16

PORTARIA Nº 539/16 de 22/02/16

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA EDINA CRISTINA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora EDINA CRISTINA DA SILVA do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 541/16

PORTARIA Nº 541/16 DE 25/02/2016

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os senhores Luiz Antônio Granzotto, Corretor de Imóveis, CRECI 8496, Cezar Rodrigo Lopes, corretor de Imóveis, CRECI 18100 e Ladir Brocardo, Corretor de Imóveis, CRECI nº 3616, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão de Avaliação do imóvel urbano com área de 5.574,35 (cinco mil quinhentos e setenta e quatro metros e trinta e cinco centímetros

quadrados), constituídos das quadras A e B do Loteamento Nossa Senhora Aparecida, matriculado sob nº 6.072 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, situado neste município.

Art. 2º. Os membros de que trata o artigo anterior farão a avaliação da terra nua e das benfeitorias, de acordo com o mercado imobiliário de imóveis situados neste município, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 543/16

PORTARIA Nº 543 DE 25/02/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA GIONY VICENTE DA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a GIONY VICENTE DA ROSA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 544/16

PORTARIA Nº 544 DE 25/02/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CLAUDIA VELOSO MILANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a CLAUDIA VELOSO MILANI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 545/16

PORTARIA Nº 545 DE 25/02/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA LUCILA FOSCARINI RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a LUCILA FOSCARINI RIBEIRO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 546/16

PORTARIA Nº 546 DE 25/02/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA VANDERLEIA AP. GRASSAMM DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a VANDERLAEIA AP. GRASSAMM DE OLIVEIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 547/16

PORTARIA Nº 547/16 de 25/02/16

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA CLEUDES MARIA FLORES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora CLEUDES MARIA FLORES, no período de 10/02/2016 à 09/02/2018.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 548/16

PORTARIA Nº 548/16 de 25/02/16

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO SERVIDOR ROBSON SCOLARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares ao servidor ROBSON SCOLARO, no período de 01/04/2016 a 31/03/2018.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 549/16

PORTARIA Nº 549/16 DE 25/02/16

CONCEDE REMOÇÃO TEMPORÁRIA E ATRIBUI CARGA HORÁRIA A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Artigo 40, da Remoção e da Redistribuição, Seção I, Capítulo V da Lei Complementar nº 03/00 de 04/12/00, e conforme Processo nº 0232/2016,

RESOLVE:

Conceder a servidora CLEOCI F. FRACIONI DOS PASSOS, no cargo de professora, remoção temporária de 40 horas no ano de 2016, para a Pré Escola Municipal A Caminho do Futuro. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 550/16

PORTARIA Nº 550/16 de 25/02/16

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora SANDRA PELENTIR DISSEGNA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu": Gestão Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 01 de 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551/16

PORTARIA Nº 551/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA ROSELY AMARAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA ROSELY AMARAL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 552/16

PORTARIA Nº 552/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREA APARECIDA RODRIGUES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREA APARECIDA RODRIGUES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 553/16

PORTARIA Nº 553/16 de 25/02/16

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA ROSANA DE FATIMA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora ROSANA DE FATIMA CORDEIRO, no período de 01/02/2016 a 31/01/2018.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 554/16

PORTARIA Nº 554/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA DE AZEREDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA DE AZEREDO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/16

PORTARIA Nº 562/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANITA CARLOS STEFANES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANITA CARLOS STEFANES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/16

PORTARIA Nº 556/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA LUCHETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA LUCHETTA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/16

PORTARIA Nº 557/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA PRATES PERTUSSATI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA PRATES PERTUSSATI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 558/16

PORTARIA Nº 558/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA FATIMA BAGNARA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei

1.967/93, e considerando a licença maternidade da funcionária MARINA SCHALY,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDRESSA FATIMA BAGNARA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/16

PORTARIA Nº 559/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA PIRES NOHATTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDRESSA PIRES NOHATTO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 560/16

PORTARIA Nº 560/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELA MARIA LAGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANGELA MARIA LAGO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 561/16

PORTARIA Nº 561/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELITA APARECIDA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANGELITA APARECIDA PEREIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 562/16

PORTARIA Nº 562/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANITA CARLOS STEFANES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANITA CARLOS STEFANES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 563/16

PORTARIA Nº 563/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ARTEMIO GREEF JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ARTEMIO GREEF JUNIOR para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 564/16

PORTARIA Nº 564/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA BOSI TREVISOL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA BOSI TREVISOL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 565/16

PORTARIA Nº 565/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA PINHEIRO LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA PINHEIRO LOPES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 566/16

PORTARIA Nº 566/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CALINCA PIERI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CALINCA PIERI para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567/16

PORTARIA Nº 567/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA MACHADO LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CAMILA MACHADO LINS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 631/16

PORTARIA Nº 631/16 de 29/02/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SAMANTA SANTOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SAMANTA SANTOS DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma

carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 12/16

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 31/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 17 de março de 2016 às 16:00 HS, Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE HIDRO JATEAMENTO (DESENTUPIMENTO) DE TUBULAÇÃO DE REDES PLUVIAIS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 04 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2016**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 08/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SEPTICOS, DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO, LIMPEZA DE TANQUES DE ELEVATÓRIAS, LIMPEZA DO POÇO DO CRIVO DA CAPTAÇÃO DE AGUA BRUTA DO SAMAE, HIDROJATEAMENTO, AUTO BOMBA, AUTO VACUO, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 16/03/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 24/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 19/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital. DATA DE ABERTURA: 17 de março de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 03 de março de 2016. ELOIR JOÃO REIS – Prefeito em Exercício

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº. 08/2016

EDITAL Nº. 08/2016

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2014/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de MOTORISTA;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de MOTORISTA, o candidato ANTONIO CARLOS BANHARA DE SOUZA, aprovado no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o(a) candidato(a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato(a) concursado(a) apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de fevereiro de 2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 09/2016

EDITAL Nº. 09/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2014/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher o cargo de SERVENTE;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de SERVENTE, os candidatos ABEL CASTRO e SIDINEI DO NASCIMENTO VIEIRA, aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento dos candidatos ora convocados no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam, os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os candidatos concursados apresentarem-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia,

creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. Os candidatos, convocados por este Edital, caso não apresentem ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderão automaticamente a vaga, convocando-se os candidatos com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de fevereiro de 2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 02/FCC/2016

PORTARIA Nº 02/FCC/2016

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com as Leis Municipais nº 2.305/1990 e nº 3.803 de 18/03/2005;

Resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art.1º - Ao servidor público municipal MOYSÉS DE JESUS SILVEIRA, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, ficando concedido 10 (dez) dias de férias, referente ao exercício 2014/2015, a desfrutar no período de 01 a 10/03/2016, conforme requerimento.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas(SC), 26 de fevereiro de 2016.

ALFREDO EIKE BACH

Presidente da Fundação Cultural

Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 26/02/2016.

PORTARIA Nº. 015-A/2016

PORTARIA Nº. 015 –A /2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.307/1990; Lei Municipal nº 3.659/2003, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Comunitário

da Saúde, para atuar na Unidade Básica de Saúde Willy Radke – Alto das Palmeiras, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional LUCY BEATRIZ SUCHECK, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013 inscrita sob nº. 404, e convocada conforme Edital nº 081 de 02 de dezembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/01/2016, conforme comunicação interna nº 347/SMS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de janeiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito em Exercício

TELMA REGINA
Secretária Municipal da Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 173/2016

PORTARIA Nº. 173/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 119 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

CEDER SERVIDORA

Art. 1º - Fica cedida para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, a servidora LILIAN CLAIRE KRUGER, efetiva no cargo de Professor de Língua Inglesa e de Língua Portuguesa, MAG III, 30 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 16/02/2016, sem ônus para o Município, conforme requerimento.

Art. 2º - A cessão de que trata o artigo anterior, refere-se ao efetivo exercício do cargo de provimento em comissão de Assessoria de Direção, junto à Escola Estadual Básica Santa Cruz, unidade vinculada ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 184/2016

PORTARIA Nº. 184/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município; resolve:

DESIGNAR TEMPORARIAMENTE

Art. 1º - Fica concedida a designação temporária da servidora ANA PAULA ROSA KRYCZYK, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 2º - Fica concedida a designação temporária da servidora ANA RITA VIEIRA DE LIMA ANTCHESKI, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 3º - Fica concedida a designação temporária da servidora ANDREIA APARECIDA MANGUE SCHUPEL, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Ruth Rocha, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 4º - Fica concedida a designação temporária da servidora ANDRIELE BAIL, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Emília Ferreiro, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 5º - Fica concedida a designação temporária da servidora BEATRIZ DE FÁTIMA CORREA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 6º - Fica concedida a designação temporária da servidora CAMILA FERNANDES PADILHA DE LIMA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 7º - Fica concedida a designação temporária da servidora CINTIA DANIELLE BAUKAT, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Lovatel Pires, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 8º - Fica concedida a designação temporária da servidora CLÉIA RODRIGUES FERREIRA NOERNBERG, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 9º - Fica concedida a designação temporária da servidora CRISTINA DE FÁTIMA CHAVES, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 10 - Fica concedida a designação temporária da servidora DANIÉLE SORAIA LUCAS ANDREJEWSKI, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Professora Edemita Conceição Rosa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 11 - Fica concedida a designação temporária da servidora DANIÉLY AMARAL, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Vinicius de Moraes, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 12 - Fica concedida a designação temporária da servidora DIONEIA SANT'ANA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Emília Ferreiro e na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais no CEI Emília Ferreiro e 20 horas semanais na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 13 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELIANE CRISTINA BARBOSA DA SILVA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 14 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELISANGELA ERZINGER, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Frei Fabiano Gadzinski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 15 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELLI LEONILDA BEIJE BURZI, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 16 - Fica concedida a designação temporária da servidora FABIOLA PLACHEK DE SOUZA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 17 - Fica concedida a designação temporária da servidora GISELI LATICHUKY, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 18 - Fica concedida a designação temporária da servidora IRACY DE LOURDES CARNEIRO DOMINIAK, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 19 - Fica concedida a designação temporária da servidora JOANA APARECIDA BODNAR, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016, na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 20 - Fica concedida a designação temporária do servidor JOÃO JORGE CECÍLIO JUNIOR, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Lovatel Pires, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 21 - Fica concedida a designação temporária da servidora JOCILDA CLARICE DA SILVA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 22 - Fica concedida a designação temporária da servidora JULIANE CRISTINA BORGES, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 23 - Fica concedida a designação temporária da servidora LIANA CRISTINA METZGER, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Lovatel Pires, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 24 - Fica concedida a designação temporária da servidora LILIAN KUROLI, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Reinaldo Krüger, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 25 - Fica concedida a designação temporária do servidor LUCAS ALVES DE ALMEIDA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 26 - Fica concedida a designação temporária da servidora LUCIANE SCHMITBERGER, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 27 - Fica concedida a designação temporária do servidor MARCELO DE LIMA CARVALHO FRANCO, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 28 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIA APARECIDA ROGALSKI WALDMANN, Monitora de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 29 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIÉLI ENGEL, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 30 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARISA DE LIMA NUNES, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Frei Fabiano Gadzinski, a partir de 01/03/2016

até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 31 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIZETE HACH DE OLIVEIRA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Monteiro Lobato, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 32 - Fica concedida a designação temporária da servidora NATHALY APARECIDA DE SOUZA BAUER, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 33 - Fica concedida a designação temporária da servidora NELCI KOCHAN, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 34 - Fica concedida a designação temporária da servidora NELCI TERESINHA SCHUPEL TITON, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme comunicação interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 35 - Fica concedida a designação temporária da servidora NELZA KUCHLER, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 36 - Fica concedida a designação temporária da servidora NEUCIMARA PANFIL, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Nathan Zugmann, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 37 - Fica concedida a designação temporária da servidora NOECI CECILIA GRANEMANN DAMAS, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 38 - Fica concedida a designação temporária da servidora PATRÍCIA PFLEGER, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 39 - Fica concedida a designação temporária da servidora RODINEIA BREY DOBRIKOPF, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 40 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSELI CORREA SILVA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 41 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSILDA WENDT GOMES DE CAMARGO, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 42 - Fica concedida a designação temporária da servidora SANARA BEATRIZ FELSKI, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 43 - Fica concedida a designação temporária da servidora SANDI MAIARA DE LIMA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 44 - Fica concedida a designação temporária da servidora SARA STEIN, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 45 - Fica concedida a designação temporária da servidora SCHEILA REVA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 46 - Fica concedida a designação temporária da servidora SUELEN REGINA CORREIA, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e 20 horas semanais na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 47 - Fica concedida a designação temporária da servidora SUSY APARECIDA GAPSKI, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 48 - Fica concedida a designação temporária da servidora TATIELI PORTUGAL PACHECO, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 49 - Fica concedida a designação temporária da servidora VERIDIANA SCHWARZ, Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 50 - Fica concedida a designação temporária do servidor ADEMAR HILÁRIO DOS SANTOS, Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

032/SME-RH/2016.

Art. 51 - Fica concedida a designação temporária do servidor ADEMIR JOSE DE CARVALHO, Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Therézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 52 - Fica concedida a designação temporária do servidor DIRCEU ROMANI, Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 53 - Fica concedida a designação temporária do servidor NEIVALDO WARDENSKI, Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Menino Jesus e GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais no GEM Menino Jesus e 20 horas semanais no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 54 - Fica concedida a designação temporária do servidor RAFAEL ARTUR ENGEL, Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 55 - Fica concedida a designação temporária do servidor SANDRO RICARDO KOCH, Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 56 - Fica concedida a designação temporária do servidor VALDIR MORSCH, Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Reinaldo Krüger, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 57 - Fica concedida a designação temporária do servidor DIEGO RICARDO WILLE, Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 58 - Fica concedida a designação temporária do servidor ELCIO MARIO NINGELESKI JUNIOR, Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Evaldo Dranka, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 59 - Fica concedida a designação temporária do servidor JEFFERSON ORLOVSKI, Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 60 - Fica concedida a designação temporária do servidor JHONN ARTUR MASSANEIRO PEREIRA, Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Therézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 61 - Fica concedida a designação temporária da servidora MAURA ROSA, Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotada

na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Professora Edemita Conceição Rosa e na ERM Bonetes de Cima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas na ERM Professora Edemita Conceição Rosa e 20 horas semanais na ERM Bonetes de Cima, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 62 - Fica concedida a designação temporária do servidor ANDRÉ GRANEMANN DAMAS, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 63 - Fica concedida a designação temporária da servidora FLÁVIA CARARO KOWAL, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Reinaldo Krüger, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 64 - Fica concedida a designação temporária do servidor LUCAS CORREA WITT, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 65 - Fica concedida a designação temporária do servidor LUIZ FERNANDO DA CRUZ VIEIRA MAGALHÃES, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Therézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 66 - Fica concedida a designação temporária do servidor MACAULY TODT, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 67 - Fica concedida a designação temporária da servidora NATÁLIA FRANCIELI SOCODOLSKI, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 68 - Fica concedida a designação temporária da servidora PRISCILA LACOWICTZ VEIGA, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Professora Edemita Conceição Rosa e na ERM Bonetes de Cima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais na ERM Professora Edemita Conceição Rosa e 20 horas semanais na ERM Bonetes de Cima, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 69 - Fica concedida a designação temporária da servidora QUÊNIA LOTTERMANN BRUN, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 70 - Fica concedida a designação temporária do servidor SERGIO LUIS DOS SANTOS VEIGA, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 71 - Fica concedida a designação temporária da servidora VACILA ANA ZUCCO, Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Evaldo Dranka, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 72 - Fica concedida a designação temporária da servidora JÉSSICA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS, Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 73 - Fica concedida a designação temporária da servidora KARINE ADANSKI SLUGOWIESKI, Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 74 - Fica concedida a designação temporária da servidora SUELI DOS SANTOS SCHUPEL, Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 75 - Fica concedida a designação temporária da servidora DORIANE VIEIRA DOS SANTOS, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 76 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELISABETE APARECIDA ALEGRI, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Mário Edson de Aguiar, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 77 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELISETE SIMONE VOOS, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Ruth Rocha, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 78 - Fica concedida a designação temporária da servidora JURACY DE FATIMA BARBOSA DA SILVA, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 79 - Fica concedida a designação temporária da servidora LUZIA SCHIESSL DE FRANÇA, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Vinicius de Moraes, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 80 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIA FERNANDA ANTONOVICZ, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Fernando Pessoa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 81 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIA SUELI ADAMSKI VOUK, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano

letivo/2016 no CEI Nathan Zugmann, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 82 - Fica concedida a designação temporária da servidora PATRÍCIA CARLA DE SOUZA, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Nathan Zugmann, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 83 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSELI ANTUNES DA SILVA, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 84 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSANA TEREZINHA PAULO BURGARDT, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016, no CEI Fernando Pessoa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 85 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSANGELA RODRIGUES DUARTE, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Nathan Zugmann, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 86 - Fica concedida a designação temporária da servidora SELMA ELIETE MULLER BOENO, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Emília Ferreiro, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 87 - Fica concedida a designação temporária da servidora JOSIANE GREIN DE MELO, Pedagogo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 88 - Fica concedida a designação temporária da servidora SALETE ALVES DE OLIVEIRA SCHIESSL, Pedagogo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 89 - Fica concedida a designação temporária do servidor ZENIZIO CAVALHEIRO, Orientador Educacional, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 90 - Fica concedida a designação temporária da servidora TATIANE CRISTINA LOPES DE ALBUQUERQUE, Orientador Educacional, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 91 - Fica concedida a designação temporária da servidora JOSIMERI GASPARETTO, Professor de Língua Portuguesa, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade e EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM Severo de Andrade e 20 horas semanais na EBM Alberto

Wardenski, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 92 - Fica concedida a designação temporária da servidora LEONICE DE LARA FERREIRA, Professor de Língua Portuguesa, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Therezio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 93 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSANA CONTE, Professor de Língua Portuguesa, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda e na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 10 horas semanais na EBM Achilles Pazda e 10 horas semanais na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 94 - Fica concedida a designação temporária do servidor VAGNER JOSÉ DETONI, Professor de Língua Portuguesa, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 95 - Fica concedida a designação temporária do servidor SANDRO VOLNEI DO NASCIMENTO, Professor de Inglês, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco e na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM Presidente Castelo Branco e 20 horas semanais na EBM Severo de Andrade, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 96 - Fica concedida a designação temporária do servidor JOSMAR KASCHUK, Professor de História, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Therezio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme comunicação interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 97 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIA DIONETE CAETANO GONÇALVES, Professor de História, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 98 - Fica concedida a designação temporária da servidora SUELI ARACEMIO MADEIRA, Professor de História, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM José Grosskopf, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 99 - Fica concedida a designação temporária da servidora ALINE APARECIDA MENDES, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Professora Edemita Conceição Rosa e ERM Bonetes de Cima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na ERM Professora Edemita Conceição Rosa e 20 horas semanais na ERM Bonetes de Cima, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 100 - Fica concedida a designação temporária da servidora CAROLINE ISFAIR SAUSEN, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Landi Ama Neppel, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 101 - Fica concedida a designação temporária do servidor ELI

FRANCISCO FRIEDRICH, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 102 - Fica concedida a designação temporária do servidor FELIPE EDUARDO FLENIK, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda e no CEI Vinicius de Moraes, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM Achilles Pazda e 20 horas semanais no CEI Vinicius de Moraes, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 103 - Fica concedida a designação temporária da servidora JENNIFER CRISTINE CHAGAS, Professor de Educação Física, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Frei Fabiano Gadzinski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 104 - Fica concedida a designação temporária do servidor MARCIO LUIS CARVALHO, Professor de Educação Física, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 105 - Fica concedida a designação temporária da servidora MICHELY DAIANE TODT, Professor de Educação Física, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Reinaldo Krüger e no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 10 horas no GEM Reinaldo Krüger e 10 horas semanais no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 106 - Fica concedida a designação temporária da servidora PATRÍCIA PEREIRA, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Lovatel Pires e no Programa AABB Comunidade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM Maria Lovatel Pires e 20 horas semanais no Programa AABB Comunidade, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 107 - Fica concedido a designação temporária do servidor PEDRO EUGÊNIO WIPIEWSKI, Professor de Educação Física, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 108 - Fica concedida a designação temporária da servidora DAIANE PAPE TEIXEIRA DA SILVA, Professor de Ciências, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Therezio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 109 - Fica concedida a designação temporária da servidora TATIANA GOGOLA LINKOWSKI, Professor de Ciências, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 110 - Fica concedida a designação temporária da servidora DÉBORA RENGEL, Professor de Matemática, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Evaldo Dranka, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 111 - Fica concedida a designação temporária da servidora CLAUDETE NEIVA SANDMANN CEMBRANEL, Professor de Geografia, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 112 - Fica concedida a designação temporária da servidora JESSICA SUELLEN DE LIMA VIPIEVSKI, Professor de Geografia, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 113 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSI APARECIDA PIOTROWSKI CRESTANI, Professor de Geografia, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM José Grosskopf e na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM José Grosskopf e 20 horas semanais na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 114 - Fica concedida a designação temporária da servidora CINTIA GRACILIANO DE ARAÚJO DO PRADO, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 115 - Fica concedida a designação temporária da servidora CLEUSA ADRIANA LESCOVITZ DA SILVA, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Lovatel Pires, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 116 - Fica concedida a designação temporária da servidora FERNANDA SFAIR DA CUNHA PINTO, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM José Grosskopf e na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM José Grosskopf e 20 horas semanais na EBM Achilles Pazda, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 117 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARCELA VIEIRA DO NASCIMENTO TASSO, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 118 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARCIA BERNADETE SUCHECKE, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 119 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIZETE DARMORUS PEREIRA, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 120 - Fica concedida a designação temporária da servidora NEI-DE CRISTINA VIEIRA DE LIMA BECHEL, Professor de Atendimento

Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 121 - Fica concedida a designação temporária da servidora SANDRA MARIA GRAF, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 122 - Fica concedida a designação temporária da servidora VIVIAN LACHMAN, Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima e no GEM Reinaldo Krüger, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima e 20 horas semanais no GEM Reinaldo Krüger, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 123 - Fica concedida a designação temporária da servidora BE-RENICE CARDOSO DE CARVALHO ALMEIDA, Professor de Arte, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade e no GEM Reinaldo Krüger, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 124 - Fica concedida a designação temporária da servidora CATIA FRANCIELE VOIGT PRZYWITOWSKI, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Monteiro Lobato e no CEI Encruzilhada, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais no CEI Monteiro Lobato e 20 horas semanais no CEI Encruzilhada, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 125 - Fica concedida a designação temporária da servidora CLEUSA DE FÁTIMA PIECHONTCOSKI MONTEIRO, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Landi Ama Neppel, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 126 - Fica concedida a designação temporária da servidora EDIANE STREIT DE ALMEIDA NOGATH, Professor de Arte, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 127 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELIZETE ALVES CORRÊA, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Vinicius de Moraes, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 128 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARGARETE ALEGRI, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira e no CEI Cecília Meireles, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais no CEI Pedro Bandeira e 20 horas semanais no CEI Cecília Meireles, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 129 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARILÉIA DE FÁTIMA SOARES FERREIRA, Professor de Arte, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 130 - Fica concedida a designação temporária da servidora JUCELIA DO CARMO NEVES, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda e no CEI Nathan Zugmann, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais na EBM Achilles Pazda e redução de carga horária de 20 horas semanais do CEI Nathan Zugmann, concedida por necessidade para atender filho com deficiência, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 131 - Fica concedida a designação temporária da servidora RONIeli CONSULO, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Machado de Assis, no CEI Emília Ferreiro e no CEI Jacob Bernardo Fuck Junior, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 132 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSELI SOARES, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Fernando Pessoa e no CEI Ruth Rocha, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 20 horas semanais no CEI Fernando Pessoa e 20 horas semanais no CEI Ruth Rocha, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 133 - Fica concedida a designação temporária da servidora SOLANGE DE JESUS CORREA BARBOZA, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 134 - Fica concedida a designação temporária da servidora SONIA MENDES, Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Rodolfo Linzmeier e no CEI Mário Edson de Aguiar, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais no CEI Rodolfo Linzmeier e 20 horas semanais no CEI Mário Edson de Aguiar, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 135 - Fica concedida a designação temporária da servidora ADELITA DE LIMA FRANCO RICARDO RODRIGUES, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Ruth Rocha, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 136 - Fica concedida a designação temporária da servidora ANDRESSA BOLLMANN BREY, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 137 - Fica concedida a designação temporária da servidora ANA ESTER KEPP PSCHIEDT, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Cecília Meireles, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 138 - Fica concedida a designação temporária da servidora ARCILENE CLARICE BIGAS, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Evaldo Dranka e no CEI Santa Bárbara, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM Evaldo Dranka e 20 horas semanais no CEI Santa Bárbara, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 139 - Fica concedida a designação temporária da servidora

CAMYLA KNÜPPEL, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Emília Ferreiro, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 140 - Fica concedida a designação temporária da servidora CLEIDE REGINA MELECHENCO CUJA, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Santa Bárbara, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 141 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELIANE GRACIANO LEITE, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Landi Ama Neppel, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 142 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELENICE MUHLBAUER DE OLIVEIRA, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Salto d'Água Verde, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 143 - Fica concedida a designação temporária da servidora EUNICE DAS DORES SOUZA, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 144 - Fica concedida a designação temporária da servidora FÁBIA CHAGAS ANTUNES DE SOUZA, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Jacob Bernard Fuck Júnior, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 145 - Fica concedida a designação temporária da servidora IOLANDA TEREZINHA MULLER, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 146 - Fica concedida a designação temporária da servidora JENIFER CRISTINA MIGUEL, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 147 - Fica concedida a designação temporária do servidor JULIANO FREITAS, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 148 - Fica concedida a designação temporária da servidora KARIN SANTOS STANGE, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Landi Ama Neppel, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 149 - Fica concedida a designação temporária da servidora LUCIANE GONÇALVES MIRESKI CASTILHO, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Emília Ferreiro, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 150 - Fica concedida a designação temporária da servidora LUCINÉIA FERNANDES DOS SANTOS, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 151 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIA BILESKI GUIMARÃES, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Machado de Assis, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 152 - Fica concedida a designação temporária da servidora NÁDIA KUTAS, Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Monteiro Lobato, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 153 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSA APARECIDA MASSANEIRO PEREIRA, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 154 - Fica concedida a designação temporária da servidora ZENEIDE APARECIDA CARVALHO DO PRADO WOLF, Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Landi Ama Neppel, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 155 - Fica concedida a designação temporária da servidora ADRIANA BUENO DE OLIVEIRA ERHARDT, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 156 - Fica concedida a designação temporária da servidora DEBORA REGINA VAZ JENZURA, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Reinaldo Krüger, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 157 - Fica concedida a designação temporária da servidora DEYSI MARIA MARQUES DOS SANTOS, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 158 - Fica concedida a designação temporária da servidora DENILDA APARECIDA ALVES CORRÊA, Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Evaldo Dranka, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 159 - Fica concedida a designação temporária da servidora DILMA VIEIRA DOS SANTOS, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 160 - Fica concedida a designação temporária da servidora

ELIS SARITA ANTONOVICZ ZOREK, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Bonetes de Cima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 161 - Fica concedida a designação temporária da servidora ERIKA ALESSANDRA DE SOUZA, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e no GEM Frei Fabiano Gadzinski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e 20 horas semanais no GEM Frei Fabiano Gadzinski, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 162 - Fica concedida a designação temporária da servidora ELIANE SUDOSKY DE OLIVEIRA, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Alberto Wardenski, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 163 - Fica concedida a designação temporária da servidora FRANÇOISE ELISABETH GALLOTI VARELA CASTANHO, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e 20 horas semanais na EBM Severo de Andrade, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 164 - Fica concedida a designação temporária da servidora GENY LEFFEL FONTES, Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Lovatel Pires, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 165 - Fica concedida a designação temporária da servidora GISELE APARECIDA BORNATTE PRUST, Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 166 - Fica concedida a designação temporária da servidora JOSIANE APARECIDA ARTNER, Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Menino Jesus, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 167 - Fica concedida a designação temporária da servidora LIGIANE CAVALHEIRO, Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 168 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARCIA BROZOSKI ULTHES, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 169 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARE ELIZA KURUTZ DROSDECK, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Evaldo Dranka, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 170 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIA DE LOURDES DE LIMA PEREIRA, Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 171 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARILÚ DE FÁTIMA TACHESKI, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Professora Edemita Conceição Rosa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 172 - Fica concedida a designação temporária da servidora RENATA CRISTINA FERNANDES KASCHUK, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 173 - Fica concedida a designação temporária da servidora REGIANE PAULO, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 174 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARIA EURLI JUNGLES HUDZINSKI, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Benedito Therézio de Carvalho, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 175 - Fica concedida a designação temporária da servidora RITA DE CÁSSIA PORTA GUDAS, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Achilles Pazda, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 176 - Fica concedida a designação temporária da servidora ROSIMARI RODECZ DE LIMA, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 177 - Fica concedida a designação temporária da servidora SANDRA MARIA DOS SANTOS HEIDEIN, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM José Grosskopf e na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, sendo 20 horas semanais na EBM José Grosskopf e 20 horas semanais EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 178 - Fica concedida a designação temporária da servidora SILVIA WIECZORKIEWICZ CAVALHEIRO, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Severo de Andrade, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 179 - Fica concedida a designação temporária da servidora VIVIANE RAMTHUM, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Reinaldo Krüger, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 180 - Fica concedida a designação temporária da servidora VIVIANE SUCHARA RADKE GLUSZKOWSKI, Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 181 - Fica concedida a designação temporária da servidora ALESSANDRA PADILHA, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Santa Bárbara, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 182 - Fica concedida a designação temporária da servidora ANA PAULA KURUDZ PORTA, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 183 - Fica concedida a designação temporária da servidora ANGELA APARECIDA DE LIMA SCHULTZ, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no ano letivo/2016 na ERM Professora Edemita Conceição Rosa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 184 - Fica concedida a designação temporária da servidora DIONEIA APARECIDA SCHICOLSKI, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Evaldo Dranka, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 185 - Fica concedida a designação temporária da servidora IVONETE ASTRISI PIRES, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 186 - Fica concedida a designação temporária da servidora LUCIANE APARECIDA VILKI, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Fernando Pessoa, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 187 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARCIA APARECIDA TABORDA DE CARVALHO OSTROSKI, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 188 - Fica concedida a designação temporária da servidora MARLENE DE FÁTIMA SOARES, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Pedro Bandeira, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 189 - Fica concedida a designação temporária da servidora SILVETE APARECIDA OSTROSKI TABORDA, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no CEI Rodolfo Linzmeier, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 190 - Fica concedida a designação temporária da servidora SUELI FERREIRA DE SOUZA, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Menino Jesus, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016,

conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 191 - Fica concedida a designação temporária da servidora TERESA DURAL SAIDEL, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na ERM Bonetes de Cima, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 192 - Fica concedida a designação temporária da servidora KARINA APARECIDA DE SOUZA, Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 no GEM Menino Jesus, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 193 - Fica concedida a designação temporária do servidor JOSÉ ARISTIDES DELLER, Motorista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo/2016 na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 032/SME-RH/2016.

Art. 194 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 195 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 185/2016

PORTARIA Nº. 185/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a FRANCIELI DAIANE CERIOLO, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 02/03/2016 a 31/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a JOÃO CÉLIO RIBEIRO, efetivo no cargo de Auxiliar de Gestão, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 02/03/2016 a 11/03/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a SIMONE PIRES, efetiva no cargo de Auxiliar de Suporte - PA, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 07/03/2016 a 21/03/2016, conforme requerimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 186/2016

PORTARIA Nº. 186/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a ELENICE CARVALHO WOLFF, efetiva no cargo de Professor, Séries Iniciais, MAG III, 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais na EBM Profª Alzirinha da Silva Correa e 20 horas semanais na EBM José Grosskopf, readaptada na EBM José Grosskopf, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2001/2006, a desfrutar no período de 17/03/2016 a 15/04/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 34 (trinta e quatro) dias de Licença Prêmio a MARLENE DE MIRANDA LIMA, efetiva no cargo de Professor, MAG III, 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais na EBM Alberto Wardenski e 20 horas semanais no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, atuando 40 horas semanais na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, a desfrutar no período de 28/03/2016 a 30/04/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a ODILZA BEATRIZ DA SILVA CORREA, efetiva no cargo de Orientador Educacional, MAG III, 40 horas semanais na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, conforme requerimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 188/2016

PORTARIA Nº. 188/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a LUIZA STANKIEVICZ, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ANDERSON CARVALHO CARNEIRO, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 02/03/2016 a 31/03/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a DANIELE LUDKA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 04/03/2016 a 18/03/2016, conforme requerimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 189/2016

PORTARIA Nº 189/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora ELIANE CRISTINA BARBOSA DA SILVA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 190/2016

PORTARIA Nº 190/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei n.º 4.398 de 24/03/2009, resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação à REGANE LEAL DE BARROS, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 02/03/2016 a 30/04/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 191/2016

PORTARIA Nº. 191/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional DIRLEY APARECIDA HECKLER PORTA, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2016, conforme Comunicação Interna nº 107/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 192/2016

PORTARIA Nº 192/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

**PRORROGAR LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Fica concedida prorrogação de licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora FABIOLA PLACHECK DE SOUZA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 26/02/2016 a 26/03/2016, conforme Comunicação Interna nº 108/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 193/2016

PORTARIA Nº. 193/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a DIRLEY APARECIDA HECKLER PORTA, efetiva no cargo de Professor, MAG III, 20 horas semanais na EBM Achilles Pazda, 6º ao 9º ano, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 11/03/2016 a 09/04/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 194/2016

PORTARIA Nº. 194/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME;
CONSIDERANDO; a necessidade de suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em redução de carga horária;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em nomeação para ocupar cargos de direção ou confiança;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratado o profissional BRUNO MEYER TOKARSKI, na função de Professor de Inglês, MAG I, 30 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 03/03/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissional da educação, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratado o profissional JULIANO WOICHIKOSKI, na função de Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, MAG I, 40 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 03/03/2016 a 20/07/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissional da educação, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 3º - Fica contratada a profissional PRISCILA VANESSA DOS SANTOS, na função de Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, MAG I, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 03/03/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora de AEE Fernanda Isfair da Cunha Pinto, a qual está em redução de 20 horas semanais da carga horária, necessidade para cuidar do irmão com deficiência, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 4º - Fica contratada a profissional ANA LUCIA BROZOSKI, na função de Professor de Ensino Religioso, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 03/03/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissional da educação, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 5º - Fica contratada a profissional ELIANE DE FÁTIMA BURDZACK CARVALHO DO PRADO, na função de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 03/03/2016 a 22/12/2016, em conformidade

com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso III, nomeação para ocupar cargos de direção ou confiança na vaga vinculada da Pedagoga Izane Maria Pereira, a qual ocupa o cargo de diretora de 1ª a 4ª série junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 6º - Fica contratada a profissional ELIZABETE ROGALSKI SCHEUER, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 03/03/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Professora Rose Cristina Beluk, a qual está em processo de readaptação. Anteriormente estava na referida vaga Alexandra Maria Torquato, a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 7º - Fica contratada a profissional JULIANA MARCHINHAK, na função de Professor de Anos Finais, disciplina de Geografia, MAG I, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e na EBM Achilles Pazda, no período de 03/03/2016 a 17/04/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada do Professor de Geografia, Gaspar Soares, o qual está em licença tratamento de saúde, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 8º - Fica contratada a profissional ANGELA MARIA IACHITZKI, na função de Pedagogo MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 03/03/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Pedagoga Maria de Lourdes Kaminski Falkevicz, a qual está em processo de readaptação junto a Secretaria Municipal de Educação, anteriormente estava na referida vaga Ana Cléia Tokarski, a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 051/SME/2016.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 195/2016

PORTARIA Nº. 195/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 179/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ROSELI DOBROSHINSKEI;
2. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA;
3. NELSON VARELA DE OLIVEIRA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito em anexo na Comunicação Interna nº 008/SME/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de março de 2.016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMAS 03/2016 (PRESENCIAL)

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 04/2016

EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 03/2016 (PRESENCIAL)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ nº 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/03/2016, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS PARA ARTESANATO TAIS COMO: TECIDO PARA PANO DE PRATO, TOALHAS DE BANHO, TOALHAS DE ROSTO, FIO PARA CROCHÊ, FIO CRU E LÃ SEDIFICADA, DESTINADOS AO PAVI - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA 3ª IDADE. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 17/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 25/2016 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 43/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 25/2016 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 21/03/2016, às 15h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL ADITIVADO S500, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 21/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº
PMC 06/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 39/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 06/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/03/2016, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICO ESPECIALIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV, NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA I, COM 328 FAMILIAS E NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA II, COM 64 FAMILIAS, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 22/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**RETIFICAÇÃO DA DECISÃO EM PROCESSO
ADMINISTRATIVO 002/2016**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DA
DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n. 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas/SC, na Rua Felipe Schmidt n. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais que através do Processo Administrativo n. 2/2016, RETIFICA o teor da rescisão contratual, passando a ter a seguinte redação: rescisão do contrato n. 194/2015 com a Empresa CS Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Construção, inscrita no CNPJ sob o n. 07.133.586/0001-01, com sede estabelecida a Rua Doutor Bley Zorning, n. 3023, Sala 7, Bairro Boqueiro, Curitiba-PR, CEP 81.750.430, e aplicou sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pelo prazo de 6 (seis) meses, conforme previsto na Cláusula Quinta do contrato n. 194/2015, em especial no item 2.4. O inteiro teor da decisão esta disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 15/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 27/2016

Processo Administrativo: 9.480,00

Total dos Itens Vencedores: 9.480,00

Licitação.....: 15/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL, EM FORMULÁRIO CONTÍNUO 4 VIAS AUTOCOPIATIVO, DESTINADAS AO SETOR DE BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	1896	-	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, CONFORME MODELO	-	Unidade: UN		
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP		40.000,000	0,0000	0,2370	9.480,00	Venceu	1 *****
6466	WILSON VIEIRA DOS SANTOS		40.000,000	0,0000	0,2390	9.560,00	Perdeu	2
16988	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA		40.000,000	0,0000	0,3000	12.000,00	Perdeu	3

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 029/2016

DECRETO Nº 029 DE 2 DE MARÇO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 551.000,00 (quinhentos e cinquenta e um mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.196, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 551.000,00 (quinhentos e cinquenta e um mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.04.122.0165.1084	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	FTE	DR	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003		85.000,00
1301.17.512.0165.1088	IMPLANTAÇÃO DE REDES E ADUTORAS DE ÁGUA			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	003		108.000,00
1301.17.512.0165.1091	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE MACRO E MICRO MEDIDORES			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	003		58.000,00
1301.17.512.0165.2092	MANUTENÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA DE AGUA			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			300.000,00
	Total			551.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2015, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 551.000,00 (quinhentos e cinquenta e um mil reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superavit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superavit Financeiro	0300	00	R\$	551.000,00
Total	0300	00	R\$	551.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino de Administração e Finanças

PORTARIA 354/2016

PORTARIA Nº 354, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Eliana Luiza Durli, matrícula nº 309001/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Te-souraria, nível 69, referencia J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder como Tesoureiro do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal, SC, em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2016 - PREGÃO Nº 0023/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2016
PREGÃO Nº 0023/2016

Objeto: Contratação de transporte Escolar e Acadêmico visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 29 de março de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 03 de março de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 03 de março de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 17/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 17/2016
Pregão Presencial Nº.: 08/2016
Tipo: Menor Preço / Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 16 de Março de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 16 de Março de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 03 de Março de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Edital 001/2013 de 06 de dezembro de 2013, com término previsto para o dia 06 de dezembro de 2015, por igual período, findando em 06 de dezembro 2017.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de dezembro de 2015.

Registre-se e publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

LEI 1.377/2016

LEI Nº. 1.377/2016

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E NO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual de 6,97% sobre o vencimento básico de todos os servidores públicos municipal dos poderes executivo e legislativo, e sobre o subsídio dos agentes políticos, a ser implementado a partir do mês de abril de 2016, para reposição da inflação acumulada do período de maio de 2015 a janeiro de 2016, calculada pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder a revisão da inflação que se verificar nos meses de fevereiro a abril de 2016, calculada pelo índice de variação do IPCA/IBGE, mediante a edição de decreto específico, no mês de maio de 2016.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de Março de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 18/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 18/2016
Pregão Presencial Nº.: 09/2016
Tipo: Menor Preço / Por Item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO DE PAREDES DIVISÓRIAS JUNTO AO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 16 de Março de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 16 de Março de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 03 de Março de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 113/2015

DECRETO N. 113/2015

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no inciso IV, do Art. 71 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o item 1.1.6 do Edital n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público

Celso Ramos

PREFEITURA

02/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL 02/2016
PROCESSO: 02/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos/Fundo Municipal de pregão Presencial 02/2016, tipo MENOR PREÇO, AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, ODONTOLOGICO E DE CURATIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS.

Entrega da documentação e proposta até as 13 horas do dia 28/03/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 04 de março de 2016

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

ERRATA DA PORTARIA 103/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1942 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 29.02.2016, Portaria nº. 103/2016,

Onde se lê:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento à servidora pública Solange da Silveira Marquez, matriculada sob o nº. 5905, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, Nível I - Referência 4, para a Referência, conforme dispõe o art. 20, inciso II, e art. 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Leia-se:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento à servidora pública Solange da Silveira Marquez, matriculada sob o nº. 5905, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, Nível I - Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe o art. 20, inciso II, e art. 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 03 DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

EDITAL DE NOTAS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL

LUCIANO JOSÉ BULIGON, prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, conforme artigos 13, 15, 16 e 17 da Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Edital de Notas do Curso de Formação de Guarda Municipal, referente ao Edital de Concurso Público nº 001/2012, destinado ao preenchimento de vagas de provimento efetivo, para o cargo de Guarda Municipal, conforme segue:

Inscrição	Nome do Candidato	Média Final
21329	Jeberton Dalmora	9,72
21425	Fabiulla Pinheiro	9,66
22009	Davi Becker	9,48
20828	Eberton Trindade Ticz	9,42
22129	Renan Augusto Filippini	9,41
20624	Aline Fatima Américo Ribeiro de Oliveira	9,40
20747	Rafael Tonello Barfknecht	9,40
20470	Adelar Coelli	9,38
21235	Ewerton Alan Trojan	9,37
20641	Fabio da Silva	9,37
20365	Adenilson Rafael Livinalli	9,37
22749	Elves Todeschini	9,35
21840	Reinaldo Cavarzan	9,33

21169	Bruno Souza Vendruscolo	9,32
21118	Guilherme Marcks Artifon	9,30
21455	Jolvani Pigatto	9,26
20967	Flavio Barbo Cordeiro	9,25
21440	Juliano Rodrigues	9,24
20308	Jaison Martinelli	9,20
20864	Geraldo Junior Damin	9,20
20025	Daiana Cristina de Mattos	9,20
20156	Romario Giordani	9,15
21661	Luciano Segueto	9,15
20164	Pablo Henrique Cervi	9,10
20111	Diones Rael Rebelatto Hexsel	9,08
20307	Maicon Pereira	9,08
21081	Luiz André Raupp	9,06
22025	Cristiano Fernando Canova	9,01
20009	Ederson Domingos de Barros	8,91
20427	Luciano Soares de Anhaia	8,91
20858	Alecio Piardi Borges	8,91
20353	Alexsandro Bartz Pereira	8,66
21890	Magnus Tomazi de Caldas	8,61

I – Os candidatos interessados em interpor recurso, relativo às Notas do Curso de Formação de Guarda Municipal, poderão fazê-lo em conformidade com o Item 11 – Dos Recursos, Letra “e” do Edital de Concurso Público nº 001/2012, nos dias 07 e 08/03/2016, devendo ser protocolados junto ao Departamento de Recurso Humanos da Prefeitura Municipal de Chapeco, sito a Avenida Getúlio Dornelles Vargas nº 957S – Bairro Centro – CEP - Chapeco/SC.

Chapeco (SC), em 03 de Março de 2016.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PROCON 2016

PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Coordenador Municipal de Defesa do Consumidor, de conformidade com o que determina a LEI 8078/90 e Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, Art. 42, parágrafo 1º, inciso I e II, parágrafo 2º e LC nº 054/98, NOTIFICA as Empresas a seguir, para que tome conhecimento do DESPACHO FINAL (DF), NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO (NPP), CARTA 48H (C48H), AUTO DE INFRAÇÃO (AI), NOTIFICAÇÃO INICIAL (NI), como segue:

EMPRESA	CNPJ	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	PROC ADM	* AI/NI/NF	RECLAMANTE
A&C MULTIMARCAS	18393824000134	SENADOR ATILIO FONTANA, 301 E, ENGENHO BRAUN	CHAPECÓ-SC	32276/15	11872/15NI	MARIA REGINA BERNARDI
AGM ESQUADRIAS DE ALU. E VIDRO T. LTDA ME	17211869000188	SENADOR ATILIO FONTANA, 3213 E, EFAPI	CHAPECÓ-SC	32701/15	12297/15NI	CLARO PEDRO WIECZYNSKI
AQUILES INCORPORADORA	09459409000145	PADRES FRANCISCOS, 270, AP 302, Nª SENHORA SALETE	CONCÓRDIA-SC	32676/15	12272/15NI	CLÉIA FLORES
ASUSTEK COMPUTADORES COM. LTDA ME	03834203000171	RANGEL PESTANA, 828 SL 23, CENTRO	JUNDIAI-SP	27366/12	4521/14NPP	NELSON SOLETTI
ASUSTEK COMPUTADORES COM. LTDA ME	03834203000171	RANGEL PESTANA, 828 SL 23, CENTRO	JUNDIAI-SP	28505/13	4569/15NPP	ELAINE KETTL
BANCO PANAMERICANO S/A	59285411000113	AVENIDA PAULISTA, 1374, 12 ANDAR, BELA VISTA	SÃO PAULO-SP	32210/15	11810/15NI	IRENE DA SILVA LEITE
BARATO A JATO PROMOÇÕES LTDA	14504078000158	CRISTOVÃO COLOMBO, 545, P2, AN 5, FLORESTA	PORTO ALEGRE-RS	27974/13	4553/14NPP	CELSON GALANTE

BARATO A JATO PROMO- ÇÕES LTDA	14504078000158	CRISTOVÃO COLOMBO, 545, P2, AN 5, FLORESTA	PORTO ALE- GRE-RS	28175/13	4554/15NPP	JOSÉ LUIS CIMA
BARATO A JATO PROMO- ÇÕES LTDA	14504078000158	CRISTOVÃO COLOMBO, 545, P2, AN 5, FLORESTA	PORTO ALE- GRE-RS	28261/13	4547/14NPP	ANTONIO SOARES
BIOCARE SAUDE PRO- GRAMADA S/C LTDA	02858673000102	CORONEL TEIXEIRA, 49, CASA, CENTRO	TUBARÃO-SC	27937/13	4549/15NPP	VALDIR M. DE OLI- VEIRA
BLANKA MODEL MANA- GEMENT	14684809000194	ALBANO SCHMIDT, 850, SL 3, BOA VISTA	JOINVILLE-SC	32575/15	12171/15NI	SONIA CAETANO
BLASHOP COMERCIAL LTDA ME	03733558000174	FELIX FAGUNDES, 327, JARDIM GERMANIA	SÃO PAULO-SP	30763/14	4615/15DF	SILVIO BIONDO
BS PRODUÇÕES	95771424000166	ACES BR 282, 2309 D, BELVER- DE	CHAPECÓ-SC	32698/15	12293/15NI	TAIS LISE
CALCULUS PROJ. E CONSTR. LTDA	76583038000104	SERVIDÃO NATALINA MACHA- DO, 358 CAPUPÉ	FLORIANÓPO- LIS-SC	22146/11	4387/13NPP	LUCIANA D. CHIARA- DIA
CASAS AURORA	14911185000109	JOSE SOARES DOS SANTOS, 100 BL B3 IPANEMA DO MEIO	SOROCABA-SP	27923/13	4567/15NPP	LUIZ DILSON DE NAS- CIMENTO
CENTRO DE ENSINO ESSENCIAL	10332569000108	ATÍLIO FONTANA, 2403 E, EFAPI	CHAPECÓ-SC	28501/13	4602/15DF	MARIA A. DE OLI- VEIRA
CENTRO DE ENSINO NET CENTER LTDA	01139570000120	FERNANDO MACHADO, 571 D, CENTRO	CHAPECÓ-SC	27258/12	4472/14NPP	ELIS REGINA CERVI
CENTRAL BR. DE LISTAS E GUIAS LTDA	01695057000115	TIRADENTES, 293, AN 5, VILA ITAPURA	CAMPINAS-SP	25065/11	4480/14NPP	VANESSA F. DA CRUZ ME
COMÉRCIO ELETRÔNICO OM EIRELI ME	21879906000106	RUA DAS ARARAS, 539. JD NOVO HORIZONTE	ROLANDIA-PR	32455/15	12057/15NI	DOUGLAS GATO
COMPRE DA CHINA	09235717000197	CAMPOS SALES, 301, JARDIM GIRASSOL	AMERICANA-SP	27071/12	4468/14NPP	DIRCEU FRACASSO
COMPRE DA CHINA	09235717000197	AV CAMPOS SALES, 301, JAR- DIM GIRASSOL	AMERICANA-SP	27090/12	4475/14NPP	VERONICE M D S DE QUADROS
COSTA BRASIL LAZER & TURISMO	02852990000111	AV 7 DE SETEMBRO, 323 SL 46, CENTRO	ESTANCIA VELHA-RS	32545/15	12141/15NI	NILACIR A. DA SILVA ACOSTA
COUTINHO & MAINAR- DES	10989818000132	JOÃO GUALBERTO SOARES, 1160 SL3 INGLESES	FLORIANÓPO- LIS-SC	32651/15	12247/15NI	ALFREDO B. DOS SANTOS
EDER COM. DE AUTOMO- VEIS EIRELI ME	22058766000160	LAURO MULLER, 512 D, JARDIM ITALIA	CHAPECÓ-SC	32633/15	12229/15NI	ALEXSANDRO G. PINHEIRO
E. L. DOS SANTOS & CIA LTDA ME	11151336000171	CORONEL DULCÍDIO 1632 SL02 CENTRO	PONTA GROS- SA-PR	28540/13	4570/15NPP	TAIANA PALUDO
EXPRESSO ESTRELA CATARINENSE LTDA	00535371000178	ALEIXO ALVES DE SOUZA, 150, BARREIROS	SÃO JOSÉ-SC	23100/11	4495/14NPP	MARIA LEDIR MATTOS
GOIÁS COBRANÇAS EIRELI	12185535000163	HELIO FRANÇA 326, QD 87 LT 13 SL 4 AD 2	GOIANIA-GO	28276/13	4557/15NPP	TATIANA BIESEK VIEIRA
IZYPAY SERV. COBRANÇA LTDA	13832609000179	ODILA MAIA R. BRITO, 205, NOVA CAMPINAS	CAMPINAS-SP	27561/12	4581/15DF	VAINER MARIA ORSO
KADZ PUBLICIDADE LTDA EPP	10814998000111	ANTONIO ARAUJO 1003, SL 2. CENTRO	PASSO FUN- DO-RS	27561/12	4580/15DF	VAINER MARIA ORSO
KENKOFLEX COLCHÕES LTDA ME	07592574000145	NILDO RIBEIRO DA ROCHA, 4056 JD HIGIENOPOLIS	MARINGA-PR	26226/12	4542/14NPP	ZAIR CELSO CERUTTI
KR7 COMÉRCIO DE ELET. LTDA ME	11517955000137	EPITACIO PESSOA, 475, SL 213, ESTADOS	JOÃO PESSO- A-PB	27575/12	4514/14NPP	ONEI LUIS RITTER
KWK IND. DE MOVEIS LTDA	10394464000183	JOSE BONIFÁCIO 745 D. JAR- DIM AMÉRICA	CHAPECÓ-SC	32217/15	11814/15NI	GERSON J. C. MEN- DONÇA
LIGMAIS TELECOM TEC. COM. LTDA	11119285000109	RUI BARBOSA 387 E SL 1, CENTRO	CHAPECÓ-SC	32487/15	12086/15NI	SADI JOSE POSSA
LUCALÉ COMÉRCIO INF. LTDA ME	08143952000176	PRESIDENTE KENNEDY 1500 LJ307 RIBEIRANIA	RIBEIRÃO PRETO-SP	27314/12	4497/14NPP	VALDECIR DA R. CAMPOS
MAXIMA ELETRODOMÉS- TICOS	04384494000106	GABRIEL PAULINO LIMITADA, S/N CASA, PINHAL	CABREUVA-SP	31940/15	11529/15NI	LUIS FELIPE C. AN- DRETTI
MEGAKIT COM. PROD. ELET. LTDA ME	09225300000143	SANTO AMARO, AN 5, SL51, 3330 BROOKLIN	SÃO PAULO-SP	26120/12	4485/14NPP	CONSUELO G. AMA- ZONAS
META SOLUÇÕES IMOB. LTDA	10391221000191	URUGUAI 1001 E CENTRO	CHAPECÓ/SC	22146/11	4388/13NPP	LUCIANA D. CHIARA- DIA
MICHEL MATTAR DE OLIVEIRA	19076143000105	ESTRELA DO OESTE, 124, JD SÃO GERALDO	GUARULHOS -SP	30608/14	10178/14NPP	ELIBERTO ZAMBONI
MOVEIS LUMINUS	18948908000197	ROD BR 101, 2140, ANEXO 5, ESPINHEIROS	ITAJAÍ-SC	32428/15	12028/15NI	MAGDA T. L. MERCU- RIO

NIPPOMAG DO BRASIL	00660229000152	MANOEL P D BRITO 326 SL2 P BANDEIRANTES	MARINGA-PR	26226/12	4541/14NPP	ZAIR CELSO CERUTTI
PORTUGUAL PROD. ARTISTICAS	03243279000122	QNP 5 CJ X, LOTE 4, P. NORTE, CEILANDIA	BRASILIA-DF	CF 1327/15	4614/15DF	PROCON DE CHAPECÓ
RC CLIMATIZADORES LTDA ME	14787415000161	BENJAMIM CONSTANT 974 D, MARIA GORETTI	CHAPECÓ-SC	28459/13	4623/15DF	CLAUDIO D. SANTA MARIA
REAÇÃO CENTRO F. DESP. LTDA	16539817000172	SETE DE SETEMBRO, 78 E, CENTRO	CHAPECÓ-SC	32640/15	12237/15NI	SOLANGE A. ARTUSO
RESILARE SER. DE CONST. CIVIL LTDA	14142074000177	CONDA, ED VICENZO AP 101, 1980, UNIVERSITÁRIO	CHAPECÓ-SC	32383/15	11980/15NI	ROSINEI P. FABRICIO
S DOS REIS SANTOS COM. EIRELI ME	22108236000189	QND 47. 207, L 11, TAGUATIN-GA NORTE	BRASÍLIA-DF	32497/15	12095/15NI	VANESSA K. O. DA SILVA
S.S DOS SANTOS ME	22693467000105	AMADOR BUENO 85, SL 2, CENTRO	SANTOS-SP	32317/15	11911/15NI	CRISTIAN TORTELI
UNIMARCAS AUTOMO-VEIS E MOTOS	07970696000128	GENERAL OSORIO 410 SL01, CENTRO	CHAPECÓ-SC	28279/13	4558/15NPP	GIZELE DE MELLO VARGAS
USINAGEM CG	01005333000176	PELE B, VILA ROMÃO 98, VILA ROMÃO	SALTO-SP	29169/13	4594/15NPP	KASA SOCORRO RES. LTDA
VERSATIL MOVEIS E ELETRO	09537009000100	DOM PEDRO 51, INDUSTRIAL	SEARA-SC	32600/15	12196/15NI	JOSE DANIEL SPIEL-MANN

(DF) = DESPACHO FINAL; (NPP) = NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO; (C48) = CARTA 48H; (AI) = AUTO DE INFRAÇÃO; (NI) = NOTIFICAÇÃO INICIAL.

FICA NOTIFICADA AINDA, QUE PODE APRESENTAR RECURSO ADMINISTRATIVO/DEFESA ADM, COM REFERÊNCIA AO DESPACHO FINAL(DF), NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO(NPP), CARTA 48H(C48H), AUTO DE INFRAÇÃO(AI), NOTIFICAÇÃO INICIAL(NI), NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

Chapecó – SC, 01 de Março de 2016.

RODRIGO ANTONIO FOLLE
Coordenador Executivo
PROCON – CHAPECÓ/SC

ANGELA CLAUDIA FILIPINI
Setor Administrativo
PROCON – CHAPECÓ/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº. 568, DE 01 DE MARÇO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº. 568, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº. 541, de 26 de novembro de 2014, oficializada a largura da Avenida São Pedro, no trecho compreendido entre a Avenida General Osório e a rotatória no encontro das Ruas Marquês de Caravelas e José de Alencar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo VI da Lei Complementar nº. 541, de 26 de novembro de 2014, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I da presente Lei Complementar.

Art. 2º Fica oficializada a largura da Avenida São Pedro, no trecho compreendido entre a Avenida General Osório e a rotatória no encontro das Ruas Marquês de Caravelas e José de Alencar, em 20m (vinte metros), conforme mapa constante do Anexo II da presente Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 01 de março de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.845, DE 01 DE MARÇO DE 2016

LEI Nº. 6.845, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Institui o "Dia Municipal da Juventude Cristã."

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal da Juventude Cristã, a ser celebrado, anualmente, em 20 de dezembro.

Art. 2º O Dia Municipal da Juventude Cristã será incluído no Calendário Oficial do Município de Chapecó.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 01 de março de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 31/16**

Portaria Nº 31/16

Concede Abono de Permanência a servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica concedido Abono de Permanência a servidora pública ROSANGELA COLOMBI, tendo em vista o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Art. 2º §5º da Emenda Constitucional nº 41/03.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Os efeitos desta Portaria retroagem à data de 27 de fevereiro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 01 de março de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 187/16

DECRETO SAF/Nº. 187/16, de 03 de março de 2016.

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

DESIGNAR

DOMINGOS GILNEI KOSSMANN SOARES, Presidente, DANIEL FREITAS BRATTI, Secretário e RAFAEL UGGIONI COLOMBO, membro, para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, do Município de Cocal do Sul.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 05/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ARCIZO DA CRUZ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/PMCS/2016

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de colocação de lajotas, meio fio, paver, pisos de concreto e construção de bobas de lobo (bueiros), no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 22/02/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 07/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: CJC PRÉ – MOLDADOS LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2016

Objeto: Registro de preços de Artefatos de Cimento, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 25/02/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 65.900,00 (sessenta e cinco mil e novecentos reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO.

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA, declaro como dispensável o Chamamento Público com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, a favor da entidade ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA - ARIC, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.506/0001-70, representada pelo seu Presidente, senhor NELSO BONISSONI, CPF nº 103.095.519-00 e RG nº 101.651, localizado na Rua Romano Anselmo Fontana, nº 628, Apto 301, Centro, Concórdia/SC.

O Objeto de tal dispensa é a destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado à realização do serviço acolhimento institucional para pessoas idosas. O valor de R\$ 15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais) por mês para atendimento de oito idosos, atingindo o valor de R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais) ano, no prazo determinado até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Colaboração se encontram descritos na justificativa, a qual é parte integrante do presente ato e foi publicada no Diário Oficial do dia 25 de fevereiro de 2016, não havendo impugnação.

Face ao disposto no art. 30, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, proceda-se com a devida publicidade.

Concórdia/SC, 03 de fevereiro de 2016.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação dos serviços (mão de obra) e fornecimento de peças, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço Global.

Recebimento das propostas: até às 16h30min do dia 21/03/2016.

Abertura: dia 22/03/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo

telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 04 de março de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 26/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016 – PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2016, de sementes de pastagem de inverno para o programa troca-troca de sementes da SEMADRA com os agricultores do município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 17/03/2016.

Abertura: dia 17/03/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 02 de março de 2016.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 27/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 – PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2016 de lanches/coffe break, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por lote.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 22/03/2016.

Abertura: dia 23/03/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 03 de Março de 2016.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 1/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

TOMADA DE PREÇOS - Nº 01/2016 – PMC

COMPRAS E SERVIÇOS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoramento em mobilidade urbana no Município de Concórdia, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 31/03/2016, ÀS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 28/03/2016, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 31/03/2016, às 10h00min.

Abertura: dia 31/03/2016, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 03 de março de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, cidadania e Habitação torna público que ratificou o ato da Senhora NOELI WOLWSZYN BRUM DE OLIVEIRA, Diretora de Ação Social, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 01 de março de 2016, visando a Prestação de serviço de internamento asilar, em longa permanência, para idoso em clínica especializada, do Sr. Orélio Ribeiro, de acordo com a determinação judicial, proveniente dos autos nº 0900491-57.2015.8.24.0019, a favor da empresa GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI – ME no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil quinhentos reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 3/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 3/2015 - PMC

Objeto: Obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, customização, migração, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas,

específicos para seleção de professores e controle e impressão de certificados, a ser utilizado pelo Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação do Município de Concórdia, INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, constante no anexo "A" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação final da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Foi habilitada neste certame a licitante CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, o Parecer Técnico, através da Ata nº 01/2016, emitido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 195/2015, foi lido e rubricado pela Comissão Permanente de Licitação, verificando-se a seguinte pontuação: a licitante CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA obteve 290 (duzentos e noventa) pontos. Em seguida, procedeu-se abertura do Envelope nº 03 – PROPOSTA COMERCIAL o qual teve sua documentação devidamente rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, constatando que a licitante apresentou o valor total de R\$ 24.420,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e vinte reais), ficando abaixo do total orçado pela administração. Após procedeu-se a avaliação conforme disposto no item 10 do edital, da seguinte forma: Pontuação Técnica, Índice Técnico, item 10.1.2 - IT=PTA/PT = IT = 290/290 = 1 (um ponto); Índice de Preço, item 10.2.1 - IP=MPE/PPE = 24.420,00/ 24.420,00 = 1 (um ponto). Feito isso, foi apurada a pontuação final da licitante CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, na seguinte forma - PF=(IT.6)+(IP.4) = PF = (1x6) + (1x4) = PF = 10, totalizando a pontuação 10 (dez pontos), sagrando-se assim vencedora da licitação em epígrafe. Outrossim, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 03 de março de 2016.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2016 – FMAS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2016 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXPECIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência mental.

VALOR: R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa atendido, podendo chegar até o valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

DATA DA ASSINATURA: Dia 03 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2016 – FMAS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2016 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a entidade VOLUNTÁRIOS DA SOLIDARIEDADE, inscrita no CNPJ sob nº 05.399.549/0001-14, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA KOBBS.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado ao Benefício Eventual de Vulnerabilidade Temporária.

VALOR: R\$ 60,00 (sessenta reais) por benefício, podendo chegar até o valor de R\$ 25.200,00 (vinte cinco mil e duzentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

DATA DA ASSINATURA: Dia 03 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2016 – FMAS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2016 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 12.505298/0001-70, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA KOBBS.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado a realização do serviço acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de Casa de Passagem.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mês para até 5 vagas e R\$ 10,00 (dez reais) dia por vaga excedente, podendo chegar até o valor de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

DATA DA ASSINATURA: Dia 03 de março de 2016.

PORTARIA Nº 20/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 20/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora VANIA ONEIDE TRENTINI SANFERARI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de março de 2016, à servidora VANIA ONEIDE TRENTINI SANFERARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, nível 11.12, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 93890-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de março de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 01.2016

Pág 1 / 2

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		1.909,87	504.252,19
Ordinária		1.531,37	88.056,59
Vinculada		378,50	416.195,60
Transferências Financeiras Recebidas (II)		150.000,00	1.536.300,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		150.000,00	1.536.300,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		220.795,70	311.158,65
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		207.793,45	107.062,04
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.002,25	204.096,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		213.122,27	845.508,28
Caixa e Equivalentes de Caixa		213.122,27	845.508,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		585.827,84	3.197.219,12
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		273.240,61	1.936.424,95
Ordinária		192.090,61	1.677.736,35
Vinculada		81.150,00	258.688,60
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		25.661,52	1.047.671,90
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		12.659,27	843.575,29
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.002,25	204.096,61
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		286.925,71	213.122,27
Caixa e Equivalentes de Caixa		286.925,71	213.122,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-CSHU-194719093 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM - Informática Ltda

03/03/2016 15:39



FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Janeiro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		585.827,84	3.197.219,12

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 03/03/2016, Hora emissão 15:39:03

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 01.2016.

Pág 1 / 2

FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		2.222,48	55.415,10	
Ordinária		2.149,69	54.604,87	
Vinculada		72,79	810,23	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		100.000,00	889.160,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		100.000,00	889.160,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		177.299,25	120.772,08	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		171.025,56	13.180,83	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		58,98	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.214,71	107.591,25	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		286.349,36	421.905,32	
Caixa e Equivalentes de Caixa		286.349,36	421.905,32	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		565.871,09	1.487.252,50	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		208.416,22	1.091.639,36	
Ordinária		208.416,22	951.401,77	
Vinculada		0,00	140.237,59	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		18.584,94	109.263,78	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		12.370,83	1.672,53	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.214,11	107.591,25	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		338.869,93	286.349,36	
Caixa e Equivalentes de Caixa		338.869,93	286.349,36	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-DJUN-194719029 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

03/03/2016 15:37



FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		565.871,09	1.487.252,50

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 03/03/2016, Hora emissão 15:37:59

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

CESAR PELLIZZARO
Tesoreroiro

EDNO GONÇALVES
Diretor Superintendente
CPF: 048.839.319-19

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1481102-6598-DJUN-194719029 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

03/03/2016 15:37

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 01.2016

Pág 1 / 2

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		7.674,28	143.927,87	
Ordinária		7.674,28	143.927,87	
Vinculada		0,00	0,00	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		180.000,00	5.491.220,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		180.000,00	5.491.220,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		637.869,57	289.060,78	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		620.083,81	41.635,51	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	2.500,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.785,76	244.925,27	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		77.936,85	85.591,60	
Caixa e Equivalentes de Caixa		77.936,85	85.591,60	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		903.480,70	6.009.800,25	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		748.875,57	5.645.458,17	
Ordinária		514.875,57	5.375.458,17	
Vinculada		234.000,00	270.000,00	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		39.904,69	286.405,23	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		22.118,93	36.560,04	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	4.919,92	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.785,76	244.925,27	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		114.700,44	77.936,85	
Caixa e Equivalentes de Caixa		114.700,44	77.936,85	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

Identificador: WPR1491102-6598-AKER-194719171 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM - Informática Ltda

03/03/2016 15:40



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		903.480,70	6.009.800,25

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 03/03/2016, Hora emissão 15:40:21

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 01.2016

Pág 1 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		111.254,07	682.598,63
Ordinária		611,19	15.464,05
Vinculada		110.642,88	667.134,58
Transferências Financeiras Recebidas (II)		141.000,00	1.445.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		141.000,00	1.445.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		687.305,50	72.439,05
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		683.801,73	39.177,09
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.256,53	5.723,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.247,24	27.538,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		361.041,95	507.667,01
Caixa e Equivalentes de Caixa		361.041,95	507.667,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.300.601,52	2.707.704,69
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		704.789,84	2.207.752,29
Ordinária		418.899,41	1.497.445,37
Vinculada		285.890,43	710.306,92
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		27.890,87	138.910,45
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		25.643,63	107.572,52
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	3.799,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.247,24	27.538,77
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		567.920,81	361.041,95
Caixa e Equivalentes de Caixa		567.920,81	361.041,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-HJRH-194719252 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

03/03/2016 15:41



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.300.601,52	2.707.704,69

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 03/03/2016, Hora emissão 15:41:42

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 01.2016

Pág 1 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
 Prestação de Contas
 AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Janeiro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		1.326,99	74.971,22	
Ordinária		1.033,06	11.129,64	
Vinculada		293,93	63.841,58	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		19.000,00	195.000,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		19.000,00	195.000,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		10.500,00	13.734,12	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		10.500,00	11.830,46	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	1.903,66	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		183.925,58	142.556,31	
Caixa e Equivalentes de Caixa		183.925,58	142.556,31	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		214.752,57	426.261,65	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		10.500,00	240.432,41	
Ordinária		10.000,00	173.904,14	
Vinculada		500,00	66.528,27	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		0,00	1.903,66	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	1.903,66	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		204.252,57	183.925,58	
Caixa e Equivalentes de Caixa		204.252,57	183.925,58	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-DSOX-194719311 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

03/03/2016 15:42



FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		214.752,57	426.261,65

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 03/03/2016, Hora emissão 15:42:41

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 01.2016.

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Prestação de Contas
 AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Janeiro / 2016



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		3.125.823,74	41.166.182,93	
Ordinária		37.111,75	432.001,35	
Vinculada		3.088.711,99	40.734.181,58	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.750.000,00	23.951.178,50	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.750.000,00	23.951.178,50	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		20.158.775,18	5.845.063,06	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		19.848.394,51	1.895.147,34	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	259.559,17	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		310.380,67	3.690.356,55	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		3.996.111,50	3.807.592,33	
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.996.111,50	3.807.592,33	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		29.030.710,42	74.770.016,82	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		23.597.353,46	65.429.028,67	
Ordinária		170.966,63	485.500,06	
Vinculada		23.426.386,83	64.943.528,61	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		738.730,25	5.344.876,65	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		210.117,79	1.654.520,10	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		218.231,79	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		310.380,67	3.690.356,55	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		4.694.626,71	3.996.111,50	
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.694.626,71	3.996.111,50	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPRI491102-6598-OCLC-194718967 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

03/03/2016 15:36

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Janeiro / 2016



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		29.030.710,42	74.770.016,82

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 03/03/2016, Hora emissão 15:36:57

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 01.2016

Pág 1 / 2

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		12.133.908,64	162.328.543,37
Ordinária		6.215.260,46	84.742.465,38
Vinculada		5.918.648,18	77.586.077,99
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	523.848,90
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	523.848,90
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		26.315.733,62	29.331.086,51
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		24.650.484,12	13.418.102,45
Inscrição de Restos a Pagar Processados		392.606,97	354.365,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.272.642,53	15.558.618,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		23.053.793,28	22.643.031,70
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.053.793,28	22.643.031,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		61.503.435,54	214.826.510,48
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		30.317.207,36	130.369.966,51
Ordinária		17.261.097,68	60.239.927,12
Vinculada		13.056.109,68	70.130.039,39
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		2.851.413,00	36.967.098,50
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		2.851.413,00	36.967.098,50
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		2.987.685,66	24.435.652,19
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.656.112,17	9.046.921,23
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		174.335,60	128.442,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.157.237,89	15.260.288,22
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		25.547.129,52	23.053.793,28
Caixa e Equivalentes de Caixa		25.547.129,52	23.053.793,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-SLIW-194719388 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM - Informática Ltda

03/03/2016 15:43



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		61.503.435,54	214.826.510,48

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 03/03/2016, Hora emissão 15:43:40

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-SLJW-194719368 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

03/03/2016 15:43

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 153/2016

DECRETO Nº 153 /2016, DE 02 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida a partir de 02/03/2016, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. JAQUELINE DE BASTIANI na função de Professora De História, no E.B.M Fernando Machado ,com carga horária de 10 (dez) horas semanais , lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 De Março de 2016

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 154/2016

DECRETO Nº 154 /2016, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida a partir de 03/03/2016, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. JANINE ELUIZA LAUERMANN FAPPAUM na função de Professora De Ensino Fundamental, - 4º ano, no C.E.M Mediação ,com carga horária de 20 (vinte) horas semanais , lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 De Março de 2016

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº152/2016

DECRETO Nº 152/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida a partir de 01/03/2016, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. ANA PAULA KOLING na função de Professora De Ensino Fundamental ,no E.B.M Fernando Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais , lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 De Março de 2016

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP FMS Nº 02/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 02/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE E COMPLEMENTO ALIMENTAR INFANTIL E ADULTO
Tipo: Menor Preço/Item
Entrega dos envelopes: até as 08:30 h do dia 16/03/2016
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 16/03/2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0322.
Coronel Freitas (SC) 04 de MARÇO de 2016
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 07/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 07/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS
Tipo: Menor Preço Por Item
Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 17/03/2016
Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 17/03/2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 03 de Março de 2016
Mauri J. Zucco
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Nº 001/2014

DECRETO LEGISLATIVO

"DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS, Município de Coronel Freitas/SC, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO que restou comprovado que foi publicado o resultado final do certame, contendo a classificação dos candidatos aprovados por cargo, bem como transcorrido o prazo legal de recurso, não existindo mais qualquer questionamento,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Concurso Público, convocado através do Edital nº 001/2014, aberto para o provimento de cargos efetivos, tendo sido aprovados e classificados os candidatos a saber:

Coronel Freitas -SC, 20 de outubro de 2014
Jandir Covcewecz
Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 034, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 034, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO no dia 07 de março de 2016, até as 12hrs00min, nas repartições públicas municipais abaixo relacionadas, com exceção da Secretaria Municipal de Educação:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Biblioteca Pública Municipal e Tele centro;
- Posto de Correios e Telégrafos.

Art. 2º Na Secretaria Municipal de Saúde deverá ser mantido o sistema de Plantão/Sobreaviso para atendimentos e procedimentos de Urgência e Emergência durante este período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 29 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 07/2015 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2015
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, COM EXECUÇÃO INDIRETA E FORNECIMENTO PARCELADO.

Pregão Presencial

Instrumento: Contrato nº 0589/2015

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA - ME

CNPJ: 95.878.138/0001-02

Valor total: 2.460.626,00

Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 04 de março de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 10/2015 PMCP - FMS - FHMCP - FMAS - FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 10/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ZAS GAS LTDA - EPP

CNPJ: 79.494.456/0001-05

Instrumento: Contrato nº 0622/2015 PMCP,0621/2015 FHMCP, 0620/2015 FMEC, 0619/2015 FMAS, 0618/2015 FMS

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit	Preço Total
1	505	Carga de gás P13	35,00	17.675,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

DIORDENIS DA SILVA ALVES - ME

CNPJ: 13.824.845/0001-43

Instrumento: Contrato nº 0613/2015 PMCP,0614/2015 FHMCP, 0615/2015 FMEC, 0616/2015 FMAS, 0617/2015 FMS

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit	Preço Total
2	23	Carga de gás P45	162,00	3.726,00

Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 04 de março de 2016.

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 23/2015 PMCP - FMS - FHMCP - FMAS - FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 23/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ESTRELA LTDA

CNPJ: 03.714.718/0001-38

Instrumento: Contrato nº 0623 FHMCP, 0624 FMEC, 0625 FMAS, 0626 FMS, 0632 PMCP

ITEM	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	Fundo a óleo galão 3,6 litros	31,20	2.496,00

2	Fundo a óleo galão 18 litros	131,50	10.914,50
3	Fundo para chapa galvanizada galão 3,6 litros	56,00	1.792,00
4	Massa corrida galão 18 l PVC	42,30	2.961,00
5	Massa corrida galão 3,6 l	15,00	1.050,00
6	Massa de calafetar cinza 500	7,90	395,00
7	Massa tapa furo 340 g	26,30	1.315,00
8	Textura riscada branca 25 kg	55,40	7.202,00
12	Tinta acrílica fosca galão 18 l	151,50	28.785,00
13	Tinta acrílica semi brilho 18 l	204,00	38.760,00
14	Tinta acrílica fosca 3,6 l	34,00	6.460,00
15	Tinta esmalte galão 3,6 l branco	42,00	7.980,00
16	Tinta esmalte color 900 ml	13,00	2.470,00
28	Tinta vinil acrílica galão 18 l marfim	80,00	11.200,00
29	Tinta vinil acrílica galão 3,6 l	23,00	3.220,00
30	Verniz galão 3,6 l	41,50	4.233,00
31	Verniz tingidor 900 ml	12,80	1.280,00
32	Fita crepe 18x50	3,00	1.500,00
33	Fita crepe 24x50 rolo	4,00	1.200,00
34	Fita crepe 48x50	8,00	1.600,00
35	Textura lisa branca 25 kg	53,90	7.007,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME

CNPJ: 13.192.721/0001-92

Instrumento: Contrato nº 0630 FHMCP, 0629 FMEC, 0628 FMAS, 0627 FMS, 0631 PMCP

ITEM	Características	Preço Unit.	Preço Total
9	Thinner galão 5 litros	39,95	8.389,50
10	Thinner 900 ml 2750 litro	7,65	1.606,50
11	Thinner galão 20 l	144,50	30.345,00
17	Tinta esmalte sintética amarelo industrial galão 3,6 litros	70,96	10.644,00
18	Tinta esmalte sintética branco industrial galão 3,6 litros	70,96	10.644,00
19	Tinta esmalte sintética preto industrial galão 3,6 litros	75,15	11.272,50
20	Tinta esmalte sintética vermelho industrial galão 3,6 litros	75,75	11.362,50
21	Tinta acrílica semi brilho 3,6 litros	57,40	46.494,00
22	Tinta óleo galão 18 litros	152,25	24.360,00
23	Tinta óleo galão 3,6 litros	33,60	5.443,20
24	Tinta óleo amarela galão 3,6 litros	33,60	5.443,20
25	Tinta demarcação viária de resina acrílica branca 18 litros	279,60	41.940,00
26	Tinta demarcação viária de resina amarela 18 litros	279,60	41.940,00
27	Tinta para piso galão de 18 litros	118,15	16.541,00

Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 04 de março de 2016.

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 35/2015 PMCP - FMS - FHMCP - FMAS - FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL

DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 35/2015

EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL DE ESQUADRIAS DE FERRO, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

DORALICE MADRUGA COELHO

CNPJ: 21.978.915/0001-46

Instrumento: Contrato nº 0607/2015 PMCP, 0606/2015 FHMCP, 0605/2015 FMEC, 0604/2015 FMAS, 0603/2015 FMS

ITEM	Características	Preço Unit.	Preço Total
3	Grade ferro	135,0000	64.665,00
4	Cerca de ferro	165,0000	33.000,00
5	Corrimão de ferro	95,0000	41.800,00
6	Solda	55,0000	825,00
7	Toldo	100,0000	18.000,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME

CNPJ: 13.192.721/0001-92

Instrumento: Contrato nº 0608/2015 PMCP, 0609/2015 FHMCP, 0612/2015 FMEC, 0610/2015 FMAS, 0611/2015 FMS

ITEM	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	Porta de ferro	318,2500	32.799,75
2	Janela de ferro	185,2500	27.787,50

Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 04 de março de 2016.

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 02/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0213/2016 – Fundo Municipal de Saúde

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO COM A FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, PORTADORES DE DEFICIENCIA MENTAL E AUTISMO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO

CNPJ: CNPJ 78.499.977/0001-92

O valor limite anual da contratação é de R\$ 158.215,68, sendo limitada igualmente a R\$ 13.184,64 mensais, podendo ser alterado mediante termo aditivo caso ocorra alteração na tabela SUS e no valor dos recursos repassados pelo governo federal e estadual.

Vigência: 24/02/2016 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 04 de março de 2016.

MARCOS FABIANO BEFFART

Prefeito Municipal e.e

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1018/16

DECRETO Nº 1018/16

DESIGNA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua o Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 22 da Lei Municipal nº 1995/10,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, conforme artigo 22 da Lei Municipal nº 1995/10.

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

LUIZ CARLOS TAMANINI - Prefeito Municipal de Corupá;

BERNADETE CORRÊA HILLBRECHT – Titular da Secretaria Municipal de Saúde;

THIAGO VINÍCIUS LEAL – Titular da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

FERNANDO GEAN LUNELLI – Titular da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA – Titular da Procuradoria Jurídica Municipal de Corupá.

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS:

JOSÉ ALFREDO DE SOUSA – Representante da Fundação Beneficente de Corupá;

CRISTIANO FELIPE HACK – Representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Corupá;

RAMIRO JOSÉ MORETTI – Representante da Associação de moradores do bairro Itapocu do Município de Corupá;

ASTOR AMBRÓSIO ARENHARDT ERBES – Representante da Associação de moradores do bairro Seminário do Município de Corupá;

LOURIVAL HORN – Representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Corupá;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 936/15.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 01 de março de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCORRÊNCIA DE TAXI 004/2015

Ata de Julgamento e CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/15

EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA Nº 004/15

Aos três dias do mês de Março de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3531/15, de 01 de Dezembro de 2.015, sendo designado como Presidente neste processo o Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por Jessica Tamara Pezzatto (Pregoeira Substituto), Fabio Bertoldi, Dairton Jose Giraldi, Aline Yandara Malinski e Luana Dantas Izidro, para a sessão pública de desempate técnico da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/15 DO TIPO MELHOR TÉCNICA COM PREÇO FIXADO NO EDITAL, PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Iniciou-se os trabalhos verificando a PONTUAÇÃO TÉCNICA das Licitantes MARCIA REGINA GESSNER, RENATO ZASTROW, ILTON JARDEL BAADE, MARIA APARECIDA DA SILVA ZASTROW, ALBERTO BIANCHINI, JUCELEO BAADE, ERLI ADEMIR HONZE, LOURIMAR CRISTOVAO COSTA, HILARIO MARTINI, JOAREZ SILVA DOS PASSOS, GERSON MELCHERT, MONICA STRATMANN CIEPLY e OSVALDO MELCHERT.

As Licitantes tiveram vistoria realizada pelos MEMBROS MARCOS SIQUEIRA (Presidente), FABIO BERTOLDI (Membro), EDERSON CLEITON MAHS (Membro), JEAN CARLOS WISZNIEWSKI (Membro), EDMILSON GEOVANE GUMZ (Membro), o qual obteve o seguinte resultado:

LICITANTE	PONTUAÇÃO	DESEMPATE
GERSON MELCHERT	69,00	
OSVALDO MELCHERT	69,00	TEMPO DE HABILITAÇÃO
JUCELEO BAADE	67,00	
ILTON JARDEL BAADE	65,00	SORTEIO
MONICA STRATMANN CIEPLY	65,00	SORTEIO
MARIA APARECIDA DA SILVA ZASTROW	65,00	TEMPO. DE TRANSPORTE PASSAGEIRO
MARCIA REGINA GESSNER	63,00	
RENATO ZASTROW	61,00	SORTEIO
LOURIMAR CRISTOVAO COSTA	61,00	EQUIP. SEGURANÇA
JOAREZ SILVA DOS PASSOS	61,00	SORTEIO
ALBERTO BIANCHINI	54,00	
HILARIO MARTINI	53,00	
ERLI ADEMIR HONZE	47,00	

Após a persistência do empate das Licitantes ILTON JARDEL BAADE e MONICA STRATMANN CIEPLY COM 65 PONTOS E RENATO ZASTROW W JOAREZ SILVA DOS PASSOS COM 61 PONTOS. O presidente convoca os Sr.(a)s MARCIA REGINA GESSNER, RENATO ZASTROW e JOAREZ SILVA DOS PASSOS, representantes dos

taxistas para acompanhamento dos trabalhos de Sorteio e Classificação Técnica Final, obtendo então o seguinte resultado:

COLOCAÇÃO FINAL	LICITANTE	
1	OSVALDO MELCHERT	69,00
2	GERSON MELCHERT	69,00
3	JUCELEO BAADE	67,00
4	ILTON JARDEL BAADE	65,00
5	MONICA STRATMANN CIEPLY	65,00
6	MARIA APARECIDA DA SILVA ZASTROW	65,00
7	MARCIA REGINA GESSNER	63,00
8	JOAREZ SILVA DOS PASSOS	61,00
9	RENATO ZASTROW	61,00
10	LOURIMAR CRISTOVAO COSTA	61,00
11	ALBERTO BIANCHINI	54,00
12	HILARIO MARTINI	53,00
13	ERLI ADEMIR HONZE	47,00

O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Corupá e ainda na Imprensa Oficial do Município, através de Publicação no Diário Oficial dos Municípios na Internet, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal para a competente homologação.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 03 de Março de 2016.

Josimar Caldeira	Jessica Tamara Pezzatto	Fabio Bertoldi
Dairton Jose Giraldi	Aline Yandara Malinski	Luana Dantas Izidro

Marcia Regina Gessner Representante	Renato Zastrow Representante
Joarez Silva Dos Passos Representante	ILTON JARDEL BAADE
MONICA STRATMANN CIEPLY	OSWALDO MELCHERT
GERSON MELCHERT	

DECRETO Nº 1019/16

DECRETO Nº 1019/16

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o decreto Nº. 053/99 de 06 de outubro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, que fica assim constituída:

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Cláudia Cristina Krüger;

Suplente: Antônio Norberto Moretti.

Titular: Paulo Cesar Ruthes;

Suplente: Ana Carolina Gabriel;

Titular: Thiago Vinicius Leal;

Suplente: Joao Rocha Sobrinho;

Titular: Fernando Gean Lunelli;

Suplente: Emanuelle Françoise Blunk Schiochet;

Titular: Wilson Jean Gessner;

Suplente: Valéria Assis de Oliveira;

Titular: Alceu Gilmar Moretti;

Suplente: Lourenço Piontkewicz;

Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Corupá:

Titular: Rene Afonso Mahnke;

Suplente: Jean Carlo Chilomer;

Representantes da Associação dos Bananicultores de Corupá:

Titular: Marcos Martini;

Suplente: Adolar Behnke;

Representantes da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural:

Titular: George Livramento;

Suplente: Leonir Célia Demarchi;

Representantes da CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina:

Titular: Marcelo Tofol;

Suplente: Celso Eduardo Wassmansdorf;

Representantes do setor financeiro do Município:

Banco do Brasil

Titular: Sandro Luís de Souza;

Suplente: Fernando de Almeida dos Santos;

Blucredi

Titular: André Luís Millnitz;

Suplente: José Alfredo A. de Oliveira;

Caixa Econômica Federal

Titular: Roseli Sartori;

Suplente: Martin Harmel de Souza;

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Juvenal Mokwa;

Suplente: Edinei Mokwa;

Representantes da Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá:

Titular: Ederson Basagni;

Suplente: Charles Daniel Gessner;

Representantes da Cooperativa da Agricultura Familiar Rio Novo:

Titular: Valmor Raul de Farias;

Suplente: Crisleine Jantsch;

Representantes da Microbacia Rio Novo:

Titular: Elton Mokwa;

Suplente: Patricia Bassani Woicekowski;

Representantes dos Agricultores:

Poço Danta / Carroeira

Titular: Denilson Pedrelli;

Suplente: Luiz Carlos Scheple;

Rio Paulo / Rio Paulo Grande / Rio Paulo Pequeno

Titular: Lauro Daros;

Suplente: Ediberto Schulz;

Titular: Arlindo Hass;

Suplente: Edemir Schulz;

Izabel / Izabel Alto
Titular: Osni Braun;
Suplente: Albano Maas;

Titular: Egon Mokwa;
Suplente: Zenildo Nunes da Silva;

Osvaldo Amaral / Bomplandt
Titular: Rubens Cesar Leber;
Suplente: Genesio Vicneski;

Titular: Alvino Hinkeldey;
Suplente: Alfredo Horstmann;

Vila Izabel/Francisco Mees/Alberto Baumle
Titular: Norma Denk Lange;
Suplente: Camilo Kubiak;

Guarajuva / Caminho Pequeno
Titular: Ana Dana Denk;
Suplente: Irene Kuhl Ganske;

Ribeirão dos Correias
Titular: Adilson Fossile;
Suplente: Alceu Fossile Junior;

Rio Novo Alto
Titular: Ivo Sell;
Suplente: Andrei Dias;

Faxinal
Titular: Alvin Dunke;
Suplente: Jaime Marquardt;

Ano Bom
Titular: Wilson Viebrantz;
Suplente: Lindomar Grams;

Titular: Ademar Krischanski;
Suplente: Ivo Borchardt;

Pedra de Amolar
Titular: Jurandir José Burger;
Suplente: Airton Ropelato;

Rio Novo/ Tifa dos Milhões
Titular: Edgar Gessner;
Suplente: Manfred Hinkeldey;

Centro / Henrique Fuck / José Link / João Tozini
Titular: Antonio Ricardo Hilbrecht;
Suplente: Kleberson Kuhne;

Itapocú
Titular: Rafael Rodrigo Hoch;
Suplente: Gilberto Luiz Lorenzi;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 925/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de março de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3657/16

PORTARIA Nº 3657/16

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TERÁ COMPETÊNCIA PARA RECEBER OS REQUERIMENTOS, ANALISAR E DEFERIR OU INDEFERIR O AUXÍLIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AOS SERVIDORES EFETIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal 1566/05 de 18 de março de 2005 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a Comissão que terá competência para receber os requerimentos, analisar e deferir ou indeferir o auxílio de formação profissional, constituída pelos seguintes membros:

- MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA – Assessora de Educação e Cultura;
- FERNANDO GEAN LUNELLI– Secretário Municipal de Administração e Fazenda;
- HEINS GERHARD KOPSCH – Diretor de Recursos Humanos.

Art. 2º – A Comissão de ora constituída seguirá as normas da Lei Municipal nº 1566/05, de 18 de março de 2005, que institui o Auxílio de Formação Profissional, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3485/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
01 de março de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3659/16

PORTARIA Nº 3659/16

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 58 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º – Fica constituída a Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores:

- FERNANDO GEAN LUNELLI- Presidente;
- MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA - Advogado;
- SIRLENE MARIA MORAIS - Membro;
- HEINS GERHARDT KOPSCH – Membro;
- ISOLETE STECIUK RÁTICO – Membro.

Parágrafo Único: Sob a condução do Presidente, a Comissão deverá preparar, executar e julgar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Corupá.

Art.2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3486/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de março de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3660/16

PORTARIA Nº 3660/16.

NOMEIA MEMBROS PARA FISCALIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL - APAE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e na Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores, MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, DILVANE KÜHL KLABUNDE e VALQUIRIA MICHALAK, como membros, para compor a comissão que fiscalizará as prestações de contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul - APAE.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 01 de março de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3662/16

PORTARIA Nº 3662/16

EXONERA POR MOTIVO DE TÉRMINO DO CONTRATO, A SRA. KETELYN LUNELLI SCHUH, DO CARGO DE PSICÓLOGA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica exonerada por motivo de término do contrato, a SRA. KETELYN LUNELLI SCHUH, do cargo de Psicóloga - ACT, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Portaria nº 3032/14, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 31 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3538/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de março de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 16/03/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 17/03/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 03 de Março de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 1/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 1/2016

Contrato Nº.: 1/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSORCIO DE INF. NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL CIGA

Valor : 29.100,00 (vinte e nove mil e cem reais)

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, GESTÃO DE OBRAS E DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DE SC, APROVADO PELO CIGA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 10/2016

Contrato Nº.: 10/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME

Valor : 800.000,00 (oitocentos mil reais)

Vigência : Início: 12/01/2016 Término: 12/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 223/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS COM TESTE DE CERTIFICAÇÃO DE 35MPA, PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 11/2016

Aditivo Nº : 11/2016 - Contrato Nº: 749/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 13/02/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 217/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DAS CABECEIRAS (INFRAESTRUTURA) DA PONTE DE ACESSO À LOCALIDADE SANTA CRUZ DO PERY, NO INTERIOR DE CURITIBANOS - SC, TENDO EM VISTA AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DESFAVORÁVEIS, CONFORME OFÍCIO DA DEFESA CIVIL, FOTOS IN LOCO E DECRETO DE EMERGÊNCIA Nº 4.666/2015. A EXECUÇÃO DEVERÁ SEGUIR O MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
12/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 12/2016

Contrato Nº.: 12/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: S.A. LUZA SISTEMAS DE IMPRESSÕES E COPIADO-
RAS LTDA
Valor : 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 14/01/2016 Término: 14/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 228/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA,
PARA USO NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, CON-
FORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
13/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 13/2016

Contrato Nº.: 13/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A SEMANA EDITORA LTDA
Valor : 112.130,00 (cento e doze mil cento e trinta reais)
Vigência : Início: 14/01/2016 Término: 14/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 242/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO
DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO,
CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
14/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 14/2016

Contrato Nº.: 14/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MARCO ANTONIO BUSATO E CIA LTDA -ME
Valor : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 15/01/2016 Término: 15/01/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA TRANSPORTE
DE MALOTE ENTRE O POSTO DA RECEITA FEDERAL EM CURITI-
BANOS, LOCALIZADA À AV. CEL. VIDAL RAMOS S/Nº, PRÓXIMO AO
TERMINAL URBANO E A AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DE LAGES
LOCALIZADA NA AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 635. NAS TERÇAS
E QUINTAS-FEIRAS PELO PERÍODO DE 15/01/2016 A 15/01/2017.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
15/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 15/2016

Contrato Nº.: 15/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FUNDAÇÃO FREI ROGERIO
Valor : 170.945,34 (cento e setenta mil novecentos e qua-
renta e cinco reais e trinta e quatro centavos)
Vigência : Início: 18/01/2016 Término: 18/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 246/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE
ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COBERTURA DA RAINHA E DA
EXPOCENTRO 2016, COBERTURA DE EVENTOS E DIVULGAÇÃO DE
INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS
DE RÁDIO AM E FM, CONFORME ANEXO I

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
16/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 16/2016

Contrato Nº.: 16/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: IRAN ANTONIO
Valor : 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 20/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS DA SECRE-
TARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE CURITIBANOS. CON-
FORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 17/2016

Contrato Nº.: 17/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA - CURITIBANOS
Valor : 372,75 (trezentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 20/01/2016 Término: 20/03/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2016
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (33)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇA NA GARANTIA DA VIATURA FORD RANGER PLACAS QHD 7655, EM USO NO 2º BBM, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 18/2016

Contrato Nº.: 18/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 4.590,00 (quatro mil quinhentos e noventa reais)
Vigência : Início: 21/01/2016 Término: 21/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (90)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NO CAMINHÃO CARGO 712 MEY 8166, RETROESCAVADEIRA BL 70, CAMINHÃO CARGO MCJ 8629 E RETOESCAVADEIRA 416-E, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 19/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 19/2016

Contrato Nº.: 19/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 10.277,00 (dez mil duzentos e setenta e sete reais)
Vigência : Início: 21/01/2016 Término: 21/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (90)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NO CAMINHÃO CARGO 712 MEY 8166, RETROESCAVADEIRA BL 70, CAMINHÃO CARGO MCJ 8629 E RETOESCAVADEIRA 416-E, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 2/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 2/2016

Aditivo Nº : 2/2016 - Contrato Nº.: 40/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA
Valor : 11.016,00 (onze mil e dezesseis reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 16/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 308/2013
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.066.3.3.90.00.00.00.00.00 (102), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ELETRONICA E MONITORAMENTO NO PAÇO MUNICIPAL, MUSEU ANTONIO GRANEMANN DE SOUZA, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE INSÚSTRIA E COMERCIO, PELO PERÍODO DE 1 ANO. O ACRÉSCIMO NO VALOR MENSAL É JUSTIFICADO PELO ÍNDICE DE 10,54% DE REAJUSTE CONFORME IGPM.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 20/2016

Contrato Nº.: 20/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 109.328,40 (cento e nove mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 21/01/2016 Término: 30/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92)
Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE

TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 21/2016

Aditivo Nº : 21/2016 - Contrato Nº: 749/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.
Valor : 6.024,09 (seis mil e vinte e quatro reais e nove centavos)
Vigência : Início: 21/01/2016 Término: 13/02/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 217/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DAS CABECEIRAS (INFRAESTRUTURA) DA PONTE DE ACESSO À LOCALIDADE SANTA CRUZ DO PERY, NO INTERIOR DE CURITIBANOS - SC, TENDO EM VISTA AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DESFAVORÁVEIS, CONFORME OFÍCIO DA DEFESA CIVIL, FOTOS IN LOCO E DECRETO DE EMERGÊNCIA Nº 4.666/2015. A EXECUÇÃO DEVERÁ SEGUIR O MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 23/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 23/2016

Contrato Nº...: 23/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MARCELO CRISTIAN DA CRUZ GERMINIANI 70274258900
Valor : 2.070,00 (dois mil e setenta reais)
Vigência : Início: 22/01/2016 Término: 22/03/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2016
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE FOLHAS SERRILHADAS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO, POIS NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PROCESSO ANTERIOR, CONFORME ART. 24, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 24/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 24/2016

Contrato Nº...: 24/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA - EPP
Valor : 24.764,84 (vinte e quatro mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 22/01/2016 Término: 22/05/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 222/2015
Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (46)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE ROTATÓRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 25/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 25/2016

Contrato Nº...: 25/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - M
Valor : 151.183,20 (cento e cinquenta e um mil cento e oitenta e três reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 22/01/2016 Término: 22/05/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 244/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (37)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 26/2016

Contrato Nº...: 26/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A
Valor : 260.000,00 (duzentos e sessenta mil e reais)
Vigência : Início: 26/01/2016 Término: 26/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 27/2016

Contrato Nº.: 27/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 11.561,96 (onze mil quinhentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 26/01/2016 Término: 26/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 236/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, ATÉ 10/12/2016, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 28/2016

Contrato Nº.: 28/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP
Valor : 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 27/01/2016 Término: 27/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 29/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 29/2016

Aditivo Nº : 29/2016 - Contrato Nº: 9/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
Valor : 722.549,10 (setecentos e vinte e dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e dez centavos)
Vigência : Início: 29/01/2016 Término: 29/01/2017
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 205/2013
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (85)
Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR DE R\$ 722.549,10 PARA A EXECUÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS E GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO DE CURITIBANOS, BEM COMO SEU DEPÓSITO NO ATERRO SANITÁRIO DESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 3/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 3/2016

Contrato Nº.: 3/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SESEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA ME
Valor : 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 28/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM MEDICINA E ENGENHARIA DO TRABALHO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 30/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 30/2016

Contrato Nº.: 30/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
Valor : 18.154,50 (dezoito mil cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 29/01/2016 Término: 29/01/2017
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 205/2013
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85)
Objeto : EXECUÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS E GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO DE CURITIBANOS, BEM COMO SEU DEPÓSITO NO ATERRO SANITÁRIO DESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 31/2016

Aditivo Nº : 31/2016 - Contrato Nº: 20/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 3.592,50 (três mil quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 29/01/2016 Término: 30/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)
Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 32/2016

Contrato Nº...: 32/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 16.755,00 (dezesseis mil setecentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 29/01/2016 Término: 29/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 209/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS E ENCADERNAÇÃO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 4/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 4/2016

Contrato Nº...: 4/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MICHELE KJELLIN COSSA BUCKER - ME
Valor : 94.670,00 (noventa e quatro mil seiscentos e setenta reais)
Vigência : Início: 05/01/2016 Término: 05/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 230/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)
Objeto : CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 5/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 5/2016

Contrato Nº...: 5/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM-CATARINA
Valor : 59.520,00 (cinquenta e nove mil quinhentos e vinte reais)
Vigência : Início: 06/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016
Recursos : Dotação: 2.006.3.1.71.00.00.00.00.00 (25), 2.006.3.3.71.00.00.00.00.00 (27), 2.006.4.4.71.00.00.00.00.00 (30)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24 INCISO XXVI LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 6/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 6/2016

Contrato Nº.: 6/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COINCO - CONSORCIO INTER MUN CONTESTADO
Valor : 634.380,00 (seiscentos e trinta e quatro mil trezentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 06/01/2016 Término: 06/01/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.069.3.1.71.00.00.00.00.00 (58), 2.069.3.3.71.00.00.00.00.00 (59)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, REFERENTE A COLETA DE RESÍDUOS, OPERAÇÃO E ATERRO, CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24 INCISO XXVI LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 7/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 7/2016

Contrato Nº.: 7/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE SC
Valor : 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 30/01/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2016
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 8/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 8/2016

Contrato Nº.: 8/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA - ME
Valor : 4.331,76 (quatro mil trezentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 08/01/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7)
Objeto : LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NO PERÍODO DE 01 ANO.
OBS. O VALOR SERÁ REAJUSTADO PELO IGPM EM 10,54%, CONFORME CLÁUSULA CONTRATUAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 9/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 9/2016

Aditivo Nº : 9/2016 - Contrato Nº.: 18/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.
Valor : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 08/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 276/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)
Objeto : Aditivo de prazo e valor de R\$ 25.000,00 para locação de equipamentos novos de primeiro uso para execução de digitalização de documentos e do software de controle e gerenciamento de processos e documentos, através da interface web, Incluída a instalação de hardware e software, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, manutenção e suporte técnico nas dependências da Prefeitura Municipal de Curitiba e demais secretarias.

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL 2_2016**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2016

A Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.493.632/0001-21, com sede à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, por intermédio de seu Presidente, torna público que estará promovendo certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com julgamento pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sob regime de fornecimento, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de empresa especializada para fornecimento de coquetéis, a serem servidos nos eventos solenes de entrega de Título de Cidadão Curitibanense e Comendas de Mérito que realizar-se-ão nesta Casa Legislativa no ano de 2016, conforme organograma, especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo I - Termo de Referência - do presente edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentos de Habilitação até as 14:00 horas do dia 16/03/2016, no Protocolo Central da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:30 horas do dia 16/03/2016, será realizada sessão pública de Pregão, no átrio da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de coquetéis, a serem servidos nos eventos solenes de entrega de Título de Cidadão Curitibanense e Comendas de Mérito que realizar-se-ão nesta Casa Legislativa no ano de 2016, conforme organograma, especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo I - Termo de Referência - deste Edital.

1.2 – Modalidade: Pregão Presencial.

1.3 – Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

1.4 – Prazo de Entrega dos Objetos: Conforme cronograma descrito no Anexo I - Termo de Referência - deste Edital.

1.5 – Local de Entrega dos Objetos: Sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC.

1.6 – Local, data e horário para recebimento dos envelopes, credenciamento e realização do pregão:

1.6.1 – Local: Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC.

1.6.2 - Data: 16 de março de 2016.

1.6.3 – Entrega e protocolo dos envelopes: Até às 14h00min do dia 16/03/2016, no protocolo central da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

1.6.4 – Credenciamento: Dia 16/03/2016, as 14h30min.

1.6.5 – Abertura dos Envelopes: Dia 16/03/2016, as 14h30min.

1.7 - O edital, demais documentos ou quaisquer elementos inerentes a este processo poderá ser consultado ou adquirido por qualquer interessado na Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, localizada à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, sala de contabilidade (das 13 às 19 horas – dias úteis), ou através do site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Agenda.

1.8 Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 14/03/2016, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

1.9 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1– Poderão participar do presente certame todas as empresas interessadas com atuação no ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste edital.

2.2 – É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou processo de liquidação;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com o órgão licitante, bem como empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.
- f) Pessoa jurídica cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, sejam dirigentes ou empregados da Entidade Licitadora.

2.3. A licitante poderá se fazer representar nesta licitação por meio de pessoa física devidamente credenciada, nos termos do instrumento constante do Anexo II - Carta de Credenciamento - deste Instrumento Convocatório, ou Procuração, que deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação fora dos envelopes relacionados no item 2.6 abaixo.

2.3.1. No caso da Carta de Credenciamento ou Procuração Privada, a licitante deverá entregar à Comissão Permanente de Licitação uma cópia autenticada do Contrato Social ou instrumento equivalente que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que a tiver assinado, sendo permitida a sua apresentação na forma do item 3.3 deste Instrumento Convocatório.

2.3.2. Caso o representante da empresa, na sessão, seja o administrador constante no contrato social, este deverá apresentar a cópia do contrato social e a cópia da cédula de identidade, não havendo necessidade da Carta de Credenciamento.

2.3.3. A ausência de Credenciamento não impede a participação da licitante, mas, obsta a manifestação de representante no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

2.3.4. O não credenciamento e não comparecimento de representante, não inabilita a licitante, tampouco impede o prosseguimento das fases do certame.

2.4. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante, sob pena das demais outorgantes perderem o seu direito à representação nas sessões públicas.

2.5. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, expedida no máximo 60 (sessenta) dias antes da abertura do processo licitatório.

2.6. As licitantes, no dia, hora e local designados no item 1, deverão apresentar toda a documentação exigida por este Instrumento Convocatório em 2 (dois) envelopes – 1 e 2 - lacrados, distintos e opacos, identificados no lado externo pelo nome da licitante e número da licitação, com os seguintes conteúdos:

ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
EDITAL PREGÃO Nº 02/2016
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, NÚMERO DO CNPJ E ENDEREÇO

ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
EDITAL PREGÃO Nº 02/2016
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, NÚMERO DO CNPJ E ENDEREÇO

2.7. A participação na presente licitação implica aceite integral e irrevogável dos termos e condições deste edital e dos seus anexos.

3. DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE "2"

3.1. Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresse no estatuto ou no contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.2. Para os fins de habilitação, todas as licitantes deverão apresentar os documentos relacionados neste tópico, na sua versão original ou em cópia autenticada, entregues, preferencialmente, na mesma ordem em que eles se encontram aqui descritos e com a identificação pelo número de cada um dos itens.

3.3. Os documentos relativos à habilitação jurídica da licitante apresentados por ocasião do credenciamento não ficam dispensados de serem inseridos no envelope de habilitação.

3.4. Os documentos apresentados em cópias simples deverão ser autenticados em cartório ou acompanhados de suas respectivas vias originais para serem conferidos pela Comissão Permanente de Licitação, exceto aqueles obtidos pela INTERNET cuja autenticidade será verificada na sessão do pregão.

3.5. As certidões apresentadas que não mencionem explicitamente o prazo de validade, somente serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes.

3.6. A Comissão Permanente de Licitação poderá efetuar diligências a fim de comprovar a veracidade das informações e dos documentos apresentados pelas licitantes, inclusive quanto à regularidade fiscal que poderá ser comprovada mediante pesquisa nos sítios oficiais na INTERNET.

ü Habilitação Jurídica

3.7. Para fins de habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar:

- a) Registro comercial, no caso de firma individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembleia de eleição da diretoria;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Declaração de Idoneidade e de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação;
- e) Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

ü Qualificação Econômico-financeira:

3.8. Para fins de habilitação da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar:

3.8.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da Comarca, sede do licitante, dentro do prazo de validade ou equivalente.

ü Regularidade Fiscal

3.9. Para fins de regularidade fiscal, a licitante deverá apresentar:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais) dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS).
- f) Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas.

3.10. Serão inabilitadas as empresas que não tenham atendido às condições estabelecidas neste item.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "1"

4.1. A Proposta de Preços - Envelope "1" deverá ser apresentada impressa, em língua portuguesa, datada e rubricada em todas as suas folhas e, ao final, assinada por um representante juridicamente habilitado pela licitante, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas e elaborada considerando as seguintes condições:

4.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada preferencialmente conforme Anexo III deste edital.

4.2. As licitantes deverão indicar o prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da entrega dos envelopes.

4.3. A proposta deverá ser cotada em moeda corrente nacional (Real), em algarismos e por extenso, incluindo todos os custos e despesas necessárias ao fornecimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

4.4. Na hipótese de discordância entre os preços apresentados, a cotação indicada por extenso prevalecerá sobre a numérica.

4.5. A modalidade da garantia contratual, bem como o banco de sua escolha, com a indicação do número da agência e da conta corrente para fins de pagamento deverão ser indicados pela empresa em sua proposta.

4.6. Com exceção do item 4.5, serão desclassificadas as empresas que não tenham atendido às condições estabelecidas neste Item.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Os envelopes "1" e "2" deverão ser entregues até o dia 16/03/2016 as 14:00 horas, no protocolo central da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, sendo vedado o seu recebimento em momento posterior ou local diferente do previsto.

5.1.1. Recebidos os envelopes de todos os licitantes, eles serão rubricados no lacre por membro da Comissão Permanente de Licitação e por um representante de cada licitante presente.

5.1.2. A Comissão Permanente de Licitação procederá primeiramente à abertura do Envelope "1" – Proposta de Preço. Os membros da citada Comissão rubricarão todas as folhas da proposta, e os representantes dos licitantes presentes serão convidados a fazerem o mesmo.

- EXAME E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.2. Após a verificação das Propostas de Preços (Envelope 1) das empresas licitantes, o pregoeiro comunicará aos participantes quais serão aquelas que continuarão no processo licitatório na fase de lances.

5.3. Serão classificadas para a fase dos lances verbais as propostas que atenderem às exigências de apresentação da Proposta de Preços e não apresentarem diferença de preços superior a 10% (dez por cento) do Menor Preço proposto.

5.4. Quando não forem classificadas no mínimo 3 (três) propostas na forma definida no item anterior, com representantes credenciados e aptos a dar lance, serão classificadas, sempre que atenderem as demais condições definidas neste instrumento convocatório, as 3 (três) melhores propostas de preços com representantes aptos a dar lances.

5.5. A classificação de apenas 2 (duas) Propostas de Preços não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

5.6. As propostas que, em razão dos critérios definidos nos itens 5.3 e 5.4, não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, não serão desclassificadas do certame, e os valores nelas apresentados serão considerados válidos para o julgamento final do pregão.

5.7. Da desclassificação das propostas de preço somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão de licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida.

5.8. A CPL analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública.

5.9. Da decisão da CPL relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

- LANCES VERBAIS

5.10. Após a classificação pela CPL das propostas escritas, terá início a fase de apresentação de lances verbais de acordo com os seguintes critérios:

5.11. O pregoeiro realizará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta de maior preço classificada a fazer o seu lance, e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente de preço.

5.12. Havendo lance, o pregoeiro realizará uma nova rodada, começando pelo autor da última proposta de maior preço, e assim sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, a proposta de menor preço.

5.13. Só serão considerados os lances inferiores ao último menor preço obtido.

5.14. Não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas de preço escritas.

5.15. O Pregoeiro após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará as propostas em ordem crescente de menor preço.

5.16. Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.17. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

5.18. Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.18.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.18.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.17, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.19. Para as situações previstas no item 5.17 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.20. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

5.21. Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

5.22. Será classificada como primeira colocada do certame a licitante que atender as condições do edital e apresentar o Menor Preço. As demais licitantes, que atenderem às exigências de apresentação da Proposta de Preços, serão classificadas em ordem crescente.

- DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

5.23. Ocorrendo lances verbais, a licitante vencedora deverá apresentar em até 2 (dois) dias úteis seguintes à sessão que declarou a empresa vencedora, a Proposta de Preços Definitiva, preferencialmente no modelo do Anexo III.

5.23.1. A proposta deverá ser redigida no idioma português, cotada em moeda corrente nacional (Real), em algarismos e por extenso, incluindo todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

5.24. Caso a licitante declarada vencedora não apresente a Proposta de Preços Definitiva, no prazo estabelecido no item 5.23, ou apresente a Proposta de forma incorreta, será desclassificada.

5.24.1. Havendo a desclassificação da licitante inicialmente declarada vencedora a Comissão dará sequência ao certame, examinando a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da licitante seguinte, na ordem de classificação obtida na fase de lances.

- EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.25. Após a classificação da Proposta de Preço, a CPL procederá à abertura dos Documentos de Habilitação (Envelope 2) exclusivamente da licitante classificada como primeira colocada.

5.26. Se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, proceder-se-á à abertura do envelope de habilitação da licitante classificada em segundo lugar. Caso não ocorra a habilitação da licitante classificada em segundo lugar, a CPL prosseguirá na abertura do Envelope "2" das classificadas seguintes.

5.27. Se entender necessário, a CPL poderá suspender a sessão para exame dos documentos de habilitação, sendo que a sua decisão deverá ser lavrada em Ata própria e divulgada às licitantes participantes diretamente.

5.28. Após esta divulgação todas as licitantes participantes do certame serão consideradas intimadas da decisão, iniciando-se a partir desta data o prazo recursal.

6. DO JULGAMENTO

6.1. Para o efeito do julgamento das propostas levar-se-á em conta, no interesse do Órgão Licitador, o Menor Preço Global.

7. DOS RECURSOS

7.1. Somente caberão recursos escritos e fundamentados da decisão que declarar o vencedor, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da comunicação desta decisão, os quais serão dirigidos, por intermédio da CPL, à autoridade competente.

7.2. A licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal de 2 (dois) dias úteis, que correrá da comunicação da interposição do recurso.

7.3. Os recursos serão julgados pelo Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

7.4. O provimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. Os recursos terão efeito suspensivo.

7.6. Os recursos deverão ser apresentados por meio de petição circunstanciada e protocolados no horário de 13h as 19h, exclusivamente na Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000.

7.6.1 Não serão considerados os recursos protocolados fora do horário e em local diferente do indicado no item 7.6.

8. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO.

8.1. A adjudicação do objeto deste certame dar-se-á após julgamento final e consequente homologação do procedimento, indicando a licitante vencedora.

8.2. O Órgão Licitador convocará a licitante vencedora para assinar o contrato, consignando na convocação a data, hora e local determinados para esse fim.

8.3. A Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

9. DO CONTRATO

9.1 A Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC disporá do prazo de 05 (cinco) dias para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

9.2 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.3 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.4 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo IV deste Edital.

9.5 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

10. DA ENTREGA DO OBJETO E DO PAGAMENTO

10.1. A Contratada deverá fornecer os serviços alimentícios de coquetel nas datas e horários pré-definidos no anexo I – Termo de Referência – do presente edital;

10.2. Na hipótese de não ser entregue os serviços contratados nas datas e horários definidos no anexo I – Termo de Referência – do presente edital, ou o objeto não atender a qualidade exigida, ficará a contratada sujeita a aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.

10.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato.

10.4. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após o fornecimento do objeto, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

10.4.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estipulado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 10% (dez por cento) do valor total estimado do contrato.

11.2. As demais penali dades constam na Minuta do Contrato conforme Anexo IV deste edital.

12. DAS FONTES DE RECURSOS

12.1 As despesas decorrentes da Aquisição do objeto deste edital correrão as expensas da(s) seguinte(s) dotação Orçamentária(s):

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.30.15.00.00.00 – Material para Festividades e Homenagens

3.3.90.39.23.00.00.00 – Festividades e homenagens

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Somente a CPL dirimirá as dúvidas e omissões decorrentes deste Instrumento Convocatório e seus anexos, por escrito, aos pedidos de esclarecimentos sobre a licitação, que serão feitos diretamente ao consulente e também poderão ser divulgadas às demais empresas.

13.2. Serão inabilitadas as licitantes e/ou desclassificadas as propostas que não tenham atendido as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

13.3. O Órgão Licitador reserva-se no direito de cancelar esta licitação antes da assinatura do contrato, mediante prévia justificativa, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação, indenização ou recurso.

13.4. A CPL poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares ou efetuar diligências, caso julgue necessário, visando melhor desempenhar suas funções institucionais, desde que disso não decorra a posterior inclusão de documentos que deveriam constar originariamente dos envelopes entregues pelas licitantes.

13.5. Qualquer alteração neste edital será comunicada aos interessados pela mesma forma com que se deu a divulgação ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas. Neste último caso, as alterações serão publicadas exclusivamente na página da entidade na internet, no endereço <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, sem necessidade de reabertura de prazos.

13.6. As empresas interessadas deverão manter-se atualizadas de quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o edital, através de consulta permanente ao endereço acima indicado, não cabendo ao Órgão licitador a responsabilidade pela não observância deste procedimento.

13.7. Entregues os envelopes 1 e 2 à Comissão Permanente de Licitação e desde que aberto pelo menos um deles, de qualquer um dos licitantes, não será mais permitida a desistência de participação no certame.

13.8. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da CPL e pelas licitantes presentes, se assim o desejarem, com os registros de todas as ocorrências.

13.9. Os envelopes das licitantes ainda lacrados e não utilizados no certame serão disponibilizados para retirada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato. Decorrido esse prazo, poderá ser providenciada a sua destruição.

13.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba/SC, para dirimir eventual controvérsia que decorra da presente licitação.

13.11. Constituem partes integrantes e complementares deste instrumento os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência
- Anexo II - Modelo Carta de Credenciamento
- Anexo III - Modelo de Proposta de Preços
- Anexo IV - Modelo de Minuta de Contrato
- Anexo V – Itens do Processo
- Anexo VI - Indicação dos Recursos – Dotações Orçamentárias

Curitiba/SC, 03 de março de 2016.

Márcio Damiani Poletto de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente Edital cumpre as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 8.884/94 e 9.648/98, pelo que, de acordo com o art. 38 parágrafo único da referida Lei, o dou como aprovado.

Curitiba, 03/03/2016.

Rafael Gobbi

Procurador da Câmara

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDA DE MÉRITO AOS DOUTORES ALTINO LEMOS DE FARIAS, MARLEI LUIZ PERDONCINI e MARCOS ANTONIO MACHADO DE FARIAS				
Dia 31 de março de 2016, a partir das 21h30min.				
Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.				
	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total
	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Soufle de frango	R\$ 1,85	80	R\$ 148,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Vou au vent de caponato de beringela	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Salmão e cream cheese	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Provologne com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Chese cake frutas vermelhas	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Tomate seco e rúcula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Califórnia	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Escondidinho de carne	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
Mekin	Sopa de Agnoline	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Sufle de frango	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00

	Folhado de ricota com espinafre	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Folhado de chocolate	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Morango	R\$10,00	2kg	R\$ 20,00
	Manga	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Maça	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
Frutas Sazonais	Mamão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melancia	R\$2,00	5kg	R\$ 10,00
	Goiaba	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Uvas diversas	R\$5,00	4kg	R\$ 20,00
	Água sem gás	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00
Bebidas	Água com gás	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupa	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 50,00	04	R\$ 200,00
	Valor máximo da proposta			R\$ 4.775,00

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO DEPUTADO FEDERAL JORGINHO MELO

Dia 29 de abril de 2016, a partir das 21h30min.

Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.

	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total
	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Soufle de frango	R\$ 1,85	80	R\$ 148,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Vou au vent de caponato de beringela	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Salmão e cream cheese	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Provologue com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Chese cake frutas vermelhas	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Tomate seco e rucula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Califórnia	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Escondidinho de carne	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
Mekin	Sopa de Agnoline	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Sufle de frango	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
	Folhado de ricota com espinafre	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Folhado de chocolate	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Morango	R\$10,00	2kg	R\$ 20,00

	Manga	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Maça	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
Frutas Sazonais	Mamão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melancia	R\$2,00	5kg	R\$ 10,00
	Goiaba	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Uvas diversas	R\$5,00	4kg	R\$ 20,00
	Água sem gás	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00
Bebidas	Água com gás	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupa	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 50,00	04	R\$ 200,00
	Valor máximo da proposta			R\$ 4.775,00

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO JUIZ DE DIREITO DIREITO DR. ELTON VITOR ZUQUELO E AO SENHOR DORNELI LUIS SERENA

Dia 19 de maio de 2016, a partir das 21h30min.

Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.

	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total
	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Soufle de frango	R\$ 1,85	80	R\$ 148,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Vou au vent de caponato de beringela	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Salmão e cream cheese	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Provologne com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Chese cake frutas vermelhas	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Tomate seco e rucula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	California	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Escondidinho de carne	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
Mekin	Sopa de Agnoline	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Sufle de frango	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
	Folhado de ricota com espinafre	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Folhado de chocolate	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Morango	R\$10,00	2kg	R\$ 20,00
	Manga	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Maça	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
Frutas Sazonais	Mamão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00

	Melancia	R\$2,00	5kg	R\$ 10,00
	Goiaba	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Uvas diversas	R\$5,00	4kg	R\$ 20,00
	Água sem gás	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00
Bebidas	Água com gás	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupa	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 50,00	04	R\$ 200,00
	Valor máximo da proposta			R\$ 4.775,00

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO SENHOR MOACIR CURI MENEGUZZI

Dia 23 de junho de 2016, a partir das 21h30min.

Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.

	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total
	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Soufle de frango	R\$ 1,85	80	R\$ 148,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Vou au vent de caponato de beringela	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Salmão e cream cheese	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Provologne com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Chese cake frutas vermelhas	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Tomate seco e rucula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	California	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Escondidinho de carne	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
Mekin	Sopa de Agnoline	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Sufle de frango	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
	Folhado de ricota com espinafre	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Folhado de chocolate	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Morango	R\$10,00	2kg	R\$ 20,00
	Manga	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Maça	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
Frutas Sazonais	Mamão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melancia	R\$2,00	5kg	R\$ 10,00
	Goiaba	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Uvas diversas	R\$5,00	4kg	R\$ 20,00
	Água sem gás	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00

Bebidas	Água com gás	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupa	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 50,00	04	R\$ 200,00
	Valor máximo da proposta			R\$ 4.775,00

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDA DE MÉRITO À ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC

Dia 11 de agosto de 2016, a partir das 21h30min.

Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.

	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total
	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Soufle de frango	R\$ 1,85	80	R\$ 148,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Vou au vent de caponato de beringela	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Salmão e cream cheese	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Provologne com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Chese cake frutas vermelhas	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Tomate seco e rucula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Califórnia	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Escondidinho de carne	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
Mekin	Sopa de Agnoline	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Sufle de frango	R\$ 5,00	25	R\$ 125,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
	Folhado de ricota com espinafre	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Folhado de chocolate	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Morango	R\$10,00	2kg	R\$ 20,00
	Manga	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Maça	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
Frutas Sazonais	Mamão	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Melancia	R\$2,00	5kg	R\$ 10,00
	Goiaba	R\$5,00	2kg	R\$ 10,00
	Uvas diversas	R\$5,00	4kg	R\$ 20,00
	Água sem gás	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00
Bebidas	Água com gás	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupa	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 50,00	04	R\$ 200,00

Valor máximo da proposta

R\$ 4.775,00

ANEXO II – CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)
PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

Local e data

À Comissão Permanente de Licitação

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

Pela presente, fica credenciado o Sr(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, identidade nº _____, expedida por _____, junto à Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, para representar esta Empresa (razão social) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ na licitação acima referida, a quem se outorga os poderes para rubricar propostas das demais licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, dar lances, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento licitatório em referência.

LICITANTE

(nome da empresa com assinatura do seu(s) representante(s) legal (is)
 (com firma reconhecida)

Prezado Licitante,

A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no item 2.6 do Instrumento Convocatório, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social ou Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que tiver assinado a credencial.

Juntamente com a carta de credenciamento, entregar à CPL a cópia simples da cédula de identidade do representante designado. (ver item 2.3 do Instrumento Convocatório).

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (modelo)

Utilizar preferencialmente papel timbrado

À Comissão Permanente de Licitação

Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC

Ref.: Pregão Presencial nº 02/2016

Pela presente proposta de preços, _____ (razão social da proponente), inscrita no CNPJ sob o nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, ciente e de acordo com todas as especificações e condições do Edital e seus Anexos relativos ao Pregão em referência, vem, por intermédio do seu representante legal ao final assinado, propor os seguintes preços para fornecimento dos objetos abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
1	FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDA DE MÉRITO AOS DOUTORES ALTINO LEMOS DE FARIAS, MARLEI LUIZ PERDONCINI e MARCOS ANTONIO MACHADO DE FARIAS – Dia 31 de março de 2016, a partir das 21h30min. Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.	
2	FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO DEPUTADO FEDERAL JORJINHO MELO - Dia 29 de abril de 2016, a partir das 21h30min. Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.	
3	FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO JUIZ DE DIREITO DIREITO DR. ELTON VITOR ZUQUELO E AO SENHOR DORNELI LUIS SERENA - Dia 19 de maio de 2016, a partir das 21h30min. Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.	
4	FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO SENHOR MOACIR CURI MENEGUZZI - Dia 23 de junho de 2016, a partir das 21h30min. Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.	
5	FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDA DE MÉRITO À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL-LEINDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC. Dia 11 de agosto de 2016, a partir das 21h30min. Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA		

1) Valor total da proposta: R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO).

2) Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3) Nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação, incluindo todos os custos, impostos, taxas e contribuições, transporte, despesas administrativas e lucros, e demais insumos necessários à sua composição, além de seguros, fretes, deslocamentos de pessoal e de bens, se for o caso, e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, assim como quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente nesta contratação.

4) Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____;
 b) CNPJ (MF) nº: _____;
 c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;
 d) CPF: _____ RG: _____ - _____;
 e) Inscrição Estadual nº: _____;
 f) Endereço: _____;
 g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;
 h) CEP: _____; e
 i) Cidade: _____ Estado: _____;
 j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;
 k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____;

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitiba (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador Márcio Damiani Poletto de Souza, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE E A EMPRESA _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____ (UF), CEP _____, fone _____ - _____, fax _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição municipal nº _____, neste ato é representada por _____, cargo/função _____, portador do RG nº _____ expedida pela _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____ (UF), doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 02/2016, do tipo Menor Preço Global, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de coquetéis, a serem servidos nos eventos solenes de entrega de Título de Cidadão Curitibanense e Comendas de Mérito que realizar-se-ão nesta Casa Legislativa no ano de 2016, conforme organograma, especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo I - Termo de Referência - do Edital de Pregão Presencial 02/2016, e autorização de fornecimento em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os objetos e serviços contratados deverão ser entregues na sede da Contratante, nas datas e horários especificados no Anexo I - Termo de Referência - do Edital de Pregão Presencial 02/2016, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 02/2016, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ _____ (extenso), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: xxxxxx, Ag. xxxxxxxx, Conta nº: xxxxxxxxxx.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 02/2016 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lotes _____ do anexo I do Edital de Pregão nº 02/2016, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Secretaria do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.30.15.00.00.00 – Material para Festividades e Homenagens

3.3.90.39.23.00.00.00 – Festividades e homenagens

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 02/2016

- Proposta de Preços da CONTRATADA

- Demais documentos do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

Curitiba/SC, ____ de _____ de 2016.

MARCIO DAMIANI POLETTI DE SOUZA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

Curitiba, XX/XX/XXXX.

Rafael Gobbi

Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5518/2016 ALTERA O ORÇAMENTO NA SECRETARIA DE OBRAS URBANA

DECRETO Nº 5518/2016

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 11 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Secretaria Municipal de Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Secretaria Municipal de Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Secretaria Municipal de Serviços e Desenvolvimento Urbano

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), destinado a onerar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do orçamento em execução, a saber:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02 – SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2033 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria Mun. De Serviços e Desenv. Urbano

(115) 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 5º Para o atendimento parcial do crédito ora permitido neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02 – SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2033 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria Mun. De Serviços e Desenv. Urbano

(114) 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5519/2016 - ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO SUPERAVIT SECRETARIA DE SAÚDE

DECRETO Nº. 5519/2016.

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 63.500,00 (SESSENTA E TRES MIL E QUINHENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 12 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 63.500,00 (Sessenta e três mil e quinhentos reais), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 63.500,00 (Sessenta e três mil e quinhentos reais), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no

Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 63.500,00 (Sessenta e três mil e quinhentos reais), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 63.500,00 (Sessenta e três mil e quinhentos reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062 – Admin. Geral dos Bens e Serv. de Assistência Médica e Sanitária

3.3.90.00.00.00.0.3.00113 – Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

3.3.90.00.00.00.0.3.00149 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.0.3.00055 – Aplicações Diretas R\$ 24.500,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
65-2	CEF	113	RECURSOS VINC. UNIÃO – SUS – VIGIL. SANITARIA	223,94
66-0	CEF	113	RECURSOS VINC. UNIÃO – SUS – VIGIL. SANITARIA	30.776,06
124.194-X	BANCO DO BRASIL	149	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS – CEO ESTADO	8.000,00
71-7	CEF	55	RECURSOS VINC. UNIÃO – SUS – CEO	24.500,00
TOTAL				63.500,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

FLAVIO BERTÉ

Prefeito em Exercício

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5520/2016 - DESMEMBRAMENTO

DECRETO Nº 5520/2016

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 312 DA GLEBA A, COM ÁREA DE 46.062,40 M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 312 da Gleba A, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 16.190, de propriedade de Junior Indústria e Comércio de Plásticos LTDA.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 312 da Gleba A, nesta cidade, com área de 45.062,40m2 (quarenta e cinco mil e sessenta e dois metros com quarenta centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 312 (trezentos e doze) da Gleba A, com área de 3.067,90m2 (trez mil e sessenta e sete metros com noventa centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NODESTE: com a Rua Estudante Marcos Moreira, medindo 127,95 metros;

SUDESTE: Com o Lote Urbano nº 312-C, medindo 59,77 metros.

SUDOESTE: Com os Lotes Rurais nº 303-F, 303-D e 303, medindo respectivamente 111,97 metros.

b) Lote Urbano nº. 312-A (trezentos e doze - A) da Gleba A, com área de 17.292,74m2 (dezesete mil, duzentos e noventa e dois metros com setenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a Rua Estudante Marcos Moreira, medindo 52,24 metros;

SUL: Com o Lote Rural nº 304, medindo 20,85 metros;

LESTE: Com a BR-163 e com o Lote Rural nº 304, medindo 67,52 metros;

SUDESTE: Com o Lote Rural nº 304, medindo respectivamente 40,94 metros, 45,00 metros e 54,76 metros;

SUDOESTE: Com o Lote Rural nº 304, medindo 80,63 metros.

NOROESTE: Com o Lote Urbano nº 312-B, medindo 123,65 metros e com o Lote Urbano nº 312-C, medindo 5,00 metros.

c) Lote Urbano nº. 312-B (trezentos e doze - B) da Gleba A, com área de 11.888,36m2 (onze mil, oitocentos e oitenta e oito metros com trinta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Angelo e Amélia Bortoli, medindo 97,00 metros;

NOROESTE: Com o Lote Urbano nº 312-C, medindo 139,45 metros;

SUDOESTE: Com o Lote Urbano nº 312-C, medindo 85,65 metros;

LESTE: Com a Rua Cabo João Loureiro, medindo 30,00 metros e com o Lote Urbano nº 312-A, medindo 123,66 metros.

c) Lote Urbano nº. 312-C (trezentos e doze - C) da Gleba A, com área de 13.813,40m2 (treze mil, oitocentos e treze metros com quarenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Angelo e Amélia Bortoli, medindo 15,28 metros;

SUDESTE: Com o Lote Urbano nº 312-B, medindo 139,45 metros, com o Lote Urbano nº 312-A, medindo 5,00 metros e com o Lote Rural nº 304, medindo 17,99 metros e 21,37 metros;

SUL: Com o Lote Rural nº 304, medindo 42,73 metros;

OESTE: Com o Lote Rural nº 303-F, medindo 33,41 metros;

SUDOESTE: Com os Lote Rural nº 303-E, medindo 107,16 metros, e com o Lote Rural nº 303-F, medindo 35,34 metros;

NORDESTE: Com a Rua Estudante Marcos Moreira, medindo 51,97 metros;

NOROESTE: Com o Lote Urbano nº 312, medindo 59,77 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos

proprietários.

Art. 4.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5521/2016 - DESMEMBRAMENTO

DECRETO Nº 5521/2016

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 215-B DA GLEBA A, COM ÁREA DE 25.125,40 M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 215-B da Gleba A, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 12.028, de propriedade de José Desio Chassot.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 215-b da Gleba A, nesta cidade, com área de 25.125,40m2 (vinte e cinco mil, cento e vinte e cinco metros com quarenta centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 215-B (duzentos e quinze - B) da Gleba A, com área de 24.532,40m2 (vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e dois metros com quarenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua José Maria de Lima, medindo 111,71 metros, com o Lote Urbano nº 215-B.1, medindo 29,36 metros e com o Lote Urbano nº 266, medindo 59,86 metros;

SUL: Com a Estrada Municipal, medindo 219,31 metros.

LESTE: Com os Lotes Urbanos nº 265, 266 e 215-B.1, medindo respectivamente 28,75 metros, 48,29 metros e 17,62 metros e com a Estrada Municipal, medindo 17,62 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 207, medindo 176,90 metros.

b) Lote Urbano nº. 215-B.1 (duzentos e quinze – B.um) da Gleba A, com área de 593,00m2 (quinhentos e noventa e três metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 266, medindo 27,43 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 215-B, medindo 29,36 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal, medindo 19,13 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 215-B, medindo 25,33 metros;

Art. 3.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Flor do Sertão

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 024/2016

CONTRATO nº. 024/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa Física DELMINA SOBIESKI SACARDO, inscrita no CPF sob o nº. 637.411.999-15 e cédula de identidade sob o nº. 2.168.647, residente na Avenida Flor do Sertão, na cidade de Flor do Sertão – SC, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato decorre do credenciamento nº. 07/2015 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 4.992,00 Consideram-se o valor do contrato e os custos da atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A vigência do contrato é ate 31 de dezembro de 2016, contados da data de assinatura do contrato que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até 31/12/2019, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

- O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

- A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

- O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

- No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los.

Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

- No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2015:

082430019.2.030000 – Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculo - SCFV

3.3.90.36.99.00.00.00 – Pessoa Física

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

- Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.

- Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;

- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.

- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.

- Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

- Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

- Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

- Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular da Secretaria Municipal de Cultura e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Funcionária Sirlane Maria Palinski.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a garantia da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

- Multas;
- Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;
- Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, pelo período de até (02) dois anos.
- Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;
- A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.
- O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:
- Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;
- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato ;
- Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por

inexecução do contrato;

- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicial;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos. Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Flor do Sertão - SC ao 01 dia do mês de março de 2016.

ROGÉRIO PERIN	DELMINA SOBIESKI SACARDO
CPF: 024.900.719-39	CPF: 637.411.999-15
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE DA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM
CPF: 015.634.579-03	CPF:010.389.549-32

TERMO ADITIVO Nº. 01/2016 - CLEVIO OSVALDO PEREIRA

TERMO ADITIVO Nº. 001/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 033/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. Nestor Storch, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 552.299.809-15 e portador da Cédula de Identidade nº 185.609-3 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado CLEVIO OSVALDO PEREIRA, Inscrição no CPF sob o nº 078.025.319-18, e portador da Cédula de Identidade nº 4.270.189, residido na Rua Terezinha Cervieri, na cidade de Flor do Sertão – SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Segundo Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado até 30 de Abril de 2016, que tem por objeto ALUGUEL DE IMÓVEL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS, conforme Processo Licitatório nº. 164/2014 na modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 159/2014, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	02	MÊS	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL	725,69	1.451,38

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de março de 2016 até dia 30 de abril de 2016. E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de março de 2016.

ROGÉRIO PERIN	CLEVIO OSVALDO PEREIRA
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 134/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 134/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 47/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis de escritório para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 31/08/2016

3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 137/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 137/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 48/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços na elaboração de projetos complementares para edificações públicas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/09/2016

3ª Publicação

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 05/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 05/PMF/2016

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 05/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO A SELEÇÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS PARA SEREM INSTALADOS EM UMA ÁREA DE TERRA CORRESPONDENTE AO LOTE Nº 02 DO NÚCLEO INDUSTRIAL II, DO BAIRRO SANTA LÍBERA, LOCALIZADO NA RUA 126, COM ÁREA TOTAL DE 46.354,16M² (QUARENTA E SEIS MIL TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO METROS E DEZESSEIS CENTÍMETROS QUADRADOS), DEVIDAMENTE MATRICULADO SOB Nº 5.950 DO REGISTRO DE

IMÓVEIS DA COMARCA DE FORQUILHA, MUNICÍPIO DE FORQUILHA, ATRAVÉS DE DOAÇÃO COM ENCARGOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 2.135, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015, E DA LEI Nº 2.149, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às nove horas do dia três do mês de março de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 05/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que a empresa SIDERURGICA CATARINENSE LTDA. protocolou temporariamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura do envelope n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o participante da empresa Sr. Almiro Cechinel Filho. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, a mesma foi habilitada para a próxima fase – da Proposta Técnica (envelope 02). A empresa participante renunciou expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto os envelopes nº. 02 da Proposta Técnica, seu teor foi rubricado pelo participante e comissão de licitação e será encaminhado para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico para análise estabelecendo o cumprimento das condições previstas no Edital e em seus anexos. Posteriormente o referido conselho encaminhará o resultado da análise para a Comissão de Licitação a fim de dar continuidade aos trâmites desde processo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 03 de março de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA FRITZEN

Membro da Comissão

SIDERURGICA CATARINENSE LTDA

Almiro Cechinel Filho

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 35/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches (sanduíches e sucos) para atendimento aos atletas municipais em participação de campeonatos estaduais e regionais sediados em outros municípios, por meio da Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC,

durante o exercício corrente.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de março de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 03 de março de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº 045, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 045, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO, A NOMEAÇÃO POR CONCURSO, DE JOSELI ELISABETE KRUTLI PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº 749 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 022, de 03 de fevereiro de 2016, nomeou por concurso, Joseli Elisabete Krutli para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Educação;

CONSIDERANDO que Joseli Elisabete Krutli foi comunicada, em 10 de fevereiro de 2016, que seu ato de nomeação foi publicado e que teria prazo de 15 dias para apresentar a documentação para a posse;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 15 da Lei Municipal Nº 487, de 02 de dezembro de 1998, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dispõe que se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito;

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Educação de JOSELI ELISABETE KRUTLI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 046, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 046, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO, A NOMEAÇÃO POR CONCURSO, DE LILIAN MICHELS MANFREDINI PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº 749 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 024, de 03 de fevereiro de 2016, nomeou por concurso, Lilian Michels Manfredini para exercer o cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO que Lilian Michels Manfredini foi comunicada, em 10 de fevereiro de 2016, que seu ato de nomeação foi publicado e que teria prazo de 15 dias para apresentar a documentação para a posse;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 15 da Lei Municipal Nº 487, de 02 de dezembro de 1998, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dispõe que se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito;

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental de LILIAN MICHELS MANFREDINI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 047, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 047, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA, POR CONCURSO, MARILDA MACHADO ANASTACIO, PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Auxiliar de Educação;

CONSIDERANDO que JOSELI ELISABETE KRUTLI, nomeada pelo Decreto nº 022, de 03 de fevereiro de 2016, para exercer o cargo de Auxiliar de Educação, classificada em 88º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, não apresentou a documentação para a posse no prazo determinado;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, MARILDA MACHADO

ANASTACIO para exercer o cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO, classificada em 91º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º. A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de março 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 048, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 048, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA, POR CONCURSO, VALDIRA DE OLIVEIRA MENDONCA, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Professor de Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO que LILIAN MICHELS MANFREDINI, nomeada pelo Decreto nº 024, de 03 de fevereiro de 2016, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental, classificada em 11º lugar, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, não apresentou a documentação para posse no prazo determinado;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, por concurso, VALDIRA DE OLIVEIRA MENDONCA para exercer o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, classificada em 14º lugar, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º. A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos

no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de março 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 049, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 049, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO À ESTUDANTES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, I, II E XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado o disposto na Lei Municipal nº. 785, de 18 de agosto de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES:

I - Sonia Regina Silveira Gonçalves e Thalita Campanhoni Colonetti, representantes da Secretaria de Educação;

II - Janete Scoss e Miriela Peruchi Guidarini, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Leonardo Teixeira e Edilane Borges de Souza representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Anderson Luiz Wernke, Valéria de Bona Tiscoski, Joelson Monteiro e Felipe Dordet, representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

V - Rafael Tavares Colombo, Bruno Martins Beretta, Marina Elias Guidi, Cristian Macedo Ronconi, Janaina Fernandes Rodrigues de Lima e Tayná Garcia Elíbio representantes dos alunos;

VI - Ricardo Michels Zanellato e André Zanoni, representantes do Poder Legislativo.

Parágrafo único. O mandato, a ser cumprido pelos membros ora nomeados, será de 01(um) ano.

Art. 2º O trabalho realizado pelos membros da comissão é considerado de relevante valor social, sem ônus para o erário público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 050, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº. 050, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, SOB A FORMA DE BOLSA DE ESTUDOS, AOS ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinada com as Leis Municipais nº. 1.857, de 08 de maio de 2013 e 1.942, de 24 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida assistência financeira mensal, para o exercício de 2016, totalizando 10 (dez) parcelas, sob a forma de bolsa de estudos aos estudantes de Cursos Técnicos, nos valores abaixo relacionados:

SATC – Associação Beneficente da Ind. Carbonífera de SC

Nome	Curso	Cód.	Fa-se	Mensalidade (R\$)	Valor da Bolsa (R\$)
ANA CLAUDIA BLASIS DE OLIVEIRA	TÉCNICO EM MECÂNICA	44826	3ª	526,00	420,80
BRUNO COLOMBO RITTER	TÉCNICO EM MECÂNICA	45535	3ª	526,00	420,80
CRISTIANO PACHECO DA SILVA	TÉCNICO EM MECÂNICA	45508	3ª	526,00	420,80
DANIEL DE SÁ OURIQUES	TÉCNICO EM MECÂNICA	45475	3ª	526,00	420,80
DIEGO MINATTO	TÉCNICO EM MECÂNICA	45035	3ª	526,00	420,80
DOUGLAS FRANCISCO ALVES	TÉCNICO EM MECÂNICA	45538	3ª	526,00	420,80
DOUGLAS MINATTO	TÉCNICO EM MECÂNICA	45036	3ª	526,00	420,80
FELIPE DIAS DE SOUZA	TÉCNICO EM MECÂNICA	45474	3ª	526,00	420,80
FERNANDO DA SILVEIRA MÔRO	TÉCNICO EM MECÂNICA	45533	3ª	526,00	420,80
GUSTAVO SILVA DE ARAUJO	TÉCNICO EM MECÂNICA	33736	3ª	526,00	420,80
JADSON DA SILVA	TÉCNICO EM MECÂNICA	40767	3ª	526,00	420,80
JEFFERSON RABELLO CAMPOS	TÉCNICO EM MECÂNICA	45468	3ª	526,00	420,80
LUCINEI SCHEIDT	TÉCNICO EM MECÂNICA	45539	3ª	526,00	420,80
LUIZ CARLOS DA SILVA	TÉCNICO EM MECÂNICA	45547	3ª	526,00	420,80
SALESIO ANTONIO CARDOSO	TÉCNICO EM MECÂNICA	45541	3ª	526,00	420,80
EVERTON DELFINO TORRES	TÉCNICO ELETROMECHANICA	45756	2ª	526,00	263,00
HEINRICH JOHAN MICHELS	TÉCNICO ELETROMECHANICA	42283	2ª	526,00	263,00
MATHEUS MERENCIO ANTONIO	TÉCNICO ELETROMECHANICA	45754	2ª	526,00	263,00
MATHEUS NIEHUES	TÉCNICO ELETROMECHANICA	45758	2ª	526,00	263,00
TOTAL					7.364,00

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhina/SC, 01 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de março de 2016.

ADEMIR BRANDILEI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 36/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 36/PMF/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo ao chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar no município de Forquilhina/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009.

Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilhina sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilhina/SC, até o dia 21/03/2016 às 08:45 horas.

Editais completos com especificações e quantitativos dos itens e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilhina, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilhina.sc.gov.br ou <http://www.forquilhina.sc.gov.br/>

Forquilhina/SC, 03 de março de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007A_2016-SF

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0007A/2016 – SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Pregão Presencial nº 0007A/2016 – PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para a reforma na parte de suspensão, freios e caixa do Caminhão IVECO – Frota 235 com substituição de peças e mão de obra. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Retificação: Fica alterado o item 5.1.2 letras “f” e “g” do Edital, incluindo-se o item 1.2 “DO OBJETO” do Edital. Desta forma, como tal alteração implicará na formulação das propostas, a data de abertura do presente Certame passa a ser: A ENTREGA, PROTOCOLO dos envelopes de “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO” bem como o CREDENCIAMENTO, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 09:15 horas do dia 23 de março de 2016, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 03 de março de 2016.

Eloi Regalin – Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004_2016 RP 0004-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0004/2016 – FMS

Registro de Preços Nº 0004/2016 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de consumo e materiais específicos para realização de exames laboratoriais, para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde. Validade da Ata de Registro de Preços: março a julho de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 17.03.2016. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de março de 2016.

Nilce Pinz – Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019_2016-PMF RP 0011

Aviso do Pregão Presencial nº 0019/2016– PMF

Registro de Preços Nº 0011/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene, de limpeza, de copa e cozinha, e outros, para uso nos Centros Municipais de Educação e na Secretaria Municipal de Educação, com entregas parceladas durante o período de março de 2016 a junho de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: março de 2016 junho de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 17.03.2016. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de março de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

PORTARIA Nº 0505/2016

PORTARIA Nº 0505, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 040.250.139-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT16FME02

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº..... : TA.AT16FME02 - Contrato Nº: AT15FME15

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME.

Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente

TA.AT16FME03

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME03 - Contrato Nº: AT15FME16

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 30/11/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente

TA.AT16FMS05**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº.....: TA.AT16FMS05 - Contrato Nº: AT15FMS37
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME.
Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA.AT16FMS06**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16FMS06 - Contrato Nº: AT15FMS38
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 30/11/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA.AT16FMS07**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16FMS07 - Contrato Nº: AT15FMS31
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA
Valor : 408,00 (quatrocentos e oito reais)
Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2016. FICA TAMBÉM ADITIVADO UM ACRÉSCIMO DE 25% NOS ITENS 1 E 2 DE ACORDO COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA.AT16SF03**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF03 - Contrato Nº: AT15SF10
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada...: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA
Valor : 2.837,25 (dois mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos).
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM

CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 03.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016
ELOI REGALIN - Presidente

TA.AT16SF04**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº.....: TA.AT16SF04 - Contrato Nº: AT15SF31
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME.
Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016
ELOI REGALIN - Presidente

TA.AT16SF05**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF05 - Contrato Nº: AT15SF33
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 30/11/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016
ELOI REGALIN - Presidente

TA.AT16SF06**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF06 - Contrato Nº: AT15SF18
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada...: KIFERRO COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA
Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 29/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 29 DE JUNHO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Março de 2016
ELOI REGALIN - Presidente

Frei Rogério

PREFEITURA

EXTRATO PORTARIAS JANEIRO 2016

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JANEIRO DE 2016

Número	Assunto	Resumo	Data
001/2016	Licença Prêmio	Conceder Licença Prêmio no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, ao servidor PAULO CORDEIRO DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 2010 a 2015.	04/01/2016
002/2016	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	04/01/2016
003/2016	Enquadra Servidores	Reintegrar a Senhora LIDIANE ALVES FRANÇA SHINODA, no cargo de Assistente social, em cumprimento com a decisão judicial.	07/01/2016
004/2016	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO nomeada através da Portaria 016/2015, para exercer o cargo de Assistente Social.	07/01/2016
005/2016	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia a Comissão de Avaliação dos Veículos de Transporte Escolar do Município de Frei Rogério.	08/01/2016
006/2016	Exonerar	Exonera a partir do dia 10/01/2016 a senhora ILZA SALETI DE PAULA, do Cargo de Conselheira Tutelar por final de mandato.	11/01/2016
007/2016	Nomear Funcionário	Nomeia SANDRA MARISA DE ANDRADE FONSECA, para ocupar o cargo eletivo de Conselheira Tutelar de acordo com o previsto na Lei Municipal nº725/2013 de janeiro de 2013 e projeto de lei nº840/2015 de 07 de abril de 2015.	11/01/2016
008/2016	Nomear Funcionário	Nomeia PAULO ETEVALDO FERREIRA, para ocupar o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar de acordo com o previsto na Lei Municipal nº725/2013 de janeiro de 2013 e projeto de lei nº840/2015 de 07 de abril de 2015.	11/01/2016
009/2016	Nomear Funcionário	Nomeia LORINETE DE FATIMA BANDEIRA DE LIMA, para ocupar o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar de acordo com o previsto na Lei Municipal nº725/2013 de janeiro de 2013 e projeto de lei nº840/2015 de 07 de abril de 2015.	11/01/2016
010/2016	Nomear Funcionário	Nomeia FATIMA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA ANTUNES, para ocupar o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar de acordo com o previsto na Lei Municipal nº725/2013 de janeiro de 2013 e projeto de lei nº840/2015 de 07 de abril de 2015.	11/01/2016
011/2016	Nomear Funcionário	Nomeia ADRIANA DE ALMEIDA, para ocupar o cargo eletivo de Conselheira Tutelar de acordo com o previsto na Lei Municipal nº725/2013 de janeiro de 2013 e projeto de lei nº840/2015 de 07 de abril de 2015.	11/01/2016
012/2016	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora SANDRA MARISA DE ANDRADE FONSECA, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias	11/01/2016
013/2016	Indicar	Fica indicada a servidora municipal ANA PAULA CORREIA FERNANDES, matrícula nº930 Médica Clínico Geral ESF - CRM/SC 20914 como Diretora Técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.	12/01/2016
014/2016	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia a Comissão Permanente de Licitação.	12/01/2016
015/2016	Nomear Funcionário	Nomeia o Pregoeiro Oficial a Equipe de Apoio e Suplente, conforme composição abaixo com as prerrogativas inerentes à função.	12/01/2016
016/2016	Exonerar	Exonerar a Senhora LIDIANE ALVES FRANÇA SHINODA, do cargo de Assistente Social, em conformidade com a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (agravo de instrumento nº 2015.083704-9) que suspende e torna sem efeito a decisão liminar que determinou sua reintegração ao cargo.	12/01/2016
017/2016	Contrato de Trabalho	Contratar a Sra. ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para prestação de serviços junto a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.	13/01/2016
018/2016	Exonerar	Exonera o senhor VALMOR PALHANO, ocupante do cargo de Motorista desde 02/04/2012 nomeado através da portaria 048/2012, conforme requerimento protocolado sob o nº 023/2016.	20/01/2016
019/2016	Nomear Funcionário	Nomeia LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	25/01/2016
020/2016	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de ANDREIA RIBEIRO ROSSI nomeada através da Portaria 120/2015, para exercer o cargo de Professora, conforme requerimento.	18/01/2016
021/2016	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento dos servidores relacionados à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	26/01/2016

Frei Rogério, 03 de março de 2016.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Analista de Recursos Humanos

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 028/2016

DECRETO N.º 028, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a importância da área de Atenção Básica enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando que existem serviços de atenção básica e especializados provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, que a Estratégia da Saúde da Família (ESF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) têm por objetivo oferecer atendimento à população, realizar o trabalho preventivo, de promoção à saúde e quando necessário o trabalho curativo.

Considerando a necessidade de contratação, também para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença de tratamento de saúde, licença maternidade entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX – Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com fulcro, em especial, no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Complementar nº. 1.000/2005 e da Lei nº 993/2005, TORNA PÚBLICO a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado, para admissão de pessoal em caráter temporário (ACT) no quadro de pessoal do Município de Garopaba, de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus anexos;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2016, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/03/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 029/2016

DECRETO N.º 029, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

ALTERA O DECRETO N.º 119 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUE "Designa membros para formarem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba e dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, e Lei Municipal n.º 1.282, de 20 de fevereiro de 2009 e alteração,

DECRETA,

Art. 1º. O inciso VII, artigo 1º, do Decreto n.º 119, de 14 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

VII - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Vanair Alexandre Conceição Gonçalves

Suplente: Juliano de Freitas Batista

Titular: Eliane de Souza Silva

Suplente: José da Silva

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/03/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

ERRATA Nº 2: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

ERRATA N.º 2: Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2016

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2016.

No item 1. DO CRONOGRAMA, onde se lê:

Item	Atividade	Período
1.	Período de inscrições por meio de formulário disponibilizado presencialmente e na rede mundial de computadores (art. 10, §3º, da LCm nº 1000/2015).	01/03/2016 a 15/03/2016 até as 13h00min
2.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem vaga para deficiente.	15/03/2016
3.	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas.	17/03/2016
4.	Prazo para recursos contra inscrições indeferidas	18/03/2016 a 21/03/2016 até as 13h00min
5.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	23/03/2016
6.	Divulgação do Local, data e horário da Entrevista dos candidatos	23/03/2016
7.	Realização da entrevista e avaliação dos candidatos	28/03/2016 a 29/03/2016
8.	Divulgação da classificação preliminar	31/03/2016
9.	Recurso contra a classificação preliminar	01/04/2016 a 04/04/2016 até as 13h00min
10.	Classificação final	07/04/2016
11.	Homologação	Após 07/04/2016

Leiam-se:

Item	Atividade	Período
1.	Período de inscrições por meio de formulário disponibilizado presencialmente e na rede mundial de computadores (art. 10, §3º, da LCm nº 1000/2015).	04/03/2016 a 18/03/2016 até as 13h00min
2.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem vaga para deficiente.	18/03/2016
3.	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas.	23/03/2016
4.	Prazo para recursos contra inscrições indeferidas	24/03/2016 a 28/03/2016 até as 13h00min
5.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	31/03/2016
6.	Divulgação do Local, data e horário da Entrevista dos candidatos	31/03/2016
7.	Realização da entrevista e avaliação dos candidatos	01/04/2016 a 04/04/2016
8.	Divulgação da classificação preliminar	05/04/2016
9.	Recurso contra a classificação preliminar	06/04/2016 a 07/04/2016 até as 13h00min
10.	Classificação final	12/04/2016
11.	Homologação	Após 12/04/2016

No item 3. DAS INSCRIÇÕES, no subitem 3.7.1, onde se lê:

As inscrições serão recebidas de 01/03/2016 à 15/03/2016, das 08h às 13h, na Policlínica Municipal, situada na Rua Antônio José Botelho, 167 – Centro, Garopaba, Fone: (48)3254-8102, devendo o servidor responsável, proceder o devido protocolo e autenticação do formulário de inscrição Anexo.

Leiam-se:

As inscrições serão recebidas de 04/03/2016 à 18/03/2016, das 08h às 13h, na Policlínica Municipal, situada na Rua Antônio José Botelho, 167 – Centro, Garopaba, Fone: (48)3254-8102, devendo o servidor responsável, proceder o devido protocolo e autenticação do formulário de inscrição Anexo.

No subitem 3.7.2, incluam - se:

MÉDICO - ESF	<ul style="list-style-type: none"> - Carteira de Identidade (RG); - Cadastro de Pessoa Física (CPF); - Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário; - Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; - Diploma conforme formação exigida para o cargo; - Tempo de serviço comprovado (caso possua).
--------------	--

No item 5. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS, no subitem 5.1, onde se lê:

Cargo	Requisitos mínimos/Atribuições	Carga Horária Semanal	Remuneração	Nº Vagas
*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF ÁREA 02 (AREIAS DE MACACU) M.A. 01, 04 e 05 ÁREA 03 (AMBRÓSIO) M.A. 04, 05, 06 ÁREA 05 (CAMPO D'UMA) M.A. 04 ÁREA 06 (ENCANTADA) M.A. 03 ÁREA 07 (CAMPO D'UMA II) M.A. 05 e 06	<p>Habilitação profissional: Ensino fundamental completo (1º grau) e residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data de publicação do edital de processo seletivo, com vagas para o cargo.</p> <p>Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico (mediante necessidade familiar); realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	R\$ 1.125,23	01 vaga para cada micro-área disponível.

Incluam – se e Leiam-se:

Cargo	Requisitos mínimos/Atribuições	Carga Horária Semanal	Remuneração	Nº Vagas
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF ÁREA 01 (CENTRO) M.A. 07 ÁREA 02 (AREIAS DE MACACU) M.A. 01, 03, 04 e 05 ÁREA 03 (AMBRÓSIO) M.A. 01, 04, 05, 06 ÁREA 04 (AREIAS DE PALHOCHINA) M.A. 01 ÁREA 05 (CAMPO D'UNA) M.A. 04 ÁREA 06 (ENCANTADA) M.A. 01, 03, 05 ÁREA 07 (CAMPO D'UNA II) M.A. 05 e 06	<p>Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar.</p> <p>Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico (mediante necessidade familiar); realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	R\$ 1.125,23	01 vaga para cada micro-área disponível ou para entrar assim que abrir a vaga.

MÉDICO - ESF	Habilitação profissional: Graduação em Medicina e Registro no Conselho de Classe de Santa Catarina. Atribuições: Realizar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, solicitar exames laboratoriais e outros que se fazem necessários; encaminhar, quando necessário, ao atendimento de especialidades; preencher fichas médicas dos pacientes; executar outras tarefas semelhantes. Atender a população adstrita de acordo com as premissas da Estratégia de Saúde da Família participando ativamente das atividades da equipe e em grupos.	40 horas	R\$ 8.517,73	Cadas-tro de Reserva
--------------	--	----------	--------------	----------------------

No ANEXO I, incluam – se:

AVALIAÇÃO CARGO: MÉDICO ESF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 40 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 03 de março de 2016.

Honorato Timóteo Pacheco
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 04/03/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2016
PMG E FMS

Ata nº. 015/2016; Processo nº.003/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de Água e Gás, para atender as Secretárias Administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.; Data da Assinatura: 03/03/2016.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 16/2016

DECRETO Nº 16, DE 03 DE MARÇO DE 2016

ATRIBUI PODERES A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRANSACIONAR EM NOME DO MUNICÍPIO EM AÇÃO JUDICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea "f", inciso I, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o servidor municipal LAURO FELPE RAIZER, nomeado através da Portaria 400/2012, atribuído de poderes para transacionar em nome do Município de Garuva junto ao processo judicial 0300441-71.2015.8.24.0119, proposto pelo Município de Garuva, em desfavor de RD Trans Transportes Eireli, que se encontra tramitando junto à Vara Única da Comarca de Garuva;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 02/2016

DECRETO Nº 2/2016

Dispõe sobre Comissão de Licitação da Câmara de Garuva, exercício 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50 parágrafo 3º inciso VII do Regimento Interno desta Casa, decreta:

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores públicos para exercerem funções junto a Comissão de Licitação para o exercício de 2016, a ser composta da seguinte forma:

PRESIDENTE: ERNANDES MENDONÇA F- RBRINGER

MEMBRO: ADRIANA ISABEL FELÍCIO

MEMBRO: PAULA ROBERTA CONTE.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 01 de março de 2016.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.828, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.828, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 1253 Pavimentação de Ruas	
Despesa: 263 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE educação:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 1029 Construção Ampliação e Ref. da SEMED, Escolas, Quadras Esp., L	
Despesa: 246 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 11.310,70
Atividade: 2044 Transporte Escolar	
Despesas: 261 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 9.313,96

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Unidade: 23 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Função: 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	
SubFunção: 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Dotação: 230 3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 6.180,17

Art. 4º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na secretaria municipal de administração e finanças:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de administração e Finanças	
Atividade: 1017 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	
Despesa: 22 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 19.200,00

Art. 5º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 16 HABITAÇÃO	
SubFunção: 482 HABITAÇÃO URBANA	
Programa: 0023 Construção de unidades Habitacionais	
Atividade: 1103 Construção de Unidades Habitacionais e locação social	
Dotação: 262 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.042,40

Art. 6º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Função: 17 SANEAMENTO	
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Atividade: 1153 Aquisição de Veículos	
Dotação: 4 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 21.431,05

Art. 7º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 452 SERVIÇOS URBANOS	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. E Desenv.	
Atividade: 1115 Contratação de Projetos Técnicos	
Dotação: 206 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 52.947,55

Art. 8º Por conta da anulação do art. 5º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 452 SERVIÇOS URBANOS	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. E Desenv.	
Atividade: 1115 Contratação de Projetos Técnicos	
Dotação: 205 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 52.947,55

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº SAF-73/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº SAF-73/2014

Dispensa nº.: 141/2014. Objeto: Termo de Rescisão do Contrato de locação de bem imóvel destinado às instalações da Sala de Dança do Departamento de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação. Contratante: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). Contratada: DELTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (04.646.738/0001-81).

Gaspar/SC, 12 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-003/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-003/2016

Pregão nº: 194/2015. Prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses. Objeto: Aquisição do Software de Gestão Municipal da Saúde (SGMS), incluindo o fornecimento de licenças perpétuas de software, consultoria, implantação, instalação, treinamento, serviços de pós-implantação, manutenção, atualização, suporte e assessoria operacional para o Fundo Municipal de Saúde. Contratado: CONSULFARMA - INFORMATICA E ASSESSORIA EM SAUDE LTDA EPP (03.191.328/0001-20). Valor total R\$ 268.873,38 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos).

Gaspar/SC, 01 de fevereiro de 2016.

CLEONES HOSTINS

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-2/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-2/2016

Início da vigência: 27/01/2016 Vencimento: 26/01/2017. Tomada de preços nº.: 245/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: reforma e melhorias dos banheiros, cozinha e área externa da Escola Belchior. Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. (08.628.996/0001-96). Valor total: R\$ 197.272,92.

Gaspar/SC, 27 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-6/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-6/2016

Início da vigência: 25/02/2016. Vencido: 25/03/2016. Pregão nº: 41/2016. Objeto Contratação de empresa fornecedora de Alimentação Preparada (Café Breack e Almoço) para o IV Encontro da Família Rural Gasparense, com disponibilização de pessoal e materiais para prestação do serviço, a se realizar no dia 14 de março de 2016, nas dependências da Arena Multiuso, no Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina. Contratado: J & J COMERCIO DE MARMITAS LTDA ME (82.868.704/0001-45). Valor total: R\$ 22.950,00 (vinte e dois mil e novecentos e cinquenta reais).

Gaspar/SC, 25 de fevereiro de 2016.

SILVIO RANGEL FIGUEIREDO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF-95/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF-95/2014

Pregão nº: 193/2014. Objeto: Aditivo que acrescenta a Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social como partes Contratantes ao Contrato de prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, executados nas dependências da sede do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e do Centro de Esportes e Artes Unificado. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77).

Gaspar/SC, 03 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-21/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-21/2014

Início da vigência: 28/02/2016. Vencimento: 28/02/2017. Inexigibilidade nº.: 43/2014. Objeto: Prorrogação do contrato de prestação de serviços de postagem e envio de notificações/infrações de Trânsito - Termo de Adesão Contrato CIASC nº 00445-2010 - Contrato ECT nº 991223819. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT (34.028.316/0028-23).

Gaspar/SC, 16 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 001/2016 FIA

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2016-FIA

CONVENIENTES – O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA e APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar).

OBJETO – O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 8.133,39 (oito mil, cento e trinta e três reais e trinta e nove centavos) para o desenvolvimento do Projeto “Arte e suas Diversas Possibilidades”, conforme plano de trabalho aprovado pela Resolução nº. 02/2016 - CMDCA.

DESPESA – O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 8.133,39 (oito mil cento e trinta e três reais e trinta e nove centavos)

Programa: 0027 Gestão do Fundo da Infância e da Adolescência
Atividade: 1.100175 Criar e manter programa, projetos, serviços e ações com entidades.

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - a partir da publicação no DOM/SC, até 31/12/2016.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 02 de março de 2016 – Jorge Luis Dellarosa, pelo CMDCA, e Rogério Alves de Andrade pela Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar)

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 002/2016 FIA
EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 02/2016-FIA

CONVENIENTES – O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA e Grupo Detalhes de Teatro e Produções Artísticas.

OBJETO – O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 90.500 (Noventa mil e quinhentos reais), para o desenvolvimento do Projeto "Teatro e Música Ferramentas de Transformação e Cidadania", conforme plano de trabalho aprovado pela Resolução nº. 02/2016 - CMDCA.

DESPESA – O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 90.500 (Noventa mil e quinhentos reais)

Programa: 0027 Gestão do Fundo da Infância e da Adolescência

Atividade: 1.100175 Criar e manter programa, projetos, serviços e ações com entidades.

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - a partir da publicação no DOM/SC. até 31/12/2016.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 02 de março de 2016 – Jorge Luis Dellarosa, pelo CMDCA, e Jean Carlos Maçaneiro pelo Grupo Detalhes de Teatro e Produções Artísticas.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 003/2016 FIA
EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 03/2016-FIA

CONVENIENTES – O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA e Hospital e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

OBJETO – O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 77.946,63 (Setenta e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), para o desenvolvimento do Projeto "Auxílio Humanizado a mãe e ao bebê", conforme plano de trabalho aprovado pela Resolução nº. 03/2016 - CMDCA.

DESPESA – O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 77.946,63 (Setenta e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos)

Programa: 0027 Gestão do Fundo da Infância e da Adolescência

Atividade: 1.100175 Criar e manter programa, projetos, serviços e ações com entidades.

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - a partir da publicação no DOM/SC. até 31/12/2016.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 02 de março de 2016 – Jorge Luis Dellarosa, pelo CMDCA, e Euclides Rampelotti pelo Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

INEXIGIBILIDADE Nº 45/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 45/2016

OBJETO: Aquisição de vales transporte para os servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Gaspar. CONTRATADO: Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0047-87); com

Valor Total Julgado: R\$ 9.125,00 (nove mil, cento e vinte cinco reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 15 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 51/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 51/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Obras. CONTRATADO: VIAÇÃO DO VALE LTDA (05.255.508/0001-54);. Valor Total Julgado: R\$ 5.600,00 (cinco mil , e seiscentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 18 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 52/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 52/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Obras. CONTRATADO: AUTO VIAÇÃO VERDE VALE (83.131.995/001-57). Valor Total Julgado: R\$ 5.275,00 (cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 18 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 53/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 53/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Obras. CONTRATADO: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE (82.647.884/0001-35). Valor Total Julgado: R\$ 5.895,00 (cinco mil , oitocentos e noventa e cinco reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 18 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 54/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 54/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Obras. CONTRATADO: VIAÇÃO PIRACICABANA (54.360.623/0047-87); Valor Total Julgado: R\$ 1.095,00 (um mil, noventa e cinco reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 18 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 56 /2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 56 /2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os funcionários do Município de Gaspar, lotado na Fundação Municipal de Esporte. CONTRATADO: Viação Piracicabana (54.360.623/0047-87), com valor total julgado de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 57 /2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 57 /2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os funcionários do Município de Gaspar, lotado na Fundação Municipal de Esporte .CONTRATADO: • Auto Viação do Vale (05.255.508/0001-54). com valor total julgado de R\$ R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). .BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 59/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 59/2016

OBJETO: : Contratação da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode, para apresentação das seguintes bandas durante a realização do 2º Festival de Tilápia do Município de Gaspar -(Orquestra Montanari, Banda Freudemusikanten, Banda Milênio, banda Verde Vale, Banda Dorf Musikaten, Banda XV Show).CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE (07.453.253/0001-60); Valor Total Julgado: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil).BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 29 de fevereiro 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 62/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 62/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para distribuição às crianças e adolescentes que frequentam o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks. CONTRATADO: Auto Viação do Vale Ltda. (05.255.508/0001-54). Valor Total Julgado: R\$ 9.720,00 (nove mil, setecentos e vinte reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 1º de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 65/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 65/2016

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte jurídico em licitações e contratos administrativo. CONTRATADO: Zenite Informações e Consultoria S/A (86.781.069/0001-15). Valor Total Julgado: R\$ 10.013,77 (dez mil, treze reais e setenta e sete centavos). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 03 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 66/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 66/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes escolar para os alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Infantil e das Escolas e CDI da Rede Municipal e Estadual. CONTRATADO: Auto Viação do Vale LTDA (05.255.508/0001-54) Valor Total Julgado: R\$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 03 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 68/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 68/2016

OBJETO: Contratação do Palestrante Aínor Francisco Lotério, para ministrar o tema "CICLOMOTIVAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR", para evento IV - Encontro da Família Rural Gasparense, a realizar-se no dia 14 de março de 2016, as 10:00 horas, nas dependências da Arena Multiuso, localizada na Rua Hercílio Fides Zimmermann, nº 300 bairro Margem Esquerda. CONTRATADO: SDG - Seiva Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda- Me. CNPJ (15.534.818/0001-61). Valor Total Julgado: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 03 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 067/2016

OBJETO: Registro de Preços para Prestação de Serviços de escavação, assentamento de tubos, recobrimento das tubulações, confecção de caixas coletoras pluviais, com fornecimento de mão de obra, máquinas, caminhões e ferramentas. ENVELOPES: até às 9h do dia 16/03/2016. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 03 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

TERMO DE CONVOCAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 01/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO

DATA: 01/03/2016.

LICITAÇÃO: Credenciamento nº 01/2016

OBJETO: Credenciamento de restaurantes para, de acordo com os termos deste Edital, prestação do serviço de fornecimento de refeições no evento: "II FESTIVAL GASTRONÔMICO DA TILÁPIA DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC".

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC, através de seu Diretor Presidente, torna público o resultado do Credenciamento nº 01/2016, que tem por objeto o Credenciamento de restaurantes para, de acordo com os termos do Edital, prestação do serviço de fornecimento de refeições no evento: "II FESTIVAL GASTRONÔMICO DA TILÁPIA DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC".

Aatenderam ao chamamento público as empresas:

AGROPECUÁRIA LAURO SCHMMITT LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 03.956.701/0001-97, estabelecida na Rua Bonifácio Haendchen, nº 5.309, bairro Belchior Alto, Gaspar/SC;

IRMÃOS BERTOLDI RESTAURANTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.370.316/0001-14, estabelecida na Rua José Rampelotti, nº 2.500, bairro Gasparinho, Gaspar/SC;

RESTAURANTE PESQUE PAGUE FERNANDÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 17.599.428/0001-03, estabelecida na Rua Alberto Theiss, nº 565, bairro Figueira, Gaspar/SC;

Todas as empresas foram consideradas habilitadas.

Ficam então convocadas as empresas supracitadas para comparecerem ao Departamento de Copras do Município de Gaspar, para firmarem o termo de responsabilidade, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2016.

consecutivos nos termos do Edital de Credenciamento.
Gaspar, 01 de março de 2016.
Marcelo Fontes Schramm
Diretor Presidente da FME

O presente Termo de Convocação será publicado por três dias

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2016 - SAMAE**E X T R A T O****DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO: 10/2016****OBJETO:** Contratação de empresa para elaboração de projetos complementares e atualização de preços do projeto de esgotamento sanitário proposto para o Loteamento Master Plan e Rua Carlos Alberto Schramm, no Bairro Margem Esquerda.**CONTRATADO:** SANEAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (02.006.656/0001-47)**VALOR TOTAL JULGADO:** R\$ 11.806,00(onze mil, oitocentos e seis reais).**DATA VIGÊNCIA:** 04/03/2016**DATA VENCIMENTO:** 04/04/2016**BASE LEGAL:** Artigo 24, inciso I da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 13/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE UM COMPOSTO PEDAGÓGICO DESTINADO AO USO NO PROCESSO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, O RESPECTIVO COMPOSTO PEDAGÓGICO DEVERÁ DISPONIBILIZAR MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, UMA MÍDIA DIGITAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS, UM SERVIÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA, UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO 4º E 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E AINDA, UM SISTEMA DE DIAGNÓSTICO DE FATORES INSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM A EDUCAÇÃO MUNICIPAL QUE POSSA AVALIAR OS AVANÇOS EDUCACIONAIS DO REFERIDO MUNICÍPIO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/03/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/03/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 02 de Março de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAL TOMADA DE PREÇO 03/2016 - IDOSOS

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 34/2016

Edital de TOMADA DE PREÇO n. 03/2016-TP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO E NO DISTRITO DE AIURÊ. Data e Horário de Abertura: 23/03/2016, às 15h.

Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 02 de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 17

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Valdemir Ascari forneceu 2.000m2 de saibro para a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: VALDEMIR ASCARI

Empenho: 711/16

Nota Fiscal: 000.423.192

Valor: R\$ 6.000,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 03 de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 18

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, do ano de 2015, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Restos a Pagar de 2015: 0637, 0668 e 0694.

Valor: R\$ 1.762,90

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 03 de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 19

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Paraná Equipamentos possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde os anos de 2014 e 2015, estando em atraso os pagamentos, conforme disposto na Cláusula contratual, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: PARANÁ EQUIPAMENTOS

Restos a Pagar de 2014: 1859.

Restos a Pagar de 2015: 0742.

Valor: R\$ 2.550,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 03 de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 42.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 42/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE S
Valor : 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS QUE SERÃO OFERTADOS PELO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS POR INTERMÉDIO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL, A OFERTA DOS MESMOS VISA CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 55.2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016
PROCESSO Nº 55/2016 HOMOLOGAÇÃO: 03/03/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS QUE SERÃO OFERTADOS PELO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS POR INTERMÉDIO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL, A OFERTA DOS MESMOS VISA CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL.

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE S
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 47.16 QUISIÇÃO DE PONTE PRÉ-MOLDADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 56/16, Edital de Pregão Presencial Nº 47/16, Objeto: Aquisição de Ponte em Pré-Moldado medindo 4,5x8,0m, área total 36,00 m²; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 16/03/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 16/03/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br
Guaraciaba em 04 de março de 2016.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 620/2016

DECRETO Nº. 620/2016

Altera dispositivos do Decreto nº. 286/2013, que Aprova o Loteamento Residencial "Buzzi".

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 286/2013 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Considerando as correções do projeto do Loteamento Residencial Buzzi, em virtude de processo de retificação de área do imóvel registrado sob MI 28.447;

.....

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento Residencial "Buzzi", de propriedade de Arno Buzzi e Ervino Buzzi, com área de 40.285,23m², implantado sobre o imóvel matriculado sob nº. 28.447, situado na Rua 91 – Olympio Annibal Tomaselli, Bairro Avaí, perímetro urbano, conforme planta e documentos anexos." (NR)

Art. 2º. Altera o Anexo do Decreto nº. 286/2013, conforme o anexo deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de março de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 621/2016

DECRETO Nº. 621/2016

Convoca a 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto na Portaria nº. 024/2015, de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº, 19, de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal das Cidades, etapa preparatória da 6ª Conferência Estadual das Cidades, a se realizar no dia 25 de abril de 2016, na Câmara de Vereadores de Guaramirim, situada na Rua 28 de Agosto, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e do Conselho da Cidade de Guaramirim.

Art. 2º. A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º. São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três entes federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade catarinense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades catarinenses;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano nas regiões e Municípios;

V - avançar na construção e consolidação da Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

III - eleger e indicar 5 delegados municipais à 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 4º. A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal das Cidades e, na sua ausência por um agente público do executivo municipal.

Art. 5º. A 6ª Conferência Municipal das Cidades, será regida por regimento aprovado em assembleia que irá dispor sobre a organização e o funcionamento desta, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 6º. As despesas com a organização da etapa municipal para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano que poderá receber apoio de outros segmentos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de março de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO OITAVO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2012 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 8º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2012 – PMG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2012 – PMG

Modalidade: Concorrência.

Tipo: Menor Preço.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e

sinalização viária da Rua Guilherme Tomelim – bairro Caixa d'Água, com extensão de 2.528,60 metros, programa BADESC Cidades. Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Aurélio Nicocelli, nº 1720, bairro Figueirinha, no município de Guaramirim (SC). Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto o aditivo de valor em R\$ 242.151,06 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e um reais e seis centavos).

Data da Assinatura: 24/02/2016 Vigência: 31/12/2016.

GUARAMIRIM (SC), 3 de março de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO 08/2013 PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2013-PMG

Processo Licitatório nº: 27/2013-PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA AS INSTALAÇÕES DA ESCOLINHA DE KARATÊ E JUDÔ DO BAIRRO CORTICEIRA, RUA ANTONIO SILVEIRA, CORTICEIRA, GUARAMIRIM/SC.

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

LOCADORA: Pedro Manoel Albano, inscrito no CPF sob o nº 379.698.629-34, com endereço na Rua Antônio da Silveira, s/nº, bairro Corticeira, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto: a) prorrogar o prazo de vigência pelo prazo de 12 meses (entre 29/02/2016 à 28/02/2017).

Data da Assinatura: 25/02/2016 Vigência 28/02/2017

GUARAMIRIM (SC), 03/03/2016

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 80/2016

PORTARIA Nº. 080/2016

Concede licença maternidade para Irene Liara Heck Vaz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Irene Liara Heck Vaz, Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 27 de fevereiro de 2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de março de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 81/2016

PORTARIA Nº. 081/2016

Concede licença maternidade para Andreza de Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Andreza de Oliveira, Professora III, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de março de 2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de março de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 82/2016

PORTARIA Nº. 082/2016

Altera dispositivos das Portarias nº. 693/2015, 694/2015 e 74/2016, que instauram processos administrativos disciplinares e nomeiam comissões processantes.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 693/2015 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

“Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Priscila Bastian Lara, Daniela Pereira da Silva e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência da primeira.” (NR)

Art. 2º. A Portaria nº. 694/2015 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

“Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Daniela Pereira da Silva, Priscila Bastian Lara e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência da primeira.” (NR)

Art. 3º. A Portaria nº. 74/2016 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

“Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Priscila Bastian Lara, Fabrícia Bublitz e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência da primeira.” (NR)

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de março de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO 01/2016 SMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

PROCESSO SELETIVO - EDITAL 01/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, através da Secretaria Municipal de Saúde, fixa normas para realização do processo seletivo simplificado para provimento de cargos em caráter temporário, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 049/2013 e suas alterações, bem como demais disposições legais cabíveis, incluindo a Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido por este edital, e executado pela Comissão de Processo Seletivo instituída pela Portaria nº 060/2016, publicada em 19/02/2016 no DOM/SC edição nº 1936 e alteração por meio da Portaria 079/2016, publicada em 03/03/2016 no DOM/SC edição nº 1945, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

1.2 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes e para as que ocorrerem dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, indicadas no Anexo I deste Edital, o qual contém descrição do cargo, quantidade de vagas, vencimentos, carga horária semanal e requisitos.

1.3 A descrição e as atividades típicas dos cargos estão relacionadas no Anexo II deste Edital.

1.4 Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei Complementar Municipal 049/2013 e Lei Complementar Municipal 16/2007.

1.5 O contratado fará jus ao Auxílio Alimentação, através de cartão magnético, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cargos com jornada de trabalho de 20 horas semanais e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cargos com jornada de trabalho 40 horas semanais.

1.6 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo serão gratuitas e condicionadas à entrega da documentação comprobatória, conforme abaixo discriminado:

2.1.1 O período das inscrições será de 07/03/2016 a 05/04/2016 de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 16h, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Henrique Friedmann nº. 415, centro, Guaramirim/SC.

2.1.2 A Ficha de Inscrição poderá ser impressa através do Edital (anexo V) ou ser retirada na Secretaria Municipal de Saúde.

3. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos gerais para a inscrição no Processo Seletivo os seguintes:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) Quitação eleitoral;
- d) Quitação com o serviço militar (masculino);
- e) Possuir escolaridade exigida na forma deste Edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo.

4. DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO:

4.1 Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Ficha de Inscrição devidamente preenchida.

4.2 As fotocópias simples deverão ser apresentadas com os respectivos documentos originais para conferência e autenticação administrativa. Também poderão ser apresentadas cópias autenticadas em cartório.

4.3 O candidato portador de deficiência deverá apresentar, no ato da inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como a provável causa da deficiência.

4.4 No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

4.5 É de total responsabilidade do candidato as informações prestadas no item 4.1.c.

5. DAS PROVAS

5.1 A prova objetiva será aplicada abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital conforme o quadro a seguir:

QUADRO DE PROVAS	PROVAS ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
Objetiva	Português	05	Classificatória
	Conhecimentos Específicos	15	Classificatória e Eliminatória

5.2 A prova objetiva será realizada no dia 16/04/2016, com início às 08h 30min e terá duração de 03h30min (três horas e trinta minutos).

5.3 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

5.4 As provas serão aplicadas na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rua: Henrique Friedmann, 415 - Centro, Guaramirim (SC).

5.5 Os candidatos deverão apresentar documento de identificação com foto, original e comprovante de inscrição.

5.5.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de exibir, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

5.6 Os candidatos deverão ingressar na sala de realização da prova até as 08h15min (oito horas e quinze minutos).

5.7 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés, óculos de sol e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

5.8 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala.

5.9 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita.

5.10 Será atribuída nota 0 (zero) as respostas de questões que contenha(m):

- a) emenda (s) e/ou rasuras, ainda que legível (eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão resposta;

5.11 Ao encerrar a prova o candidato deverá entregá-la ao fiscal juntamente com o cartão resposta, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

5.12 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.13 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar a sua prova e retirar-se do local simultaneamente.

5.14 O gabarito preliminar da prova será divulgado no "site" www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 18/04/2016 após as 14h.

5.15 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

5.16 Os prazos dos recursos deste processo seletivo estão discriminados no Calendário Oficial do Processo Seletivo (anexo VI).

6. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1 A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez pontos) tendo peso de 0,20 as questões de português e 0,60 as questões de conhecimento específico.

6.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 pontos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

7.1 Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas de classificação para cada função;

7.2 Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência, sucessivamente, na ordem de classificação, o candidato que:

- a) Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (art. 27, parágrafo único do Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/2003);
- b) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Possuir maior idade.

8. DOS RECURSOS

8.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos do Processo Seletivo deverão ser encaminhados e protocolados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em formulário específico (anexo VI) endereçado para à Comissão Organizadora no prazo previsto no cronograma (anexo IV).

8.2 O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo por uma das vias a seguir:

- a) Entregar pessoalmente ou se fazer representar por procurador legalmente constituído no Setor de Protocolo da Secretaria de Saúde do Município de Guaramirim situada à Rua Henrique Friedmann, n.º 415, centro, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h, com menção expressa que se relacionam a este Edital.

9. PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 A lista classificatória resultante do Processo Seletivo terá validade de até 01 (um) ano, a partir de sua homologação, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

9.2 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

10.2 Para atender conveniências administrativas, a Prefeitura Municipal de Guaramirim poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos do regulamento em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários.

10.3 O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo.

10.4 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

10.5 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;

10.6 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por emprego ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

10.7 Ao Prefeito Municipal de Guaramirim caberá a homologação do resultado final do Processo Seletivo que será publicado no site www.guaramirim.sc.gov.br.

10.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no site www.guaramirim.sc.gov.br.

10.9 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de Guaramirim o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital.

10.10 A contratação dos candidatos classificados dar-se-á conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

10.11 As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

10.12 A convocação dos candidatos se dará mediante correspondência direta enviada para o endereço informado no Requerimento de Inscrição e obedecerá, estritamente, a ordem de classificação.

Aos candidatos classificados será enviado via correio, ofício, para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

10.13 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinados para o preenchimento da vaga, será desclassificado.

10.14 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos abaixo discriminados pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- a) 01 foto 3x4;
- b) Atestado Médico Admissional (agendado pelo setor);

- c) Carteira de Trabalho Original;
- d) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- e) Fotocópia do CPF;
- f) Fotocópia do Título de Eleitor;
- g) Fotocópia da Certidão de Casamento ou Nascimento;
- h) Fotocópia da Certidão de Filhos menores de 21 anos;
- i) Fotocópia de Reservista (Masculino);
- j) Fotocópia da Carteira de Habilitação (Opcional);
- k) Fotocópia Autenticada do Diploma de conclusão do curso Superior em Medicina;
- l) Quitação eleitoral;
- m) Negativa de antecedentes criminais na esfera estadual e federal;
- n) Quitação do serviço militar (Masculino);
- o) Registro no órgão fiscalizador da profissão;
- p) Comprovante de quitação de anuidade do Conselho Regional de Medicina – CRM.
- q) Cartão Nacional do SUS

10.15 O candidato classificado e chamado a assumir a vaga deverá apresentar, no ato da admissão, dentre outros documentos citados acima pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim, declaração que ateste que o candidato está desvinculado ou desativado de qualquer outra Estratégia Saúde da Família do qual tenha feito parte, principalmente com relação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

10.16 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo.

10.17. As contratações serão realizadas pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo haver prorrogação nos termos do parágrafo único, do artigo 4º, da Lei 49/2013.

10.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo.

Guaramirim (SC), 26 de fevereiro de 2016.

Cheila Patrícia Rohweder
Secretária Municipal de Saúde

Lauro Frohlich
Prefeito Municipal

ANEXO I

EMPREGO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO E ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS

Empregos de Nível Superior:

CARGO	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
CIRURGIÃO DENTISTA	01	7.064,41	40h	Habilitação em nível de graduação superior na área de atuação e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;
MÉDICO AUDITOR	01	6.510,28	20h	Graduação superior em Medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão; Curso de Especialização na área de Auditoria Médica, Auditoria em Saúde, Auditoria de Gestão do SUS, Saúde Pública, reconhecido pelo MEC;
MÉDICO CLÍNICO GERAL	01	5.469,04	20h	Curso Superior completo na área de atuação e; Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
MÉDICO ESF	01	13.055,76	40h	Habilitação em nível de graduação superior na área de atuação e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
MÉDICO PEDIATRA	01	5.469,04	20h	Curso superior completo na área de atuação; Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão. Título de especialização na área.

Empregos de Nível Médio:

CARGO	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
RECEPCIONISTA	01	1.175,96	40h	2º Grau Completo.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES

CIRURGIÃO DENTISTA

Descrição do Cargo: Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população; realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população; encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; emitir laudo, parecer e atestado sobre assuntos de sua competência; executar as ações de assistência integral aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específico de acordo com o planejamento local; coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção de saúde bucal; capacitar as equipes de saúde da família no

que se refere as ações educativas e preventivas em saúde bucal; supervisionar o trabalho desenvolvido pelo atendente técnico de higiene bucal - THD e atendente de consultório dentário - ACD.

Atividades Típicas:

Examinar, identificar e tratar clínica e/ou cirurgicamente afecções dos dentes e tecidos de suporte, restabelecer forma e função;
Prescrever e administrar medicamentos;
Aplicar anestésicos locais;
Orientar sobre saúde, higiene e profilaxia oral, prevenção de cárie dental e doenças periodontais;
Orientar e encaminhar para tratamento especializado;
Realizar escovações supervisionada;
Realizar atividades educativas coletivas;
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de dificuldade.

MÉDICO AUDITOR/AUTORIZADOR

Descrição do Cargo: Analisar e autorizar procedimentos médicos, internações, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e procedimentos de alto custo/alta complexidade para pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, identificando se o solicitado é compatível à patologia diagnosticada e aos protocolos estabelecidos, emitindo pareceres com justificativa e fundamentação;
Atuar em auditoria interna e externa, efetuar a análise e guias de autorização de procedimento e internações, contas médicas verificando não conformidades e informando aos órgãos competentes as providências cabíveis;
Atuar junto ao setor de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, auxiliando nas rotinas inerentes a sua função.

Atividades Típicas:

Prestar informações e orientações, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros;
Compor o Sistema Municipal de Auditoria - SMA, para revisão dos laudos médicos, quando necessário e/ou solicitado, bem como auxiliar nos inquéritos administrativos e/ou judiciais;
Analisar a correta utilização dos leitos hospitalares e critérios mínimos de cuidados ao paciente;
Analisar os pedidos de procedimentos de maior complexidade ou de alto custo, trabalhando sempre em sintonia com o médico da modalidade responsável;
Auxiliar na construção e aplicação dos protocolos assistenciais e de regulação.
Realizar análise de solicitações de procedimentos regulados pendentes, autorizando, negando ou devolvendo, justificando e fundamentado sempre as ações realizadas.
Cumprir normas e regulamentos do SUS e da Secretaria Municipal da Saúde.
Executar outras atividades correlatas à função.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Descrição do Cargo: Desenvolver atividade de execução qualificada, abrangendo serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, correlacionadas aos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde.

Atividades Típicas:

Realizar atividades educativas coletivas;
Fazer análise exame físico e seguimento dos pacientes;
Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;
Solicitar exames complementares;
Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais;
Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;
Realizar tratamentos específicos de rotina, urgência e emergência e fazer anotações pertinentes no prontuário;
Participar na execução dos programas de atendimento, ensino e pesquisa médica e da equipe multiprofissional;
Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico;
Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhoria da assistência global;
Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde;
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de dificuldade.

MÉDICO - PSF

Descrição do Cargo: Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; encaminhar aos serviços de maior complexidade quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento por meio de um sistema de acompanhamento e referencia; solicitar exames complementares; humanização do atendimento à saúde, consultas médicas; identificar fatores de riscos, fazer visitas domiciliares e reuniões com comunidade.

Atividades Típicas:

Realizar atividades educativas coletivas;
Fazer análise exame físico e segmento dos pacientes;
Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;
Solicitar exames complementares;
Determinar, por escrito, prescrição de drogas e cuidados especiais;
Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;
Cumprir normas e regulamentos da Saúde;
Buscar a humanização do atendimento à saúde;
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de dificuldade.

MÉDICO PEDIATRA

Descrição do Cargo: Desenvolver atividade de execução especializada, abrangendo serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, correlacionadas aos programas desenvolvidos na Secretaria Municipal da Saúde.

Atividades Típicas:

Realizar Atividades educativas coletivas;
Fazer análise exame físico e seguimento dos pacientes;
Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;
Solicitar exames complementares;
Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais;
Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;
Realizar tratamentos específicos de rotina, urgência e emergência e fazer anotações pertinentes no prontuário;
Participar na execução dos programas de atendimento, ensino e pesquisa médica e da equipe multiprofissional;
Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico;
Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhoria da assistência global;
Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde;
Executar outras tarefas de mesma natureza e grau de dificuldade.

RECEPCIONISTA

Descrição do Cargo: Recepcionar membros da comunidade e visitantes procurando identificá-los, averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e/ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados.

Atividades Típicas:

Atender chamadas telefônicas;
Anotar recados;
Prestar informações;
Registrar as visitas e os telefonemas recebidos;
Auxiliar em pequenas tarefas de apoio administrativo;
Executar, enfim, outras tarefas inerentes à função.

ANEXO III**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ENSINO MÉDIO E SUPERIOR – DISCIPLINAS COMUNS:**

Língua Portuguesa e Interpretação de Textos: Leitura e interpretação de textos literários e não literários – descrição, narração, dissertação, etc. Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, trito, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílabas tônicas. Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoépia. Prosódia. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase. Notações léxicas. Abreviatura, siglas e símbolos. Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas. Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos. Sufixos. Prefixos. Radicais. Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc. Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos. Análise sintática - frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado. Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, apostrofo, vocativo, etc. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc. Sinais de Pontuação emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo. Sintaxe de concordância – nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Sintaxe de colocação. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Questões relacionadas à Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Religião, História (Brasil e Mundo), Geografia (Brasil e Mundo) e eventos contemporâneos divulgados na mídia local, nacional e internacional.

ENSINO MÉDIO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**RECEPCIONISTA**

Conhecimentos Específicos: Qualidade no atendimento ao público interno e externo. Recepção e atendimento ao público. Elementos básicos do processo de comunicação. Pronúncia correta das palavras. Regras de conduta e procedimentos ao telefone. Conhecimentos básicos de serviços e recursos de telefonia: prefixos, discagem, transferência de ligação, programação de desvio, chamada em conferência, chamada em espera, rechamada, etc. Noções de utilização de fax e celulares. Recebimento e protocolo de documentos. Noções de uso e conservação de equipamentos de escritório. Noções Básicas de Arquivo. Normas de comportamento no ambiente de trabalho. Princípios básicos de administração pública e servidores. Regras de hierarquia no serviço público. Zelo pelo patrimônio público.

ENSINO SUPERIOR – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**CIRURGIÃO DENTISTA**

Conhecimentos Específicos: Saúde Bucal Coletiva e Níveis de Prevenção. Biossegurança. Radiologia: técnica radiológica, interpretação radiográfica, anatomia radiográfica. Cariologia: etiologia, prevenção e tratamento da cárie dental. Dentística: semiologia, diagnóstico e tratamento das doenças do complexo dentinorradicar, proteção do complexo requênc-pulpar, materiais restauradores, técnicas de restauração. Periodontia: anatomia do periodonto, tecidos periodontais, prevenção, semiologia, diagnóstico clínico, exames complementares aplicados ao diagnóstico das doenças periodontais e tratamentos em periodontia, cirurgia periodontal, periodontia médica, epidemiologia. Endodontia: alterações pulpares e periapicais: semiologia, diagnóstico e tratamento, tratamentos conservadores da polpa, traumatismo alvéolo-dentário. Urgências em Odontologia: trauma dental, hemorragia, pericoronarite, abscessos dento-alveolares, pulpite, alveolite. Estomatologia: semiologia, semiotécnica, diagnóstico, tratamento e prevenção das afecções de tecidos moles e duros, lesões cancerizáveis, semiologia, semiotécnica, diagnóstico, prevenção e tratamento de neoplasias malignas e benignas da cabeça e pescoço, patologia oral. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais. Atendimento de pacientes com doenças sistêmicas crônicas. Atendimento de pacientes com coagulopatias hereditárias. Atendimento de pacientes grávidas. Cariologia: etiopatogenia, diagnóstico, tratamento e prevenção. Prótese: diagnóstico, planejamento e tratamento. Cirurgia: princípios cirúrgicos, planejamento e técnicas cirúrgicas, requênci e complicações. Anestesiologia: técnicas anestésicas intra-bucais, anatomia aplicada a anestesiologia, farmacologia dos anestésicos locais; acidentes e complicações em anestesia odontológica. Prevenção: Fluorterapia, toxologia do flúor, Fluorose: diagnóstico e tratamento. Farmacologia odontológica: Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa. Ética Odontológica.

Código de Ética Odontológica. Bioética. Odontopediatria: Práticas Preventivas em Odontopediatria, Dentística voltada para a odontopediatria: semiologia, diagnóstico e tratamento, proteção do complexo dentinopulpar; materiais restauradores, técnica de restauração atraumática.

MÉDICO PEDIATRA

Conhecimentos Específicos: Avaliação do crescimento e desenvolvimento. Aleitamento materno. Alimentação nos dois primeiros anos de vida. Imunizações. Afecções cardiorrespiratórias. Afecções do aparelho digestivo. Afecções do aparelho geniturinário. Doenças infecciosas e parasitárias. Encefalopatias crônicas não evolutivas. Tumores do SNC na infância e hipertensão intracraniana. Epilepsia; Anemias. Adolescência e puberdade. Doenças exantemáticas. Choque na infância. Insuficiência respiratória aguda na infância. Asma aguda na infância. Insuficiência cardíaca na infância. Hipertensão arterial na infância. Insuficiência hepática aguda na infância. Insuficiência renal aguda na infância. Hemorragia digestiva na infância. Maus tratos em pacientes pediátricos. Convulsão no período neonatal e na infância. Distúrbios metabólicos no período neonatal e na infância. Desidratação e hidratação venosa na infância. Urticária, angioedema e anafilaxia na infância. Quedas e traumas em pacientes pediátricos. Intoxicações em pacientes pediátricos. Procedimentos de urgência. Diabetes mellitus. Dermatologia: infecção das lesões, fundamentos para a terapia externa (tópica), erupções eritematosas, pio dermites, reações anormais da pele à luz solar, distúrbios da transpiração, distúrbios (perda) de cabelos. Distúrbio do apetite. Vômitos do recém-nascido. Peculiaridades do exame do recém-nascido. Recém-nascido de alto risco. Prematuridade. Icterícias neonatais. Anemias do recém-nascido. Criança com febre aguda, prolongada, recorrente. Manejo da febre. Conceitos oftalmológicos para o pediatra geral. Conjuntivite na infância. Rinite alérgica. Otite externa. Otite média secretora.

Legislação de Saúde Pública: Constituição Federal – artigos 196 a 200. Lei federal 8.080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei federal 8.142/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria MS nº 1.271/2014 - Doenças de notificação compulsória. Biossegurança – NR 32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

MÉDICO ESF

Conhecimentos Específicos: A implantação da unidade de saúde da família. Treinamento Introdutório. Educação Permanente. Saúde do Trabalhador. Controle da Tuberculose. Hipertensão sistêmica e Diabetes Mellitus – protocolo. Violência intrafamiliar – orientações para a prática em serviço. Dermatologia na atenção básica da saúde. Controle da hanseníase. Saúde da criança:acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil, nutrição, aleitamento materno e alimentação complementar. Obesidade. Controle dos cânceres de colo do útero e da mama. Prevenção clínica de doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica. Hipertensão arterial sistêmica. Diabetes Mellitus. Saúde Bucal. HIV/AIDS, hepatites e outras DST. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Carência de micronutrientes. Vigilância em saúde: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose. Zoonoses. Saúde na escola. Doenças respiratórias crônicas. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Diretrizes do NASF - Núcleo de apoio à saúde da família. Atenção à demanda espontânea na APS. Rastreamento. Procedimentos. Práticas integrativas e complementares. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares, pulmonares, do sistema digestivo, renais, metabólicas e do sistema endócrino, hematológicas, reumatológicas, neurológicas, psiquiátricas, infecciosas e transmissíveis, ginecológicas Situação de violência (identificação e procedimentos). Normas e Diretrizes da Estratégia de Saúde. Ética Profissional. Cadernos da Atenção Básica (Ministério da Saúde - volumes 1 a 33.

Legislação de Saúde Pública: Constituição Federal – artigos 196 a 200. Lei federal 8.080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei federal 8.142/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria MS nº 1.271/2014 - Doenças de notificação compulsória. Biossegurança – NR 32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Conhecimentos Específicos: Aspectos conceituais, epidemiológicos, etiológicos, fisiopatológicos, clínicos, diagnósticos e terapêuticos das seguintes condições: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca, aterosclerose e doença coronariana, cardiomiopatias, doenças

cardíacas orovalvares, arritmias cardíacas, endocardite infecciosa, doenças do pericárdio, doenças aórticas e arteriais periféricas, asma brônquica, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonias e outras infecções pulmonares, tuberculose, pneumopatias intersticiais difusas, hipertensão pulmonar, trombose venosa profunda e embolia pulmonar, doenças da pleura, doenças do esôfago, úlcera péptica, hemorragia digestiva alta e baixa, síndromes disabsortivas, doença inflamatória intestinal, infecções do trato digestivo, síndrome do intestino irritável, abdome agudo e seus diagnósticos diferenciais, cirrose hepática e complicações, hepatites, doenças das vias biliares, doenças do pâncreas, doenças do peritônio, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulopatias, doenças renais tubulointersticiais, doenças renais císticas, litíase urinária, infecções das vias urinárias, distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básicos, diabetes mellitus, síndrome metabólica, doenças hipotálamicas e hipofisárias, doenças tireoidianas, doenças do córtex e medula adrenal, doenças osteometabólicas, anemias e policitemias, distúrbios da coagulação, amiloidose, diagnóstico diferencial de linfonodomegalias e esplenomegalias, lúpus eritematoso sistêmico, artrite reumatoide, esclerose sistêmica, dermatomiosite, síndrome de Sjögren, síndrome do antifosfolípido, espondiloartropatias soronegativas, vasculites, sarcoidose, osteoartrite, artrites microcristalinas, artrites infecciosas, cefaleias, síncope, doença cerebrovascular, doença de Parkinson e outras doenças neurodegenerativas, ataxias, doenças da medula espinhal, polineuropatias, doenças neuroimunes, infecções do sistema nervoso central, neoplasias benignas e malignas, tabagismo e etilismo, doenças sexualmente transmissíveis, estafilococcos, tétano, hanseníase, leptospirose, infecções por micoplasma e riquetsias, infecções por herpesvírus, dengue, febre amarela, gripe e resfriado, parasitoses por helmintos e protozoários, SIDA e afecções oportunistas relacionadas, doenças fúngicas, reações alérgicas, dor e seu tratamento.

Legislação de Saúde Pública: Constituição Federal – artigos 196 a 200. Lei federal 8.080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei federal 8.142/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria MS nº 1.271/2014 - Doenças de notificação compulsória. Biossegurança – NR 32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

MÉDICO AUDITOR

Conhecimentos Específicos: Interpretação de sinais e sintomas. Diagnóstico, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares, pulmonares, digestivas, renais, metabólicas e endocrinológicas, hematológicas, reumatológicas, neurológicas, infecto-contagiosas, dermatológicas e ginecológicas. Avaliação clínica-cirúrgica do paciente da urgência (abdome agudo, apendicite, úlcera perforada). Noções de atendimento ao traumatismo cranioencefálico. Doenças de notificação compulsória. Código de Ética Médica. Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Competência e avaliação de auditores. Análise crítica da documentação. Documentação. Plano de Auditoria. Atividades da auditoria no local. Preparação, aprovação e distribuição do relatório de auditoria. Auditoria interna, externa: conceito, objetivos, forma de atuação, responsabilidades e atribuições. Procedimentos de auditoria. Normas de execução dos trabalhos de auditoria. Aplicação dos procedimentos de auditoria. Documentação de auditoria. Amostragem Estatística. Processamento eletrônico de dados. Parecer do auditor. Perícia e auditoria médica. Auditoria na visão hospitalar. Auditoria em materiais e medicamentos. Auditoria em cobrança de equipamento médico-hospitalar. Medicina de grupo e auditoria na cobrança de honorários médicos. A auditoria médica na visão do consultor.

Legislação de Saúde Pública: Constituição Federal – artigos 196 a 200. Lei federal 8.080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei federal 8.142/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria MS nº 1.271/2014 - Doenças de notificação compulsória. Biossegurança – NR 32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

ANEXO IV

CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO 01/2016

Data	Descrição	Local
07/03/2016 a 05/04/2016	Inscrições dos Candidatos e Recebimento da Documentação exigida no Edital;	Secretaria Municipal de Saúde
06/04/2016	Divulgação das Inscrições após as 14h:00;	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br
07/04/2016 e 08/04/2016	Recursos sobre as Inscrições;	Secretaria Municipal de Saúde
11/04/2016	Homologação das Inscrições;	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br
16/04/2016	Prova Objetiva	Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim
18/04/2016	Divulgação do Gabarito após as 14h:00;	Site: www.guaramirim.sc.gov.br
19/04/2016	Resultado PRELIMINAR	Site: www.guaramirim.sc.gov.br
20/04/2016 a 25/04/2016	Recursos sobre a Prova Objetiva	Secretaria Municipal de Saúde
26/04/2016	Resultado Final	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br

ANEXO V

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO 01/2016

(Apresentar formulário preenchido no ato da Inscrição)

Inscrição nº _____

Via Candidato

Data da Inscrição: ____/____/____

Nome: _____

Função: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF _____ Telefone () _____

E-mail: _____

Ass. Candidato: _____

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: ____/____/____

Inscrição nº ____

Via Secretaria de Saúde

Data da Inscrição: ____/____/____

Nome: _____

Função: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF _____ Telefone () _____

E-mail: _____

Ass. Candidato:

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: ____/____/____

ANEXO VI – MODELO DE RECURSO

SOLICITAÇÃO DE RECURSO EDITAL 01/2016

NOME DO CANDIDATO: _____

MOTIVO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO

(Para uso da Secretaria Municipal de Saúde)

DEFERIDO ()

INDEFERIDO ()

Guaramirim, ____ de ____ de 2016

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 17 A 22 / FMS 07

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 17/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: RODRIGO WOLFART 06973985955

OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul e Polícia Civil e Polícia Militar.

VALOR TOTAL: R\$ 5.830,00

VIGENCIA: 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 18/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: JAIR TIBOLLA ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul e Polícia Civil e Polícia Militar.

VALOR TOTAL: R\$ 23.215,00

VIGENCIA: 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 19/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ELENILTO GUZATTO SECCO ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul e Polícia Civil e Polícia Militar.

VALOR TOTAL: R\$ 21.748,00

VIGENCIA: 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O Extrato do Contrato nº. 12/2013, (Processo Licitatório nº. 03/2016 / Pregão Presencial nº. 02/2016) do município de Guarujá do Sul, firmado com a empresa ASSOCIAÇÃO LIGA ESPORTIVA OESTINA, publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de fevereiro de 2016, Pág. 322, Edição nº. 1939, teve erro de digitação, onde le-se CONTRATO Nº. 12/2013, passa a Le-se CONTRATO Nº. 12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto;

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O Extrato do Contrato nº. 13/2013, (Processo Licitatório nº. 03/2016 / Pregão Presencial nº. 02/2016) do município de Guarujá do Sul, firmado com a empresa ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE ARBITROS GUARUJAENSE - ARAG, publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de fevereiro de 2016, Pág. 322, Edição nº. 1939, teve erro de digitação, onde le-se CONTRATO Nº. 13/2013, passa a Le-se CONTRATO Nº. 13/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto;

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 20/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSORIOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para manutenção e conservação da frota de veículos e máquinas do Município de Guarujá do Sul – Prefeitura, Polícia Militar e Polícia Civil do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 66.681,00

VIGENCIA: 15/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 21/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA

OBJETO: Aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para manutenção e conservação da frota de veículos e máquinas do Município de Guarujá do Sul – Prefeitura, Polícia Militar e Polícia Civil do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 26.824,00

VIGENCIA: 15/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 22/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ELENILTO GUZATTO SECCO ME

OBJETO: Aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para manutenção e conservação da frota de veículos e máquinas do Município de Guarujá do Sul – Prefeitura, Polícia Militar e Polícia Civil do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 15.314,00

VIGENCIA: 15/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 07/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: ELENILTO GUZATTO SECCO ME

OBJETO: Aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para manutenção e conservação da frota de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 2.675,00

VIGENCIA: 15/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 03 de março de 2016.

Adelise de Oliveira

Gestora do FMS

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016

Processo Licitatório nº 006/2016

Chamada Pública nº 002/2016

Inexigibilidade de Licitação nº 004/2016

Ata nº 001/2016

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis às quatorze horas, nas dependências da Secretaria de Administração e Finanças, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo decreto número 3.492/2016, a Nutricionista da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, para o ato de abertura dos envelopes referentes ao Processo Licitatório nº 006/2016 Chamada Pública nº 002/2016, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2016, destinada a Contratação aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de onze meses no município de Herval d'Oeste. O aviso do edital foi publicado na imprensa conforme determina a legislação vigente: Diário Catarinense, Diário Oficial dos Municípios, mural público e site da administração municipal. Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Documentação e Projeto de Venda, as seguintes entidades: Indústria e Comércio de Suco São Carlo Ltda.; Cooperativa Central Sabor Colonial e de um Grupo Informal de Agricultores locais articulados pela EPAGRI Local; Abrindo os trabalhos foram feitos os informes de praxe e foi solicitado aos presentes que rubricassem os Envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Em prosseguimento passou à abertura dos envelopes Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para assinatura e posterior exame. Da análise dos documentos constatou-se que a Cooperativa Central Sabor Colonial participa como grupo formal atendeu todos os requisitos do edital, com Relação ao Grupo Informal articulado pela EPAGRI dois agricultores (DAVI MOTTA e EVANDRO CARLOS MORES) não foram apresentadas as respectivas DAP's restando que os mesmos estão desclassificados do certame, com relação a Indústria e Comércio de Suco São Carlo Ltda. restou dúvida quanto a apresentação de contrato social, ao invés de Estatuto e ata de posse conforme solicitado no edital, e sim um contrato social de Sociedade empresarial Limitada composta por três agricultores familiar, a participante também deixou de apresentar prova de Regularidade com a Fazenda Federal, fato que a inabilitaria, contudo a comissão a bem do serviço público e da ampliação na concorrência, resolve receber os documentos, proceder a abertura dos projetos de vendas e posteriormente diligenciar ao FNDE sobre a aceitabilidade do Contrato Social, equiparando-o a cópia do estatuto e ata de posse. Ato Continuo foram abertos os envelopes de projetos de vendas sendo que após análise dos itens obteve-se a classificação conforme anexo I da presente ata, sendo que conforme determina a legislação a para critério de ordem de prioridade projeto de fornecedores locais e demais itens elencados no item 5 do edital. Em prosseguimento aos trabalhos foi solicitado se gostariam de constar algo em ata dada a negativa dos presentes foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão, representantes legais, e por mim _____ Rubens Antonio Correia, que secretariei a sessão.

Adriane Bernardo Lucas Wilian da Silva Segundo

Kelli Cristina Waldrigues Mohl Vanessa Porto Closs

Adendo nº 001 Ata Chamada Pública 002/2016

Em Consulta ao FNDE acerca da aceitabilidade do Contrato Social Sociedade empresarial Limitada composta por três agricultores da Indústria e Comércio de Suco São Carlo Ltda. em substituição ao Estatuto e ata de posse conforme solicitado no edital, o mesmo informou da possibilidade de contratação uma vez que os mesmos são detentores de DAP Pessoa jurídica. A Consulta foi efetuada pelo servidor público Rubens Antonio Correia, e ficou registrada junto ao FNDE sob protocolo nº 20160008282164. lavrando-se o presente adendo que lido e achado conforme, vai assinada pelos membros da Comissão, e por mim _____ Rubens Antonio Correia, que secretariei a sessão e efetuei a consulta ao FNDE.

Adriane Bernardo Lucas Wilian da Silva Segundo

Kelli Cristina Waldrigues Mohl

ANEXO ÚNICO ATA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016

RELAÇÃO DOS PROPONENTES SELECIONADOS CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016 - AGRICULTURA FAMILIAR

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Proponente Selecionado	Critério Seleção	*Preço de Aquisição (R\$)	
						Unitário	Valor Total
1	ABOBRINHA	KG	500	Darci Cristovão Feltrin	Agricultor Local	2,71	1.355,00
2	AÇÚCAR MASCAVO	KG	180	Marlene Zago Zanella	Proposta única	8,63	1553,40
3	ALFACE FRESCA	UND	5800	Edson Paulo da Silva	Proposta única	1,82	10.556,00
4	BATATA DOCE	KG	700	Pedro Milani	Proposta única	2,26	1.582,00
5	BATATA SALSA FRESCA	KG	300	Pedro Milani	Agricultor Local	9,70	2.910,00
6	BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE)	LT	2000	Cooperativa Central Sabor Colonial	Proposta única	4,75	9.500,00
7	BETERRABA	KG	735	Darci Cristovão Feltrin	Agricultor Local	2,51	1.844,85

8	BRÓCOLIS	MÇ	1700	Edson Paulo da Silva	Proposta única	3,12	5.304,00
9	CAQUI CAFÉ	KG	1200	Não Houve Proposta Válida		4,20	
10	CENOURA EXTRA	KG	1350	Darci Cristovão Feltrin	Agricultor Local	2,96	3.996,00
11	COUVE FOLHA	MÇ	1250	Edson Paulo da Silva	Proposta única	3,53	4.412,50
12	ERVILHA CONGELADA	KG	250	Não Houve Proposta Válida		8,99	
13	ESPINAFRE	MÇ	780	Edson Paulo da Silva	Proposta única	2,75	2.145,00
14	ERVAS PARA CHÁ	KG	80	Não Houve Proposta Válida		31,96	
15	FARINHA DE MILHO	KG	2000	Cooperativa Central Sabor Colonial	Proposta única	2,18	4.360,00
16	FEIJÃO PRETO	KG	2000	Heitor Valmórbida	Proposta única	4,23	8.460,00
17	FILÉ DE TILÁPIA	KG	640	Waltemir Domingos Bedendo	Agricultor Local	22,89	14.649,60
18	GELÉIA DE FRUTA 100% NATURAL	KG	600	Adelton Luiz Martini	Agricultor Local	13,18	7.908,00
19	GOIABA DE PRIMEIRA	KG	1100	Não Houve Proposta Válida		5,65	
20	LARANJA COMUM	KG	4615	Não Houve Proposta Válida		2,32	
21	LIMÃO COMUM FRESCO	KG	500	Não Houve Proposta Válida		2,65	
22	AIPIM SEM CASCA CONGELADO	KG	520	Pedro Milani	Proposta única	4,23	2.199,60
23	MEL	KG	25	Heitor Valmórbida	Agricultor Local	16,97	424,25
24	MELANCIA DE 1ª QUALIDADE,	KG	4900	Heitor Valmórbida	Proposta única	1,71	8.379,00
25	MILHO	UND	1500	Pedro Milani	Proposta única	0,94	1.410,00
26	MORANGO CONGELADO,	KG	200	Pedro Milani	Proposta única	11,99	2.398,00
27	MORANGA	KG	514	Pedro Milani	Proposta única	2,57	1.320,98
28	OVOS DE GALINHA	DZ	1500	Não Houve Proposta Válida		4,49	
29	PÃO DE TRIGO CASEIRO	KG	2700	Dirceu Comin	Proposta única	9,01	24.327,00
30	PÊSSEGO DE BOA QUALIDADE	KG	600	Não Houve Proposta Válida		4,01	
31	QUEIJO COLONIAL	KG	340	Davide José Zanon	Agricultor Local	25,92	8.812,80
32	REPOLHO VERDE	KG	3400	Darci Cristovão Feltrin	Proposta única	2,85	9.690,00
33	TEMPERO VERDE	MÇ	2048	Edson Paulo da Silva	Proposta única	2,32	4.751,36
34	TANGERINA PONKAN	KG	2500	Cooperativa Central Sabor Colonial	Proposta única	3,00	7.500,00
35	TOMATE CEREJA	KG	368	Pedro Milani	Proposta única	13,25	4.876,00
36	SUCO DE UVA NATURAL	LT	1000	Adelton Luiz Martini	Agricultor Local	7,32	7.320,00
VALOR TOTAL DA CHAMADA PÚBLICA							111.557,74

Adriane Bernardo

Lucas Wilian da Silva Segundo

Kelli Cristina Waldrigues Mohl

Vanessa Porto Clos
Nutricionista**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001A/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001A/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 01 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.477.571/0001-47 em decorrência do Processo Licitatório nº 006/2016, modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 78.686,84 (setenta e oito mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 04 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Valter Elisbão Garcia Donini Sócio Administrador CPF: 099.338.249-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001B/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001B/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 01 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste,

são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 02.756.441/0001-43 em decorrência do Processo Licitatório nº 006/2016, modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 1.682,90 (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 04 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Jandir Luiz Tres Sócio Administrador CPF: 324.986.400-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001D/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001D/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 01 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 05.021.932/0001-34 em decorrência do Processo Licitatório nº 006/2016, modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 11.463,79 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 04 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Marcio Freitas de Almeida Sócio Administrador CPF: 829.021.609-25 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001E/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001E/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 01 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.989.294/0001-87 em decorrência do Processo Licitatório nº 006/2016, modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 16.391,52 (dezesseis mil trezentos e noventa e um real e cinquenta e dois centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 04 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Julia Wagner Jumes Sócio Administrador CPF: 821.619.099-91 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001F/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001F/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 01 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.633.441/0001-84 em decorrência do Processo Licitatório nº 006/2016, modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 3.119,63 (três mil cento e dezenove reais e sessenta e três centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 04 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Pedro Arana Sócio Administrador CPF: 614.799.429-87 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

LEI Nº 3136/2016

LEI Nº 3136 /2016

"INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE AO ALCOOLISMO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Combate ao Alcoolismo, a ser comemorada anualmente, na semana em que estiver compreendido o dia 18 de fevereiro.

Art. 2º A programação a ser desenvolvida compreenderá a realização de encontros, debates, campanhas educativas e outras atividades que visem orientar e prevenir o alcoolismo na população hervalense, e será definida pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com órgãos públicos e entidades representativas da classe de combate ao alcoolismo.

Art. 3º Para os fins previstos nesta lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas, entidades sociais e educacionais, associações e organizações nacionais e internacionais e com órgãos dos governos Federal e Estadual.

Art. 4º A Semana Municipal de Combate ao Alcoolismo passará a integrar o Calendário Oficial do Município Herval d'Oeste.

Art. 5º As despesas decorrentes da implantação da presente lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 03 de março de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 335/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 335/2016.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 280, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. A alínea "c" do art. 5º e inciso V do art. 6º Da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º

...

c) Coordenadoria do PROCON

Art. 6º

...

V – Coordenadoria do PROCON

Art. 2º. O caput do art. 11 da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 Fica o PROCON Municipal de Herval d'Oeste, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, com coordenador próprio do quadro de servidores públicos efetivos municipais e destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

Art. 3º. O inciso I do art. 27 da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

I - Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial;

Art. 4º. O título da SEÇÃO I do CAPÍTULO VI passa a ser "DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL"

Art. 5º. O art. 28 da LC 280/2011 passa a ter a redação que segue:

Art. 28 Ao Departamento de Gestão Administrativa e patrimonial compete, especialmente:

I - estudos e planos para modernização da administração pública municipal e racionalização das despesas públicas compreendendo:

a) planejar, orientar, dirigir, executar e controlar o processo de tributação municipal, localizando e identificando os contribuintes, lançando os tributos municipais na forma da legislação tributária, especialmente o código tributário municipal;

b) executar a política econômica-financeira do Município, aplicando os princípios básicos da administração pública, mormente o planejamento,

execução e controle;

c) fiscalizar o cumprimento da legislação tributária e fiscal, posturas e codificações Municipais;

d) notificar e aplicar penalidades previstas em leis e regulamentos municipais;

e) localizar evasões ou clandestinidades de receitas municipais ou de outras formas de sonegação fiscal de tributos municipais;

f) executar inspeções de livros, documentos, registros e imóveis, para os devidos enquadramentos dos contribuintes diante do que prevê o Código Tributário Municipal;

g) promover a realização e recebimento de declarações fiscais;

h) relatar as atividades de fiscalização realizadas;

i) manter atualizados os dados estatísticos do Departamento;

j) desincumbir-se de outras competências que lhe forem delegadas, no interesse da Administração Municipal.

II - administração de materiais, compreendendo os procedimentos de aquisição, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;

III - administração patrimonial, compreendendo patrimônio mobiliário e imobiliário e ainda:

a) administrar o patrimônio municipal;

b) promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos;

c) providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;

d) solicitar compras ou aquisições, vendas ou alienações, na forma prevista na legislação pertinente;

e) providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

f) promover os atos bons e necessários à escrituração e registro dos bens imóveis;

g) promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, carga e descarga de bens patrimoniais;

h) administrar e controlar o almoxarifado municipal;

i) promover a execução dos laudos de avaliação dos bens e materiais inservíveis, promovendo a devida alienação, na forma da lei;

j) realizar outras atividades relativas à administração de material e patrimônio que lhe forem cometidas na forma desta Lei.;

IV - administração de serviços gerais, compreendendo guarda e manutenção dos prédios públicos;

V - guarda e conservação de documentos.

VI - programar, orientar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, auditoria, e em especial o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual.

VII - programação de pagamentos da despesa e dívidas públicas e recebimentos das receitas municipais;

VIII - elaboração dos demonstrativos financeiros determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e atendimento de outras normas de prestação de contas;

IX - estabelecimento de políticas e planos de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais.

Parágrafo Único. O Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial compreende a Gerência de Compras e Licitações.

Art. 6º. Fica criado o art. 32-A na LC 280/2011 com a seguinte redação:

Art. 32-A À tesouraria do município, vinculada ao Departamento Financeiro compete:

I - Conferir extratos bancários das contas da municipalidade, compreendendo seus fundos autarquias e fundações, verificando débitos e créditos.

II - Organizar os empenhos, classificar por recurso, emitir relação autorizando o banco efetuar o débito nas contas e creditar na conta dos fornecedores ou pagá-los em cheque.

III - Efetuar pagamento de restituição de tarifas, taxas, multas, e outros, pagas indevidamente conforme parecer e autorização nos processos.

IV - Efetuar pagamento aos fornecedores, indenizações e outros, previsão de fluxo de caixa, controlar as contas, conferir e imprimir os extratos bancários, verificar créditos e débitos, aplicar o dinheiro disponível, elaborar diário de tesouraria.

V - Controlar a movimentação e os saldos de contas bancárias mantendo-os aplicados com a finalidade de resgatar se necessário ou aplicar o disponível de modo a garantir maior rentabilidade possível.

VI - Emitir diário de tesouraria, relacionando receitas, despesas, créditos e débitos em contas bancárias.

VII - Elaborar fluxo de caixa, projetando receitas com base históricos, programando as despesas fixas, efetuando ajuste diários de receitas e despesas realizadas, visando disponibilizar recursos suficientes para pagamento de salários e fornecedores.

VIII - Manter sob sua guarda em cofre forte os talões de cheques e outros documentos pertencentes à Prefeitura, para maior segurança e controle dos mesmos.

IX - Verificar se o saldo financeiro nas contas é suficiente para os pagamentos e débitos diários.

X - Organizar e encaminhar malotes aos bancos.

XI - Receber malotes dos bancos, classificar e anexar documentos bancários à movimentação de pagamentos diária.

XII - Organizar documentos de movimentação diária, realizar lançamentos necessários e encaminhar à contabilidade.

XIII - Atender ao telefone, público e fornecedores, passando e/ou recebendo informações, informando datas que foram e serão efetuados pagamentos, objetivando orientá-los e propiciar a solução de seus problemas.

XIV - Realizar pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, aplicando conhecimentos inerentes às técnicas de organização sempre que solicitado por seus superiores.

Art. 7º. O inciso XIV do art. 54 da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

XIV – Compete ainda ao Departamento Geral Administrativo e Financeiro:

a) acompanhar a aplicação de todos os recursos vinculados a secretaria de educação no que se refere a convênios respeitando os trâmites legais;

b) operacionalizar a parte administrativa de toda a secretaria da educação;

c) coletar, atualizar e socializar a legislação do ensino e de administração de pessoal;

- d) coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos das escolas e creches possibilitando avaliação do processo educacional com apontamentos para melhorias;
- e) assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela secretaria de educação;
- f) participar do processo de aquisição e distribuição da merenda escolar, material de limpeza e material de expediente de toda a secretaria da educação;
- g) participar do processo referente ao transporte escolar;
- h) administrar a agenda do transporte escolar;
- i) participar, estudar e elaborar programas de desenvolvimento de recursos humanos;
- j) prestar assessoria e consultoria administrativa em assuntos administrativos, educacionais nas escolas e creches;
- k) acompanhar o processo de recrutamento e seleção de pessoal;
- l) participar na coordenação dos eventos realizados pela secretaria de educação, cultura e esportes referentes ao calendário escolar;

Art. 8º. Os artigos 68 e 69 da LC 280 passam a ter a seguinte redação:

Art. 68 Ao Departamento Operacional compete toda a atividade voltada ao controle e fiscalização do cumprimento da execução das normas constantes no Plano Diretor, Código de Obras, Código de Postura e legislação específica, bem como a fiscalização e o controle das concessões e permissões em geral, compreendendo ainda:

- I - a coordenação dos serviços inerentes à operação das máquinas de extração;
- II - o conserto e manutenção das máquinas de extração de britas e de operação da usina de asfalto;
- III - o controle da produção e distribuição de britas;
- IV - o controle e coordenação dos servidores lotados no britador e na usina de asfalto;
- V - a gerência dos serviços de carregamento, transporte e descarregamento da produção;
- VI - a fiscalização dos serviços inerentes à produção de brita e usinagem de asfalto.

Art. 69. À Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico, com base na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência condigna, conforme os ditames da justiça social, respeitados os princípios da propriedade privada e de sua função social, da livre concorrência, da defesa do consumidor e do meio ambiente e a busca do pleno emprego, subdividindo-se em:

- I - Departamento de Habitação;
- II - Gerência de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços;

Art. 9º. A Seção II do Capítulo IX da LC 280/2011 terá a seguinte redação:

SEÇÃO II

DA GERÊNCIA DE TURISMO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Art. 71 À Gerência de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços compete:

I - promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, mediante a execução de ações que visem:

- a) o incentivo a empreendimentos turísticos;
- b) a divulgação dos pontos de interesse turístico;
- c) a inclusão do Município no roteiro turístico do Estado;
- d) a divulgação do Município, por meio da realização de eventos tradicionais e característicos, efetuados regularmente, gestionando a sua inclusão no calendário de eventos elaborado pelo órgão estadual de turismo;
- e) o apoio e incentivo à realização de eventos folclóricos, tradicionalistas e sócio-culturais;
- f) a representação e a divulgação do Município em eventos diversos, em âmbito interno e externo;
- g) a articulação com entidades públicas e privadas, bem como com os demais órgãos da administração municipal, para viabilizar o desenvolvimento harmonioso do setor turístico no Município, como fator de desenvolvimento econômico;
- h) promover cursos profissionalizantes para capacitar pessoas para ingresso ao trabalho;
- i) acompanhar a realização dos objetos dos termos de convênio, ajustes, acordos e outras instrumentos;
- j) em conjunto com a Secretaria da Fazenda, promover a realização e recebimento das declarações fiscais relativas ao desenvolvimento econômico do Município;

II - desenvolver outras atividades relacionadas ao turismo, de interesse da Secretaria, que lhe sejam atribuídas pela autoridade competente.

III - planejar e organizar o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no Município;

IV - incentivar e apoiar a instalação, ampliação e modernização de indústrias, comércio e serviços no Município;

V - promover, articuladamente com a Assessoria de Imprensa, campanhas de divulgação destacando o Município como pólo econômico regional e, ressaltando a legislação municipal referente à concessão de incentivos fiscais e estímulos materiais às empresas que se instalarem no seu território;

VI - estimular e apoiar a pequena e média empresa;

VII - estimular as indústrias para que utilizem, tanto quanto possível, matérias-primas locais;

VIII - apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos de interesse da indústria e comércio do Município;

IX - promover campanhas de incentivo à participação da indústria e comércio locais nos eventos realizados pelo Departamento;

X - estimular a prática de adoção de praças, concurso de vitrines e outros que tenham a participação efetiva da indústria e comércio locais;

XI - incentivar e apoiar a geração de novas oportunidades de trabalho no Município;

XII - estimular e incentivar a efetiva implantação do Distrito Industrial e/ou mini-distritos e administrar todos os assuntos referentes ao seu funcionamento;

XIII - estimular e apoiar a instalação de empresas produtoras de bens e serviços de informática e tecnologia de ponta;

Art. 10. A SUBSEÇÃO I da SEÇÃO ÚNICA do CAPÍTULO X da LC 280/2011 terá a seguinte redação:

SUBSEÇÃO I

DA GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Art. 75 À Gerência de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, compete, fundamentalmente, o planejamento, a execução e o controle de

políticas que visem o desenvolvimento rural do Município, atuando em conjunto com a Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos na administração das máquinas, equipamentos e veículos municipais, bem como o planejamento, a organização, a execução e o controle dos serviços urbanos e da proteção e preservação do meio ambiente, objetivando a execução de ações que visem à promoção da melhor qualidade de vida da população.

§ 1º. Compete ainda à Gerência de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

I - promover e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, no que for de competência do Município;

II - promover a fiscalização, articuladamente com outros órgãos do governo, de saúde e vigilância sanitária;

III - definir espaços de controle e preservação permanente de interesse público e social do Município, promovendo as respectivas declarações ou tombamento, conforme o caso;

IV - exigir de cada interessado na implantação de obra ou atividade potencialmente prejudicial ao meio ambiente o respectivo estudo prévio de impacto ambiental, com ampla divulgação;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental, articuladamente, com as unidades de ensino instaladas no Município e em cooperação com a Secretaria de Educação, em todos os níveis e modalidades de ensino e a conscientização pública para o respeito ao meio ambiente;

VII - fiscalizar o trabalho animal, punindo os infratores pelos excessos, na forma do regulamento;

VIII - coibir, por todos os meios legais, eventos competitivos que submetam animais a confrontos de crueldade;

IX - proteger a fauna e a flora, evitando práticas que as coloquem em risco;

X - fiscalizar e denunciar aos órgãos competentes os abusos contra o meio ambiente;

XI - proteger as fontes e mananciais de águas;

XII - controlar processos de florestamento e reflorestamento decorrentes de legislação municipal;

XIII - desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas oportunas a criação e manutenção do meio ambiente saudável.

§ 2º. A Gerência de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente contará com o apoio de analista de pesquisa e extensão rural com atribuições definidas no Anexo IV da LC 280/2011.

Art. 11. Fica corrigido o erro material na ordem dos incisos L e LI do art. 101 da LC 280/2011 e incluem-se os seguintes dispositivos e parágrafo único ao mesmo artigo com a seguinte redação:

Art. 101.

...

LII – Tesoureiro

LIII – Coordenador do Procon

LIV – Coordenador do Controle Interno

LV – Analista de Pesquisa e Extensão Rural

Parágrafo Único. Ficam revogados os incisos XXXVIII, XLII, XLIII, XLIV

Art. 12. O Sub Anexo I do Anexo III da LC 280/2011 passa a ser o seguinte:

ANEXO III - Quadro único de Pessoal Efetivo

Subanexo I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Administrador	01	12/1	01
Contador	01	12/1	00
Procurador	01	12/2	01
Analista de Projetos Institucionais	02	10/1	00
Analista de Instrum. Do Planej. Público	01	10/1	01

ANEXO III

Quadro único de Pessoal Efetivo

Sub anexo I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Administrador	01	12/1	01
Contador	01	12/3	00
Procurador	01	12/2	01
Analista de Projetos Institucionais	02	10/1	00
Analista de Instrum. Do Planej. Público	01	10/1	00

ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Auxiliar de Contabilidade	01	9/2	01

Agente Administrativo	16	9	12	
Fiscal de Tributos	03	11	01	
Técnico Tributário Financeiro	03	11	00	
Técnico em Tributação	03	11	03	
Técnico em Contabilidade	01	12/2	01	
Técnico em Informática	01	8	00	

ATIVIDADE DE NÍVEL AUXILIAR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Auxiliar Administrativo	08	6/2	06
Telefonista	01	6/2	01

Art. 13. Ficam extintos os cargos efetivos de Técnico em Laboratório, Tecnólogo em Saneamento Ambiental Curso Superior, Topógrafo e Desenhista.

Art. 14. Ficam criados os seguintes subitens no Anexo IV da LC 280/2011:

- 1.3.14. Tesoureiro: Curso Superior nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Processos Gerenciais;
- 1.3.15. Coordenador do Procon: Superior em Direito;
- 1.3.16. Coordenador do Controle Interno: Superior nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Direito;
- 1.3.17. Analista de Pesquisa e Extensão Rural: Superior em Agronomia ou Ciências Biológicas

Art. 15. Ficam excluídos os sub itens 2.3.5, 2.4.12, 3.3.2, 3.3.4, 3.4.4, 3.4.6, 3.4.7 do Anexo IV da LC 280/2011.

Art. 16. Ficam criados os sub itens abaixo no Anexo IV da LC 280/2011:

1.4.15 Tesoureiro

Conferir extratos bancários das contas da municipalidade, compreendendo seus fundos autarquias e fundações, verificando débitos e créditos.

Organizar os empenhos, classificar por recurso, emitir relação autorizando o banco efetuar o débito nas contas e creditar na conta dos fornecedores ou pagá-los em cheque.

Efetuar pagamento de restituição de tarifas, taxas, multas, e outros, pagas indevidamente conforme parecer e autorização nos processos. Efetuar pagamento aos fornecedores, indenizações e outros, previsão de fluxo de caixa, controlar as contas, conferir e imprimir os extratos bancários, verificar créditos e débitos, aplicar o dinheiro disponível, elaborar diário de tesouraria.

Controlar a movimentação e os saldos de contas bancárias mantendo-os aplicados com a finalidade de resgatar se necessário ou aplicar o disponível de modo a garantir maior rentabilidade possível.

Emitir diário de tesouraria, relacionando receitas, despesas, créditos e débitos em contas bancárias.

Elaborar fluxo de caixa, projetando receitas com base históricos, programando as despesas fixas, efetuando ajuste diários de receitas e despesas realizadas, visando disponibilizar recursos suficientes para pagamento de salários e fornecedores.

Manter sob sua guarda em cofre forte os talões de cheques e outros documentos pertencentes à Prefeitura, para maior segurança e controle dos mesmos.

Verificar se o saldo financeiro nas contas é suficiente para os pagamentos e débitos diários.

Organizar e encaminhar malotes aos bancos.

Receber malotes dos bancos, classificar e anexar documentos bancários à movimentação de pagamentos diária.

Organizar documentos de movimentação diária, realizar lançamentos necessários e encaminhar à contabilidade.

Atender ao telefone, público e fornecedores, passando e/ou recebendo informações, informando datas que foram e serão efetuados pagamentos, objetivando orientá-los e propiciar a solução de seus problemas.

Realizar pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, aplicando conhecimentos inerentes às técnicas de organização sempre que solicitado por seus superiores.

1.4.16 Coordenador do Procon

Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2.181/97;

Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90;

Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97);

Solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos.

1.4.17 Coordenador do Controle Interno

avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes Orçamentárias, na execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

acompanhamento da execução do orçamento municipal, Plano Plurianual e Lei das Diretrizes Orçamentárias e dos contratos e atos jurídicos análogos;

verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem da arrecadação de receitas e realização de despesas;

verificação da regularidade da contabilização dos atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações;

verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e responsáveis por bens e valores públicos.

controle da execução dos programas e da observância das normas que regem a atividade específica da cada nível, órgão ou unidade administrativa, com a supervisão do Coordenador de Controle Interno;

controle pelo Coordenador do Controle Interno, da aplicação de dinheiros públicos e da guarda de bens do Município.

Auditoria Contábil, com a finalidade de examinar a correção técnica da escrituração, a legitimidade dos atos e fatos que deram origem aos lançamentos, a formalização dos documentos comprobatórios, medir e avaliar a segurança e eficiência das funções de controle interno, próprias do sistema contábil;

Auditoria da Situação Financeira, com a finalidade de verificar a regularidade e correção dos recebimentos e pagamentos efetuados, conferir os saldos de bancos declarados com os existentes observar o cumprimento das normas internas;

Auditoria da Receita, com a finalidade de verificar a situação controles existentes sobre o lançamento, cobrança e arrecadação das receitas municipais, a compatibilização dos valores da arrecadação com os registrados na Contabilidade e a observância da legislação pertinente;

Auditoria dos Créditos Orçamentários e Adicionais, com a finalidade de verificar a existência de créditos para a realização da despesa, a regularidade e correção da abertura e utilização dos créditos adicionais e a observância das normas, procedimentos e preceitos legais que regem a execução do orçamento do Município, incluindo os seus fundos especiais;

Auditoria da Despesa, com a finalidade verificar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e moralidade na realização da despesa pública, bem como se está sendo cumprida a legislação federal e municipal pertinentes;

Auditoria de Administração de Pessoal, com a finalidade de verificar a compatibilização da estrutura do quadro de pessoal à situação existente, as formas de admissão, a regularidade na concessão de direitos, vantagens e da remuneração dos servidores públicos, recrutamentos e seleção, estágio probatório, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, avaliações, promoções, transferências, licenças e a aplicação da legislação própria;

Auditoria de Administração de Material, cuja finalidade relaciona-se com os controles existentes, objetivando a verificação de condições adequadas de recebimento, armazenamento, distribuição, controle e segurança dos produtos e materiais;

Auditoria de Bens Permanentes, com a finalidade e relaciona-se com os controles existentes almoxarifados e depósitos, objetivando a verificação da guarda, responsabilidade, movimentação, conservação, segurança e uso dos bens públicos municipais permanentes;

Auditoria sobre Veículos e Máquinas, com a finalidade de verificar a situação das condições gerais de uso dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal, a contabilização das despesas com combustível, lubrificantes, peças e serviços dos mesmos, bem como a regularidade da documentação;

Auditoria de Obras e Serviços, com a finalidade de verificar a compatibilização entre a existência física, o cronograma físico-financeiro e os pagamentos das etapas executadas, o cumprimento das cláusulas contratuais e a observância das plantas e do memorial descritivo;

Elaboração, com a Administração Municipal, do PPA, LDO, LOA, Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, Metas Bimestrais de Arrecadação, bem como outras peças de planejamento a serem exigidas pela legislação inerente e órgãos de controle externo.

1.4.18 Analista de Pesquisa e Extensão Rural

Elaboração de projetos referente a cultivos agrícolas, alfafe e outras culturas, auxiliando no planejamento, orientando e controlando técnicas de utilização de terras para possibilitar um maior rendimento e qualidade da produção agrícola no território municipal;

Elaboração, acompanhamento e fiscalização do Programa de Aquisição Alimentar – PAA; do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e demais Programas Federais e Estaduais

Realizar perícias ambientais

Emitir laudos técnicos na área ambiental

Coordenar, orientar, acompanhar e executar atividades técnicas de pesquisa agropecuária e de extensão rural, atuando no processo de desenvolvimento, transferência e adaptação do conhecimento científico e tecnológico

Elaborar laudos técnicos conclusivos necessários a análise dos pedidos de licenciamentos ambientais de impacto local

Realizar trabalhos científicos de pesquisa, estudos e orientação nas diversas áreas das Ciências Biológicas

Coordenar o departamento de meio ambiente do município

Elaborar e encaminhar documentos aos órgãos competentes visando a obtenção e manutenção da gestão ambiental municipal

Auxiliar na adequação da legislação ambiental municipal

Pesquisa de adaptação vegetal e animal

Executar as atividades previstas na profissão regulamentada

Art. 17. Os anexos VI, VII e VIII da LC 280/2011 terão a seguinte composição:

ANEXO VI
CARGOS DE CONFIANÇA POR SECRETARIA

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QT.CAR	NÍVEL	
01 - GABINETE DO PREFEITO			
Chefe de Gabinete	01	DAS 4	
Coordenador de Junta Militar	01	DAS 3	
Assessor de Imprensa	01	DAS 2	
Assessor Jurídico	01	DAS 5	
02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO			
Secretário de Planejamento e Coordenação	01	Ag.Político	
Diretor de Convênios e Projetos Institucionais	01	DAS 1	
Diretor de Projetos Técnicos -	01	DAS 1	
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Secretário de Administração e Finanças -	01	Ag.Político	
Diretor de Finanças -	01	DAS 1	
Diretor de Gestão e Administração e Patrimônio	01	DAS 1	
Gerente de Compras e Licitação -	01	DAS 2	
04 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL			
Secretário da Saúde e Promoção Social -	01	Ag.Político	
Diretor de Saúde Pública	01	DAS 1	
Gerente de Administrativo -	01	DAS 2	
Gerente de Serviços Ambulatoriais -	01	DAS 2	
Diretor Administrativo de Programas -	01	DAS 1	
05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Secretário de Assistência Social -	01	Ag.Político	
Diretor de Programas Sociais -	01	DAS-1	
Gerente de Programas Sociais -	01	DAS-2	
06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes -	01	Ag.Político	
Diretor de Educação Infantil -	01	DAS 1	
Gerente de Educação Infantil	01	DAS 2	
Gerente de Educação Infantil -	01	DAS 2	
Gerente de Educação Infantil -	01	DAS-2	
Gerente de Educação Infantil -	01	DAS-2	
Diretor de Ensino Fundamental -	01	DAS 1	
Gerente de Apoio Operacional -	01	DAS 2	

Diretor Administrativo e Financeiro -	01	DAS 1	
Gerente de Programas Educacionais -	01	DAS 2	
Diretor de Cultura -	01	DAS 1	
Gerente de Cultura -	01	DAS 2	
Diretor de Esportes -	01	DAS 1	
Diretor de Escola -	09	DAS-1	
07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE -			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente -	01	Ag. Político	
Diretor de Agricultura -	01	DAS 1	
Gerente de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente-	01	DAS 2	
08 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos -	01	Ag. Político	
Diretor de Transportes e Obras -	01	DAS 1	
Gerente de Manutenção de Estradas e Equipamentos -	01	DAS 2	
Diretor de Urbanismo e Serviços Públicos -	01	DAS 1	
Gerente de Produção -	01	DAS 2	
Gerente de Serviços Gerais -	01	DAS 2	
Diretor de Transito -	01	DAS 1	
Diretor Operacional -	01	DAS 1	
Coordenador de Programa de Conservação das Estradas Vicinais	10	DAS 3	
09 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Habitação e Desenvolvimento Econômico -	01	Ag. Político	
Diretor de Habitação -	01	DAS 1	
Gerente de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços	01	DAS 2	

ANEXO VII

TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA		
IDENTIFICAÇÃO	Nº de Vagas	Valor R\$
Chefe de Setor – FC – 01	2	407,24
Chefe de Setor – Fundo Municipal de Saúde – FC-02	2	407,24
Supervisor de Área – FC-03	3	277,66

ANEXO VIII

TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS		
IDENTIFICAÇÃO	Nº de Vagas	Valor R\$
Coordenador do Sistema de Controle Interno – FG-01	1	1021,97
Responsável por Departamento Setor – FG-01	6	1009,70
Coordenador de núcleos de Atividades – FG-02	4	721,95
Responsável por Secretaria de Escola – FG - 03	4	370,20
Responsável pela Secretaria do Conselho de Defesa Civil	1	1009,70
Responsável pelos Serviços e Programas Sociais na Saúde	1	721,00
Responsável por Atividades na Saúde	1	185,06
Responsável por Atividades – FG-04	3	185,06

Art. 18. Ficam revogados os artigos 29, 30, 49, 57, 67, 72, 76 da LC 280/2011.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Herval d' Oeste, de de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 0335/2016

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 280, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e conforme dispõe o § 6º do Art. 36 da Lei Orgânica de Herval d'Oeste, promulga a Lei Complementar nº 0335/2016 que “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 280, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Herval d'Oeste, em 03 de março de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI

Presidente

PORTARIA Nº 306/2016

PORTARIA Nº 306/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 01 de março de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, a Servidora DIRLEI ZARPELON BETTONI (Matr. 24), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 9/A, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Março de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307/2016

PORTARIA Nº 307/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GIOVANI BENETTI (Matr. 2701), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência “C”, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2014 e 31 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de março de 2016 a 31 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Março de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 308/2016

PORTARIA Nº 308/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora PÂMELA RODRIGUES OLIVO (Matr. 4203), a contar de 02 de março de 2016, a qual exercia a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 309/2016

PORTARIA Nº 309/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LUCIANE BORGES DO AMARAL (Matr. 4278), para exercer a função de Professor de Educação Física, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, aprovada e classificada em 7º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

E, ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora supracitada, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde – "Centro de Atividades Físicas", a contar de 02 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 009/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

"PEDREIRA CALDART LTDA. EPP"

CNPJ/MF Nº 79.386.850/0001-20

Rod. BR 282, KM 382 – Linha Pacífico

TERMO ADITIVO Nº 009/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA CALDART LTDA. EPP, estabelecida na Rodovia BR 282 KM, 382, Linha Pacífico, no município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 79.386.850/0001-20, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Alírio Antonio Caldart, brasileiro, inscrita no CPF nº 238.832.860-87, doravante denominada CONTRATADA, resolve unilateralmente celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 032/2015, que tem por objeto a Pavimentação em Concreto Armado na Rua Dilmar Antonio Lamperti e Pavimentação em Paralelepípedos em parte da Rua Valdomiro de Deus e Silva, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório nº 033/2015, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2015, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução da ordem de serviço nº 005/2015 de 10/03/2016 até 09/05/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, § 1º inciso II e da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como justificativa da contratada e parecer técnico da Secretaria de Planejamento e Coordenação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 032/2015, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de março de 2016.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Alírio Antonio Caldart Sócio Administrador CPF: 238.832.860-87 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Vera Lucia da Silva Bilibio CPF: 600.730.049-87

CÂMARA MUNICIPAL**LEI COMPLEMENTAR Nº 335/2016**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

LEI COMPLEMENTAR Nº 335/2016.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 280, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. A alínea “c” do art. 5º e inciso V do art. 6º Da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º

...

c) Coordenadoria do PROCON

Art. 6º

...

V – Coordenadoria do PROCON

Art. 2º. O caput do art. 11 da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 Fica o PROCON Municipal de Herval d'Oeste, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, com coordenador próprio do quadro de servidores públicos efetivos municipais e destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

Art. 3º. O inciso I do art. 27 da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

I - Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial;

Art. 4º. O título da SEÇÃO I do CAPÍTULO VI passa a ser “DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL”

Art. 5º. O art. 28 da LC 280/2011 passa a ter a redação que segue:

Art. 28 Ao Departamento de Gestão Administrativa e patrimonial compete, especialmente:

I - estudos e planos para modernização da administração pública municipal e racionalização das despesas públicas compreendendo:

- a) planejar, orientar, dirigir, executar e controlar o processo de tributação municipal, localizando e identificando os contribuintes, lançando os tributos municipais na forma da legislação tributária, especialmente o código tributário municipal;
- b) executar a política econômica-financeira do Município, aplicando os princípios básicos da administração pública, mormente o planejamento, execução e controle;
- c) fiscalizar o cumprimento da legislação tributária e fiscal, posturas e codificações Municipais;
- d) notificar e aplicar penalidades previstas em leis e regulamentos municipais;
- e) localizar evasões ou clandestinidades de receitas municipais ou de outras formas de sonegação fiscal de tributos municipais;
- f) executar inspeções de livros, documentos, registros e imóveis, para os devidos enquadramentos dos contribuintes diante do que prevê o Código Tributário Municipal;
- g) promover a realização e recebimento de declarações fiscais;
- h) relatar as atividades de fiscalização realizadas;
- i) manter atualizados os dados estatísticos do Departamento;
- j) desincumbir-se de outras competências que lhe forem delegadas, no interesse da Administração Municipal.

II - administração de materiais, compreendendo os procedimentos de aquisição, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;

III - administração patrimonial, compreendendo patrimônio mobiliário e imobiliário e ainda:

- a) administrar o patrimônio municipal;
- b) promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos;
- c) providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;
- d) solicitar compras ou aquisições, vendas ou alienações, na forma prevista na legislação pertinente;
- e) providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;
- f) promover os atos bons e necessários à escrituração e registro dos bens imóveis;
- g) promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, carga e descarga de bens patrimoniais;
- h) administrar e controlar o almoxarifado municipal;
- i) promover a execução dos laudos de avaliação dos bens e materiais inservíveis, promovendo a devida alienação, na forma da lei;
- j) realizar outras atividades relativas à administração de material e patrimônio que lhe forem cometidas na forma desta Lei;

IV - administração de serviços gerais, compreendendo guarda e manutenção dos prédios públicos;

V - guarda e conservação de documentos.

VI - programar, orientar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas à administração financeira, contábil,

orçamentária, patrimonial, auditoria, e em especial o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual.
VII - programação de pagamentos da despesa e dívidas públicas e recebimentos das receitas municipais;
VIII - elaboração dos demonstrativos financeiros determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e atendimento de outras normas de prestação de contas;
IX - estabelecimento de políticas e planos de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais.
Parágrafo Único. O Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial compreende a Gerência de Compras e Licitações.

Art. 6º. Fica criado o art. 32-A na LC 280/2011 com a seguinte redação:

Art. 32-A À tesouraria do município, vinculada ao Departamento Financeiro compete:

- I - Conferir extratos bancários das contas da municipalidade, compreendendo seus fundos autarquias e fundações, verificando débitos e créditos.
- II - Organizar os empenhos, classificar por recurso, emitir relação autorizando o banco efetuar o débito nas contas e creditar na conta dos fornecedores ou pagá-los em cheque.
- III - Efetuar pagamento de restituição de tarifas, taxas, multas, e outros, pagas indevidamente conforme parecer e autorização nos processos.
- IV - Efetuar pagamento aos fornecedores, indenizações e outros, previsão de fluxo de caixa, controlar as contas, conferir e imprimir os extratos bancários, verificar créditos e débitos, aplicar o dinheiro disponível, elaborar diário de tesouraria.
- V - Controlar a movimentação e os saldos de contas bancárias mantendo-os aplicados com a finalidade de resgatar se necessário ou aplicar o disponível de modo a garantir maior rentabilidade possível.
- VI - Emitir diário de tesouraria, relacionando receitas, despesas, créditos e débitos em contas bancárias.
- VII - Elaborar fluxo de caixa, projetando receitas com base históricos, programando as despesas fixas, efetuando ajuste diários de receitas e despesas realizadas, visando disponibilizar recursos suficientes para pagamento de salários e fornecedores.
- VIII - Manter sob sua guarda em cofre forte os talões de cheques e outros documentos pertencentes à Prefeitura, para maior segurança e controle dos mesmos.
- IX - Verificar se o saldo financeiro nas contas é suficiente para os pagamentos e débitos diários.
- X - Organizar e encaminhar malotes aos bancos.
- XI - Receber malotes dos bancos, classificar e anexar documentos bancários à movimentação de pagamentos diária.
- XII - Organizar documentos de movimentação diária, realizar lançamentos necessários e encaminhar à contabilidade.
- XIII - Atender ao telefone, público e fornecedores, passando e/ou recebendo informações, informando datas que foram e serão efetuados pagamentos, objetivando orientá-los e propiciar a solução de seus problemas.
- XIV - Realizar pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, aplicando conhecimentos inerentes às técnicas de organização sempre que solicitado por seus superiores.

Art. 7º. O inciso XIV do art. 54 da LC 280/2011 passa a ter a seguinte redação:

XIV – Compete ainda ao Departamento Geral Administrativo e Financeiro:

- a) acompanhar a aplicação de todos os recursos vinculados a secretaria de educação no que se refere a convênios respeitando os trâmites legais;
- b) operacionalizar a parte administrativa de toda a secretaria da educação;
- c) coletar, atualizar e socializar a legislação do ensino e de administração de pessoal;
- d) coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos das escolas e creches possibilitando avaliação do processo educacional com apontamentos para melhorias;
- e) assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela secretaria de educação;
- f) participar do processo de aquisição e distribuição da merenda escolar, material de limpeza e material de expediente de toda a secretaria da educação;
- g) participar do processo referente ao transporte escolar;
- h) administrar a agenda do transporte escolar;
- i) participar, estudar e elaborar programas de desenvolvimento de recursos humanos;
- j) prestar assessoria e consultoria administrativa em assuntos administrativos, educacionais nas escolas e creches;
- k) acompanhar o processo de recrutamento e seleção de pessoal;
- l) participar na coordenação dos eventos realizados pela secretaria de educação, cultura e esportes referentes ao calendário escolar;

Art. 8º. Os artigos 68 e 69 da LC 280 passam a ter a seguinte redação:

Art. 68 Ao Departamento Operacional compete toda a atividade voltada ao controle e fiscalização do cumprimento da execução das normas constantes no Plano Diretor, Código de Obras, Código de Postura e legislação específica, bem como a fiscalização e o controle das concessões e permissões em geral, compreendendo ainda:

- I - a coordenação dos serviços inerentes à operação das máquinas de extração;
- II - o conserto e manutenção das máquinas de extração de britas e de operação da usina de asfalto;
- III - o controle da produção e distribuição de britas;
- IV - o controle e coordenação dos servidores lotados no britador e na usina de asfalto;
- V - a gerência dos serviços de carregamento, transporte e descarregamento da produção;
- VI - a fiscalização dos serviços inerentes à produção de brita e usinagem de asfalto.

Art. 69. À Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico, com base na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência condigna, conforme os ditames da justiça social, respeitados os princípios da propriedade privada e de sua função social, da livre concorrência, da defesa do consumidor e do meio ambiente e a busca do pleno emprego, subdividindo-se em:

- I - Departamento de Habitação;
- II - Gerência de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços;

Art. 9º. A Seção II do Capítulo IX da LC 280/2011 terá a seguinte redação:

SEÇÃO II

DA GERÊNCIA DE TURISMO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Art. 71 À Gerência de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços compete:

I - promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, mediante a execução de ações que visem:

- a) o incentivo a empreendimentos turísticos;
- b) a divulgação dos pontos de interesse turístico;
- c) a inclusão do Município no roteiro turístico do Estado;
- d) a divulgação do Município, por meio da realização de eventos tradicionais e característicos, efetuados regularmente, gerenciando a sua inclusão no calendário de eventos elaborado pelo órgão estadual de turismo;
- e) o apoio e incentivo à realização de eventos folclóricos, tradicionalistas e sócio-culturais;
- f) a representação e a divulgação do Município em eventos diversos, em âmbito interno e externo;
- g) a articulação com entidades públicas e privadas, bem como com os demais órgãos da administração municipal, para viabilizar o desenvolvimento harmonioso do setor turístico no Município, como fator de desenvolvimento econômico;
- h) promover cursos profissionalizantes para capacitar pessoas para ingresso ao trabalho;
- i) acompanhar a realização dos objetos dos termos de convênio, ajustes, acordos e outras instrumentos;
- j) em conjunto com a Secretaria da Fazenda, promover a realização e recebimento das declarações fiscais relativas ao desenvolvimento econômico do Município;

II - desenvolver outras atividades relacionadas ao turismo, de interesse da Secretaria, que lhe sejam atribuídas pela autoridade competente.

III - planejar e organizar o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no Município;

IV - incentivar e apoiar a instalação, ampliação e modernização de indústrias, comércio e serviços no Município;

V - promover, articuladamente com a Assessoria de Imprensa, campanhas de divulgação destacando o Município como pólo econômico regional e, ressaltando a legislação municipal referente à concessão de incentivos fiscais e estímulos materiais às empresas que se instalarem no seu território;

VI - estimular e apoiar a pequena e média empresa;

VII - estimular as indústrias para que utilizem, tanto quanto possível, matérias-primas locais;

VIII - apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos de interesse da indústria e comércio do Município;

IX - promover campanhas de incentivo à participação da indústria e comércio locais nos eventos realizados pelo Departamento;

X - estimular a prática de adoção de praças, concurso de vitrines e outros que tenham a participação efetiva da indústria e comércio locais;

XI - incentivar e apoiar a geração de novas oportunidades de trabalho no Município;

XII - estimular e incentivar a efetiva implantação do Distrito Industrial e/ou mini-distritos e administrar todos os assuntos referentes ao seu funcionamento;

XIII - estimular e apoiar a instalação de empresas produtoras de bens e serviços de informática e tecnologia de ponta;

Art. 10. A SUBSEÇÃO I da SEÇÃO ÚNICA do CAPÍTULO X da LC 280/2011 terá a seguinte redação:

SUBSEÇÃO I

DA GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Art. 75 À Gerência de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, compete, fundamentalmente, o planejamento, a execução e o controle de políticas que visem o desenvolvimento rural do Município, atuando em conjunto com a Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos na administração das máquinas, equipamentos e veículos municipais, bem como o planejamento, a organização, a execução e o controle dos serviços urbanos e da proteção e preservação do meio ambiente, objetivando a execução de ações que visem à promoção da melhor qualidade de vida da população.

§ 1º. Compete ainda à Gerência de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

I - promover e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, no que for de competência do Município;

II - promover a fiscalização, articuladamente com outros órgãos do governo, de saúde e vigilância sanitária;

III - definir espaços de controle e preservação permanente de interesse público e social do Município, promovendo as respectivas declarações ou tombamento, conforme o caso;

IV - exigir de cada interessado na implantação de obra ou atividade potencialmente prejudicial ao meio ambiente o respectivo estudo prévio de impacto ambiental, com ampla divulgação;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental, articuladamente, com as unidades de ensino instaladas no Município e em cooperação com a Secretaria de Educação, em todos os níveis e modalidades de ensino e a conscientização pública para o respeito ao meio ambiente;

VII - fiscalizar o trabalho animal, punindo os infratores pelos excessos, na forma do regulamento;

VIII - coibir, por todos os meios legais, eventos competitivos que submetam animais a confrontos de crueldade;

IX - proteger a fauna e a flora, evitando práticas que as coloquem em risco;

X - fiscalizar e denunciar aos órgãos competentes os abusos contra o meio ambiente;

XI - proteger as fontes e mananciais de águas;

XII - controlar processos de florestamento e reflorestamento decorrentes de legislação municipal;

XIII - desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas oportunas a criação e manutenção do meio ambiente saudável.

§ 2º. A Gerência de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente contará com o apoio de analista de pesquisa e extensão rural com atribuições definidas no Anexo IV da LC 280/2011.

Art. 11. Fica corrigido o erro material na ordem dos incisos L e LI do art. 101 da LC 280/2011 e incluem-se os seguintes dispositivos e parágrafo único ao mesmo artigo com a seguinte redação:

Art. 101.

...
 LII – Tesoureiro
 LIII – Coordenador do Procon
 LIV – Coordenador do Controle Interno
 LV – Analista de Pesquisa e Extensão Rural
 Parágrafo Único. Ficam revogados os incisos XXXVIII, XLII, XLIII, XLIV

Art. 12. O Sub Anexo I do Anexo III da LC 280/2011 passa a ser o seguinte:

ANEXO III

Quadro único de Pessoal Efetivo

Sub anexo I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS	
Administrador	01	12/1	01	
Contador	01	12/3	00	
Procurador	01	12/2	01	
Analista de Projetos Institucionais	02	10/1	00	
Analista de Instrum. Do Planej. Público	01	10/1	00	

ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS	
Auxiliar de Contabilidade	01	9/2	01	
Agente Administrativo	16	9	12	
Fiscal de Tributos	03	11	01	
Técnico Tributário Financeiro	03	11	00	
Técnico em Tributação	03	11	03	
Técnico em Contabilidade	01	12/2	01	
Técnico em Informática	01	8	00	

ATIVIDADE DE NÍVEL AUXILIAR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Auxiliar Administrativo	08	6/2	06
Telefonista	01	6/2	01

Art. 13. Ficam extintos os cargos efetivos de Técnico em Laboratório, Tecnólogo em Saneamento Ambiental Curso Superior, Topógrafo e Desenhista.

Art. 14. Ficam criados os seguintes subitens no Anexo IV da LC 280/2011:

- 1.3.14. Tesoureiro: Curso Superior nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Processos Gerenciais;
 1.3.15. Coordenador do Procon: Superior em Direito;
 1.3.16. Coordenador do Controle Interno: Superior nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Direito;
 1.3.17. Analista de Pesquisa e Extensão Rural: Superior em Agronomia ou Ciências Biológicas

Art. 15. Ficam excluídos os sub itens 2.3.5, 2.4.12, 3.3.2, 3.3.4, 3.4.4, 3.4.6, 3.4.7 do Anexo IV da LC 280/2011.

Art. 16. Ficam criados os sub itens abaixo no Anexo IV da LC 280/2011:

1.4.15 Tesoureiro

Conferir extratos bancários das contas da municipalidade, compreendendo seus fundos autarquias e fundações, verificando débitos e créditos.

Organizar os empenhos, classificar por recurso, emitir relação autorizando o banco efetuar o débito nas contas e creditar na conta dos fornecedores ou pagá-los em cheque.

Efetuar pagamento de restituição de tarifas, taxas, multas, e outros, pagas indevidamente conforme parecer e autorização nos processos. Efetuar pagamento aos fornecedores, indenizações e outros, previsão de fluxo de caixa, controlar as contas, conferir e imprimir os extratos bancários, verificar créditos e débitos, aplicar o dinheiro disponível, elaborar diário de tesouraria.

Controlar a movimentação e os saldos de contas bancárias mantendo-os aplicados com a finalidade de resgatar se necessário ou aplicar o disponível de modo a garantir maior rentabilidade possível.

Emitir diário de tesouraria, relacionando receitas, despesas, créditos e débitos em contas bancárias.

Elaborar fluxo de caixa, projetando receitas com base históricos, programando as despesas fixas, efetuando ajuste diários de receitas e despesas realizadas, visando disponibilizar recursos suficientes para pagamento de salários e fornecedores.

Manter sob sua guarda em cofre forte os talões de cheques e outros documentos pertencentes à Prefeitura, para maior segurança e controle dos mesmos.

Verificar se o saldo financeiro nas contas é suficiente para os pagamentos e débitos diários.

Organizar e encaminhar malotes aos bancos.

Receber malotes dos bancos, classificar e anexar documentos bancários à movimentação de pagamentos diária.

Organizar documentos de movimentação diária, realizar lançamentos necessários e encaminhar à contabilidade.

Atender ao telefone, público e fornecedores, passando e/ou recebendo informações, informando datas que foram e serão efetuados pagamentos, objetivando orientá-los e propiciar a solução de seus problemas.

Realizar pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, aplicando conhecimentos inerentes às técnicas de organização sempre que solicitado por seus superiores.

1.4.16 Coordenador do Procon

Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2.181/97;

Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90;

Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97);

Solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos.

1.4.17 Coordenador do Controle Interno

avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes Orçamentárias, na execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

acompanhamento da execução do orçamento municipal, Plano Plurianual e Lei das Diretrizes Orçamentárias e dos contratos e atos jurídicos análogos;

verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem da arrecadação de receitas e realização de despesas;

verificação da regularidade da contabilização dos atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações;

verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e responsáveis por bens e valores públicos.

controle da execução dos programas e da observância das normas que regem a atividade específica de cada nível, órgão ou unidade administrativa, com a supervisão do Coordenador de Controle Interno;

controle pelo Coordenador do Controle Interno, da aplicação de dinheiros públicos e da guarda de bens do Município.

Auditoria Contábil, com a finalidade de examinar a correção técnica da escrituração, a legitimidade dos atos e fatos que deram origem aos lançamentos, a formalização dos documentos comprobatórios, medir e avaliar a segurança e eficiência das funções de controle interno, próprias do sistema contábil;

Auditoria da Situação Financeira, com a finalidade de verificar a regularidade e correção dos recebimentos e pagamentos efetuados, conferir os saldos de bancos declarados com os existentes observar o cumprimento das normas internas;

Auditoria da Receita, com a finalidade de verificar a situação controles existentes sobre o lançamento, cobrança e arrecadação das receitas municipais, a compatibilização dos valores da arrecadação com os registrados na Contabilidade e a observância da legislação pertinente;

Auditoria dos Créditos Orçamentários e Adicionais, com a finalidade de verificar a existência de créditos para a realização da despesa, a regularidade e correção da abertura e utilização dos créditos adicionais e a observância das normas, procedimentos e preceitos legais que regem a execução do orçamento do Município, incluindo os seus fundos especiais;

Auditoria da Despesa, com a finalidade verificar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e moralidade na realização da despesa pública, bem como se está sendo cumprida a legislação federal e municipal pertinentes;

Auditoria de Administração de Pessoal, com a finalidade de verificar a compatibilização da estrutura do quadro de pessoal à situação existente, as formas de admissão, a regularidade na concessão de direitos, vantagens e da remuneração dos servidores públicos, recrutamentos e seleção, estágio probatório, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, avaliações, promoções, transferências, licenças e a aplicação da legislação própria;

Auditoria de Administração de Material, cuja finalidade relaciona-se com os controles existentes, objetivando a verificação de condições adequadas de recebimento, armazenamento, distribuição, controle e segurança dos produtos e materiais;

Auditoria de Bens Permanentes, com a finalidade e relaciona-se com os controles existentes almoxarifados e depósitos, objetivando a verificação da guarda, responsabilidade, movimentação, conservação, segurança e uso dos bens públicos municipais permanentes;

Auditoria sobre Veículos e Máquinas, com a finalidade de verificar a situação das condições gerais de uso dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal, a contabilização das despesas com combustível, lubrificantes, peças e serviços dos mesmos, bem como a regularidade da documentação;

Auditoria de Obras e Serviços, com a finalidade de verificar a compatibilização entre a existência física, o cronograma físico-financeiro e os pagamentos das etapas executadas, o cumprimento das cláusulas contratuais e a observância das plantas e do memorial descritivo;

Elaboração, com a Administração Municipal, do PPA, LDO, LOA, Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso,

Metas Bimestrais de Arrecadação, bem como outras peças de planejamento a serem exigidas pela legislação inerente e órgãos de controle externo.

1.4.18 Analista de Pesquisa e Extensão Rural

Elaboração de projetos referente a cultivos agrícolas, alfafa e outras culturas, auxiliando no planejamento, orientando e controlando técnicas de utilização de terras para possibilitar um maior rendimento e qualidade da produção agrícola no território municipal;

Elaboração, acompanhamento e fiscalização do Programa de Aquisição Alimentar – PAA; do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e demais Programas Federais e Estaduais

Realizar perícias ambientais

Emitir laudos técnicos na área ambiental

Coordenar, orientar, acompanhar e executar atividades técnicas de pesquisa agropecuária e de extensão rural, atuando no processo de desenvolvimento, transferência e adaptação do conhecimento científico e tecnológico

Elaborar laudos técnicos conclusivos necessários a análise dos pedidos de licenciamentos ambientais de impacto local

Realizar trabalhos científicos de pesquisa, estudos e orientação nas diversas áreas das Ciências Biológicas

Coordenar o departamento de meio ambiente do município

Elaborar e encaminhar documentos aos órgãos competentes visando a obtenção e manutenção da gestão ambiental municipal

Auxiliar na adequação da legislação ambiental municipal

Pesquisa de adaptação vegetal e animal

Executar as atividades previstas na profissão regulamentada

Art. 17. Os anexos VI, VII e VIII da LC 280/2011 terão a seguinte composição:

ANEXO VI

CARGOS DE CONFIANÇA POR SECRETARIA

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QT.CAR	NÍVEL	
01 - GABINETE DO PREFEITO			
Chefe de Gabinete	01	DAS 4	
Coordenador de Junta Militar	01	DAS 3	
Assessor de Imprensa	01	DAS 2	
Assessor Jurídico	01	DAS 5	
02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO			
Secretário de Planejamento e Coordenação	01	Ag.Político	
Diretor de Convênios e Projetos Institucionais	01	DAS 1	
Diretor de Projetos Técnicos -	01	DAS 1	
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Secretário de Administração e Finanças -	01	Ag.Político	
Diretor de Finanças -	01	DAS 1	
Diretor de Gestão e Administração e Patrimônio	01	DAS 1	
Gerente de Compras e Licitação -	01	DAS 2	
04 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL			
Secretário da Saúde e Promoção Social -	01	Ag.Político	
Diretor de Saúde Pública	01	DAS 1	
Gerente de Administrativo -	01	DAS 2	
Gerente de Serviços Ambulatoriais -	01	DAS 2	
Diretor Administrativo de Programas -	01	DAS 1	

05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Secretário de Assistência Social -	01	Ag.Político	
Diretor de Programas Sociais -	01	DAS-1	
Gerente de Programas Sociais -	01	DAS-2	
06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes -	01	Ag.Político	
Diretor de Educação Infantil -	01	DAS 1	
Gerente de Educação Infantil	01	DAS 2	
Gerente de Educação Infantil -	01	DAS 2	
Gerente de Educação Infantil -	01	DAS-2	
Gerente de Educação Infantil -	01	DAS-2	
Diretor de Ensino Fundamental -	01	DAS 1	
Gerente de Apoio Operacional -	01	DAS 2	
Diretor Administrativo e Financeiro -	01	DAS 1	
Gerente de Programas Educacionais -	01	DAS 2	
Diretor de Cultura -	01	DAS 1	
Gerente de Cultura -	01	DAS 2	
Diretor de Esportes -	01	DAS 1	
Diretor de Escola -	09	DAS-1	
07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE -			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente -	01	Ag. Político	
Diretor de Agricultura -	01	DAS 1	
Gerente de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente-	01	DAS 2	
08 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos -	01	Ag. Político	
Diretor de Transportes e Obras -	01	DAS 1	
Gerente de Manutenção de Estradas e Equipamentos -	01	DAS 2	
Diretor de Urbanismo e Serviços Públicos -	01	DAS 1	
Gerente de Produção -	01	DAS 2	
Gerente de Serviços Gerais -	01	DAS 2	
Diretor de Transito -	01	DAS 1	
Diretor Operacional -	01	DAS 1	
Coordenador de Programa de Conservação das Estradas Vicinais	10	DAS 3	
09 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Habitação e Desenvolvimento Econômico -	01	Ag.Político	
Diretor de Habitação -	01	DAS 1	
Gerente de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços	01	DAS 2	

ANEXO VII

TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA		
IDENTIFICAÇÃO	Nº de Vagas	Valor R\$
Chefe de Setor – FC – 01	2	407,24
Chefe de Setor – Fundo Municipal de Saúde – FC-02	2	407,24
Supervisor de Área – FC-03	3	277,66

ANEXO VIII

TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS		
IDENTIFICAÇÃO	Nº de Vagas	Valor R\$
Coordenador do Sistema de Controle Interno – FG-01	1	1021,97
Responsável por Departamento Setor – FG-01	6	1009,70
Coordenador de núcleos de Atividades – FG-02	4	721,95
Responsável por Secretaria de Escola – FG - 03	4	370,20
Responsável pela Secretaria do Conselho de Defesa Civil	1	1009,70
Responsável pelos Serviços e Programas Sociais na Saúde	1	721,00
Responsável por Atividades na Saúde	1	185,06
Responsável por Atividades – FG-04	3	185,06

Art. 18. Ficam revogados os artigos 29, 30, 49, 57, 67, 72, 76 da LC 280/2011.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Herval d’ Oeste, de de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 0335/2016

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 280, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d’Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e conforme dispõe o § 6º do Art. 36 da Lei Orgânica de Herval d’Oeste, promulga a Lei Complementar nº 0335/2016 que “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 280, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Herval d’Oeste, em 03 de março de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI

Presidente

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO 002/2016 - FMS

CONTRATO Nº 002/2016

CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

Processo Licitatório Nº 001/2016 – FMS

Inexigibilidade Nº 001/2016.

Pelo presente instrumento de que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.250.761/0001-18, com sede na Avenida 20 de Julho, 649, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, credencia, nos termos do artigo 25, da Lei 8.333, de 21 de junho de 1993, atualizada, a empresa: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, Pessoa Jurídica, com inscrição no CNPJ nº 78.491.172/0001-00, situada na Av. XV de Novembro, nº 138, centro, na cidade de Joaçaba, CEP: 98.600-000, neste ato representada pelo seu administrador o Senhor Glaucio Grando Galli, inscrito no CPF nº 503.656.819-20, CI 11/R 1.074.687, em decorrência do edital de credenciamento 001/2016, Decreto 2.898/2016, Processo Licitatório nº 001/2016 - FMS, Inexigibilidade nº 001/2016, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	Conselho M. de Saúde
01	A FRESCO	4,00
02	ACIDO URICO	4,00
03	ALBUMINA	5,50
04	ALFA 1 GLICOPROTEINA ACIDA	13,00
05	ALFA FETO PROTEINA	10,00
06	AMILASE	4,00
07	ANTI HAV IGG	23,50
08	ANTI HAV IGM	23,50
09	ANTI HBC IGG	12,00
10	ANTI HBC IGM	12,00
11	ANTI HBE	25,00
12	ANTI HBS	22,00
13	ANTI HCV	24,00
14	ANTI HIV	25,00
15	ANTI MICROSSOMAL (ANTI TPO)	14,00
16	ANTI TIREOGLOBULINA	14,00
17	ANTIBIOGRAMA – TESTE DE SENSIBILIDADE A ANTIBIOTICOS	7,50
18	ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	5,50
19	ANTIGENO CARCINO EMBRIONARIO	11,00
20	BAAR – BACTEROSCOPIA	5,50
21	BETA HCG	15,00
22	BETA HCG QUANTITATIVO	15,50
23	BILIRRUBINAS TOTAL E FRAÇÕES	4,00
24	CARIÓTIPO BANDA G	380,00
25	CA 125	14,00
26	CA 15/3	14,00
27	CA 19/9	14,00
28	CALCIO	4,50
29	CAPACIDADE TOTAL DE LIGAÇÃO DE FERRO	6,50
30	CARBAMAZEPINA	26,00
31	CHLAMYDIA IGA	25,00
32	CHLAMYDIA IGG	25,00

33	CHLAMYDIA IGM	25,00
34	CITOMEGALOVIRUS IGG	11,00
35	CITOMEGALOVIRUS IGM	11,00
36	CLEARANCE DE CREATININA	10,00
37	COLESTEROL TOTAL	4,00
38	COLESTEROL VLDL	4,00
39	COLESTEROL HDL	4,00
40	COLESTEROL LDL	4,00
41	COLINESTERASE	5,50
42	COOMBS INDIRETO	5,00
43	COPROCOLTURA	13,00
44	COPROLOGIA FUNCIONAL	7,50
45	CORTISOL	18,00
46	CREATINO FOSFOQUINASE (CPK)	15,00
47	CREATININA	4,50
48	CULTURA	8,50
49	DESIDROGENASE LACTICA - LDH	6,00
50	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	18,00
51	ELETOFORESE DE PROTEINAS	10,00
52	EPSTEIN BAAR IGG - ANTICORPOS	17,00
53	EPSTEIN BAAR IGM - ANTICORPOS	17,00
54	ESTRADIOL	11,00
55	FAN (FATOR ANTI- NUCLEO)	15,00
56	FATOR REUMATOIDE - LATEX	5,00
57	FATOR RH	3,00
58	FERRITINA	15,00
59	FERRO	4,00
60	FOSFATASE ALCALINA	4,00
61	FOSFATASE ACIDA TOTAL	5,00
62	FOSFORO	4,00
63	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	6,00
64	GASOMETRIA	50,00
65	GLICOSE	4,00
66	GRAM- BACTEROSCOPIA	3,00
67	GRUPO SANGUINEO (ABO)	3,00
68	HBEAG	20,00
69	HBS AG- ANTIGENO AUSTRALIA	15,00
70	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	13,00
71	HEMOGRAMA	6,00
72	HOMOCISTEÍNA	20,00
73	HORMONIO CRESCIMENTO - GH	18,00
74	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE - FSH	14,00
75	HORMONIO LUTEINIZANTE - LH	14,00
76	IGE ESPECIFICO	15,00
77	IGE MULTIPLO	15,00
78	IGE TOTAL	15,00
79	IGF-1 SOMATOMEDINA C	20,00
80	IMUNOGLOBULINA IGA	13,00
81	IMUNOGLOBULINA IGG	13,00
82	IMUNOGLOBULINA IGM	13,00
83	INSULINA	15,00
84	LACTOSE, TESTE DE TOLERÂNCIA	20,00
85	LEUCÓCITOS FECAIS - PESQUISA	4,00
86	LIPASE	10,00
87	LITIO	6,00
88	MAGNESIO	4,00
89	MANTOUX - PPD	25,00
90	MICOLOGICO	11,00

91	OXIURUS (SWAB ANAL)	4,00
92	PARASITOLÓGICO DE FEZES	4,00
93	PLAQUETAS	3,00
94	POTASSIO	5,00
95	PROLACTINA	15,00
96	PROGESTERONA	15,00
97	PROTEÍNA C QUANTITATIVA ULTRA SENSÍVEL	13,00
98	PROTEÍNA C REATIVA	8,00
99	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	7,50
100	PROTEÍNA URINARIA	5,00
101	PSA LIVRE / TOTAL	30,00
102	PSA ULTRA SENSIVEL	15,00
103	RETICULOCITOS	6,00
104	ROTAVIRUS	15,00
105	RUBEOLA - ANTICORPOS IGG	20,00
106	RUBÉOLA - ANTICORPOS IGM	20,00
107	SANGUE OCULTO - PESQUISA	10,00
108	SEDIMENTO CORADO (GRAM)	3,00
109	SODIO	3,00
110	T3 LIVRE	12,00
111	T3 TOTAL	12,00
112	T4 LIVRE	12,00
113	T4 TOTAL	12,00
114	TEMPO COAGULAÇÃO	3,00
115	TEMPO PROTOMINA (TAP)	5,00
116	TEMPO SANGRAMENTO	3,00
117	TEMPO DE TROMBOPLASTINA - KPTT	4,00
118	TESTOSTERONA	15,00
119	TRANSAMINASE - TGO	4,00
120	TRANSAMINASE - TGP	4,00
121	TOXOPLASMOSE IGG	19,00
122	TOXOPLASMOSE IGM	19,00
123	TRAB	20,00
124	TRANSFERRINA	10,00
125	TRIGLICERÍDEOS	5,00
126	TSH	12,00
127	UREIA	4,00
128	URINA ROTINA	5,00
129	UROCULTURA	13,00
130	VDRL	5,50
131	VHS	3,00
132	VITAMINA B 12	17,00
133	25 – HIDROXI VITAMINA D	30,00

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos conforme consta no item 2.2 do respectivo edital.
2. Prestar contas ao Município de Ibiã, bem como ao Fundo Municipal de Saúde, de todos os serviços efetuados e pessoal envolvido.
3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (clientes).
4. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de Credenciamento.
5. Apresentar, sempre que solicitado, documentação necessária para manutenção das condições de habilitação.
6. O Município, pagará o valor unitário por atendimento feito mensalmente para cada exame realizado, conforme constante no

Decreto n. 2898/2016, identificado como Anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

7. O pagamento das notas fiscais eletrônicas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será realizado após a prestação dos serviços, conforme cronograma de pagamento fixado por Decreto Municipal, mediante apresentação de nota fiscal impressa e liquidada pela Secretária de Saúde do Município de Ibiã, acompanhada da relação dos exames realizados no período (e do arquivo XML enviado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br), devidamente liquidada do Secretário de Saúde, acompanhada de relatório dos exames realizados mediante prévia autorização do FMS e da relação de pacientes que realizaram os exames. O pagamento será realizado através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada.

8. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

9. Facultar-se-á ao Município através do Fundo Municipal de Saúde a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados na proporção da publicação de tabelas atualizadas no âmbito de cada especialidade.

10. Os pagamentos oriundos dos serviços acima descritos correrão pela seguinte dotação orçamentária, do exercício de 2016:

Fundo Municipal de Saúde
Reduzido 10

Detalhamento do Complemento: 339039500000 – Serv. Médico -Hospitalar, Odontológico e Laboratorial.

Ainda, fica ciente que:

1. Facultar-se-á ao Município a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados na proporção da publicação de tabelas atualizadas no âmbito de cada especialidade.

2. Que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.

3. O Município de Ibiã, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento.

4. O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Município de Ibiã, através do Fundo Municipal de Saúde mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

5. Compete ao Município de Ibiã resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo.

6. Faz parte integrante deste Termo o Edital de Credenciamento.

7. O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 30/12/2016, havendo interesse de ambos poderá ser prorrogado, sem reajuste de valores.

Ibiã – SC, 01 de Março de 2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal em Exercício
CONTRATANTE

G. Pasteur Laboratório de Análises Clínicas e Patológicas Ltda
CNPJ: 78.491.172/0001-00
Sócio Administrador: Gláucio Grandio Galli
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Eudes Vilmar Trindade
CPF: 509.352.839-00

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato
Procurador do Município – OAB/SC 34.173

CONTRATO 017/2016

CONTRATO 017/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/2016
PREGÃO PRESENCIAL No 006/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr Gilmar Fontana, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 422.402.559-00 e CI 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, Retilider Retifica de Motores Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º00.108.750/0001-81, com sede na Rua Asa Branca nº 555, PQ. Waldemar Hauter "B", CEP 86.030-470, Londrina -PR neste ato representado por seu Gerente o Sr. Edson de Oliveira Machado, CPF: 954.021.449-15, CI 6.496.544-1 SSP/PR, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 008/2016 e Pregão Presencial nº 006/2016, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos itens a seguir relacionados, destinados para a Secretaria de Educação do Município de Ibiam.

OBS: AS PEÇAS UTILIZADAS NA RETIFICA E NOS CONsertos DEVERAM SER NOVAS E DE 1º LINHA E A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR PARA A PREFEITURA DE IBIAM AS PEÇAS QUE FORAM SUBSTITUIDAS, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONSTANTES NESTE CONTRATO.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
1	1	GLO	CONserto DO MICRO ÔNIBUS PLACA MKW - 6236, ANO 2012 MODELO 2013, IVECO/CITY CLASS 70C17, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS, CONFORME ANEXO VI DO RESPECTIVO EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA: REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato deverá ser entregue no Município de Ibiam-SC na Garagem de Maquinas, mediante solicitação por escrito do setor de compras do Município de Ibiam, correndo por conta da Contratada as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente aos itens/peças e serviços fornecidos devendo descreve-los conforme constante nos anexos V, VI e VII.

A empresa terá um prazo máximo de até o dia 19/02/2016 para a entrega do objeto deste contrato no pátio da Garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiam, sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital e de multa de R\$ 500,00(quinhetos reais) por dia de atraso.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Unid. Orç: 0206 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj./Atividade : 2026 – MANUTENSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL
Aplicação: 33903039 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS – RED 76

33903919- MANUTENÇÃO DE CONserto DE VEÍCULOS – RED 76

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para o fornecimento do objeto desta licitação é de R\$ 31.000,00. O pagamento será efetuado em parcela única na conclusão dos serviços, em até 5 dias após apresentação de Nota Fiscal contendo a descrição das peças substituída e do valor referente a mão de obra, de acordo com a relação de itens constantes nos anexos V, VI e VII do respectivo edital(a não descrição correta das peças e serviços implica na não liberação do pagamento), e da respectiva Garantia mínima de 6 meses por parte da proponente vencedora.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura com vigência pelo período mínimo de 6(seis) meses.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 006/2016, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, sendo para este processo designado o Secretário de Educação do Município de Ibiá, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

a dissolução da empresa;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 006/2016, Processo Licitatório nº 008/2016, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 19 de Fevereiro de 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em exercício
CONTRATANTE

Retilider Retifica de Motores Ltda
CNPJ: 00.108.750/0001-81
Gerente: Edson de Oliveira Machado
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Elcir A. Barthe de Costa
CPF –894.407.069-53

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

HENRIQUE GRASSI ROSSATO – OAB/SC 34.173
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 018/2016

CONTRATO 018/2016

Processo 012/2016

AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA USO DA POPULAÇÃO EM VIA PUBLICA DO MUNICIPIO.

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa DISBRAPLAC LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 05.168.674/0001-13, sediado Rua Catarinense, nº 42, bairro São João – CEP 89.770-000- Seara – SC, neste ato representado por Claudiomir Verza, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Catarinense, nº42- bairro São João- CEP 89.770-000 – Seara - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso IV com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

0.1. AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA USO DA POPULAÇÃO EM VIA PUBLICA DO MUNICIPIO.

Item	Qtde	UN	Descrição	VI. Unit.	VI. Total
01	10	Conj.	Conjunto de lixeira monobloco PN 70 em plástico vazado, com capacidade de 80 litros cada. Resistente à chuva nas cores vermelha e amarela, com suporte em aço galvanizado a fogo, parede de 1,20mm para encaixe das duas caixas, com adesivo frente e verso das lixeiras.	295,00	2.950,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 30(dias) dias, para fornecimento do item.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 2.950,00 (dois mil, novecentos e cinquenta reais), a ser pago após entrega do material e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br e nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 55

Detalhamento complemento: 33903051 – materiais para conservação de manutenção de bens de uso comum.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I,III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 17 de Fevereiro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

DIBRAPLAC LTDA - EPP

CNPJ nº 05.168.674/0001-13

CLAUDIOMIR VERZA

Testemunhas:

Rosinei Ceron

CPF nº 004.918.899-25

Elcir A. Barthe da Costa

CPF nº 894.407.069-53

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 019/2016

CONTRATO 019/2016

Processo 013/2016

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DOMINGOS JOSÉ PARISE, EM ANEXO AO CENTRO EDUCACIONAL ELIZIANE TITON.

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa SÓ LUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.038.642/0001-29, sediado Rua Nereu Ramos, 913, sala01, centro, CEP 89620-000 na cidade de Campos Novos-SC, neste ato representado por Valmir Sebastião de Oliveira, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 911, 1º andar, centro , CEP 89.620-000, na cidade de Campos Novos - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso IV com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

0.1. Contratação de serviço de manutenção da iluminação do Ginásio de Esportes Domingos José Parise, em anexo ao Centro Educacional Eliziane Titon.

Item	Qtde	Descrição	VI. Unit.	VI. Total
1	3	Mão de Obra	R\$ 520,00	R\$1.560,00
2	10	Luminária prismática 16	R\$ 89,00	R\$ 890,00
3	30	Kit Econômico 85W	R\$ 78,00	R\$ 2.340,00
4	30	Soquete Porcelana	R\$ 7,50	R\$ 225,00
5	4	Fita Isolante 20m	R\$ 6,50	R\$ 26,00
				R\$ 5.041,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 30(trinta) dias, para fornecimento do item.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 5.041,00 (cinco mil e quarenta e um reais), a ser pago após entrega do material e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br e nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 76

Detalhamento complemento: 33903016 – materiais para conservação de manutenção de bens e imóveis.

Red.76

Detalhamento complemento: 33903026 – manutenção de serviços elétrico e eletrônicos.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I,III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 18 de Fevereiro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Só luz com. de mat. elétrico LTDA -me

CNPJ nº 07.038.642/0001-29

Valmir sebastião de oliveira

Testemunhas:

Rosinei Ceron

CPF nº 004.918.899-25

Elcir A. Barthe da Costa

CPF nº 894.407.069-53

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 020/2016

CONTRATO 020/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 011/2016

PREGÃO N. 007/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILMAR FONTANA brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado Ibiam - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa ANTENOR PEGORARO CNPJ 24.147.579/0001-88, estabelecida na Rua São Sebastião, nº 119, centro da cidade de Ibiam-SC, representada por seu Gerente o Sr. ANTENOR PEGORARO, CPF: 873.258.378-87, CI. 25/392.539, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 011/2016,

de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PRE-GÃO PRESENCIAL nº 007/2016 da Prefeitura Municipal de Ibiã, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2016, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 200 dias Letivos. O Município de Ibiã reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiã. Somente serão pagos os quilometro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

ITEM	QUANTI-DADE	VALOR MÁXIMO	OBJETO	UNIDADE
1	10.880	2,97	Transporte escolar do CEI – IBIAM/APAE - TANGARÁ no período manhã e tarde, por aproximadamente 200 dias letivos. Veiculo deverá apresentar capacidade mínima para 09 passageiros O veiculo deve estar em boas condições de uso. Quilometragem diária de 54,4 km. Tipo de Veículo: Kombi.	km

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço – Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2016, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2016.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2016, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 2,97 por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 32.313,60(Trinta e dois mil, trezentos e treze reais e sessenta centavos).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE IBIAM

RUA

CNPJ –

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento. §1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 011/2016, para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2086 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 76 Fonte: 1001

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2028 – Manutenção das atividades de apoio do Ensino Médio

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 81 Fonte: 1000 -

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2026 – Manutenção das atividades da educação Infantil

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 87 Fonte: 1001 -

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.

b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado

pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a consequente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejulgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es)(motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2016;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

a) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

b) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vinculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho)).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

- 1) ter idade superior a vinte e um anos;
- 2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;
- 3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- 4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).
- 5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.
- 6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.
 - b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.
 - c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.
 - d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.
 - e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n 1.351/05 e LC 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 011/2016, Pregão Presencial n. 007/2016, da Prefeitura de Ibiam, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam(SC), 24 de Fevereiro de 2016

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

ANTENOR PEGORARO

CNPJ: 24.147.579/0001-88

Gerente: ANTENOR PEGORARO.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Fátima Fontana Gonzatto

CPF: 304.863.359-68

Rosinei Ceron

CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral – OAB/SC 34.173

CONTRATO 021/2016

CONTRATO 021/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 011/2016

PREGÃO N. 007/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILMAR FONTANA brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado Ibiam - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa ANTENOR PEGORARO CNPJ 24.147.579/0001-88, estabelecida na Rua São Sebastião, nº 119, centro da cidade de Ibiam-SC, representada por seu Gerente o Sr. ANTENOR PEGORARO, CPF: 873.258.378-87, CI. 25/392.539, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 011/2016, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações

subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2016, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 200 dias Letivos. O Município de Ibiã reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiã. Somente serão pagos os quilometro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

ITEM	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	OBJETO	UNIDADE
1	11.340	2,97	Transporte escolar para a Linha União/Ibiã, e vice e versa no período manhã e tarde, para aproximadamente 200 dias letivos. Veiculo com capacidade mínima para 15 passageiros, veiculo deve estar em boas condições de uso. Quilometragem diária de 56,7 km. Tipo de veículo: Kombi/Micro-ônibus. (van)	km

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço – Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2016, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2016.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2016, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 2,97 por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 33.679,80(Trinta e três mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE IBIAM

RUA

CNPJ -

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento. §1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 011/2016, para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2086 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 76 Fonte: 1001

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2028 – Manutenção das atividades de apoio do Ensino Médio

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 81 Fonte: 1000 -

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2026 – Manutenção das atividades da educação Infantil

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 87 Fonte: 1001 -

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.

b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado

pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a consequente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejulgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es)(motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2016;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

a) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

b) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vinculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho)).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

- 1) ter idade superior a vinte e um anos;
- 2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;
- 3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- 4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).
- 5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.
- 6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.
 - b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.
 - c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.
 - d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.
 - e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n 1.351/05 e LC 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 011/2016, Pregão Presencial n. 007/2016, da Prefeitura de Ibiam, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam(SC), 24 de Fevereiro de 2016

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

ANTENOR PEGORARO

CNPJ: 24.147.579/0001-88

Gerente: ANTENOR PEGORARO.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Fátima Fontana Gonzatto

CPF: 304.863.359-68

Rosinei Ceron

CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral – OAB/SC 34.173

CONTRATO 022/2016

CONTRATO 022/2016

Processo 015/2016

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA AMBULÂNCIA FORD TRANSIT PLACA MJG 5548 – ASU 267, DO CORPO DE BOMBEIROS.

Que entre si fazem o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiã – SC, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiã – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa SMECANICA ZAGO SB LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 04.526.146/0001-26, sediado Rodovia SC 303, s/c km 4 Bairro Santa Lucia, CEP 89.560-000 na cidade de Videira-SC, neste ato representado por Evaldo Soerger, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Emilio Vescovi, 149, Bairro Santa Tereza, CEP 89.560-000, na cidade de Videira - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso IV com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de serviço para manutenção corretiva da ambulância Ford Transit placa MJG 5548 – ASU 267, do corpo de bombeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de 30(trinta) dias, para prestar os serviços, conforme AF.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 2.465,67 (quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos). A ser pago após entrega do material e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br e nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 119

Detalhamento complemento: 33903039.

Detalhamento complemento: 33903919.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas

regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei Federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I,III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiã – SC, 25 de Fevereiro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Mecanica Zago sb ltda - epp

CNPJ nº 04.526.146/0001-26

evaldo soerger

Testemunhas:

Rosinei Ceron

Elcir A. Barthe da Costa

CPF nº 004.918.899-25

CPF nº 894.407.069-53

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 024/2016

CONTRATO 024/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL No 006/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr Gilmar Fontana, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 422.402.559-00 e CI 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, Juliano Rodrigues Ferreira - ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 18.385.279/00001-34, com sede na Rua Giacomo Zatti nº 1859, Bairro Nossa Senhora de Fatima, CEP 95.043-290, Caxias do Sul -RS neste ato representado por seu Gerente o Sr. Juliano Rodrigues Ferreira, CPF: 032.094.280-50, CI 411.592.190-2, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 008/2016 e Pregão Presencial nº 006/2016, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos itens a seguir relacionados, destinados para a Secretaria de Educação do Município de Ibiam.

OBS: AS PEÇAS UTILIZADAS NA RETIFICA E NOS CONsertos DEVERAM SER NOVAS E DE 1º LINHA E A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR PARA A PREFEITURA DE IBIAM AS PEÇAS QUE FORAM SUBSTITUIDAS, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONSTANTES NESTE CONTRATO.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
3	1	GLO	CONserto DO MICRO ÔNIBUS PLACA MKL 8163, ANO 2012 MODELO 2013,IVECO/CITY CLASS 70C17, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 6 MESES PARA AS PEÇAS SUBSTITUIDAS, CONFORME ANEXO VII DO RESPECTIVO EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA: REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato deverá ser entregue no Município de Ibiam-SC na Garagem de Maquinas, mediante solicitação por escrito do setor de compras do Município de Ibiam, correndo por conta da Contratada as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente aos itens/peças e serviços fornecidos devendo descreve-los conforme constante nos anexos V, VI e VII.

A empresa terá um prazo máximo de até o dia 19/02/2016 para a entrega do objeto deste contrato no pátio da Garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiam, sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital e de multa de R\$ 500,00(quinhetos reais) por dia de atraso.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Unid. Orç: 0206 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj./Atividade : 2026 – MANUTENSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL

Aplicação: 33903039 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS – RED 76

33903919- MANUTENÇÃO DE CONserto DE VEÍCULOS – RED 76

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para o fornecimento do objeto desta licitação é de R\$ 31.479.12. O pagamento será efetuado em parcela única na conclusão dos serviços, em até 5 dias após apresentação de Nota Fiscal contendo a descrição das peças substituída e do valor referente a mão de obra, de acordo com a relação de itens constantes nos anexos V, VI e VII do respectivo edital(a não descrição correta das peças e serviços implica na não liberação do pagamento), e da respectiva Garantia mínima de 6 meses por parte da proponente vencedora.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;
II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura com vigência pelo período mínimo de 6(seis) meses.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 006/2016, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, sendo para este processo designado o Secretário de Educação do Município de Ibiá, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

a dissolução da empresa;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 006/2016, Processo Licitatório nº 008/2016, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 19 de Fevereiro de 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em exercício
CONTRATANTE

Juliano Rodrigues Ferreira - ME
CNPJ: 18.385.279/0001-34
Gerente: Juliano Rodrigues Ferreira
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Elcir A. Barthe de Costa
CPF -894.407.069-53

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

HENRIQUE GRASSI ROSSATO – OAB/SC 34.173
PROCURADOR GERAL

CONTRATO 23/2016

CONTRATO 023/2016

Processo 016/2016

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL BEATRIZ JULIA DANI FONTANA.

Que entre si fazem o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiã – SC, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiã – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa SÓ LUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.038.642/0001-29, sediado Rua Nereu Ramos, 913, sala01, centro, CEP 89620-000 na cidade de Campos Novos-SC, neste ato representado por Valmir Sebastião de Oliveira, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 911, 1º andar, centro, CEP 89.620-000, na cidade de Campos Novos - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso IV com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

0.1. Contratação de serviço de ampliação da iluminação da Praça Municipal Beatriz Julia Dani Fontana.

0.2.

Item	Qtde	Unid	Descrição	VI. Unit.	VI. Total
1	3	UM	Mão de Obra	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
2	6	UN	Poste Metal 2 lâmp. preto	R\$235,00	R\$1.410,00
3	12	UM	Lâmpada Led 40	R\$135,00	R\$ 1.620,00
4	150	Mts	Cabo 1000 10mm Preto	R\$ 5,68	R\$ 852,00
5	150	Mts	Cabo 1000 10mm Azul	R\$ 5,68	R\$ 852,00
6	150	Mts	Cabo 1000 10mm Vermelho	R\$ 5,68	R\$ 852,00
7	4	UM	Fita Auto Fusão 10m	R\$ 18,75	R\$ 75,00
					R\$7.661,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 30(trinta) dias, para fornecimento do item.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 7.661,00 (sete mil seiscentos e sessenta e um reais), a ser pago após entrega do material e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 55 - Detalhamento complemento: 33903016

Red.55 - Detalhamento complemento: 33903051.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I,III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas

abaixo firmadas.
Ibiam – SC, 04 de Março de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM
GILMAR FONTANA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Só luz com. de mat. elétrico LTDA -me
CNPJ nº 07.038.642/0001-29
Valmir sebastião de oliveira

Testemunhas:

Rosinei Ceron	Elcir A. Barthe da Costa
CPF nº 004.918.899-25	CPF nº 894.407.069-53

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral- OAB 34.173

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 005/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 17/03/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial sob sistema de registro de preço, Menor Preço por item, cujo objetivo visa à aquisição de gasolina comum, diesel S10, Arla 32, Óleo do Motor, fluido para freios e óleo lubrificante ATF tipo A. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 03 de Março de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016 (SETEC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SETEC

Processo Nº 33/2016

Inexigibilidade Nº 02/2016

Objeto: Contratação de projeto artístico para a criação do mural dos peregrinos e das 15 estações da "via crucis" a serem utilizados como ornamentos para o acesso ao monumento de santa paulina.

Empresa: Marcelo Francalacci Brandao - EPP.

Valor Total: R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil Reais)

Fundamento: Artigo 25, III da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 04 de março de 2016.

Paulo Junchem Sefton

Secretário Municipal da SETEC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA DE PREGÃO (SRP) Nº 07/2016 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o FIM da SUSPENSÃO do processo licitatório nº 08/2016, que tem como objeto a "aquisição de material gráfico para SEAST e seus respectivos programas e serviços."

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 16 de março de 2016, às 08:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 04 de Março de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/44 – A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/44 – A/02

Contratada: EMPRESA IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA
CNPJ: 11.264.946/0001-81

OBJETO: É objeto deste Termo Aditivo a retificação de valores; Onde lê-se: O valor do presente aditivo é de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

Leia-se: O valor do presente aditivo é de R\$168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

Valor: R\$ 168.000,00. Prazo: 31/12/2016.

Fundamento: Processo nº 32/2015. Dispensa: 07/2015.

Imbituba, 29 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

Locatária

Imobiliária Leandro e Carol Ltda.

Representante Legal

Locador

EXTRATO: SEMUSA 2016/05 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2016/05 – A/00

Contratada: LOCADOR ARLEI LONDERO

CPF: 507.293.309-15

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 375,00M², SITUADA A RUA IRINEU BORNHAUSEN, Nº 396, BAIRRO CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE, COORDENAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E COORDENAÇÃO DO NASF, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Prazo: 31/12/2016. Valor: R\$ 6.000,00 (mensal).

Fundamento: Processo nº 10/2016. Dispensa: 01/2016.

Imbituba, 01 de Março de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Locatária

Arlei Londero

Representante Legal

Locador

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009/2016**

Ato da Presidência nº 009/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 5ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 07 de Março de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
018	PL nº 4.813/2016	26/02/2016	Legislativo Municipal	Elísio Sgrott	Dispõe sobre alteração da LDO 2016 e abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
016	PL nº 4.814/2016	26/02/2016	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Associação Beneficente Ebenezer de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
017	PL nº 4.815/2016	26/02/2016	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	Moção 002/2016	29/02/2016	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Moção de Congratulação ao Movimento Ambiental Rosa-mor pelo excepcional trabalho que envolve diversas ações para limpeza e conscientização ambiental, contribuindo para a preservação das belezas naturais da Praia do Rosa, no município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 03 de Março de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

PORTARIA CMI Nº 033/2016

PORTARIA CMI Nº 033/2016

“Nomeia Carlos Guimarães Drummond para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Carlos Guimarães Drummond, brasileiro, casado, portador do RG de nº 084.332.81-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 072.236.137-85, residente e domiciliado na Avenida Estrela, nº 487, Bairro Vila Nova neste Município, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de março de 2016.

Guilherme Santos Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/03/2016.

Iomerê

PREFEITURA

CANCELAMENTO PREGÃO Nº 0012/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0014/2016
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ faz saber a todos os interessados que houve cancelamento no Edital de Licitação nº 0012/2016 referente à AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR.

Considerando o atual momento financeiro, que exige prudência na gerencia dos recursos públicos financeiros, de forma a garantir o cumprimento das obrigações essenciais, sobretudo em ano final de mandato, de forma a atender as disposições da Lei Complementar nº 101/00, resta cancelado o edital de pregão presencial nº 0012/2016, que tinha por objeto a aquisição de uniformes escolares, sem prejuízo de lançamento de novo edital, em oportunidade posterior.

Iomerê, 03 de fevereiro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 2748/2016

PORTARIA Nº 2748, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nomeia RONALDO HARZ para o cargo efetivo de Motorista de Onibus

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear RONALDO HARZ, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2.666.372 e CPF nº 949.618.679-34, para o cargo efetivo de Motorista de Onibus, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 29 de fevereiro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2749/2016

PORTARIA Nº 2749 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
Autoriza Servidor a conduzir veículos da frota municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o servidor Ronaldo Harz, a conduzirem veículos da frota Municipal de Iomerê:

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de fevereiro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2750/2016

PORTARIA Nº 2750 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal EDUARDO MARIO ZANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2015 a 02/01/2016 a contar de 01/03/2016 a 30/03/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de FEVEREIRO de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2751/2016

PORTARIA Nº 2751 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal JAQUELINE DEON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2014 a 03/01/2015 a contar de 01/03/2016 a 30/03/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de FEVEREIRO de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2752/2016

PORTARIA Nº 2752 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ODETE PEROSA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/07/2013 a 08/07/2015 a contar de 15/03/2016 a 13/04/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de FEVEREIRO de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2753/2016

PORTARIA Nº 2753, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nomeia ANDREA JUNGES para o cargo efetivo de Assistente de Creche.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear ANDREA JUNGES, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 4.092.680 e CPF nº 032.555.969-47, para o cargo efetivo de Assistente de Creche, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 29 de fevereiro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2754/2016

PORTARIA Nº 2754, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nomeia DEBORA FERREIRA DE SOUZA para o cargo efetivo de Faxineira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear DEBORA FERREIRA DE SOUZA, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 4.005.147 e CPF nº 008.455.269-79, para o cargo efetivo de Faxineira, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 29 de fevereiro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2755/2016

PORTARIA Nº 2755, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nomeia CASSIANE FATIMA PIACENTINI para o cargo efetivo de Assistente de Creche.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear CASSIANE FATIMA PIACENTINI, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 4.784.908 e CPF nº 051.923.579-77, para o cargo efetivo de Assistente de Creche, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 29 de fevereiro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2756/2016

PORTARIA Nº 2756, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia MAIARA BASEGGIO para o cargo efetivo de Assistente de Creche.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear MAIARA BASEGGIO, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 5.614.819 e CPF nº 097.546.159-18, para o cargo efetivo de Assistente de Creche, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 29 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito MunicipalDOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA 2757/2016**

PORTARIA Nº 2757, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia HELIN PERAZZOLI para o cargo efetivo de CONTROLADOR INTERNO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear HELIN PERAZZOLI, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 5.520.326-4 e CPF nº 070.741.229-39, para o cargo efetivo de Controlador Interno, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 29 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito MunicipalDOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças**TERMO DE POSSE 0051/2016**

TERMO DE POSSE nº051

Nome: RONALDO HARZ

Sec. De Educação Cultura e Esportes

Cargo ou Função: Motorista de Ônibus

Está sob o Regime de Tempo Integral?(x) Sim () Não.

Com dedicação Exclusiva? (x)Sim ()Não

Em 01 (um) de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr.

Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se o servidor público RONALDO HARZ, no cargo efetivo de Motorista de ônibus nomeado(a) através da Portaria nº 2748 de 29 de fevereiro de 2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito MunicipalRONALDO HARZ
Empossado(a)**TERMO DE POSSE 0052/2016**

TERMO DE POSSE nº052

Nome: ANDREA JUNGES

Sec. De Educação Cultura e Esportes

Cargo ou Função: ASSISTENTE DE CRECHE

Está sob o Regime de Tempo Integral?(x) Sim () Não.

Com dedicação Exclusiva? (x)Sim ()Não

Em 01 (um) de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se a servidora pública ANDREA JUNGES, no cargo efetivo de ASSISTENTE DE CRECHE nomeado(a) através da Portaria nº 2753 de 29 de fevereiro de 2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito MunicipalANDREA JUNGES
Empossado(a)**TERMO DE POSSE 0053/2016**

TERMO DE POSSE nº053

Nome: DEBORA FERREIRA DE SOUZA

Sec. De Educação Cultura e Esportes

Cargo ou Função: FAXINEIRA

Está sob o Regime de Tempo Integral?(x) Sim () Não.

Com dedicação Exclusiva? (x)Sim ()Não

Em 01 (um) de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta

Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se a servidora pública DEBORA FERREIRA DE SOUZA, no cargo efetivo de Faxineira nomeado(a) através da Portaria nº 2754 de 29 de fevereiro de 2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

ANDREA F. DE SOUZA
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 0054/2016

TERMO DE POSSE nº054

Nome: CASSIANE FATIMA PIACENTINI
Sec. De Educação Cultura e Esportes
Cargo ou Função: ASSISTENTE DE CRECHE
Está sob o Regime de Tempo Integral?(x) Sim () Não.
Com dedicação Exclusiva? (x)Sim ()Não

Em 01 (um) de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se a servidora pública CASSIANE FATIMA PIACENTINI no cargo efetivo de ASSISTENTE DE CRECHE nomeado(a) através da Portaria nº 2755 de 29 de fevereiro de 2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

CASSIANE FATIMA PIACENTINI
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 0055/2016

TERMO DE POSSE nº055

Nome: MAIARA BASEGGIO
Cargo ou Função: ASSISTENTE DE CRECHE
Está sob o Regime de Tempo Integral?(x) Sim () Não.
Com dedicação Exclusiva? (x)Sim ()Não

Em 01 (um) de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se a servidora pública MAIARA BASEGGIO no cargo efetivo de ASSISTENTE DE CRECHE nomeado(a) através da Portaria nº 2756 de 29 de fevereiro de 2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

MAIARA BASEGGIO
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 0056/2016

TERMO DE POSSE nº056

Nome: HELIN PERAZZOLI
Cargo ou Função: Controlador Interno
Está sob o Regime de Tempo Integral?(x) Sim () Não.
Com dedicação Exclusiva? (x)Sim ()Não

Em 01 (um) de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se a servidora pública HELIN PERAZZOLI no cargo efetivo de CONTROLADOR INTERNO nomeado(a) através da Portaria nº 2757 de 29 de fevereiro de 2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

HELIN PERAZZOLI
Empossado(a)

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 120/2016 DE 02 DE MARÇO DE 2.016.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A CLENIR ROSA CUMERLATTO BICIGO, matrícula 1659, Licença Prêmio de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2010 a 2015, e gozo de 02/03/2016 a 16/03/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02 de Março de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de Março de 2.016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 121/2016 DE 03 DE MARÇO DE 2.016.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A CRISTIAN FERNANDO TELES, matrícula 1680, Licença Prêmio de 10 (dez) dias, relativa ao período aquisitivo de 2010 a 2015, e gozo de 07/03/2016 a 16/03/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Março de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Março de 2.016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 107/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JANETE CLARICE BERNARDI LOCATELLI, matrícula 66-3, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/2014 a 04/2015 e gozo de 07/03/2016 a 21/03/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 07/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 108/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2.016
ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA E DESIGNA PARA ATUAR COMO PROFESSORA SUBSTITUTA E NA BIBLIOTECA NO NEM PROFESSOR CLAUDINO LOCATELLI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

ALTERA

Fica alterada a portaria 441/2012 que nomeia a senhora CAROLINE BIFFI ZULIAN, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 3.186.020 e CPF sob o nº. 044.190.599-40, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim – SC, no cargo de provimento efetivo de PROFESSORA – CIÊNCIAS – CATEGORIA ENSINO SUPERIOR, passando temporariamente de 20 horas semanais para 30 horas semanais e designa para atuar como Professora Substituta e como responsável da biblioteca do Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli – Constante do Anexo I, quadro de pessoal dos membros do magistério público municipal, auferindo os vencimentos previstos no nível inicial do anexo III, categoria – Ensino Superior da Lei Complementar nº 003/2002.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 109/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

ELIANE REGINA BONISSONI ROSSETTO, sob a Matrícula 2521-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 21311447 e do CPF 915.025.789-72, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para turmas com alunos de inclusão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski

Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 110/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

JUCIANE RAIMUNDI, sob a Matrícula 2522-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.490 e do CPF 055.779.159-61, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Inglês, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/03/2016 a 21/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 111/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

GISELE RODRIGUES SANTOS, sob a Matrícula 2523-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.768.357 e do CPF 983.604.421-34, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Inglês, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional João Jacob Nicoden, para o período de 01/03/2016 a 21/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 112/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE ZELADORA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

SALETE DE FATIMA DE SOUZA, sob a Matrícula 2524-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.469.871 e do CPF 732.406.309-82, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Ginásio de Esportes, para o período de 01/03/2016 a 21/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 113/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

ADRIANA TANIA SIPP TOFFOLI, sob a Matrícula 2525-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5398115 e do CPF 061.389.999-75, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para turmas com alunos de inclusão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 114/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

FABIANE DAMIN, sob a Matrícula 2526-7, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 5893251 e do CPF 081.937.249-84, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para turmas com alunos de inclusão, constante

no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar administrativo.

PORTARIA Nº. 115/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

CRISTIELE SCHOULTEN, sob a Matrícula 2527-5, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 5705352 e do CPF 090.443.269-61, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para turmas com alunos de inclusão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar administrativo.

PORTARIA Nº. 116/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTERIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e

Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

LUCI MARGARETE PATZLAFF BORELLI, sob a Matrícula 2528-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 31838901 e do CPF 016.212.519-42, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para turmas com alunos de inclusão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 117/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

JAQUELINE DIANA SEGHETTO, sob a Matrícula 2529-1, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 53980409 e do CPF 082.143.279-62, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Ciências Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/03/2016 a 21/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar administrativo.

PORTARIA Nº. 118/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

ANDRESSA ANGELA SCHIAVINI, sob a Matrícula 2530-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.275.874 e do CPF 087.936.819-50, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Inglês, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 02/03/2016 a 21/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar administrativo.

PORTARIA Nº. 119/2016 DE 02 DE MARÇO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SOLANGE LAZAROTTO CASON, Matrícula 2421-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.463.399 e do CPF 892.482.959-91, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NÍVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 245/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de março de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de março de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar administrativo.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2016

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 18/03/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 18/03/2016. Objeto da licitação: contratação de serviços médicos na área de Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 03/03/2016

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 311/2016

DECRETO Nº 311/2016

Aprova o regimento interno dos agentes municipais de trânsito do Município de Itapema e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º - Aprova o Regimento Interno dos agentes municipais de trânsito do município de Itapema.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação. Itapema, 01 de março de 2016.

RODRIGO COSTA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

DETRAMI - DEPARTAMENTO DE TRANSITO MUNICIPAL DE ITAPEMA

REGULAMENTO INTERNO DOS AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento Interno dispõe sobre os procedimentos, as funções e rotina de trabalho dos Agentes Municipais de Trânsito da Diretoria de Trânsito; o Regulamento Interno dos Agentes de Trânsito consiste em um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam os procedimentos e a rotina de trabalho dos servidores efetivos do cargo de Agentes de Trânsito - do Município de Itapema SC, e dá outras providências.

Art. 2º A estrutura organizacional básica do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito é composta de:

I - Diretor;

II - Coordenadores;

III - Agentes Municipais de Trânsito níveis A,B,C,D,E,F,G e H.

Art. 3º Os Agentes Municipais de Trânsito estão subordinados à Diretoria de Trânsito - , que, por sua vez, está subordinada a Secretaria de Planejamento Urbano de Itapema.

Art. 4º Os Agentes Municipais de Trânsito estão sujeitos ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Itapema, devendo se submeter a todas as disposições contidas no Estatuto dos Servidores, bem como às disposições constantes neste Regulamento Interno, e as leis e normas que regem o trânsito.

Art. 5º A posse no cargo de Agente Municipal de Trânsito é a aceitação das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes à função.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES DOS AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO

Art. 6º São deveres dos Agentes Municipais de Trânsito:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal as instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza ao público em geral prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

VI - levar ao conhecimento da Autoridade Superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia de material e pela conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra a ilegalidade ou abuso de poder;

XIII - apresentar-se ao serviço com aparência física adequada, com uniforme sempre limpo e completo;

XIV - estar sempre atento ao trânsito, sendo proibido permanecer dentro de estabelecimentos durante o expediente, salvo por solicitação de autoridade superior ou do Coordenador;

XV - cumprir os horários determinados pelo Município, inclusive em regime de plantão;

XVI - atender o telefone celular quando em serviço com a maior brevidade possível, mantendo uma postura discreta;

XIX - nenhum Agente de Trânsito poderá conduzir qualquer veículo oficial do trânsito sem a devida habilitação, conforme a categoria.

Parágrafo Único - Os deveres dispostos neste Regulamento não excluem aqueles previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itapema.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO PESSOAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO

Art. 7º Os Agentes Municipais de Trânsito leva à sociedade, através dos serviços prestados, do aspecto do seu uniforme e da aparência pessoal, a capacidade da Corporação de atender suas necessidades de segurança no trânsito. O comportamento e a postura dos Agentes Municipais de Trânsito, em serviço na rua, constroem a imagem do Órgão de Trânsito. A atitude, o uniforme, o zelo individual e a

compostura são fatores fundamentais para o desempenho do serviço ostensivo de trânsito.

Art. 8º Os Agentes Municipais de Trânsito, quando uniformizados:

I - deverão estar sempre com o uniforme bem apresentável, botas/sapatos e peças metálicas do uniforme limpos, bem como com os bolsos abotoados;

II - deverão utilizar a cobertura quando em ambiente externo (fora de edificações) e quando em serviço;

III - obrigatoriamente utilizarão a parte superior do uniforme (gandola, camisa, etc.), com exceção do pulôver e da jaqueta, por dentro da calça;

IV - quando utilizarem jaqueta, esta deverá estar fechada pelo zíper;

V - quando portarem aparelho de telefonia celular deverão acomodá-lo de forma discreta;

VI - ao utilizarem óculos de qualquer natureza (de sol ou de grau) deverão valer-se de modelos cuja armação seja na cor preta ou prateada, em dimensões discretas, com lentes na cor branca, marrom, verde ou fumê, sendo proibidas lentes espelhadas;

VII - quando portarem os óculos citados no inciso VI, mas não estiverem utilizando-os, deverão mantê-los presos a camisa ou camiseta, na parte central da frente, junto ao primeiro botão ou espaço equivalente. Fica proibido portá-lo na abertura do bolso destinada à caneta, no cinto de guarnição, sobreposto na cobertura, na testa ou nos cabelos;

VIII - poderão, nos termos do regulamento de uniformes, utilizar sombrinha ou guarda-chuva somente na cor preta;

Art. 9º Os Agentes Municipais de Trânsito masculinos uniformizados:

I - devem usar o cabelo cortado no padrão baixo, devidamente penteado, costeletas aparadas (no máximo 1,5 cm a partir da curvatura superior da junção da orelha com a cabeça);

II - podem usar bigode aparado no limite dos lábios, a barba raspada e as unhas curtas;

III - proibido o uso de piercings ou outros adereços aparentes;

IV - autorizado o uso de anéis, pulseiras e "correntes de pescoço", desde que discretos.

V - os Agentes Municipais de Trânsito do sexo masculino deverão apresentar-se para o serviço com a barba feita e com cabelos cortados;

Art. 10 As Agentes Municipais de Trânsito de Trânsito Municipal feminina uniformizada:

I - deverão usar os cabelos nos padrões curto (rente a nuca), médio (somente para cabelos lisos, sem ultrapassar a altura da gola da camisa do uniforme), ou longo (presos em coque com rede, trança única ou preso na altura da nuca (tipo "rabo de cavalo", ou ainda fazendo uso te cock), sendo que os grampos e a rede, quando utilizados, devem ser na cor do cabelo ou mais próxima dele. Somente poderão usar maquiagem leve, bem como esmalte e batom de cor discreta;

II - poderão usar maquiagem, porém deverá ser sempre em tons

discretos;

III - deverão usar as unhas sempre aparadas e curtas, sendo opcional o uso de esmalte em tom discreto;

IV - poderão usar anéis, pulseiras, correntes e brincos (desde que pequenos e discretos), sendo que se tiverem pedras, estas deverão ser pequenas;

V - Qualquer outro aspecto da apresentação pessoal do Agente Municipal de Trânsito uniformizado deve ser pautado pela conduta adequada, conveniência, discricção e sobriedade, capazes de reforçar a imagem de respeito e confiança.

Art. 11 Os uniformes previstos neste Regulamento são de uso exclusivo dos Agentes Municipais de Trânsito de Itapema, em suas características principais - tipos, modelos, cores, tonalidades, combinações, distintivos, insígnias e formatos de peças acessórias - sendo proibido a particulares, corporações ou instituições, de qualquer natureza, usar peças de fardamento ou adotar uniformes que se assemelhem às características fixadas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO

Art. 12 Os Agentes Municipais de Trânsito, a critério da Administração, deverão cumprir as seguintes funções:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas obrigações;

II - orientar, fiscalizar e operacionalizar o trânsito de veículos, de ciclistas, de pedestres e de animais;

III - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes e suas causas;

IV - atuar e aplicar medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas em lei, regulamento municipal e no Código de Trânsito Brasileiro;

V - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga;

VI - participar de projetos e programas de educação e segurança para o trânsito;

VII - exercer demais atribuições inerentes ao cargo e determinadas em lei, regulamento municipal ou no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 13 Além das atribuições previstas no artigo anterior, os Agentes Municipais de Trânsito devem exercer as seguintes funções, em regime de escalonamento e de acordo com grade de horários feita pela Diretoria de Trânsito:

I - Agente Operador da Central;

II - Agente de Trânsito Coordenador;

III - Agente de Trânsito Ostensivo;

IV - Agente de Trânsito Motociclista;

V - Agente de Trânsito Motorista;

Parágrafo Único - A função de Agente de Trânsito Coordenador será indicada pelo Diretor de Trânsito entre os servidores que ocupam o cargo efetivo de Agente Municipal de Trânsito obedecendo os seguintes requisitos:

I - Avaliação de Desempenho;

II - Competência;

III- Antiguidade;
IV- Maior Idade;

SEÇÃO I AGENTE OPERADOR DA CENTRAL

Art. 14 Compete ao Agente Municipal de Trânsito Operador da Central as seguintes atribuições:

I - atender o rádio e o telefone;

II - orientar e fazer com que sejam cumpridas as normas, instruções, regulamentos e ordens de serviço em vigor;

III - fazer os registros necessários nos livros sob sua guarda;

IV - não permitir o uso do rádio ou telefone para tratar de assuntos que não sejam referentes ao serviço;

V - prestar informações aos usuários;

VI - manter o controle constante das viaturas em serviço;

VII - participar de reunião quando convocado, para instrução, avaliação dos serviços executados, dificuldades e sugestões;

VIII - ao final do expediente, encaminhar para a Gerência de Operação e Fiscalização todos os documentos relativos ao seu turno de serviço;

IX - receber dos Agentes Municipais de Trânsito de Trânsito e relacionar os Autos de Infração encaminhando posteriormente para o Setor de digitação;

X - coordenar o horário do J-4 (lanche), de forma que no máximo três Agentes, por turno, estejam efetuando o mesmo de cada vez.

XI - não permitir que pessoas estranhas tenham acesso ao Livro de Registros.

SEÇÃO II AGENTE COORDENADOR DE TURNO

Art. 15 Compete ao Agente Municipal de Trânsito Coordenador De Turno as seguintes atribuições:

I - orientar e fazer com que sejam cumpridas as normas, instruções, regulamentos e ordens de serviço em vigor;

II - não permitir a entrada em serviço de agentes que não se apresentem condignamente quanto ao aspecto pessoal, uniforme correto e limpo;

III - exigir dos agentes em serviço postura e procedimentos compatíveis com a função;

IV - estar atento ao tratamento de cortesia e urbanidade que os agentes devem dispensar aos usuários;

V - repassar aos Agentes Operadores da Central as ocorrências para registro no livro de parte.

VI - distribuir as atividades previstas para o dia, bem como as viaturas para o serviço;

VII - inspecionar periodicamente o andamento dos serviços e setores nos locais de trabalho, fazendo rondas e anotando as falhas e alterações detectadas;

VIII - prestar informações aos usuários;

IX - manter o controle constante das viaturas, principalmente quanto a limpeza e preenchimento do roteiro da viatura;

X - participar de reunião quando convocado, para instrução, avaliação dos serviços executados, dificuldades e sugestões.

SEÇÃO III AGENTE DE TRÂNSITO OSTENSIVO

Art. 16 Compete ao Agente Municipal de Trânsito Ostensivo as seguintes atribuições:

I - apresentar-se ao Agente Coordenador de Turno no início do expediente;

II - inteirar-se dos avisos e ordens de serviço afixados no mural;

III - receber as ordens de atividades previstas para aquele dia e setor determinado;

IV - efetuar ronda no setor determinado pelo Agente Coordenador ou pela Escala de Serviço, salvo quando o coordenador ou autoridade superior determinar outro local, andando junto ao meio-fio, ou na via, junto aos veículos estacionados, estando atentos a ocorrências de infrações de trânsito;

V - estar atento ao escoamento do trânsito, das condições físicas da via e de sua sinalização;

VI - ficar em observação permanente quanto as regras de circulação e infrações praticadas ao longo da via;

VII - ser educado e cortês ao falar com os usuários;

VIII - dar assistência geral aos usuários em dificuldades, bem como as informações solicitadas em geral, dentro de sua competência;

IX - intervir em congestionamentos ou outro evento que venha prejudicar a fluidez do trânsito;

X - anotar e repassar ao coordenador, qualquer alteração notada, ocorrência ou anormalidade verificada.

XI - havendo alteração grave, esta deverá ser relatada por escrito, quando do final do expediente, ou antes, em caso excepcional, avisando o Coordenador do deslocamento;

XII - fazer a parada para o lanche J-4 (lanche) no tempo permitido, não podendo exceder o tempo estipulado pela Diretoria e Coordenação, incluindo o deslocamento;

XIII - ao posicionar-se na via para controlar o tráfego, o agente deve estar no centro da via, proporcionando perfeita visão de todos, usando gestos e apitos regulamentares;

XIV - preencher os Autos de Infração observando todos os requisitos legalmente determinados para sua formação.

SEÇÃO IV AGENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA

Art. 17 Compete ao Agente da Autoridade de Trânsito Motociclista o exercício das seguintes funções:

I - receber e diligenciar para que a viatura (moto) sob sua responsabilidade seja mantida em perfeitas condições mecânicas, de aparência e asseio, passando ao seu sucessor nestas condições;

II - dar ciência imediata ao Agente Coordenador, de qualquer anormalidade ou pane verificada, inclusive seus acessórios;

III - apresentar-se ao seu Agente Coordenador, tomando conhecimento das ordens e serviços a executar;

IV - observar atentamente se ocorrem infrações às regras de circulação, abordando o infrator, sempre que possível, com segurança tratando-o com cortesia e urbanidade;

V - tomar as medidas cabíveis em caso de congestionamento ou outro evento que venha prejudicar a fluidez do trânsito;

VI - evitar acidentes quando estiver fazendo baterdor, observando os requisitos do art. 29 e inciso VII, alíneas "c" e "d", do Código de Trânsito Brasileiro, bem como as seguintes:

a) agir prudentemente para garantir a sua segurança e a dos participantes de evento quando estiver realizando a atividade de baterdor;

b) ao aproximar-se de um cruzamento, deslocar-se com antecedência para parar os veículos que adentrem ou cruzem a via, para dar passagem aos participantes do evento com segurança. Após a passagem, o motociclista se desloca com segurança para a sua posição de origem;

VII - anotar e repassar ao Agente Coordenador a ocorrências, e preencher Roteiro da VTR em Uso.

VIII - atender o rádio e ao celular somente quando parar ao lado da via;

IX - realizar o deslocamento em ronda em marcha reduzida, sempre em postura condizente com a função e em atitude de observação;

X - durante o deslocamento o motociclista deverá estar utilizando o capacete com a viseira fechada;

XI - ao utilizar jaqueta de couro, esta deverá estar com o zíper fechado; quando não utilizar a jaqueta de couro, deverá obrigatoriamente fazer uso do colete refletivo, ou Gandola do Uniforme.

SEÇÃO V AGENTE DE TRÂNSITO MOTORISTA

Art. 18 Compete ao Agente da Autoridade de Trânsito Motorista o exercício das seguintes funções:

I - receber e diligenciar para que a viatura sob sua responsabilidade seja mantida em perfeitas condições mecânicas, de aparência e asseio, passando ao seu sucessor nestas condições;

II - dar ciência imediata ao Agente Coordenador, de qualquer anormalidade ou pane verificada, inclusive seus acessórios;

III - preencher o Roteiro de Viatura com todos os itens solicitados, inclusive abastecimento;

IV - apresentar-se no início do expediente ao seu Agente Coordenador, a fim de receber as ordens de serviço;

V - atender ao telefone celular somente quando parar a viatura;

VI - quando em atividade na via pública, deverá obrigatoriamente fazer uso do colete refletivo.

CAPÍTULO V DO USO DO RÁDIO DE COMUNICAÇÃO

Art. 19 O sistema de comunicação do Departamento Municipal de Trânsito constitui-se de rádio fixo, rádios móveis e portáteis e tem como finalidade o contato rápido, eficiente e permanente entre a Central, viaturas e ostensivo a pé, constituído de elemento de apoio indispensável às atividades.

Art. 20 O sistema de rádio deverá ser utilizado estritamente para assuntos relacionados ao serviço.

Art. 21 As comunicações deverão ser objetivas e limitadas ao estritamente necessário, efetuadas de forma clara, concisa e em tom de conversação.

CAPÍTULO VI DA FICHA DE DESEMPENHO

Art. 22 O Departamento Municipal de Trânsito manterá uma Ficha de Desempenho para cada um dos membros do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito onde constarão todas as alterações relativas à vida profissional de cada Agente Municipal de Trânsito de Itape- ma, tais como:

I - Data da admissão;

II - Matrícula;

III - Classificação e nota final no curso de formação;

IV - Recompensas;

V - Punições e Advertências.

VI - Referências elogiosas;

VII - Trabalho voluntário;

VIII - Cópia da Carteira Nacional de Habilitação;

IX - Certificado de conclusão de curso superior;

X - Certificado de cursos e/ou estágios feitos na corporação ou em outra instituição desde que de interesse profissional;

XI - Todas as licenças, afastamentos, dispensas, entre outras, as quais o servidor tem o direito;

XII - Outros dados pessoais;

Parágrafo Único - Qualquer transgressão disciplinar constada na ficha de desempenho, que não tenha obedecido ao devido processo legal deverá ser excluída imediatamente.

CAPÍTULO VII DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 23 O Departamento Trânsito Municipal manterá o Formulário de Avaliação de Desempenho, que deverá ser preenchido com dados constantes na Ficha de Desempenho.

Art. 24 Ao Formulário de Avaliação de Desempenho serão atribuídos pontos e utilizados em todas as situações em que este Formulário for usado como base.

CAPÍTULO VIII DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Art. 25 Todos os requerimentos, comunicações de fatos, trocas de serviços, entre outros, advindas dos Agentes Municipais de Trânsito ao Coordenador de Operação e Fiscalização ou vice-versa, serão

feitas através de comunicação interna, poderão ser entregues ao Coordenador do turno ou protocoladas no setor de assuntos gerais.

Parágrafo Único - Caso o assunto seja sigiloso, a comunicação interna poderá ser entregue diretamente ao destinatário, porém assim, não será protocolada.

CAPITULO IX DA ORDEM DE SERVIÇO

Art. 26 Todas as ordens emitidas aos Agentes Municipais de Trânsito, advindas do Coordenador de Turno, serão feitas através de ordem de serviço (OS), tendo caráter obrigatório, ressalvadas ordens ilegais.

Art. 27 A ordem de serviço deve ser clara, objetiva, contendo todos os dados necessários para execução do serviço, sob ressalva de não ser cumprida em caso de deficiência de informações.

CAPITULO X DO RELATÓRIO DA CENTRAL DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Art. 28 O relatório elaborado diariamente pela Central de Informações Operacionais terá caráter oficial e poderá ser usado para quaisquer fins, seja administrativo, seja jurídico.

Art. 29 Este relatório tem o objetivo principal de relatar o andamento do serviço operacional, podendo também constar situações disciplinares.

CAPITULO XI DO RELATÓRIO OPERACIONAL

Art. 30 O relatório elaborado diariamente pelo Coordenador terá caráter oficial e poderá ser usado para quaisquer fins, seja administrativo, seja jurídico.

Art. 31 Este relatório relata os fatos ocorridos durante o dia referente à conduta dos Agentes Municipais de Trânsito, seus parceiros, postos de serviço, viaturas utilizadas, entre outros.

CAPITULO XII DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO

Art. 32 O relatório estatístico será elaborado fundamentado, primeiramente, nos dados constados no Relatório da Central de Informações Operacionais e Relatório Operacional, e secundariamente, em outras informações constadas em relatórios de outros setores.

Art. 33 Os dados necessários a serem filtrados e contabilizados serão definidos através de Norma Interna "NI".

Art. 34 A divulgação do relatório estatístico será autorizada pelo Diretor de Trânsito ou por pessoa por ele autorizada.

CAPITULO XIII DA ESCALA

Art. 35 A escala deverá conter o nome do coordenador do turno e dos agentes de trânsito que estiveram em serviço, a escala de serviço deverá conter obrigatoriamente 01 Coordenador de turno e 01 agente de trânsito.

Art. 36 A escala deverá conter no mínimo o local de serviço dos Agentes Municipais de Trânsito, o horário inicial e final e a data.

§ 1º as informações adicionais, como parceiros de serviço, viaturas, setores específicos, poderão ser distribuídas pelo Coordenador das Atividades de Trânsito do dia, conforme necessidade de

serviço, caso não estejam descritas na escala.

§ 2º Os turnos de trabalho efetivo (diurno e noturno) serão 06hs X 18hs; 08hs X 24hs; 10hs X 30hs; 12hs X 36hs; 14hs X 42hs; 16hs X 48hs, ou, sendo necessário, em outro turno prescrito em Lei, Estatuto e/ou Regulamento.

§ 3º Na falta de um Agente de Trânsito escalado para o serviço o Coordenador deverá escalar um agente de trânsito que esteja à disposição do Departamento de Trânsito, ou o mesmo deverá substituí-lo.

Art. 37 A escala deve ser elaborada conforme artigo 2º desta norma, constando cada Agente Municipal de Trânsito conforme a "estrutura organizacional", pois as normas internas serão editadas com os destinatários conforme essa divisão estrutural.

Art. 38 A escala deverá ser publicada com (48) quarenta e oito horas de antecedência e é de integral responsabilidade dos Agentes Municipais de Trânsito saber seu local de serviço a partir do momento que a escala for publicada.

CAPITULO XIV - DAS NORMAS

Art. 39 As Normas Internas necessárias para a padronização e organização do serviço serão instituídas pelo Diretor e/ou Coordenador de Turno e Operação e Fiscalização.

Art. 40 O corpo dessas normas deverá conter, no mínimo:

I - Objetivo;

II - Seus destinatários;

III - Descrição da penalidade em caso de transgressão, com fundamento legal;

IV - O prazo de vigência.

SEÇÃO I NORMA ORGANIZACIONAL INTERNA - NOI

Art. 41 As Normas Organizacionais Internas, chamadas de "NOI", serão elaboradas e aplicadas para organizar a estrutura interna do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito, orientando o serviço a ser executado em determinado setor.

SEÇÃO II PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO - POP

Art. 42 As normas de Procedimentos Operacionais Padrão, chamadas de "POP", serão elaboradas e aplicadas para padronizar o serviço externo do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito, orientando o serviço a ser executado em prol da população.

SEÇÃO III NGA - NORMA GERAL DE AÇÃO

Art. 43 As Normas Gerais de Ação "NGA" são as estabelecidas pelos Coordenadores e visam a normatização e coordenação de todas as ações, no âmbito do Município.

SEÇÃO IV NEA - NORMA ESPECÍFICA DE AÇÃO

Art. 44 As Normas Específicas de Ação "NEA" são as estabelecidas pelos Coordenadores, no âmbito do Município, e visam a normatização e coordenação de ações específicas, as quais deverão conter o local, o horário e o detalhamento possível da ação, além dos

objetivos à serem atingidos.

CAPÍTULO XV

DAS RECOMPENSAS E DOS ELOGIOS

Art. 45 Nos atos meritórios praticados pelos integrantes do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito, considerados de relevância e acima do dever, o Coordenador de Turno, em conjunto com o Diretor, após análise cuidadosa, poderá conceder elogio individual, o qual será publicado em Boletim Interno, chamado "BI", do Departamento Municipal de Trânsito e registrado na Ficha de Desempenho do Agente Municipal de Trânsito Agente da Autoridade de Trânsito.

§ 1º O elogio deverá ser concedido ao Agente Municipal de Trânsito em atos meritório também não estando em serviço.

§ 2º No caso de ações meritórias do Coordenador de turno o Diretor é quem patrocinará o elogio procedendo ao que preceitua o caput.

CAPÍTULO XVI

REGIMENTO DISCIPLINAR E PRINCÍPIOS GERAIS DE DISCIPLINA E HIERARQUIA

Art. 46 Entende-se por disciplina, o voluntário cumprimento do dever imposto a cada um, cujas manifestações essenciais são:

I - A pronta obediência às ordens superiores legais;

II - A pronta obediência às prescrições contidas nos regulamentos, normas e leis;

III - A correção de atitudes;

IV - A colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito.

Art. 47 Entende-se por hierarquia o vínculo que une os integrantes do corpo de Agentes Municipais de Trânsito, subordinando uns aos outros e estabelecendo uma escala pela qual são uns em relação aos outros, superiores e subordinados.

Parágrafo Único - A hierarquia confere ao agente de trânsito mais antigo (com mais tempo de serviço) o poder de dar ordens, de fiscalizar, penalizar e de rever decisões em relação ao subordinado.

Art. 48 A precedência hierárquica no Corpo de Agentes da Autoridade de Trânsito é a seguinte:

I - Diretor;

II - Agente Municipal de Trânsito Coordenador;

III - Agente Municipal de Trânsito mais antigo;

IV - Agente Municipal de Trânsito.

V - Monitor de Estacionamento Rotativo de Trânsito

CAPÍTULO XVII

DAS TRANSGRESSÕES E PENALIDADES DISCIPLINARES

Art. 49 Além das normas descritas no Estatuto dos Servidores Públicos de Itapema, são transgressões disciplinares:

I - Todas as ações ou omissões contrárias às normas contidas neste Regulamento Interno, nas normas internas e demais normas vigentes relativas ao Departamento Municipal de Trânsito;

II - Não obediência de ordens legais prescritas por superiores hierárquicos ou autoridades legalmente constituídas.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo, Secretário Municipal de Planejamento Urbano, o Diretor de Trânsito ou o Coordenador de Turno, poderão propor a apuração de transgressões disciplinares de seus subordinados, em caso de denúncia, ou de ofício.

Art. 50 As penalidades a que os Agentes de Trânsito estão sujeitos são as previstas no Estatuto dos Servidores Públicos de Itapema

SEÇÃO I

DA ADVERTÊNCIA

Art. 51 Além das normas descritas no Estatuto dos Servidores Públicos de Itapema, aplicar-se-á advertência ao Agente Municipal de Trânsito que incorrer nas seguintes transgressões disciplinares:

I - Deixar de cumprir as determinações das normas internas emitidas pelo Coordenador de Turno;

II - Deixar de cumprir suas funções conforme as legislações e normas internas existentes, desde que a administração pública tenha lhe oferecido os meios;

III - Deixar de apresentar-se ao superior hierárquico, estando em serviço;

IV - Deixar de comunicar a quem de direito, transgressão cometida por integrante do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito, independente de cargo ou função;

V - Não cumprir determinações constadas em documentos oficiais do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito;

VI - Revelar indiscrição, em linguagem falada ou escrita ou ainda usar termos de gíria em comunicação durante o serviço de atendimento ao público;

VII - Revelar falta de compostura por atitudes ou gestos, estando de uniforme;

VIII - Deixar de trazer consigo a credencial de Agentes Municipais de Trânsito e respectiva Carteira Nacional de Habilitação, quando em serviço;

IX - Entrar em estabelecimentos comerciais estando de serviço, para fins particulares;

X - Deixar de comunicar a quem de direito:

a) as ordens que tiver recebido, sobre pessoal ou material;
b) as ocorrências e ordens recebidas durante o serviço;
c) estragos ou extravios de qualquer material do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito que tenha sob sua responsabilidade.

XI - Fumar quando em atendimento ao público, em veículos oficiais ou em local que seja vedado por lei específica;

XII - Permitir a permanência de pessoas estranhas ao serviço, nos locais em que isso seja vedado;

XII - Deixar de apresentar-se no tempo determinado:

a) às autoridades, no caso de requisição para depor ou prestar declarações;
b) no local determinado por superior hierárquico, em ordem manifestamente legal.

XIII - Não ter o devido zelo a qualquer material da corporação;

XIV - Omitir ou retardar a comunicação de mudança de telefone ou endereço;

XV - Apresentar-se para o serviço ou em público com falta de asseio pessoal;

XVI - Não cumprir as prescrições referentes ao uniforme e equipamentos descritas nesta norma ou em norma reguladora;

XVII - Deixar de atender a reclamação justa de subordinado, ou impedi-lo de recorrer à autoridade superior, sempre que a intervenção desta se torne indispensável;

XVIII - Atrasar sem motivo justificável:

- a) a entrega de objetos achados;
- b) a prestação de relatórios;
- c) o encaminhamento de informações e documentos;
- d) a entrega de equipamentos e outros destinados ao serviço;
- e) a publicação da escala de serviço e do boletim interno.

XIX - Permutar serviço sem permissão da autoridade competente;

XX - Deixar de prestar auxílio, dentro de suas competências, a necessitados;

XXI - Introduzir ou deixar que se introduza bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes nas dependências do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito, seja em qualquer base, em viaturas, em postos ao qual seja o responsável ou similares ao qual tenha responsabilidade;

XXII - Negar-se a receber documentos, uniformes e/ou objeto que lhe sejam destinados regularmente, ou que devam ficar em seu poder;

XXIII - Concorrer para discórdia ou desavença entre os componentes do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito;

XXIV - Divulgar decisão, despacho, relatório, documento, ato oficial, ordem ou informação, antes de publicadas oficialmente ou autorizadas pelo Diretor de Trânsito;

XXV - Aconselhar colega para que não seja cumprida ordem legal, retardando a sua execução;

XXVI - Proceder de forma a colocar em dúvida a integridade do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito;

XXVII - Utilizar veículos oficiais para serviços ou atividades diversas do serviço operacional, sem a devida autorização;

XXVIII - Assumir serviço em local diferente ao do escalado;

XXIX - Participar de jogos de azar, carteados, entre outros similares, durante seu horário de serviço;

XXX - Não comparecer a convocações do Coordenador de Turno;

XXXI - Deixar de assumir a responsabilidade de seus atos ou dos subordinados que agirem em cumprimento de ordens suas;

XXXII - Dirigir veículo oficial imprudente ou negligentemente mesmo que não venha causar acidente;

XXXIII - Entrar uniformizado ou com veículos oficiais, estando ou não em serviço, em:

- a) boates, cabarés ou casas semelhantes;
- b) locais de prostituição;
- c) clubes de carteados;
- d) salões de bilhar e de jogos semelhantes;
- e) comitê político ou reuniões político-partidárias;
- e) outros locais que, pela localização, freqüência, finalidade ou habituais, possam comprometer a austeridade e o bom nome da Instituição.

XXXIV - Ingerir ou, estar sob efeito de bebidas alcoólicas ou entorpecentes, estando em serviço;

XXXV - Induzir superior a erro ou engano, mediante informações inexatas;

XXXVI - Fornecer notícias à imprensa sobre serviços que atender ou de que tenha conhecimento, quando o caso exigir sigilo;

XXXVII - Ofender colegas de serviço com palavras ou gestos, independente do meio de comunicação;

XVIII - Utilizar a comunicação via rádio para tratar de assuntos pessoais;

XXXIX - Não responder ao rádio quando chamado, salvo justificativa plausível;

XL - Emprestar, dar, alugar, penhorar ou vender peças do uniforme e/ou de equipamento às pessoas estranhas ao Corpo Agentes Municipais de Trânsito, novas ou usadas, exceto com o devido processo legal ou com autorização do Coordenador de Turno;

XLI - Espalhar notícias falsas em prejuízo da ordem, da disciplina ou do bom nome do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito, seja ao público interno ou externo;

XLII - Recusar-se a auxiliar as autoridades públicas ou seus agentes, que estejam nos exercícios de suas funções, e que em virtude destas, necessitem de auxílio, exceto quando as condições de segurança não permitirem;

XLIII - Praticar atos obscenos em lugar público;

XLIV - Adulterar qualquer espécie de documento em proveito próprio ou alheio;

XLV - Aliciar, ameaçar ou coagir parte, testemunha ou perito que funcione em processo administrativo ou judicial.

§ 1º Quanto a ausência do serviço sem autorização, será aplicado o previsto no Estatuto dos Servidores e, consequentemente, gerando falta ao agente que, cumulativamente:

- a) Não responder ao rádio quando chamado, salvo justificativa plausível;
- b) Não for encontrado pelo Coordenador ou Diretor de Trânsito no posto de serviço.

§ 2º Caso o Agente responda ao rádio alegando estar no local determinado e seja constatado pelo Coordenador/Diretor de Trânsito que a informação não é verdadeira, também será considerado abandono de posto de serviço, sendo constatado por ausentar-se do serviço sem autorização;

§ 3º Caso o agente deixe o posto de serviço determinado e esteja em outro local, mesmo que ainda em serviço, será considerado abandono de posto de serviço e imediatamente impedido de continuar em serviço, sendo constatado por ausentar-se do serviço sem autorização.

Art. 52 A advertência será escrita sendo anotada em documento próprio e encaminhada para o devido registro.

Art. 53 As penalidades aqui aplicadas não eliminam outras penalidades ou penas que outras leis em vigor dispuserem.

SEÇÃO II DA SUSPENSÃO

Art. 54 As suspensões serão aplicadas em casos descritos nas normas do Estatuto dos Servidores Públicos de Itapema.

SEÇÃO III DA DEMISSÃO

Art. 55 Será aplicada a penalidade como prescreve o Estatuto dos Servidores Públicos de Itapema.

CAPÍTULO XVIII DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 56 Para aplicação das penalidades serão observados o Estatuto dos Servidores Públicos de Itapema e outras legislações que tratem especificamente do assunto.

CAPÍTULO XIX DA CARREIRA DE AGENTE DE TRÂNSITO

Art. 57 - A Carreira de Agente Municipal de Trânsito é composta por 08 (oito) níveis de hierarquia, a cada quinquênio o Agente de Trânsito avançará de nível vertical (letras) conforme estatuto dos Servidores Públicos de Itapema sendo na seguinte ordem: -A,B,-C,D,E,F,G e H.

A cada nível alcançado pelo Agente de Trânsito o mesmo receberá em seu uniforme insígnias conforme a letra do nível vertical alcançado, o modelo das insígnias estão no anexo I deste regimento interno.

Art. 58 - A carga horária de trabalho do Agente Municipal de Trânsito é de 40 (quarenta) horas semanais, divididas em turnos, conforme escalas definidas pelo Departamento Municipal de Trânsito, considerando as necessidades do serviço.

CAPÍTULO XIX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 Todos os integrantes do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito deverão, no tocante ao cumprimento deste Regulamento Interno e legislações correlatas, serem tratados de igual forma, independentemente de cargo, função ou escala que exercer.

Art. 58 Todos os integrantes do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito de Trânsito têm as mesmas atribuições, devendo apoiar uns aos outros, apenas sendo dividido em níveis e por antiguidade para eficácia e organização do serviço.

Art. 59 Quando o membro do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito for cedido para outros órgãos ou estiver exercendo mandatos classistas, deverá atender a todas as convocações do Diretor e/ou Coordenador de Turno.

Art. 60 Para fins de organização e eficácia, fica autorizado o Diretor de Trânsito a criar outros modelos de atos oficiais, além dos citados neste regulamento, conforme a necessidade da demanda dos trabalhos, promovendo a devida publicidade aos Agentes Municipais de Trânsito.

Art. 61 O Coordenador de Turno, através de Norma Interna, regulará os modelos, a forma de preenchimento e de procedimentos a serem tomados relativos aos atos oficiais constados neste

regulamento.

Art. 62 As situações não previstas neste Regulamento Interno serão analisadas e decididas pelos Coordenadores de Turno e pelo Diretor de Trânsito.

Art. 63 Os integrantes do Corpo de Agentes Municipais de Trânsito sujeitar-se-ão ao regime jurídico dos servidores públicos municipais de Itapema, e as normas regimentais previstas neste Regulamento

Art. 64 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Itapema, 01 de Março de 2016.

RODRIGO COSTA.

Prefeito Municipal de Itapema

Rogério Weigert Cavagnari	Alvaro Stradioto
Secretario de Planejamento Urbano de Itapema	Diretor de Trânsito

Anexo I

I – Descrição geral das insígnias que representam os cargos de Agentes Municipais de Trânsito; Nível B,C,D,E,F,G e H; Coordenador de Turno.

a) Compõe-se de um conjunto de divisas formadas por um vértice de 100º (cem graus) na parte interna voltada para baixo, sobre um bandeirante antigo estilizado.

b) As insígnias serão bordadas, e a prescrições são as seguintes:

1 – Uso: no terço superior de ambas as mangas dos uniformes, incluindo a japona de passeio;

2 – Descrição "a": para uniforme azul marinho - conjunto formado pelas divisas correspondentes às graduações, bordadas na cor amarela, sobre suporte na cor azul marinho.

II – Descrição específica das insígnias de Coordenador de Turno e Agentes Municipais de Trânsito.

a) Coordenador de Turno: Duas estrelas na cor Azul; sobre um fundo Amarelo.

Insígnia de Coordenador de Turno

b) Agente Municipal de Trânsito Nível H: uma estrela na cor Azul; sobre um fundo Amarelo.

Insígnia de Agente Municipal de Trânsito Nível H

c) Agente Municipal de Trânsito Nível G: uma estrela na cor Azul; sobre um fundo amarelo.

Insígnia de Agente Municipal de Trânsito Nível G

d) Agente Municipal de Trânsito Nível F: cinco divisas na cor branca; sobre um fundo Amarelo.

Insígnia de Agente Municipal de Trânsito Nível F

e) Agente Municipal de Trânsito Nível E: quatro divisas na cor branca; sobre um fundo Amarelo

Insígnia de Agente Municipal de Trânsito Nível E

f) Agente Municipal de Trânsito Nível D: três divisas na cor branca; sobre um fundo Amarelo

Insígnia de Agente Municipal de Trânsito Nível D

g) Agente Municipal de Trânsito Nível C: duas divisas na cor branca; sobre um fundo amarelo

Anexo II

Insígnia de Agente Municipal de Trânsito Nível C

h) Agente Municipal de Trânsito Nível B: uma divisas na cor branca; sobre um fundo Amarelo

Insígnia de Agente Municipal de Trânsito Nível B

Anexo II

I – Descrição geral dos uniformes que representam os cargos de Agentes Municipais de Trânsito; Nível A, B,C,D,E,F,G e H; Coordenador de Turno.

a) Compõe-se de uma calça tecido rip stop Camuflado azul marinho com bolsos e uma camisa polo azul royal e Gandola Camuflada Azul.

b) Os complementos são o cinto, coturno, meias, camiseta branca, bone, jaqueta, luvas, óculos de proteção e Gandola e colete.

a)

DECRETO Nº 310/2016**DECRETO Nº. 310/2016**

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2016 nº. 3.499, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 602.350,00 (seiscentos e dois mil trezentos e cinquenta reais), conforme segue:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**Unidade: 06 -Diretoria de Transito****Atividade: 2.016 - Manutenção dos Serviços Administrativos - TRANSITO MUNICIPAL**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0012.0/49 - Aplicações diretas R\$ 38.750,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0012.0/51 - Aplicações diretas R\$ 40.000,00

Total da Secretaria: R\$ 78.750,00

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Unidade: 02 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.100 - Manutenção dos Recursos do Salário Educação - Ensino Fundamental**

Elemento: 3.3.9.0.00.01.0036.0/183 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino**Atividade: 2.079 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - Ensino Fundamental**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0018.0/219 - Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Total da Secretaria: R\$ 500.000,00

Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA**Unidade: 01 - Diretoria de Agricultura e Pesca****Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Agricultura e Pesca**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000.0/251 - Aplicações diretas R\$ 23.600,00

Total da Secretaria: R\$ 23.600,00

Total Geral: R\$ 602.350,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**Unidade: 06 -Diretoria de Transito****Atividade: 2.016 - Manutenção dos Serviços Administrativos - TRANSITO MUNICIPAL**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0012.0/47 - Aplicações diretas R\$ 78.750,00

Total da Secretaria: R\$ 78.750,00

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Unidade: 02 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.100 - Manutenção dos Recursos do Salário Educação - Ensino Fundamental**

Elemento: 4.4.9.0.00.01.0036.0/185 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino**Atividade: 2.079 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - Ensino Fundamental**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0018.0/220 - Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Total da Secretaria: R\$ 500.000,00

Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA**Unidade: 01 - Diretoria de Agricultura e Pesca****Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Agricultura e Pesca**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000.0/253 - Aplicações diretas R\$ 23.600,00

Total da Secretaria:	R\$	23.600,00
Total Geral:	R\$	602.350,00

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 26 de fevereiro de 2016.

RODRIGO COSTA
Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO N. 20, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

ERRATA PUBLICAÇÃO

Edição nº 1944

Pag. 383 e 383

DECRETO N. 20, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede majoração das tarifas do serviço de utilidade pública de Transporte Coletivo de Passageiros e outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a lei nº 1634 de 05.09.1995 e Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica concedida a majoração das tarifas do serviço de utilidade pública de transporte coletivo de passageiros, nas linhas autorizadas pelo Município, de acordo com as tabelas nº I, II, III e IV anexas, que ficam fazendo parte do presente Decreto.

Art. 2º Ficam os concessionários de trajetos de ônibus e lotações, obrigados a conceder aos estudantes e aos deficientes físicos, passagens com redução de 50% (cinquenta por cento), destas tabelas.

Art. 3º Os concessionários de trajetos de ônibus e lotação são obrigados a conceder aos aposentados e pensionistas, na faixa etária de 60 a 65 anos, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), passagens com redução de 50% (cinquenta por cento), sobre estas tabelas.

Parágrafo único. Para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade do transporte coletivo de passageiros de conformidade com o constante no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 4º Os concessionários são obrigados a fornecer o troco, e na falta deste, o passageiro pagará sua passagem a menor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, 26 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ALINE SCHMITZ KIRCHHOF

ORIGEM: Processo Seletivo nº 01/2016

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Agente Comunitário de Saúde. Nível salarial: 608

Classe - Referencia: A - 01

VIGÊNCIA: 02/03/2016 até 31/12/2016.

Itapiranga – SC, 02 de março de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 74/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 74/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ROSANE BERNADETE SCHWERTZ

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 041/2016/RH de 03/02/2016, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas semanais.

Itapiranga – SC. 03 de março de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO: TERMO DE CONVOCAÇÃO 012/2016 DO EDITAL Nº 050/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 012

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Sérgio Ferreira de Aguiar – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Médico P.S.F.	Andrea Sayuri Yamaguchi	430001113	04
Médico P.S.F.	João Adolfo Oswald Scharan	430000877	05

Itapoá – SC, 03 de março de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO: TERMO DE CONVOCAÇÃO 013/2016 DO EDITAL Nº 050/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 013

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Sérgio Ferreira de Aguiar – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Agente Administrativo I	Rodolfo Miranda Hoffmam	420001519	01
Agente Administrativo I	Arthur Bordin Sbrissia	420001850	02
Técnico de Arquivo	Vagner Witkowski	420002348	01
Técnico de Contabilidade	Ezequiel Emerson Vieira	430001396	01

Itapoá – SC, 03 de março de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL NO 2681/2016 CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2681/2016

Data: 16 de fevereiro de 2016.

Convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de ITAPOÁ, e dá outras providências.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso da atribuição que lhe confere o art. 13, XVIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26/10/2015;

DECRETA

Art. 1 Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Itapoá, a se realizar no dia 22 de junho de 2016, nas dependências da Casa da Cultura, localizada na rua VII, 1201, no Balneário Príncipe, bairro Itapema do Norte.

Art. 2 A realização da Conferência Municipal seguirá proposta metodológica aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades constantes na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015 do Conselho das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26/10/2015, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Nacional e Estadual da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 3 A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade terá como tema: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 4 A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Itapoá será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Itapoá, e, na sua ausência ou impedimento eventual, por outro membro designado pelo mesmo.

Art. 5 As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Itapoá correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 6 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de fevereiro de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2692/2016 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2692/2016

Data: 29 de fevereiro de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, e considerando C.I./DO nº 19/2016.

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 90.645,46 (noventa mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), conforme segue:

Suplementações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência

00802440005.2122 Manutenção do FMS

33390 Aplicações Diretas (398) FR 30000 R\$ 25.938,33

00802440005.2123 Manutenção do CRAS

33390 Aplicações Diretas (399) FR 66503 R\$ 20.475,20

00802430005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

33390 Aplicações Diretas (400) FR 66501 R\$ 59,89

34490 Aplicações Diretas (401) FR 66501 R\$ 453,52

00802440005.2127 Benefícios Eventuais

33390 Aplicações Diretas (403) FR 66502 R\$ 2,20

00802410005.2128 Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso/Deficiente

33390 Aplicações Diretas (402) FR 63503 R\$ 732,09

00802440005.2143 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (404) FR 63501 R\$ 6.369,23

33190 Aplicações Diretas (405) FR 63502 R\$ 36.615,00

Total das Suplementações R\$ 90.645,46

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2693/2016 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2693/2016

Data: 29 de fevereiro de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo sexto, inciso quinto da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/20/2016, de 29 de fevereiro de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$ 18.251,56 (dezoito mil duzentos e cinq-enta e um mil reais e cinq-enta e seis centavos), conforme segue:

Suplementação:

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência

00802440005.2123 Manutenção do CRAS

34490 Aplicações Diretas (397) FR 26503 R\$ 18.251,56

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2696/2016 HOMOLOGA LISTA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO – CANDIDATOS AS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC – EDITAL Nº 050/2015.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2696/2016

Data: 02 de março de 2016.

HOMOLOGA LISTA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO – CANDIDATOS AS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD), DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC – EDITAL Nº 050/2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado a lista final de classificação dos candidatos as vagas reservadas às pessoas com deficiência (PcD) do concurso público da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC – Edital nº 050/2015, conforme lista final de classificação – UNISOCIESC.

Art. 2º A lista final de classificação dos candidatos as vagas reservadas às pessoas com deficiência – UNISOCIESC, contendo 1 (uma) página, é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA SMAS Nº 01/2016 – NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS DE LOTAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA SMAS Nº 01/2016

Data: 29 de fevereiro de 2016.

NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS DE LOTAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ALESSANDRA SILVEIRA DE OLIVEIRA, Secretária de Assistência Social do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014.

RESOLVE,

Art.1º Ficam nomeados para compor a comissão para condução de Processos de Transferências de Lotações de Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social os servidores.

1. Maristela de Souza Speck;

2. Bruna Daniele Piacentini;

3. Alexandre Ribeiro da Silva.

Art. 2º A Comissão ora nomeada fica responsável pela elaboração dos editais e demais tramites aos Processos de Transferências que venham a ser realizados pela Secretaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de fevereiro de 2016.

ALESSANDRA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: ATA
PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA EDITAL Nº.001/2016**

Ata da Audiência Pública

Ata: 01/2016

Data: 13/01/2016

Horário: 20h00

Local: Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Aos treze dias do mês de janeiro de 2016, no auditório da Câmara de Vereadores de Itapoá, situado na Rua Mariana Michels Borges, número 1115, Itapema do Norte, Itapoá/SC, às 20h00 foi realizada a presente audiência pública nº 01/2016, por intermédio do convite de audiência pública, publicado no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1894, do dia 18/12/2015, página 449.

A presente ata destaca os principais pontos da citada audiência, a gravação da mesma estará disponível em CD encartada no processo de audiência pública.

A audiência pública 01/2016 foi aberta pelo chefe de gabinete da prefeitura municipal de Itapoá/SC, Luis Carlos Zagonel, passando a leitura do edital sendo o mesmo aprovado, em seguida passou a palavra ao Srº Rodrigo Eduardo Dias Verroni representante da empresa E TTL, que passou aos esclarecimentos e objetivos da concessão para prestação dos serviços de transporte público coletivo de passageiros e público escolar do município de Itapoá com a apresentação do plano de transporte público coletivo, seus objetivos, etapas de trabalho, aspecto operacional e tarifário, prazo da concessão, com projeção do local disponível à ser implantado o terminal rodoviário, política tarifária e itinerários. Após a explanação dos temas o Sr. Verroni finalizou lembrando que ficou disponível no site um sumário executivo onde está melhor detalhado todos os itens operacionais descrição das fases, inclusive descrição de todos os itinerários das duas fases, bem como também a minuta do edital de licitação e do contrato de licitação para que todos possam externar suas opiniões para que a municipalidade evolua o edital e o contrato para melhor atender o interesse público. Passou-se a palavra ao representante do poder executivo, chefe de gabinete que solicitou dois adendos ao edital um no que se refere ao projeto de lei aprovado pela câmara de vereadores que obriga todas as concessionárias municipais a emplacarem seus veículos no município de Itapoá, solicitando a obrigação no edital de licitação e o segundo adendo referente ao local do terminal rodoviário, solicitando a possibilidade de futura alteração no local do terminal, já que onde está sendo proposto é na área projetada como área Institucional que o Município receberá se o Projeto Riviera Santa Maria for aprovado pelo órgão ambiental e pela municipalidade, a família Guinter que é a empreendedora do projeto, disponibilizou outra área para que esta seja uma alternativa futura caso o empreendimento não aconteça no prazo de até 5 anos, quando vence o prazo do Município construir o terminal, conforme a previsão do Edital, isto claro se vislumbra o melhor interesse público.

O presidente abriu a sessão dos questionamentos orais, lembrando a todos os participantes que se atentem a questionamento e considerações em assuntos exclusivo da pauta da presente audiência. O Srº Vane Mamene, presidente da associação dos moradores do balneário São José I e II, sugeriu um novo itinerário que contemple os moradores do balneário Príncipe e São José, também pediu melhores esclarecimentos acerca das penalidades aos contratos na tarifa repassada ao poder concedente;xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx O Sr Verroni respondeu que todo o itinerário é sempre possível de ser feito, atendendo os pedidos e a necessidade da população, esclarecendo que, aumentando o número de ônibus, quilometragem e funcionários isso refletirá também no custo, visando o equilíbrio de contrato e do ponto de vista das penalidades, não atingindo a qualidade, no período de três meses seguidos ou quatro não seguidos no decorrer de doze meses, ele perderá dez por cento da remuneração no mês seguinte retendo o repasse no subsídio.

Srº Marlon Roberto Neuber, advogado, questionou os pontos de recolhimento e segurança dos passageiros e subsídios de que forma acontecem;xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx O Sr Verroni explicou que

os pontos de recolhimento não estão explicitados no edital cabendo ao poder concedente fazê-lo a hora que quiser não alterando no fluxo de caixa e a modelagem da concessão. Quanto a segurança trata-se de um problema não só com ônibus mas também com carros de transporte particular devido a um entroncamento de rodovia e a solução seria investimentos não tratados aqui por ser um problema de sistema viário e não de transporte coletivo. E quanto ao subsídio trata-se de uma previsão legal na lei de mobilidade de 2012, que consiste num repasse ou diretamente do usuário ou usuário mais subsídio onde o poder público toma como subsídio por entender que o usuário já está onerado de mais com a tarifa, o subsídio ao usuário se o poder público não pagar quem vai pagar é o usuário podendo a prefeitura fazer auditorias no sistema de bilhetagem com acessos diários.

Srº Ernesto Policarpo de Aquino, vereador, questionou sobre o transporte de passageiros em vãos que fazem transporte particular e são pagos por particulares;xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx O Sr Verroni respondeu que as vãos fazem transporte particular e não público, portanto, dependem de regulamentação da Câmara ou Prefeitura havendo uma migração de estudantes que antes utilizavam o transporte público migrem a utilizar o transporte privado na razão de mais de cinco por cento na demanda o concessionário terá direito a um reequilíbrio de contrato.

Passou-se aos questionamentos escritos com sugestão pelo sr Jurez da empresa ATM, que sugeriu aumento da frota em horários de trocas de turno das empresas passando à cada 30 minutos;xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx O Sr. Verroni respondeu ser possível não só antes da licitação, mas, depois do contrato assinado, havendo demanda o concessionário é obrigado a colocar mais veículos entrando na alteração de perfil de frota e reequilíbrio de contrato.

Sr Genésio representando o Rotary Club, questionou a alteração na tarifa prevista no aumento dos combustíveis;xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx O Sr. Verroni respondeu que o reajuste das tarifas com base no aumento dos combustíveis pesa 0,23 por cento no aumento da tarifa.

Humberto Pereira empresário que parabenizou a apresentação definindo-a de muito esclarecedora fez alguns questionamentos quanto ao sindicato e sugeriu melhorias na alta temporada para situações não previstas como o caso de acidentes.

Srº Geraldo Weber, vereador, que noticiou saber das situações do transporte público do município e questionou quando a empresa vencedora da licitação assumiria o contrato;

Passou-se a pergunta por escrito da Dra Janaina Resende que questionou quem ficaria responsável pela manutenção dos pontos de ônibus;

Passou-se a palavra ao chefe de gabinete que não havendo mais pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência às 21:50 horas. Eu, Luis Carlos Zagonel, chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, que digitei e subscrevi a presente ata, que vai devidamente assinada na forma da Lei.

Luis Carlos Zagonel

Chefe de gabinete

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 67/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 67/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados a comparecerem na Secretária de Educação no dia 04/03/2016, as 08h30min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
16	20	Anos Iniciais -1º ao 3º ano	Marta do Rosário Silveira Gutierrez	10/03/2016	10/04/2016
17	20	Anos Iniciais -1º ao 3º ano	Loreni Elizabete Laufer	10/03/2016	10/04/2016
07	40	Anos Iniciais - 4ºao 5º ano	Marcia Regina de Souza	10/03/2016	01/04/2016

Itapoá, 03 de março de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 68/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 68/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados a comparecerem na Secretária de Educação no dia 04/03/2016, as 09h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
33	40	Educação Infantil	Elizangela R. da Silva Wrobel	10/03/2016	10/04/2016
34	30	Educação Infantil	Daiane Junkes Ayroso	10/03/2016	10/04/2016

Itapoá, 03 de março de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 69/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 69/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados a comparecerem na Secretária de Educação no dia 04/03/2016, as 09h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
09	40	Anos Iniciais – 4ºao 5º ano	Edna Rafaela da Silva	10/03/2016	01/04/2016

Itapoá, 03 de março de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016/FEX CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO, AO MEIO DIA DE 07 DE ABRIL DE 2016, NA ARENA MULTIÚSO DO PARQUE DA CEBOLA, EM RAZÃO DA REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOFERIA NACIONAL DA CEBOLA, NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC.

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº08/2016

Processo Licitatório: 17/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO, AO MEIO DIA DE 07 DE ABRIL DE 2016, NA ARENA MULTIÚSO DO PARQUE DA CEBOLA, EM RAZÃO DA REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOFERIA NACIONAL DA CEBOLA, NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de março de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 17 de março de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 04 de março de 2016
RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO
Presidente da Fexponace

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016/FEX CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA AMPLA REFORMA, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ÀS EXIGÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS, NO PARQUE DA CEBOLA, PARA REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, A REALIZAR-SE DE 07 A 10

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº09/2016

Processo Licitatório: 19/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA AMPLA REFORMA, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ÀS EXIGÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS, NO PARQUE DA CEBOLA, PARA REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, A REALIZAR-SE DE 07 A 10/04/2016, NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de março de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 16 de março de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 04 de março de 2016
RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO
Presidente da Fexponace

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS Nº004/2014.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO nº 001/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS Nº004/2014. OBJETO: Alteração da Cláusula Décima Quarta - Da Vigência e Prorrogação ao Contrato nº 0004/2014, para a prestação de serviços de saúde, em atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do Sistema Único de Saúde.

PRESTADOR: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ituporanga SC, CNPJ 83781575000116, com sede a Rua Naide Guimarães de Mello, 50 - Centro, nesta cidade.

PRORROGAÇÃO: Será prorrogado pelo prazo de 01 ano a contar da data de sua assinatura, ficando ratificadas as demais cláusulas do Contrato 004/2014.

Ituporanga, 21 de Janeiro de 2016.
GISELE WEBER
Secretária de Saúde

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CMAS - RESOLUÇÃO Nº04/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº04/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a alteração na composição da Comissão de Finanças e Patrimônio do CMAS.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 02 de março de 2016.

Considerando o Artigo 12, inciso II, Parágrafo único da Lei Municipal 5431/2009: "Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por membros do Conselho Municipal de Assistência Social e outras instituições, especialmente convidadas e sempre a título gratuito, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos";

Considerando o inciso III do Art.7º do Regimento interno do CMAS, a saber: "Comissões Permanentes e Temporárias e Grupos de Trabalho - constituídas, somente por conselheiros titulares e/ou suplentes e de forma paritária, de acordo com o interesse e ou a área de atuação, com o mínimo de quatro membros cada";

Considerando o inciso V do Art.9º do Regimento Interno do CMAS: "os conselheiros titulares e suplentes, deverão participar, de no mínimo uma das comissões permanentes e quando necessário nos grupos de trabalho";

Considerando o Art.40 do Regimento Interno do CMAS: "As comissões Permanentes do Conselho Municipal de Assistência Social, são: I. Comissão de Finanças e Patrimônio (CFP); II. Comissão de Legislação e Normas (CLN); III. Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistencial (CIARS); IV. Comissão de Instância de Controle Social; V. Comissão de Planejamento (CP). §1º Cada Conselheiro deverá integrar no mínimo 1 (uma) e no máximo 2 (duas) Comissões Permanentes".

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a composição da comissão de Finanças e Patrimônio, ficando assim constituída:

COMISSÃO	CONSELHEIROS
Comissão de Finanças e Patrimônio (CFP)	Aldemir Lange Jaqueline Alves Maira Betina Janssen Regiane Carla Zipf Salette Bornhausen Junior Sonia Duarte

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

Rosângela Fidelis Mahs

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

CMAS - RESOLUÇÃO Nº05/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº05/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a prestação de contas da Semascri, dos meses de setembro e outubro de 2015.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 02 de março de 2016.

Considerados como recursos financeiros gastos, a somatória dos pagamentos das "Ordens de Pagamento" referente aos empenhos deste exercício, das "Despesas Extras" e dos "Restos Inscritos" (saldos de empenhos a pagar de exercícios anteriores).

Recursos do FMAS - Doações

O bimestre analisado iniciou com o saldo no valor de R\$ 2.081,58; não ocorreu nenhuma arrecadação; houve o rendimento de aplicação financeira no valor de R\$ 32,56; foram efetuados pagamentos no valor total de R\$ 140,00. Neste período não recebeu transferência financeira, resultando o saldo final em conta-corrente o valor de R\$ 1.974,14.

Recursos Financeiros Governo Municipal – Próprios

O bimestre analisado iniciou com saldo no valor de R\$ 104.464,57; houve transferência financeira do município no valor de R\$ 273.275,71; rendimento de aplicação financeira no valor de R\$ 437,85; foram efetuados pagamentos no valor total de R\$ 377.700,11. Neste período não houve transferências financeiras, resultando o saldo final em conta-corrente o valor de R\$ 478,02.

Recursos Financeiros Governo Estadual – Vinculado

O bimestre analisado iniciou com saldo total no valor de R\$ 20.235,92; não houve repasse pelo Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS neste período; o rendimento de aplicação financeira (RAF) somou o valor total de R\$ 251,47; foram efetuados pagamentos no valor total de R\$ 7.333,12, não houve transferência financeira. A somatória do saldo final das conta-correntes dos recursos do Estado, totalizou o valor de R\$ 13.154,27

Recursos Financeiros Governo Federal – Vinculados

O bimestre analisado iniciou com saldo total no valor de R\$ 573.632,86; o repasse de recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS somou o montante de R\$ 126.954,00 e o valor de rendimento de aplicação financeira (RAF) somou o valor de R\$ 8.602,25. Foram efetuados pagamentos no valor total de R\$ 348.864,40, não houve transferência financeira. A somatória do saldo final das contas-correntes dos recursos da União totalizou o valor de R\$ 360.324,71.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO 5º BIMESTRE/2015

Quadro Resumido da Receita Arrecadada e Despesa Empenhada
O quadro abaixo apresenta a movimentação de receitas e despesas acumuladas até o 5º bimestre considerando o fluxo orçamentário, onde consta o valor reprogramado atualizado em virtude de cancelamento de restos a pagar, as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas (comprometidas) referente aos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, demonstrando o índice de aplicação 123,57% em relação ao valor disponível no período:

Quadro Resumido da Receita Arrecadada e Despesa Paga

O quadro abaixo apresenta a movimentação de receitas e despesas acumuladas até o 5º bimestre considerando o fluxo financeiro, ou

seja, considerando o saldo bancário em 01/01/2015, as receitas arrecadadas e as despesas pagas referente aos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, demonstrando assim, um saldo financeiro de R\$ 375.931,14 em 31 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros do FMAS referentes aos meses de setembro e outubro de 2015, já que não teve nenhum item em desacordo com o objetivo dos serviços e programas socioassistenciais;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

ROSÂNGELA FIDELIS MAHS

Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

CMAS - RESOLUÇÃO Nº06/2016/CMAS/JS

	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
--	---

RESOLUÇÃO Nº06/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a análise do plano de trabalho de pedido de convênio referente a 2015, da entidade AMA referente ao recurso do Piso de Transição de Média Complexidade.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 02 de março de 2016.

Considerando o plano de trabalho de pedido de convênio referente a 2015, apresentado pela entidade, mencionada no objeto deste parecer;

Considerando as Instruções Normativas 014 e 015 de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que estabelecem os critérios da organização da prestação de contas de recursos concedidos[...];

Considerando o Decreto Municipal Nº7306/2010, que disciplina a celebração de convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira, que tenham por objeto a execução de projetos, atividades ou realização de eventos.

Considerando a Lei 7.162/2015; que autoriza o poder executivo municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, a conceder subvenção social, mediante celebração de convênio, à Associação de Amigos do Autista- AMA, e dá outras providências. Considerando a Resolução Nº 048/2015/CMAS que dispõe sobre as adequações no plano de ação 2015, relacionadas a estrutura dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados pela entidade AMA, conforme Resolução nº 37/2015/CMAS. Considerando o ofício nº 051/2016 Semascri encaminhado ao CMAS na data de 22/02/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o plano de trabalho de pedido de convênio referente a 2015, da entidade AMA referente ao recurso do Piso de Transição de Média Complexidade.

Art. 2º Estabelecer que o próximo Plano de Trabalho a ser apresentado pela AMA deve ser elaborado em conformidade com a Resolução Nº 048/2015/CMAS acima mencionada. Sendo assim os recursos deste convênio, devem ser aplicados exclusivamente em ações voltadas aos serviços/programas/projetos socioassistenciais da Proteção Especial de Média Complexidade; inclusive quando houver aplicação do recurso em pagamento de profissionais, estes devem fazer parte das equipes de referência.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

ROSÂNGELA FIDELIS MAHS

Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

CMAS - RESOLUÇÃO Nº07/2016/CMAS/JS

	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
--	---

RESOLUÇÃO Nº07/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a análise do plano de trabalho de pedido de convênio referente a 2015, da entidade APAE, referente ao recurso do Piso de Transição de Média Complexidade.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 02 de março de 2016. Considerando o plano de trabalho de pedido de convênio referente a 2015, apresentado pela entidade, mencionada no objeto deste parecer;

Considerando as Instruções Normativas 014 e 015 de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que estabelecem os critérios da organização da prestação de contas de recursos concedidos[...];

Considerando o Decreto Municipal Nº7306/2010, que disciplina a celebração de convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira, que tenham por objeto a execução de projetos, atividades ou realização de eventos.

Considerando a Resolução Nº 026/2015/CMAS/JS; que dispõe sobre o Plano de ação 2015 e o Relatório de atividades 2014 da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, especialmente o seu art. 3º - Alterar a inscrição quanto a nomenclatura dos serviços e programas junto ao CMAS, conforme as adequações apresentadas pela entidade.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o plano de trabalho de pedido de convênio referente a 2015, da APAE referente ao recurso do Piso de Transição de Média Complexidade;

Art. 2º Estabelecer que o próximo Plano de Trabalho a ser apresentado pela APAE deve ser elaborado em conformidade com a Resolução Nº 026/2015/CMAS/JS acima mencionada. Sendo assim os recursos deste convênio, devem ser aplicados exclusivamente em ações voltadas aos serviços/programas/projetos socioassistenciais da Proteção Especial de Média Complexidade; inclusive quando houver aplicação do recurso em pagamento de profissionais, estes devem fazer parte das equipes de referência.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

ROSÂNGELA FIDELIS MAHS

Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

CMAS - RESOLUÇÃO Nº08/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº08/2016/CMAS/JS

Análise da prestação de contas da 1ª parcela do convênio nº 452/2015 firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social e a entidade Associação dos Amigos do Autista - AMA.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 02 de março de 2016.

Considerando as Instruções Normativas nº 14 e 15 de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que estabelecem os critérios da organização da Prestação de Contas de Recursos Concedidos [...].

Considerando o Decreto Municipal nº 7306/2010 que disciplina a celebração de convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira, que tenham por objeto a execução de projetos, atividades ou realização de eventos.

Considerando a Resolução nº 032/2012/CMAS/JS, que dispõe sobre a inscrição da Associação de Amigos do Autista de Jaraguá do Sul - AMA, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/JS.

Considerando a Resolução nº 21/2013/CMAS/JS, sobre os critérios de apresentação dos planos de ação para celebração de convênios a serem firmados entre entidades não governamentais e município. Considerando a Resolução nº 042/2014/CMAS/JS que dispõe sobre a aprovação dos Planos de Trabalho de pedido de Convênio para 2014, das entidades APAE e AMA referente ao recurso do Piso de Transição de Média Complexidade.

Considerando a Lei Municipal nº 7.162/2015 de 11/12/2015, que autoriza o Fundo Municipal de Assistência Social a conceder subvenção social e a celebrar Convênio com a Associação de Amigos do Autista de Jaraguá do Sul - AMA, no valor total de R\$ 25.304,40 (vinte e cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos).

Considerando a devolução de R\$ 30,50 (trinta reais e cinquenta centavos), via depósito em conta corrente;

Considerando que a prestação de contas da 1ª parcela do convênio nº 452/2015 encaminhada pela AMA está de acordo com o Plano de Trabalho apresentado, conforme demonstra o quadro abaixo:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da entidade Associação de Amigos do Autista - AMA, referente a 1ª parcela do convênio nº 452/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

ROSÂNGELA FIDELIS MAHS

Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

CMAS - RESOLUÇÃO Nº09/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº09/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre pedido de inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, ofertado pela Associação Diocesana de Promoção Social - ADIPROS junto ao CMAS.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de

14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 02 de março de 2016. Considerando que uma das atribuições do CMAS é regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, considerando as normas gerais do CMAS, as diretrizes da Política Estadual de Assistência Social, as proposições da Conferência Municipal de Assistência Social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços.

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 - Lei Orgânica da Assistência Social, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, especialmente o seu art.9º, a saber: O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso. § 1º A regulamentação desta lei definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal. § 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento. § 4º As entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

Considerando a Resolução nº 145/2004/CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando a Resolução nº 130/2005/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução nº 01/2007/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução nº 17/2011/CNAS, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Considerando a Resolução nº 109/2009/CNAS, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, especialmente no que trata sobre as orientações referentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.

Considerando as orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.

Considerando a Resolução nº 14/2014/CNAS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

Considerando a orientação técnica conjunta MDS/CNAS sobre a Resolução nº 14/2014/CNAS.

Considerando a Resolução nº 21/2011/CMAS que define os parâmetros e normas para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais daquelas que possuem preponderância em outras áreas, no âmbito do município de Jaraguá do Sul e dá outras providências;

Considerando a Lei Municipal nº 5.431 de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, das adequações do Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto Presidencial nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social, bem como, aquelas que possuem preponderância em outras áreas, deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando a Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que esclarece, em seu art.18: A certificação ou sua renovação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços ou realiza ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e para quem deles necessitar, sem discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º Consideram-se entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º, também são consideradas entidades de assistência social: [...]

Considerando a documentação encaminhada pela ADIPROS ao CMAS, a saber: Requerimento de Inscrição junto ao CMAS, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral-CNPJ, Plano de Ação 2015, Relatório de Atividades de 2014, Ata da Assembleia Geral da Diretoria, Cópia do Balanço Patrimonial Demonstrativo do Resultado da entidade, Estatuto Social e Comprovante de Inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Joinville.

Considerando a visita técnica da CIARS na data de 04 de fevereiro de 2016, no qual foram sanadas dúvidas acerca do processo em questão.

Considerando que a ADIPROS descreve em sua documentação que executa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para criança e adolescentes de 6 a 15 anos, entretanto observou-se nesta documentação e na visita in loco a falta de equipe mínima em conformidade com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS, essencial para execução do referido serviço.

Considerando que não se identificou em visita ao polo de Jaraguá do Sul, atividades e metodologia de trabalho que remetem a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que caracteriza enquanto trabalho essencial a este serviço:

Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos, fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações, elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.

Destaca-se que a entidade desenvolve a prática do karatê, que caracteriza-se principalmente como atividade física, conforme citado no Plano de Ação entregue pela entidade.

RESOLVE:

Art. 1º Indeferir a inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Associação Diocesana de Promoção Social – ADIPROS junto ao CMAS/JS, considerando que o trabalho prestado pela entidade não se caracteriza enquanto SCFV, o que não impede a continuidade de suas atividades com a prática do Karatê, com crianças e adolescentes no espaço da EMEF Francisco Solamon.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

ROSÂNGELA FIDELIS MAHS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 11/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº 11/2016/CMDCA/JS

Dispõe sobre a análise da solicitação de renovação de registro de programas governamentais de atendimento do Abrigo Institucional – Unidade Tifa Martins: Serviço de Acolhimento Institucional Tifa Martins e Serviço de Acolhimento Institucional em Famílias Acolhedoras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.983/2008, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária extraordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2016.

Considerando a documentação da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, protocolada junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, aos quinze dias do mês de setembro do corrente ano, protocolou requerimento sob o nº 31395/2015, solicitando a renovação da inscrição dos programas governamentais de atendimento junto ao Abrigo Institucional – Unidade Tifa Martins, quais sejam: Serviço de Acolhimento Institucional Tifa Martins e Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras;

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei Municipal nº 7.045/2015, de 27/05/2015, que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Conselho Tutelar e dá outras providências;

Considerando o conteúdo previsto na Resolução nº 001/2014/CMDCA/JS, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e/ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas de entidades governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul;

Considerando que o §1º, do art. 90, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a obrigatoriedade, para as entidades governamentais, de procederem a inscrição de seus programas, especificando o regime de atendimento, não havendo previsão legal de registro da entidade quando governamental, mas tão somente a inscrição do programa.

Considerando o inciso VII, do art. 16, da Lei Municipal nº 7.045/2015 estabelece como atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul proceder a inscrição de programas de proteção e socioeducativos governamentais na forma dos artigos 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/1990; sem qualquer previsão expressa quanto ao registro da entidade governamental.

Considerando que a Resolução nº 001/2014/CMDCA/JS, estabelece em capítulo próprio (Capítulo I – Dos Registros de Entidades, Inscrição de Programas e Regimes de Atendimento), condição expressa para as entidades governamentais, aduzindo:

Art. 2º As entidades governamentais somente deverão inscrever seus programas no CMDCA.

Considerando o Regime de Atendimento da entidade requerente, verifica-se à fl. 04 que se trata de Regime de Acolhimento Institucional, consignado no inciso IV, do art. 90, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e cujos princípios estão previstos nos incisos constantes do art. 92, do mesmo instituto legal, quais sejam:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Considerando que o conteúdo constante do item "2 – Dados Específicos dos Programas Desenvolvidos no Município de Jaraguá do Sul" (fls. 09/12); do item "3 – Monitoramento e Avaliação das Ações" (fl. 11), bem como, as informações constantes do "Anexo III – Relatório de Ações do Ano de 2014", dão conta, do cumprimento dos princípios supra mencionados.

Considerando a visita técnica realizada pela comissão de legislação e normas do CMDCA, corrobora o conteúdo constante do requerimento e minimamente satisfaz os requisitos legais.

Considerando que a Comissão verificou a apresentação adequada de informações e documentos exigidos conforme incisos do art. 8º, da Resolução nº 001/2014/CMDCA/JS anteriormente mencionado.

RESOLVE:

Art. 1º – Deferir o pedido de renovação da inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional Tifa Martins e Serviço de Acolhimento Institucional em Famílias Acolhedoras, sob regime de Acolhimento Institucional.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 10/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº 10/2016/CMDCA/JS

Dispõe sobre a alteração da composição da comissão de Análise de Projetos do CMDCA/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.983/2008, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2016.

Considerando o Art.22 da Lei Municipal Nº 4.983/2008, a saber: "O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá conter, dentre outros, os seguintes itens: I - a estrutura funcional mínima composta por Plenário, Presidência,

Comissões e Secretaria Executiva, definindo suas atribuições; [...] VIII - as Comissões e Grupos de Trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária".

Considerando o Art.49 do Regimento Interno do CMDCA: "Art.49. O CMDCA terá Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho - GTs: I - Comissão de Finanças e Patrimônio; II - Comissão de Legislação e Normas; III - Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Política de Atendimento; IV - Comissão de Ética; V - Comissão de Análise de Projetos".

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a composição da comissão de Análise de Projetos do CMDCA, ficando assim composta:

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS	
Carla Guidugli Jorge	Representante Governamental
Mara Lucia Bini	Representante Governamental
Gilberto Rafaelli	Representante não Governamental
Jaqueline Frenanda de Moura	Representante não Governamental

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

CMJS - EMENDA A LOM Nº 4/2016

EMENDA A LOM Nº 4/2016

Altera o art. 24, o parágrafo segundo do art. 24, o parágrafo único do art. 48 e o inciso II do parágrafo terceiro do art. 136 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º O art. 24 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

□ Art. 24. Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual, desenvolve-se de 1º de fevereiro a 20 de dezembro □.

Art. 2º O parágrafo segundo do art. 24 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 24...

§ 2º A sessão legislativa não será encerrada sem a deliberação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º O parágrafo único do artigo 48 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 48. ...

I - ...

II - ...

Parágrafo único. Os projetos de decreto legislativo e de resolução aprovados em plenário, não dependem de sanção do Prefeito, sendo promulgados pelo Presidente da Câmara Municipal □.

Art. 4º O inciso II do parágrafo terceiro do art. 136 da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136

§ 3º

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até 8 (oito) meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o dia 15 de julho”.

Sala das Sessões, 02 de março de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente
JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA
Vice-Presidente
ARLINDO RINCOS
1º Secretário
JAIR PEDRI
2º Secretário

CMJS - PORTARIA Nº 49/2016

PORTARIA Nº 49/2016

Exonera Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, o SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 36/2016, de 02 de Fevereiro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 01 de março de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 50/2016

PORTARIA Nº 50/2016

Nomeia Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. VENÍCIO GOLDACKER, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de março de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 51/2016

PORTARIA Nº 51/2016

Retifica Portaria nº 47/2016 que Exonera Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - RETIFICAR o Artigo 1º da Portaria 47/2016 de 29 de Fevereiro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º - Exonerar, no dia 1º de Março de 2016 do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, o SR. MARCELO LEANDRO FABRO. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 52/2015, de 01 de Setembro de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Março de 2016.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 03 de março de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 42 / 2016

EXTRATO DO CONVÊNIO

Nº 42 / 2016

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL e a FERJ – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE através da CATÓLICA DE SANTA CATARINA. OBJETO: A cooperação entre o MUNICÍPIO e a FERJ, para a concessão de estágio obrigatório e não obrigatório nas dependências da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal 5.922 / 2011 e subsidiariamente a Lei Federal 11.788 / 2008. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do Convênio correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO, vigentes em cada exercício financeiro. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência do Convênio é de 03 (três) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes. DENÚNCIA: O MUNICÍPIO e a FERJ poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do Convênio, se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral. DISPOSIÇÕES GERAIS: Para o cumprimento do Convênio, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre a Coordenadora de Estágios, em nome da FERJ, e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO. FORO: Jaraguá do Sul – SC. DATA DE ASSINATURA: 22 de fevereiro de 2016. SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul; Profª ANADIR ELENIR PRADI VENDRUSCOLO, Coordenadora de Estágios da FERJ.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

FME - PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIANº 006/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONSTITUIR a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO para proceder a abertura e julgamento das licitações nas modalidades de "CONVITE", "TOMADA DE PREÇOS", "DISPENSAS" e "INEXIGIBILIDADES", pelo período de 04 de março de 2016 a 03 de março de 2017, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.2º DESIGNAR como membros efetivos da Comissão os servidores públicos municipais, NIRTON HANEMANN, GILBERTO GESSER e MARLI OTT, sob a presidência do primeiro e como membros suplentes, Douglas Rafael Venturi e Fábio Roberto Ribeiro da Silva;

Art.3º Caberá à Comissão Permanente de Licitações da Fundação Municipal de Esportes e Turismo a condução dos processos administrativos de licitação, dos processos de dispensa de licitação, de inexigibilidade de licitação e tomada de preço, exceto quando houver necessidade de designação de Comissão Especial, face a especificidade do objeto da licitação.

Art.4º FICA CONCEDIDO, a partir de 04/03/2016, a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 2º desta Portaria um adicional de trabalho técnico correspondente a 07 (sete) UPM's (Unidade Padrão do Município) para o Presidente e de 3,5 (três vírgula cinco) UPM's (Unidade Padrão do Município) para cada um dos demais membros, vedada a percepção de forma acumulada.

Parágrafo único. O membro suplente receberá a gratificação prevista no caput deste artigo quando convocado por ato formal a substituir o membro titular e enquanto perdurar o afastamento ou impedimento do mesmo, na forma da legislação vigente.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT
PRESIDENTE

FMS - EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 005/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 41/2015 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VALDEMAR SCHWEITZER ME

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto a prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diárias de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Sems), como segue:

Descrição	nº de Procedimentos até/ano	nº de Procedimentos até/mês	Teto financeiro até/anual (R\$)	teto financeiro até/mensal (R\$)
1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	144 Valor por procedimento R\$: 250,00	12	36.000,00	3.000,00
1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	24 Valor por procedimento R\$: 300,00	2	4.800,00	600,00

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações previstas neste Edital serão cobertas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	68	Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária.

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia útil após a data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, justificados por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/02/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Valdemar Schweitzer.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

FMS - EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 119/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 119/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 003/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 41/2015 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: BICHO URBANO PET SHOP E CLINICA VETERINÁRIA LTDA ME

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto a prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diárias de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Semsu), como segue:

Descrição	nº de Procedimentos até/ ano	nº de Procedimentos até/mês	Teto financeiro até/anual (R\$)	teto financeiro até/mensal (R\$)
1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	144 Valor por procedimento R\$: 250,00	12	36.000,00	3.000,00
1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	12 Valor por procedimento R\$: 300,00	1	4.800,00	300,00

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações previstas neste Edital serão cobertas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	68	Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária.

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia útil após a data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, justificados por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/02/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Fabianna Garcia.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

FMS - EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 120/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 120/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 004/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 41/2015 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: REAL PET SHOP CLINIC LTDA ME

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto a prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diárias de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Sems), como segue:

Descrição	nº de Procedimentos até/ano	nº de Procedimentos até/mês	Teto financeiro até/ano (R\$)	teto financeiro até/mensal (R\$)
1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	144 Valor por procedimento R\$: 250,00	12	36.000,00	3.000,00
1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	12 Valor por procedimento R\$: 300,00	1	4.800,00	300,00

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações previstas neste Edital serão cobertas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	68	Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária.

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia útil após a data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, justificados por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/02/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Vanilda Belli Martignago.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

FMS - RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 41/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: BICHO URBANO PET SHOP E CLINICA VETERINÁRIA LTDA ME.

Endereço: Rua João Januário Ayroso, nº 2653, Bairro Jaraguá Esquerdo - Jaraguá do Sul – SC

CNPJ: 21.804.204/0001-55

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto a prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Sems), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 41/2015.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/

crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os valores serão fixados de acordo com a planilha constante no Edital de Credenciamento, como segue:

Descrição	nº de Procedimentos até/ano	nº de Procedimentos até/mês	Teto financeiro até/anual (R\$)	Teto financeiro até/mensal (R\$)
1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	144 Valor por procedimento R\$: 250,00	12	36.000,00	3.000,00
1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	12 Valor por procedimento R\$: 300,00	1	4.800,00	300,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	68	Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

FMS - RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 41/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: REAL PET SHOP CLINIC LTDA ME.

Endereço: Rua João Januário Ayroso, nº 2653, Bairro Jaraguá Esquerdo - Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 21.804.204/0001-55

OBJETO: Prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Semsu), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 41/2015.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os valores serão fixados de acordo com a planilha constante no Edital de Credenciamento, como segue:

Descrição	nº de Procedimentos até/ano	nº de Procedimentos até/mês	Teto financeiro até/anual (R\$)	Teto financeiro até/mensal (R\$)
1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	144 Valor por procedimento R\$: 250,00	12	36.000,00	3.000,00
1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	12 Valor por procedimento R\$: 300,00	1	4.800,00	300,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	68	Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

FMS - RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 41/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VALDEMAR SCHWEITZER ME.

Endereço: Rua João Januário Ayroso, nº 2653, Bairro Jaraguá Esquerdo - Jaraguá do Sul – SC

CNPJ: 21.804.204/0001-55

OBJETO: Prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Semsu), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 41/2015.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os valores serão fixados de acordo com a planilha constante no Edital de Credenciamento, como segue:

Descrição	nº de Procedimentos até/ano	nº de Procedimentos até/mês	Teto financeiro até/anual (R\$)	Teto financeiro até/mensal (R\$)
1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	144 Valor por procedimento R\$: 250,00	12	36.000,00	3.000,00
1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	24 Valor por procedimento R\$: 300,00	2	4.800,00	600,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	68	Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 003 / 2016

PORTARIANº 003 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 35 e parágrafo único da lei Complementar Municipal Nº 145/2013 de 12 de dezembro de 2013 e; considerando o Artigo 103, da Lei Complementar Municipal 65/2007, a qual criou o Conselho Municipal da Cidade – Comcidade e; o disposto no artigo 39 do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovado pela Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, proveniente do Conselho das Cidades, órgão vinculado ao Ministério da Cidade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias a realização da referida Conferência, os seguintes membros:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**Movimentos Populares**

- Agostinho Fernando Zimmermann
- Juarez Gomes
- Ademir Kruger

Trabalhadores (Entidades Sindicais):

- Jair Rosenbach

Empresários relacionados a produção e ao financiamento do desenvolvimento urbana:

- Luiz Carlos Buzzarello

Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais:

- Daniela Lessandra Heck

Organizações Não Governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano:

- Fabiana Draeger

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO**Poder Legislativo - Câmara Municipal de Vereadores**

- Osmair Cani

Agência de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul

- Everton Demarchi

Secretaria Municipal do Urbanismo- Semur

- Carlos Joelcy Engel

Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul – Instituto Jourdan

- Lizziane Mylena Volkmann

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

PMJS - DECRETO Nº 10.748/2016

D E C R E T O Nº 10.748/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 22.979,83 (Vinte e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07551.685 - Construção, ampliação ou readequação de

unidades de saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.111 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.979,83

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07551.685 - Construção, ampliação ou readequação de

unidades de saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.105 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.979,83

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

PMJS - DECRETO Nº 10.749/2016

D E C R E T O Nº 10.749/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 5.785.836,58 (Cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob); do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA); e do Fundo Municipal de Turismo (Fumtur), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de vias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.169 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.931.607,03

09.01.325 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.693,18
09.01.327 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 527.619,15
09.01.15.452.04502.305 - Manutenção de vias/passagens
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.01.324 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 197.622,31
09.01.326 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 113.801,55
09.01.15.543.04502.307 - Preservação, recuperação, manutenção de áreas interditadas e/ou em situação de risco
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.01.177 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.700.000,00
09.01.15.451.04501.308 - Construção de passagens (pontes, viadutos, etc.)
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.01.166 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 118.211,56
17 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
17.01.08.243.09002.900 - Manutenção das ações deliberadas pelo CMDCA, previstas na legislação federal, estadual e local
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
17.01.16 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
20 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
20.01.23.695.10514.056 - Infraestrutura turística
4.4.00 - INVESTIMENTOS
20.01.5 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.281,80
TOTAL R\$ 5.785.836,58

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados à Operação de Crédito Badesc - Pavimentação/Pontes, no valor de R\$ 197.622,31 (Cento e noventa e sete mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos); ao Convênio PAC 2 - Condomínio, no valor de R\$ 641.420,70 (Seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte reais e setenta centavos); ao Convênio PAC 2 - Obras Contenção de Encostas - 14 Áreas, no valor de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais); ao Convênio SDR - Pavimentação Afonso Nicoluzzi, no valor de R\$ 90.693,18 (Noventa mil, seiscentos e noventa e três reais e dezoito centavos); ao Badesc Cidades II, no valor de R\$ 118.211,56 (Cento e dezoito mil, duzentos e onze reais e cinquenta e seis centavos); à Operação

de Crédito Badesc Cidades - Pavimentação/Recapeamento/Pontes, no valor de R\$ 2.931.607,03 (Dois milhões, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e sete reais e três centavos); do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), proveniente de recursos vinculados aos Recursos Próprios - PMJS, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais); e do Fundo Municipal de Turismo (Fumtur), proveniente de recursos vinculados ao Convênio Ministério do Turismo - Sinalização Turística, no valor de R\$ 6.281,80 (Seis mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

PMJS - DECRETO Nº 10.750/2016

D E C R E T O Nº 10.750/2016

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 008/2016/Semascri, de 1º/03/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 1º/03/2016, VALDEMAR MANES, como conselheiro titular, em substituição à Natalie Janine Petry, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica revogado o Decreto Municipal Nº 10.563/2015, de 22/09/2015.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28 de maio de 2018.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2016.

Jaraguá do Sul, 02 de março de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PMJS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 005/2016

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2016-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 41/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VALDEMAR SCHWEITZER ME.

Endereço: Rua João Januário Ayroso, nº 2653, Bairro Jaraguá Esquerdo - Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 21.804.204/0001-55

OBJETO: Prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Semsu), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 41/2015.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os valores serão fixados de acordo com a planilha constante no Edital de Credenciamento, como segue:

Descrição	nº de Procedimentos até/ano	nº de Procedimentos até/mês	Teto financeiro até/anual (R\$)	Teto financeiro até/mensal (R\$)
1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	144 Valor por procedimento R\$: 250,00	12	36.000,00	3.000,00
1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	24 Valor por procedimento R\$: 300,00	2	4.800,00	600,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	68	Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.
Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Lorival Pedro Pellin
Presidente da Comissão Especial de Licitações

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

O Pregoeiro Substituto, designado pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 12/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de TINTAS, SOLVENTE E MICROESFERAS, para sinalização viária e manutenções diversas ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
1	MADEVIA EIRELI - EPP	900	Baldes	Tinta acrílica BRANCA, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862) - código 8800.	146,99
2	MADEVIA EIRELI - EPP	100 10% do item 01	Baldes	Tinta acrílica BRANCA, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862) - código 8800.	146,99
3	MADEVIA EIRELI - EPP	720	Baldes	Tinta acrílica AMARELA, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862) - código 8801.	154,99
4	MADEVIA EIRELI - EPP	80 10% do item 03	Baldes	Tinta acrílica AMARELA, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862) - código 8801.	154,99
5	MADEVIA EIRELI - EPP	100	Baldes	Tinta acrílica PRETA, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862), com capacidade garantida de cobrir outras pinturas - código 8802.	175,00
6	MADEVIA EIRELI - EPP	450	Baldes	Tinta acrílica VERMELHA, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862) - código 8803.	159,90
7	MADEVIA EIRELI - EPP	50 10% do item 06	Baldes	Tinta acrílica VERMELHA, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862) - código 8803.	159,90
8	MADEVIA EIRELI - EPP	30	Baldes	Tinta acrílica AZUL, especial, para demarcação viária, acondicionada em balde de 18l (Padrão ABNT 11862) - código 33704.	175,00
9	MADEVIA EIRELI - EPP	30	Tambor	Solvente Tipo diluente, especial para tinta Acrílica, tambor com 200lt - código 8798.	1.270,00
10	ORBITAL TINTAS VIÁRIAS LTDA	540	saca	Microesfera de vidro (DO) acondicionada em saca de 25kg - código 26178.	83,80
11	ORBITAL TINTAS VIÁRIAS LTDA	60 10% do item 10	saca	Microesfera de vidro (DO) acondicionada em saca de 25kg - código 26178.	83,80

12	ORBITAL TINTAS VIÁRIAS LTDA	300	Pacote	Microesfera de vidro EXTRA I-B (Premix) – pacote com 25 kg - código 20629.	83,80
13	MADEVIA EIRELI - EPP	25	Galão	Tinta esmalte sintético PRETO acondicionado em galão de 3,6l - código 22650.	40,00
14	MADEVIA EIRELI - EPP	15	Galão	Tinta esmalte sintético AMARELO acondicionado em galão de 3,6l - código 22651.	40,00
15	MADEVIA EIRELI - EPP	15	Galão	Tinta esmalte sintético VERMELHO acondicionado em galão de 3,6l - código 22652.	40,00
16	MADEVIA EIRELI - EPP	15	Galão	Tinta esmalte sintético BRANCO acondicionado em galão de 3,6l - código 22653.	40,00
17	MADEVIA EIRELI - EPP	15	Galão	Tinta esmalte sintético VERDE FOLHA acondicionada em galão de 3,6l - código 22654.	40,00
18	MADEVIA EIRELI - EPP	15	Galão	Tinta esmalte sintético CINZA PLATINA acondicionada em galão de 3,6l - código 26179.	40,00
19	MADEVIA EIRELI - EPP	70	Galão	Tinta acrílica piso Cor VERDE, acondicionada em galão de 18 litros (Referência de cor B6180 METALATEX – NOVACOR PISO) – código 27593.	111,00
20	MADEVIA EIRELI - EPP	15	Galão	Tinta STAIN TRANSPARENTE, acondicionado em galão de 18 litros - código 26182.	185,00
21	MADEVIA EIRELI - EPP	20	Galão	Tinta fundo GALVITE acondicionada em galão de 3,6l - código 7685.	45,00
22	MADEVIA EIRELI - EPP	40	Balde	Tinta piso cor CONCRETO, acondicionada em galão de 18 litros (referência de cor 43 – Sherwin Williams Novacor Piso) – código 7684.	107,00

Jaraguá do Sul, SC, 24 de fevereiro de 2016.
Rodrigo José Branco de Moraes
Pregoeiro Substituto – Decreto 9.071/2013
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

Joaçaba

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2016

CONSIDERANDO o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde são de caráter essencial para a comunidade, justificando-se assim a urgência do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde serão prejudicados com a ausência de profissionais atuantes nestes cargos;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo objetiva prover, temporariamente servidores, na forma estabelecida no art. 2º, §1º, III da LC n. 97/2005 é destinado a prover vagas em caráter temporário de excepcional interesse público;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal por prazo determinado, em caráter emergencial, por se tratar de serviços essenciais compondo assim o quadro de pessoal faltante na Secretaria de Saúde.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designado pelo Secretário Municipal de Saúde, nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site www.joacaba.sc.gov.br e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter emergencial para atuar nas Estratégias de Saúde da Família – ESF e Unidade Básica de Saúde.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito, com o respectivo aviso prévio;

III – por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

1.8. O prazo para chamamento deste seletivo será de 01 (um ano), contado da publicação do resultado final.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 07 a 11 de Março de 2016, das 8:30h às 11:30h e da 13:00h às 17:00h, na Secretaria de Saúde de Joaçaba – SC, situada na Av. XV de Novembro, n.º 223, devendo, o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá entregar cópia do Anexo III e IV deste edital já preenchida, informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Título de Eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);

- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas, juntando obrigatoriamente a documentação comprovando a habilitação mínima para o cargo;

- Comprovante de regularidade no CPF;

- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico Generalista	01	20 horas	R\$ 7.108,32

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para a área pretendida, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora e sem o número da carga horária total.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5. Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6. O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 16 de março de 2016 no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do processo seletivo será considerada a data da publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço de saúde na área pretendida;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;
- Escolaridade em conformidade com habilitação exigida;
- Apresentar registro no respectivo órgão de classe;
- Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;
- Conta corrente individual em banco designado pelo Município.

6.2. O candidato convocado terá prazo máximo de cinco (05) dias, contados do recebimento da ciência da convocação, para assumir ou desistir da vaga. Passado este prazo, o candidato passará automaticamente para o final da lista.

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas) a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3 Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site www.joacaba.sc.gov.br;

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo simplificado.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 04 de março de 2016.

RAFAEL LASKE
Prefeito

ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Médico Generalista	<p>Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita.</p> <ul style="list-style-type: none"> Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso. Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio. Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção Básica, definidas nas normas e diretrizes da estratégia de saúde coletiva vigente no país. Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva. Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental entre outros que se fizerem necessários. Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências. Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência, participando da elaboração dos relatórios mensais a serem produzidos pela unidade de saúde. Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial, cuja atenção não deve estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos. Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção, prevenção e educação para saúde. Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico de confiança. Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na US de origem, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais, indicar internação hospitalar quando necessário. Solicitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Fazer prescrições de medicamentos de acordo com a política municipal de Assistência Farmacêutica. Verificar e atestar óbito. Acatar seu remanejamento para qualquer unidade da rede municipal, atendendo necessidade ou posicionamento estratégico de readequação. Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade. Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e a respectiva via de administração. Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença. Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais, atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas. Atender convocação da Secretaria Municipal de Saúde para participar de curso, treinamento e atividades afins que estejam ligas à sua área de atuação, participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. 	Ensino Superior Completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

ANEXO II

CARGO: Médico Generalista

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação na profissão	1,0 a cada 6 meses	1,0
Tempo de atuação em Atenção Básica	1,0 a cada ano	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 10 horas de cursos	4,0
Estágios extracurriculares e curriculares na área da saúde	1,0	1,0
Pós-graduação saúde coletiva	2,0	2,0
Total máximo de pontuação		10,00

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 03/2016

Nº de inscrição _____ Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição:

- () Carteira de Identidade;
- () Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- () Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral (primeiro e segundo turno);
- () Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- () Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- () Comprovante de regularidade no CPF;
- () Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos.

Joaçaba – SC, ____/____/2016.

Assinatura do Candidato Assinatura do(a) responsável
pela inscrição

Nº de inscrição _____ Cargo: _____

Nome: _____

Joaçaba – SC, ____/____/2016.

Assinatura do recebedor

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 03/2016

Cargo: _____

Nº da inscrição: _____

Nome do candidato: _____

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

CAMPOS PREENCHIDOS PELO CANDIDATO				(deixar em branco)	
Nº	Nº de horas	Histórico / resumo	Pré – pontuação		
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					

14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
PONTUAÇÃO TOTAL					

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em 02 (duas) vias, conforme Edital.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: _____ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato Assinatura do Responsável p/ recebimento

BALANCETE FINANCEIRO 01/2016 PMJ

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	5.494.838,61	ORÇAMENTÁRIAS	3.410.877,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.166.066,92	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.799.446,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	189.338,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.953.631,46
RECEITA PATRIMONIAL	65.818,18	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	96.712,32
RECEITA DE SERVIÇOS	4.895,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	541.772,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.828.091,66	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	207.330,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	225.461,45	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	611.431,20
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	13.189,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	595.237,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.975,97	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.193,56
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.132.061,96
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.132.061,96
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.913.609,58	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.537.441,31
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	8.991,36	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	8.991,36
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	486.354,26	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.029,42
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.415.763,96	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	148.296,80
RP PROCESSADOS PAGOS	2.500,00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.069.380,29
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	248.352,04
		RP PROCESSADOS PAGOS	61.391,40
SALDOS ANTERIORES	5.635.335,23	SALDOS ATUAIS	6.964.431,74
BANCO C/ MOVIMENTO	3.179.459,99	BANCO C/ MOVIMENTO	4.521.772,28
BANCOS C/ VINCULADAS	2.112.628,50	BANCOS C/ VINCULADAS	2.097.194,23
POUPANÇA	343.246,74	POUPANÇA	345.465,23
TOTAL	15.043.783,42	TOTAL	15.044.812,84

JOACABA, 03/03/2016

CLAUDETE M T SILVA
TEC ADMINISTRAÇÃO

ADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO JHL 0008/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0008/2016

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0016/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2013

PROCESSO Nº 0008/2013

PROTOCOLO Nº 0414/2013

Data assinatura: 26/02/2016

Objeto: Renovação de prazo e reajuste de valor referente à prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos provenientes das peneiras da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário das cidades de Herval d'Oeste e Joaçaba.

Contratado: CETRIC – CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DE CHAPECÓ LTDA.

Valor Contratado: R\$ 185,64 (cento e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) o metro cúbico.

Projeto/Atividade: 14.01.2.062

Programa: 17.512.0029

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.28.00.00.00

Prazo de vigência: 11/03/2016 a 10/03/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0009/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0009/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0057/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2015

PROTOCOLO Nº 3402/2015

Data assinatura: 01/03/2016

Objeto: Contratação de órgão de imprensa escrita para publicação dos avisos de licitação do SIMAE.

Contratado: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A.

Valor Contratado: R\$ 50,00 (cinquenta reais) o centímetro por coluna.

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.90.00.00.00

Prazo de vigência: 01/03/2016 a 28/02/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 01/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 01/2016 FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ sob n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdorimo Koeche, 50 – Bairro Gethal, CEP 88520-450 – Lages/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 63/2015, correlato ao Pregão nº 37/2015, a homologado em 28/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria para 2016, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2016.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.885,80 (três mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos).

Lages, 25 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 04/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 04/2016 FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 13.192.721/0001-92, com sede Estrada Geral Ribeirão dos Reis, Bairro Interior, CEP 89180-000 – Rio do Oeste/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 63/2015, correlato ao Pregão nº 37/2015, a homologado em 28/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria para 2016, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2016.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 27.402,47 (vinte e sete mil quatrocentos e dois reais e quarenta e sete centavos).

Lages, 25 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 02/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 02/2016 FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JGF CONSTRUTORA E INSTALADORA LTDA - ME inscrita no CNPJ sob n.º 15.640.462/0001-40, com sede a Rua Marcelino Ramos, 130 - Imperial – CEP 89.700-000 – Concórdia/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 63/2015, correlato ao Pregão nº 37/2015, a homologado em 28/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria para 2016, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2016.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 21.448,50 (vinte e um mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

Lages, 25 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 03/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 03/2016 FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Avenida Duque de Caxias, 1174 – Bairro Frei Rogério – CEP 88508-001 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 63/2015, correlato ao Pregão nº 37/2015, a homologado em 28/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria para 2016, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2016.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 69.279,15 (sessenta e nove mil duzentos e setenta e nove mil e quinze centavos).

Lages, 25 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 05/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 05/2016 FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com endereço a Praça Vidal Ramos,86 - Centro – CEP 88.502-005 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 63/2015, correlato ao Pregão nº 37/2015, a homologado em 28/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria para 2016, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2016.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 69.379,60 (sessenta e nove mil trezentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

Lages, 25 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 08/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 08/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 94.510.682/0001-26, com endereço a Rua Mal Humberto de Alencar Castelo Branco,56 – CEP 95.700-000 – Bento Gonçalves/RS
Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 76/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 48/2015, homologada em 22/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 76/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 48/2015, homologada em 22/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, e entrega no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, à Rua Cruz e Souza, 368 – Bairro Brusque, nesta cidade;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2016

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 139.351,00 (cento e trinta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais)

Lages, 22 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016

Extrato do Contrato nº 05/2016

Processo: 05/2016 / Carta Convite nº. 03/2016.

Vigência: 02/03/2016, Vencido: 31/12/2016,

Objeto: O presente contrato visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ÁUDIO, VÍDEO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.. Contratada: KLEBER MACHADO E CIA LTDA CNPJ nº11.118.645/0001-40. No valor total: R\$ 55.479,28 (Cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Lages/SC, 02 de março de 2016.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

Presidente

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.590/16

DECRETO Nº 4.590 DE 03 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2016, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 24.204,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quatro reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/ Atividade: 2.214 - Proteção Social Especial
Elemento da Despesa: 13 - 3.3.90.36.00.00.00.35.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 24.204,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/ Atividade: 2.214 - Proteção Social Especial
Elemento da Despesa:
11 - 3.3.90.32.00.00.00.35.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 5.000,00
17 - 4.4.90.51.00.00.00.35.0000 - Obras e Instalações R\$ 4.204,00
19 - 4.4.90.52.00.00.00.35.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.591/16

DECRETO Nº 4.591 DE 03 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2016, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.212 - Gestão SUAS

Elemento da Despesa: 42 - 3.3.90.36.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/ Atividade: 2.212 - Gestão SUAS
Elemento da Despesa: 39 - 3.3.90.32.00.00.00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.592/16

DECRETO Nº 4.592 DE 03 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2016, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/ Atividade: 2.212 - Gestão SUAS
Elemento da Despesa:
31 - 3.1.90.11.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 40.000,00
45 - 3.3.90.39.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/ Atividade: 2.212 - Gestão SUAS
Elemento da Despesa:
32 - 3.1.90.13.00.00.00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 16.000,00
33 - 3.1.90.16.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 15.000,00
37 - 3.3.90.30.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo

..... R\$ 19.000,00
49 - 4.4.90.51.00.00.01.0000 - Obras e Instalações
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA REGULAMENTO FÉRIAS

PORTARIA PML/SMS nº 003/2016

Regulamenta o fluxo de solicitações de férias da Atenção Básica

A Secretária Municipal de Saúde, de acordo com suas prerrogativas, e com base na Portaria nº 138, de 1º de fevereiro de 2.016 do Ministério da Saúde RESOLVE:

Art. 1º De modo a ordenar o período concessivo de férias dos servidores da Secretaria de Saúde, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos, ficam estabelecidas as regras, conforme Anexo Único.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias, devendo ser encaminhada cópia ao Departamento de Recursos Humanos, afixando-se cópias nas unidades básicas de saúde e na sede da Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

RAQUEL XAVIER
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO 1. ACS:

- Liberação de férias para no máximo um (01) Agente Comunitário de Saúde por equipe, por mês;

2. ENFERMEIROS/TÉCNICOS DE ENFERMAGEM:

- Liberação de férias para no máximo um (01) profissional enfermeiro por mês;
- Liberação de férias para no máximo um integrante da equipe de enfermagem de uma mesma UBS, por mês;
- Orienta-se para que médico e enfermeiro da mesma unidade não gozarem férias no mesmo mês.

3. MÉDICOS:

- Liberação de férias para no máximo um (01) profissional médico por mês, desde que não sejam de áreas adstritas próximas;
- Orienta-se para que médico e enfermeiro da mesma unidade não gozarem férias no mesmo mês.

4. SAÚDE BUCAL:

- Orienta-se que o odontólogo e o ACD de cada UBS deverão gozar férias no mesmo mês.
- Liberação de férias para no máximo uma equipe de saúde bucal por mês.

Raquel Xavier
Secretaria Municipal de Saúde

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 027/2016**

DECRETO Nº 027, DE 03 DE MARÇO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, no valor de R\$ 47.299,07, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	47.299,07
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	47.299,07
Função	10	Saúde	47.299,07
Sub-função	301	Atenção Básica	47.299,07
Programa	06	Saúde com Excelência	47.299,07
Atividade	2.059	Funcionamento e manutenção do programa de melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	47.299,07
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	47.299,07
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	47.299,07
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	47.299,07
Fonte de Recursos	0.3.0064	Atenção Básica	47.299,07
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	47.299,07
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			47.299,07

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Atenção Básica/ Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	0.1.0064/13	47.299,07
TOTAL DO SUPERÁVI		47.299,07

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 03 de março de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

TIPO: "Menor Preço por Lote". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para o conserto da carcaça dianteira do diferencial da máquina Retro Escavadeira 580M, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 011/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 16 de março de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 03/03/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

PROCESSO SELETIVO N.º 004/2015 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital do Processo Seletivo nº 004/2015

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS

ENFERMEIRO						
Nome Candidato	Prova Escrita					
	Matemática	L. Portuguesa	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Djonatan Cesar Corrêa	1,6	0,4	1,2	2,8	6,0	1º
Lara Fernanda Cordeiro Concer	1,2	1,2	0,8	2,0	5,2	2º
Prunelli Regina Amancio	1,2	0,8	1,2	2,0	5,2	3º
Daianny Carvalho Vaz	0,8	0,0	2,0	1,2	4,0	Reprovou
Gabriela Helena Cabral de Souza	---	---	---	---	---	Faltou
Kleberton Ricardo Tesser	---	---	---	---	---	Faltou

MÉDICO PARA ATUAR NA ESF						
Nome Candidato	Prova Escrita					
	Matemática	L. Portuguesa	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Kahio César Kuntz Nazario	---	---	---	---	---	Faltou

Leoberto Leal, 04 de março de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 015/2016 - IL 005/2016 - MÉDICO GINECOLOGISTA - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2016

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 015/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Inexigibilidade (Credenciamento n. 003/2015/FMS)

- Objeto: Credenciar prestadores de serviços de saúde interessados em firmar contrato com o Município de Luzerna, visando à prestação de serviços de saúde, conforme especialidades e localidade definida no Anexo I, com a finalidade de prestar atendimento aos munícipes, em conformidade com a Tabela de Honorários e serviços para a área de saúde do Município de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* NATÁSSIA QUIBEN PRADI

Luzerna (SC), 03 de março de 2016.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

Macieira

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO - TESTE SELETIVO N° 001/2016

TESTE SELETIVO 001/2016

PLANILHA DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Cargo: PSICÓLOGO

Nº Insc.	NOME	(A) Prova de Títulos (Até 20 pontos)	(B) Prova Objetiva (Até 80 pontos)	(A + B) (até 100 pontos) TOTAL	Colocação Final
006	ÉRICA TOMAZI RIBEIRO	11	44	55	1º lugar
003	PRISCILA LUVISON	10	44	54	2º lugar
002	MICHELI DE ALMEIDA GOMAS	03	44	47	3º lugar
004	TAISE APARECIDA DOS SANTOS	10	36	46	4º lugar
005	ADRIANA DA SILVA	05	16	21	5º lugar

Macieira, 03 de março de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE COMPRAS MÊS 02.2016 - FMAS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMARILDO PEDRO BISCARO 40098737953	Prestação de serviços na realização de Processo Seletivo, conforme cargos, especificações e vagas constantes dos Anexos I e V do edital, abrangendo cargos com exigência de escolaridade de ensino fundamental e envolvendo todas as fases do procedimento, conteúdo principalmente:	32	1,000	800,0000	800,00
	a) realização das inscrições para o teste seletivo				
	b) elaboração completa do edital de processo seletivo, que deverá ser publicado em até dez dias após a assinatura do contrato;				
	c) realização, julgamento e homologação das inscrições;				
	d) elaboração, aplicação, aferição/correção das provas;				
	e) análise e julgamento de impugnações e de recursos administrativos;				
	g) disponibilização de fiscais de prova;				
	h) manifestação em relação a possíveis procedimentos judiciais;				
	i) elaboração de relatório final com o resultado do teste seletivo;				
	j) disponibilização de funcionário, no período das inscrições, para permanecer junto ao paço municipal, no horário de funcionamento da Prefeitura, a fim de instruir e auxiliar nas inscrições para realização do teste seletivo, aos interessados;				
	f) Cumprimento das demais exigências do edital.				
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo 15w40	25	8,000	27,0000	216,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Mini salgado tipo coxinha, pastel, risolis (o cento).	29	15,000	49,5000	742,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Querosene	27	12,000	11,9000	142,80
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	39	4,000	13,0000	52,00
JS PNEUS LTDA	Camibagem	39	2,000	25,0000	50,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	39	1,000	50,0000	50,00
JS PNEUS LTDA	Montagem e Desmontagem de pneu	39	4,000	13,0000	52,00
JS PNEUS LTDA	Óleo semi sintético	39	3,500	28,0000	98,00
MARCELO ANSILIERO ME	Copo plástico 180 ml - médio, pcts com 100 unidades	30	5,000	7,5000	37,50
MARCELO ANSILIERO ME	Coca-cola	30	16,000	5,9000	94,40
MARCELO ANSILIERO ME	Refrigerante	30	84,000	3,7500	315,00
MECANICA FARENZEN LTDA	Balanceamento	23	1,000	80,0000	80,00
MECANICA FARENZEN LTDA	Filtro Combustível	23	2,000	10,0000	20,00
MECANICA FARENZEN LTDA	Geometria	41	1,000	30,0000	30,00
MECANICA FARENZEN LTDA	MÃO DE OBRA	23	1,000	45,0000	45,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	CERA LIQUIDA	23	1,000	100,0000	100,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pacote de balas	26	15,000	4,9900	74,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pratos Descartáveis	31	3,000	13,4500	40,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Uva	31	11,000	1,5000	16,50
ZUCCO PNEUS LTDA	Amortecedor dianteiro	31	70,000	4,0000	280,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Amortecedor traseiro	33	2,000	215,0000	430,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Batente Amortecedor Dianteiro	33	2,000	145,0000	290,00
ZUCCO PNEUS LTDA	BORRACHA DE ESTABILIZADOR	33	2,000	25,0000	50,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Coxim amort. dianteiro	33	4,000	15,0000	60,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Litro Líquido de Freio	33	2,000	40,0000	80,00
		33	1,000	70,0000	70,00

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ZUCCO PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	33	1,000	190,0000	190,00
				Total Geral do Mês ---->	4.506,90

PUBLICAÇÃO DE COMPRAS MÊS 02.2016 - FMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Fevereiro/2016

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Envelope	169	75,000	1,0000	75,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Festão	169	20,000	7,9900	159,80
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	PAR DE CHINELO	169	2,000	32,0000	64,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Pinheiro de Natal	169	2,000	95,0000	190,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Presepio	169	1,000	180,0000	180,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Quadro branco	169	6,000	14,9900	89,94
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos	170	100,000	6,6000	660,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos de acompanhamento hipertenso/ diabético	170	100,000	5,9000	590,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos de Requisição de Exame Citopatológico - Colo do Utero	170	1,000,000	0,2880	288,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos Odontológico	181	20,000	2,2500	45,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Cartão da Criança feminino	170	1,000,000	0,5200	520,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Cartão da Criança masculino	170	1,000,000	0,5200	520,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Cartão de Estratégia dev Saude da Família	170	1,000,000	0,2700	270,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Cartazes	217	150,000	6,5000	975,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Outdoor	217	1,000	450,0000	450,00
AUTO ELITE LTDA	Bujião roscado	165	1,000	6,0000	6,00
AUTO ELITE LTDA	Filtro de combustível	165	1,000	23,0000	23,00
AUTO ELITE LTDA	Filtro de óleo	165	1,000	23,0000	23,00
AUTO ELITE LTDA	Óleo motor	165	4,000	46,0000	184,00
AUTO ELITE LTDA	SERVIÇO DE REVISÃO	167	1,000	80,0000	80,00
AUTOVIDRO CORDUVA LTDA	Jogo de Palhetas Dianteiro	162	1,000	120,0000	120,00
AUTOVIDRO CORDUVA LTDA	PB Viagem G6	162	1,000	440,0000	440,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Placa Principal	224	1,000	1,300,0000	1,300,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Serviço de Revisão e Testes de Cartucho de Toner	229	1,000	70,0000	70,00
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Aroeiras Salsa	182	30,000	7,0000	210,00
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Buchos	182	6,000	13,0000	78,00
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Cedro maça	182	2,000	28,0000	56,00
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Cedros Charuto	182	5,000	33,0000	165,00
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Alcool Gel	176	62,000	17,8900	1,109,18
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Luva Grande	176	2,000	4,3500	8,70
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Luva Media	176	7,000	4,3500	30,45
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Luva Pequena	176	5,000	4,3500	21,75
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Sabonete Antisseptico	176	33,000	24,9000	821,70
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Saboneteira. Descrição: Para sabonete líquido ou gel. Para fixação na parede.	176	95,000	37,1600	3,530,20
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Toalheiro	176	33,000	38,7900	1,280,07
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Escova dental adulta (macia)		350,000	0,8900	311,50
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Escova dental adulta (macia)	101	350,000	0,8900	311,50
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Indicador Biológico com 10 unidades	101	1,000	91,8000	91,80
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Mini Incubadora	101	1,000	259,9000	259,90
ELETRO DINAMO LTDA	Gas-Ar Condicionado	90	1,000	160,0000	160,00
ELETRO DINAMO LTDA	MÃO DE OBRA	90	1,000	100,0000	100,00
ELETRO DINAMO LTDA	Óleo Compressor	90	1,000	85,0000	85,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMACIA GEREMIAS LTDA	AC acetico Glacial	100	1,000	30,0000	30,00
FARMACIA GEREMIAS LTDA	AC Tridoroacetico	100	1,000	32,0000	32,00
FARMACIA GEREMIAS LTDA	DEFLAZACORT	171	2,000	32,7600	65,52
FARMACIA GEREMIAS LTDA	Femegam	171	1,000	21,3200	21,32
FARMACIA GEREMIAS LTDA	Ilugol	100	1,000	30,0000	30,00
FARMACIA GEREMIAS LTDA	Neozine	171	7,000	11,9000	83,30
IVANIR ZILIO	Memoria SD Kingston	99	1,000	199,0000	199,00
IVANIR ZILIO	Mini System Samsung	102	1,000	693,0500	693,05
IVANIR ZILIO	NOTEBOOK - COM 4 GB DE RAM; HD DE 500 GB; TELA DE 14"; WEBCAM DE 1,5 MB; WINDOWS 7 INSTALADO; BATERIA CABO DE ALIMENTAÇÃO; MANUAL DO USUÁRIO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS PADRÃO DO EQUIPAMENTO.				2.190,00
	GARANTIA MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA NOTA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL, INCLUINDO ASSISTÊNCIA GRATUITA SEM CUSTOS DE DESLOCAMENTO.				
IVANIR ZILIO	NOTEBOOK - COM 4 GB DE RAM; HD DE 500 GB; TELA DE 14"; WEBCAM DE 1,5 MB; WINDOWS 7 INSTALADO; BATERIA CABO DE ALIMENTAÇÃO; MANUAL DO USUÁRIO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS PADRÃO DO EQUIPAMENTO.	102	1,000	2.190,0000	2.190,00
	GARANTIA MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA NOTA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL, INCLUINDO ASSISTÊNCIA GRATUITA SEM CUSTOS DE DESLOCAMENTO.				
IVANIR ZILIO	Painel Porta Recado com Imã	89	2,000	51,6500	103,30
Jair Antonio Miryglod	Camara de ar	110	1,000	40,0000	40,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	113	1,000	15,0000	15,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	104	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	105	1,000	50,0000	50,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	106	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	107	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	108	2,000	30,0000	60,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	109	1,000	50,0000	50,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	110	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	112	2,000	30,0000	60,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	113	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	114	2,000	30,0000	60,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	164	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	115	4,000	13,0000	52,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	115	1,000	100,0000	100,00
JS PNEUS LTDA	Cabo de vela	115	1,000	100,0000	100,00
JS PNEUS LTDA	Correia	115	1,000	190,0000	190,00
JS PNEUS LTDA	Correia Dentada	115	1,000	100,0000	100,00
JS PNEUS LTDA	Geometria / Cambagem	115	1,000	120,0000	120,00
JS PNEUS LTDA	JOGO DE VELA	115	1,000	140,0000	140,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	115	1,000	220,0000	220,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	Cilindro Oxigenio Industrial X 50 s	120	1,000	80,0000	80,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	Cilindro Oxigenio Medicional PPU	120	3,000		240,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	OXIGÊNIO	163	1,000	260,000	260,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Bateria 45 HP	183	1,000	240,000	240,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Geometria	188	1,000	45,000	45,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Mangueira	227	1,000	120,000	120,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	227	1,000	120,000	120,00
MECANICA FARENZENA LTDA	SKANER	227	1,000	40,000	40,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Vela de Ignição	218	4,000	23,000	92,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	abraçadeira	225	1,000	2,500	2,50
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Abraçadeira Plastica Pequena	225	2,000	0,8400	1,68
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Correia	225	1,000	544,9600	544,96
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Fluido de freio classificação DOT4/ABNT NBR 9292 EBI 55/1991 tipo 4.	225	1,000	21,6600	21,66
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mão de Obra Manutenção do Ar Condicionado	225	1,000	240,000	240,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Óleo lubrificante	121	9,000	46,8700	421,83
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Óleo Mobil	225	1,000	13,9100	13,91
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Redentor	225	2,000	52,7900	105,58
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Trocar Correia	225	1,000	50,000	50,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Trocar Retentor Cubo Tras	225	2,000	50,000	100,00
MG DE OLIVEIRA SERVIÇOS LTDA	Conserto de cadeiras	230	12,000	82,4000	988,80
MG DE OLIVEIRA SERVIÇOS LTDA	Percianas de PVC	184	5,000	611,6000	3,058,00
MUSSULINI IND E COM DE BOLSAS SAC. LTDA	ESTOJO	216	400,000	5,000	2,000,00
MUSSULINI IND E COM DE BOLSAS SAC. LTDA	Lixo Car	216	500,000	1,500	750,00
Osmael Antunes de Campos ME	Canto	214	8,000	3,000	24,00
Osmael Antunes de Campos ME	Cantoneira PVC	214	30,000	3,800	114,00
Osmael Antunes de Campos ME	Ferro PVC	214	22,100	11,9000	263,00
Osmael Antunes de Campos ME	PARAFUSO	214	300,000	0,0600	18,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Adesivo	186	2,000	5,2500	10,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Cabo de rede	186	1,000	7,5000	7,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Caneletas 20 x 10	186	31,000	1,7500	54,25
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Cotovelo	186	8,000	4,2000	33,60
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fame Interruptor	186	1,000	0,5000	0,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fame Interruptor 2 Tecla	186	2,000	17,3500	34,70
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fame Tomada	186	2,000	14,6000	29,20
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fio de telefone	186	2,000	20,000	40,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fio Paralelo 2 X 1.5	186	20,000	0,7000	14,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fita dupla face 20mmX12mm	186	32,000	2,3000	73,60
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fita isolante	186	14,000	2,5000	35,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	GRAMPO	186	1,000	4,8000	4,80
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Interruptor	186	1,000	2,5500	2,55
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpada Fluor 20w	186	2,000	4,0000	8,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpada Fluor 40 w	186	9,000	5,5000	49,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME		186	4,000	8,0000	32,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpadas	186	14,000	48,0000	672,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	LULA	186	3,000	5,0000	15,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	MÃO DE OBRA	186	1,000	1,400,0000	1,400,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Organizador de Fio	186	25,000	3,1800	79,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Plug	186	1,000	4,0000	4,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Prestação de Serviço Conserto do Telefone	117	1,000	150,0000	150,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Reator 2 X 40	186	2,000	15,0000	30,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Reator AF2 X 40 36 Bi Volt	186	2,000	14,0000	28,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	TE	186	9,000	1,9000	17,10
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada	186	3,000	7,6500	22,95
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada de força	186	4,000	6,9000	27,60
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada Dupla	186	1,000	10,7000	10,70
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada em Barra	186	5,000	15,0000	75,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada externa Iorenztti	186	3,000	14,0000	42,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada telefone EXT	186	1,000	5,5500	5,55
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Fio	118	0,100	2,5600	0,26
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	GRAMPO	118	1,000	1,2000	1,20
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	PARAFUSO	118	1,000	0,2800	0,28
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de instalação	118	0,317	50,0000	15,85
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Terminal	118	1,000	0,6000	0,60
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Anel o-ring GD	177	2,000	4,8000	9,60
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Anel o-ring pq	177	2,000	6,2000	12,40
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Bobina	177	1,000	95,0000	95,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Braçadeira	219	1,000	15,0000	15,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Copo Filtro Compressor	177	1,000	58,0000	58,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Deslocamento	177	2,000	189,6000	379,20
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Deslocamento	179	1,400	120,0000	168,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Interruptor	177	1,000	45,0000	45,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Kit	219	1,000	8,5000	8,50
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Kit Aconamento Bomba Vacuo	179	1,000	230,0000	230,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Manguito	219	1,000	12,0000	12,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	MÃO DE OBRA	219	1,000	20,0000	20,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Pera peça	219	1,000	8,0000	8,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Serviço de Conserto	177	3,000	80,0000	240,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Sutron Eletronic Plus Bivolt	179	1,000	2,773,7000	2,773,70
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	Transdutor	177	1,000	830,0000	830,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	231	4,000	12,4900	49,96
TIAGO RODRIGUES ME	Serviço de Detelização e limpeza	221	1,000	1,675,5000	1,675,50
VICENTE DE PIERI ME	Cozinha Dacheri	103	1,000	890,0000	890,00
VICENTE DE PIERI ME	Fogão a Gas 04 Bocas	103	1,000	375,0000	375,00
VICENTE DE PIERI ME	Mesa Redonda	103	1,000	99,0000	99,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Balanceamento	122	4,000	7,5000	30,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ZUCCO PNEUS LTDA	Cambagem	122	2,000	40,0000	80,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Caster	122	1,000	40,0000	40,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Geometria	122	1,000	40,0000	40,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Montagem e Desmontagem de pneu	122	4,000	5,0000	20,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Válvula	223	4,000	10,0000	40,00
Total Geral do Mês ---->					44.274,05

PUBLICAÇÃO DE COMPRAS MÊS 02.2016 - PREFEITURA

Página: 1/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRARelação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Rondap	198	1,000	35,0000	35,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	219	30,000	4,0000	120,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	321	35,000	4,0000	140,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Abobrinha , casca coriácea, com paredes espessas. Embaladas em plástico e polietileno transparente e conforme descrição do anexo I do Edital.	321	3,000	2,5000	7,50
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Alho.Embalagem de até 100g	219	4,000	1,8000	7,20
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Alho.Embalagem de até 100g	321	2,000	1,8000	3,60
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Batata Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	219	12,000	2,0000	24,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Batata Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	321	57,000	2,0000	114,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Brocolis. Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	219	18,000	1,5000	27,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Café solúvel granulado, embalagens de vidro de 200g	219	3,000	8,5000	25,50
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Cenoura , Características: tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente.	219	8,000	2,0000	16,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Cenoura , Características: tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente.	321	13,000	2,0000	26,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	219	6,000	1,5000	9,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	321	11,000	1,5000	16,50
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Couve Flor. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	219	8,000	2,7000	21,60
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Limão galego, casca íntegra cor verde, odor agradável. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas.	219	6,200	4,0000	24,80
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Melancia. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	321	85,000	1,1000	93,50
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Oleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	219	10,000	2,7000	27,00
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Oleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	321	13,000	2,7000	35,10
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Pepino. . Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	321	14,000	2,8000	39,20
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	219	8,000	1,3000	10,40
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	321	4,000	1,3000	5,20
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Salsicha a granel, de boa procedência e qualidade. Pacotes de 3kg. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretária de Educação.	321	9,000	16,9900	152,91
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Bloco de Prestação de Serviço	272	20,000	9,7500	195,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos de Apolo ao Pecuarista (Inseminação)	272	20,000	13,2500	265,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Carimbo 4927	184	1,000	52,0000	52,00
AUTO ELITE LTDA	Cobertura	226	1,000	850,0000	850,00
AUTO ELITE LTDA	Cobertura	226	1,000	41,6700	41,67
AUTO ELITE LTDA	Dobradice Capô	226	1,000	36,0900	36,09
AUTO ELITE LTDA	Dobradice da Tampa	226	1,000	49,9500	49,95
AUTO ELITE LTDA	Emblema	226	1,000	49,9500	49,95
AUTO ELITE LTDA	Grade Central	226	1,000	200,0000	200,00
AUTO ELITE LTDA	MÃO DE OBRA	226	14,720	89,0000	1.310,08
AUTO ELITE LTDA	Para-Choque Dianteiro	226	1,000	214,0400	214,04
AUTO ELITE LTDA	rADIADOR	226	1,000	352,9700	352,97
AUTO ELITE LTDA	Reforço	226	1,000	50,0000	50,00
AUTO ELITE LTDA	Reforço Dianteiro	226	1,000	50,0000	50,00
AUTO ELITE LTDA	Suporte com 02 lâmpadas	226	1,000	41,0000	41,00
AUTO ELITE LTDA	VENTILADOR	226	1,000	349,7300	349,73
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Correia	266	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo 15w40	340	1,000	230,0000	230,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo 15w40	341	1,000	230,0000	230,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo 15w40	342	1,000	230,0000	230,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo 15w40	343	1,000	230,0000	230,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo 15w40	344	1,000	230,0000	230,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo 88	188	4,000	50,0000	200,00
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGADI	Touca descartável pacote com 100 unidades	279	4,000	8,9000	35,60
CAMUZZATO & CAMUZZATO LTDA ME	Refeições prontas (mamitex nº 09), devendo conter: 01 (uma) porção de arroz, 01 (uma) porção de feijão, ½ (meia) porção de massa (macarrão, lasanha, panqueca ou outra), 01 (uma) porção de carne (gado, porco, frango ou peixe), 01 (uma) porção complementar (aipim, suflê, batata, polenta, legume ou outro), 02 variedades de salada, 01 (um) copo de suco natural ou polpa de fruta (de no mínimo 300 ml) e 01 (uma) fruta fresca (maçã, banana, laranja, ponka, ou 01 (uma) fatia de melancia) todos os dias. Destinados aos trabalhadores que se encontram em trabalho externo na localidade 01.	218	22,000	15,5000	341,00
CAMUZZATO & CAMUZZATO LTDA ME	Refeições prontas (mamitex nº 09), devendo conter: 01 (uma) porção de arroz, 01 (uma) porção de feijão, ½ (meia) porção de massa (macarrão, lasanha, panqueca ou outra), 01 (uma) porção de carne (gado, porco, frango ou peixe), 01 (uma) porção complementar (aipim, suflê, batata, polenta, legume ou outro), 02 variedades de salada, 01 (um) copo de suco natural ou polpa de fruta (de no mínimo 300 ml) e 01 (uma) fruta fresca (maçã, banana, laranja, ponka, ou 01 (uma) fatia de melancia) todos os dias. Destinados aos trabalhadores que se encontram em trabalho externo na localidade 01.	218	22,000	15,5000	341,00
CASA DAS VEDACOES COM. LTDA	Adaptador	267	1,000	70,0000	70,00
CASA DAS VEDACOES COM. LTDA	Gaxeta.	356	1,000	8,0000	8,00
CASA DAS VEDACOES COM. LTDA	Guia	356	2,000	8,5000	17,00
CASA DAS VEDACOES COM. LTDA	Raspador	356	1,000	5,0000	5,00
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Anel de vedação	223	1,000	3,0000	3,00
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Filtro Ar	223	1,000	32,0000	32,00
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Filtro Ar Condicionado	223	1,000	60,0000	60,00
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Filtro Combustível	223	1,000	17,0000	17,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Filtro óleo	223	1,000	21,5800	21,58
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Lavagem de Peças	223	1,000	14,0000	14,00
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Mão de Obra Revisão	223	1,000	220,0000	220,00
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Óleo	223	3,600	35,9500	129,42
COLUSSI E COLUSSI LTDA	Vela de Ignição	223	4,000	20,0000	80,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Apresentado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.		2,000	16,6000	33,20
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão de cachorro quente. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	220	15,000	12,9000	193,50
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão de cachorro quente. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.		19,440	8,8500	172,04
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão de milho: Características: 75 gr, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela secretaria de educação. O transporte deve ser feito em caixas plásticas apropriadas. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.		20,550	8,8500	181,87
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão Francês. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	220	18,330	8,8000	161,30
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão Francês. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.		17,500	8,9000	155,75
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão Integral. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.		33,000	8,9000	293,70
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão Integral. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	220	18,330	9,3000	170,47
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão Integral. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.		18,330	9,3000	170,47

Página: 4/22

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Torta Salgada, com recheio de legumes, devendo ser feita na data da entrega.		20,000	14,5000	290,00
CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	Locação de sistema de controle de serviços prestados, destinado ao atendimento as secretarias municipais,		11,000	650,0000	7.150,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Correia	367	2,000	30,0000	60,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	COXIM	238	2,000	135,0000	270,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Lonaflex	238	3,000	180,0000	540,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Master Mola Cuica 30 X	238	1,000	25,0000	25,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	PARAFUSO RODA COMPLETO	238	1,000	17,0000	17,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Porca	238	1,000	6,0000	6,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Terminal de direção	238	1,000	150,0000	150,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Tupa Rebite	238	336,000	0,1500	50,40
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA		364	1,000	20,0000	20,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Arnela	364	1,000	2,0300	2,03
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	BALANCEAMENTO/GEOMETRIA	364	1,000	120,0000	120,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Cartão Oxisanização	364	1,000	90,0000	90,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Desengripante	364	1,000	20,0000	20,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Filtro Combustível	364	1,000	36,0000	36,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Filtro óleo	364	1,000	39,0000	39,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Graxa	364	1,000	20,0000	20,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Lavação Interna	364	1,000	350,0000	350,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Limpa Parabrisa	364	1,000	15,0000	15,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Óleo	364	4,000	40,0000	160,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Polimento	364	1,000	400,0000	400,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Revisão	364	1,000	228,0000	228,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Cópia de chaves	278	5,000	7,0000	35,00
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍCI	Hora Obras Sistema Elétrico	354	4,900	143,8800	705,00
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍCI	Kit Serviço	354	1,000	183,5500	183,55
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍCI	Óleo motor	354	25,000	13,2500	331,45
DRESCH & CIA LTDA	Cabeçote	190	1,000	4,9600	4,96
DRESCH & CIA LTDA	Carburador	192	1,000	108,2500	108,25
DRESCH & CIA LTDA	Carc. Tanque Poliamid	190	1,000	181,1700	181,17
DRESCH & CIA LTDA	conexao	190	1,000	69,8000	69,80
DRESCH & CIA LTDA	conexao	192	1,000	69,8000	69,80
DRESCH & CIA LTDA	Eixo de acionamento	190	1,000	82,1800	82,18
DRESCH & CIA LTDA	Gaiola de Agulha	190	1,000	23,3300	23,33
DRESCH & CIA LTDA	Gaiola de Agulha	192	1,000	23,3300	23,33
DRESCH & CIA LTDA	Junta Cilindro	190	1,000	4,2000	4,20
DRESCH & CIA LTDA	Junta Cilindro	192	1,000	4,2000	4,20
DRESCH & CIA LTDA	Junta de Vedação	190	1,000	3,0000	3,00
DRESCH & CIA LTDA	Junta de Vedação	192	1,000	3,0000	3,00
DRESCH & CIA LTDA	MÃO DE OBRA	190	1,000	132,0000	132,00
DRESCH & CIA LTDA	MÃO DE OBRA	192	1,000	132,0000	132,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DRESCH & CIA LTDA	Mola de Tração	190	1,000	3,9400	3,94
DRESCH & CIA LTDA	Mola de Tração	192	1,000	3,9400	3,94
DRESCH & CIA LTDA	Retentor	190	3,000	6,6200	19,86
DRESCH & CIA LTDA	Retentor	192	3,000	6,6200	19,86
DRESCH & CIA LTDA	ROLAMENTO	192	2,000	20,7100	41,42
DRESCH & CIA LTDA	Tubo de Eixo	190	1,000	265,2300	265,23
DRESCH & CIA LTDA	Adesivo	225	1,000	500,0000	500,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa de inauguração de obras, em metal latão escovado, dimensão mínima de 500X300, com brasão colorido, fundo preto e com escritas e brasão em alto relevo, conforme modelos do anexo II.	369	3,000	1,075,0000	3,225,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa de inauguração de obras, em metal latão escovado, dimensão mínima de 500X300, com brasão colorido, fundo preto e com escritas e brasão em alto relevo, conforme modelos do anexo II.	371	3,000	1,075,0000	3,225,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa de inauguração de obras, em metal latão escovado, dimensão mínima de 500X300, com brasão colorido, fundo preto e com escritas e brasão em alto relevo, conforme modelos do anexo II.	372	3,000	1,075,0000	3,225,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa de inauguração de obras, em metal latão escovado, dimensão mínima de 500X300, com brasão colorido, fundo preto e com escritas e brasão em alto relevo, conforme modelos do anexo II.	373	3,000	1,075,0000	3,225,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético, pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	235	1,000	10,9000	10,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético, pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	359	10,000	10,9000	109,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Acelga. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	221	9,000	2,7400	24,66
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	plástico de polietileno transparente.	318	5,000	2,7400	13,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bacia plástica- 20 l.	232	2,000	15,2000	30,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bacia plástica- 20 l.	359	1,000	15,2000	15,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	352	1,000	13,9000	13,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	359	1,000	13,9000	13,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	221	45,000	1,4500	65,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	318	123,000	1,4500	178,35
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	221	11,000	1,9900	21,89
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Belerraba. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente.	318	3,000	1,9900	5,97
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Belerraba. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente.	221	5,000	1,3500	6,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha.Embalagem com 12 tabletes, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	4,000		19,8500	79,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Came bovina de primeira fresca para bife.				

Página: 6/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Came bovina de primeira fresca para bife.	221	3,300	19,8500	65,51
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Came bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	221	4,000	15,9000	63,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Came bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	318	12,000	15,9000	190,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Came bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	221	11,000	17,2500	189,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cera em pasta 375 Gr	232	2,000	12,9500	25,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Colher grande inox	359	1,000	12,9500	12,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cravo - 10 Gr o pacote	359	2,000	10,9000	21,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cuia média para churrasco	359	1,000	1,8000	1,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	359	5,000	23,4000	117,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	182	5,000	2,1500	10,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		4,000	2,1500	8,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	232	13,000	2,1500	27,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		5,000	2,1500	10,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		2,000	2,1500	4,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		11,000	2,1500	23,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	347	10,000	2,1500	21,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	359	12,000	2,1500	25,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	182	20,000	10,9000	218,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		9,000	10,9000	98,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	232	20,000	10,9000	218,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	235	20,000	10,9000	218,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		4,000	10,9000	43,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		2,000	10,9000	21,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		8,000	10,9000	87,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	352	5,000	10,9000	54,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	359	6,000	10,9000	65,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova de plástico para lavar roupa		2,000	3,5000	7,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Espanja aço	359	5,000	1,6000	8,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó, embalagem com 500 gramas, de boa qualidade. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	221	2,000	7,4000	14,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó, embalagem com 500 gramas, de boa qualidade. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	318	2,000	7,4000	14,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de chumarrão c/ 2 unid	347	10,000	3,4000	34,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro e conforme descrições do anexo I do Edital.	221	48,000	2,1700	104,16
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro e conforme descrições do anexo I do Edital.	318	114,000	2,1700	247,38
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro e conforme descrições do anexo I do Edital.		12,000	2,1700	26,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plástico c/ tampa 30 litros		3,000	37,9000	113,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lustre móveis-100 ml	232	2,000	6,4000	12,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lustre móveis-100 ml	347	2,000	6,4000	12,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Luvras descartáveis látex tamanho M e G.	352	1,000	6,4000	6,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Luvras descartáveis látex tamanho M e G.	359	5,000	6,4000	32,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Mamão casca fina, lisa, amarela, sem manchas e não amassados, polpa macia. Embalados em plástico polietileno ou caixas vazadas.	221	55,000	2,4000	132,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Mamão casca fina, lisa, amarela, sem manchas e não amassados, polpa macia. Embalados em plástico polietileno ou caixas vazadas.	318	17,000	2,4000	40,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Milho verde enlatado, embalagem tetra pak ou lata, contendo 200g de peso drenado, não devendo estar amassada, enfiada ou estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	318	9,000	1,0500	9,45
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	221	22,000	3,9000	85,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	318	22,000	3,9000	85,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.		5,000	3,4000	17,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.	232	5,000	3,4000	17,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos		1,000	64,4000	64,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos		3,000	64,4000	193,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	359	4,000	64,4000	257,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos		3,000	3,1500	9,45
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos		48,000	3,1500	151,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos		2,000	3,1500	6,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos		24,000	3,1500	75,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos	347	6,000	3,1500	18,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Queijo mussarela fatiado de boa qualidade, acotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	221	5,000	19,7400	98,70

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Queijo mussarela fatiado de boa qualidade, acotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	318	9,000	19,7400	177,66
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha 40 cm.	359	5,000	9,9000	49,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de espuma 30 cm.	352	1,000	9,9000	9,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de espuma 30 cm.	359	3,000	9,9000	29,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades		5,000	2,6000	13,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades		13,000	2,6000	33,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades		15,000	2,6000	39,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades	347	10,000	2,6000	26,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades	359	5,000	2,6000	13,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saponáceo pó 300 gs		2,000	4,4000	8,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saponáceo pó 300 gs	359	8,000	4,4000	35,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho anti derrapante tipo capacho 1,50mx0,60m		2,000	15,9500	31,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho anti derrapante tipo capacho 1,50mx0,60m	352	2,000	15,9500	31,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho anti derrapante tipo capacho 1,50mx0,60m	359	1,000	15,9500	15,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.		4,000	6,9000	27,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.		4,000	6,9000	27,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.		5,000	6,9000	34,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	347	4,000	6,9000	27,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		2,000	9,4000	18,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		2,000	9,4000	18,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vinagre finto. - Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intada, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		6,000	9,4000	56,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vinagre finto. - Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intada, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		1,000	1,8000	1,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cabo de rede	221	10,000	1,8000	18,00
IVANIR ZILIO	Carimbo	195	78,000	1,5000	117,00
IVANIR ZILIO	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO 194 PARA IMPRESSORA EPSON XP 214; KIT COM 03 CORES COMPREENDENDO CIANO, MAGENTA E AMARELO.	195	1,000	80,0000	80,00
IVANIR ZILIO	Gabinete Completo para Computador Processador Core i3/1tb de RAM com Teclado e Mouse.	324	1,000	67,5000	67,50
IVANIR ZILIO	Impressora HP	197	1,000	1,850,0000	1,850,00
IVANIR ZILIO	Switch 8 portas		1,000	1,329,0000	1,329,00
IVANIR ZILIO	TONER P. IMPRESSORA XEROX 3550 (S208D10)	195	1,000	79,0000	79,00
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	324	2,000	106,8000	213,60
JACY CAMARGO	MONTAGEM DE PNEU	186	2,000	25,0000	50,00
JACY CAMARGO	Troca de Pneu	296	2,000	25,0000	50,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	296	1,000	20,0000	20,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	185	1,000	10,0000	10,00
Jair Antonio Miryglod	MONTAGEM DE PNEU	336	2,000	40,0000	80,00
Jair Antonio Miryglod	MONTAGEM DE PNEU	264	2,000	10,0000	20,00

Página: 9/22

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Jair Antonio Miryglod	MONTAGEM DE PNEU	336	4,000	25,0000	100,00
Jair Antonio Miryglod	MONTAGEM DE PNEU	338	2,000	10,0000	20,00
JS PNEUS LTDA	Camara 900	275	2,000	100,0000	200,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	OXIGÊNIO		1,000	220,0000	220,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	OXIGÊNIO	187	1,000	220,0000	220,00
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	189	1,000	20,0000	20,00
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	194	2,000	15,0000	30,00
Leonir Luiz Tiecker	TIP TOP	189	1,000	20,0000	20,00
Leonir Luiz Tiecker	TIP TOP	194	1,000	20,0000	20,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESI	Vaso de Ceramica maron pronto c/ flores 03 Galhos, Casca,	363	1,000	98,5000	98,50
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESI	Vaso de Vidro Pronto c/ Cascas	363	1,000	20,0000	20,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESI	Vaso Orquideas c/ 05 Galhos	363	1,000	23,0000	23,00
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Aditivo	208	1,000	150,0000	150,00
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Antena kontrak	208	1,000	150,0000	150,00
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	CARTUCHO	208	1,000	178,3900	178,39
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	ELEMENTO	208	1,000	237,7400	237,74
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Elemento Interno	208	1,000	170,3700	170,37
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Filtro Combustivel	208	1,000	102,1900	102,19
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	filtro lubrificante	208	1,000	83,3800	83,38
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Óleo motor	208	1,000	345,0000	345,00
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Serviço de Deslocamento	208	190,000	2,4300	461,70
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Serviço de Manutenção	208	3,000	200,0000	600,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Abraçadeira Tubo Coletor	346	1,000	36,7300	36,73
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Amortecedor	274	2,000	268,9000	537,80
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Arquear Molejos	276	4,000	60,0000	240,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Bucha de Mola	276	1,000	36,6400	36,64
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	bucha mola dianteira	276	4,000	27,6800	110,72
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Ferro Chapa	276	1,000	8,2700	8,27
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Grampo 3/4	276	4,000	5,8500	23,40
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Liberas Oxigenio	276	8,000	10,0700	80,56
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	MÃO DE OBRA	276	4,270	40,0000	178,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	MÃO DE OBRA	276	4,270	53,0000	235,85
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Mola VW 128	274	1,000	76,8500	76,85
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Mola VW 129	274	1,000	151,0500	151,05
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	PARAFUSO	276	6,000	1,4800	8,84
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso 14 X 50 com Porca aço 8.8	276	1,000	0,8100	0,81
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso 3/8	276	3,000	0,4700	1,41
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Pino de centro	276	2,000	7,7400	15,48
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Porca dupla 9/16	276	2,000	1,3300	2,66
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Porca pressão	276	6,000	0,2500	1,50
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Prestação de Serviço Colocação de Peças	276	2,000	100,0000	200,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Reparo de Eixo	199	2,000	100,7000	201,40

Página: 10/22

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Serviço de tomo	199	2,000	50,0000	100,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Solda	199	10,000	4,9900	49,90
MECANICA FARENZENSA LTDA	Aroela	270	2,000	0,5000	1,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Balde de Oleo 433 HD	265	1,000	300,0000	300,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Bielata	270	1,000	50,0000	50,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Capa	265	2,000	12,0000	24,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Capa	273	2,000	12,0000	24,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Capa	366	2,000	12,0000	24,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Capa 1/2	234	2,000	12,0000	24,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Cintas	214	4,000	0,5000	2,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Deslocamento	357	52,000	1,2000	62,40
MECANICA FARENZENSA LTDA	Filtro de ar - gol 1.0 GIV		1,000	24,7917	24,79
MECANICA FARENZENSA LTDA	Filtro lubrificante - caminhão ford cargo 24-28	295	1,000	101,9110	101,91
MECANICA FARENZENSA LTDA	Filtro lubrificante - gol 1.0 GIV		1,000	24,7917	24,79
MECANICA FARENZENSA LTDA	Filtro lubrificante - gol 1.0 GIV		1,000	24,7917	24,79
MECANICA FARENZENSA LTDA	Filtro principal de ar - caminhão ford 24-28	295	1,000	119,8953	119,90
MECANICA FARENZENSA LTDA	Filtro secundário de ar - caminhão ford cargo 24-28	295	1,000	65,9424	65,94
MECANICA FARENZENSA LTDA	Fita isolante	214	1,000	4,0000	4,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Fita isolante	230	1,000	2,0000	2,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Impulso	270	1,000	115,0000	115,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Interruptor	230	1,000	60,0000	60,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	LAMPADA	230	3,000	19,0000	57,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Mangueira	234	2,700	36,0000	97,20
MECANICA FARENZENSA LTDA	Mangueira	265	1,300	45,0000	58,50
MECANICA FARENZENSA LTDA	Mangueira	273	2,100	33,0000	69,30
MECANICA FARENZENSA LTDA	Mangueira	366	160,000	0,3300	52,80
MECANICA FARENZENSA LTDA	MÃO DE OBRA	214	1,000	35,0000	35,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	MÃO DE OBRA	270	1,000	131,2500	131,25
MECANICA FARENZENSA LTDA	Mão de obra colocação de peças	357	1,000	236,2500	236,25
MECANICA FARENZENSA LTDA	PARAFUSO	357	1,000	5,0000	5,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	PORTA ESCOVA	270	1,000	60,0000	60,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Prensagem	234	1,000	15,0000	15,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Regulador	357	1,000	50,0000	50,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Revisão de reparos da parte elétrica de máquinas pesadas pertencentes a frota municipal. (trator de esteiras, retroscavadeira, motoniveladora e escavadeira hidráulica).	212	3,700	74,2420	274,70
MECANICA FARENZENSA LTDA	Revisão e reparos da parte elétrica de veículos leves pertencentes a frota municipal. (Gol, Voyage, Saveiro, Corsa classic, HB20S, Civic, Fiat dobro, Ford transit, Fiat Ducato)		0,600	52,3450	31,41
MECANICA FARENZENSA LTDA	Revisão e reparos da parte elétrica de veículos leves pertencentes a frota municipal. (Gol, Voyage, Saveiro, Corsa classic, HB20S, Civic, Fiat dobro, Ford transit, Fiat Ducato)		1,600	52,3450	83,75

Página: 11/22

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FARENZENSA LTDA	Revisão e reparos da parte elétrica de veículos leves pertencentes a frota municipal. (Gol, Voyage, Saveiro, Corsa classic, HB20S, Civic, Fiat doblo, Ford transit, Fiat Ducato)		0,600	52,3450	31,41
MECANICA FARENZENSA LTDA	Serviços elétricos de máquinas pesadas em emergências (km).	212			
MECANICA FARENZENSA LTDA	Solda	214	67,000	1,1879	79,59
MECANICA FARENZENSA LTDA	Soquete 1 e 2 polos	230	1,000	10,0000	10,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	230	1,000	6,0000	6,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	230	2,000	1,0000	2,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	265	2,000	23,7500	47,50
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	273	2,000	17,0000	34,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	366	1,000	18,0000	18,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	366	1,000	26,0000	26,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Amortecedor dianteiro	284	2,000	290,0000	580,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Aranha trava	285	2,000	10,3200	20,64
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Arruela	280	4,000	1,2500	5,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Arruela	285	3,000	0,6500	1,95
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Arruela 16 mm	285	6,000	0,9600	5,76
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	ARRUELA PINO MOLA	284	4,000	2,5000	10,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Batente Suspensão	282	2,000	45,9800	91,96
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	BUCHA AMORTECEDOR	282	4,000	6,0100	24,04
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	contra pino	285	2,000	2,7800	5,56
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Emenda Rapida	280	1,000	12,9600	12,96
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Examinar Sistema	280	0,400	60,0000	24,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Filtro combustível - Ford Transit		1,000	108,4926	108,49
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Filtro lubrificante - Ford Transit		1,000	66,5048	66,50
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Grampo 3/4	284	1,000	23,9600	23,96
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Grampo de mola	284	2,000	51,2500	102,50
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Grampo de Mola 3/4	284	4,000	24,0900	96,36
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Junta coletor escape motor	339	6,000	42,9600	257,76
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	KIT BORRACHA AMORTECEDOR	284	1,000	33,8000	33,80
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Lona de freio cubo micro ônibus MDC 0851	282	1,000	135,9000	135,90
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Lona de freio cubo micro ônibus MDC 0851	282	1,000	168,4100	168,41
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	PARAFUSO	280	1,000	0,6400	0,64
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	PARAFUSO	285	3,000	3,8100	11,43
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	parafuso sextavado 16x130	285	6,000	6,3700	38,22
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Parafuso 10x60 8.8	282	2,000	3,9000	7,80
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	PARAFUSO RODA COMPLETO	282	5,000	17,4200	87,10
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Patim Freio Tras	282	4,000	95,2000	380,80
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Pino de centro 12x12 cabeça baixa	284	1,000	14,2700	14,27
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Pino de centro 12x8	284	1,000	12,3600	12,36
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca	282	4,000	2,5000	10,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca	284	1,000	1,2500	1,25
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca 9/16	282	4,000	1,8900	7,56

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	porca de pressão 12 mm rosca ma	282	2,000	1,2900	2,58
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca de pressão 14mm	285	3,000	2,8400	8,52
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	porca de pressão 16 mm	285	6,000	2,3300	13,98
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca Dupla 3/4	284	4,000	3,9700	15,88
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca Dupla 3/4	284	6,000	3,1200	18,72
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca dupla 5/8	285	4,000	2,5000	10,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca Lisa	280	1,000	0,8900	0,89
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Rebite	282	112,000	0,2100	23,52
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Remover e Instalar Valvula	280	0,900	60,0000	54,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Reparo Valvula	280	1,000	16,8400	16,84
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Retentor cubo dianteiro	285	2,000	10,8600	21,72
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Retentor cubo traseiro	285	2,000	15,8000	31,60
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Revisar Valvula	280	1,000	60,0000	60,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Rollete Patim de Freio	285	4,000	12,4700	49,88
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Terminal de bateria	237	1,000	110,8500	110,85
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Troca de Lona de Freio	282	2,000	60,0000	120,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Tubo Vareta Nivel Oleo Motor	263	1,000	123,8000	123,80
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	TURBINA	339	1,000	2,400,0000	2,400,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Valvula	280	1,000	86,4100	86,41
NAI COMERCIO DE PEÇAS E REPARAÇÃO DE VE	Mão de Obra Troca Para Brisa	196	1,000	250,0000	250,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Achocolado em pó instantâneo, embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	322	10,000	2,7000	27,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		5,000	8,1000	40,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	201	10,000	8,1000	81,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		1,000	8,1000	8,10

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		6,000	8,1000	48,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	351	1,000	8,1000	8,10
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	361	5,000	8,1000	40,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Amido de milho, embalagem de 500 gr. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 10 meses.	322	6,000	1,2000	7,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Aroz parboilizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	201	10,000	8,4500	84,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Aroz parboilizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	322	10,000	8,4500	84,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Biscoito doce, sabor chocolate. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	322	20,000	5,0000	100,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Biscoito doce, tipo maria. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	322	12,000	4,3000	51,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Biscoito salgado, tipo água e sal - pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 08 meses, informação nutricional e ingredientes.	322	18,000	1,9900	35,82
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.		9,000	5,7500	51,75
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	201	8,000	5,7500	46,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	322	5,000	5,7500	28,75

Página: 14/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.		2,000	5,7500	11,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.		8,000	5,7500	46,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	350	12,000	5,7500	69,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	351	1,000	5,7500	5,75
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinho e conforme descrições do anexo I do Edital.		4,000	1,6500	6,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinho e conforme descrições do anexo I do Edital.	350	4,000	1,6500	6,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá de maçã acondicionado em caixas contendo 15 saquinho e conforme descrições do anexo I do Edital.		6,000	1,9000	11,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinho. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		7,000	2,4000	16,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinho. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	201	10,000	2,4000	24,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinho. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		2,000	2,4000	4,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinho. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		4,000	2,4000	9,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Doce de frutas, diversos sabores, pote de 01 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	201	8,000	4,4000	35,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Doce de frutas, diversos sabores, pote de 01 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	322	7,000	4,4000	30,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Doce de leite, potes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	322	7,000	5,2500	36,75

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Farinha de milho (fubá de milho amarelo,). Pacotes de 5 Kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional, ingredientes e registro no Ministério da Saúde.	322	4,000	6,4000	25,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	201	5,000	7,8500	39,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	322	2,000	7,8500	15,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, consoando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg. devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	201	10,000	3,0000	30,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, consoando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg. devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	322	23,000	3,0000	69,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo conchinha. Pacotes de 500 g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	322	25,000	2,3200	58,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Margarina com sal, embalagem de 500 gramas, de boa procedência e qualidade. A embalagem deve estar intacta bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	322	16,000	2,0000	32,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Milho para pipoca, com bom rendimento e boa qualidade de grãos. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	201	10,000	1,7000	17,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Refrigerante				
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	201	30,000	2,7400	82,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Vinagre branco. Embalagem de 750 ml e conforme descrições do anexo I do Edital.				
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Bucha	201	10,000	0,8300	8,30
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Bucha	201	10,000	0,9400	9,40
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Bucha	228	1,000	102,6500	102,65
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	calço	228	1,000	42,6500	42,65
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente Central	213	1,000	2,2500	2,25
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente direito	337	3,000	55,1000	165,30
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV		337	1,000	55,1000	55,10

Página: 16/22

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente Esquerdo	337	1,000	55,100	55,10
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Engrenagem	213	1,000	1,935,000	1,935,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	mola	228	1,000	15,250	15,25
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	MOLA PRATO	228	1,000	18,450	18,45
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	PARAFUSO	228	1,000	38,000	38,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	PARAFUSO	228	1,000	42,000	42,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	PARAFUSO	337	10,000	3,750	37,50
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Porca deLamina	337	10,000	1,500	15,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	PORCA PARLOCK 1"	228	2,000	39,000	78,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Reparo 6108521	294	1,000	65,100	65,10
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Reparo 6108522	294	1,000	113,400	113,40
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Retentor	228	1,000	55,650	55,65
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Rótula	228	1,000	92,350	92,35
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	TTRAVA	228	1,000	58,000	58,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Capas de Blocos de Notas de Produtor Rural	269	500,000	1,380	690,00
POLIMPRESSOS SERVIÇO GRAFICOS LTDA	ADITIVO RADIADOR	252	1,000	16,100	16,10
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Anel calço da camisa sca 124 med	252	6,000	12,900	77,40
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Anel coletor de escap. sca	252	4,000	7,650	30,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Anel coletor escap. sca	252	4,000	12,800	51,20
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Assentar válvulas sca	253	12,000	14,800	177,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bronzina biela sca	252	1,000	341,700	341,70
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bronzina lateral sca	252	1,000	118,400	118,40
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bronzina mancal sca	252	1,000	384,200	384,20
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bucha comando de válvula	252	1,000	190,750	190,75
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bucha da biela sca	252	6,000	72,600	435,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bucha pedal acelerador sca	252	6,000	4,200	25,20
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bucha rosqueada 10x16	252	5,000	4,200	21,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	cabo estrangulador sca	252	1,000	29,800	29,80
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Calibragem de bicos sca	253	1,000	98,100	98,10
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Cano retorno turbina sca	252	1,000	116,000	116,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Coletor freio motor sca	252	1,000	667,000	667,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Correia ventuinha sca	252	2,000	48,000	96,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Deslocamento do veículo scania para recuperação do motor	253	1,000	450,000	450,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Desmontar o motor sca	253	1,000	500,000	500,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Eixo filtro rotativa sca	252	1,000	23,950	23,95
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Engrenagem virabrequim sca	252	1,000	304,400	304,40
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Interruptor de pressão do óleo sca	252	1,000	93,800	93,80
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Junta motor sca	252	1,000	507,100	507,10
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Kit motor sca camisa/pistão/anéis	252	6,000	655,000	3,930,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Limpeza cabeçote c/ micro sca	253	2,000	133,400	266,80
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Limpeza motor completo sca	253	1,000	546,000	546,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Luva junção coletor esc	252	1,000	120,100	120,10

Página: 17/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Madrilhar base mestre mancal sca	253	1,000	858,0000	858,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Madrilhar bucha de comando sca	253	1,000	562,0000	562,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Mangueira do radiador sca	252	1,000	20,1000	20,10
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Mangueira radiador de óleo sca	252	1,000	27,6000	27,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Mangueira radiador reta 1/2 sca	252	1,000	33,3000	33,30
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Mangueira radiador superior sca	252	1,000	61,9000	61,90
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Mangueira reservatório agua sca	252	1,000	28,3000	28,30
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Mangueira retorno turbina	252	1,000	31,3900	31,39
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Mão de obra motor completo sca	253	1,000	2,640,0000	2,640,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Montagem cabeçote p/ válvulas	253	12,000	9,8000	117,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Óleo 15w40	252	30,000	14,8000	444,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Óleo lubrificante para caixa de direção hidráulica e transmissões automáticas, ATF DEXRON III, tipo A. O produto deve ser registrado na ANP.	252	2,000	19,5000	39,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Parafuso esguincho pistão sca	252	6,000	11,0000	66,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Parafuso mancal sca	252	14,000	24,2000	338,80
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Parafusos/abracadeiras/arruelas sca	252	1,000	266,0000	266,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Plainar bloco sca	253	1,000	618,0000	618,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Polir eixo comando sca	253	1,000	117,2000	117,20
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Rebaixar assento camisa sca	253	6,000	93,5000	561,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Recuperar bloco motor sca	253	1,000	220,0000	220,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Recuperar rosca sca	253	5,000	33,7000	168,50
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Reparo bomba água sca	252	1,000	253,0000	253,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Retificar biela e rebaixar clico diesel sca	253	6,000	227,0000	1,362,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Retificar bucha biela sca	253	6,000	103,5000	621,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Retificar sede de válvula sca	253	12,000	16,8000	201,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Retificar válvulas sca	253	12,000	16,8000	201,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Rolamento 6007 sca	252	1,000	33,6000	33,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Rolamento 6207 sca	252	1,000	43,4000	43,40
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	SILICONE ALTA TEMPERATURA	252	1,000	14,2000	14,20
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Silicone vedante camisa	252	1,000	23,2000	23,20
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Suporte dianteiro motor sca	252	2,000	73,5000	147,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Tinta verde motor	252	1,000	62,1000	62,10
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Tirar e colocar motor sca	253	1,000	790,0000	790,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Trocar bucha biela ciclo diesel sca	253	6,000	33,3000	199,80
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Tucho válvula sca	252	12,000	35,5000	426,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Válvula alivio bomba óleo sca	252	1,000	125,7000	125,70
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Válvula termostática sca 71°	252	1,000	72,6000	72,60
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Virabrequim sca	252	1,000	6,980,0000	6,980,00
ROBERTO CERRY ME	Serviço de Pintura Interna e Externa e Pintura e Lavação do Telhado do Predio da Delegacia de Madeira.	259	1,000	3,773,0000	3,773,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	203	1,600,000	3,0600	4,896,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	204	1,600,000	2,9100	4,656,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	205	980,000	3,0600	2,998,80

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 18/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	206	2,000,000	3,0600	6,120,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	207	1,820,000	3,0600	5,569,20
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	291	3,000,000	3,0600	9,180,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	293	2,000,000	3,0600	6,120,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	370	3,000,000	3,0600	9,180,00
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA	Placa de identificação de localidade, em chapa 24 aço galvanizado, de no mínimo 1.200X750 mm, adesivo fundo, refletivos, nas cores verde e vermelho, conforme modelos do anexo II		14,000	158,9005	2,224,61
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA	Placa de identificação de localidade, em chapa 24, aço galvanizado, de no mínimo 1.200X500 mm, adesivo fundo, refletivos, nas cores verde e vermelho, conforme modelo do anexo II.	370	17,000	150,9055	2,565,39
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne suína pura tipo lombinho devendo apresentar odor e cor característicos, acondicionados em embalagem de 1 kg, integra, adequada e resistente e conforme descrições do anexo I do Edital.	319	20,000	11,3000	226,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro		1,000	14,6500	14,65
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro		4,000	14,6500	58,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	233	1,000	14,6500	14,65
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.		6,000	4,8500	29,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	233	10,000	4,8500	48,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.		12,000	4,8500	58,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	348	7,000	4,8500	33,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	222	27,000	0,9900	26,73
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	319	60,000	0,9900	59,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas- embalagens de 5 litros		2,000	17,6000	35,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas- embalagens de 5 litros		3,000	17,6000	52,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	233	1,000	3,0500	3,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	236	10,000	3,0500	30,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	348	6,000	3,0500	18,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Azeite de oliva extra virgem - embalagens de 500 ml. Acondicionados em embalagens de vidro, não devendo estar enferrujadas ou quebradas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes.	319	1,000	10,5500	10,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada, pacotes com 900 ml, sabores diversos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	222	60,000	2,5000	150,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada, pacotes com 900 ml, sabores diversos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	319	3,000	2,5000	7,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bomba de chimarrão.		1,000	19,3500	19,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg		2,000	55,9000	111,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	233	2,000	55,9000	111,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	258	1,000	55,9000	55,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg		2,000	55,9000	111,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	360	5,000	55,9000	279,50

Página: 19/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	222	17,000	4,1900	71,23
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	319	20,000	4,1900	83,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cereal matinal de milho com açúcar, enriquecido com vitaminas e minerais, embalagens plásticas contendo 300g do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característicos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	222	28,000	3,2500	91,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	348	5,000	2,0500	10,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml		15,000	4,0500	60,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml		2,000	4,0500	8,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml		15,000	4,0500	60,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	348	5,000	4,0500	20,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	222	61,000	6,7900	414,19
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	319	80,000	6,7900	543,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros		2,000	17,3500	34,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	183	1,000	17,3500	17,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros		4,000	17,3500	69,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros		3,000	17,3500	52,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	348	4,000	17,3500	69,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	360	2,000	17,3500	34,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray		2,000	9,6500	19,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray		4,000	9,6500	38,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray		5,000	9,6500	48,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray	348	2,000	9,6500	19,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray	360	3,000	9,6500	28,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades		2,000	2,0500	4,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	233	10,000	2,0500	20,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades		2,000	2,0500	4,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades		1,000	2,0500	2,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	348	6,000	1,8500	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	348	4,000	1,8500	7,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	222	22,000	0,9900	21,78

Página: 20/22

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	319	40,000	0,9900	39,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades		5,000	4,0000	20,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	233	10,000	4,0000	40,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades		4,000	4,0000	16,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	348	2,000	4,0000	8,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	363	1,000	4,0000	4,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fóforo maço c/ 10 caixas		3,000	2,4000	7,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fóforo maço c/ 10 caixas	348	1,000	2,4000	2,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fóforo maço c/ 10 caixas	363	1,000	2,4000	2,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fóforo maço c/ 10 caixas	360	1,000	2,4000	2,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 l.		2,000	74,3500	148,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 l.	348	1,000	74,3500	74,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Para casca integral e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazias.	222	127,000	1,1900	151,13
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Para casca integral e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazias.	319	154,000	1,1900	183,26
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	319	5,000	5,3500	26,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	349	12,000	5,3500	64,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.		5,000	6,3500	31,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	348	2,000	6,3500	12,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	360	3,000	6,3500	19,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	222	90,000	2,2900	206,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça Fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	319	110,000	2,2900	251,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macaráo com ovos tipo espagueti reto. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	222	17,000	2,2500	38,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macaráo co ovos tipo parafuso. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	319	20,000	1,9900	39,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mandioca descascada e congelada em embalagens de 2 kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	319	12,000	4,5000	54,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto alqui benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros		3,000	20,4000	61,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto alqui benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	233	2,000	20,4000	40,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto alqui benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros		3,000	20,4000	61,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto alqui benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	360	3,000	20,4000	61,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.		8,000	1,3500	10,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	348	8,000	1,3500	10,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	360	15,000	1,3500	20,25

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 21/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado	222	9,000	9,2500	83,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado	319	8,000	9,2500	74,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pó para pudim, diversos sabores contendo 05 unid. de 35g cada. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional. Apresentar registro no Ministério da Saúde.	319	50,000	2,3500	117,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Ponkan ou vergamota. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	319	40,000	2,7500	110,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg		1,000	7,3500	7,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg		2,000	7,3500	14,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.		5,000	7,3500	36,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	233	4,000	7,3500	29,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.		6,000	7,3500	44,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	353	1,000	7,3500	7,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	360	5,000	7,3500	36,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.		5,000	2,5500	12,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		13,000	2,5500	33,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		2,000	2,5500	5,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		15,000	2,5500	38,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10	348	10,000	2,5500	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10	353	2,000	2,5500	5,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10	360	5,000	2,5500	12,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		2,000	2,5500	5,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		13,000	2,5500	33,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		1,000	2,5500	2,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10	353	15,000	2,5500	38,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		2,000	2,5500	5,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		12,000	5,2000	62,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas		2,000	5,2000	10,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas		1,000	5,2000	5,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas		6,000	5,2000	31,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas	348	20,000	5,2000	104,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco natural concentrado, diversos sabores: pessego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	319	8,000	3,9000	31,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha) de boa qualidade, livre de defeitos, embalados em plástico de polietileno transparente.	222	6,000	1,9000	11,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha) de boa qualidade, livre de defeitos, embalados em plástico de polietileno transparente.	319	10,000	1,9000	19,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco		12,000	11,3500	136,20

Página: 22/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto.	233	5,000	7,4000	37,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente	222	15,000	2,1500	32,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente	319	40,000	2,1500	86,00
VIA BRASIL CALÇADOS LTDA	Bola de futebol de campo oficial	368	5,000	125,0000	625,00
VICENTE DE PIERI ME	Aparelho de telefone sem-fio. Descrição: Telefone sem fio com identificador de chamadas, visor do monofone com display iluminado na cor âmbar, agenda telefônica para 50 nomes e números, bloqueio de teclas e chamadas / discagem. Vem com 20 tipos de campainha, toda localizar monofone, rediscar e flash. Características: Cor preta.	362	1,000	109,0000	109,00
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	ANEL	262	1,000	7,0000	7,00
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Anel Trava	262	1,000	5,0000	5,00
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Bico Calibrador	345	1,000	35,5000	35,50
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Cinta 8m c/ catraca	345	1,000	275,0000	275,00
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Cola p/ junta de motores	262	1,000	6,6000	6,60
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Correia	229	1,000	37,0000	37,00
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Engate rápido	229	1,000	16,0000	16,00
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Lanterna	262	1,000	33,5000	33,50
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Mangueira	229	1,000	11,7000	11,70
VIDEWANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Trava rosca	262	1,000	44,5000	44,50
Total Geral do Mês ---->					156.709,13

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 4173

LEI Nº. 4.173

DE 02 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA RUA SERVIDORA TERESA PIASKOWSKI, A RUA QUE SE INICIA NO LADO ÍMPAR DA RODOVIA MUNICIPAL BENEMÉRITO LADISLAU BICHESKI, E SEU TÉRMINO NO FINAL DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA II, NO BAIRRO VILA IVETE.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Servidora Teresa Piaskowski, a Rua que se inicia no lado ímpar da Rodovia Municipal Benemérito Ladislau Bicheski, e seu término no final do loteamento Santa Terezinha II, no Bairro Vila Ivete.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 02 de março de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4175

LEI Nº. 4.175

DE 02 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA RUA BENEMÉRITO ALCIDES ARBIGAUS, A RUA QUE INICIA AO LADO IMPAR DA RUA "2", COM TÉRMINO NO LADO PAR DA RUA "6", AMBAS DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA II.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Benemérito Alcides Arbigauss, a Rua que inicia ao lado ímpar da rua "2", com término no lado par da Rua "6", ambas do loteamento Santa Terezinha II.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 02 de março de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4176

LEI Nº. 4.176

DE 02 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA RUA SERVIDOR ANTONIO MARTINS A RUA QUE SE INICIA NO LADO ÍMPAR DA RUA "2" E SEU TÉRMINO NO LADO PAR DA RUA "6", AMBAS NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA II, NO BAIRRO VILA IVETE.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Servidor Antonio Martins, a Rua que se inicia no lado ímpar da Rua "2" e seu término no lado par da Rua "6", ambas no loteamento Santa Terezinha II, no Bairro Vila Ivete.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 02 de março de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4177

LEI Nº. 4.177

DE 02 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA RUA FERROVIÁRIO HERCÍLIO CASTRO DE OLIVEIRA, A RUA "E" DO LOTEAMENTO EVALDO WITT, QUE SE INICIA NO LADO PAR DA RUA RODOLFO BUCH E SEU TÉRMINO NO LADO ÍMPAR DA AVENIDA DAS TORRES, NO BAIRRO VILA NOVA.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Ferroviário Hercílio Castro de Oliveira, a Rua "E" do loteamento Evaldo Witt, que se inicia no lado par da Rua Rodolfo Buch e seu término no lado ímpar da Avenida das Torres, no loteamento Evaldo Witt, no Bairro Vila Nova.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 02 de março de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.174

LEI Nº. 4.174

DE 02 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA RUA BENEMÉRITA ANA BUDNIK REGI, A RUA QUE INICIA AO LADO PAR DA RUA "5", COM TÉRMINO NO LADO IMPAR DA RUA "1", AMBAS DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA II.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Benemérita Ana Budnik Regi, a rua que inicia ao lado par da rua "5", com término no lado ímpar da rua "1", ambas do loteamento Santa Terezinha II.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 02 de março de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.178

Lei nº. 4.178

DE 03 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar dotação no orçamento público municipal de 2016 até o valor de R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais), conforme descrição abaixo:

12 Secretaria Municipal da Habitação

01 Secretaria Municipal da Habitação

154510012.2.166000 Infraestrutura e Manutenção de Loteamentos Regulares

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 432.000,00

Fonte: 124

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

20 Fundo Municipal do Saneamento Básico

01 Fundo Municipal do Saneamento Básico

175120020.2.132000 Saneamento Básico

(55) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 432.000,00

Fonte: 124

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 03 de março de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO - EDITAL Nº 003/2014 - SMS**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Ordinária Nº 4049, de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca os cidadãos a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo, Edital nº 003/2014 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os CANDIDATOS CONVOCADOS a seguir:

Comparecer até dia 14/03/2016 (para manifestar interesse pela vaga)

Nome	Cargo
RAFAEL MONTEIRO BELLER	CIRURGIÃO DENTISTA

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 003/2014, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação. Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no Processo Seletivo nº 003/2014 desta Municipalidade.

Mafra, 03 de março de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Rodney Luiz Medeiros

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 28/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 28/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: CARLESSI ENGENHARIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a reforma do telhado e execução de pintura da E.E.B.M Eulalia Oliveira de Bem, localizada na estrada Geral Espigão Grande bairro Espigão Grande no município de Maracajá – SC, de conformidade com as memorial descritivo, projeto e planilha orçamentária

Valor: R\$ 27.204,36 (vinte e sete mil duzentos e quatro reais e trinta e seis centavos)

Vigência: 02/03/2016 a 30/04/2016

Maracajá, 03 de março de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Cesar Carlessi

Contratado.

EXTRATO DO CONTRATO 29/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 29/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: MARACAJA COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de óleos lubrificantes, fluídos e graxas para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração municipal, para o ano de 2016

Valor: R\$ 24.010,00 (vinte e quatro mil e dez reais)

Vigência: 02/03/2016 a 30/04/2016

Maracajá, 02 de março de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Marília Goulart Nuernberg

Contratado.

EXTRATO DO CONTRATO 30/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 30/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: RCOL ROLAMENTOS LTDA - ME

Objeto: Aquisição parcelada de óleos lubrificantes, fluídos e graxas para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração municipal, para o ano de 2016

Valor: R\$ 16.932,00 (dezesesseis mil novecentos e trinta e dois reais)

Vigência: 02/03/2016 a 30/04/2016

Maracajá, 02 de março de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Mariene da Silva Fortunato

Contratado.

EXTRATO DO CONTRATO 31/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 31/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: TRATOFER COMÉRCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de óleos lubrificantes, fluídos e graxas para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração municipal, para o ano de 2016

Valor: R\$ 34.136,00 (trinta e quatro mil cento e trinta e seis reais)

Vigência: 02/03/2016 a 30/04/2016

Maracajá, 02 de março de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Luis Fernando W. Sehn

Contratado.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 319/2016

DECRETO Nº 319, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 132.845,70 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento da Cultura

13 – Cultura

13.391 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.1.032 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DO MUSEU MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios - Outros

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 132.845,70

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Convênio nº 10/2015/FRBL (Fundo para Reconstituição de Bens Lesados), cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital

2400.00.00 – Transferência de Capital

2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais

2422.00.00 – Transferências do Estado

2422.99.00 – Outras Transferências do Estado

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios – Outros R\$: 132.845,70

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 320/2016

DECRETO Nº 320, DE 3 DE MARÇO DE 2016

Nomeia Autoridade de Trânsito e membros para compor a Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 2.979, de 27 de abril de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 3.222, de 3 de julho de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado como Autoridade de Trânsito Municipal, o Sr. Valdemir Andretta, brasileiro, com endereço na Sede da JARI, na Avenida Euclides da Cunha, nº 60, Centro, nesta cidade de Maravilha/SC.

Art. 2º Fica nomeada a composição dos membros da JARI, Junta Administrativa de Recursos e Infrações em conformidade com a Legislação Vigente, sendo seus seguintes membros:

I- Representante com conhecimento da área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

a) Presidente: Altair Lisot;

b) Vice Presidente: Jonathan Dallacorte;

II- Representantes dos servidores do órgão ou entidade que impôs a penalidade:

a) Titular: Cinara Geremias;

b) Suplente: Cláudio José Zembruski;

III- Representantes de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

a) Titular: Fabiane Gialdi;

b) Suplente: Jandrei Paulo Willinghoefer.

Parágrafo único. Os membros da JARI terão mandato de 2 anos, permitida a recondução, por igual período.

Art. 3º Os membros titulares que compõe a JARI serão remunerados pelo Município, com recursos da conta convênio de Trânsito, no valor correspondente a 50% do salário mínimo mensal, para as reuniões necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 158, de 14 de maio de 2009 e nº 103, de 24 de setembro de 2013.

Maravilha – SC, 3 de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL/FMS N. 005/2016

Município de Marema/FMS-Fundo Mun. de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 006/2016 - Pregão Presencial/FMS n. 005/2016 para aquisição de pneus novos. Processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 21/03/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 21/03/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30mim e das 07h30min às 11h30mim, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 01 de março de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 004-2016

PORTARIA n.º 004/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE OPERADOR DE ESTAÇÃO (ETA/ETE).

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal artigo 51, inciso I, e Lei nº1186/2006, e Lei complementar nº022/2006 e Lei Complementar nº 026/2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ÉRICK SARTOR, do cargo de Operador de Estação (ETA/ETE), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculadas ao SAMAE.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2016.

Art.3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 106/2016

PORTARIA n.º 106/2016.

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n.º 008/2004, de 28 de dezembro de 2004, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor DANILO FLORES DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, em virtude de aposentaria junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº105/2016

PORTARIA n.º 105/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita TAYNÁ GOMES CARVALHO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Março de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Mondaí

PREFEITURA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, ERRATA do Edital de Licitação nº 027/2016, Pregão Presencial nº 017/2016:

MODALIDADE: Pregão Presencial com Registro de Preços n.º 017/2016

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para reposição, manutenção e edificação de prédios e outras construções públicas no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ONDE SE LÊ: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 17 de março de 2016; SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 17 de março de 2016; LEIA-SE: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 14h55min do dia 17 de março de 2016; SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 17 de março de 2016

MONDAÍ (SC), 03 de março de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 015/2016

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Contratação de monitor com formação em Artes Plásticas para atuar junto ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS no Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h55min do dia 18 de março de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 18 de março de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 03 de março de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2016 IVONETE CAMPREEGHER

CONTRATO N.º: 25/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado IVONETE CAMPREGHER, com sede, em AGROLÂNDIA-SC CPF sob n.º423.307.509-00, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 3.980,00 (tres mil novecentos e oitenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: IVONETE CAMPRECHER				
CNPJ/CPF:			DAP Nº:	
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
ERVA PARA CHAS PRODUTOS DESIDRATADOS E EMBALADOS HERMETICAMENTE EM PACOTES, COM DATA DE VALIDADE, DEVERÁ APRESENTAR ODOR CARACTERÍSTICO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA E FUNGOS	KG	200,00	19,90	3.980,00
Total do Produtor R\$:				3.980,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01
Projeto/Atividade 2012
69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2013
71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2014
73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamentar, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 03 de Março de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

IVONETE CAMPREGHER
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2016

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 17/2016 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 04/março/2016 até as 13:30 horas do dia 17/março/2016. Abertura da sessão no dia 17/março/2016 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 7892/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013 bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS GERAIS - MÃO DE OBRA NÃO ESPECIALIZADA, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

1.1 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

1.3 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

1.4 – Considerando que a contratação objeto desta licitação se dá através da cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8212 de 24.07.1991 e alterações nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa- RFB nº 971 de 13/11/2009 e alterações, a Licitante Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante do Simples Nacional, que, por ventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da

contratação em consequência do que dispõe o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31 inciso II da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

1.5 – A licitante optante do Simples Nacional que se enquadre na situação acima e que por ventura, venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando

a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) as respectivas secretarias Federal, Estadual e Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

1.6 – Caso a licitante optante do Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Município, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme o disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensão de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de

licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

3.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma da lei.

3.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

3.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

3.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1

3.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

3.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item “5 – Proposta de Preços”, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS – Nº 17/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

4.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade da ata;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

4.5 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

4.4.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

4.4.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

4.7 – Anexar a proposta planilha de custos e formação de preço.

4.8 – Anexar a proposta memória de cálculo da planilha de custos.

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - “DOCUMENTAÇÃO”

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

h) Falência ou concordata

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

5.3.1 comprovante de que a empresa possui experiência mínima de 1 (um) ano no mercado;

5.4 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente assinado pelo órgão competente.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas; autorizado o serviços, na parte que couber.

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.5 - Executar o objeto licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato ou subcontratar sem transferência de responsabilidades com a devida anuência da Administração Municipal.

6.8 - Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do documento fiscal para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

6.9 – É obrigação da contratada manter seu pessoal provido dos EPIs – Equipamento de Proteção Individual.

6.10 – Indicar obrigatoriamente, telefone de contato do representante da empresa para que mantenha-se permanente contato com o fiscal do contrato e este preposto indicado para que se adote providências requeridas relativas a execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

6.11 – Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

6.12 – Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho.

6.13 – Pagar até o 5º (quinto) dia útil os salários de seus empregados, bem como recolher no prazo legal, os encargos sociais devidos.

6.14 – Submeter, antes de iniciar os trabalhos, a relação dos empregados ao exame da CONTRATANTE, podendo esta requerer a substituição daqueles, que a seu juízo, que não preenchem as condições para execução dos serviços.

6.15 – Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.

6.16 – Apresentar, mensalmente e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes do seguintes fatos: folha de pagamento analítica, comprovante bancário do pagamento de salários e benefícios dos empregados, recolhimento dos encargos sociais (Guia de recolhimento INSS, Guia de recolhimento do FGTS, GFIP correspondente as guias do INSS e FGTS discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados que conste como tomador o contratante), DARF de recolhimento dos valores descontados do funcionários referente a IRRF que consta na

Trabalho por meio da CAGED, cópia da ficha de registro de empregado, exame médico admissional e demissional e cópia da CTPS.

6.17 – O valor do salário a ser pago ao colaborador da contratada pela prestação de serviços ao Município deverá ser de no mínimo R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais(salario minimo).

6.18 – A Contratada obriga-se a repassar mensalmente ao seu colaborador a título de "Auxílio Alimentação" em igualdade o aos servidores públicos municipais a importância de R\$ 123,96 (cem reais) sem desconto algum em folha.

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas

em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a substituição de colaborador que aja em desacordo com as regras de boa conduta no ambiente de trabalho.

falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou se houver, que não seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

8.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

8.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para

confirmação das suas condições.

8.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

10.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será o da assinatura do termo contratual até a data de 31/dezembro/2016.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber

11.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

11.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto

3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

13.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

16.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

16.2 – Ó órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

18 – DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.10 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

18.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação das quantidades aproximadas.

- h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.
- i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
- j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.
- m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- n) ANEXO XIII – Locais de prestação dos serviços.
- o) ANEXO XIV – Descrição das tarefas básicas dos serviços a serem executados.
- p) ANEXO XV – Termo de Referência

Monte Carlo – SC, 24 de fevereiro de 2016
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE,

NÚMERO/ANO>
, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,

interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias. Prazo de validade da Ata: 31/dezembro/2016

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Continua...

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

RELAÇÃO DOS PRODUTOS, MATERIAIS e SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDADE	R\$ UNID	R\$ TOTAL
1						

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.923.189/0001-45	Marcos Nei Correa Siqueira
FUNREBOM	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados neste termo.

1.1 - Registro de preços para a prestação de serviços de: SERVIÇOS GERAIS - MÃO

DE OBRA NÃO ESPECIALIZADA, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos serviços, que serão contratados

parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII do Edital de origem.

1.2 - A licitante vencedora iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

1.4 – Os serviços, objeto deste termo serão contratados por cessão de mão de obra.

1.5 – Os serviços ora contratados enquadram-se nas exigências legais de terceirização, conforme apregoa a Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 02/2008.

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

ITEM	QTDDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Prestar os serviços nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar os serviços na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços;

5.3 - Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.5 - Prestar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

5.7 – É obrigação da contratada manter seu pessoal provido dos EPIs – Equipamento de Proteção Individual.

5.8 – Indicar obrigatoriamente, telefone de contato do representante da empresa para que mantenha-se permanente contato com o fiscal do contrato e este preposto indicado para que se adote providências requeridas relativas a execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

5.9 – Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

5.10 – Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho.

5.11 – Pagar até o 5º (quinto) dia útil os salários de seus empregados, bem como recolher no prazo legal, os encargos sociais devidos.

5.12 – Submeter, antes de iniciar os trabalhos, a relação dos empregados ao exame da CONTRATANTE, podendo esta requerer a substituição daqueles, que a seu juízo, que não preenchem as condições para execução dos serviços.

5.13 – Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.

5.14 – Apresentar, mensalmente e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes dos seguintes fatos: folha de pagamento analítica, comprovante bancário do pagamento de salários e benefícios dos empregados, recolhimento dos encargos sociais (Guia de recolhimento INSS, Guia de recolhimento do FGTS, GFIP correspondente as guias do INSS e FGTS discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados que conste como tomador o contratante), DARF de recolhimento dos valores descontados dos funcionários referente

a IRRF que consta na folha de pagamento de salários e comprovar regularidade junto ao Ministério do Trabalho por meio da CAGED, cópia da ficha de registro de empregado, exame médico admissional e demissional e cópia da CTPS.

5.15 – O valor do salário a ser pago ao colaborador da contratada pela prestação de serviços ao Município deverá ser de no mínimo R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais (salário mínimo).

6.16 - A Contratada obriga-se a repassar mensalmente ao seu colaborador a título de

“Auxílio Alimentação” em igualdade o aos servidores públicos municipais a importância de R\$ 123,96 (cento e vinte e três reais e noventa e seis centavos) sem desconto algum em folha.

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do

Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a substituição de colaborador que aja em desacordo com a as regras de boa conduta no ambiente de trabalho.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador(a) do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e

verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade

para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.	

3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.	
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.	

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às

disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a

conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 17/2016, – Registro de Preços nº 17/2016, Pregão Presencial nº 13/2016

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2016.

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não

tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO /3/

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS, NECESSIDADE APROXIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA.

DESCRIÇÃO GERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ESPECIALIZADAS, PRESTADAS POR PESSOA/MÊS.	UND	50	1.900,00	95.000,00

PROCESSO LICITATÓRIO nº 17/2016 Página 30

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 17/2016 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

ANEXO VIII

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 17/2016 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 17/2016, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

_ (representante legal do licitante).

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de

preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS DOS SERVIÇOS GERAIS

0.1 - Remover, com pano úmido o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilho das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, e outros.

0.2 – Remover tapetes e capachos, procedendo sua limpeza.

0.3 – Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante duas vezes ao dias.

- 0.4 – Varrer os pisos de cimento ou pavimentadas interna e externamente.
- 0.5 – Limpar com saneantes domissanitário os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia.
- 0.6 – Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários quando necessário.
- 0.7 – Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições.
- 0.8 - Retirar o lixo diariamente, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-o para local indicado pela Administração.
- 0.9 - Limpar os corrimãos.
- 0.10 – Suprir os bebedouros com garrações de água mineral adquiridos pela administração.
- 0.11 – Executar demais serviços necessários a frequência diária.
- 0.12 – Limpar com produto adequado as divisórias, portas, batentes, mobiliário, forrações, balcões, espelhos, de quadros em geral, bem como os metais sanitários, registros, fechaduras e válvulas.
- 0.13 – Remover machas das paredes.
- 0.14 – Limpar, engraxar e lubrificar portas, janelas, basculantes e grades.
- 0.15 - Limpar vidros, fachadas envidraçadas (interna e externamente) quando necessário.
- 0.16 – Corte de gramados, podas de arbustos, limpeza de erva daninha em espaços internos e de taludes externos em prédios públicos e em áreas públicas do município.
- 0.17 – Limpeza geral, com a retirada de qualquer material ou inço existente nas vias públicas sempre que necessário.
- 0.18 – Efetuar capinas manuais, roçadas manuais e mecanizada.
- 0.19 – Desobstrução de bocas de lobo.
- 0.20 – Realizar pinturas de faixas viárias, meio-fio, postes e muros nas vias públicas.
- 0.21 – Realizar manutenção e instalação de tubos de drenagem pluvial em vias da cidade.
- 0.22 – Auxiliar de operador de máquinas e equipamentos em manutenção de vias (ajudante: de motoniveladora/pá carregadeira/retroescavadeira/etc).
- 0.23 – Proceder a abertura e fechamento de valas para instalação de água tratada em residências.
- 0.24 - Executar demais serviços considerados necessários ao bom desempenho do contrato.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO e SERVIÇOS GERAIS.

ANEXO XV

1.1 - O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e serviços gerais para a Sede administrativa e demais prédios e espaços públicos do município de Monte Carlo, com fornecimento de mão de obra para a sua execução.

2 - JUSTIFICATIVA

1.1 – A contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e serviços gerais se justifica pela necessidade de manter limpo e asseado o ambiente de trabalho, de estudo, ruas vias e demais espaços públicos imprescindível ao exercício das atividades desenvolvidas pela administração pública.

1.2 – A contratação de serviços de limpeza é essencial para a manutenção e recuperação de áreas públicas, visando à conservação da área externa tornando-a agradável e segura ao público usuário.

1.3 – As referidas atividades não são finalísticas da Administração Municipal, o que faz com que a mesma não possua uma estrutura de quadro de pessoal próprio que comporte a sua realização com eficácia, daí a necessidade da presente contratação.

1.4 – Mesmo que a Administração pudesse realizar tais trabalhos, deveriam ser considerados outros custos incorrentes nos controles dos mesmos, tal qual a remuneração dos servidores envolvidos, transporte, a armazenagem, as despesas decorrentes de eventuais perdas, entre outros. Além disso, a especialização da contratada pressupõe a correta qualidade necessárias à execução das atividades ora contratadas.

- 2.1 – Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações.
- 2.2 – Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.
- 2.3 – Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000.
- 2.4 – Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001.
- 2.5 – Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997.
- 2.6 – Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008 da SLTI-MPOG

3.1 – Valor mensal estimado por pessoa contratada para desenvolver de atividades de limpeza, conservação, higienização e serviços gerais é de R\$: 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

3.2 – A presente contratação será efetuada através de licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço.

4.1 – Os serviços de limpeza, conservação, higienização e serviços gerais serão contratados por posto de trabalho.

4.2 – Por posto de trabalho, entende-se um empregado.

4.3 - Os locais de prestação dos serviços são aqueles constantes no Anexo XIII, entretanto, mudanças de endereços e ou de estrutura física podem ocorrer nas unidades, situação em que se fará a respectiva adequação da prestação dos serviços a serem realizados, podendo haver interferência no valor por ventura ajustado para a atividade.

PROCESSO LICITATÓRIO 18/2016

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 14/2016 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, juntamente com o órgãos participantes, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS por pessoa jurídica o objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 14:00 horas do dia 04/MARÇO/2016 até as 13:30 horas do dia 16/MARÇO/2016. Abertura da sessão no dia 16/MARÇO/2016 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1.1 – O presente pregão tem como objeto o registro de preços para o fornecimento de MASSA ASFALTICA conforme especificações e quantidades constantes neste Edital.

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos licitados, que serão contratados, são os constantes do ANEXO VII.

2 – DA EXECUÇÃO

1.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

1.3 - A licitante vencedora efetuará entrega do objeto do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 8 (oito) dias.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

2.5 – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

2.12 – A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

3.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha

4 - DO CREDENCIAMENTO

poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma da lei.

3.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

3.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

3.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1

3.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

3.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item “5 – Proposta de Preços”, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

4.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada do produto segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade do contrato, até doze meses;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

h) havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

4.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

4.5 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

4.4.2 - Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

4.4.4 - Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

6 - DA HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - “DOCUMENTAÇÃO”

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

5.2.3 – Quanto a Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de Falência e Concordata.

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

5.4 - Quando não constar prazo de validade, será considerado válido aquele emitido em até 90 (noventa) dias que antecederem a apresentação da proposta.

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar a entrega do objeto desta licitação, na sede do município de Monte Carlo – SC sem custo adicional.

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

- 6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.
- 6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 6.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- 7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Edital e de seus Anexos.

- 7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3 – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, no contrato em cláusula específica;
- 8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.
- 8.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.
- 8.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.
- 8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.
- 8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.
- 8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.
- 8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;
- 8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.
- 8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.
- 8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.
- 8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.
- 8.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

10.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à

Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41,

§ 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – Pedido de esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de impugnação, devidamente formalizados por escrito e regularmente protocolado pelo proponente interessado perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo –SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos constantes no presente

12 – DO CONTRATO

Edital a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do contrato com duração de 12 (doze) meses.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a contrato no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

11.3 – O licitante que, convocado para assinar o contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência contratual, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e

motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

13.14 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

13.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.1 – A contratação, poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes

apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação contratual, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a

conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, com a seguinte classificação:

a) Entidade – 1 Prefeitura Municipal de Monte Carlo Órgão – 09 Secretaria Municipal de Infraestrutura Unidade – 01 Departamento de Serviços Públicos

Projeto/Atividade - 2023 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura Código Reduzido – 104

Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.0000

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da

8 – DO PAGAMENTO

licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

18.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.3 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.4 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

18.5 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

a) ANEXO I – Procuração;

b) ANEXO II – Proposta de Preços;

c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
f) ANEXO VI – Minuta do Contrato.
g) ANEXO VII – Relação da quantidade e descrição do objeto.
h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.
i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.
m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF. Monte Carlo - SC, 03 de março de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>

, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>

, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE,

NÚMERO/ANO>

, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,

interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal

e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado: _____ CEP: _____

Fone/Fax: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 30 (sessenta) dias. Prazo de validade contratual: 12 (doze) meses.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

DESCRIÇÃO GERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDAD	R\$ UNID	R\$ TOTAL
1					

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XX/2016

DAS PARTES;

De um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua , na cidade de , inscrita no C.N.P.J. sob o nº

..... , neste ato representada pelo, Sr. , portador do cpf nº doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/ Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Presencial nº 14/2016. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1 - A presente aquisição, de massa asfáltica, com as seguintes características:

ITEM	QTDADE	UND	DESCRIÇÃO
Valor Unitário R\$:			Valor Total R\$:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 8 (oito) dias.

1.2 - A contratada se obriga a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

1.3 - O recebimento do bem, mesmo que definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, característica do produto entregue, cabendo lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 - A contratante pagara a contratada pela aquisição do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: xx,xx (xxxxx).

2.2 - O pagamento será feito em favor da contratada, mediante transferência bancária da contratada até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte da emissão da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

4.2 - Realizar a entrega do objeto desta licitação, na sede do município de Monte Carlo – SC sem custo adicional.

4.3 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - Independente da transcrição, as penalidades por descumprimento das obrigações são aquelas mencionadas no Edital de origem do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial e, pelos demais motivos enumerados no art. 78 da lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA E DO PRAZO

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

9.1- O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 14/2016 na modalidade Pregão Presencial nº 18/2016

CLÁUSULA DÉCIMA – NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos a normas da Lei 8666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC,....de de 2016

MUNICIPIO DE MONTE CARLO EMPRESA

Marcos Nei Correa Siqueira Representante Legal Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Alcione Buyno:

ANEXO - VII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO**

ITEM	QTDADE	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA
01	1500	UND	<p>Massa Asfáltica, Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Recompositor de pista usinado a quente - preparado com agregados pétreos CAP 50/70 modificado por aditivo, processos e mistura não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa-buracos), que pode ser estocado por até 12 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água em períodos de chuva sem a perda da sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando a pintura de ligação, embalados em sacas de 25 kg.</p> <p>Densidade aparente da massa entre: 1,90 e 2,20 g/m³; Teor de betume: entre 5 a 6%;</p> <p>Granulometria: não inferior a 97% na peneira 3/8"; Determinação de Adesividade a Ligante Betuminoso: Resultado no mínimo satisfatório de acordo com as normas.</p>
Valor Máximo Unidade R\$: 29,50			Valor Máximo Total R\$: 44.250,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº xxxxxxxx, com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº xxxxxxxx, para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de

preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2016 FMS

ATA PREGÃO 04/2016

AO(S) 03 DE MARÇO DE 2016, ÀS 09H00MIN, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 82 DE 8 DE JANEIRO DE 2016. BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (8168), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831), LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. (14343). ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES LICISUL COMERCIAL LTDA, BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA EPP E PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI ME, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E APENAS A PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI ME SE ENQUADRADA COM ME/EPP. DANDO PROSSEGUIMENTO ABRIU O ENVELOPE DA PROPOSTA, CONSTATANDO QUE ESTAVA CORRETO. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTAS ONDE SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL. APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

O ITEN 16 FOI FRACASSADO.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

CARLA CLAUDINO - PREGOEIRA.

TATIANA ALENCAR----- EQUIPE DE APOIO.

MIROS MARIN----- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 03 DE MARÇO DE 2016.

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO 2º E 3º COLOCADO DO PREGÃO Nº 11/2016 PMN

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO 2º E 3º COLOCADO DO PREGÃO Nº 11/2016 PMN A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES CONVOCA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESAS CLASSIFICADAS EM 2º LUGAR NO PREGÃO EM EPIGRAFE: COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY), JEAN CARLOS PEREIRA NUNES – ME E INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS ZENIT LTDA – ME, VISTO QUE A EMPRESA VENCEDORA ANTERIORMENTE FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAÇÃO DOS ITENS NA FASE DE ANÁLISE DE AMOSTRAS. ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO: 07/03/2016 ÀS 16:00 HORAS NO AUDITORIO DA PREFEITURA.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FUMREBOM --- RETIFICADO ---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FUMREBOM

--- Retificado ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM TIPO FURGÃO (TRANSFORMADO EM AMBULANCIA) PARA SER UTILIZADO PELAS GUARNIÇÕES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DA 2º COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO

MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/03/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 16/03/2016 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 3 de março de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COTAÇÃO, DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, NACIONAIS E INTERNACIONAIS E HOSPEDAGEM/RESERVAS DE HOTEL PARA AS SECRETARIAS DO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/02/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 16/02/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 2 de março de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS.- 2º E 3º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 -PMN,

ASSUNTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/S INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, AMOSTRAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº11/2016 –PMN REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2016.

CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS.-2º e 3º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 -PMN, CONFORME SEGUE.

ITENS	COLOCADO	
1	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	
19	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	
27	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	
28	P2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME	
29	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	
31	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	

35	LUIZ FERNANDO SEBOLD ME	
36	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	

NAVEGANTES/SC 03 DE MARÇO DE 2016.

CONVOCAÇÃO

Navegantes, 03 de março de 2016

Ilma Sra
MARLENE TERESINHA DE ARAZAO(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

CONVOCAÇÕES

Navegantes, 03 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).
Alice Kiyoko Cidreira

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2015, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.
Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

Navegantes, 03 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).
Abelardo Pereira dos Santos
Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2015, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.
Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística
Navegantes, 03 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).

Cristiano Bublits

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2015, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.
Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

Navegantes, 03 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).

Patricia Hering Emílio Rebello

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2013, para o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.
Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

Navegantes, 03 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).

Jennifer Rohde

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2013, para o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.
Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

Navegantes, 03 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).

Jennifer Rohde

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2013, para o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

Navegantes, 02 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).

Nayara Caroline Leachenski

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2014, para o cargo de PROFESSORA DE GEOGRAFIA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

CONVOCAÇÕES

Navegantes, 03 de março de 2016

Ilma Sra

VALESKA ALLIEVI RODRIGUES DE VARGAS (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do CONCURSO de Nº 001/2015, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do concurso publico.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 03 de março de 2016

Ilma Sra

RAFAEL SILVA DE AVILA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do CONCURSO de Nº 001/2015, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado

implicará na perda automática da vaga do concurso publico.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística
Navegantes, 02 de março de 2016

Ilma Sra

JOSIANE ALVES DA ROSA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do CONCURSO de Nº 001/2015, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do concurso publico.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 02 de março de 2016

Ilma Sra

ADEMIR MATHES (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO de Nº 001/2015, para o cargo de MOTORISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística
Navegantes, 02 de março de 2016

Ilma Sra

THAMARA GARCIA DEL MIR (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO de Nº 005/2014, para o cargo de PSICOLOGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,
Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

DECRETO Nº 22 DE 03/03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ: 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 22 DE 03 DE MARÇO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 1.700.000,00 (Hum Milhão e Setecentos Mil Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 33600 – Superávit Financeiro/2015 – Recursos do Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 1.019 – Programa Escola Nova – Ensino Fundamental
242 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 473.000,00
12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – Ensino Infantil
241 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 816.000,00
12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação EF
243 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 411.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de Março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 24 DE 03/03/2016

DECRETO Nº 24 DE 03 DE MARÇO DE 2016
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PMAT – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso IV, do art. 18, da Lei Municipal nº 3057 de 08/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.948.729,50 (Hum Milhão, Novecentos e Quarenta e Oito Mil, Setecentos e Vinte e Nove Reais e Cinquenta Centavos), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Fonte de Recursos: 18300 – Operações de Crédito Internas – Outros Programas
31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
01 - Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
04.123.0062 - 1.091 - Programa de Modernização Administrativa e Tributária - PMAT
214 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 1.948.729,50

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 2533 de 02/12/2011.

§ 1º - Os saldos da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo, que não forem liberados durante o exercício, deverão ser incorporados na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de Março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO ATA DE REGISTRO FMS 85/2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 085/2015.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 085/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 085/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CONFORME A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS - REMUME, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.
FORNECEDOR: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 77.924,98 (setenta e sete mil novecentos e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos)
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 52.092,45 (cinquenta e dois mil e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos)

FORNECEDOR: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 189.918,58 (cento e oitenta e nove mil novecentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos)

FORNECEDOR: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 29.059,41 (vinte e nove mil e cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos)

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 78.329,55 (setenta e oito mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 253.629,32 (duzentos e cinquenta e três mil seiscentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos)

FORNECEDOR: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 116.682,40 (cento e dezesseis mil seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 92.993,45 (noventa e dois mil novecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos)

FORNECEDOR: M.M. - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

VALOR TOTAL: R\$ 28.909,84 (vinte e oito mil novecentos e nove reais e oitenta e quatro centavos)

FORNECEDOR: MEDILAR IMP. DISTR. PRODUTOS MÉDICO HOSPIT. LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 36.472,60 (trinta e seis mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta centavos)

FORNECEDOR: LICIMED DISTR.MED MAT MED HOSP LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 12.847,60 (doze mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos)

FORNECEDOR: WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 81.514,20 (oitenta e um mil quinhentos e quatorze reais e vinte centavos)

FORNECEDOR: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 43.529,90 (quarenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa centavos)

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

VALOR TOTAL: R\$ 15.841,30 (quinze mil oitocentos e quarenta e um reais e trinta centavos)

Vigência: 12 meses

A Ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Prefeitura Municipal de Navegantes.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2016.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 11/2016

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 11/2016 – REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, PARA O ANO LETIVO DE 2016.

EMPRESA LICITANTE: FAFES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

ITEM 06 – BISCOITO DOCE SABOR LEITE - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 35 – MACARRÃO PARAFUSO - De acordo com as especificações, o produto não atende ao requisitado em edital, pois trouxe

amostra de 500 gramas, enquanto solicitado era 1 kg.

EMPRESA LICITANTE: COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

ITEM 01 – AÇAFRÃO EM PÓ - Não apresentou amostra.

ITEM 29 – LEITE A BASE DE SOJA SABOR NATURAL - Não apresentou amostra.

ITEM 33 – MACARRÃO DE ARROZ TIPO PARAFUSO - Não apresentou amostra.

EMPRESA LICITANTE: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP

ITEM 07 – BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 10 – CANELA EM PÓ - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 11 – CHÁ DE CAMOMILA - De acordo com as especificações, o produto atende não ao requisitado em edital, pois apresentou amostra de 15 gramas, enquanto o solicitado foi de no mínimo 100 gramas.

ITEM 12 – CHÁ DE ERVA DOCE - De acordo com as especificações, o produto atende não ao requisitado em edital, pois apresentou amostra de 15 gramas, enquanto o solicitado foi de no mínimo 100 gramas.

ITEM 14 – COOKIE DIET SABOR CHOCOLATE - De acordo com as especificações, o produto atende não ao requisitado em edital, pois apresentou amostra de sabor amêndoa com castanha de caju e castanha do Pará.

ITEM 15 – COOKIE SEM GLÚTEN SABOR CHOCOLATE - De acordo com as especificações, o produto atende não ao requisitado em edital, pois apresentou amostra de sabor amêndoa com castanha de caju e castanha do Pará

ITEM 16 – DOCE DE FRUTA SABOR ABACAXI - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 17 – DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 16 – DOCE DE FRUTA SABOR UVA - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 20 – FARINHA DE MILHO PRÉ-COZIDA - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 21 – FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 22 – FARINHA DE MANDIOCA - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 23 – FARINHA LÁCTEA - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 24 – FEIJÃO CARIOCA - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 25 – FEIJÃO PRETO - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 26 – FERMENTO BIOLÓGICO - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 30 – LEITE A BASE DE SOJA SABOR CHOCOLATE - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 32 – MACARRÃO CABELO DE ANJO COM OVOS - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 34 – MACARRÃO LETRINHAS COM OVOS - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 39 – ÓLEO DE SOJA - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 40 – ORÉGANO DESIDRATADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 42 – PUDIM DIET - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 43 – SAL REFINADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 44 – SUCO NATURAL INTEGRAL SABOR ABACAXI - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 46 – VINAGRE DE ÁLCOOL - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

EMPRESA LICITANTE: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRILLI ME

ITEM 03 – ACHOCOLATADO DIET - Não apresentou amostra.

EMPRESA LICITANTE: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

ITEM 13 – COLORÍFICO - Não apresentou amostra.

ITEM 19 – ERVILHA SECA PARTIDA - Não apresentou amostra.

ITEM 36 – MACARRÃO PARAFUSO TRICOLOR - Não apresentou amostra.

ITEM 45 – SUCO NATURAL INTEGRAL SABOR UVA - De acordo com as especificações, o produto não atende ao requisitado em edital, pois não apresenta a diluição exigida em edital.

EMPRESA LICITANTE: JJ MATTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA

ITEM 09 – CAFÉ TORRADO E MOÍDO - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

EMPRESA LICITANTE: LICISUL COMERCIAL LTDA ME

ITEM 04 – AÇÚCAR REFINADO ESPECIAL - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 08 – BISCOITO SEM LEITE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 31 – LEITE SEM LACTOSE - Não apresentou amostra.

ITEM 37 – MARGARINA - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 41 – PUDIM SEM LEITE - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

EMPRESA LICITANTE: P2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

ITEM 38 – MINGAU MULTICEREAIS - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

EMPRESA LICITANTE: NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA EPP

ITEM 02 – ACHOCOLATADO EM PÓ - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 05 – AVEIA EM FLOCOS FINOS - De acordo com as especificações, o produto atende ao requisitado em edital.

ITEM 27 – FERMENTO QUÍMICO - De acordo com as especificações, o produto não atende ao requisitado em edital, pois trouxe amostra em pacote, enquanto o solicitado é lata.

ITEM 28 – FLOCOS DE MILHO - De acordo com as especificações, o produto atende não ao requisitado em edital, pois trouxe amostra de 200 gramas e o produto apresenta açúcar na composição.

PARECER TÉCNICO:

FERNANDA SOUZA TOMÉ DA SILVA - NUTRICIONISTA – CRN-10: 2233

JÚLIA GRAZIELA LEDRA BORTOLUZZI - NUTRICIONISTA – CRN-10: 1492

SANDRA MARIA PEREIRA - NUTRICIONISTA – CRN-10: 0275

SUZANA TIEMI MORAIS - NUTRICIONISTA – CRN-10: 5247

PORTARIA 452/2016 - COMISSÃO AVALIAÇÃO PROGRESSÃO VERTICAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 452 DE 02 DE MARÇO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 072/2010.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão para Avaliação do Processo de Progressão Vertical – Promoção por Titulação (Alteração de Nível), aos Ocupantes do Cargo Efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, cujos nomes são os seguintes:

- a) Gislene Rodrigues – (Secretaria Municipal de Educação)
- b) Graziela Cristiane Correa – (Supervisora)
- c) Ana Lucia Santos Coelho – (Secretaria Municipal de Educação)
- d) Nerozilda Pinheiro Ferreira – (Secretaria Municipal de Educação)
- e) Patricia Duarte Cidral – (Secretaria Municipal de Educação)
- f) Fabrícia Gisele Pereira – (Professora)

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**LICITAÇÃO 001-2016 - PREGÃO PRESENCIAL 001-2016 - ERRATA Nº 02**

SEGUNDA ERRATA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2016, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº001/2016, PREGÃO PRESENCIAL N.001/2016, TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO. ONDE SE LÊ:

EM TODO O EDITAL, licitacao@cvnavegantes.sc.gov, deve-se ler [licitação@cvnavegantes.sc.gov.br](mailto:licitacao@cvnavegantes.sc.gov.br)

Justifica-se nos termos do parágrafo 4º do artigo 21 da lei 8.666/93, que a presente alteração acima, não afeta a formulação das propostas, vez que o poder-se-ia também fazer contato pelo telefone divulgado no edital, motivo pelo qual os prazos estabelecidos anteriormente no edital continua valendo.

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

JUSTIFICATIVA:

Que a empresa preste serviço com a disponibilização de um Técnico de Som para sessões Ordinárias e Extraordinárias, para eventos próprios na sede Câmara ou fora dela ou de terceiros na sede, que a empresa prestadora de serviço deverá apresentar a qualificação técnica do Técnico de Som através de certificados do mesmo, para comprovar sua habilidade profissional, para tanto é exigido à comprovação mínima através de certificados, dos quais comprove que o Técnico de Som possui treinamento para (CONSOLES DIGITAIS; TÉCNICA EM SONORIZAÇÃO E CURSO DE ÁUDIO). Justifica-se a contratação de empresa especializada em Serviço de Som com a disponibilidade de um Técnico de Som, vez que a sessão legislativa é a atribuição principal da Câmara de vereadores; que sem o equipamento de som não há como haver a sessão legislativa, principalmente quando há público no plenário; que sem o equipamento de som não há como transmitir ou ainda gravar as sessões; que para operar o equipamento de som é necessário o serviço de técnico de som; que a Lei que estabelece a organização administrativa, dos servidores públicos da câmara de vereadores do município de Navegantes, não prevê o cargo de técnico de som, seja ele em provimento comissionado ou efetivo; que o ano legislativo iniciou em 01 de fevereiro de 2016 e vai até dezembro de 2016.

FUNDAMENTAÇÃO:

A presente Licitação, a qual fora autorizada por meio do Processo Administrativo nº001/2016, será regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, e LC N.147/2014 com aplicação subsidiária da lei federal N. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas constantes deste Edital e legislação aplicável à espécie.

LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Câmara Municipal de Navegantes/SC e demais outros locais a serem definidos.

EXIGÊNCIA FUNDAMENTAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa que vier participar do certame licitatório para atender ao objeto deste projeto básico deverá ter funcionário com certificados de curso de áudio, curso de treinamento em consoles digitais e curso de técnicas de sonorização

Os profissionais indicados pelo Contratado para fins da comprovação prevista deverão participar do serviço objeto desta Licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

A empresa vencedora do Pregão indicará a equipe técnica disponível para realizar o serviço objeto dessa licitação e caso necessário, a critério do Pregoeiro, seus profissionais realizarão uma prova técnica para comprovar seu conhecimento no manuseio no equipamento disponível na Câmara Municipal de Navegantes (Ex: mesa de som digital, amplificador, microfones, caixas de som, etc).

OBJETO:

Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, conforme especificações abaixo:

1. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ

1.1 - Disponibilizar um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como

também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, bem como das despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe e demais despesas correlacionadas em eventos em outros locais;

1.2 – Comprometer-se a iniciar os serviços na data acordada, constantes da Ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE;

1.3 Os equipamentos de sonorização são de propriedade da Câmara Municipal de Navegantes e deverão ser montados e testados com, no mínimo, 2 horas de antecedência da realização do evento.

1.4 - A empresa prestadora do serviço deverá ser responsável pela guarda e cobertura dos equipamentos contra intempéries;

1.5 - Executar todos os serviços e instalações de acordo com as especificações e demais elementos técnicos, obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT, das Concessionárias de Serviços Públicos e Normas de Segurança;

1.6 – Todo o local de montagem deverá ser sinalizado de acordo com as normas de segurança;

1.7 – Durante todo o período do CONTRATO (montagem / evento / desmontagem) o Responsável Técnico, deverá estar presente no local, bem como deverá portar o telefone móvel, com DDD de Navegantes, e estar com o mesmo sempre acessível, a fim de sempre atender as solicitações;

1.8 – Estão a encargos do responsável Técnico:

1.9.1 – Montagem e teste do equipamento necessário para o evento;

1.9.2 – Desligar e desmontar, se necessário, o equipamento necessário para o evento;

1.9.3 – Efetuar a manutenção, reparos de menor complexidade e conservação do equipamento disponibilizado;

1.9.4 – Informar ao responsável pelo contrato na Câmara Municipal de Navegantes qualquer troca ou reparo que deva ser feito no equipamento para o mesmo tomar as providências necessárias;

2. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços a serem contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos a ser indicado pelo Presidente do Legislativo.

A Câmara Municipal de Navegantes reserva o direito de realizar vistorias no local onde os produtos serão manipulados, sem aviso a empresa contratada.

A fiscalização no local do evento deverá ser efetuada através de vistorias que ocorrerão, a qualquer tempo antes do evento.

A Câmara Municipal de Navegantes se reserva o direito de, a seu critério, acompanhar, fiscalizar e auditar a execução dos serviços prestados, nos aspectos técnico, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, através de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.

3. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 A empresa ganhadora será responsável por todo serviço objeto desta licitação, para atender as demandas dos eventos da Câmara Municipal de Navegantes até o final do contrato.

3.2 Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

a) ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:

- salários;

- encargos previdenciários;

- seguros de acidente;

- taxas, impostos e contribuições;

- indenizações;

- vales-refeição;

- vales-transporte; e

- outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas em Lei;

b) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações trabalhistas, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

c) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do CONTRATANTE;

d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

e) Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício;

f) Manter, ainda, os seus empregados devidamente identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE ou ao interesse do Serviço Público;

g) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nas alíneas b, c e d não transfere à Administração a responsabilidade pelos seus pagamentos, nem poderá onerar o objeto Contratado.

4. DA COTAÇÃO

· Para o preenchimento da Planilha Cotação de Preços, o interessado deverá apresentar:

I – Os valores unitários para cada mês;

II – O valor global, que deverá ser obtido pela soma dos valores pelo período de 12 meses.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de vigência do contrato será de doze meses o qual poderá ser prorrogado a critério do órgão solicitante e de acordo com o Art. 57

da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato do contrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

· A fatura aprovada deverá ser enviada, em até 05 (cinco) dias, ao setor da Contabilidade e Financeiro, para pagamento mensal em até 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação da mesma. (A administração tem até 30 dias para pagar).

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- Deverão ser observadas, por parte da empresa contratada, todas as obrigações complementares para a execução dos serviços;
- Após a prestação dos serviços, a empresa contratada deverá enviar ao setor da Contabilidade e Financeiro a fatura correspondente para conferência e aprovação;
- A fatura não aprovada deverá ser devolvida à empresa contratada com as respectivas informações para as correções necessárias;
- Todos os produtos/serviços solicitados deverão obedecer às normas de segurança impostas pelos Órgãos de Controle correspondentes.
- A CONTRATADA deverá manter o local dos serviços, além da equipe técnica, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas custas além do controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços, a segurança necessária à perfeita execução dos serviços, no tocante aos objetos e materiais instalados no local da prestação dos serviços.
- A empresa vencedora deverá comprometer-se em cumprir todos os prazos e demais orientações fornecidas pela CONTRATANTE.
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade.
- Responder por danos, bens materiais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a CONTRATANTE e/ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade.

8. DA DOTACAO ORCAMENTARIA

As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária próprias a seguir especificada:

Despesas: 2- 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00-Aplicações diretas.

Complemento de Elemento - 3.3.90.39.79.00.00.00-Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

ANEXO II – MINUTA DE CREDENCIAMENTO

Pregão Presencial nº: 001/2016

Processo nº 001/2016

PROCURAÇÃO

A _____ CNPJ/MF n.º _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente Instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Câmara Municipal de Navegantes (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial n.º 001/2016, Processo nº 001/2016, da Câmara Municipal de Navegantes (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpor-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo, ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Local, data e assinatura.

- 1) RECONHECER FIRMA(S).
- 2) Anexar cópia da carteira de Identidade

ANEXO III

MINUTA DE DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Pregão Presencial nº: 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ/MF n.º _____, sediada na _____ vem declarar, sob as penas da Lei, que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, da Câmara Municipal de Navegantes e que não pesa contra si declaração de inidoneidade

expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Navegantes, _____ de _____ 2016.

Nome da Empresa: _____

Representante Legal: _____

Cargo: _____

Identificação do Declarante

Obs: Transcrever o modelo (anexo) para papel timbrado da empresa do licitante.

ANEXO IV

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ/MF nº _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Navegantes, _____ de _____ 2016.

Nome da Empresa: _____

Representante Legal: _____

Cargo: _____

Identificação do declarante

Obs: Transcrever o modelo (anexo) para papel timbrado da empresa do licitante.

ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

Pregão Presencial nº: 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ/MF n.º _____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial nº 001/2016, Processo nº 001/2016.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

Obs: Transcrever o modelo (anexo) para papel timbrado da empresa do licitante

ANEXO VI

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Declaramos, para efeito da licitação em epígrafe, conforme disposto em seu respectivo Edital e em seus anexos, que indicamos, o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) a seguir nomeado, caso consigamos vencer a referida licitação:

Nome:	
Cargo:	
Cursos Realizados:	

Nome:	
Cargo:	
Cursos Realizados:	

Nome:	
Cargo:	
Cursos Realizados:	

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(is) técnico(s) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com vinculação junto à empresa, conforme as leis trabalhistas vigentes.

(Local), de de 2016.

(carimbo, nome e assinatura do Responsável Legal)

(carteira de identidade, número e órgão emissor)

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2016

PROCESSO N° 001/2016

Aos dias do mês de de 2016, na sede da Câmara Municipal de Navegantes, são registrados os preços para eventual contratação de empresa especializada em operação, manutenção, montagem e desmontagem de som para atender as demandas provenientes dos eventos da CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES em decorrência dos eventos por ela realizados, conforme Termo de Referência (Anexo I), deste Edital, acordados entre a Câmara Municipal de Navegantes e as empresas abaixo identificadas, conforme resultado do Pregão Presencial nº 001/2016 para Sistema de Registro de Preços.

O objeto deste certame deverá ser executado, de forma parcelada, de acordo com o Calendário Permanente de Atividades da Câmara Municipal de Navegantes, na cidade de Navegantes, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

O presente Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

Item	Especificação	Quantidade	Valor
1	Técnico de Sonorização	1	

Empresa vencedora:

Navegantes, ____ de _____ de 2016.

JOSÉ JOÃO DE SOUZA
PREGOEIRO

EMPRESA VENCEDORA
REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

CONTRATO:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC E A EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO NA FORMA ABAIXO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, entidade de direito público interno, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro – Navegantes/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.551.531/0001-08, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Presidente do Legislativo, Sr. ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade N. 2.294.800 SSP/SC e do CPF N. 683.382.449-53, residente e domiciliado na cidade de Navegantes - SC, e do outro lado, a empresa _____, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____

_____, com sede na Rua _____, nº _____, no Bairro _____, nesta cidade, representada neste ato pelo Sr. _____, brasileiro, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, nesta cidade, celebram o presente Instrumento, com observância estrita de suas cláusulas, que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de Direito Público, além dos especificadamente previstos nas Leis 10.520/2002 e 8.666/1993, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, Licitação tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço e Técnica, conforme Termo de Referência (Anexo I), deste Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os acréscimos não previstos na caracterização do objeto contido nesta cláusula, e necessários ao seu fiel cumprimento, só serão efetivados com base em Relatório da CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização do Presidente do Legislativo, sob pena de nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

DA MODALIDADE/ FORNECIMENTO/ REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A modalidade de que trata este Contrato é a da prestação de serviço de Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com execução direta não podendo sub empreitar, sendo o serviço cobrado Mês a Mês pelo período de 12(doze) meses.

DO PREÇO/ CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço de R\$

§ 1º: A Contratante pagará a Contratada o preço a que alude esta cláusula até o trigésimo dia após a emissão da Nota Fiscal, mediante a apresentação da mesma, com o devido atesto do servidor responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da adjudicatária, por ordem bancária, até quando deverão ser mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação.

§ 2º: Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a atualização financeira.

DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do contrato será 12(doze) meses a contar assinatura do presente, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE e de acordo com o inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato do contrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CONDIÇÕES DE ENTREGAS/ EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA QUINTA: Os serviços deverão ser executados nos prazos e condições estabelecidos de acordo com o Termo de Referência (anexo I) do Edital.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SEXTA: Executado este instrumento pela CONTRATADA, seu objeto não será recebido pelo CONTRATANTE, conforme inciso II do artigo 74, da Lei nº 8.666/93.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros necessários ao custeio de execução deste Contrato correrão à Conta das Dotações Orçamentárias especificadas no item 9 do Edital.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA: O regime jurídico deste Contrato confere a CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no art. 58 da Lei nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA: Constitui obrigação da CONTRATANTE, além da constante do art. 66 da Lei nº. 8.666/93, a comunicação, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes à liquidação da despesa deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: São conferidos à CONTRATADA os direitos relacionados nos arts. 59, 79, § 2º e 109 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Constituem obrigações da CONTRATADA, as constantes dos artigos 55, inciso XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei nº 8.666/93. Constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA efetuar a prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos quantitativos definidos pela CONTRATANTE, na forma especificada no Anexo I do Edital, e com antecedência mínima de 2 horas entre o término da montagem e testes e a realização do evento, bem como comunicar à Câmara Municipal de Navegantes, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente que impeça a consecução do objeto contratado, prestando os esclarecimentos que julgar necessários.

DA FISCALIZAÇÃO/ ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A execução do presente instrumento será acompanhada e fiscalizada pelo Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Navegantes contratante, especialmente designado pelo Presidente do Legislativo, admitida a participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

DAS ALTERAÇÕES / PRORROGAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, formalizadas previamente por termo aditivo, que passará a integrar este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente contrato, celebrado em decorrência do Pregão Presencial sob o nº 001/2016, poderá ser prorrogado, à critério da Câmara Municipal de Navegantes, tendo em vista as disposições constantes do art. 57, da Lei 8.666/93, assim como também receberá reajuste anual, na data de seu aniversário pela variação do IPCA.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pela infringência de qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como do artigo 81 da Lei nº. 8.666/93, e, notadamente, quando no atesto do objeto deste Contrato pela CONTRATANTE verificarem-se incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, A CONTRATANTE aplicará multa contratual à CONTRATADA correspondente a 10% (dez por cento) do preço deste Contrato, podendo ainda aplicar qualquer das sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, assegurada a prévia defesa.

§ 1º: Decorrido o prazo de defesa sem que a CONTRATADA se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, a mesma será notificada a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação pela autoridade competente.

§ 2º: Uma vez recolhida à multa de que trata esta cláusula e, na hipótese de vir a CONTRATADA lograr êxito em recurso que apresentar, a CONTRATANTE devolverá a quantia recolhida, em prazo idêntico ao concedido à CONTRATADA.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, notadamente as constantes dos artigos 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas neste instrumento.

DA LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O presente instrumento contratual foi celebrado em decorrência do Processo Administrativo nº 001/2016, Pregão Presencial 001/2016, homologado pelo Presidente do Legislativo em ____ de ____ de ____.

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Faz parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes:

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As partes aqui designadas elegem como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Instrumento o Foro da cidade de Navegantes, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº. 8.666/93.

Navegantes, de de 2016.

Alício Jacob Ricobom Filho
Câmara Municipal de Navegantes
CONTRATANTE

Nome completo
Cargo e nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)
NOME:
CPF.:

2)
NOME:
CPF.:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**REPUBLIÇÃO HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO Nº 001/2015 NAVEGANTESPREV**

REPUBLIÇÃO HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO Nº 001/2015 NAVEGANTESPREV

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

PORTARIA N º 56/2016

Portaria de Homologação do Resultado Final do Concurso Público – Edital 001/2015, para provimento de cargo do quadro de Pessoal do NavegantesPREV – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes (Lei Complementar Municipal nº. 206/2014).

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 99/2011 e nº 152/2012.

RESOLVE:

I HOMOLOGAR o resultado final para os candidatos devidamente aprovados no concurso público edital nº 001/2015. Informando para tal, a inscrição, o nome, a pontuação e a classificação final no Concurso, assim relacionados:

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Navegantes, 04 de março de 2016.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICAÇÃO FINAL

Motorista Ensino Médio												
CLASS.	Número Inscrição	Data Nascimento	Candidato	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota Prova Teórica		
				ACERTOS	VALOR QUESTÃO	NOTA	ACERTOS	VALOR QUESTÃO	NOTA	ACERTOS	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1	271930	25/12/1982	Anderson Xavier	10	0,20	2,00	21	0,28	5,88	31	7,88	APROV.
2	273337	23/03/1982	Edison De Souza Brasil Junior	12	0,20	2,40	19	0,28	5,32	31	7,72	APROV.
3	248959	19/07/1983	Emmanuel Alberton Benvenutti	11	0,20	2,20	18	0,28	5,04	29	7,24	APROV.
4	274158	13/05/1967	Luciano Damazio de Miranda	9	0,20	1,80	19	0,28	5,32	28	7,12	APROV.
5	261541	27/10/1979	Marcio Junior da Silva Muller	11	0,20	2,20	17	0,28	4,76	28	6,96	APROV.
6	272347	23/01/1973	Leandro Pinto de Lima	9	0,20	1,80	18	0,28	5,04	27	6,84	APROV.
7	271773	04/11/1992	Gessica Prissila Ortega da Silva	10	0,20	2,00	16	0,28	4,48	26	6,48	APROV.
8	262685	22/04/1986	Gabriel Antonio Rebel Junior	7	0,20	1,40	18	0,28	5,04	25	6,44	APROV.
9	262477	05/11/1987	Moises Simplicio da Silva	14	0,20	2,80	13	0,28	3,64	27	6,44	APROV.
10	271981	25/03/1981	Fernanda Marinho Daniel Augusto	8	0,20	1,60	17	0,28	4,76	25	6,36	APROV.
11	253655	15/07/1992	Josiel de Souza	9	0,20	1,80	16	0,28	4,48	25	6,28	APROV.
12	257523	15/10/1979	Helio Jose Hess	6	0,20	1,20	18	0,28	5,04	24	6,24	APROV.
13	268826	04/12/1986	Helosman Sa Leitaio Lopes Ribeiro	13	0,20	2,60	13	0,28	3,64	26	6,24	APROV.
14	273474	11/09/1964	Ademir Albino	9	0,20	1,80	15	0,28	4,20	24	6,00	APROV.
15	273201	02/04/1982	Adriano Bressanini	9	0,20	1,80	15	0,28	4,20	24	6,00	APROV.
16	247853	15/03/1992	Mateus Carlesso Pinto	10	0,20	2,00	14	0,28	3,92	24	5,92	APROV.
17	249007	09/10/1982	Vladimir Aleksei Mendonca Carvalho	7	0,20	1,40	16	0,28	4,48	23	5,88	APROV.
18	248884	31/03/1976	Carlos Cezar Matias de Lima	7	0,20	1,40	15	0,28	4,20	22	5,60	APROV.
19	273459	16/01/1983	Andre Reinert	15	0,20	3,00	9	0,28	2,52	24	5,52	APROV.
20	263427	11/09/1985	Jean Maragno	7	0,20	1,40	13	0,28	3,64	20	5,04	APROV.
21	261535	10/01/1961	Joani Luiz Mariano	5	0,20	1,00	14	0,28	3,92	19	4,92	REPRO.

Nova Trento

PREFEITURA

PROCESSO 022/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 022/2016 – Pregão Presencial nº 018/2016

Objeto: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de Oxigênio Medicinal, Óxido Nitroso Medicinal e Nitrogênio, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme condições, especificações e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 17/03/2016 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Edital de Licitação nº 023/2016

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Trento/SC, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas Organizações, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, considerando o disposto no artigo 21 da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 38/2009. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser retirado na EPAGRI do município, sito à Rua Nereu Ramos, nº 97, Centro, Nova Trento/SC. Quanto a documentação de Habilitação e o Projeto de Venda, estes deverão ser entregues na Prefeitura até o dia 21/03/2016, ficando designado para abertura o dia 21/03/2016 às 14:30 horas na sala do setor de compras da Prefeitura, sito à Praça del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267-3213 ou através do site: www.novatrento.sc.gov.br - compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 1/8

Processo Nº.: 12/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2016**

No dia 3 do mês de Março do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2016, Processo Licitatório nº. 12/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE PREGÃO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10194	F. VACHILESKI & CIA LTDA	4, 5, 6, 13, 16
9673	FM PNEUS LTDA	3, 7, 10, 12, 17, 21
9094	RB - RECAPAGENS BLUMENAU LTDA.	8, 9, 11, 19
9672	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP	1, 2, 14, 15, 18, 20

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	CHARLES GOEDE	636.258.819-34
FM PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	RODRIGO PEZZINI	043.148.349-35
RB - RECAPAGENS BLUMENAU LTDA.	07.564.353/0001-63	ROGERIO JAMYR BELOTTO	148.368.409-10
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP	82.989.096/0001-27	SIMONE PATRICIA KLOPPLE NICOLLO	891.765.459-20

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
O OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE PREGÃO.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9094 - RB - RECAPAGENS BLUMENAU LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	RECAPE DE PNEU 1400/24 - 12 L	UND	VIPAL	32,000	1.195,0000	38.240,00
9	RECAPE PNEU 14.9-24 - 12 LONAS	UND	VIPAL	2,000	900,0000	1.800,00
11	RECAPE DE PNEU 16.9 X 28 - 10L	UND	VIPAL	2,000	1.800,0000	3.600,00
19	RECAPE PNEU 1400/24-12 LONAS	UND	VIPAL	32,000	1.195,0000	38.240,00
Fornecedor: 9672 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPE DE PNEU 750/16	UND	RUZZI	4,000	309,0000	1.236,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 2/8
 Processo Nº.: 12/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

Fornecedor: 9672 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAPE DE PNEU 18.4.30 - 10 LONAS - TRATOR AGRICOLA G. MÉDIA	UND	RUZZI	4,000	1.610,0000	6.440,00
14	RECAPE PNEU 275/80 R22.5 - BORRACHUDO	UND	RUZZI	34,000	540,0000	18.360,00
15	RECAPE PNEU 225/75 R16/LISO/BORRACHUDO	UND	RUZZI	12,000	354,0000	4.248,00
18	RECAPE PNEU 12.4-24, GARRA MÉDIA (TRATOR)	UND	RUZZI	4,000	705,0000	2.820,00
20	VULCANIZAÇÃO-PNEU MAQ. PESADAS	UND	RUBBERNEV	10,000	355,0000	3.550,00

Fornecedor: 9673 - FM PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAPE PNEU 10.5/65 R16	UND	VIPAL	6,000	545,0000	3.270,00
7	RECAPE PNEU 1000X20 - BORRACHUDO	UND	VIPAL	40,000	570,0000	22.800,00
10	RECAPE PNEU 18.4-34 - 18 LONAS	UND	VIPAL	2,000	1.680,0000	3.360,00
12	RECAPE PNEU 10.5/80 - R18 FRISADO	UND	VIPAL	2,000	630,0000	1.260,00
17	RECAPE PNEU 1000X20 TG85-BORRACHUDO	UND	VIPAL	20,000	513,0000	10.260,00
21	VULCANIZAÇÃO - PNEU ONIBUS, CAÇAMBA, LIXO, MICRO	UND	VIPAL	10,000	150,0000	1.500,00

Fornecedor: 10194 - F. VACHILESKI & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	RECAPE DE PNEU 19.5 L 24	UND	VIPAL	10,000	1.618,0000	16.180,00
5	RECAPE PNEU 12.5/80-18-10 LONAS FRISADO	UND	VIPAL	4,000	818,0000	3.272,00
6	RECAPE PNEU 12.5/80-18 - 10 LONAS (GARRA TER)	UND	VIPAL	6,000	826,0000	4.956,00
13	RECAPE PNEU 11R 22.5 - BORRACHUDO	UND	VIPAL	12,000	585,0000	7.020,00
16	RECAPE PNEU 215/75 R17.5-LISO/BORRACHUDO	UND	VIPAL	12,000	385,0000	4.620,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/8
Processo N°: 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/8
Processo Nº.: 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 5/8
Processo Nº.: 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/8

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 12/2016**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 7/8
Processo Nº.: 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 8/8
Processo Nº.: 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 3 de Março de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

F. VACHILESKI & CIA LTDA

CNPJ: 93.388.031/0001-42

FM PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0001-49

RB - RECAPAGENS BLUMENAU LTDA.

CNPJ: 07.564.353/0001-63

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP

CNPJ: 82.989.096/0001-27

SAMAE - Nova Trento**CONTRATO Nº 00021/2016 -INFANTARIA COMERCIAL LTDA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Numero do Empenho: 78/2016
Valor: 1.586,00(Hum mil quinhentos e oitenta e seis reais)
Forma de Pagamento: 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E HOMOLOGAÇÃO MARÇO/2016

Contrato: INFANTARIA COMERCIAL LTDA -ME
CNPJ: 20.795.155/0001-79
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2016
Processo: 3/2016
Número do Contrato: Nº 00021/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 01/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:04/03/2016
Vigência: 01/03/2016 a 31/05/2016
Dotação Orçamentária : 13.01.17.512.0004
2.035.3.3.90.00.00.00.00.00
Numero do Empenho: 77/2016
Valor: 23.287,26(Vinte e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00022/2016 - SANEMARCK COM. E IND. DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI -ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E HOMOLOGAÇÃO MARÇO/2016

Contrato: SANEAMARCK COM. E IND. DE MAT. HIDRAULICOS LTDA ME
CNPJ: 08.164.724/0001-82
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2016
Processo: 3/2016
Número do Contrato: Nº 00022/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 01/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:04/03/2016
Vigência: 01/03/2016 a 31/05/2016
Dotação Orçamentária : 13.01.17.512.0004
2.035.3.3.90.00.00.00.00.00

CONTRATO Nº 00023/2016 -VIA D'AGUA COM. PROD. MEDIAÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E HOMOLOGAÇÃO MARÇO/2016

Contrato: VIA D'AGUA-COM. PROD. MEDIÇÃO HIDRAULICA SANEAM. LTDA
CNPJ: 16.637.264/0001-90
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2016
Processo: 3/2016
Número do Contrato: Nº 00023/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 01/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:04/03/2016
Vigência: 01/03/2016 a 31/05/2016
Dotação Orçamentária : 13.01.17.512.0004
2.035.3.3.90.00.00.00.00.00
Numero do Empenho: 79/2016
Valor: 1.497,00(Hum mil quatrocentos e noventa e sete reais)
Forma de Pagamento: 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00024/2016 - LÉA LOUREIRO EPP - HIDRO VALVULAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E HOMOLOGAÇÃO MARÇO/2016

Contrato: LÉA LOUREIRO EPP- HIDRO VALVULAS
CNPJ: 04.338.351/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2016
Processo: 3/2016
Número do Contrato: Nº 00024/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS

PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 01/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2016
Vigência: 01/03/2016 a 31/05/2016
Dotação Orçamentária : 13.01.17.512.0004
2.035.3.3.90.00.00.00.00
Número do Empenho: 80/2016
Valor: 19.893,90 (Dezenove mil oitocentos e noventa e três reais e noventa centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00025/2016 - FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA -ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E HOMOLOGAÇÃO MARÇO/2016

Contrato: FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTO LTDA ME
CNPJ: 11.274.331/0001-36
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2016
Processo: 3/2016
Número do Contrato: Nº 00025/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 01/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2016
Vigência: 01/03/2016 a 31/05/2016
Dotação Orçamentária : 13.01.17.512.0004
2.035.3.3.90.00.00.00.00
Número do Empenho: 81/2016
Valor: 3.300,00 (Três mil e trezentos reais)
Forma de Pagamento: 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00026/2016 - MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E HOMOLOGAÇÃO MARÇO/2016

Contrato: MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI -EPP
CNPJ: 04.151.335/0001-61
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2016
Processo: 3/2016
Número do Contrato: Nº 00026/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 01/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2016
Vigência: 01/03/2016 a 31/05/2016
Dotação Orçamentária : 13.01.17.512.0004
2.035.3.3.90.00.00.00.00
Número do Empenho: 82/2016
Valor: 15.877,20 (Quinze mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00027/2016 - POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E HOMOLOGAÇÃO MARÇO/2016

Contrato: POLIERG INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 45.010.717/0001-52
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2016
Processo: 3/2016
Número do Contrato: Nº 00027/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 01/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2016
Vigência: 01/03/2016 a 31/05/2016
Dotação Orçamentária : 13.01.17.512.0004
2.035.3.3.90.00.00.00.00
Número do Empenho: 83/2016
Valor: 1.000,00 (Hum mil reais)
Forma de Pagamento: 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 - PR Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 03/03/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: 1.020,00 (Um mil e vinte reais).

DATA: 03/03/2016 – ELI MARIOTT- Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 18/2016

Contrato Nº: 18/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE ORLEANS

Contratado: JOÃO SALVADOR

Valor: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

Dotação Orçamentária: 2.020.3390.00 - 101 - 95/2016 - Manutenção da rede viária

Objeto: LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA EXTRAÇÃO DE AREÃO.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

JOÃO SALVADOR – P. CONTRATADA

Orleans, 03 de março de 2016.

DISPENSA 19/2016

PROCESSO Nº 26/2016

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2016

Tipo: Menor Preço/Por item

Objeto: LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA EXTRAÇÃO DE AREÃO.

Data: 03/03/2016

Valor R\$ 14.400,00,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) dividido em 10 (dez) parcelas iguais mensais.

Fundamento legal: inciso X do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Contratado: João Salvador.

Orleans - SC, 03 de março de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

TP 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ORLEANS

PROCESSO Nº 27/2016

TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM AUDITORIA INTERNA JUNTO A DIVERSOS SETORES MUNICIPAIS.

Recebimento dos Envelopes de habilitação e de Propostas: até o dia 22/03/2016 às 13h:30min.

Abertura: dia 22/03/2016, às 14h00min. Fundamento legal: Leis Federais 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Edital e mais informações no Setor de Licitações sito a Rua XV de novembro – 282, centro Orleans SC.

Orleans - SC, 03 de março de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2016**
AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ORLEANS, sito à Rua João Ramiro Machado, 321, Centro, Município de Orleans/SC., CEP: 88.870-000, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento de Empresas jornalísticas (jornais), diários e/ou semanais, com abrangência no Município de Orleans, para publicação de boletins de sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes desta Casa de Leis, bem como, publicação de notas, avisos, editais, portarias, decretos, leis e outros atos de interesse público, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados para verificação na Secretaria da Câmara Municipal, no endereço acima citado, no horário das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou poderão fazer o download, através do site: www.orleanscamara.sc.gov.br.

A documentação e habilitação será recebida para análise dia 15/03/2016 no horário das 14:00h, na sala das comissões da Câmara Municipal de Orleans, localizada na Rua João Ramiro Machado, 321, Centro, Orleans - SC.

Orleans, 02 de março de 2016.

Pedro João Orbem

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2016
AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ORLEANS, sito à Rua João Ramiro Machado, 321, Centro, Município de Orleans/SC., CEP: 88.870-000, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento de Empresas de Radiodifusão AM/FM, com abrangência no Município de Orleans, para transmissão/cobertura de sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes desta Casa de Leis, bem como, publicação de notas, avisos, editais e outros instrumentos convocatórios e/ou de interesse público, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados para verificação na Secretaria da Câmara Municipal, no endereço acima citado, no horário das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou poderão fazer o download, através do site: www.orleanscamara.sc.gov.br.

A documentação e habilitação será recebida para análise dia 15/03/2016 no horário das 14:00h, na sala das comissões da Câmara Municipal de Orleans, localizada na Rua João Ramiro Machado, 321, Centro, Orleans - SC.

Orleans, 02 de março de 2016.

Pedro João Orbem

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2016
AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ORLEANS, sito à Ramiro Machado, 321, Centro, Município de ORLEANS/SC., CEP: 88.870-000, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento de Empresas especializadas na prestação de serviços de comunicação social via portal de notícia, de forma contínua, com fins a atender às demandas de análise, planejamento, execução de atividades de comunicação, cobertura nas reuniões ordinárias, extraordinária, solenes e especiais do Poder Legislativo, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados para verificação na Secretaria da Câmara Municipal, no endereço acima citado, no horário das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou poderão fazer o download, através do site: www.orleanscamara.sc.gov.br.

A documentação e habilitação será recebida para análise dia 15/03/2016 no horário às 14:00h, na sala das Comissões da Câmara Municipal de ORLEANS, localizada na Rua João Ramiro Machado, 321, Centro, ORLEANS - SC.

ORLEANS, 02 de Março de 2016.

Pedro João Orbem

Presidente

Ouro

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N°. 0011/2016

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial n°. 0011/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 17/03//2016, às 09hs, o Processo Licitatório n°. 0016/2016, na modalidade Pregão Presencial n°. 0011/2016, tipo menor preço por item, sob o regime de registro de preços. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza, copa e cozinha e produtos alimentícios. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 25/02/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO N° 1.980, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO N° 1.980, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

TÁXI. Dispõe sobre o reajuste das tarifas do serviço de táxi no Município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso IV, c/c o artigo 9º, inciso XXI da Lei Orgânica do Município e considerando a padronização dos valores cobrados nos demais Municípios da grande Florianópolis, bem como a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos operadores de Serviços de Táxi no Município, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam reajustadas as tarifas do Serviço de Táxi no Município de Palhoça, conforme tabela abaixo:

TARIFA COMUM	VALOR ATUAL (R\$)	VALOR CORRIGIDO (R\$)
Bandeirada	4,20	4,60
Bandeira 1	2,25	2,45
Bandeira 2	2,65	2,90
Hora Parada	20,00	25,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 17 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N°008-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO N°008/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°222/2015– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 222/2015, o Trator Agrícola Plus 80 R, marca LS, Série CML 1000003203, Chassi nº: 9BLP08001FG000878, ano 2015/2015, cor Azul 78 CV, Transm 12x12, de uso exclusivo da Secretaria de Agricultura, Maricultura e Pesca. Data: 25/01/2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/16**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2016 – Pregão Presencial 07/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLAME COMERCIO DE GAS LTDA. OBJETO: Aquisição de água mineral, gás de cozinha e vasilhames, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 03/03/2016 à 02/03/2017.

Nome da Empresa: FLAME COMERCIO DE GAS LTDA.					CNPJ: 01.171.815/0001-04
Lote 2: Gás de cozinha e vasilhame					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carga de gás de cozinha GLP - 13 kilos. Acondicionado em botijão para gás GLP com capacidade de 13kg, com protetor inviolável da rosca da válvula, conforme normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Na entrega será feita a troca do vasilhame, que deve ser construído em aço carbono, conter no vasilhame as informações em baixo relevo do fabricante, série ou lote de fabricação e data de fabricação. O botijão não pode apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.					
1	300,00	CARG	NACIONAL GAS	R\$59,0000	R\$17.700,0000
Especificação: Botijão (vasilhame sem carga) para gás GLP com capacidade de 13kg, pintado, corpo construído em aço carbono. conforme normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O botijão não pode apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.					
2	20,00	UN	NACIONAL GAS	R\$193,0000	R\$3.860,0000
Valor Total		(vinte e um mil e quinhentos e sessenta reais)			R\$21.560,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2016 – Pregão Presencial 07/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA. OBJETO: Aquisição de água mineral, gás de cozinha e vasilhames, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 03/03/2016 à 02/03/2017.

Nome da Empresa: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA					CNPJ: 03.489.027/0001-88
Lote 1: Água e vasilhame					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombona de polycarbonato transparente, com capacidade de 20 litros, com lacre de segurança, PH mínimo de 5,7 a 25° C na fonte. Na entrega será feita a troca do vasilhame, que deve ser fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Com registro no Ministério da Saúde.					
1	720,00	CARG	SANTA RITA	R\$5,5000	R\$3.960,0000
Especificação: Vasilhame para água mineral, garrafão plástico com capacidade de 20 Litros, vazio. produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).					
2	20,00	UN	Sandriplast	R\$14,5000	R\$290,0000
Especificação: Água mineral sem gás, garrafa 500 mililitro, acondicionada em embalagem plástica apropriada. com validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega.					
3	600,00	UN	SANTA RITA	R\$0,7300	R\$438,0000
Especificação: Água mineral com gás, garrafa 500 mililitro, acondicionada em embalagem plástica apropriada. com validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega.					
4	150,00	UN	SANTA RITA	R\$0,8100	R\$121,5000

Valor Total	(quatro mil, oitocentos e nove reais e cinquenta centavos)	R\$4.809,50
-------------	--	-------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2016 – Pregão Presencial 07/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada para instalação de condicionadores de ar na Unidade de Pronto Atendimento Centro e nas Unidades de Saúde da rede Municipal.

DATA: 03/03/2016 à 02/03/2017.

Nome da Empresa: FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME				CNPJ: 17.613.341/0001-35	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 9.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
1	70,00	SERV	Frimac	R\$320,0000	R\$22.400,0000
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 12.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
2	38,00	SERV	Frimac	R\$320,0000	R\$12.160,0000
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 18.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
3	20,00	SERV	Frimac	R\$350,0000	R\$7.000,0000
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 30.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
4	16,00	SERV	Frimac	R\$500,0000	R\$8.000,0000
Valor Total	(quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais)				R\$49.560,00

Papanduva

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva inscrito no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Dario Schicovski, altera o preço registrado pela empresa STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 01.854.994/0001-76, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015 datada de 24 de agosto de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 061/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 01 (uma) unidade do item 02 do lote 01, uma impressora tipo 02 a ser locada pela empresa registrada no certame supracitado, nos mesmos moldes, cláusulas e condições vigentes na Ata de Registro de Preços 072/2015. A referida impressora será destinada a Secretaria Municipal de Educação deverá ser instalada na EEB Maria Avelina de O. Furtado. O presente Termo Aditivo representa um acréscimo quantitativo de 10% na Ata de Registro de Preços original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 18 de fevereiro de 2016.

DARIO SCHICOVSKI CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski Ricardo Zenfe
Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 83 102 533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal,

Sr. Dario Schicovski altera a quantidade da ata da registrada, a empresa AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.125.830/0001-33, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 datada de 20 de fevereiro de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 004/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Gasolina Comum, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 1096301 de 31/10/2015 e NF 1117044 de 04/01/2016 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 3,87 para R\$ 3,93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditada, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 07 de janeiro de 2016.

Dario Schicovski Auto Posto Pirâmide Ltda
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski Ricardo Zenfe
Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva inscrito no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Dario Schicovski, altera o preço registrado pela empresa STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 01.854.994/0001-76, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015 datada de 24 de agosto de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 061/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 01 (uma) unidade do item 02 do lote 01, uma impressora tipo 02 a ser locada pela empresa registrada no certame supracitado, nos mesmos moldes, cláusulas e condições vigentes na Ata de Registro de Preços 072/2015. O presente Termo Aditivo representa um acréscimo quantitativo de 10% na Ata de Registro de Preços original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 22 de fevereiro de 2016.

DARIO SCHICOVSKI CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski Ricardo Zenfe
Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 83 102 533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski altera a quantidade da ata da registrada, a empresa AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.125.830/0001-33, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2015 datada de 28 de outubro de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 078/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Óleo Diesel S10, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 1099191 de 09/11/2015 e NF 1117044 de 04/01/2016 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo Diesel S10, de R\$ 3,03 para R\$ 3,06.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditada, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 07 de janeiro de 2016.

Dario Schicovski Auto Posto Pirâmide Ltda
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski Ricardo Zenfe
Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO N° 06/2016**

EXTRATO DE CONTRATO N° 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO N°: 005/2016

N° DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: FABRICA DE MOVEIS REVAM LTDA - ME
CNPJ: 01.209.350/0001-25

OBJETO: OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A FABRICAÇÃO DO MOBILIÁRIO, PAINÉIS, TABLADOS E REVESTIMENTOS DE PAREDES DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL, DE FORMA PLANEJADA CONFORME PROJETO APRESENTADO PELA CONTRATANTE.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03/03/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/03/2016 a 09/05/2016

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VALOR ORIGINAL: R\$ 67.730,00 (SESSENTA E SETE MIL, SETECENTOS E TRINTA REAIS)

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 03 DE MARÇO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA
LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

Paraíso

PREFEITURA

LEILÃO 01/2016

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 01/2016

ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 10:00 horas do dia 04 de Abril de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS DO MUNICIPIO DE PARAISO, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM, SEPARADOS EM ITENS, AVALIADOS E DISCRIMINADOS, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 03 de Março de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

PR 07/2016

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 16 de Março de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, PROGRAMAS PAIF E SERV DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, CONSELHO TUTELAR, GRUPAMENTO DE POLICIA MILITAR DE PARAÍSO E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE PARAISO, A FIM DE PROPORCIONAR AMBIENTES LIMPOS E AGRADÁVEIS.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 03 de Março de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 1/6

Processo Nº.: 8/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016**

No dia 24 do mês de Fevereiro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89908-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREF. MUNIC. PARAISO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2016, Processo Licitatório nº. 8/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FASES DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS EFETIVOS E TEMPORÁRIOS PARA O MUNICÍPIO DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8631	NEIVA BUSS WERNER ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NEIVA BUSS WERNER ME	18.761.529/0001-93	VALDOMIRO ELIAS WERNER	022.613.499-71

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FASES DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS EFETIVOS E TEMPORÁRIOS PARA O MUNICÍPIO DE PARAISO/SC.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8631 - NEIVA BUSS WERNER ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FAZES DE CONCURSO PÚBLICO PARA NÍVEIS ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR.	CARG		22,000	3.250,0000	71.500,00
2	ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FAZES DE PROCESSO SELETIVO.	CARG		25,000	2.330,0000	58.250,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 24 de Fevereiro de 2016.

ERNI GIACOMINI
PREF. MUNIC. PARAÍSO

Empresas Participantes:

NEIVA BUSS WERNER ME

CNPJ: 18.761.529/0001-93 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 8/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016

No dia 24 do mês de Fevereiro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREF. MUNIC. PARAISO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2016, Processo Licitatório nº. 8/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FASES DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS EFETIVOS E TEMPORÁRIOS PARA O MUNICÍPIO DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8631	NEIVA BUSS WERNER ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NEIVA BUSS WERNER ME	18.761.529/0001-93	VALDOMIRO ELIAS WERNER	022.613.499-71

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FASES DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS EFETIVOS E TEMPORÁRIOS PARA O MUNICÍPIO DE PARAISO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8631 - NEIVA BUSS WERNER ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FAZES DE CONCURSO PÚBLICO PARA NÍVEIS ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR.	CARC		22,000	3.250,0000	71.500,00
2	ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FAZES DE PROCESSO SELETIVO.	CARC		25,000	2.330,0000	58.250,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 4/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 24 de Fevereiro de 2016.

ERNI GIACOMINI
PREF. MUNIC. PARAÍSO

Empresas Participantes:

NEIVA BUSS WERNER ME

CNPJ: 18.761.529/0001-93 _____

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N 0007 AO CONTRATO N. 0016/2016

TERMO ADITIVO 0007/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0016/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0005/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador do RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa TRANSPORTES COLETIVOS PASSOS MAIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.332.783/0001-64, sediada no Assentamento Zumbi dos Palmares II, s/n, sala, no Interior do Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. ELIESE BELES DE ABREU, inscrito no CPF sob o n. 714.606.329-15, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e a autorização legal do art. 65, II, "d", da legislação supracitada, o valor pago por quilômetro de transporte realizado será reajustado em 11,28% (INPC relativo ao exercício de 2015), a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias ocorridas no período.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

Considerando o reajuste contratual, o preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0016/2013 que era de R\$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos) por quilômetro de transporte realizado, passará a ser de 4,41 (quatro reais e quarenta e um centavos) por quilômetro de transporte realizado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas as demais disposições vigentes.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Passos Maia, SC – 03 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATANTE

TRANSPORTES COLETIVOS
PASSOS MAIA LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO
CPF n. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER
CPF n. 009.844.399-27

TERMO ADITIVO N. 0007 AO CONTRATO N. 0015/2013

TERMO ADITIVO 0007/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0015/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0005/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador do RG o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa PASSOS-MAIENSE TUR LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 17.274.403/0001-21, sediada no Assentamento 20 de Novembro, s/n, Sala 01, no Interior do Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. ADÃO FERNANDES, inscrito no CPF sob o n. 408.754.582-20, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e a autorização legal do art. 65, II, "d", da legislação supracitada, o valor pago por quilômetro de transporte realizado será reajustado em 11,28% (INPC relativo ao exercício de 2015), a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias ocorridas no período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Considerando o reajuste contratual, o preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0016/2013 que era de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) por quilômetro de transporte realizado, passará a ser de R\$ 4,62 (quatro reais e sessenta e dois centavos) por quilômetro de transporte realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas as demais disposições vigentes.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Passos Maia, SC – 03 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATANTE

ADÃO FERNANDES
PASSOSMAIENSE TUR LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO
CPF n. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER
CPF n. 009.844.399-27

TERMO ADITIVO N.0007 AO CONTRATO N. 0014/2013

TERMO ADITIVO 0007/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0014/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0005/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0005/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa JAIR PERTILE ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.106.892/0001-59, sediada na Rua Zeferino Stringhi, n. 208, centro, Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Jair Pertile, inscrito no CPF sob o n. 023.994.539-56, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e a autorização legal do art. 65, II, “d”, da legislação supracitada, o valor pago por quilômetro de transporte realizado será reajustado em 11,28% (INPC relativo ao exercício de 2015), a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias ocorridas no período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Considerando o reajuste contratual, o preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0014/2013, que era de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) por quilômetro de transporte realizado, passara a ser de R\$ 4,62 (quatro reais e sessenta e dois centavos) por quilômetro de transporte realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas as demais disposições vigentes.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Passos Maia, SC – 03 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON	JAIR PERTILE ME
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA	CONTRATADA
CONTRATANTE	

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO	DOUGLAS AIGNER
CPF n. 067.004.859-32	CPF n. 009.844.399-27

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 12/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 08/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 12/2016 – Pregão Presencial 08/2016.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e coletivo, a serem utilizado pelos servidores do Município.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 17/03/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 17/03/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 17/03/2016, licitação modalidade Pregão Presencial nº 014/2016. Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado para a sala de Internet e Creche Municipal. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 17/03/2016, até às 10:00 horas, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 10:15 horas. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, nº 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 29 DE FEVEREIRO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 013/2016

TERMO ADITIVO 013/2016

CONTRATO ADITADO N.º 05/2015

Primeiro Termo aditivo ao Contrato de "FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa/firma CLÍNICA MÉDICA DR MADEIRA LTDA, por intermédio do profissional LUCIANO MADEIRA DA SILVEIRA, autorizado através do Processo n.º 0278/2014, Licitação n. 047/2014, modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: CLÍNICA MÉDICA DR. MADEIRA LTDA

CNPJ-MF n. 05.462.961.0001-3

Endereço: Rua Veneriano dos Passos, 213, sala 03 Centro – Videira -SC

Representada por: LUCIANO MADEIRA DA SILVEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Prestação de serviços técnicos especializados de pediatria, junto à unidade sanitária central de Pinheiro Preto, no período de 01/02 a 30/04/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Fica o contrato aditado prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

2.2 Em razão da prorrogação, o término do contrato passa a ser 30/04/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 05/2015 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 01 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANO MADEIRA DA SILVEIRA
CLÍNICA MÉDICA DR MADEIRA LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 07/04/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 07/04/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 03 de Março de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2016

Processo Administrativo n.º 013 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 2 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA FREDERICO BLANK, S/N.º, BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 890,73 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS,

EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N.º 49312.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 23/03/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 23/03/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 03 de Março de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 003 / 2016.

Pregão Presencial n.º 003 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO DO BRTADOR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, POR DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, COMPREENDENDO A PARTE MECÂNICA E ELÉTRICA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total Contratado: R\$295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).

Prazo de vigência: 12 meses – Prazo Final: 28/02/2017.

Pomerode/SC, 26 de Fevereiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2016

Processo Administrativo n.º 011 / 2016.
Dispensa de Licitação n.º 001 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE VAGAS / BOLSAS DE ESTÁGIO, MEDIANTE A SELEÇÃO DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EM CURSOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E NÍVEL SUPERIOR, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS N.º 11.788/2008 E N.º 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, ATRAVÉS DO ESTÁGIO, OBRIGATÓRIO OU NÃO, PEDAGOGICAMENTE ÚTIL DE INTERESSE CURRICULAR, ENTENDIDO COMO UM ATO EDUCATIVO ESCOLAR SUPERVISIONADO, DESENVOLVIDO NO AMBIENTE DO TRABALHO.

Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

Valor Unitário por estagiário – R\$27,00 (vinte e sete reais).

Valor Unitário por 60 estagiários/mês – R\$1.620,00 (um mil e seiscentos e vinte reais).

Valor Total estimado – 12 meses – R\$19.440,00 (dezenove mil e quatrocentos e quarenta reais).

Prazo de vigência: 12 meses – Prazo Final: 28/02/2017.

Pomerode/SC, 29 de Fevereiro de 2016.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2016

Processo Administrativo n.º 003 / 2016.

Edital de Credenciamento n.º 002 / 2016.

Inexigibilidade de Licitação n.º 003 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciada: LABORATÓRIO SANDRINI S/S LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, EM CONFORMIDADE COM OS PRAZOS, PROCEDIMENTOS E DEMAIS CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.
Valor total contratado – estimado: R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2016.

Pomerode/SC, 12 de Fevereiro de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY

Secretária Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL.

Contratada: FEDERAÇÃO DE AUTOMOBILISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAUESC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PREMIAÇÃO DA 1ª ETAPA DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE RALLY DE VELOCIDADE 2016, A SER REALIZADO NESTA CIDADE DE POMERODE/SC, NOS DIAS 10 A 13 DE MARÇO DE 2016.

Valor total contratado: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Justificativa: A Contratada é detentora e única entidade estadual de administração do Rally no Estado de Santa Catarina, apta a organizar a 1ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Rally de Velocidade 2016, conforme declaração de exclusividade emitida pela Confederação Brasileira de Automobilismo – CBA, seguindo os preceitos do Código Desportivo do Automobilismo e em conformidade com o disposto no artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 03 de Março de 2016.

CÉLIO SCHLINGMANN

Presidente da FUNPEEL

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2016 DE 29 DE FEVEREIRO 2016**

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

Institui normas acerca dos procedimentos para novas ligações em condomínios verticais e/ou horizontais.

O PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966, resolve aprovar a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

TÍTULO I**DO PROCEDIMENTO PARA NOVAS LIGAÇÕES EM CONDOMÍNIOS**

Artigo 1º - A partir desta data é obrigatória a instalação e utilização de hidrômetros individualizados para cada unidade autônoma, residencial e/ou comercial, em condomínios verticais e/ou horizontais.

Artigo 2º - Os condomínios serão atendidos com uma única ligação de água para as unidades residenciais e uma única ligação de água para as áreas comuns do condomínio, a serem instaladas dentro do padrão de ligação do SAMAE na divisa frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) de seu lote, de acordo com o especificado no Anexo I.

§ 1º - A execução do padrão de ligação é de responsabilidade do incorporador, construtor ou do condomínio.

§ 2º - O hidrômetro principal das unidades residenciais e o hidrômetro principal das áreas comuns do condomínio serão fornecidos e instalados pelo SAMAE, por meio do qual a Autarquia fará a leitura e a cobrança do consumo de água.

§ 3º - Em condomínios mistos, com unidades residenciais e comerciais, deverá ser instalado um hidrômetro principal para as unidades residenciais, um hidrômetro principal para as áreas comuns do condomínio e, no mínimo, um hidrômetro principal para as unidades comerciais, podendo ser instalado um hidrômetro para cada unidade comercial desde que instalados dentro do padrão, especificado nos Anexos III a V da Portaria nº 018 de 25 de março de 2015.

§ 4º - Os serviços de implantação, operação, leitura e manutenção das unidades internas de medição (hidrômetros individuais) são de responsabilidade do condomínio.

Artigo 3º - Para que a responsabilidade de cada hidrômetro individual seja do SAMAE, o construtor, incorporador ou condomínio deverá instalar os hidrômetros no muro frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE), dentro do padrão de ligação do SAMAE, especificado nos Anexos III a V da Portaria nº 018 de 25 de março de 2015.

§ 1º - Neste caso, o SAMAE será responsável pela instalação, operação, leitura e manutenção do hidrômetro de cada unidade autônoma.

§ 2º - Deverá ser instalado um hidrômetro para utilização nas áreas comuns do condomínio, cujo rateio da fatura deve ser feito pelo próprio condomínio.

§ 3º - Os hidrômetros deverão ser identificados com o nº do apartamento ou nº da residência, para não permitir erro de identificação pelo leiturista. Esta identificação deverá ser inscrita em placa metálica ou acrílica fixada no interior da caixa padrão próxima do hidrômetro em questão.

§ 4º - Para os condomínios verticais, este caso será possível, apenas, para prédios de até três pavimentos ou que possuam reservatórios com diferença abaixo de 10(dez) metros em relação à rede distribuidora.

Artigo 5º - A ligação de água somente será feita se a instalação estiver de acordo com o padrão de ligação do SAMAE.

Artigo 6º - Devem ser apresentados para análise e aprovação do SAMAE, os Projetos Hidráulicos e de Medição Individualizada conforme cada caso, juntamente com ART assinada pelo responsável técnico e recolhida junto ao CREA.

Artigo 7º - Os valores das ligações de água e tarifas de água serão estabelecidos por Portaria do Presidente do SAMAE conforme modelos dos Anexos I a IV do Decreto 1684 de 05 de abril de 2000.

Artigo 8º - Esta informação normativa não se aplica a ligações existentes e a empreendimentos com projetos aprovados até na data de publicação desta Instrução Normativa.

Artigo 9º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10º - Revoga-se a Instrução Normativa nº 004 de 25 de março de 2015.

Pomerode (SC), 29 de fevereiro de 2016.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

PRESIDENTE

ANEXO I

A execução do padrão de ligação deve seguir o esquema apresentado nos desenhos abaixo e os passos descritos a seguir. O dimensionamento do hidrômetro é realizado de acordo com a demanda de água do consumidor, devendo ser verificado com o SAMAE antes da instalação do padrão.

As dimensões da caixa padrão apresentadas abaixo se enquadram para um hidrômetro de 1/2". Caso seja adotado hidrômetro de diferente tamanho, o consumidor deve verificar o padrão a ser adotado previamente com o SAMAE.

VISTA FRONTAL

Caixa padrão para hidrômetro 1/2"

CORTE LATERAL
ENTRADA

CORTE LATERAL
SAÍDA

VISTA DE TRÁS

(com recorte no muro para detalhamento da instalação hidráulica interna)

- INSTALAÇÃO PASSO A PASSO

1. Prepare o muro ou construa a mureta para execução da caixa padrão na divisa frontal do seu imóvel (a caixa deve ficar de frente para a rua), conforme esquema de instalação apresentado;
2. Execute a caixa padrão prumada, nivelada e fixada a uma altura de 50 cm em relação à calçada. Em ruas não pavimentadas e sem presença de calçada, instale a caixa padrão a uma altura de 80 cm em relação ao nível do solo;
3. Instale o tubo camisa de PVC Esgoto 75 mm embutido na alvenaria, no lado da entrada da água. A altura do tubo camisa deverá ficar 10 cm abaixo da viga. ATENÇÃO: o tubo não pode ficar torto ou inclinado.
4. Instale a curva de 90° raio longo de PVC Esgoto 75 mm no tubo camisa, seguindo a profundidade descrita anteriormente no esquema de instalação (10 cm abaixo da viga). Atenção: o tubo camisa deve ser revestido com o acabamento de alvenaria após a instalação da curva no local indicado;
5. Instale os tubos de PVC e os registros nas saídas de água. Atenção: os tubos não poderão ficar tortos ou inclinados.
6. Após a instalação de todos os tubos, cubra com reboco. Atenção: o fundo da caixa padrão também deve ser rebocado, não podendo ficar aparente.

Todas as etapas de instalação devem estar concluídas antes de solicitar a ligação de água ao SAMAE. Em caso de dúvida, entre em contato com a nossa equipe técnica.

O SAMAE somente efetuará a ligação de água, se a construção do padrão atender as especificações descritas.

Se não for possível atender qualquer uma das recomendações acima, o SAMAE deverá, previamente, aprovar as alterações necessárias, com a realização de uma vistoria no local, solicitada pelo consumidor.

ATENDIMENTO SAMAE:

- Atendimento Telefônico: (47) 3387-2550

De segunda à sexta-feira, das 8h00 às 17h00

- Atendimento Presencial:

Avenida 21 de Janeiro, 2233, Centro, Pomerode/SC

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 21/2016

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0021/2016 Dispensa de Licitação nº 05/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFRIGERADOR E MÁQUINA DE LAVAR PARA MANUTENÇÃO DO CEIS HERMINIA SEVERGNINI E CEI HORTÊNCIA DE ALMEIDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: ROMEU ANTONIO DE LIMA EPP

Endereço: PONTE SERRADA- Santa Catarina CEP: 89.683.000

CNPJ: 80.940.794/0001-02

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

VALOR TOTAL: R\$ 7.776,00 (SETE MIL SETESCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)

Ponte Serrada/SC, 03 de MARÇO de 2016.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO SERVIDORES (CONSIGNADO) 001.2016

Notificação

O Município de Porto Belo, através de sua Secretaria de Administração, e no uso de suas atribuições, notifica a servidora abaixo relacionada, para comparecerem a Secretaria de Administração, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500 - centro, no prazo de 05 dias a contar da presente publicação, a fim de tratar de assuntos de seu interesse;

Jonatha Sancho

Zelia Das Neves Warken

Valdete Da Rocha

Rosani Erminia Sgrott

Jose Eduardo Sancho

Erika Walmaut De Oliveira Martins

Edemir Natalio Silvino

Cinthia De Souza

Porto Belo, 02 de março de 2016

Joseane Coelho Hoffmann

Secretaria de Administração

Porto União

PREFEITURA

ATA 044/2016

ATA 044/2016

Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 007/2016, Pregão Presencial 005/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza e o DETENTOR DA ATA: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda - EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda - EPP, CNPJ/MF nº 04.489.202/0001-08, Sítio a Rua Emílio Vescovi, N.º 153, Bairro Santa Tereza, CEP 89.560-000, Telefone (49) 3566-7093, Município de Videira, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Paulo Júnior Alves, inscrito no CPF sob o número 387.125.719-20.

Registro de Preços para aquisição de tecidos diversos para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde do município de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	300	METRO	TNT VERMELHO	R\$ 1,10	R\$ 330,00
02	300	METRO	TNT AZUL ROYAL	R\$ 1,10	R\$ 330,00
03	300	METRO	TNT BRANCO	R\$ 1,10	R\$ 330,00
04	300	METRO	TNT PINK	R\$ 1,10	R\$ 330,00
05	300	METRO	TNT AMARELO	R\$ 1,10	R\$ 330,00
06	100	METRO	VOAL DE MALHA VERDE BANDEIRA	R\$ 6,90	R\$ 690,00
07	100	METRO	VOAL DE MALHA AMARELO	R\$ 6,90	R\$ 690,00
08	100	METRO	VOAL DE MALHA BRANCO	R\$ 6,90	R\$ 690,00
09	100	METRO	VOAL DE MALHA AZUL ROYAL	R\$ 6,90	R\$ 690,00
10	100	METRO	VOAL DE MALHA PINK	R\$ 6,90	R\$ 690,00
11	200	METRO	TEMBRIM BRANCO	R\$ 18,90	R\$ 3.780,00
12	100	METRO	TRICOLINE ESTAMPADO – ESTAMPA INFANTIL	R\$ 12,90	R\$ 1.290,00
13	20	METRO	ALGODÃO CRÚ	R\$ 12,90	R\$ 258,00
14	50	METRO	FELTRO DIVERSAS CORES	R\$ 12,90	R\$ 645,00
15	10	METRO	PLÁSTICO TRANSPARENTE (PARA COBRIR MESA)	R\$ 6,90	R\$ 69,00
16	200	METRO	FITA CETIM Nº 1 – DIVERSAS CORES	R\$ 0,20	R\$ 40,00
17	200	METRO	FITA CETIM Nº 2 – DIVERSAS CORES	R\$ 0,45	R\$ 90,00
18	200	METRO	FITA CETIM Nº 3 – DIVERSAS CORES	R\$ 0,60	R\$ 120,00
19	200	METRO	FITA CETIM Nº 9 – DIVERSAS CORES	R\$ 1,10	R\$ 220,00
20	20	METRO	CETIM AMASSADO – COR BRANCO	R\$ 24,00	R\$ 480,00
21	20	METRO	VOAL AMASSADO – COR AZUL MARINHO	R\$ 15,90	R\$ 318,00
22	50	METRO	CETIM CHAMOUSE – COR DOURADO	R\$ 7,70	R\$ 385,00
Total: R\$ 12.795,00 (doze mil setecentos e noventa e cinco reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 007/2016, Pregão Presencial 005/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 005/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 005/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada

a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 005/2016.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 007/2016, Pregão Presencial 005/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Paulo Júnior Alves, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda - EPP

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO 001/2016 - IMPRESS

Extrato de Contrato 001/2016 – IMPRESS

Partes: IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

Objeto: contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública e serviços técnicos conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital.

Valor Total: R\$ 17.160,00 (dezesete mil cento e sessenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2016 – CARONA Prefeitura Municipal de Porto União.

Porto União SC, 24 de fevereiro de 2016.

Margareth Flissak.

Presidente IMPRESS

Betha Sistemas Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 002/2016 - AMASPU

Extrato de Contrato 002/2016 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

Objeto: contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública e serviços técnicos conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital.

Valor Total: R\$ 8.160,00 (oito mil cento e sessenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2016 – CARONA Prefeitura Municipal de Porto União.

Porto União SC, 24 de fevereiro de 2016.

Margareth Flissak.

Presidente AMASPU

Betha Sistemas Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 012/2016 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 012/2016 - PREFEITURA

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 053/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e AP Oeste Distribuidora e Comércio Ltda.

CLAUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Devido a solicitação de reequilíbrio financeiro fica alterado o valor do item 02 (açúcar refinado 5 kg) para R\$ 9,69 (nove reais e sessenta e nove centavos) e do item 04 (arroz parboilizado 5 kg) para R\$ 10,00 (dez reais).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 17 de fevereiro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2016 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 002/2016- FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de serviço de 100 (cem) recargas de toner para impressora HP MFP M127fn (283A). O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 24 de março de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitacaoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 033/2016

Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2016 – Registro de Preços

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para registro de preços para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica do SUS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 23 de março de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitacaoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIA Nº 006, de 02 de março de 2016.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, define as atribuições e atividades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial encarregada de proceder com vistorias nos veículos disponibilizados para o transporte escolar durante o ano letivo de 2016, conforme Processos Licitatórios, elaborando para tanto parecer conclusivo.

Art. 2º Designar na qualidade de Presidente, Silvio Luciano Moraes, e como membros Augustinho Wladeka e Alfonso Vezaro.

Art. 3º A Comissão reunir-se-á semestralmente para realizar as respectivas vistorias, salvo em excepcionais interesses a bem do serviço público.

Art. 4º Compete à Comissão realizar a vistoria nos veículos escolares nos seguintes itens:

§ 1º Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado e/ou do Município, exigindo-se, para tanto:

I- registro como veículos de passageiros;

II- inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III- pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV- equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V- lanternas de luz branca, fosca ou amarela disposta nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI- cintos de segurança em número igual à lotação;

VII- o veículo deve possuir seguro;

VIII- apresentar boas condições mecânicas de uso;

IX- realizar e verificar regulagem dos veículos;

X- atender a reclamações e realizar a devida averiguação;

XI- outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 2º A autorização a que se refere o parágrafo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

§ 3º O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I- ter idade superior a vinte e um anos;

II- ser habilitado na categoria D;

III- não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

IV- ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Art. 5º A Comissão de que trata esta Portaria vigorará durante o ano letivo de 2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 025/2016

Retificação do Edital de Pregão Presencial 013/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no edital referente ao processo licitatório supracitado, Por consequência, altera-se também a data limite para recebimento dos envelopes para dia 17 de março de 2016 às 16h00min e a sessão pública às 16h15min do mesmo dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de março de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2016 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 007/2016 – PREFEITURA

Pregão Presencial 005/2016 – Registro de Preços

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda - EPP.

Porto União SC, 15 de fevereiro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

Presidente Nereu

PREFEITURA

SERV. PARTICULARES EXECUTADOS - FEVEREIRO DE 2016



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 02/03/2016

Página 1 de 1
Impresso em: 02/mar/2016
As 18:40:21 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 013 até 013
Data de Pagamento: 01/02/2016 até 29/02/2016

Código Nome ou Razão Social				Serviço			Numero Processo		
Logradouro									
Ano	Venc.	P.	Dta.Venc	Valor Original	Número (Moe)	Complemento Situação	Bairro Valor Atualiz. (Moe)	Data Pagto	Lote baixa
4446.6	ODAIR MOREIRA			13	PATROLA				65/2016
	AVENIDA JOÃO XXIII				255	CASA	CENTRO		
2016	01	00	18/02/2016	61,10 R\$		Pago	61,10 R\$	18/02/2016	00-003663
[Resumo dos valores por Situação]									
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas		
01-Pago	61,10	0,00	0,00	0,00	61,10 R\$	1	0		
[Resumo dos valores por Serviço/Situação]									
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas		
Serviço: 13-PATROLA									
01-Pago	61,10	0,00	0,00	0,00	61,10 R\$	1	0		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 02/03/2016
Emissão Analítica.

Página 1 de 1
Impresso em: 02/mar/2016
As 18:39:33 Horas

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 011 até 011
Data de Pagamento: 01/02/2016 até 29/02/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número Complemento		Bairro		Numero Processo	
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto	Valor Original (Moe)	Situação	Valor Atualiz. (Moe)	Data Pagto	Lote baixa			
2768.5	ARIDES REZINI				11	PÁ CARREGADEIRA				82/2016	
	RIO PEQUENO							BOA ESPERANCA			
	Observação:01 HORA										
2016	01	00	29/02/2016	61,10 R\$	Pago	61,10 R\$	29/02/2016	00-003678			
[Resumo dos valores por Situação]											
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas				
01-Pago	61,10	0,00	0,00	0,00	61,10 R\$	1	0				
[Resumo dos valores por Serviço/Situação]											
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas				
Serviço: 11-PÁ CARREGADEIRA											
01-Pago	61,10	0,00	0,00	0,00	61,10 R\$	1	0				



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 02/03/2016
Emissão Analítica.

Página 1 de 1
Impresso em: 02/mar/2016
As 18:42:31 Horas

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 016 até 016
Data de Pagamento: 01/02/2016 até 29/02/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número Complemento		Bairro		Numero Processo	
Logradouro				Valor Original (Moe)		Situação		Valor Atualiz. (Moe)		Data Pagto Lote baixa	
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto								
1448.6	ROSELI PEREIRA DE OLIVEIRA REZINI			16	BASCUL GRANDE					55/2016	
	TIHEMANN							TIHEMANN			
2016	01	00	10/02/2016	137,64	R\$	Pago		137,64	R\$	10/02/2016	00-003655
4061.4	RAFAEL TIAGO VANDERLINDE			16	BASCUL GRANDE					59/2016	
	AV. ERICO TORRES				67	CASA		CENTRO			
2016	01	00	15/02/2016	137,64	R\$	Pago		137,64	R\$	15/02/2016	00-003658
2814.2	ALEXANDRE FERREIRA			16	BASCUL GRANDE					60/2016	
	ESTRADA GERAL							THIEME			
2016	01	00	15/02/2016	68,82	R\$	Pago		68,82	R\$	15/02/2016	00-003658
961.0	LEUSA MARIA MATE VIEIRA			16	BASCUL GRANDE					63/2016	
	RUA ANTONIO F. JONK							SANTA RITA			
2016	01	00	16/02/2016	137,64	R\$	Pago		137,64	R\$	16/02/2016	00-003659
643.2	HEMERSON MAY			16	BASCUL GRANDE					64/2016	
	AVN JOAO XXIII							CENTRO			
2016	01	00	17/02/2016	91,76	R\$	Pago		91,76	R\$	16/02/2016	00-003659
1937.2	LUIZ DE SOUZA			16	BASCUL GRANDE					70/2016	
	SANTA CECILIA							SANTA CECILIA			
	Observação:03 HORAS.										
2016	01	00	18/02/2016	137,64	R\$	Pago		137,64	R\$	18/02/2016	00-003663
150.3	JOSE JUNGKLAUS			16	BASCUL GRANDE					74/2016	
	RUA JOSE COSTA MIRANDA				223			CENTRO			
	Observação:03 horas.										
2016	01	00	24/02/2016	137,64	R\$	Pago		137,64	R\$	23/02/2016	00-003670
4326.5	ODILO FEUZER			16	BASCUL GRANDE					75/2016	
	RUA BOTUVERÁ				618			DOM JOAQUIM			
	Observação:16 HORAS										
2016	01	00	23/02/2016	734,08	R\$	Pago		734,08	R\$	23/02/2016	00-003670
378.6	LAERCIO JONCK			16	BASCUL GRANDE					78/2016	
	AVN DESEMB ERICO TORRES							CENTRO			
	Observação:03 HORAS.										
2016	01	00	24/02/2016	137,64	R\$	Pago		137,64	R\$	24/02/2016	00-003672
1801.5	EVALDO ALVINO LINHARES			16	BASCUL GRANDE					79/2016	
	BANDEIRA							ITAQUA			
	Observação:02 HORAS.										
2016	01	00	25/02/2016	91,76	R\$	Pago		91,76	R\$	25/02/2016	00-003674
4326.5	ODILO FEUZER			16	BASCUL GRANDE					83/2016	
	RUA BOTUVERÁ				618			DOM JOAQUIM			
	Observação:12 HORAS										
2016	01	00	29/02/2016	550,56	R\$	Pago		550,56	R\$	29/02/2016	00-003678

[Resumo dos valores por Situação]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	2.362,82	0,00	0,00	0,00	2.362,82 R\$	11	0

[Resumo dos valores por Serviço/Situação]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
Serviço: 16-BASCUL GRANDE							
01-Pago	2.362,82	0,00	0,00	0,00	2.362,82 R\$	11	0



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 02/03/2016
Emissão Analítica.

Página 1 de 1
Impresso em: 02/mar/2016
As 18:37:46 Horas

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 007 até 007
Data de Pagamento: 01/02/2016 até 29/02/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número Complemento		Bairro		Numero Processo	
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação		Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa
4780.5	CLEBER KNISS			7	RETROESCAVADEIRA						54/2016
	ESTRADA GERAL				SN			RIO BANDEIRA			
2016	01	00	10/02/2016	76,43	R\$	Pago		76,43	R\$	10/02/2016	00-003655
2790.1	GENESIO HEINZ			7	RETROESCAVADEIRA						57/2016
	ESTRADA GERAL							SALTO NAUFRAGIO			
2016	01	00	12/02/2016	152,86	R\$	Pago		152,86	R\$	12/02/2016	00-003657
747.1	SERGIO DA SILVA			7	RETROESCAVADEIRA						80/2016
	AVN DESEMB ERICO TORRES				36			CENTRO			
	Observação:04 HORAS.										
2016	01	00	29/02/2016	305,72	R\$	Pago		305,72	R\$	29/02/2016	00-003678
[Resumo dos valores por Situação]											
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas				
01-Pago	535,01	0,00	0,00	0,00	535,01 R\$	3	0				
[Resumo dos valores por Serviço/Situação]											
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas				
Serviço: 7-RETROESCAVADEIRA											
01-Pago	535,01	0,00	0,00	0,00	535,01 R\$	3	0				



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 02/03/2016

Página 1 de 1
Impresso em: 02/mar/2016
As 18:37:12 Horas

Emissão Analítica.
Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 008 até 008
Data de Pagamento: 01/02/2016 até 29/02/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço			Numero Processo		
Logradouro				Número		Complemento	Bairro		
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto	Valor	Original (Moe)	Situação	Valor Atualiz. (Moe)	Data Pagto	Lote baixa
95.7	OSVALDO KEMPER			8	TRATOR	GRANDE			56/2016
	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO			400			CENTRO		
2016	01	00	11/02/2016	183,30	R\$	Pago	183,30 R\$	11/02/2016	00-003656
1495.8	NILO PEREIRA			8	TRATOR	GRANDE			61/2016
	BOA ESPERANCA						BOA ESPERANCA		
2016	01	00	15/02/2016	305,50	R\$	Pago	305,50 R\$	15/02/2016	00-003658
3207.7	MAURELI FARIAS			8	TRATOR	GRANDE			62/2016
	LOC BARRA RIO ANTINHA					S/N	Antinha		
2016	01	00	15/02/2016	30,55	R\$	Pago	30,55 R\$	15/02/2016	00-003658
923.7	SANDRA FELIPE DE SOUZA			8	TRATOR	GRANDE			66/2016
	RUA ESTRADA GERAL						TIRIVAS		
	Observação:01 HORA								
2016	01	00	17/02/2016	61,10	R\$	Pago	61,10 R\$	17/02/2016	00-003661
3146.1	VILSON NOGUEIRA			8	TRATOR	GRANDE			67/2016
	Est Tucano					S/N	Tucano		
	Observação:01 HORA.								
2016	01	00	17/02/2016	61,10	R\$	Pago	61,10 R\$	17/02/2016	00-003661
575.4	MAURICIO DE MELO			8	TRATOR	GRANDE			68/2016
	RUA ESTRADA GERAL						TIRIVAS		
	Observação:02 HORAS.								
2016	01	00	18/02/2016	122,20	R\$	Pago	122,20 R\$	18/02/2016	00-003663
3145.3	ZILDO EIFLER			8	TRATOR	GRANDE			71/2016
	LOC BOA ESPERANCA					S/N	BOA ESPERANÇA		
	Observação:05 HORAS.								
2016	01	00	19/02/2016	305,50	R\$	Pago	305,50 R\$	19/02/2016	00-003665
4781.3	CLEITON KNISS			8	TRATOR	GRANDE			72/2016
	ESTRADA GERAL					SN	RIO BANDEIRA		
	Observação:02 HORAS								
2016	01	00	22/02/2016	122,20	R\$	Pago	122,20 R\$	19/02/2016	00-003665
4805.4	JOSE ELIAS DALPRÁ			8	TRATOR	GRANDE			81/2016
	LOC TIRIVAS					S/N	TIRIVAS		
	Observação:02,30 horas.								
2016	01	00	26/02/2016	152,75	R\$	Pago	152,75 R\$	26/02/2016	00-003676
3193.3	PAULO CESAR SCHWARTZ			8	TRATOR	GRANDE			85/2016
	LOC BOA ESPERANCA					S/N	BOA ESPERANÇA		
	Observação:3:30 HORAS.								
2016	01	00	29/02/2016	213,85	R\$	Pago	213,85 R\$	29/02/2016	00-003678
2803.7	MARIO FARIAS			8	TRATOR	GRANDE			86/2016
	ESTRADA GERAL						RIO ANTINHA		
	Observação:03 HORAS.								
2016	01	00	29/02/2016	183,30	R\$	Pago	183,30 R\$	29/02/2016	00-003678
3178.0	CLOVIS KNISS			8	TRATOR	GRANDE			87/2016
	ESTRADA GERAL BANDEIRA					CASA	BANDEIRA		
	Observação:01 HORA.								
2016	01	00	29/02/2016	61,10	R\$	Pago	61,10 R\$	29/02/2016	00-003678

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5171, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5171, de 29 de fevereiro de 2016.

“ANULA EDITAIS DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anulados os créditos tributários decorrentes de lançamentos dos Editais de Contribuição Subsidiada fundamentados na Lei nº 5.092 de 21 de dezembro de 2010, que abaixo relaciona:

I – Rua Porto Seguro Bairro Laranjeiras - Edital nº 08/2014

II - Rua Albertina Ignez Erkmann Bairro Barragem – Edital nº 14/2014

Parágrafo Único. A anulação descrita no caput deste artigo decorre das recentes decisões judiciais oriundas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina declarando a ilegalidade da cobrança dos créditos com base na legislação municipal de pavimentação subsidiada.

Art. 2º - Fica determinado à Secretaria Municipal da Fazenda o cancelamento do lançamento tributário dos débitos oriundos dos editais de pavimentação subsidiada descritos no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - A devolução de valores eventualmente já pagos deverão ser requeridos diretamente ao Secretário Municipal da Fazenda, que deverá despachar o pedido em até 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Fica determinado à Secretaria Municipal da Fazenda o lançamento em Contribuição de Melhoria, com base no art. 81 e seguintes do Código Tributário Municipal e art. 15 e seguintes do Código Tributário Municipal, das obras públicas descritas no art. 1º deste decreto.

Art. 5º - Fica determinado à Procuradoria Geral do Município que promova, em até 30 (trinta) dias, estudos na legislação municipal, analisando-se em especial a aplicabilidade da Lei nº 5.092 de 21 de dezembro de 2010, bem como dos arts. 396 a 403 do Código Tributário Municipal frente as recentes decisões judiciais, o qual deverá ser apresentado, juntamente com projeto de lei de adequação, se for o caso, ao gabinete do prefeito municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5173, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 5173, de 01 de março de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.050	Manutenção Trânsito – Polícia Militar		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		

4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01802100	FUNPOM	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.050	Manutenção Trânsito – Polícia Militar		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01802100	FUNPOM	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de março de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5174, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 5174, de 01 de março de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 213,23 (duzentos e treze reais e vinte e três centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03379900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$	213,23
	TOTAL	R\$	213,23

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de março de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0201/RH

PORTARIA Nº 0201/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora SANDRA DENISE FACHINI SEDREZ, matrícula n. 99015, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista (20h), para frequentar Mestrado em Ortodontia, na instituição de ensino Centro Universitário Hermínio Ometto – FHO/UNIARARAS, de acordo com o requerimento efetuado pelo servidor, por meio do Protocolo n. 158228/2016.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 01 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria nº 0206/2016

PORTARIA Nº. 0206/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 20/01/2016 o cargo de provimento efetivo de Professor da Secretaria Municipal de Educação, em virtude do falecimento da titular do cargo, a servidora SILVIA SCHLEMPER, ocorrido em 20/01/2016, conforme Certidão de Óbito de Matrícula nº 105262 01 55 2016 4 00047 065 0017369 38, município e comarca de Rio do Sul - Santa Catarina., nos termos do Art. 38, inciso VII da Lei Complementar nº. 309, de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA Nº 0213/RH

PORTARIA Nº 0213/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora LAIANA DA SILVA OSSEMER, matrícula n. 168971, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para frequentar Curso de Mestrado em Administração, na instituição de ensino Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, de acordo com o requerimento efetuado pelo servidor, por meio do Protocolo n. 157766/2016.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0216/RH

PORTARIA Nº 0216/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora ADRIANA DE MIRANDA LIMA ERHARDT, matrícula n. 1031287, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, para frequentar Curso de Graduação em Enfermagem, na instituição de ensino Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, de acordo com o requerimento efetuado pelo servidor, por meio do Protocolo n. 157817/2016.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso

e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0218/RH

PORTARIA Nº 0218RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, ao servidor LEONILTON ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA, matrícula n. 1031295,

ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, para frequentar Curso de Graduação em Enfermagem, na instituição de ensino Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, de acordo com o requerimento efetuado pelo servidor, por meio do Protocolo n. 158226/2016.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 839, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 839, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

Instala Comissão Legislativa Temporária Especial, com o fim de analisar Projeto de Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2015, que altera dispositivos da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e conforme preceitua o § 2o, do artigo 129, da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara:

RESOLVE:

Art. 1o Ficam nomeados para compor Comissão Legislativa Temporária Especial, para emitir parecer ao Projeto de Resolução no 3, de 7 de dezembro de 2015, que altera dispositivos da Resolução no 597, de 13 de dezembro de 2010, os seguintes vereadores:

I – Cariso Sávio Giacomini, representante do PMDB;

II – Janara Mafra, representante do PSD;

III – Jeferson Vieira, representante do PSD;

IV – José Thomé, representante do PSDB;

V – Zeli da Silva, representante do PT.

Parágrafo único. Caso um dos componentes da Comissão venha a licenciar-se, por qualquer motivo legal, que necessite a convocação de suplente, este assumirá todos os direitos e obrigações atribuídas ao titular, conforme § 1o do art. 236, da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Art. 2o A Comissão elegerá em reunião, seu Presidente, Secretário e Relator Geral e a contar desta data, deverá emitir seu parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme determina o §3o e §5o, do art. 129, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Art. 3o A Comissão deverá também, após aprovação do Projeto de Resolução, se houver, proceder à compilação do texto da Resolução, com as emendas existentes.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

MÁRIO MIGUEL CARISO

Presidente

SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 24/2016 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE QUATRO ROÇADEIRAS,

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 24/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE QUATRO ROÇADEIRAS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 11/03/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 11/03/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 1 de março de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 25/2016 - INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DO PAVIMENTO DAS VIAS PAVIMENTADAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 25/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de SERVIÇOS DE CONserto DO PAVIMENTO DAS VIAS PAVIMENTADAS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 14/03/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 14/03/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 2 de março de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3681

DECRETO N. 3.681 /2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 31.440,86 (Trinta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos), conforme discriminação a seguir:

08.02- Departamento de Urbanismo	
15.451.0028.1.018000 – Calçamento em Piso com Pedras de Basalto Irregulares	
(669) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	31.440,86
Fonte: 0300 SUPERAVIT – Recursos Próprios	
TOTAL	31.440,86

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigos anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015, mais especificamente da fonte de recursos: 100 – Recursos Próprios.

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 1.200,96 (Mil e duzentos reais e noventa e seis centavos), conforme discriminação a seguir:

06.01- Departamento de Educação	
12.361.0014.2.024000 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
(670) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.200,96
Fonte: 0318 SUPERAVIT – Transferências do FUNDEB	
TOTAL	1.200,96

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigos anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015, mais especificamente da fonte de recursos: 118 – Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício).

Art. 5º - As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 6º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 2.177/2015 de 22 de Dezembro de 2015.

Art. 7º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia. (SC), 04 de março de 2016.
VALDOCI SAUL
Prefeito Municipal de Romelândia

EXTRATO 518 ALIMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 518/2016
PREGÃO 09/2016

O Município de Romelândia/SC realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, para. Aquisição de Gêneros Alimentícios e Utensílios Domésticos para o CRAS e SCFV para o ano de 2016. Tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/02 e, subsidiariamente, lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 09h00min do dia 17/03/2016. Romelândia (SC), 29/02/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO 525 PROFESSOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 525/2016
Convite nº 01

O Município de Romelândia (SC) realizará licitação na modalidade Convite, para CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR E/OU EMPRESA COM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA MINISTRAR AULAS DE FUTEBOL SALÃO NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES AOS MUNICÍPIOS COM FAIXA ETÁRIA ENTRE 06 e 17 ANOS COM FORMAÇÃO DE TIMES A FIM DE PARTICIPAR DE CAMPEONATOS REGIONAIS E ESTADUAIS. Tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/02 e, subsidiariamente, lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49)3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 14h00 horas do dia 11/03/2016. Romelândia (SC), 29/02/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 8037

PORTARIA Nº 8037/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal KATIENZA APARECIDA DOS SANTOS, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8038

PORTARIA Nº 8038/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal ANA CLEIDE FRANCISCA DA SILVA, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8039

PORTARIA Nº 8039/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal EDINEIA PAULA MENEGHINI MICHELS, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8040

PORTARIA Nº 8040/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal DEBORA PERONDI NUNES DE ARNOTE, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8041

PORTARIA Nº 8041/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal CLARINDA FATIMA GRADE, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8042

PORTARIA Nº 8042/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal SIMONE CECHELEIRO, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8043

PORTARIA Nº 8043/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal ALINE G.PESSOTTO, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8044

PORTARIA Nº 8044/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal IVANI LUCIA ZANDER, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8045

PORTARIA Nº 8045/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal MIRTES LUCIA B. ANDRES, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8046

PORTARIA Nº 8046/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal MARLEI DE ASSIS BORGHETTI, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8047

PORTARIA Nº 8047/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal MARTELI WEBLER, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8048

PORTARIA Nº 8048/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal ILONI RODRIGUES DA FONSECA GREGOL, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8049

PORTARIA Nº 8049/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal MARCIA NUNES DA SILVA, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8050

PORTARIA Nº 8050/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal DANIANI AGNES, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8051

PORTARIA Nº 8051/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, à Servidora Pública Municipal VANIA MARA PANDOLFO DELLAZARI, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8052

PORTARIA Nº 8052/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, ao Servidor Público Municipal JOSENEI SASSETT, conforme Lei Complementar nº 005/2009, artigo 102, a partir

desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de março de 2016.

Valdocí Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8053

PORTARIA Nº 8053/2016

NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCÍ SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,
RESOLVE:

Nomear candidata abaixo relacionados para o cargo, carga horária de trabalho, secretaria e respectiva classificação, em virtude de ter obtido aprovação no processo seletivo nº 01/2015 devendo a mesma comparecer junto à Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, a fim de receber a relação de documentos e exames médicos necessário e complementares, a serem apresentados para efeitos de HABILITAÇÃO DE POSSE, devendo entregar os mesmos no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da Portaria de Nomeação, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período.

O não comparecimento ou não apresentação dos exames médicos e documentos complementares solicitados no prazo estabelecido importa a desistência do candidato em ingresso no serviço público municipal.

DA NOMEAÇÃO:

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CARGO: Assistente Social – CRAS 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Eliane Baú 2º Lugar

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogadas as disposições em contrário.

Registrada e publicada a portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia SC, 02 de março de 2016.

Valdocí Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA 8054

PORTARIA Nº 8054/2016

NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCÍ SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,
RESOLVE:

Nomear candidato abaixo relacionado para o cargo, carga horária de trabalho, secretaria e respectiva classificação, em virtude de ter

obtido aprovação no processo seletivo nº 01/2015 devendo o mesmo comparecer junto à Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, a fim de receber a relação de documentos e exames médicos necessário e complementares, a serem apresentados para efeitos de HABILITAÇÃO DE POSSE, devendo entregar os mesmos no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da Portaria de Nomeação, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período.

O não comparecimento ou não apresentação dos exames médicos e documentos complementares solicitados no prazo estabelecido importa a desistência do candidato em ingresso no serviço público municipal.

DA NOMEAÇÃO:

FUNDO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

CARGO:

Técnico Administrativo I - 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Vinicius Ferreira 3º Lugar

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogadas as disposições em contrário.

Registrada e publicada a portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia SC, 03 de março de 2016.

Valdocí Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA 8055

PORTARIA Nº 8055/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCÍ SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr CLAUDIOMIRO ANTONIO MARMITT, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2013 à 02 de julho de 2014, para serem gozadas de 03 de março de 2016 à 01 de abril de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 03 de março de 2016.

Valdocí Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 24/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	24/2016
Contrato Principal Nº	06/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	PAIN CONSTRUÇÕES INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME
Objeto	Prorrogação de prazo para a prestação de serviço de revitalização da Avenida João Corso com implantação de passeios públicos e iluminação, para aplicação dos recursos do convênio Nº. 2014TR003786 firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, passando o prazo final da obra a ser 29 de março de 2016.
Vigência	29 de fevereiro à 29 de março de 2016.
Processo Nº. 114/2014.	
Tomada de Preços Nº. 07/2014.	
Santiago do Sul, 26 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 25/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	25/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	JUDITE SOMAVILA SIEGA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município
Valor R\$	R\$ 600,00 (seiscentos reais).
Vigência	02 de março à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 14/2016.	
Dispensa de Licitação Nº. 04/2016.	
Santiago do Sul, 01 de março de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 26/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	26/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	BENJAMIM NESPOLO
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município
Valor R\$	R\$ 2.775,00 (dois mil setecentos e setenta e cinco reais).
Vigência	02 de março à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 14/2016.	
Dispensa de Licitação Nº. 04/2016.	
Santiago do Sul, 01 de março de 2016.	

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 27/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	27/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO - COPERAQUI
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município
Valor R\$	R\$ 6.278,00 (seis mil duzentos e setenta e oito reais).
Vigência	02 de março à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 14/2016.	
Dispensa de Licitação Nº. 04/2016.	
Santiago do Sul, 01 de março de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 28/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	28/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA - COOPERA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município
Valor R\$	R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência	02 de março à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 14/2016.	
Dispensa de Licitação Nº. 04/2016.	
Santiago do Sul, 01 de março de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 29/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	29/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	ZELI NELICE PEDROTTI GROLLI - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor R\$	R\$ 2.468,40 (dois mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).
Vigência	01 de março à 30 de abril de 2016.
Processo Nº. 11/2016.	
Pregão Presencial Nº. 08/2016.	
Santiago do Sul, 01 de março de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 30/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	30/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	MERCADO SANTIAGO LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor R\$	R\$ 8.060,94 (oito mil e sessenta reais e noventa e quatro centavos).
Vigência	01 de março à 30 de abril de 2016.
Processo Nº. 11/2016.	
Pregão Presencial Nº. 08/2016.	
Santiago do Sul, 01 de março de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº.14/2016	
Edital: Dispensa por Justificativa Nº.04/2016	
Fornecedor (es)	BENJAMIM NESPOLO, JUDITE SOMAVILA SIEGA, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO – COPERAQUI, COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA - COOPERA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	R\$ 12.173,00 (doze mil cento e setenta e três reais).
Santiago do Sul-SC, 01 de março de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Bento do Sul

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 38/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

ANULAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, resolve ANULAR LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DESGASTE DIVERSOS, PARA USO EM EQUIPAMENTOS (MOTONIVELADORAS, ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS, RETROESCAVADEIRAS, PAS CARREGADEIRAS E MINI CARREGADEIRAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. Vem através deste comunicar que, devido à provocação de terceiros e solicitação da Secretaria requisitante, anula-se o processo licitatório Pregão Presencial 38/2016. São Bento do Sul, 02 de março de 2016.

Alcionei França da Silva.
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1258/2016

DECRETO Nº 1258, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.528,48 (cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Projeto: 1.029 – Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas

4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações R\$ 42.140,85

Atividade: 2.057 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3.3.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.387,63

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 200 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente, no valor de R\$ 59.528,45 (cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1259/2016

DECRETO Nº 1259, DE 02 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 336.228,33 (trezentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Projeto: 1.041 – Horta Comunitária

3.3.90.30.00.00.00 324 - Material de Consumo R\$ 14.487,93

4.4.90.52.00.00.00 324 - Equip. Material Permanente R\$ 4.400,00

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS
3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 15.324,25

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.071 – FNAS – Gestão – IGD do SUAS
3.3.90.14.00.00.00 352 - Diárias - Civil R\$ 3.000,00
3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.982,67

Atividade: 2.079 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo R\$ 1.519,74
4.4.90.52.00.00.00 352 - Equip. Material Permanente R\$ 804,86

Atividade: 2.080 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo R\$ 4.678,73
3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00
3.3.90.48.00.00.00 352 - Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas R\$ 13.620,03
4.4.90.52.00.00.00 352 - Equip. Material Permanente R\$ 79,43

Atividade: 2.081- Gestão dos Serv. Proteção Social Básica – PBF - Estado
3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 8.000,00
3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.273,16
4.4.90.52.00.00.00 352 - Equip. Material Permanente R\$ 55.134,82

Atividade: 2.091- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV – União
3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00
3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 4.000,00
3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 34.674,99
3.3.90.47.00.00.00 352 - Obrigações Tribut. e Contributivas R\$ 1.000,00

Atividade: 4.079 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade
3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distrib. Gratuita R\$ 5.000,00
3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 3.000,00
3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 18.312,94

Atividade: 4.080 – Gestão dos Serviços de Proteção Básica - União
3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 15.000,00
3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.123,57

Atividade: 4.081 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica – Bolsa Família
3.3.90.14.00.00.00 363 - Diárias - Civil R\$ 3.000,00
3.3.90.30.00.00.00 363 - Material de Consumo R\$ 7.000,00
3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distrib. Gratuita R\$ 2.004,28
3.3.90.39.00.00.00 363 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 11.000,00
4.4.90.52.00.00.00 363 - Equip. Material Permanente R\$ 22.230,93

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Turismo
Atividade: 2.020 – Fundo Municipal de Turismo
3.3.90.30.00.00.00 310 - Material de Consumo R\$ 10.788,00
3.3.90.39.00.00.00 310 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.788,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, na fonte de recursos 0152 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social – FNAS, no valor de R\$ 252.533,47, fonte de recursos 0163 – Bolsa Família, no valor de R\$ 43.230,93, 024 – Transferências de Convênios Outros, no valor de R\$ 18.887,93 e fonte de recursos 0110 - Fundo Municipal de Turismo, no valor de R\$ 21.576,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de março de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1260/2016

DECRETO Nº 1260, DE 03 DE MARÇO DE 2016

DISPÕE SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM EVENTO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei n. 3005 de 02 de maio de 2012 que "Dispõe sobre a Proibição do Consumo de Bebidas Alcoólicas em

Logradouros Públicos”,

RESOLVE:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal autoriza o consumo de bebidas alcoólicas exclusivamente na Praça Getúlio Vargas, localizada no Município de São Bento do Sul, no dia 06 de março de 2016, no horário compreendido entre 10:00 horas e 18:00 horas, em razão da realização do evento Antigos na Praça.

Art. 2º A autorização restringe apenas na data e local estabelecido no artigo anterior, ficando vedado tal consumo por pessoas menores de 18 anos de idade, nos termos de legislação vigente em todo território nacional.

Art. 3º Os organizadores deverão orientar os frequentadores do evento da área delimitada para o consumo e solicitar as autoridades policiais a manutenção da ordem pública nos locais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

LEI N° 3634/2016

LEI N° 3634, DE 03 DE MARÇO DE 2016

ALTERA A LEI N° 62 DE 29 DE MAIO DE 2001, QUE INTRODUZ MODIFICAÇÕES E CONSOLIDA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transformado o cargo de Assessor de Imprensa e Cerimonial, atualmente existente na estrutura organizacional interna do Gabinete do Prefeito, em Assessor de Expediente e Legislação, permanecendo na mesma estrutura, sendo que o Anexo XV da Lei nº 62 de 29 de maio de 2001, no que se refere ao referido cargo, passa a vigorar com a seguinte redação:

Símbolo CC-5

Qtde	Lotação	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	GAPRE	ASSESSOR DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO	Assessorar o Prefeito Municipal e o Chefe de Gabinete na redação, publicação, expedição e registro dos atos administrativos, tais como projetos de lei, leis, decretos, portarias, convênios e termos de cessão de uso, inerentes ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Fica transformado o cargo de Chefe de Setor de Contratos, Compras e Licitações, atualmente existente na estrutura organizacional interna da Secretaria Municipal de Saúde e transferido por esta Lei para a estrutura organizacional interna da Secretaria Municipal de Finanças, em Chefe de Setor de Controladoria Contábil, sendo que o Anexo XV da Lei nº 62 de 29 de maio de 2001, no que se refere ao referido cargo, passa a vigorar com a seguinte redação:

Símbolo CC-5

Qtde	Lotação	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	SEFIN	CHEFE DE SETOR DE CONTROLADORIA CONTÁBIL	Chefiar e coordenar a equipe do setor de controladoria contábil, que exerce o controle e registro da dívida fundada do município, classificação e lançamento das dívidas ativas, análise e controle das contas de cauções, depósitos Judiciais, depósitos de terceiros; a equipe é responsável pela conferência e registro das suplementações; importação e lançamento das Receitas; emissão e verificação dos balancetes mensais; conferência dos recolhimentos patronal; realização da conciliação de saldo contas contábeis; emissão dos relatórios de fechamento da movimentação diária;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11151/2016

PORTARIA Nº 11151, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de março de 2016, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARCIA ESTELA SCHEIDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, Grupo Ocupacional 05, Nível II, Classe F, matrícula nº 5690, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 628/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2016.

São Bento do Sul, 01 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11152/2016

PORTARIA Nº 11152, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de março de 2016, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado JOÃO PEDRO BATISTA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia – em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe G, matrícula nº 15310, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 877/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2016.

São Bento do Sul, 01 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11157/2016

PORTARIA Nº 11157, DE 02 DE MARÇO DE 2016

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2016.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA - Representante da Secretaria Municipal de Administração;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos,

DEBORA ELAINE BELLO – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Carlos

PREFEITURA

AVISO LIC N.17-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.17/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N.17/2016
Tipo : Menor preço
Objeto: MEDALHAS DIVERSAS.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas – dia 17 de março de 2016
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas- dia 17 de março de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30
e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000
SAO CARLOS, 03 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.16/2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.16/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL – Nº.:16/2016
Tipo : Menor Preço/ Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE TECNICO EM INFORMATICA – NUCLEOS ESCOLARES
Entrega dos Envelopes : 08:00 horas do 17 de março de 2016
Abertura dos Envelopes : 08:00 horas do dia 17 de março de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30
e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49 3325 3000.
SAO CARLOS, 03 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.18-2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.18/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL – N.18/2016
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS PARA CONCLUSÃO DO PAVILHÃO DE LINHA S.JOSÉ
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas – dia 18 de março de 2016
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas- dia 18 de março de 2016 .
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000
SAO CARLOS, 03 de março de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.19/2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.19/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL – N.19/2016
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS-MANUT CONVENIO
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas – dia 22 de março de 2016
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas- dia 22 de março de 2016 .
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30
e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000
SAO CARLOS, 03 de março de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

EXT.CREDENCIAMENTO 01-02-03-04-05-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
T .Cred Nº.:03/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.: TRANSPORTES ZEN & ZENI LTDA
Objeto : SERVIÇOS DE MÁQUINAS -
Valor : R\$: CONFORME DECRETO
Vigência : 31.12.2016
Licitação : INEXIGIBILIDADE N.12/2016
SAO CARLOS, 01 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL
Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
T .Cred Nº.:01/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL
Contratada.: OHLAND LOCAÇÕES EIRELI-ME
Objeto : SERVIÇOS DE MÁQUINAS -
Valor : CONFORME DECRETO
Vigência : 31.12.2016
Licitação : INEXIGIBILIDADE N.12/2016
SAO CARLOS, 01 de MARÇO de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
T .Cred Nº.:04/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.: M&P TERRAPLENAGEM LTDA-ME
Objeto : SERVIÇOS DE MÁQUINAS -
Valor : R\$: CONFORME DECRETO
Vigência : 31.12.2016
Licitação : INEXIGIBILIDADE N.12/2016

SAO CARLOS, 01 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
T .Cred Nº.:02/2016
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:CONSTRUTERRA OBRAS E TERRAPLANAGEM LTDA
Objeto :SERVIÇOS DE MÁQUINAS -
Valor :R\$: CONFORME DECRETO
Vigência : 31.12.2016
Licitação :INEXIGIBILIDADE N.12/2016
SAO CARLOS, 01 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
T .Cred Nº.:05/2016
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:R&D PHILIPPSEN TERRAPLANAGEN LTDA-EPP
Objeto :SERVIÇOS DE MÁQUINAS -
Valor :R\$: CONFORME DECRETO
Vigência : 31.12.2016
Licitação :INEXIGIBILIDADE N.12/2016
SAO CARLOS, 01 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO FMS 001 ITAU SEGUROS VALOR

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JANEIRO/2016

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 001 DE 29/01/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/01/2016

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 022/2015 Pregão Presencial 007/2015

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR do Contrato FMS n. 006 de 31 de julho de 2015

VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.072,09

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A

CNPJ n. 08.816.067/0001-00,

DATA FINAL VIGÊNCIA: 01/08/2016

DEC 2224 DE 01 03 2016 SUPERÁVIT FMAS

DECRETO Nº 2224, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional pelo superávit financeiro e adiciona o valor de R\$ 10.196,00 (dez mil, cento e noventa e seis reais), na seguinte programação de despesa:

11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.244.1007.2.015 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	135	03.0052	10.196,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 10.196,00 (dez mil, cento e noventa e seis reais) da Fonte de Recursos 03.0052 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – PBF.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 035/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Processo Licitatório PREFE n. 035/2016

Pregão Presencial PREFE n. 013/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 16 de março de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LETRAS CAIXA EM INOX POLIDO, conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 02 de março de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial do Município.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 02 2016**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 1/4
Data: 03/03/2016
Hora: 14:23:06
Período: 01/02/2016 - 29/02/2016**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 01/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	861,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	574,32
Total de recursos recebidos em 01/02/2016:			1.435,81

Recursos recebidos em: 02/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	416,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	92.220,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	624,29
Total de recursos recebidos em 02/02/2016:			93.261,12

Recursos recebidos em: 03/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.910,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.273,96
Total de recursos recebidos em 03/02/2016:			3.184,91

Recursos recebidos em: 04/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.415,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	231.965,87
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	945,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	-231.965,87
Total de recursos recebidos em 04/02/2016:			2.361,81

Recursos recebidos em: 05/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	375,88
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	563,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	23.220,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
Total de recursos recebidos em 05/02/2016:			93.874,99

Recursos recebidos em: 10/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	274.357,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	68.589,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	1,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	114.315,71
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	15.017,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	1,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 2/4
 Data: 03/03/2016
 Hora: 14:23:06
 Período: 01/02/2016 - 29/02/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 10/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	22.525,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	3,99
Total de recursos recebidos em 10/02/2016:			494.812,47

Recursos recebidos em: 11/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	870,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	1.115,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	580,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	3.000,00
Total de recursos recebidos em 11/02/2016:			32.599,09

Recursos recebidos em: 12/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	13.301,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.867,94
Total de recursos recebidos em 12/02/2016:			22.169,84

Recursos recebidos em: 15/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	42.240,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	28.160,65
Total de recursos recebidos em 15/02/2016:			70.401,64

Recursos recebidos em: 16/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	909,07
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.363,61
Total de recursos recebidos em 16/02/2016:			2.272,68

Recursos recebidos em: 17/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	713,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.069,86
Total de recursos recebidos em 17/02/2016:			1.783,10

Recursos recebidos em: 18/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.123,28

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/4
 Data: 03/03/2016
 Hora: 14:23:06
 Período: 01/02/2016 - 29/02/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 18/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	748,85
Total de recursos recebidos em 18/02/2016:			1.872,13

Recursos recebidos em: 19/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.579,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	12.009,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	28.823,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.869,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	72,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC FEDERAL	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.841,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	7.205,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	173,65
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	43,41
Total de recursos recebidos em 19/02/2016:			99.619,60

Recursos recebidos em: 22/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	563,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	844,72
Total de recursos recebidos em 22/02/2016:			1.407,87

Recursos recebidos em: 23/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.362,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	9.544,08
Total de recursos recebidos em 23/02/2016:			15.906,81

Recursos recebidos em: 24/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.846,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.769,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	71.343,44
Total de recursos recebidos em 24/02/2016:			75.959,17

Recursos recebidos em: 25/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	4.579,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.651,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	9.976,81
Total de recursos recebidos em 25/02/2016:			21.207,13

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/4

Data: 03/03/2016

Hora: 14:23:06

Período: 01/02/2016 - 29/02/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 26/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	30.865,90
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.137,88
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.206,82
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	57.002,29
Total de recursos recebidos em 26/02/2016:			93.212,89

Recursos recebidos em: 29/02/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	9.067,32
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	36.954,31
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	379,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.518,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	22.172,58
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	37.863,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	88.690,33
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	632,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.044,88
Total de recursos recebidos em 29/02/2016:			203.323,85

TOTAL GERAL:**1.330.666,91**

SAO DOMINGOS, SC, 03 de março de 2016.

Recebido em ____/____/____.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Novamil Empreendimentos Agropecuários- Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 17/2016

OBJETO: "Aquisição de material para a sementeira de flores, plantio de flores e manutenção dos paisagismos do Setor de Urbanismo do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 4.187,40

VIGÊNCIA: 03.03.2016 até 30.03.2016

São João do Oeste – 03 de março de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Bentec Empreendimentos Agropecuários- LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 17/2016

OBJETO: "Aquisição de material para a sementeira de flores, plantio de flores e manutenção dos paisagismos do Setor de Urbanismo do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 4.588,00

VIGÊNCIA: 03.03.2016 até 30.03.2016

São João do Oeste – 03 de março de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

PP 03/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a contratação de empresa para ministrar palestras para as famílias integrantes do CRAS do município de São João do Oeste, com recursos do IGD e PAIF.

Tipo: menor preço por lote.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 16 de março de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de março de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 04/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a contratação de empresa para realizar oficinas de artesanato, pintura e reciclados, incluindo todo o material para realização das mesmas, com recursos do PAIF. Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 09:00 horas do dia 17 de março de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de março de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 23/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 022/2016, com sistema de registro de preço, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de impressão gráfica para a secretaria da educação do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 16 de março de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 16 de março de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de março de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 002/2016

CONVÊNIO 002/2016

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

O Município de São João do Sul, com sede administrativa à Avenida Nereu Ramos, 50 inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.547.274/0001-60, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO RUBENS DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador do CPF Nº. 543.515.459-68, residente na Rua Anselmo Borba, 406 – Centro – São João do Sul – SC e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Sul, com sede na Rua José Francisco Lummertz, 138, Município de São João do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 73.870.933/0001-03, neste ato representada pelo Sr. ALESSANDRO DE VARGAS ROXO, brasileiro, CPF nº. 824.742.309-04, residente na Rua Luiz Scandolara, s/n – Centro - Município de São João do Sul, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação técnica - financeira, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio, a cooperação técnica-financeira visando à contratação de profissionais e técnicos para o quadro de pessoal e para custear despesas de manutenção desta entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Tem fundamentação legal na Lei Estadual n.º 9.831 de 17.02.95, no que couber na lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, na Lei Orgânica da Assistência Social n.º 890 de 11 de novembro de 1997 e Lei Municipal nº. 1742 de 11 de Dezembro de 2014, que autoriza firmar convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente convênio A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL, ora denominada CONVENIENTE, repassará Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Sul – APAE ora denominado CONVENIADA, a importância de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), conforme Cronograma de Desembolso/Plano de Aplicação em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PREFEITURA MUNICIPAL

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I - Efetuar os repasses dos recursos financeiros, de acordo com o plano de aplicação.
- II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto do convênio.
- III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio, conforme mencionado na cláusula primeira.
- IV - Examinar e aprovar por parecer técnico, a reformulação por plano de trabalho quando se fizer necessário, desde que não implique na alteração do objeto do convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A CONVENIADA obriga-se a:

- I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o plano de trabalho. Não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes.
- II - Ressarcir ao CONVENIENTE, os recursos recebidos através deste convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização.
- III - Responsabilizar-se pelos encargos das naturezas fiscais, trabalhistas e providenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguro geral, eximindo o CONVENIENTE, de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros em juízo, ou fora dele.
- IV - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem Promoção Social e pessoal de autoridades ou serviços públicos.
- V - Responsabilizar-se pelos prazos estabelecidos.
- VI - Aceitar supervisão e orientação técnica promovida pelo CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução.
- VII - Encaminhar ao DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DO CONVENIENTE, a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo

máximo de 30 (trinta) dias, contando da data de recebimento dos mesmos, sendo que a prestação de contas da última parcela deverá ocorrer até o dia 20/12/2016.

VIII - Manter conta corrente específica junto ao BANCO DO BRASIL/BESC agência 5369-4, Conta Corrente nº 47906-3, sob o título APAE/ CONVÊNIO PREF. SJS/PROFISSIONAIS E TÉCNICOS.

IX - Devolver ao CONVENIENTE, os saldos financeiros remanescente, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogado 30(trinta) dias da data de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pelo CONVENIENTE.

X - Utilizar os recursos única e exclusivamente, para o fim estabelecido na cláusula primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento ao fundo dos valores repassados com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais.

XI - Propiciar aos técnicos do CONSELHO MUNICIPAL, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do convênio.

XII - Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto deste convênio.

XIII - Manter cadastros, prontuário individualizado dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos serão repassados mensalmente, conforme plano de aplicação anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser apresentada A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser elaborada de acordo com as instruções a seguir:

- Preenchimento do TC 28 e TC 29;
- Documento comprobatório da despesa original ou cópia autenticada;
- Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o serviço foi prestado, e que está conforme as especificações nele consignadas.
- Cópia de transferências bancárias comprovando os pagamentos realizados pela associação;
- Extrato bancário demonstrando a utilização total dos recursos, se emitido via internet, com autenticação de funcionário da agência bancária, com carimbo de banco.
- Todas as páginas numeradas e assinadas.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder fiscalizações nas instalações e documentos relativos a execução do presente convênio.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONVENIENTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para execução deste convênio será contado a partir de 01 de Março de 2016 à 31 de Dezembro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A referida despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIAL SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.242.0126.2017 – APOIO A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.3.50.43.02.00.00.0080 – Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul – SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncias expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo.

São João do Sul, 01 de Março de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL		ALESANDRO DE VARGAS ROXO PRESIDENTE DA APAE
	DE CASTRO, PELEGRIM E PEREIRA ADVOGA- DOS ASSOCIADOS Rafael Pelegrim OAB/SC 25.786 Assessor Jurídico	
Testemunhas:		
KEITI EUGÊNIO DE MATOS CPF 077.356.709-74		MARIA ROSANE CARDOSO CPF 024.004.829-69

CONVÊNIO N º 002/2016

ENTIDADE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DO SUL
MUNICÍPIO – SÃO JOÃO DO SUL

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PLANO DE APLICAÇÃO**PARCELA VALOR**

01 R\$ 5.000,00
02 R\$ 3.000,00
03 R\$ 3.000,00
04 R\$ 3.000,00
05 R\$ 3.000,00

TOTALR\$ 17.000,00

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

- Pagamento de profissionais e técnicos;
- Pagamento de despesas com encargos trabalhistas (inss, fgts, se houver...).
- Para custear despesas de manutenção

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL		CADASTRO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE E DO DIRIGENTE			ANEXO I	
I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE						
01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE APAE de São João do Sul		02 – PROCESSO DE HABILITAÇÃO À COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº			03 – EXERCÍCIO 2016	
		04 - C.G.C. 73.870.933/0001 – 03	05 – UF SC	06 – TIPO		
07 – ENDEREÇO COMPLETO: Rua José Francisco Lummertz, 138						
08 – MUNICÍPIO SÃO JOÃO DO SUL .		09 – CAIXA POSTAL	10 – CEP 88.970-000		11 – UF SC	

12 – ALUNOS ATENDIDOS 62	13 – DDD 48	14 – FONE 3539-0445	15 – FAX 3539-0445	16 – E-MAIL apaesaojoaodosul@gmail.com
17 – NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE ALESANDRO DE VARGA ROXO		18 – C.P.F. 824.742.309-04		
23 – CARGO OU FUNÇÃO PRESIDENTE	24 – Nº C.I. 3.031.378	25 – EXPEDIÇÃO/DATA 06/03/12	26 – ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/SC	
27 – ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: Rua Luiz Scandolara, s/nº, Centro.				
28 – MUNICÍPIO SÃO JOÃO DO SUL		29 – CEP 88.970-000	30 – UF SC	
3.1 – AUTENTICAÇÃO				
SÃO JOÃO DO SUL – SC 26/02/2016 LOCAL DATA ALESANDRO DE VARGAS ROXO _____ NOME DO DIRIGENTE OU DO ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL SEU REPRESENTANTE LEGAL				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CONDICIONANTES LEGAIS	ANEXO II
<p>ALESANDRO DE VARGAS ROXO 3.031.378 declara para fins de celebração de (nome do dirigente) (Carteira de Identidade)</p> <p>convênio ou de outro instrumento similar no âmbito da Prefeitura Municipal de São João do Sul, visando a obtenção de recursos, que APAE de São João do Sul.</p> <p>(nome do órgão ou entidade proponente)</p> <p>I – não está inadimplente com:</p> <p>(X) a. União (Fazenda Nacional), inclusive no que concerne às contribuições relativas ao PIS/PASEP, de que trata o art. 239 da Constituição Federal;</p> <p>(X) b. a contribuição para o Seguro Social (INSS), de que trata o art. 195 da Constituição Federal;</p> <p>(X) c. as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(X) d. a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajustes, subvenções sociais, contribuições, auxílios e similares.</p>		
III – AUTENTICAÇÃO		
SÃO JOÃO DO SUL – SC 26/02/2016 LOCAL DATA ALESANDRO DE VARGAS ROXO _____ NOME DO DIRIGENTE OU DO ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL SEU REPRESENTANTE LEGAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL	PLANO DE TRABALHO DESCRIÇÃO DO PROJETO	ANEXO III
--	---	-----------

01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE APAE DE SÃO JOÃO DO SUL	02 – PROCESSO Nº	03 - EXERCÍCIO 2016
	04 - C.G.C 73870933/0001 - 03	05 – UF SC

6 – CONTA CORRENTE 47906-3	7 – BANCO 001	8 – AGÊNCIA 5369-4	9 – PRAÇA DE PAGAMENTO SÃO JOÃO DO SUL	10 – UF SC
-------------------------------	------------------	-----------------------	---	---------------

11 – AÇÃO A SER FINANCIADA Manutenção da entidade.

12 – DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO - Pagamento de profissionais e técnicos; - Pagamento de despesas com encargos trabalhistas (INSS, FGTS, se houver...) - Para custear despesas de manutenção

13 – AUTENTICAÇÃO SÃO JOÃO DO SUL – SC 26/02/2016 LOCAL DATA ALESANDRO DE VARGAS ROXO _____ NOME DO DIRIGENTE OU DO ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL SEU REPRESENTANTE LEGAL
--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL	PLANO DE TRABALHO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO	ANEXO IV
---	--	----------

01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE APAE DE SÃO JOÃO DO SUL	02 – PROCESSO Nº 04 – C.G.C 73.870.933/0001 – 03	03 - EXERCÍCIO 2016 05 – UF SC.
--	--	--

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

			09 – INDICADOR FÍSICO		10 – PREVISÃO DE EXECUÇÃO	
06 – META	07 ETAPA/FASE	08 – ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	INICIO	TÉRMINO
01	01	Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência	UN	01	01/03/2016	31/12/2016

PLANO DE APLICAÇÃO

11 – NAT. DESPESA	12 – ESPECIFICAÇÃO - Pagamento de profissionais e técnicos; - Pagamento de despesas com encargos trabalhistas (INSS, FGTS, se houver...) - Para custear despesas de manutenção	13 – CONCEDENTE 17.000,00	14 – PROPONENTE	15 – TOTAL (EM R\$ 1,00) 17.000,00
16 – TOTAL GERAL (EM R\$)				17.000,00

17 – AUTENTICAÇÃO

SÃO JOÃO DO SUL – SC 26/02/2016
LOCAL DATA

ALESANDRO DE VARGAS ROXO _____
NOME DO DIRIGENTE OU DO ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO
SEU REPRESENTANTE LEGAL SEU REPRESENTANTE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL	PLANO DE TRABALHO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	ANEXO V
01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE	02 – PROCESSO Nº.	03 – EXERCÍCIO 2016
APAE DE SÃO JOÃO DO SUL	04 - C.G.C 73.870.933/0001 – 03	05 – UF SC

CONCEDENTE (EM R\$)	06-ANO	07- META	Parcela 01	Parcela 02	Parcela 03	Parcela 04	Parcela 05
	2016	01	5.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00

09 – TOTAL ACUMULADO DE RECURSOS DO CONCEDENTE (EM R\$) 17.000,00

10 – AUTENTICAÇÃO

SÃO JOÃO DO SUL – SC 26/02/2016
LOCAL DATA

ALESANDRO DE VARGAS ROXO _____
NOME DO DIRIGENTE OU DO ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO
SEU REPRESENTANTE LEGAL SEU REPRESENTANTE LEGAL

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 06/2016

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário no Processo Administrativo nº 1.303/2007:

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 212ª Sessão, em, por UNANIMIDADE, CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO, nos termos do voto do relator

ficando mantida a decisão que indeferiu o requerimento da fundação interessada, nos termos do voto divergente proferido pelo Conselheiro Sr. Mário Antônio Vieira, o qual foi designado para redigir o acórdão.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Rodrigo João Machado, sem voto, e dele participaram os Conselheiros Sr. Valmor dos Santos Júnior, Sr. Telmo Pedro Vieira e o Conselheiro Relator Sr. Sérgio Murilo da Silva, o qual ajustou seu voto para acompanhar a divergência.

Estiveram presentes ao julgamento e fizeram uso da palavra o Sr. Rodrigo de Carvalho, representando a fundação recorrente, e o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos, como representante da Fazenda Pública.

São José, 18 de fevereiro de 2016.

Rodrigo João Machado
Conselheiro Presidente

Sérgio Murilo da Silva	Mário Antônio Vieira
Conselheiro Relator	Conselheiro designado redator do Acórdão
Rozana Maria Kuster	Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos
Secretária-Geral	Procurador Adjunto do Município Representante da Fazenda

DECRETO Nº 5868/2016

DECRETO Nº 5868/2016

DEFINE O PISO DE VENCIMENTO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O ANO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, II, IV e VI da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 2º, § 2º da Lei Municipal 5.396, de 20 de maio de 2014,

CONSIDERANDO o artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e o artigo 2º da Lei Municipal nº 5.396, de 20 de maio de 2014,

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação atualizou o valor do Piso Nacional do Magistério da Educação Básica para o ano de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - O piso de vencimento para os profissionais, do Magistério Público Municipal de São José que atuam na Educação Básica, referente ao ano de 2016, fica estabelecido em R\$ 2.135,64 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Caberá à Secretaria de Administração tomar as medidas necessárias para a implementação deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5878/2016

DECRETO Nº 5878/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5879/2016

DECRETO Nº 5879/2016

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Cadastro deste Município, para o exercício de 2016, os seguintes servidores, todos efetivos, sob a presidência do primeiro:

- I. IZAURO PINTO;
- II. VERA SUELY DE ANDRADE;
- III. PAULO DUTRA;
- IV. ANDREY DA SILVA
- V. LUÍSA VEIGA DE SOUZA

Parágrafo único - Como Membro Suplente, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º – Fica concedido à Comissão Permanente de Cadastro, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5880/2016

DECRETO Nº 5880/2016

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, II, IV e VI da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal N.º 5.339 de 21 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor como membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2016, os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- I. LEONARDO WIETHORN RODRIGUES;
- II. REJANE MAGALI DOS SANTOS MEDEIROS;
- III. ADRIANA SILVA PACHECO PEDRO;
- IV. HUMBERTO ALCINO DA SILVA;
- V. PAULO DUTRA.

§ 1º - Como Membros Suplentes:

- I. VERA SUELY DE ANDRADE;
- II. KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER;
- III. ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS.

Art. 2º – Fica concedido à Comissão Permanente de Licitação, poderes de assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5881/2016

DECRETO Nº 5881/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5882/2016

DECRETO Nº 5882/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designado como pregoeiro para o exercício de 2016: EDSON MARCOS REIS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do pregoeiro os servidores: BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5883/2016

DECRETO Nº 5883/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como

exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5884/2016

DECRETO Nº 5884/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5885/2016

DECRETO Nº 5885/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeiro para o exercício de 2016: RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

DECRETO Nº 5886/2016

DECRETO Nº 5886/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC);

DECRETA:

Art. 1º – Fica designado como pregoeiro para o exercício de 2016: VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do pregoeiro os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 13/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 31/03/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	1.947/2012
Recorrente	MANOEL L. CORREA E MARIA LUCIA CORREA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	GINO DE SOUZA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 25 de fevereiro de 2015.

Rodrigo João Machado
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

Rozana Maria Kuster
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

RESOLUÇÃO Nº 001/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 001/2016/CMAS

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DO PROJETO EDUCAR NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ CMAS/SJ

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004;

CONSIDERANDO Art. 16º inciso 1º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - A Inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório;

CONSIDERANDO ofício 04/2013 de 07 de dezembro de 2013, no qual a Congregação das Servas de Maria Reparadoras – CSMR, informa que a partir de 2014 não estará mais mantendo o Projeto Educar;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo referente o cancelamento da Inscrição Nº 076 do Projeto Educar no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social dá início ao processo de cancelamento da Inscrição nº 76 do Projeto Educar, tendo como motivo a solicitação do cancelamento da Inscrição enviada pela Congregação das Servas de Maria Reparadoras – CSMR por meio do ofício 04/2013 de 07 de dezembro de 2013;

Art. 3º - Competirá à Secretaria Executiva proceder a notificação da Entidade concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999;

Art. 4º - As entidades que já não estiverem em funcionamento serão notificadas através de carta registrada dirigida ao Presidente;

Art. 5º - Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de defesa tempestiva.

Art. 6º - Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à Comissão Normas e, ato contínuo, à Comissão de Políticas.

Art. 7º - Os Pareceres das Comissões de Normas e Políticas serão submetidos à deliberação da Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José.

Art. 8º - Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 10º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente do CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/CMAS

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO BAIRRO BELA VISTA NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ CMAS/SJ

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO Art. 14º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - As Entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril ao Conselho de Assistência Social o Plano de Ação do ano corrente, e Relatório de Atividades do ano anterior;

CONSIDERANDO Art. 16º inciso 1º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - A Inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS Nº 03/2015 – dispõe sobre

as entidades que não entregaram Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014 ao Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo referente o cancelamento da Inscrição Nº 001 do Conselho Comunitário Bairro Bela Vista no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social dá início ao processo de cancelamento da Inscrição Nº 001 do Conselho Comunitário Bairro Bela Vista, tendo como motivo o não envio pela entidade do Relatório de Atividades 2013, Plano de Ação 2014, Relatório de Atividades 2014 e Plano de Ação 2015;

Art. 3º - Competirá à Secretaria Executiva proceder a notificação da Entidade concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999;

Art. 4º - Competirá à Secretaria Executiva proceder o envio da notificação através de carta registrada às entidades que já não estiverem em funcionamento;

Art. 5º - Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de defesa tempestiva.

Art. 6º - Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à Comissão Normas e, ato contínuo, à Comissão de Políticas.

Art. 7º - Os Pareceres das Comissões de Normas e Políticas serão submetidos à deliberação da Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José.

Art. 8º - Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 10º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente do CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 003/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 003/2016/CMAS

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DO INSTITUTO SANTA MARIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ - CMAS/SJ

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO Art. 14º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - As Entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril ao Conselho de Assistência Social o Plano de Ação do corrente ano e Relatório de Atividades do ano anterior;

CONSIDERANDO Art. 16º inciso 1º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - A Inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS Nº 03/2015 – dispõe sobre as entidades que não entregaram Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014 ao Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo referente o cancelamento da Inscrição Nº 077 do Instituto Santa Maria no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social dá início ao processo de cancelamento da Inscrição Nº 077 do Instituto Santa Maria tendo como motivo o não envio pela entidade do Relatório de Atividades 2013, Plano de Ação 2014, Relatório de Atividades 2014 e Plano de Ação 2015;

Art. 3º - Competirá à Secretaria Executiva proceder a notificação da Entidade concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999;

Art. 4º - Competirá à Secretaria Executiva proceder o envio da notificação através de carta registrada às entidades que já não estiverem em funcionamento;

Art. 5º - Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de defesa tempestiva.

Art. 6º - Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à Comissão Normas e, ato contínuo, à Comissão de Políticas.

Art. 7º - Os Pareceres das Comissões de Normas e Políticas serão submetidos à deliberação da Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José.

Art. 8º - Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 10º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente do CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 004/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2016/CMAS

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DO INSTITUTO SOCIAL NAÇÃO BRASIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ – CMAS/SJ

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO Art. 14º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - As Entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril ao Conselho de Assistência Social o Plano de Ação do corrente ano e Relatório de Atividades do ano anterior;

CONSIDERANDO Art. 16º inciso 1º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - A Inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS Nº 03/2015 – dispõe sobre as entidades que não entregaram Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014 ao Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo referente o cancelamento da Inscrição Nº 079 do Instituto Social Nação Brasil no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social dá início ao processo de cancelamento da Inscrição Nº 079 do Instituto Social Nação Brasil, tendo como motivo o não envio pela entidade do Plano de Ação 2014 e Plano de Ação 2015;

Art. 3º - Competirá à Secretaria Executiva proceder a notificação da Entidade concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999;

Art. 4º - Competirá à Secretaria Executiva proceder o envio da notificação através de carta registrada às entidades que já não estiverem em funcionamento;

Art. 5º - Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de defesa tempestiva.

Art. 6º - Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à Comissão Normas e, ato contínuo, à Comissão de Políticas.

Art. 7º - Os Pareceres das Comissões de Normas e Políticas serão submetidos à deliberação da Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José.

Art. 8º - Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 10º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA
Presidente do CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/CMAS

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA ENTIDADE BEMFAM – BEM ESTAR FAMILIAR NO BRASIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ – CMAS/SJ

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO Art. 14º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - As Entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril ao Conselho de Assistência Social o Plano de Ação do corrente ano e Relatório de Atividades do ano anterior;

CONSIDERANDO Art. 16º inciso 1º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - A Inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS Nº 03/2015 – dispõe sobre as entidades que não entregaram Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014 ao Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo referente o cancelamento da Inscrição Nº 088 da BEMFAM - Bem Estar Familiar no Brasil, no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social dá início ao processo de cancelamento da Inscrição Nº 088 da entidade BEMFAM- Bem Estar Familiar no Brasil tendo como motivo o não envio pela entidade do Relatório de Atividades 2013, Plano de Ação 2014, Relatório de Atividades 2014 e Plano de Ação 2015;

Art. 3º - Competirá à Secretaria Executiva proceder a notificação da Entidade concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999;

Art. 4º - Competirá à Secretaria Executiva proceder o envio da notificação através de carta registrada às entidades que já não estiverem em funcionamento;

Art. 5º - Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de

defesa tempestiva.

Art. 6º - Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à Comissão Normas e, ato contínuo, à Comissão de Políticas.

Art. 7º - Os Pareceres das Comissões de Normas e Políticas serão submetidos à deliberação da Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José.

Art. 8º - Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 10º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente do CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 006/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 06/2016/CMAS

APROVA PRESTAÇÕES DE CONTAS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS ANO 2015.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José - CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 11 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004;

CONSIDERANDO deliberação da Plenária de 11 de fevereiro de 2016, que aprova o parecer a prestação de contas do Fundo estadual de Assistência Social de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS ano 2015;

Art. 2º - Conforme deliberado na Plenária Ordinária de 11 de fevereiro de 2016, foram aprovadas as prestações de contas do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, ano execução 2015 dos seguintes recursos: Custeio e Investimento da Proteção Social Básica, Custeio e Investimento da Média Complexidade e Custeio e Investimento da Alta Complexidade;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 11 de fevereiro de 2016

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 007/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 07/2016/CMAS

DISPÕE SOBRE A ENTREGA DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E PLANOS DE AÇÃO, PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CMAS/SJ

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José - CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 11 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS 063/2010 em seu Art. 14 - as entidades e organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até dia 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social: I- Plano de Ação do corrente ano; II Relatório de Atividades do ano anterior;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS 014/2014 em seu Art. 13 - as entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social: I Plano de Ação do corrente ano, II Relatório de Atividades do ano anterior;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária de 11 de fevereiro de 2016, referente a entrega dos Relatórios de Atividades e Planos de Ação pelas entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

RESOLVE:

Art. 1º - As entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS/SJ deverão entregar o Relatório de Atividades do ano anterior e o Plano de Ação do corrente ano, até o dia 30 de abril de cada ano, conforme Resolução CMAS 63/2010 e Resolução CNAS 014/2014;

Art. 2º - Fica a Comissão de Normas responsável pela análise dos Relatórios de Atividades e Planos de Ação entregues pelas entidades até o dia 30 de abril de cada ano;

Art. 3º - As entidades que não entregarem o Relatório de Atividades e Plano de Ação até o dia 30 de abril de cada ano, serão notificadas e terão prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a referida documentação sob pena de cancelamento da inscrição no CMAS/SJ;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 11 de fevereiro de 2016.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente CMAS/SJ

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**DECRETO 5615/2016**

DECRETO Nº 5615/2016

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 000309/2016 e com base no artigo 40, §7º, I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte a Sra. LUCI DE FARIA VILHENA DE MORAES, viúva do servidor Sr. Marcus Vinicius Vilhena de Moraes, matrícula 213-5, falecido em 03/01/2016, no valor correspondente a totalidade dos proventos do ex-inativo, sendo 100% (cem por cento) de pensão, a contar de 03/01/2016, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 5751/2016

DECRETO Nº 5751/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 022622/2015 e com base no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, c/c o artigo 40, § 5º da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MERI APARECIDA BOSQUETTI DE SOUZA, matrícula 10880, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós-graduação e 60% da gratificação regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 5752/2016

DECRETO Nº 5752/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 000836/2016 e com base no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, c/c o artigo 40, § 5º da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora ROSILEA PONTES, matrícula 1805, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós-graduação e 60% da gratificação regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 5753/2016

DECRETO Nº 5753/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 002827/2016 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora HELIANE TEREZINHA DA SILVA MARTINS, matrícula 39501-3, ocupante do cargo de Agente Comunitário da Saúde, lotada na Secretaria da Saúde, com proventos proporcionais a 13,63% (treze vírgula sessenta e três por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 5754/2016

DECRETO Nº 5754/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 008257/2015 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para o servidor CELSO REMI NAZÁRIO, matrícula 15675, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 88,26% (oitenta e oito vírgula vinte e seis por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 5755/2016

DECRETO Nº 5755/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 00493/2016 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora SANDRA REGINA TORQUATO matrícula 13747, ocupante do cargo de Orientadora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 39,93% (trinta e nove vírgula noventa e três por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

PORTARIA 01/2016

PORTARIA Nº 01, de 18 de fevereiro de 2016.

Complementa regulamento do cadastramento obrigatório dos Aposentados e Pensionistas da Autarquia São José Previdência.

O PRESIDENTE DA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 11 da Lei Complementar nº 05/2002,

CONSIDERANDO as disposições constantes na Lei Complementar nº 05/2002, que estabelece competência a Autarquia São José Previdência para proceder ao recenseamento previdenciário anual de seus beneficiários;

CONSIDERANDO as recomendações do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e;

CONSIDERANDO o que determina o art. 20, da Portaria nº 01/2014, que tutela sobre a suspensão do pagamento de vencimentos, caso não seja realizado o cadastramento dentro do prazo especificado;

DETERMINA:

Art. 1º - Nos casos em que houver suspensão do pagamento de vencimentos em razão do cadastramento deixar de ser realizado dentro do prazo estabelecido, o Aposentado ou Pensionista poderá suprir a falta até o dia 15 do mês subsequente, data em que será implementada folha de pagamento suplementar, para pagamento do vencimento que foi suspenso.

Parágrafo Único – Caso não seja realizado o cadastramento até o dia 15, o pagamento continuará suspenso enquanto não houver regularização da situação pendente, podendo, dependendo da data que realizar o cadastramento, ser incluído em folha suplementar ou na folha de pagamento regular/mensal.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Autarquia São José Previdência, aos 18 de fevereiro de 2016.

Constâncio Krummel Maciel Neto

Presidente São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 045/2016/SF

DECRETO Nº. 045/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA

2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

"72"3.3.90.39.00.00.3.0080 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, Recursos da Vigilância Sanitária, Fonte nº 3.0080, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.747/2016

DECRETO Nº 5.747, DE 03 DE MARÇO DE 2016

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei nº. 4.171/2013, Lei nº. 4.174/2013, Lei nº. 4.186/2013, Lei 4.271/2014, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Concurso Público Edital nº 001/2016 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE GEOGRAFIA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
301132	Daniel Da Silva	DEFERIDA
289333	Eliane Menin	DEFERIDA
301575	Fabiana Pagno	DEFERIDA
297949	Jalme Santana De Figueiredo Junior	DEFERIDA
304474	Kelli Cristina Schneider	DEFERIDA
290166	Lenise Winter	DEFERIDA
293931	Luciana Paula Boldrin	DEFERIDA
292635	Marister Fontana	DEFERIDA
300240	Sergio Renato Machado Fagundes	DEFERIDA

PROFESSOR DE HISTÓRIA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
304020	Anderson Nailor Rodrigues	DEFERIDA
289230	Dinora Merigo Bisutti	DEFERIDA
303998	Djoni Willian Muller	DEFERIDA
293653	Gabriela Garcia De Mattos	DEFERIDA
293833	Giovana Sarzi Lanzarin	DEFERIDA
303474	Janaina Pricilla Hallvass	DEFERIDA
290615	Tatiane Aparecida Gugel	DEFERIDA

PROFESSOR DE MATEMÁTICA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
289427	Bruna Lais Martins	DEFERIDA
304093	Catia Maria Lunkes	DEFERIDA
304706	Fabiane Cristina Ferrari	DEFERIDA
298619	Rosane Ines Winter	DEFERIDA
292397	Simone Bianchin	DEFERIDA
302365	Viviane Regina Riedi Bosing	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
300037	Adreana Weber Salvati	DEFERIDA
302250	Alana Bosa	DEFERIDA
297298	Aldinha Baseggio	DEFERIDA
295261	Ana Paula Teixeira	DEFERIDA
295670	Andressa Ferronato	DEFERIDA
304077	Andressa Sartori	DEFERIDA
296360	Angela Cristina Both	DEFERIDA
290647	Ariane Luiza Fellini Constante	DEFERIDA
299844	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA

302704	Betania Luiza Poli	DEFERIDA
289607	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
302645	Carla Ines Rosenbach	DEFERIDA
292022	Caroline Kuhn Dalmagro	DEFERIDA
296593	Cassiane Dorneles	DEFERIDA
296219	Catiane Markus	DEFERIDA
293046	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
291134	Cristieli Karla Lauxen	DEFERIDA
292530	Cristina Ines Griebler Dotti	DEFERIDA
296063	Daiane Dos Santos	DEFERIDA
295271	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
296991	Debora Schein Fülber	DEFERIDA
293815	Denise Colombo Lolato	DEFERIDA
295392	Denise Fatima Gubert	DEFERIDA
289734	Ediane Benedito	DEFERIDA
296929	Edilaine Girardi	DEFERIDA
303359	Edina Gusta Zamboni	DEFERIDA
302037	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
303341	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
300437	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
290571	Elisangela Meotti Bertolini	DEFERIDA
295552	Elisiane Alves	DEFERIDA
303958	Franciela Triches Blasi	DEFERIDA
296776	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
295690	Franciele Fernanda Carossi	DEFERIDA
297941	Francieli Batista	DEFERIDA
296415	Francieli Cristina Mayer Kafer Klauch	DEFERIDA
295024	Geneci Ochoa Brixner	DEFERIDA
304633	Geovane Carine Liberalesso	DEFERIDA
302585	Gerusa Izabel Manica	DEFERIDA
295861	Gessica Fernandes	DEFERIDA
295858	Gisele Regina Orzechoski	DEFERIDA
292800	Gladis Souza	DEFERIDA
302841	Ione Terezinha Rosembach	DEFERIDA
302267	Ivandra Maria Savariz De Oliveira	DEFERIDA
303450	Ivanete Zimmer	DEFERIDA
295525	Izete Terezinha Pinto	DEFERIDA
303216	Janete Bernardy	DEFERIDA
303466	Janete Warken Neumann	DEFERIDA
297220	Janizes Ana Zanata	DEFERIDA
291590	Jessica Andreia Presotto	DEFERIDA
300742	Jezica Guaragni	DEFERIDA
299956	Juliana Miola Martini	DEFERIDA
300834	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
294670	Juliane Kafer	DEFERIDA
289827	Keila Cieplak	DEFERIDA
290049	Keli Danieli	DEFERIDA

297460	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	DEFERIDA
293668	Lais Kasper	DEFERIDA
303356	Leda Maria Britz Lunkes	DEFERIDA
294615	Leila Sandra Baierle Bittencourt	DEFERIDA
300309	Leonice Maria Bianchi	DEFERIDA
290119	Loreci Marques	DEFERIDA
297664	Maichele Daiane Passarin	DEFERIDA
295652	Marcia Ines Panzenhagen Pinheiro	DEFERIDA
304494	Margarete Lisaki	DEFERIDA
303352	Mari Facin Rodrigues De Freitas	DEFERIDA
299334	Marinez Salete Justen	DEFERIDA
302666	Maristela Alberti	DEFERIDA
302667	Marley Tresinha Klein Anzolin	DEFERIDA
303957	Marli Paulina Zimmer Rockenbach	DEFERIDA
301126	Marlo Juliana Toso	DEFERIDA
303223	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
303382	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
293049	Raquel Lazzari	DEFERIDA
294678	Rosani Passarin Zanardi	DEFERIDA
302058	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
297629	Silvia Rebonatto	DEFERIDA
298659	Simone Lauermann	DEFERIDA
292446	Sirlene Luzia Bender	DEFERIDA
298068	Sueli Conceicao Da Silva	DEFERIDA
303460	Sueli Zamboni	DEFERIDA
301276	Susana Camicia	DEFERIDA
290668	Taiana De Oliveira De Paoli	DEFERIDA
302636	Tatiana Cichelero	DEFERIDA
301256	Vanice Fatima Turani Silvestre	DEFERIDA
304317	Viviane Smaniotto	DEFERIDA
290981	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
296732	Adriani Dorigon	DEFERIDA
291414	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
304107	Auriane Dos Santos Rubin	DEFERIDA
302882	Brigida Rosa Poli	DEFERIDA
300251	Claudiane Pauli	DEFERIDA
302850	Cleidi Da Rosa Alves	DEFERIDA
289697	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
291704	Cristiane Garbin	DEFERIDA
294608	Daiane Garbin	DEFERIDA
291404	Daiane Pavin	DEFERIDA
292805	Daiani Foretti	DEFERIDA
302620	Debora Trevisol	DEFERIDA
303815	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA

294859	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
291765	Dionara Decarli	DEFERIDA
299511	Dirce Baseggio	DEFERIDA
304382	Eduarda Noro	DEFERIDA
304592	Elisa Talita Rotava	DEFERIDA
302316	Gabriela Postai	DEFERIDA
304013	Gessi Boller	DEFERIDA
303940	Gisele Henicka Miola	DEFERIDA
296112	Greici Kely Muller	DEFERIDA
293187	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
293290	Janeffer Scholl	DEFERIDA
303962	Joceli Zanetti	DEFERIDA
295115	Jovana Neinas	DEFERIDA
302945	Judite Lorenzon Deicke	DEFERIDA
302690	Karline Elizabete Back	DEFERIDA
296518	Katia Cristina Vidal Furlanetto	DEFERIDA
295119	Leandra Valeria Schultz	DEFERIDA
296314	Liane Maria Lunkes Simioni	DEFERIDA
292040	Liane Terezinha Canto Potrich	DEFERIDA
304762	Luis Henrique Moreira	DEFERIDA
295799	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
302561	Maria Carolina Araujo Johner	DEFERIDA
296925	Maria Terezinha Lazzari	DEFERIDA
299329	Nelia Maria Maldaner Picinin	DEFERIDA
296870	Patricia Noll	DEFERIDA
298908	Regi Dal'alba	DEFERIDA
299813	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
304006	Roseli Maria Bonfante	DEFERIDA
304192	Roseli Zamboni Scholl	DEFERIDA
303471	Rosicler Aparecida Lazzarotto	DEFERIDA
297512	Sabrina Banhara	DEFERIDA
302716	Silene Agueda Etges	DEFERIDA
297453	Simone Bedin	DEFERIDA
295971	Tania Gonzatti Höelscher	DEFERIDA
304086	Vera Lourdes Fernandes Ducatti	DEFERIDA
303507	Vera Lucia Schmitz	DEFERIDA

AGENTE DA DENGUE | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
301288	Alan Júnior Schneider	DEFERIDA
289481	Ana Carla Cavalheiro	DEFERIDA
304462	Ana Siqueira Da Silva	DEFERIDA
295651	Anderson Belletz	DEFERIDA
293675	Andressa Beninca	DEFERIDA
303316	Carine Helena Mayer	DEFERIDA
289392	Carine Wuttke	DEFERIDA
303320	Carla Maria Mayer	DEFERIDA

304189	Carolina Schneider	DEFERIDA
297004	Claudionara Da Silva	DEFERIDA
301320	Daiane Baronio	DEFERIDA
302855	Daiane Corso Schnem	DEFERIDA
289679	Daiani Regina Graetzler Krummenauer	DEFERIDA
290059	Debora Marta Bruzzo	DEFERIDA
303053	Deborah Ludwig	DEFERIDA
299315	Delci Lucia Bruder Dos Santos	DEFERIDA
302415	Diane Claudia Turani	DEFERIDA
304321	Edenir Fabio Kaufmann	DEFERIDA
303204	Edimara Aline Kroetz	DEFERIDA
301200	Edione Girardi	DEFERIDA
289770	Eduarda Steffenon Soares	DEFERIDA
289667	Elisete Schauen	DEFERIDA
301053	Eloisa Ferreira Weiland Spironelo	DEFERIDA
303966	Fabiana Inez Smanhotto Malvessi	DEFERIDA
302181	Fabiane Mantelli	DEFERIDA
293836	Fagner Vinicius Salvi	DEFERIDA
298287	Fernanda Cristiane Chervinski	DEFERIDA
291902	Fernanda Turani	DEFERIDA
303329	Francini Andreolla	DEFERIDA
295705	Gabriel Carlet Zanardi	DEFERIDA
289820	Henrique Antonio Gasperin	DEFERIDA
304724	Idinei Gilvane Porsch	DEFERIDA
301767	Jandir Jose Hartmann	DEFERIDA
289518	Jania Nilsson	DEFERIDA
304614	Jersica Giehl Favretto	DEFERIDA
297000	Jesse Vanderlei Seffrin	DEFERIDA
303928	Jessica Julia Meazza	DEFERIDA
302107	Joana Linck	DEFERIDA
300431	Joao Paulo Rockenbach	DEFERIDA
289664	Juliana Ines Kern	DEFERIDA
299410	Juliana Terezinha Bergmann	DEFERIDA
304082	Karine Maria Kuhn	DEFERIDA
303666	Lidiane Siqueira Weppo	DEFERIDA
303982	Luciane Terezinha Schauen	DEFERIDA
303361	Lucilene Lucia Franck Colella	DEFERIDA
302638	Macli Consalter Favero	DEFERIDA
304552	Madelene Baseggio	DEFERIDA
297845	Mara De Re	DEFERIDA
292315	Mara Regina Deves Budtinger (Doador de sangue)	DEFERIDA
291007	Marcia Schnorr Eich	DEFERIDA
302773	Marciel Dresch	DEFERIDA
296490	Marilei Ruhoff Lunkes	DEFERIDA
294411	Marlizete Aparecida Rauber	DEFERIDA
290235	Marvin Gustavo Escher	DEFERIDA
302077	Nadir Salete Schultz	DEFERIDA

302351	Neusa De Fatima Braitenbach	DEFERIDA
292693	Noeli Goncalves Guimaraes	DEFERIDA
291271	Odirlei Solda	DEFERIDA
290852	Paloma Schuerz	DEFERIDA
293513	Paulo Roberto Parciannelo	DEFERIDA
304028	Rosalene Maria Sasso	DEFERIDA
302933	Rosanei Casali	DEFERIDA
296618	Salete Reichert Muller	DEFERIDA
302900	Salete Tomiozzo	DEFERIDA
290277	Sibeli Vettorazzi (Doador de sangue)	DEFERIDA
290007	Stefany Eduarda Franceschini Cristofoli	DEFERIDA
293669	Susana Balbinot	DEFERIDA
304761	Taciane Maria Spezia	DEFERIDA
304373	Vanessa Geanini Guarnieri	DEFERIDA
304340	Vanessa Ines De Bortoli	DEFERIDA
301190	Veridiana Fatima Barth	DEFERIDA
301947	Vilmar Jose Reimann	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 02 (MICRO ÁREA 17) | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
290827	Angelica Antunes De Moura	DEFERIDA
291729	Beatriz Dos Santos Krohn	DEFERIDA
304416	Francieli Seibel	DEFERIDA
304143	Grazieli Moraes	DEFERIDA
292391	Juliana De Souza	DEFERIDA
302433	Juliana Fatima Wartha	DEFERIDA
293268	Luana Maciel Padichello	DEFERIDA
297696	Lucas Grendene Brun	DEFERIDA
289419	Maristela Diana Koempfer Dos Santos	DEFERIDA
303127	Salete Terezinha Wolfart Dos Santos	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05 (MICRO ÁREA 01) | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
300015	Angela Lauermaann Federhem	DEFERIDA
289922	Cleomara Toigo	DEFERIDA
298607	Elisete Camargo Elesbao Thalheimer	DEFERIDA
291634	Elisete Ferraz	DEFERIDA
293671	Franciele Lazzaroto	DEFERIDA
297546	Janete Rupolo	DEFERIDA
293058	Jucele Maria Kerkhoven	DEFERIDA
302664	Liliane Meneghini	DEFERIDA
303467	Lucivane De Oliveira	DEFERIDA
291188	Majurie Bossa	DEFERIDA
302719	Marcia De Paula Petry	DEFERIDA
293525	Micheli Rubin	DEFERIDA

295246	Sandra Zanutelli Martinelli	DEFERIDA
295031	Valeci Maria Wegner	DEFERIDA
289674	Volnei Nascimento Dos Santos	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05 (MICRO ÁREA 09) | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
293657	Adilson Jose Kerkhoven	DEFERIDA
303587	Deise Aline Pozza	DEFERIDA
290705	Eduarda Banhara Bortolotto	DEFERIDA
299579	Josiane Adams	DEFERIDA
304378	Josiane Aparecida Marth	DEFERIDA
300678	Lisane Dalpozzo Hauschild	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05 (MICRO ÁREA 21) | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
302069	Ironice Teresinha Hechler	DEFERIDA
290060	Marcia Fatima Hefle	DEFERIDA
301677	Neiva Perondi	DEFERIDA
303036	Sandra Dall Alba Rhoden	DEFERIDA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
295628	Ana Claudia De Oliveira	DEFERIDA
296495	Anderson Luis Müller	DEFERIDA
296592	Andressa Carniel	DEFERIDA
292641	Argenor Cavalheiro	DEFERIDA
289599	Cenair Teresinha Sartori	DEFERIDA
302112	Janaina Roberto	DEFERIDA
304121	Marlei De Mello	DEFERIDA
300030	Paulo Lucas Trecco	DEFERIDA
303024	Pedro Rodrigues Dos Santos	DEFERIDA
298366	Sonia Aparecida Siqueira Ely	DEFERIDA

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2016 do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

PROFESSOR DE GEOGRAFIA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
303627	Caroline Mortari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
295126	Deivana Eloisa Ferreira De Almeida	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
303215	Rafael Sell Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

PROFESSOR DE HISTÓRIA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
300572	Ana Paula Galvao De Meira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
289347	Danieli Heinrichs	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
293530	Eduarda Limberger	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
294899	Samuel Fischer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
303621	Vera Inez Scholl Corti	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

PROFESSOR DE MATEMÁTICA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
296698	Solange Maria Righi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
300430	Ana Paula Pecin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
299747	Claudiane De Fatima Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
296523	Edina Cristina Favero	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
304019	Fabiane Cristina Weppo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
303980	Gisele Aparecida Da Veiga	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
295396	Herica Todescatto Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
295134	Idianara Cavagnoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
299961	Idiane Perosso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
298744	Janaina Ramon Negri	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
290078	Joraci Souza Teles Pelissari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
289536	Maria V. Batista Ribeiro Delalibera	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
297178	Naiane Patricia Faust	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

291636	Rozeli Pinheiro Wronski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
295000	Sandra Aparecida Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
294755	Andressa Lays Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
304343	Deise Daniela Dassoler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
293386	Giovana Cristina Breier Miola	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
300504	Luciane Zanini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
289514	Silvana Sewald	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

AGENTE DA DENGUE | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
289994	Adriana Conte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
303710	Alcebiades Da Silva Gomes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
290224	Carine Fatima Massmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
303835	Cleiton Primaz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
289109	Daniela Alves Righi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
292904	Dimitry Ricardo Ruckhaber Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
291347	Evair Biazus	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
290919	Evelyn Vanessa Pereira Gonçalves	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
304727	Fernanda Regina Flach Prevédello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
293645	Irene Costa Curta	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
304765	Jeanryer Spezia Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
294034	Jessica Machado Neumann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

295496	Josiane De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
289636	Jurandir Fortes Vieira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
289205	Nancy Cristina Presse	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
294253	Patricia Agostini Dossiati	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
296954	Reni Dalmoro Alessio	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
303446	Samara Cristina Guinami	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
298601	Tais Regina Luft	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
294012	Thaise Favero	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
293401	Vanessa Klain	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
290897	Veronica Jussara Romio	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 02 (MICRO ÁREA 17) | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05 (MICRO ÁREA 01) | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
295325	Adriana Pasolini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
289496	Andressa Martins Franco Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
302621	Daiane Carla Ames	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
293521	Edivane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
293030	Taina Elesbao	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05 (MICRO ÁREA 09) | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05 (MICRO ÁREA 21) | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
---------	-----------	--------------------

290018	Cleidir Simone Leite	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
290837	Eleonora Alice Oliveira Oriente	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
298613	Vanusa Brusamarello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
291230	Cleidiane Gomes Mariano	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
292270	Ivanete De Vargas Araujo Klain	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
300679	Jaqueline Von Borstel Mallmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
303157	Juliano Dallo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
300385	Tania Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão do dia 04 a 07.03.2016 para interpor recurso no site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de março de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.748/2016

DECRETO Nº 5.748, DE 03 DE MARÇO DE 2016
HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei nº. 4.171/2013, Lei nº. 4.174/2013, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 001/2016 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 03 (MICRO ÁREA 11) Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

296228	Caciane Marcela Madalozzo Arend	DEFERIDA
295062	Lisiane Gass	DEFERIDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 04 (MICRO ÁREA 04) Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
302301	Angela Ferreira Gomes	DEFERIDA
303035	Emerson Banfi	DEFERIDA
292192	Priscila Roman	DEFERIDA

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2016 do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 03 (MICRO ÁREA 11) Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
291218	Joana Linck	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
290567	Karine Sutil De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

290370	Maiara Bourscheidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
291732	Tainara Aparecida Nilsson Paulus	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 04 (MICRO ÁREA 04) Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
289618	Daniela Carla Scain	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
293674	Eliesio Chaves Almeida	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão do dia 04 a 07.03.2016 para interpor recurso no site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de março de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.09/2016

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2016

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 09/2016, Edital de Pregão Nº 09/2016, Objeto: Contratação de seguro para o veículo logan expression e para o veículo ducato cargo do fundo municipal de saúde, visando assegurar os usuários, os pacientes transportados, o patrimonio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 16/03/2016. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 16/03/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.23/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº23/2016, Edital de Pregão Nº23/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS, LUVAS, ESCADAS, CAPACETES, E OUTROS EQUIPAMENTOS DIVERSOS, PARA USO E MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 8:00 horas do dia 18/03/2016. Abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 18/03/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail, compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.26/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº26/2016, Edital de Pregão Nº26/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 9:00 horas do dia 16/03/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 16/03/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail, compras@prefcedro.sc.gov.br.

sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº27/2016

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº27/2016, Edital de Pregão Nº27/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DO 4º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO DE RÁDIO PATRULHA e CONVÊNIO DE TRÂNSITO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 17/03/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.343, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 5.343, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 160.637,06 (cento e sessenta mil, seiscentos e trinta e sete reais e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 12.743,04	
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 9.725,74	
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 32.306,87	
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 52.586,31	
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 43.521,51	
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 9.753,59	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.344, DE 04 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 5.344, DE 04 DE MARÇO DE 2016.

Homologa as inscrições deferidas no Concurso Público nº 001/2016, destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do Poder Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no item II.5, do Edital de Concurso Público nº 001.3/2016;

CONSIDERANDO o equívoco constatado no momento da digitação do número da conta bancária do beneficiário (Município) para confecção dos boletos bancários referentes ao valor das inscrições, por parte do programador da empresa organizadora, desencadeando na ausência de verificação, pela instituição bancária, da quitação do pagamento em alguns casos pontuais, mesmo tendo sido efetivamente realizados; tornando-se necessário, a fim de não prejudicar os candidatos, possibilitar que ainda que não constem no Anexo Único deste Decreto, exibam o comprovante de pagamento do valor de inscrição na data e local da prova objetiva, a ser realizada em 06 de março deste ano, possibilitando a inclusão dos mesmos, de forma regular e definitiva no certame do Concurso Público;

DECRETA

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições deferidas no Concurso Público nº 001/2016, destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do Poder Público Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, relacionadas no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Os candidatos que tenham efetuado o pagamento do valor de inscrição, no entanto não constem do Anexo Único deste Decreto, poderão participar do Concurso Público, mediante apresentação do comprovante de pagamento de inscrição, na data e local da prova objetiva, a ser realizada em 06 de março deste ano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.344, de 04 de março de 2016)

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS	
Nº Inscrição	Candidato
6	ADRIANE MORAES GIROLOMETTO
711	CRISTIANI MELO DA SILVA RATHKE
189	DAIANE DA SILVA KLEIMPAUL
367	DARLANA APARECIDA ELY XAVIER
295	DIEGO QUADROS DE ALMEIDA
749	DOUGLAS ANTONIO VIEIRA
292	ELAINE POTRATZ DE ALMEIDA
214	ENELIZIA APARECIDA DA SILVA COAN
180	FRANCIELE DA SILVA
112	FRANCIELI NINOFF LEITE
74	GEOVANA GEREMIAS
193	GESSICABORGES
99	IOLANIA MARIA GOMES
769	JAKELINE SERVELIN
191	JANETE SACHETI
258	JOVANIA BENTO APOLINARIO
311	JULIANA DALA CORTE ERDMANN
97	KEILA VIEIRA GENIZ
122	LORECI DA ROSA AMANN
779	MARCIO RODRIGO GEREMIA
735	MARIA ISABEL MENDES DA SILVA
192	MARIA MONTEIRO
177	MARIZA KOIIVINSKI PERES
303	MARLI HENTGES
284	MARLICE ELY
340	MICHELLE BITTENCOURT
713	NEIVA TEREZINHA KASSBURG MARTIGNAGO
121	RICARDO ARTHUR SANTOS BULGARELLI
218	RICARDO PEREIRADE ALMEIDA
203	ROBERTOM DA CAMPO
70	ROSMARIN MARIANO VEBLES DOS SANTOS
197	SIMONE ALVES FERREIRA
94	SIMONE DA COSTA FELIPPE
111	SIRLEI DA ROSA
124	SONIA MARI XAVIER DA SILVA
127	SOLAGEN DALLA VECCHIA
759	SUELEN MOREIRA CASAGRANDE
102	TAMARA CASTAGNERA
723	VANESSA BAMBERG
16	VANIELI DE BRIDA
Total de inscrições deferidas:	40

ARTICULADOR DE ATIVIDADES CULTURAIS III	
Nº Inscrição	Candidato
332	ALEXSANDRO STOCCO
270	DIOGO RICARDO RIBEIRO
751	DIONATHAN ALISSON JUNIOR DE SOUZA FALCHETTI
40	RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS
318	RENNÁ HIGOR FEDRIGO

Total de inscrições deferidas:	5
--------------------------------	---

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	
Nº Inscrição	Candidato
251	ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI
672	ANA CELIA PELISSARO
46	ANA PAULA BUENO
167	ANDREIA ELI TECCHIO
679	ANGELA MARI SERPA
364	BRUNA THAIS ROSSETTO
664	CACIANA CANEVER
717	CARICIA ROVARIS
296	CARLA MARIOTT
345	CLAUDIOMIRO DA SILVA
160	CLEUNICE RHODEN ZANELLA
288	CRISTIANE SCHNEIDER
693	DALIANE MENIN NEGRI
775	DANIELA SCHUH SASSI
780	DEBORA MAYARA PERIN DE SOUZA
730	DENISE TARSO
770	EDERSON MOROZINI
696	ELEIDA DOS SANTOS MILAN
9	ELENI SEGALLA FARIAS
171	ELIZANGELA CALEGARI TAPPERO
219	ELOISA NOAL
760	EMELLY AQUINO DOS SANTOS
205	ERITA INES BECK
252	EVA REJANE DE NEZ MORES
746	EVELYN GRAZIELE GEREMIAS
263	FRANCIELI BISPO RIBEIRO
229	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI
173	GENILCE GASPARETTO HERMES
670	GENILDE LUCIA MACULAN
164	GIZELE CRISTINA ROSS
291	GLAUCIA SAVI MONDO
223	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON
307	IVETE BERTOTTO
298	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRÁ
90	JANIELI DOS SANTOS
156	JOCELEI LUDWIG SANTIN
354	JUCELIA COLLA SVIDERSKI
352	JUCELIANE COLLA
11	JULIANA DE MELO
277	JULIANE CASAGRANDE
691	JUSSARA FARIAS
224	KEITI GOMES SUZIN
116	LORIANE BELLEBONI
7	LURDES BUNN
43	MADALENA DE OLIVEIRA
710	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA
92	MARCIA DE ABREU CAMARGO
273	MARCIANE MARIA TENUTTI
266	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES
275	MARIA APARECIDA ROVARIS
692	MARIA HELENA SULDOWSKI DARIO
96	MARIANE DEL SANT
706	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO
93	MARISTELA LONGO
708	MARLETE KOSMANN BENINCA
772	MARLICE CARNEIRO
202	MAXSUEL MATTUELLA
232	NAIHÁ DE LIMA BITENCOURT DE MELO
300	NEUSA MARIA CANESSO CAVAZOTTO
319	PATRÍCIA TEIXEIRA SULDOWSKI

724	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN
783	RAQUEL ADRIANA LINHARES
146	RAQUEL AVILA
62	RAQUEL ROVARIS
330	ROSA BUSIN
310	ROSA DO CARMO COSTA FRANCIO
741	ROSA MARIA FONTANA DIAS
228	ROSANE MARLEI PAGNONCELLI
349	ROSANGELA BALBINOT
327	ROSI MERI DE FREITAS
278	ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO
25	SAIARA DE OLIVEIRA
690	SALETE KOSMANN
748	SAMARA PROFETA PAES
186	SANDRA MARA DE SOUZA
739	SANDRA MARIN
306	SANDRA REGINA PREVIATTI
707	SILVANA VIEDA HERMES
698	SIMONE ZANIN RODRIGUES
363	SIRLENE MEZZOMO CORRÊA DOS SANTOS
249	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI
44	SONIA MARA CASAROTTO WINTER
689	STELIA LUCIENNE SOROKA
782	TALILA GRACIELI VIEIRA
49	TAMIRES SUPPI GOULART
362	TATIANE LUSSANI DAL PONT
142	TATIANE PAULA KLEIN
753	TEREZINHA IVETE COSTA MADRUGA
365	VANDERLEI CORRÊA DOS SANTOS
268	ZELÉNIR CATIA DE MENEZES
321	ZULEIGA INES SCHMAINSKI
Total de inscrições deferidas:	
91	

ENFERMEIRO	
Nº Inscrição	Candidato
336	ALINE DA ROCHA CAVALHEIRO
666	ANA PAULA BADO MULLER
149	ANALINE PICCOLI MEOTTI
200	ANDRESSA REGINA VERLANG
763	ÂNGELA BRESSAN FARIAS
722	ARLETE POLETTI DE MACEDO
320	CAMILA MEURER
158	CARLA CRISTINA DESTRI
69	CHEILA MOCELIN
766	CLEIDINERI MARIA DOS SANTOS VELOZO DE LINHARES
83	DÉBORA GÓES DA SILVA
778	DENISE DE FÁTIMA DAMBROS
153	EDILAURO GASPARD DA SILVA
339	ELIANE APARECIDA DA ROSA
356	ELIANE MARIA KLAKONSKI
745	FERNANDA MELERE
123	FRANCIOLI TONIAL
115	FRANCYELLI DEON
57	GÉSSICA ZILIO
719	GIOVANA PATRICIA BELLO
742	GREISE ZANATTO TIETBOHL
20	IVONE TERESINHA DALMAGRO PEDROSO
21	IVONETE GONÇALVES
61	JAQUELINE GLOVACKI
82	JAQUELYNE DALPONT
316	JEFERSON DA ROSA
80	JOCELAINE FORMAIÓ GODINHO
147	JOSIELI ALEXANDRA BAGIO
227	JUSSARA SUZANA DE BRITES

36	KATHRYNE CASAGRANDE SANTINI
159	KEMOLI SPINELLO
221	KEMOLY APARECIDA SCHUSTER
194	KERLI VANZO
220	KESSY DE AVILA FLORES
726	LARISSA PAULA MARTINS
725	LILIAN ELIZABETH MARTINS
104	MARCIA REGINA DE ALMEIDA RODRIGUES
361	MICHELE APARECIDA LANDO MARIA
31	MONICA PELEGRINI
676	MONICA TONDO
120	PATRICIA CONTERATTO
165	SANDRA MARÇAL DA SILVA
737	SELAINÉ TAVARES
304	SILVIA SCHEFFER
699	TANIA REGINA HOLEK
344	TATIANE GRACIELE RAMON
768	TATIANE MOSCHEN
67	TERCIANE XERLA GASPARETTO
358	VALQUIRIA ROZANA ROSSONI
231	VANESSA CRISTINA NUNES
665	VANESSA ROSSONI
Total de inscrições deferidas:	51

FONOAUDIÓLOGO	
N.º Inscrição	Candidato
28	ANELISE VIVIAN
784	MARCIA REGINA BREIER
732	PATRICIA SAURI OTAKE
Total de inscrições deferidas:	3

MÉDICO	
N.º Inscrição	Candidato
166	DANIEL BOARINI DE SOUZA
787	HUGO VLADIMIR NOAL DA SILVA
674	JEAN CARLOS ANTUNES DOS SANTOS
762	KAZUE KONDO OTAK
740	LUCAS CAMBUÍ SANTOS
681	RAFAEL TÚLIO PIAI
33	VIVIANI EIDT
256	WEYDEN DOS REIS JOBIM
Total de inscrições deferidas:	8

MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA	
Nº Inscrição	Candidato
Total de inscrições deferidas:	0

MÉDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDISTA	
Nº Inscrição	Candidato
182	CARLOS ALBERTO MACHADO SANTOS
216	FABIO SALES VIEIRA
Total de inscrições deferidas:	2

MÉDICO ESPECIALISTA - SAÚDE MENTAL OU PSIQUIATRIA	
N.º Inscrição	Candidato
255	GEORGE ALLAN MARROCOS ARISTIDES
774	MATHEUS BERTHOUD OLIVEIRA
334	SAMUEL CORREA
Total de inscrições deferidas:	3

NUTRICIONISTA	
Nº Inscrição	Candidato
317	ANA CAROLINA PONTES RODRIGUES
697	ANA CLAUDIA BATISTI
329	ANA PAULA DEMARCHI

685	ANGÉLICA WERLANG DA CRUZ
738	CARLA DENISE TAVARES DE MIRANDA
72	CAROLNE APARECIDA LAZARIN
371	CRISTIANE SAMARA DE BASTIANI
119	CRISTINA INES SCHMITZ
225	DANIELA TESTON
736	ELUANA MARIA BATISTA
236	EMANUELE BATTISTI
687	FERNANDA GUARDA
694	FERNANDA SIMONATO
56	FLÁVIA CARBONI BEBER
758	FRANCIELI MARIA
235	FRANCIELI QUEIROZ
1	GABRIELA REGINA PINTO
308	HÉVELYN CAROLINE CÚNICO
348	JÉSSICA ALBAN
294	KELLY SCARLET BASSANI
125	KÉSSIA DE SOUSA
285	MAIARA INES GAMBATTO
131	MÁRCIA APARECIDA SOUZA
24	MAURICIO PRATES DE OLIVEIRA
118	MICHELE CRISTIANE MOMBACH CENTURION
208	NOELEN CANCIAN
271	PAOLA APARECIDA BORGES
2	PATRÍCIA CORINA DE MARCHI DELFINO
108	PATRÍCIA PIOVESAN BONETI
126	PRISCILA DEMARTINI
734	RAFAELA MIKOLAJCZIK
767	TATIANE MALLMANN
19	VANESSA MENEGUETTI
246	WANESSA GUZATTO RANZAN
Total de inscrições deferidas:	
34	

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - ODONTOPEDIATRA	
N.º Inscrição	Candidato
342	ANNE ADANIR ELISA SECCO
750	DANIELA AMBROSIO
250	FRANCIANE MARTA SIMON
254	LETÍCIA DE CEZARO
130	SÔNIA FRANCHINI
152	TATIANE PERIOLO BERNARDI
Total de inscrições deferidas:	
6	

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - PERIODONTIA	
Nº Inscrição	Candidato
181	FLAVIA KRISTINE KNAKIEWICZ
269	KAROLINE MARKOSKI
Total de inscrições deferidas:	
2	

PROFESSOR DE ARTES	
Nº Inscrição	Candidato
151	ALCINEI TADIOTTO
100	ALINE DONADEL
48	ANA PAULA DABOIT
137	ANGELA MARIA GIOTTO
325	CLACIANE VILLA
59	EVERLISE DOS SANTOS
733	FRANCIANE BRASIL SANTOS DALCIN
369	JANIA RAMOS
712	JÉSSICA MAILA MILANI
110	JESSICA PEYROT DOS SANTOS
360	LEONDINA MARIA ALVES DE OLIVEIRA
743	MARISTELA BEATRIZ SUZIN BRASSO
198	NILCE BATISTA DA SILVA

239	PAULA LUCCHETTACAMARGO DE OLIVEIRA
Total de inscrições deferidas:	14

PROFESSOR DE CIÊNCIAS	
Nº Inscrição	Candidato
185	ANA CAROLINA FERREIRA
370	ANA PAULA MENEGOTTO MENDES
721	ANDREIA PESSOTTO
764	ANGELA MARIA CALEGARI
18	CRISTIANE GOBATO
357	DENISE GRANDO WEILLER
241	ELIANE ROBERTI
8	FABRINA MACHADO
29	FRANCIANE PIRIS DA SILVA PERUZZO
771	FRANCIELI CRISTINA DA CROCE DA SILVA
87	GABRIELA CHAVES
264	ILIZEIDE MARI IORIS
335	JAINÉ LEONARSKI
150	JOSÉ GUILHERME STEINHAUS
132	MAIRA THIELE PRIEBE
744	MARILEI CRISTIANE DOS SANTOS BOARETTO
701	MARILEIA DETONI
23	MAURICIO TREVISAN
226	RENATO CAVASINI
65	ROSELI COELHO DOS SANTOS
267	ROZENEI BACCA BOLZAN
350	SANDRINI ALEIDA DA SILVA
148	SHEILA TAIS FIN TRENTIN
213	SIMONE BOASTIK
757	TARCIANA MARIA BATISTI
686	VANUSA DE OLIVEIRA
Total de inscrições deferidas:	26

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL	
Nº Inscrição	Candidato
703	EGNALDO DERIVIANI CESCA
777	ELIANE YOCHICO SHIMADA
237	MARIZETE NIEDZIALKOSKI
79	SILVANA BETTIATO
347	SOLANGE FRANZOSI
66	VICTOR HUGO CARVALHO MENEZES
Total de inscrições deferidas:	6

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS	
Nº Inscrição	Candidato
13	ADRIANA REGINA STOCCO
716	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA
678	EDIANE FÁTIMA MEZOMO
669	KACIANE BACH
328	KELI APARECIDA DA SILVA WERWORN
114	PRICILA KÁTIA FURLAN
259	ROCHELER CARLA DALAZEN DOS SANTOS
141	SIMONE BREZOLIN
139	TIAGO CARNEIRO DE ALMEIDA
Total de inscrições deferidas:	9

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
Nº Inscrição	Candidato
174	ADRIANA FERREIRA
88	ADRIANA MARIA WELTER
170	ADRIELI DE LAZARI
752	ALEXANDRA APARECIDA DE RAMOS
338	AMARILDE LUNKES
312	ANDREIA COLET DALLACORT

754	ANDRESSA BETTIATO
17	ANDRESSA MUNZLINGER DA MOTA
700	CARLA FERNANDA TREVISOL
372	CLAIZA HELENA GARDÁ
5	CLAUDIA COMIN
206	DÉBORA RAQUEL JORDANI
76	DIANA MARIA DA SILVA PAZ
667	EDIMAR MULLER
727	ELEANI APARECIDA SORATTO
27	ELIZANGELA JUSTINO FÉO
26	FABIANE VIERA CARNEIRO
688	GISLAINE DE OLIVEIRA
314	IONE LUCIA GRANELLA BENDER
12	IRACEMA DE MOURA
106	IVANETE DE LAZARI
42	IVETE GONÇALVES
718	IZIQUIEL JOSE DOS SANTOS
135	IZOLETE BRATTI ECCO
204	JAIRSON LAZAROTTO
756	JOSIELI DALLA SANTA
286	JULIANE MARCHESAN
14	KATIA CILENE GONÇALVES DA SILVA
248	LENI LICHESKI DOS SANTOS
715	MAIICON ADRIANO LAUTÉRIO
287	MARCIA COLI TREVELIN HOFFMANN
272	MARGARETE HABOSKI
53	MARIA DE FATIMA ZABOT
50	MARIA JANETE GONÇALVES DO PRADO DAL PONT
68	MARIA MADALENA TRENTIN
785	MARILDE APARECIDA ANTUNES
63	MARINA BATTISTI MARTINELLO
84	MARIZETE GONÇALVES DO PRADO LANDO
196	MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES
22	MARTA MARIA CARVALHO
32	MICHELEN TAVARES
728	NAIR MOSCHEN BADO
77	NEUSA DO NASCIMENTO
281	NOELY DE OLIVEIRA
47	PATRÍCIA PERES GAVA
169	PAULO HENRIQUE GUEDES DALMOLIM
331	ROSELI LEITE MORES
290	ROSMARI SALETE DANELUZ
60	SOLANGE HERBERTS
15	SIDIANE RAMPANELLI
684	SILVIA ZANATTO MARTINS
714	SUZANA KLEM VERDI
81	TATYANE POTRATZ MARTINS
183	TAYS CASTAGNERA
761	TERESINHA MARIA KRUG
359	WANEISSA VICENTE
168	ZELMA TEREZINHA MATIAS RIZZOTTO
58	ZENILDA SUTIL DIEHL
Total de inscrições deferidas:	
58	

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	
Nº Inscrição	Candidato
355	ELIZINEI CAZUNI VANZELLA
184	LORIANE FILIPINI
301	ROSIMERI LARA BRITTES
Total de inscrições deferidas:	
3	

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 009/2016 – Pregão Presencial Nº 004/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: BIGGER VEICULOS LTDA - CNPJ: 02.937.451/0001-85.

VALOR: R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais).

FORNECEDOR: SUDOAUTO SUDOESTE AUTOMOVEIS LTDA - CNPJ: 77.812.188/0001-05.

VALOR: R\$ 43.550,00 (quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 77.396.810/0008-00.

VALOR: R\$ 317.600,00 (trezentos e dezessete mil e seiscentos reais).

TOTAL: R\$ 500.650,00 (quinhentos mil e seiscentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/02/2016.

VIGÊNCIA: 26/02/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49)

3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 029/2016 – Pregão Presencial Nº 021/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS P13 E GÁS P45, PARA CONSUMO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS, NÚCLEO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CENTRO DE EVENTOS, UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: ROZELI G. FRANCHINI – ME - CNPJ: 05.757.115/0001-49.

VALOR: R\$ 65.842,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais).

TOTAL: R\$ 65.842,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/03/2016.

VIGÊNCIA: 01/03/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 222/2016

PORTARIA nº 222, de 01 de março de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe conferem o artigo 19, inciso II, alínea "b", c/c com o artigo 226, § 1º do Regimento Interno e artigo 44A da Lei Orgânica do Município de São Lourenço do Oeste, tendo em vista o PARECER PRÉVIO nº 0103/2015 e Relatório nº DMU nº 1895/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE) sobre as contas do Prefeito Municipal Senhor Geraldino Cardoso, do exercício de 2014 - Processo nº PCP - 15/00079143;

CONSIDERANDO as restrições anotadas pelo Corpo Técnico da DEMU/TCE; e

CONSIDERANDO que o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE, que desde já faz parte integrante desta Portaria, decidiu recomendar à Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste a APROVAÇÃO das contas do exercício de 2014, do Prefeito Municipal Senhor Geraldino Cardoso;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, nos termos do artigo 44A e seguintes da Lei Orgânica do Município, PROCESSO ADMINISTRATIVO contra o Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste (SC) Senhor Geraldino Cardoso;

Art. 2º Determinar, em cumprimento ao artigo 44A, § 3º da Lei Orgânica do Município, NOTIFIQUE o Senhor Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal, da instauração do Processo Administrativo para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente a defesa por escrito e junte documentos com vistas ao saneamento das restrições apontadas no PARECER do TCE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de março de 2016.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 15/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para Contratação de Serviços de Produção e Apresentação por Radiodifusão para Divulgação de Atos oficiais ou de interesse do Município, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 16/03/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 03 de março de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO 16/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de tubos de concreto, para municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 17/03/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 03 de março de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.571/2016 - REVOAGA DECRETO Nº 8.547 - DECLARA IMOVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.547/2016

DECLARA IMOVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

Considerando que há necessidade de canalização da sanga Barro Preto, no trecho compreendido entre as Ruas Duque de Caxias e Marques do Herval, no Bairro São Jorge. zona urbana de São Miguel do Oeste, SC.

Considerando que as normas da FATMA que dão conta da necessidade de declaração de utilidade pública para a canalização do curso d'água, mormente os imóveis por onde passa o curso d'água.

Considerando, que é de interesse público a canalização do curso d'água antes mencionada.

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, para fins de licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental competente (FATMA), os imóveis matriculados no ORISMO sob ns. 38.523, 32.3961, 33.595, 16.054, 23.647, 15.811, 16.897, 30.763, 15.673, 43.075, 42.491, 8.362, 40.857, 8.019, 40.857, para a canalização do curso d'água passa por tais imóveis (Sanga Barro Preto).

Parágrafo Único. As despesas de licenciamento ambiental e de canalização do curso d'água descrito no caput, correrão por conta dos proprietários dos referidos imóveis.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.572/2016 - ART. 1º FICA AUTORIZADO O CORTE DE 04 (QUATRO) ÁRVORES DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NA RUA RUI BARBOSA, 47, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO Nº 8.572/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 04 (quatro) árvores da espécie Legustro, localizada na Rua Rui Barbosa, 47, Centro, neste Município, Devido ao fato de estarem causando transtorno para readequação do novo passeio público, pelo desenvolvimento exagerado das raízes e por ter sido observado deterioração na base das árvores, as quais poderão causar riscos futuros de queda.

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderão ser substituídas, e no local deverão ser plantados outros exemplares, sem ônus à municipalidade, as espécies a serem plantadas deverão ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima da muda de 1 (hum) metro, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Ingás, Pitangas, ou outras árvores nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 02 de março de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.573/2016 - RESOLVE - ANULAR TODOS OS AUTOS DE INFRAÇÕES REGISTRADOS NOS EQUIPAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE VELOCIDADE N. 31, LOCALIZADO, NAS PROXIMIDADES DA EMPRESA CERÂMICA WÜNSCH LTDA, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 11/01/2016 A 1º/02/2016.

DECRETO Nº 8.573/2016

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a fiscalização da Av. Willy Barth, desde o dia 1º/02/2016, está sob responsabilidade e competência da PRF.

CONSIDERANDO, que a partir do dia 11/01/2016, entrou em funcionamento o radar eletrônico nº 31, na vias antes citada, sendo que o Município anunciou publicamente que tal equipamento

somente iria iniciar a fiscalização a partir de 1º/02/2016.

CONSIDERANDO, que o Município de São Miguel do Oeste, a partir de 1º/02/2016, carece de competência para fiscalizar o trânsito na Av. Willy Barth.

CONSIDERANDO, que a administração pública poder rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. ANULAR todos os autos de infrações registrados nos equipamentos de fiscalização de velocidade n. 31, localizado, nas proximidades da empresa Cerâmica Wünsch Ltda, no período compreendido entre 11/01/2016 a 1º/02/2016.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 03 de março de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO
Secretário de Administração
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.574/2016 - DECRETA TURNO ÚNICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 24 DE MARÇO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.574/2016

DECRETA TURNO ÚNICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 24 DE MARÇO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem os incisos VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Turno Único das 07h00min às 13h00min nas repartições públicas Municipais, no dia 24 de março de 2016 (quinta-feira), relativamente às comemorações da semana da paixão.

Art. 2º Ficam mantidos os serviços de interesse público e emergenciais do Município, Unidade de Pronto Atendimento – UPA/24 horas e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, em conformidade com o cronograma determinado pelo ato correspondente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC
Em 03 de março de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FÁVERO
Secretário de Administração
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item. OBJETO: Contratação de prestação de serviços através de horas máquinas de trator pneumáticos, acessórios e/ou equipamentos para melhor atendimento aos produtores do Município, para plantio e silagem conforme a Lei Municipal nº 4.870, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 18 de março de 2016.

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de março de 2016.

DEOCLIDES DALLA ROSA
Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de pneus novos com selo do Inmetro, destinado para as viaturas administrativas e operacionais do 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros do Município de SMOeste-SC, conforme Lei nº 7.196/2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de março de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de março de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de ar condicionado Split destinados para as Creches CEI Jardim Encantado, Creche CEI Mundo Novo, e; também para as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 18 de março de

2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de março de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

Registro de Preços

RETIFICAÇÃO

Objeto: O objeto do presente Edital consiste na contratação de empresa para fornecimento de licenças de uso, não exclusiva para locação de Módulo legislativo, bem como sua conversão, instalação, implantação, treinamento e suporte técnico.

RETIFICAMOS QUE:

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h30min do dia 11/03/2016 e não dia 08/03/2016 como publicado anteriormente.

Abertura: às 08h30min do dia 11/03/2016.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Executiva da Câmara, sito a Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 36221154.

São Miguel do Oeste/SC, 03 de março de 2016.

Cristiane Regina Zanatta Massaro

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 034/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 034/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora DEIZE REGINA NASCIMENTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 033.502.546-32, residente a Rua Jacob Antônio Pereira, nº. 7971, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 02/03/2016, findando no dia 28/08/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº. 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº. 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DEIZE REGINA NASCIMENTO

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 035/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 035/2016

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita EDITE HACK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 047.480.789.44, residente a Rua João Stahelin, nº.2607, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao

regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AGENTE DE SAÚDE DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/03/2016, até a data do retorno da servidora titular Simone Moretti para o seu cargo de origem, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 30/08/2016, fica esta data sendo como término do contrato.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º

05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

EDITE HACK
CONTRATADA

Testemunhas:

LEI Nº 1.025, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI Nº 1.025, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

“Autoriza a Transferência de Recursos a Entidade que Menciona e dá outras providências”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) em dez parcelas mensais de R\$1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais a Associação Coral de São Pedro de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - O auxílio financeiro será repassado para custear despesas de manutenção, treinamento e apresentação do Coral.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrá por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 4º - A entidade beneficiada com esta Lei, deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, na forma estabelecida pelo serviço de Contabilidade do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, passando a vigorar seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de março de 2016.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.026, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI Nº 1.026, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

“Abre Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no total de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO
13.03.17.512.0015.2.093 – Func. e Manutenção da Secretaria de Água e Saneamento Básico R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular a dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
07.01.15.452.0010.1.073 – construção de um muro R\$ 40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de março de 2016.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.027, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI Nº 1.027, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial no total de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.004 – Func e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 180.000,00

3.3.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular a dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0004.1.021 – Reforma de Ginásio de Esportes R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.13.392.0008.2.045 – Festividades Culturais R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.088 – Reforma e Revitalização do

Centro urbano R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de março de 2016.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 091/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 091/2016

Admite em Caráter Temporário DEIZE REGINA NASCIMENTO para o cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DEIZE REGINA NASCIMENTO para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 034/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 092/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 092/2016

Admite em Caráter Temporário EDITE HACK para o cargo de Agente de Saúde do Programa Saúde da Família - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, EDITE HACK para o cargo de Agente de Saúde do Programa Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 035/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA ANGELA DE TOLEDO, inscrita no CPF sob nº. 081.033.769-06, aprovada em 17º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 14 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 03 de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.683/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.683/2016 de 29 de fevereiro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.861,72 (seis mil oitocentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0167 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.705,12

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0065 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 156,60

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.685/2016 DE 2 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº. 3.685/2016, de 02 de março de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Acácio Correa	41	42
Eide Cristina Rohde	10	11
Jean Claudio Bonet	35	36
Luiz Altair Melo	18	19
Mara Denise de Souza 08	09	
Maria Joana Bellarmino	22	23
Teila Sarita Tomaselli	22	23
Valvenir Doge	31	32

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Adriana de Fatima Dorigon Adams	C-6-V	C-7-V
Amanda Risso dos Santos	C-3-I	C-4-I
Ana Maria Cordeiro	A-1	A-2
Cristiame Kienen	A-1-I	A-2-I
Cristina Nascimento Cardoso	B-Inicial	B-1
Eda Maria Dalmolin Zardo	C-Inicial	C-1
Edna Maria da Rocha	B-2-I	B-3-I
Giane Sardanha	B-2-I	B-3-I
Gretchen Lilian Zoz	B-3	B-4
Hildo Artur Hatschbach	C-6-V	C-7-V
Ivete Jacob Hertel Braga	C-3	C-4
Ivone Fatima Taffarel dos Santos	C-7-VI	C-8-VI
Juliane Terezinha Reinehr Drescher	C-1-I	C-2-I
Junior Marcos Farias	C-3-II	C-4-II
Karolina Harth Silveira	A-1	A-2
Karolline Lins de Carvalho Ananias	A-1-I	A-2-I
Ketlin Dislaine Konell	C-1-I	C-2-I
Marcia Vogel Steilein	C-9-VII	C-10-VII
Marleni Lindner	C-2-II	C-3-II
Milton Amorim de Souza Sobrinho	C-Inicial	C-1

Neiva Lucia Plantikow	B-Inicial	B-1
Roberta Meireles Gozales	A-2	A-3
Sirlene Aparecida de Toledo Perreira	A-1-I	A-2-I
Tiago Roque Grzybowski	B-2-II	B-3-II

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 02 de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.686/2016 DE 2 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.686/2016 de 2 de março de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 520,80 (quinhentos e vinte reais e oitenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 520,80

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.687/2016 DE 2 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.687/2016 de 2 de março de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.181/2016 de 29 de fevereiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.509.297,62 (três milhões, quinhentos e nove mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.1.317 - Reformas, Ampliações e Construções de Unidades Escolares

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0032 - Obras e Instalações R\$ 3.509.297,62

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de março de 2016.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.688/2016 DE 2 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.688/2016 de 2 de março de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.180/2016 de 29 de fevereiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuições R\$ 16.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 16.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de março de 2016.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.689/2016 DE 2 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.689/2016 de 2 de março de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Passagens e Despesas com Locomocao R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de março de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 04/2016-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 04/2016-FAS

Pregão Presencial nº. 02/2016-FAS - Processo nº. 04/2016-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DELTA HAPPY E PLAY LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.261.226/0001-05, estabelecida na Rua João Franzner nº.623, São Luis, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.253-640.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de recreação e lazer para atender as ações dos serviços CRAS, CREAS, Programa Bolsa Família, BPC - Benefício de Proteção Continuada, eventos da Secretaria Assistência Social do município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Locação de equipamentos para utilização em evento para ações do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social.</p> <p>O evento será realizado em espaço Público Municipal, durante meio dia (08:00 ao 12:00 / 13:00 às 17:00) , contendo:</p> <ul style="list-style-type: none">- 2 (duas) cama elástica (mínimo de 4,00m de diâmetro e 1 (um) monitor para orientação durante a utilização),- 1 (um) tobogã (máximo 4m de altura) e 1 (um) monitor para orientação durante a utilização) e- Realização de Pintura Facial por 3 (três) monitores, utilizando tintas próprias para pintura facial, com cores diversas, com o mínimo de 10 tipos de desenhos.- 1 (uma) piscina de bolinha (2,00 x 2,00m com capacidade de 2.500 bolinhas) e monitor para orientação durante a utilização) <p>Os equipamentos deverão estar devidamente montados e prontos para uso (acompanhado pelo monitor) no local previamente combinado, com 15 minutos de antecedência do horário previsto para início do evento; os monitores obrigatoriamente deverão ter maioria e habilidades específicas para atender as necessidades requeridas para utilização do respectivo equipamento; caso ocorra algum dano nos equipamentos durante o período de locação, estes serão de responsabilidade da contratada. Transporte e alimentação dos monitores são de responsabilidade da contratada.</p>	06	Unidade	1.200,00	7.200,00
02	<p>Locação de equipamentos para utilização em evento para ações do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social.</p> <p>O evento será realizado em espaço Público Municipal, durante dia todo (08:00 ao 12:00 e 13:00 às 17:00), contendo os itens abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none">- 2 (duas) cama elástica (mínimo de 4,00m de diâmetro e 1 (um) monitor para orientação durante a utilização),- 1 (um) tobogã (máximo 4m de altura) e 1 (um) monitor para orientação durante a utilização) e- Realização de Pintura Facial por 3 (três) monitores, utilizando tintas próprias para pintura facial, com cores diversas, com o mínimo de 10 tipos de desenhos.- 1 (uma) piscina de bolinha (2,00 x 2,00m com capacidade de 2.500 bolinhas) e monitor para orientação durante a utilização) ou 1 (uma) cama elástica (mínimo de 4,00m de diâmetro e 1 (um) monitor para orientação durante a utilização). Os equipamentos deverão estar devidamente montados e prontos para uso (acompanhado pelo monitor) no local previamente combinado, com 15 minutos de antecedência do horário previsto para início do evento; os monitores obrigatoriamente deverão ter maioria e habilidades específicas para atender as necessidades requeridas para utilização do respectivo equipamento; caso ocorra algum dano nos equipamentos durante o período de locação, estes serão de responsabilidade da contratada. Transporte e alimentação dos monitores são de responsabilidade da contratada.	07	Unidade	2.100,00	14.700,00
TOTAL R\$					21.900,00

Valor do contrato: R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)

Data da Assinatura: 03/03/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.462/2016, DE 02 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.462/2016, DE 02 DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Cleusa de Souza, com efeitos retroativos a partir de 28 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de março de 2016.

OSVALDO JURCK	MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.463/2016, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.463/2016, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Vanderleia Padilha Verbinen, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2016.

OSVALDO JURCK	MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 11/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2016 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 20/2016 Data do Processo: 17/02/2016
<div style="text-align: right;">Folha: 1/2</div>	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para prestação de serviços administrativos e jurídicos especializados na área do gênero de tributos e contribuições previdenciárias para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 14/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 3 de Março de 2016, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 20/2016, Licitação nº 11/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas VILELA BERBEL E MITNE ADVOGADOS, W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, MORAES SILVA & MASSIMINO ADVOGADOS, BOTTIN CONSULTORIA LTDA. - ME, ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS e SANTA CATARINA CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MORAES SILVA & MASSIMINO ADVOGADOS, ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatando que a empresa VILELA BERBEL E MITNE ADVOGADOS apresentou credenciamento assinado apenas por um dos sócios Administradores, o Senhor Diogo Lopes Vilela Berbel, sendo que na 3ª. alteração do Contrato Social na Cláusula Quarta, Parágrafo Segundo, item c, traz que para constituir procurador ad negotia a sociedade estará representada pela assinatura de todos os sócios de capital, sendo assim o representante da empresa VILELA BERBEL E MITNE ADVOGADOS não está credenciado pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. E que as empresas W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, BOTTIN CONSULTORIA LTDA. - ME e SANTA CATARINA CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA. - ME, não estão habilitadas para participar da licitação, pois não se enquadraram nos moldes do objeto correlacionado ao certame, bem como no item 5.1 do edital c/c Lei Federal 8.906/94 em seu Artigo 2º e 3º. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas VILELA BERBEL E MITNE ADVOGADOS, MORAES SILVA & MASSIMINO ADVOGADOS e ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME manifesta a intenção de recurso referente ao seu descredenciamento porque a empresa atende aos requisitos do edital. O representante da empresa BOTTIN CONSULTORIA LTDA. - ME manifesta a intenção de recurso referente ao seu descredenciamento porque a empresa atende aos requisitos do edital. O representante da empresa SANTA CATARINA CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA. - ME manifesta a intenção de recurso referente ao seu descredenciamento porque a empresa atende aos requisitos do edital. O representante da empresa VILELA BERBEL E MITNE ADVOGADOS manifesta a intenção de recurso referente ao seu descredenciamento porque a empresa atende aos requisitos do edital. Diante do exposto abre-se prazo recursal conforme Lei 10.520/02 encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Participante: 13292 - ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, ESCRITORIO DE ADV

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços administrativos e jurídicos especializados na área do gênero de tributos e contribuições previdenciárias, para levantamento de dados precisos sobre os pagamentos realizados, de verbas consideradas de natureza indenizatória, incluindo auditoria, emissão de parecer e se aplicável, proceder a compensação dos pagamentos indevidos a providencia social, administrativa ou judicialmente.	UN	1,00		0,0000	45.000,00	45.000,00
Total do Participante —————>							45.000,00
Total Geral —————>							45.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2016 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 20/2016
Data do Processo: 17/02/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 3 de Março de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

SANDRO MARCELO DOS SANTOS	- - Representante
DANIEL DE MELLO MASSIMINO	- - Representante
PAULINO MELLO JUNIOR	- - Representante
RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN	- - Representante
VILMAR GAEDTKE JUNIOR	- - Representante
ANDERSON MARCUS NASCIMENTO	- - Representante

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS 173/2016 E 185/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 173/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Nomear, Nablo Michaelson, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal da Fazenda, anexo I-D, Lei Complementar nº 024/2006, com vencimentos previstos no nível CC-020, anexo II, da mesma lei, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº. 184/2014.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Seara - SC, em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

Portaria nº. 174/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Nomear, Marlucci Alessi, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal da Assistência Social e do Desenvolvimento Comunitário, Anexo I-J, Lei Complementar nº 024/2006, com vencimentos previstos no nível CC-020, anexo II, da mesma lei, a partir de 01 de abril de 2016.

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº. 163/2009.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

Portaria nº. 175/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 85 da lei complementar 18/2003, combinado com o caput do artigo 12 e seu parágrafo único da lei complementar nº. 27/2008, resolve,

Conceder, a servidora, Marcia Ires Sczesny Hoff – matrícula 115001, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno, nível 40, Grupo D – Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Gratificação de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01 de março de 2016, para atuar como responsável pela emissão das autorizações de compras diretas e licitadas, recebimento de materiais, controle de estoque e publicações no mural público dos atos administrativos.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

Portaria nº. 176/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 85 da lei complementar 18/2003, combinado com o caput do artigo 12 e seu parágrafo único da lei complementar nº. 27/2008, resolve,

Conceder, a servidora, Adriana Grasielle Cê Verza – matrícula 208701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Adjunto Administrativo, nível 130, Grupo A – Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01 de março de 2016, para desempenhar as atribuições de Gerência de Finanças, estabelecidas no art. 41 da Lei Complementar nº 24/2006, concomitantemente com o cargo efetivo.

Art. 1º. Ficam revogadas as Portarias nº. 372/2013 e 232/2015.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

Portaria nº. 177/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Taísa Indiara Cosmann, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, categoria Ensino Superior, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, a partir de 01 de março de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

Portaria nº. 178/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Rosângela Magrid Germendorff Soares dos Santos, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, a partir de 02 de março de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

Portaria nº. 179/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,
Conceder, aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, no período de 02 a 31 de março de 2016:

Matricula	Servidores	Período aquisitivo
198401	Fredy Gilberto Mueller	01/03/2015 a 29/02/2016
221701	Jose Gilmar Da Rosa	01/07/2014 a 30/06/2015
152702	Valmir Oliveira	01/11/2014 a 31/10/2015

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Seara - SC, 01 de março de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 01 de março de 2016
Vanderci Almeida Ramos
Secretário da Administração

Portaria nº. 180/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Demitir a pedido, Marlise Aparecida Mariano Sartori Vieira, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Servente Interno – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 03 de março de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 01 de março de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 01 de março de 2016
Vanderci Almeida Ramos
Secretário da Administração

Portaria nº. 181/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Maria Dreon Langaro, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nas séries iniciais, do Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Nova Teutônia, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professor titular, Teresinha Moro Wehebrink, legalmente afastada, no período de 01 a 30 de março de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 01 de março de 2016
Vanderci Almeida Ramos
Secretário da Administração

Portaria nº. 182/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que

dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Frida Cecilia Petry, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, na Escola Núcleo Lira Camila Petry, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, em vaga não ocupada por concurso, no período de 01 de março a 16 de dezembro de 2016, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras Providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 01 de março de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 01 de março de 2016
Vanderci Almeida Ramos
Secretário da Administração

Portaria nº. 183/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Géssica Antunes de Oliveira, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro de Educação infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, em vaga não ocupada por concurso, no período de 02 de março a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 02 de março de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 02 de março de 2016
Vanderci Almeida Ramos
Secretário da Administração

Portaria nº. 184/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, resolve,
Conceder, a servidora Micheli Carla Rempel, matrícula - 227301, contratada no emprego público de Agente Comunitário de Saúde, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 02 a 16 de março de 2016, mediante remuneração pelo Município e a partir de 17 de março de 2016, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 02 de março de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 02 de março de 2016
Vanderci Almeida Ramos
Secretário da Administração

Portaria nº. 185/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e art. 181, combinado com o art. 182 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, e,

Considerando que foi comunicada pela Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, através da Comunicação Interna de nº 0036/2016, que no dia 29 de fevereiro de 2016 recebeu da psicóloga do CRAS uma ligação informando a ocorrência de fato atípico com um usuário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, e que na ocasião as atividades estavam sendo realizadas pelo Educador Social, o servidor público Sr. Luiz Paulino, residente na Rua José Beneti, 207, no Bairro Monte Castelo, nesta cidade de Seara/SC. Considerando os fatos narrados e tendo possível descumprimento dos deveres inerentes à atividade no desempenho de suas funções, atendendo assim o disposto no art. 182 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003;

Considerando que os fatos noticiados apresentam indícios graves de violação das proibições e deveres do servidor público municipal no desempenho de suas funções e cometimento de possíveis ilícitos criminais;

Considerando a possível gravidade do fato;

Considerando que, caso confirmada a conduta culposa ou dolosa do agente público municipal na perpetração do noticiado, poderá ser caracterizada infração administrativa, com a não observância dos incisos I, II, III, IX e XI do art. 154 e inciso XV do art. 155 o que pode ensejar a aplicação da penalidade prevista nos arts. 165 e seguintes todos da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, e,

Considerando que, caso confirmada a conduta culposa ou dolosa do agente público haverá a necessidade de instauração de processo disciplinar, nos termos do inciso III do art. 184 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, garantindo-se assim fiel cumprimento das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância para apurar o fato comunicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, conforme comunicação que passa a fazer parte integrante desta Portaria.

Art. 2º. Nomear os servidores Josiane Savoldi Bressan e Edes Noel De Amaral Junior, servidores públicos municipais efetivos, para conduzirem a sindicância, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. A Comissão deverá ouvir os envolvidos dos fatos e os que têm conhecimento pleno do mesmo, sendo que o prazo para a conclusão da presente sindicância é até o dia 11 de março de 2016, prorrogável, se necessário para a devida apuração dos fatos.

Art. 4º. A presente sindicância é instaurada para apuração do fato relatado na Comunicação Interna nº. 0036/2016, emitida pela Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário.

Parágrafo único. A Comissão de sindicância prevista no art. 2º da presente Portaria, nos termos do art. 184 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, em sua decisão, deverá ser conclusiva para:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Art. 5º. Como medida cautelar, nos termos do art. 186 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, fica o servidor ocupante do cargo de Educador Social, o Sr. Luiz Paulino, afastado do

exercício do cargo até o dia 11 de março de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 02 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 02 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016

Processo Licitatório nº 023/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 016/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 17/03/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de gêneros alimentícios. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 03 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 024/2016

Processo Licitatório nº. 024/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 017/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h25min do dia 17/03/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais elétricos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 03 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Termo Aditivo nº. 03 da Ata de Registro de Preços nº. 011/2015

Pregão Presencial nº. 018/2015

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Fruteira Cazarotto Ltda ME, CNPJ n.º 01.727.011/0001-30, estabelecida na Avenida Anita Garibaldi nº. 174, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Sr. Vilmo Antonio Cazarotto, brasileiro, casado, RG nº 1.557.332-SSP-SC, CPF nº. 556.281.419-68, residente e domiciliado na rua Nossa Senhora da Salete, s/n, bairro Niterói, Seara, SC, os quais resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. O presente termo tem como objeto o acréscimo de 25% das quantidades licitadas dos itens abaixo:

- Item 17 – Laranja de boa qualidade;
- Item 18 – Maça fuji ou gala de boa qualidade.

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 3.003,00 (três mil e três reais) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
17	72535	Laranja de boa qualidade	kg	800	200	2,19	438,00
18	3236	Maça fuji ou gala de boa qualidade.	kg	2.000	500	5,13	2.565,00
TOTAL							3.003,00
R\$							

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 02/03/2016.

Laci Grigolo Vilmo
Prefeita Municipal
Contratante

Antonio Cazarotto
Fruteira Cazarotto Ltda ME
Contratada

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2016

O Prefeito do município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina Srº. FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Processo Seletivo Público Municipal nº 002/2015 e conforme o ata de classificação final que homologa o resultado oficial dos classificados

DETERMINA

I – CONVOCAR o(s) candidato(s) a seguir relacionados aprovados no referido Processo Seletivo Público Municipal, pela ordem de classificação, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, situada anexa a Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, 830, para preenchimento da vaga, conforme previsto no Edital, no período do dia 03 de março de 2016 á 11 de março de 2016, no horário de expediente (7:30 hs ás 11 :30hs e das 13 :30hs ás 17:30hs).

CRISTIANA MARTELLO – AUXILIAR DE ENFERMAGEM

II – DETERMINA que o candidato convocado apresente cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber :

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Casamento;
- Registro de Nascimento dos filhos menores de idade;
- Histórico Escolar;
- Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
- Endereço/ fone;
- Carteira nacional de Habilitação, com a categoria exigida.
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista; número do PIS/PASEP;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial; (Atestado Médico).
- Comprovante de residência;
- Declaração de Bens;
- Conta corrente do Banco do Brasil S/A.

III – COMUNICAR que o não comparecimento no prazo previsto implicará na desclassificação automática, tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta, Gabinete do Prefeito, 03 de março de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA Nº. 012/2016 DE 03/03/2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 012/2016 de 03/03/2016

Altera dispositivos da INSTRUÇÃO NORMATIVA – CONTROLADORIA Nº. 007/2014 de 08/10/2014, que Estabelece normas sobre a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da regularidade de ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e no Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e

Considerando a Instrução Normativa N.TC-11/2011 e N.TC-12/2012 do TCE/SC, que dispõe sobre a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade de atos de admissão de pessoal,

RESOLVE:

Art. 1º Acrescenta o § 5º ao Art. 3º da Instrução Normativa – Controladoria nº. 007/2014, de 08/10/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º...

§ 5º Quando da nomeação ou designação para cargo em comissão, de confiança ou de função gratificada, o servidor público deverá declarar, conforme “Anexo IX – Declaração de Relação de Parentesco”, a existência de parentesco que importe prática de nepotismo, em atendimento ao previsto na Súmula Vinculante nº. 13 do Supremo Tribunal Federal – STF (Anexo X), que estabelece que “a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente de linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Art. 2º Altera o Anexo II da Instrução Normativa – Controladoria nº. 007/2014, de 08/10/2014, que passa a vigorar conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º Altera o Anexo III da Instrução Normativa – Controladoria nº. 007/2014, de 08/10/2014, que passa a vigorar conforme Anexo II

desta Instrução Normativa.

Art. 4º Acrescenta o Anexo IX à Instrução Normativa – Controladoria nº. 007/2014, de 08/10/2014, conforme o Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 5º Acrescenta o Anexo X à Instrução Normativa – Controladoria nº. 007/2014, de 08/10/2014, conforme o Anexo IV desta Instrução Normativa.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta, SC, 03 de março de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

CLEITON ALGAYER
Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

ANEXO II - DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – CONTROLADORIA nº. 007/2014 de 08/10/2014

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ADMISSÃO (Art. 3º)

I - DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO

1. Número do edital
2. Comprovação da homologação do resultado final do concurso;
3. Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol de aprovados;
4. Ato de admissão;
5. Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente;
6. Existência de cargo/emprego criado por lei;
7. Regime jurídico;
8. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício;
9. Termo de posse;
10. Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso.

II - DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS

1. Comprovação relativa a:
 - a) nacionalidade brasileira;
 - b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
 - c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - e) idade mínima de 18 anos;
 - f) habilitação exigida no edital;
2. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;
3. Informação concernente aos dados pessoais como: nome, sexo, CPF, número do registro ou matrícula, cargo/emprego/função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver;
4. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista;
5. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (Anexo IV);
6. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária (Anexo V);
7. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável (Anexo VI);
8. Endereço;
9. Declaração de bens (cópia da Declaração entregue a Receita Federal, ou Anexo VII, ou Anexo VIII).
10. Declaração de Relação de Parentesco (quando cargo em comissão, de confiança, ou função gratificada, Anexo IX);

III – OUTROS DOCUMENTOS

1. Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão;
2. Nota de Conferência (Anexo III).

ANEXO II

ANEXO III – DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – CONTROLADORIA nº. 007/2014 de 08/10/2014

NOTA DE CONFERÊNCIA DO PROCESSO DE ADMISSÃO (Art. 3º, § 1º)

Servidor: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		Matrícula	
Decreto/Portaria nº.: xxx/20xx de xx/xx/xxxx			
Rol de Documentos – Admissão/Nomeação			
Item	Documentos	OBS	Fls.
I	DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO		
1	Ato de Admissão/Nomeação.		
2	Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente.		
3	Número do Edital.		

4	Comprovação da homologação do resultado final do concurso.		
5	Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol de aprovados.		
6	Comprovação da existência de cargo/emprego criado em lei.		
7	Regime Jurídico.		
8	Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício.		
9	Termo de posse.		
10	Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso.		
II	DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO		
1.A	Comprovação relativa à nacionalidade brasileira.		
1.B	Comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor).		
1.C	Comprovação relativa à quitação com as obrigações militares, quando for o caso.		
1.D	Comprovação relativa à quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação).		
1.E	Comprovação relativa a idade mínima de 18 anos.		
1.F	Comprovação relativa à habilitação exigida no edital.		
2	Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de Concurso Público.		
3	Informação concernente aos dados pessoais como: nome, sexo, CPF, número do registro ou matrícula, cargo/função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº. Do PIS/PASEP, se houver.		
4	Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar pessoal celetista.	NA	-
5	Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato.		
6	No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária.		
7	Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.		
8	Comprovante de Endereço.		
9	Declaração de Bens.		
10	Declaração de Relação de Parentesco (quando cargo em comissão, de confiança, ou função gratificada).		
III	OUTROS DOCUMENTOS		
1	Parecer emitido pelo Controle Interno sobre a regularidade do processo da admissão.		
LEGENDA: NA = não se aplica;			
xxxxxxxxxxxxxx			
Setor de Recursos Humanos			

ANEXO III

ANEXO IX – DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – CONTROLADORIA nº. 007/2014 de 08/10/2014

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO
(§ 5º do Art. 3º)

Eu, xxxxxxxx (nome completo), xxxxxxxx (nacionalidade), xxxxxxxx (estado civil), portador do Documento de Identidade nº xxxxxxxx/xxx/xx (nº RG/órgão expedidor/UF) e do CPF nº. xxx.xxx.xxx-xx, servidor efetivo ocupante do cargo de xxxxxxxx (Nome do Cargo), nomeado/designado no cargo em comissão, de confiança ou função gratificada de xxxxxxxx (Nome do Cargo), OU, servidor nomeado/designado no cargo em comissão de xxxxxxxx (Nome do Cargo), com base no que dispõe a Sumula Vinculante nº. 13 do Supremo Tribunal Federal – STF, DECLARO, que:

NÃO	Possuo grau de parentesco até 3º grau com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Diretores de Departamento, ou qualquer outro servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que exerça cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada no Poder Executivo Municipal de Serra Alta – SC.
SIM	

OBS: Caso tenha assinalado a opção "SIM" preencha a tabela abaixo:

NOME DO PARENTE	CARGO QUE OCUPA	RELAÇÃO DE PARENTESCO

Configurando-se a não veracidade da declaração prestada, como crime de falsidade ideológica, conforme Art. 299, do Código Penal.

Serra Alta/SC, xx de xxxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA DO SERVIDOR

Servidor Público

ANEXO IV

ANEXO X – DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – CONTROLADORIA nº. 007/2014 de 08/10/2014

RELAÇÃO DE PARENTESCO

(§ 5º do Art. 3º)

Considerando a Súmula Vinculante nº. 13 do Supremo Tribunal Federal – STF, que veda o nepotismo nos seguintes termos:

"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente de linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal". Destacamos a relação de parentesco que são vedadas pela Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal – STF:

RELAÇÃO DE PARENTESCO VEDADAS PELA SÚMULA VINCULANTE Nº. 13 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF		
Cônjuge (esposa ou esposo) ou companheiro(a).		
PARENTES EM LINHA RETA:	PARENTES EM LINHA COLATERAL:	PARENTES POR AFINIDADE:
Ascendentes: 1º grau: pai e mãe 2º grau: avô e avó 3º grau: bisavô e bisavó Descendentes: 1º grau: filho e filha 2º grau: neto e neta 3º grau: bisneto e bisneta	2º grau: irmão e irmã 3º grau: tio e tia, sobrinho e sobrinha	Genro e nora e parentes exclusivamente do cônjuge ou companheiro(a). Em linha reta: Ascendentes: 1º grau: pai e mãe 2º grau: avô e avó 3º grau: bisavô e bisavó Descendentes: 1º grau: filho e filha 2º grau: neto e neta 3º grau: bisneto e bisneta Em linha colateral: 2º grau: irmão e irmã 3º grau: tio e tia, sobrinho e sobrinha

Sul Brasil

PREFEITURA

CONVITE 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CONVITE

Processo Administrativo nº 015/2016

Edital: CONVITE nº 003/2016

Objeto: CARTA CONVITE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE CAMINHÃO PLACA LZT-6493.

Entrega dos envelopes: 14:00 horas do dia 15 de março de 2016

Abertura dos envelopes: 14:00 horas do dia 15 de março de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 03 de março de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

DECRETO 069/2016

DECRETO Nº. 069, DE 02 DE MARÇO DE 2016

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016 EM CARATER DE URGÊNCIA PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO GERAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade como disposto nas Leis Municipais nº385 de 01 de junho de 2001, Complementar nº640, de 11 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº678, de 19 de janeiro de 2009 e Lei Complementar nº776, de 10 de janeiro de 2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 de 15 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado do Processo Seletivo nº 001/2016, para cargos do quadro geral de pessoal da Prefeitura Municipal, na sua exata ordem de classificação, conforme segue:

INSCRIÇÃO	CLASSIF	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C. GERAIS	C. ESPECIFICO	TOTAL
004	1º	Angélica Cristina Bruxel Lopes	1,80	1,35	1,35	2,60	7,10
005	2º	Luciane aparecida de Mattos Rodrigues da Silva	1,35	1,35	0,90	2,60	6,20
003	3º	Geovana Teles	1,35	1,80	0,90	1,95	6,00
001	4º	Cristiane Orso	0,45	0,90	1,35	1,95	4,65
006	-	Jovani Marangoni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
002	-	Alesandra Cavalheiro da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 11 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº.009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 013/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAÇÃO
DA PATRULHA AGRÍCOLA MUNICIPAL.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 18 de março de 2016

Abertura dos envelopes: 09:30 horas do dia 18 de março de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 02 de março de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 017-2016

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 017/2016 com a ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO OESTE – CNPJ: 72.307.960/0001-00, no valor de R\$ 4.875,00, para prestação de serviço de arbitragem do campeonato municipal de futebol suíço edição 2016. TIGRINHOS/SC, em 03 de Março de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 053/2016

PORTARIA Nº. 053/2016. DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO SR. ERNANI BRUCH PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, FIXA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica DESIGNADO o Servidor Público Municipal Sr. ERNANI BRUCH, ocupante do cargo efetivo de Operador, matrícula nº 321/02, para responder interinamente pelo DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, e FIXA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA (DI-RETOR), conforme Art. 75, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 054/2016

PORTARIA Nº. 054/2016. DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO SR. MAICON BRUXEL PARA RESPONDER INTERINAMENTE COMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, FIXA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica DESIGNADO o Servidor Público Municipal Sr. MAICON BRUXEL, ocupante do cargo efetivo de Agente de Recursos Humanos, matrícula nº 423/01, para responder interinamente como SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, e FIXA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, conforme Art. 75, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015, a partir de 01 de Março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO SANTA CATARINA, EM 03 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de março de dois mil e dezesseis.

PORTARIA 055/2016

PORTARIA Nº. 055/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. LAINE TEREZINHA BOTTEGA MANFRIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para a Servidora Pública Municipal Sra. LAINE TEREZINHA BOTTEGA MANFRIN, Efetiva, Assistente de Administração, com matrícula nº. 383/02, referente ao período aquisitivo vencido em Abril de 2015, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 07 de Março de 2016 à 05 de Abril de 2016, sendo convertida em abono pecuniário o percentual de 50% (30 dias) nos termos do Art. 104 e §2º, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 104 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

§ 2º É vedado o acúmulo de licença-prêmio, podendo a mesma ser convertida em abono pecuniário até o percentual de 50%

(cinquenta por cento), desde que o servidor apresente requerimento e seja deferido pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2015 – SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante LA-DEHOFF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP, CNPJ nº 83.632.935/0001-18, representada pela responsável, Sra. Elvira Küpers Ladehoff, a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 08/03/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 03 de março de 2016

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 2016.18 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/16 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante POLY DEFENSOR PRODUTOS DEFESA PESSOAL LTDA, CNPJ n.º 11.005.987/0001-53 a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 08/03/2016

HORÁRIO: das 08h as 12h e das 14h as 17h.

Timbó, 03 de março de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 129 2015 PMT - SÊMEN BOVINO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 129/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição do sêmen bovino destinado à inseminação artificial em atendimento aos agricultores.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Semex do Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 5.794,00 (cinco mil setecentos e noventa e quatro reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/03/2017.

Timbó, 03/03//2016

MARCIA DA ROCHA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

EXTRATO CONTRATO 2016.18 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNIVIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/18

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

AUTORIZADO: Poly Defensor Produtos Defesa Pessoal Ltda.

OBJETO: Fornecimento de espargidor de pimenta (agente químico OC), visando atender as necessidades da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó, cumpridas todas as formas, condições, especificações, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Edital de Pregão nº 11/2015.

VALOR: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/02/2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

NOVA NOTIFICAÇÃO TERRABASE - MANDADO DE SEGURANÇA PREGÃO PRESENCIAL N.º 38 2015 PMT NOTIFICAÇÃO

Ao

Ilmo. Sr. Representante legal da empresa

TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA.

Rua Aristiliano Ramos, nº 802, Timbó/SC

O Município de Timbó lançou o Pregão Presencial nº. 38/2015 cujo objeto versa acerca do fornecimento de macadame para atender a administração direta/indireta.

Após V. Sa. ter sido declarada vencedora do certame (Ata de fls. 0108/0109, anexa), a documentação relativa a sua habilitação foi encaminhada a Procuradoria Geral para análise (fls. 0110, anexa), o que culminou na expedição do Parecer Jurídico nº. 35/2015 que opinou pela sua inabilitação (fls. 0111/0112, anexo), posicionamento recepcionado pelo pregoeiro que decidiu desclassificá-la (fls. 0113, anexa). O parecer e a decisão de desclassificação lhe foram encaminhadas por e-mail (fls. 0114, anexo). A decisão foi publicada no DOM (fls. 0115, anexa).

Inconformada, V. Sa. propôs contra a decisão do pregoeiro (fls. 0113) o Mandado de Segurança nº. 0301052-65.2015.8.24.0073 para suspender o Pregão nº. 50/2015 e manter sua habilitação no Pregão nº. 38/2015.

Sobreveio sentença na referida demanda (inteiro teor anexo) definindo o que segue: "Ante o exposto, confirma-se a decisão liminar de fls. 218/220 no ponto que mantém a suspensão do Pregão n. 50/2015 até que se decida administrativamente sobre o Pregão

n. 38/2015 e, no mérito, concede-se em parte a segurança para declarar a nulidade do ato administrativo que inabilitou a impetrante Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda. do Procedimento licitatório n. 38/2015 e, em consequência, restabelecer o "status quo ante", a fim de que a parte impetrada: a) instaure o devido processo legal, com fundamentação e motivação adequadas; e b) assegure à impetrante o direito ao contraditório e à ampla defesa. ..."

No intuito de sanar esta problemática relacionada ao devido processo legal/contraditório/ampla defesa as autoridades administrativas responsáveis pelo certame notificaram V. Sa. (ato anexo), que apresentou Defesa Administrativa. Apesar desta postura, ao promover nova análise da decisão judicial em conjunto com a notificação, as referidas autoridades constataram que esta última deixa margem a interpretação diversa do que foi determinado pela primeira, o que não poderia perdurar sob pena de novo prejuízo aos interesses públicos e privados que envolvem a questão, motivando a expedição da decisão de fls. 144/146 (anexa), que ao final assim definiu: "Ante o exposto, as autoridades administrativas responsáveis pelo certame (abaixo designadas) resolvem:- ANULAR a notificação de fls. 121 e todos os atos dela decorrentes, deixando, por conseguinte, de apreciar/analisar os termos da Defesa Administrativa apresentada pela Terrabase; - DETERMINAR a baixa dos autos ao pregoeiro que proferiu a decisão anulada, a fim de que proceda os atos necessários a regularidade do procedimento administrativo alusivo à revisão da decisão proferida na ata do certame, consubstanciada no parecer jurídico, em especial que expeça Notificação para dar ciência à referida empresa do teor do Parecer Jurídico que opinou pela sua inabilitação, oportunizando prazo de 5 dias para o exercício do contraditório/ampla defesa, compondo assim o devido processo legal, e, somente após decorrido o prazo e/ou apresentado defesa, seja proferida manifestação/decisão pelo pregoeiro acerca da habilitação ou não da empresa no certame. Publique-se."

Diante do exposto, no intuito compor em definitivo o devido processo legal, garantir o pleno exercício do contraditório e ampla defesa e viabilizar nova manifestação acerca da habilitação ou não, o Município de Timbó, através do Pregoeiro Oficial designado a atuar no Pregão Presencial nº. 38/2015, NOTIFICA V. SA. para, querendo, no prazo máximo e improrrogável de 05 dias úteis contados do recebimento desta, apresente defesa/manifestação acerca do

Parecer Jurídico nº. 35/2015 (fls. 0111/0112).

Timbó/SC, 01 de março de 2016.
JEAN MESSIAIS RODRIGUES VARGAS
Pregoeiro Oficial

Rol de Documentos: - Ata de fls. 018/0109; - Ato de fls. 0110; - Parecer Jurídico nº. 35/2015 de fls. 0111/0112; - Decisão do pregoeiro de fls. 0113; - E-mail de fls. 0114; - Notificação de fls. 0121; - Defesa Administrativa.

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 72 2015 PMT - MANUTENÇÃO DA FROTA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões e máquinas pesadas da prefeitura, fundos, fundações e autarquia.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Mecânica Buzzi Ltda; Mecfar Mecânica Automotiva Ltda Me; Maiochi Instal. Mont. Maq. Equipos Ltda; Coml. Molas Menestrina Ltda Epp; AUTO MECANICA Bonatti Ltda Me; R.T Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda. Epp; Mtm Auto Center e Comércio de Baterias Ltda Me; Mello Auto Diesel Ltda Epp; Renato Schumann Epp; Auto Mecânica Leitzke Ltda; Manfredo Schmidt Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.200.839,60 (dois milhões duzentos mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01/09/2016.

Timbó, 03/09/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria nº 08/2016

Portaria Nº 0008/2016

Concede férias ao servidor Everton Bica Pedroso, assessor parlamentar especial na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 80 e 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 09/01/2015 a 08/01/2015, ao servidor Everton Bica Pedroso, assessor parlamentar especial na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter as férias concedidas por este ato em abono pecuniário, na forma do art. 80 do Estatuto de Servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 02 de março de 2016.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Três Barras

PREFEITURA

CONTRATO Nº 04/2016 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

Vigência: 05/02/2016 a 04/02/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC

Contratado: Mallon & Cia Ltda. – CNPJ nº. 83.189.605/0001-08.

Objeto: Objeto do presente Contrato é a aquisição de 01(um) veículo que passara integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal, conforme segue:

VEICULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE NOVO, ZERO KM, MODELO 2016, 04 (QUATRO) PORTAS, ESTRIBOS LATERAIS, COR PRETA OU PRATA, MOTOR DIESEL TURBO INTERCOOLER COM POTENCIA MINIMA DE 160 CV, TRAÇÃO 4 X 2, 4 X 4 E 4 X 4 REDUZIDA, CONTROLE ELETRONICO DE ESTABILIDADE E CONTROLE ELETRONICO DE TRAÇÃO, CAIXA DE CAMBIO AUTOMATICA DE NO MINIMO 05 (CINCO) VELOCIDADES, FREIOS ABS COM EBD, (DISTRIBUIÇÃO ELETRONICA DA FORÇA DE FRENAGEM) E BAS (SISTEMA DE ASSISTENCIA EM FRENAGEM DE EMERGENCIA), AIRBAG DUPLO FRONTAL, BANCOS REVESTIDOS EM COURO DE FACIL ASSEPCIA, AR CONDICIONADO DIGITAL, CENTRAL MULTIMIDIA COM GPS INTEGRADO E CAMARA DE RE, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS LATERAIS RETRATEIS, CONTA GIROS, DIREÇÃO HIDRAULICA, PARACHOQUES NA COR DO VEÍCULO OU CROMADO, RODAS LE LIGA LEVE ARO 17” COM TRAVAS ELETRICAS NAS 4 PORTAS, VIDROS ELETRICOS NAS 4 PORTAS, CAÇAMBA COM PROTEÇÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA 1 T, CAPOTA MARITIMA E SANTANTÔNIO.

Valor: R\$ 151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 04 de março de 2016.

CONVÊNIO Nº 04/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2016

Vigência: 19/02/2016 a 18/03/2016.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Conveniada: O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, Serviço Social Autônomo, inscrito no CNPJ nº 03.603.739/0001-86.

Objeto: prestação de serviços educacionais, no curso de formação continuada para profissionais da educação da rede municipal de ensino de Três Barras – SC a ser ministrado pelo SENAC/SC conforme sua programação. 2.2 – DIA: 24/02/2016: Ética na Educação - no Atendimento horário inicial: 09:00 horário final: 11:00, objetivo é contextualizar a temática Ética e Profissionalismo na prática docente, nas mediações necessárias à comunidade educativa. Público: Todos os colaboradores da Rede Municipal – 200 pessoas. 2.3 – DIA 25/02/2016: colhimento na Educação Infantil - no Atendimento horário inicial: 08:30 horário final: 11:30, objetivo é Apresentar a importância do acolhimento no desenvolvimento integral da criança, explorando técnicas e inserindo-as no planejamento e rotina escolar. Público: Professores e Auxiliares da Educação Infantil – 100 pessoas. 2.4 – DIA 26/02/2016: estratégias frente à indisciplina do aluno na escola (aqui será abordado também à importância da Família no processo de educar)- no Atendimento horário inicial: 08:30 horário final: 11:30 objetivo discutir estratégias para trabalhar a indisciplina na sala de aula e como criar um ambiente de cooperação visando melhores resultados de aprendizagem,

além de contextualizar o papel da família no processo de educar. Público: Professores do Ensino Fundamental Séries Iniciais e Séries finais. 2.5 – DIAS 03/03/2016 e 04/03/2016: Gestão empreendedora comunicação e motivação e avaliações interna e externa - no Atendimento horário inicial: 08:00 horário final: 12:00; *Trabalhara percepção dos comportamentos empreendedores imprescindíveis na gestão de instituições, educacionais, na organização dos fluxos e no direcionamento dos processos dentro e fora da escola.* Apresentar a importância da comunicação eficaz em processos em que a coletividade e a sinergia do grupo correspondem ao diferencial na conquista dos resultados.* Elaborar um fluxo para otimizar a obtenção de dados e articulá-los com foco no resultado.

Público: workshop para diretores/gestores vinculados a secretaria de educação.

Valor: R\$ 12.374,00 (doze mil e trezentos e setenta e quatro reais)

ELOI JOSE QUEGE.

PREFEITO MUNICIPAL.

Três Barras - SC, 03 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2016

Vigência: 01/02/2016 até 30/08/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Rogério Padilha - CPF nº. 868.833.059-04.

Objeto: é a contratação de prestação de serviços com UM CAMINHÃO BASCULANTE, modelo Mercedes Benz/LK113, placas LWR 8333, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo de Três Barras – SC, sendo a quantidade de 28 (vinte e oito) dias, uma vez por semana no período de 01 de fevereiro de 2016 até 30 de agosto de 2016.

Valor Total: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 04 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2016

Vigência: 28/01/2016 até 27/01/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Frimac Refrigeração Eireli ME - CNPJ nº. 17.613.341/0001-35.

Objeto: Constitui objeto é a CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR (QUENTE E FRIO) NO PAÇO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, Nº 616, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC, Valor Total: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 04 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2016

Vigência: 01/02/2016 até 31/07/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Ermelino Veiga Segundo - CPF nº. 248.588.979-15.

Objeto: é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, contendo uma sala com aproximadamente 180m² (cento e oitenta metros quadrados), situado na Rua André Max muller nº 133, Bairro KM02 na cidade de Três Barras – SC.

Valor Total: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 04 de março de 2016.

83.102.400/0001-35.

Contratado: Brinquedos Criativos WH LTDA - EPP - CNPJ nº. 86.857.174/0001-90.

Objeto: é o fornecimento de mão de obra e aquisição parcial de materiais com aproveitamento de materiais a serem fornecido pelo município, para recuperação e montagem de parque infantil, localizada na Rua João Manoel Sarda, Bairro Km02, no Município Três Barras – SC.

Valor Total: R\$ 78.400,00 (setenta e oito mil e quatrocentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 04 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

Vigência: 01/02/2016 até 31/07/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Carlos Truchinski Krulikowski - CPF nº. 868.837.559-34. Objeto: é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, contendo uma sala com aproximadamente 150m² (cento e cinquenta metros quadrados), situado na Rua Simão Pacheco Guimarães nº 07, Bairro João Paulo II na cidade de Três Barras – SC.

Valor Total: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 04 de março de 2016.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

Procedimento Licitatório nº. 28/2016 - Edital nº. 24/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 16 de março de 2016, Propostas para “Registro de Preço de moveis sob medida”, destinados as Unidades de Saúde do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 16 de março de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 29 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016

Vigência: 04/01/2016 até 03/03/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 525/2016

PORTARIA N. 525 DE 3 DE MARÇO DE 2016

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDORA

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora LÍGIA CAROLINE SAWISKI, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete da Presidência, Padrão PC-02 do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras, 30(trinta) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição 06/03/2015 a 05/03/2016, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 55/2016, convertidos em abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, a contar do dia 7 de Março de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 3 de Março de 2016.

JOEL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 4 de fevereiro de 2016.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 526/2016

PORTARIA N. 526 DE 3 DE MARÇO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA EM FUNÇÃO GRATIFICADA DE RESPONSÁVEL PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Eliane de Souza Bueno, ocupante do cargo de Contadora Legislativo, Matrícula 6378-0, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores, na Função Gratificada de Responsável pelo Setor de Recursos Humanos, com 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar n. 195/2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 3 de Março de 2016.

JOEL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 4 de fevereiro de 2016.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CV 15-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 15/2016 – CARTA CONVITE

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para ministrar Curso de Informática Básica e Curso de Corte e Costura, para os alunos da Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 11/03/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 17/2016

CONTRATO Nº 17/2016

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o FUNDO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo Secretário da Saúde do Fundo Municipal de Saúde, Exmo. Sr. Bruno José Heberle, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São Pedro interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 626.965.569-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Rafael Nicolodi ME, estabelecida na Rua Simões, 13, na Cidade de Iporã do Oeste-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 19.286.537-0001-79 neste ato representado pelo Sr. Rafael Nicolodi, Diretor Administrativo, brasileiro, portador do CPF n.º 086.081.529-32 e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE em conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme descritos e especificados no anexo I-Termo de Referência, para o Fundo Municipal da Saúde desta Municipalidade, conforme segue abaixo:

Item	Quant	Unid.	Preço Unit, Máximo R\$	Preço Total	Especificação
1	11	mês	875,00	9.625,00	Consultoria em Tecnologia da Informação compreendendo: realizar a catalogação dos equipamentos da secretaria, realizar o projeto de rede intranet, realizar o backup mensal dos sistemas de informação da saúde como SCNES, SIA, FPO Magnético, e-SUS, SIPNI, SINASC, VERSIA, SIAB, além de realizar sua instalação quando necessária (dentro dos padrões da secretaria de saúde do estado e do núcleo de informática do ministério da saúde do estado); Fornecer uma ferramenta de backup de dados em nuvem para armazenar os backups dos programas da unidade contendo no mínimo 50 GB de espaço; Indicar ou disponibilizar ou indicar ferramentas de auxílio ao prontuário eletrônico e-sus, para atender os trabalhos de média e alta complexidade do município que não estão disponíveis no prontuário eletrônico do sus (e-sus), contendo: Ferramenta de controle de estoque de Farmácia, controle de estoque de medicamentos dos grupos (hiperdia, psicotrópicos e antimicrobianos), impressão de relatórios, sistema de avisos de vencimentos de medicamentos; Ferramenta eletrônica TF. Controle de filas, emissão de negativas, impressão de folhas TFD's, controle de agendamentos; Ferramenta de controle de Transporte, geração de roteiro de viagem, controle de viagens, controle de gastos de viagens, geração do Boletim de Produção Ambulatorial para importação no e-sus. A Consultoria deve se fazer disponível quando necessário, por telefone, e-mail, realizar visitas semanais ou quando de urgência, afim de verificar problemas e fazer manutenções preventivas dos sistemas de saúde, fazer o assessoramento necessário, ainda disponibilizar suporte técnico remoto para atender chamados de urgência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 9.625,00 (Nove mil, seiscentos e vinte cinco reais). O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM PARCELAS MENSAS de R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais) de acordo com a execução do objeto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

3.2 Considerando que no mês de Fevereiro de 2016 o pagamento será proporcional aos dias de serviços prestados neste mês, ou seja o valor de R\$ 437,50 (Quatrocentos trinta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS – Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura até 31/12/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas

sinteticamente sob os números: (9) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, do de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores do , fornecendo a FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE;
- e) Declaração de inidoneidade.

A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo responsável da Secretaria de Saúde.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 10/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 15 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle Rafael Nicolodi -ME
Gestor do Fundo Rafael Nicolodi
CONTRATANTE Diretor Administrativo
CONTRATADO

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

**PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 26/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório..

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 26/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO PEÇAS ORIGINAIS E DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.244.199-0001-72, estabelecida na Rodovia BR 282, Linha Limeira, Acesso Paraíso, no Município de São Miguel do Oeste-SC.

Lote III Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora RG-170 B

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 9 furos ¾ 6 curva Marca NTX	2	peças	563,61	1.127,23
2	Lamina 8 furos ¾ 6 curva Marca NTX	2	unid	534,04	1.068,10
3	Porca Lamina 5/8 reforçada Marca FEY	34	unid	0,86	29,36
4	Parafuso 5/8 x 2.1/4 Marca FIBAN	34	unid	2,21	75,31
	Total Geral				2.300,00

Lote IV. Peças ORIGINAIS com a devida mão de obra para o Conserto do Rolo compactador CB12HD

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Elementos código 17	06	uni	225,00	1.350,00
2	Válvulas código 23	06	uni	420,00	2.520,00
3	Jogo de reparo código 23	01	jg	22,00	22,00
4	Jogo de reparo código 23	01	jg	36,00	36,00
5	Junta tampa código 23	01	uni	29,00	29,00
6	junta código 23	01	uni	16,00	16,00
7	Anel do flange código 163	01	uni	12,00	12,00
8	Bicos injetores	06	uni	200,83	1.204,88
9	Reparo Bom alimentadora	01	uni	150,00	150,00
10	Mão de obra com conserto de bicos injetores	01	Mão obra	375,00	375,00
	Total Geral das peças e Mão de Obra				5.714,98

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

2.2 A Mão de obra referente o Lote IV conserto do Rolo compactador CR12 HD, bem a entrega das Peças deverá ocorrer de forma imediata em no máximo 5(cinco) dias após a emissão de fornecimento, e o conserto da máquina deverá ser executado pela CONTRATADA na Oficina Mecânica da Prefeitura, sito a Rua 25 de julho, Centro, deste Município.

2.2.1 O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao conserto do Rolo Compactador serão por conta e risco do Licitante vencedor.

2.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as Peças e Mão de Obra.

2.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionados pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.5 – Na hipótese da não aceitação dos pneus, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 26/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento de R\$ 8.014,99(oito mil catorze reais e noventa e nove centavos) devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO DAS PEÇAS, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 O Pagamento das Peças e Mão de Obra referente o lote IV ocorrerá em no máximo 5(cinco) dias após o conserto e mais perfeito funcionamento do Rolo compactador.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 26 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP
FORNECEDOR REGISTRADO

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2016

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2016

Comunica Errata no Edital, onde se lê : "Pela contratação desta Banda, o município pagará o valor global de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) leia –se: Pela contratação desta Banda, o município pagará o valor global de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 02 de março de 2016.

Jackson Scherer
Coordenador da CCO

CONTRATO N.º 16/2016

CONTRATO N.º 16/2016

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: ENOI SCHERER, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa DEDETIZADORA IDEAL LTDA ME, estabelecida na Rua 7 de Setembro, 2422, entro, no Município de São Miguel do Oeste-SC, resolvem celebrar o presente contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ANTIRATIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E ESCUPINIZAÇÃO, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, em decorrência do processo licitatório na Modalidade de Pregão nº 05/2016, e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Faz parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ANTIRATIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E ESCUPINIZAÇÃO, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Preço unit	Preço Total	Especificação
1	18	UNID	270,00	4.860,00	contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desinsetização, dedetização, antirratização, desratização e descupinização, conforme relação dos estabelecimentos relacionados abaixo, os serviços deverão ser prestados semestralmente, com emissão dos devidos laudos técnicos.
2	2	UNID	485,00	970,00	contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desinsetização, dedetização, antirratização, desratização e descupinização, no PREDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO os serviços deverão ser prestados semestralmente, com emissão dos devidos laudos técnicos.

CLÁUSULA TERCEIRA – A licitante vencedora deverá executar os serviços de desinsetização, dedetização, antirratização, desratização e fornecer serviços de monitoramento e assistência técnica. O serviço deverá ser iniciado DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, sendo que a Nutricionista Sra. Camila H. Do Rosar, é responsável pela elaboração do cronograma e acompanhamento do mesmo, após a assinatura do contrato, com aplicação dos produtos necessários para o controle de cada praga, de forma geral e completa, fazer o monitoramento e assistência técnica até 31/12/2016, emitindo laudo técnico profissional, (padrão da vigilância estadual) mensalmente. Todo material utilizado na prestação dos serviços correrão por conta da licitante vencedora. Os produtos químicos a serem aplicados deverão ter as seguintes características:

- Ingrediente ativo
- Efeito residual prolongado superior a 90 dias após a aplicação
- Baixo teor toxicológico para seres humanos
- Sem cheiro e sem odor
- Foto estável e não corrosivo
- Não apresentar índice mutagênico

Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO). A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos serviços é de R\$ 5.830,00 (cinco mil oitocentos e trinta reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento dos serviços é descrito no gráfico acima, (cláusula primeira), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA mensalmente, conforme apresentação da Nota Fiscal e laudos técnicos e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE – Não haverá reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (35,45,58,83) do Município de Tunápolis/SC, do de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

São direitos e responsabilidades das partes:

§ 1º. Constituem direitos do CONTRATANTE - receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

§ 2º. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
 - b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
 - c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos equipamentos com vistas a execução do objeto deste Contrato.
- § 3º. Constituem obrigações da CONTRATADA:
- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
 - b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
 - c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
 - d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
 - e) A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO - O presente Contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Parágrafo único. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - Este Contrato está vinculado ao Pregão nº 05/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 19 de janeiro de 2016.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
Contratante

DEDETIZADORA IDEAL LTDA ME
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 18/2016 FUNDO FREIBERGER

CONTRATO Nº 18/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 85.377.422/0001-33, com sede na Avenida Cerro Largo, 515 centro, no Município de Tunápolis, neste ato devidamente representado pelo Sr. Antônio Freiburger-sócio administrador considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 18/2016 e Pregão Presencial nº 13/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto a aquisição Material Elétrico e devida Mão de Obra para instalação de Novo padrão trifásico para entrada de energia e quadro geral de distribuição, e mão de obra para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas) necessárias para a Unidade de Saúde, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Lote I.

Material Elétrico para instalação de Novo padrão trifásico para entrada de energia e quadro geral de distribuição.

item	Qtade	unid	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Especificação
1	1,00	pç	636,92	636,92	Poste concreto 8 x 300dan
2	1,00	pç	440,96	440,97	Caixa medidora padrão CELESC modelo ME para disjuntor caixa moldada 125 A e com DPS
3	1,00	pç	279,27	279,28	Disjuntor trifasico caixa moldada 125 A
4	3,00	pç	73,49	220,48	Dispositivo Anti Surto (DPS) 40 KA
5	40,00	m	24,49	979,93	Cabo 1 KV HEPR 50 mm preto
6	40,00	m	24,49	979,93	Cabo 1 KV HEPR 50 mm azul
7	40,00	m	24,49	979,93	Cabo 1 KV HEPR 50 mm vermelho
8	40,00	m	24,49	979,93	Cabo 1 KV HEPR 50 mm branco
9	20,00	m	21,55	431,17	Cabo multiplexado trifasico 50 mm
10	3,00	pç	28,41	82,25	Tubo eletroduto 2 pol. Barra de 3m
11	4,00	pç	11,75	47,04	Curva eletroduto 2 pol. 90º
12	6,00	pç	8,32	49,98	Luva eletroduto 2´
13	2,00	pç	12,73	25,48	Abraçadeira para poste
14	1,00	pç	9,79	9,80	Cabecote alumínio para eletroduto 2´
15	6,00	m	17,63	105,83	Cabo de cobre nú 25 mm
16	8,00	pç	2,93	23,52	Arruela alumínio 2 pol.
17	4,00	pç	1,95	7,84	Arruela alumínio 3/4
18	24,00	pç	11,75	282,22	Terminal compressão 50mm (Tipo TCM)
19	8,00	pç	7,34	58,80	Conector cunha para cabo 50 mm
20	2,00	pç	34,29	68,60	Haste terra 5/8 x 2,40m
21	2,00	pç	7,34	14,70	Conector haste terra cobre
22	2,00	pç	10,28	20,58	Armação rex 1 x 1
23	2,00	pç	5,38	10,78	Isolador porcelana 72 x 72
24	2,00	pç	7,34	14,70	Parafuso maquina 1/2 x 8 galvanizado
25	2,00	pç	7,34	14,70	Alça pre-formada para cabo 50 mm
26	8,00	pç	1,95	15,68	Cinta para eletroduto
27	1,00	pç	146,98	146,99	Quadro de distribuição de embutir com barramento mínimo de 150 A, 42 disjuntores nema medidas aproximadas: largura= 45 cm altura= 75 cm
28	1,00	pç	391,97	391,97	42 disjuntores mesma medidas aproximadas: largura= 45 cm altura= 75 cm.
			7.323,00		Total geral do lote I R\$ 7.323,00(sete mil trezentos e vinte três reais)

LOTE II.

Mão de Obra para instalação de Novo padrão trifásico para entrada de energia e quadro geral de distribuição, e mão de obra para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas) necessárias para a Unidade de Saúde.

item	Quant.	unid	Valor Uni- tário R\$	Valor Total R\$	
01	115,00	h	33,26	3.825,00	Mão de obra com instalação de Novo padrão trifásico para entrada de energia e quadro geral de distribuição, para a Unidade de Saúde
					Total Geral do Lote II R\$ 3.825,00 (Três mil oitocentos e vinte cinco reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O Fundo Municipal da Saúde pagará ao Vencedor o valor de R\$ 11.148,00(Onze mil cento e quarenta e oito reais) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 10 (dez) dias, após ENTREGA DOS MATERIAIS ELÉTRICOS, DEVIDA INSTALAÇÃO E NO MAIS PERFEITO FUNCIONAMENTO DO NOVO PADRÃO TRIFÁSICO, E DEMAIS SERVIÇOS ELÉTRICOS, com a efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais e serviços conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – A entrega dos materiais e bem como a execução dos serviços, deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados apartir do recebimento da Nota de Empenho, nas dependências da Unidade de Saúde, sito a Rua Albino Frantz, Centro, deste Município, devendo a licitante vencedora informar previamente a realização da entrega e execução dos serviços.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos MATERIAIS ELÉTRICOS e MÃO DE OBRA objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado ou reparado e consertado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O Fundo Municipal da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferencia do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao Fundo Municipal da Saúde ou a terceiros.

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

5.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

5.4 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

5.5 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.6. A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

5.7. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra, ferramental e equipamentos necessários à execução dos serviços

5.8. A CONTRATADA se responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

5.9 A CONTRATADA deverá executar os trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

5.10 A CONTRATADA deverá somente utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços, bem como manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

5.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução da mão de obra para instalação do padrão trifásico, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Fundo Municipal da Saúde obriga-se adquirir os materiais e serviços acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (5,72) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente Contrato produzirá seus efeitos a partir de sua assinatura e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2016 ou até o recebimento definitivo do objeto deste contrato, sem prejuízo do cumprimento de obrigações adicionais eventualmente exigidas, no anexo I, para o objeto contratado.

8.2. O prazo para a entrega e execução dos serviços é o constante na cláusula 4 deste contrato.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 01 de março 2016.

Bruno José Heberle Freiburger Materiais Elétricos Ltda ME

Gestor do Fundo

Contratados

Contratante

Antônio Freiburger

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 38/2016

CONTRATO Nº 38/2016

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a EL PRODUÇÕES E EVENTOS, com sede na Av. Fernando Machado – E 1835, Apto 302, Bairro Universitário – Chapecó – SC, CEP: 89814-470, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.763.564/0001-41, neste ato representada por Emerson Carlos Dos Santos, portador do CPF nº 037.171.769-86 e de outro lado, CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situado na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, CPF 656.321.769-91 E RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, a apresentação da Dupla EMERSON E DANIEL no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA DO SHOW: 22/04/2016

HORÁRIO DO SHOW: a partir das 21:30hs.

Cláusula segunda - A apresentação corresponderá a show a ser realizado pela banda com duração mínima de 90 (noventa) minutos e máxima de 120 (Cento e Vinte) minutos, no local, cidade e data antes descritos.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula quarta - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quinta - O descumprimento de quaisquer dos itens inclusos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula sexta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim, são de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sétima - A equipe CONTRATADA não se responsabiliza por eventuais danos causados por freqüentadores, falta de energia elétrica, direitos autorais, assim como demais impostos vigentes determinados por lei.

Cláusula oitava - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem pagos no dia do show mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional.

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA o valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 23 de Fevereiro de 2016.

EMERSON CARLOS DOS SANTOS

CPF: 037.171.769-86

ENOÍ SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. DO OBJETO

Presente Dispensa tem por objeto a aquisição e cessão de uso do Sistema TRRURAL para o Gerenciamento da Produção Primária Municipal de TUNÁPOLIS - SC, durante o exercício de 2016.

2. DO FORNECEDOR

TRISIS LTDA

CNPJ 10.523.866/0001-30

Avenida Dom Pedro II, nº 684 - apto 302, Centro

Município de Videira – SC CEP: 89.560-000

3. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A empresa supracitada presta serviços com cessão de uso do Sistema TRRURAL – Versão AMEOSC na qualidade de única proprietária dos direitos do software prestará os serviços de atualização e atendimento técnico. (a versão AMEOSC é de uso exclusivo para os municípios associados à Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense).

Zeno Hammerschmitt
Secretario Municipal da Agricultura
Responsável pela solicitação e também pela dispensa

4. DO VALOR:

O Município pagará pela prestação do serviço o valor de R\$ 2.310,00(Dois mil trezentos e dez reais), em parcela única.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2.023 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

6. PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente contratação tem sua vigência até 31.12.2016, iniciando-se na data de sua assinatura.
Tunápolis – SC, 03 de março de 2016.

Sheila Inês Bieger
Auxiliar de Contabilidade

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

7. ENCAMINHAMENTO

Exmo Sr.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 46/2016, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Salientamos que o referido Processo de Dispensa tem por objeto a aquisição e cessão de uso do Sistema TRRURAL – para o Gerenciamento da Produção Primária Municipal de TUNÁPOLIS – SC, para o exercício de 2016.

Tunápolis – SC, 03 de março de 2016.

Sheila Inês Bieger
Auxiliar de Contabilidade

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

8. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal e social em questão, com base no Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, ratifico este Processo de Dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis – SC, 03 de março de 2016.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor da Empresa Trsis Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 10.523.866/0001-30, com sede na Avenida Dom Pedro II, 684, na cidade de Videira – SC.

Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei nº 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis – SC, 03 de março de 2016.

ENOI SCHERER	Marcos André Bonamigo
Prefeito Municipal	OAB/SC-21.991

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2016

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 21/2016

Objeto: Prestação dos Serviços existentes no SUS, de atendimento aos problemas de Saúde relevantes da população, de forma complementar, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 e alterações.

Fundamento : art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$ 66.110,00 (sessenta e seis mil cento e dez reais).

Empresa: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS.

Tunápolis, SC, aos 29 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 26/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório..

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 26/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, estabelecida na Avenida Leopoldo Sander, 400 E, Bairro Eldorado, no Município de Chapecó/SC, considerada Registrada.

Lote I Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 furo ¾ Marca Metisa	4	peças	435,50	1.742,00
2	Parafusos Lamina ¾ x2. ¾ Marca Metisa	52	unid	3,35	174,20
3	Porca Lamina ¾ Marca Metisa	52	unid	2,25	117,00
	Total Geral				2.033,20

Lote II Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 curva Marca Metisa	2	peças	406,97	813,95
2	Porca Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1.18	30,74
3	Parafuso Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1,55	40,31

	Total Geral				885,00
--	-------------	--	--	--	--------

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

2.2 A Mão de obra referente o Lote IV conserto do Rolo compactador CR12 HD, bem a entrega das Peças deverá ocorrer de forma imediata em no máximo 5(cinco) dias após a emissão de fornecimento, e o conserto da máquina deverá ser executado pela CONTRATADA na Oficina Mecânica da Prefeitura, sito a Rua 25 de julho, Centro, deste Município.

2.2.1 O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao conserto do Rolo Compactador serão por conta e risco do Licitante vencedor.

2.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as Peças e Mão de Obra.

2.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionados pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.5 – Na hipótese da não aceitação dos pneus, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 26/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento de R\$ 2.918,20(dois mil novecentos e dezoito reais e vinte centavos) devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO DAS PEÇAS, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 26 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG n.º 3.583.202 e do CPF n.º 062.281.639-06.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
7	Tubo de concreto de 100 x 100 (com ferragem)	100	un	299,50	29.950,00
					29.950,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do

artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – ME
FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa VELENICE TERESINHA VIVIANI PELOSO ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.841.464/0001-00 , estabelecida na Rua Presidente Venceslau Brás 170 Centro, no Município de Belmonte-SC, credenciado o Sr. Laureci José Bortoluzzi, representante legal, inscrito no CPF sob o n. 656.094.179-53.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
1	Tubo de concreto 20x 1m	230,00	un	21,70	4.991,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

VELENICE TERESINHA VIVIANI PELOSO ME

Laureci José Bortoluzzi.

FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20 , estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC , neste ato representado pelo representante legal e sócio da empresa Sr. Benicio Schnorrenberger.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR R\$	Valor Total R\$
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	430	un	29,80	12.814,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	420	un	37,90	15.918,00
6	Tubo de concreto de 0,80 cm x 1m pa1 (com ferragem)	150	un	70,75	29.715,00
	Total geral				58.447,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA –ME

Benicio Schnorrenberger

Representante Legal

FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: Fornecedor: A empresa IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.645.439/0001-52, com sede na Rua Victor Meirelles, nº 1462, Bairro Cidade Alta, no Município de Cunha Porã, SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
8	Tubo de concreto 0,80 x 100 com ferragem	150	un	159,80	23.970,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA

André Kort
SÓCIO ADMINISTRADOR

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 48/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 34/2016

Processo de Compra Nº.: 48/2016

Pregão Presencial nº: 34/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de CAMISETAS, E JALÉCOS DIFERENCIADOS destinados para as merendeiras e faxineiras das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal da Educação.

Entrega das propostas e Credenciamento até 15h30min do dia 17 de março de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC., 04 de março de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 49/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2016

Processo de Compra Nº.: 49/2016

Pregão Presencial nº: 35/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA NO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

Entrega das propostas e Credenciamento até 13h15min do dia 17 de março de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 04 de março de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2016

Edital de Pregão Presencial nº 33/2016.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a Gêneros Alimentícios para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Entrega das propostas e Credenciamento até 10:30 do dia 17/03/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 04 de março de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2016.

1. DO OBJETO

Esta inexigibilidade tem por objeto de prestação dos Serviços existentes no SUS, de atendimento aos problemas de Saúde relevantes da população, de forma complementar, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 e alterações.

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	Sub Grupo	QUANT	VALOR UNITARIO SUS R\$
Sutura Grande	04.01	55,00	30,00
Sutura Média	04.01	55,00	25,00
Sutura pequena	04.01	110,00	15,00
Curativo Grande	04.01	275,00	30,00
Curativo Médio	04.01	220,00	10,00
Curativo pequeno	04.01	110,00	8,00
Lavagem de ouvido	04.01	33,00	5,00
Nebulização	04.01	1.100,00	2,00
Sondagem	04.01	22,00	15,00
Drenagem com dreno	04.01	22,00	20,00
Drenagem sem dreno	04.01	22,00	10,00
Aplicação EV	04.01	1.650,00	2,00
Aplicação IM	04.01	1.650,00	1,00
Retirada de corpo estranho	04.01	55,00	1,00
Eletrocardiograma	04.01	110,00	10,00
Serviço com observação do paciente durante 48h	04.01	550,00	50,00
Incentivo Hospitalar		11	2.500,00

O Fundo Municipal da Saúde pagara o preço da tabela SUS constantes na tabela do item 1.1 do presente edital.

O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados.

É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (80) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2016.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis, decorrentes do exercício financeiro de 2016.

4. DO FORNECEDOR

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS

CNPJ: 83.428.208/0001-12

Rua: Albino Frantz,148- Centro

Tunápolis – SC. CEP: 89898.000

5 DA JUSTIFICATIVA

Verificando-se a necessidade de complementação dos serviços de saúde por insuficiência de rede própria, o município de Tunápolis pode recorrer à iniciativa privada, com preferência para as entidades filantrópicas.

Por esse motivo, o Poder Público pode COMPLEMENTAR a sua rede própria com serviços privados contratados ou conveniados. Ou seja, instituições particulares podem participar do SUS quando indispensável para satisfazer as necessidades sociais. Para a percepção dessa estrutura, vale transcrever o texto do artigo 199, caput e § 1º da Constituição Federal:

“Art. 199 – A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”

Vale mencionar que, em função da relevância pública e de suas especificidades, visando a manutenção e eficiência dos serviços, é usual a Administração contratar serviços médico-hospitalares através de credenciamento de clínicas, profissionais ou laboratórios que preencham determinados requisitos, a serem remunerados por procedimentos, segundo tabela preestabelecida.

Em suma, para a contratação de serviços de saúde, nas situações de ausência de competição, onde o credenciamento é adequado, não precisa a Administração realizar licitação, pois todos os interessados aptos serão aproveitados. Tal situação, sob um certo ângulo, configura inexigibilidade de licitação, amparada no art. 25 da Lei nº 8.666/93, considerando-se as peculiaridades de que se reveste o procedimento – ausência de exclusividade e cunho não competitivo da seleção.

Tunápolis – SC, em 29 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

6. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, amparada no art. 25 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, ratificam este Processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

Tunápolis – SC, em 29 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

7. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS, com CNPJ: 83.428.208/0001-12, Rua: Albino Frantz,148- Centro, Tunápolis – SC. onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis – SC, 29 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer	MARCOS ANDRÉ BONAMIGO
Prefeito Municipal	Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 06/2016

DECRETO Nº 006/16, de 26 de Fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.625.000,00 (um milhão seiscentos e vinte e cinco mil reais), assim classificado:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavim. Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (083) – Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (084) – Aplicações Diretas R\$ 425.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 425.000,00 e da fonte 0024 no valor de R\$ 1.200.000,00 por conta das Propostas de nº 36215881, 36215878 e 36215886.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 26 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO PR 12/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL PR 12/2016/FMS

Fica cancelado o aviso de PR 12/2016/FMS, publicado em 24/02/2016 no DOM/SC que tinha como objeto a aquisição PARCELADA de material médico hospitalar. Os atos inerentes a este processo deverão ser acompanhados no site desta municipalidade. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

CANCELAMENTO EDITAL PR 11/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL PR 11/2016/FMS

Fica cancelado o aviso de PR 11/2016/FMS, publicado em 24/02/2016 no DOM/SC que tinha como objeto a aquisição PARCELADA de material odontológico. Os atos inerentes a este processo deverão ser acompanhados no site desta municipalidade. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO N. 93/2016/FMS, 94/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 93/2016/FMS

Data de assinatura: 29/02/2016

Processo de Licitação: 08/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: TRATARTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA

CNPJ/CPF: 12.287.466/0001-07

Objeto: fornecimento parcelado de matéria prima para confecção de fraldas geriátricas.

Valor Global: R\$ 58.983,40

Extrato do Contrato: 94/2016/FMS

Data de assinatura: 01/03/2016

Processo de Licitação: 09/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ/CPF: 03.392.348/0001-60

Objeto: serviços de tratamento e destinação final dos resíduos.

Valor Global: R\$ 38.472,00

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2016

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

O Município de Vargeão, SC, torna público aos interessados que foi publicado o Edital de Chamada Pública nº 03/2016, Dispensa de Licitação nº 01/2016, que tem como objeto Cadastramento de Agricultores e Empreendedores Familiares Rurais visando à aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar rural para complementação da Merenda Escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Vargeão, SC, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

A abertura está prevista para o dia 14 de março de 2016, às 11 horas, na Prefeitura Municipal de Vargeão, Rua 7 de Setembro, 477, Setor de Licitações.

Os interessados deverão procurar a comissão de licitação para maiores esclarecimentos ou adquirir o edital no horário normal de expediente ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 03 de março de 2016.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

Extrato de EDITAL
Edital de Pregão Presencial nº 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 16 de março de 2016 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para contratação de serviços de pintura em paredes e pintura de canteiros e meio-fio para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2016, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 10/2016. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 03 de março de 2016.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.020/2016

DECRETO N.º 020/2016, de 03 de março de 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.021 – FESTIVIDADES MUNICIPAIS

Modalidade 339000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO/ATIVIDADE 1.017 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Modalidade 449000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 03 de março de 2016

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 03/03/2016

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR N.108/2016

Lei Complementar nº 108/2016, de 03 de março de 2016.

“Estabelece Isenção da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante para Evento que Especifica”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, fica sancionada a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica concedido isenção da taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante que participarem da 3ª EXPOVAB, que acontecerá nos dias 04, 05 e 06 de março de 2016.

Artigo 2º - O exercício do comércio não isenta o empreendedor de estar dentro das normas vigentes da vigilância sanitária.

Artigo 3º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 03 de março de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 04/03/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº. 001/2016 - PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS - SC

Pregão Presencial Registro de Preços nº. 02/2016

RETIFICAÇÃO 001/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Artigo 37, inciso II da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, a PRESENTE RETIFICAÇÃO:

Alteração 01:

Onde se lê:

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 21/2016

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de três Kits de Transposição de obstáculos, envolvendo transporte, locação de guindaste e mão de obra para montagem bem como a Responsabilidade Técnica. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Prefeitura – Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: compras@prefeituravidalramos.com.br

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 15 de março de 2016, devem ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do 15 de março de 2016, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Leia-se:

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 02/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÓVEIS, AR CONDICIONADO E MATERIAIS DIVERSOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com a necessidade, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 16 de fevereiro de 2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 13:30 horas do dia 15/03/2016 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Demais itens ficam ratificados.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 03 de março de 2016.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0025/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0025/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GRACIELI MEZAROA GUERRA
CPF: 023.497.309-99
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 05 de fevereiro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0031/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0031/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE CARINHATO
CPF: 072.859.979-19
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0036/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0036/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA LEDA FURLIN ZARDO
CPF: 731.394.839-53
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0052/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0052/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUCELIA DAS GRAÇAS RIBEIRO
CPF: 042.070.979-70
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0064/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0064/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ARIELLY DE KASSIA DURLI FONSECA
CPF: 042.360.759-62
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0065/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0065/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA CRISTIANE ALVES
CPF: 061.429.499-10
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0081/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0081/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELE FATIMA WEBER
CPF: 036.588.299-23
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0086/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0086/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOICE FATIMA BORLIN GRIGOLO
CPF: 652.260.209-10
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0089/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0089/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA MARIA SETTI
CPF: 035.658.549-28
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0090/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0090/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO
CPF: 025.724.409-38
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0091/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0091/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: BERENICE PERETTI
CPF: 020.092.689-62
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0092/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0092/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIR SALETE WARTHA BALBINOT
CPF: 020.536.799-21
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0093/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0093/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA
CPF: 947.183.429-53
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 23 de março de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0094/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0094/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE TRANCOSO DOS SANTOS
CPF: 036.661.869-55
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0095/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0095/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GLACI BUSANELLO GANASINI
CPF: 543.684.809-53
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0123/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0123/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS VALIERI
CPF: 049.178.499-69
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0127/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0127/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISTELA DAL MOLIN PEROSA
CPF: 509.625.829-72
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 até 03 de fevereiro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0151/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0151/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CELIA TEREZINHA GUZI ANZANELLO
CPF: 933.541.269-49
VIGÊNCIA: de 19 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0174/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0174/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAQUELINE DELFES DOS SANTOS
CPF: 080.018.149-20
VIGÊNCIA: de 04 de março de 2015 até 28 de março de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0234/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0234/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILDA WOLINGER DE PAULA
CPF: 387.140.789-53
VIGÊNCIA: de 17 de abril de 2015 até 04 de junho de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0265/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0265/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARGARIDA DE FÁTIMA CORREA
CPF: 056.039.059-99
OBJETO: Alteração da justificativa de "para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor, até a efetiva entrada em exercício" para: "tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada à estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de julho de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0272/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDNEIA ANA UNGARATTO
CPF: 036.185.999-60
VIGÊNCIA: de 11 de maio de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0361/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0361/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANI DO NASCIMENTO
CPF: 433.578.490-20
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0446/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0446/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA
CPF: 063.504.339-47
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2015 até 23 de dezembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 01/2016 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 – PMV
A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q), SOBRE PAVIMENTO EXISTENTE COM PEDRAS IRREGULARES TIPO BASALTO, NAS RUAS VENERIANO DOS PASSOS E LUIZ FERLIN SENIOR AMBAS NO BAIRRO CENTRO, ÁREA TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: 3.783,35 M², CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO

MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando INABILITADA a empresa Consbrito Construtora de Obra Ltda, e considera HABILITADAS as empresas Viga Pavimentações e Obras Ltda e LZK Construtora Ltda. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 02 de março de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam ALTERADOS os itens do Lote 01 do edital referente ao Pregão Presencial nº 17/2016 - PMV, o qual tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA AS VIATURAS RENAULT/DUSTER PLACA MLN-8104, ANO 2013, RENAULT/DUSTER PLACA MLN-8134, ANO 2014 E GM/BLAZER PLACA MHJ-4014, ANO 2009, DA POLICIA MILITAR. Além disso, tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 04 de março do corrente ano às 14h00min, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e o formulário proposta, fica remarcada a data de abertura do certame para o dia 18 de março de 2016 às 16h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 21/2016

Termo Aditivo nº 21/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 239/2011

Processo: CC nº 01/2011-PMV

Contratado: Santa Teresinha Transportes e Turismo S.A.

Objeto: Reajuste no valor da tarifa das passagens do transporte coletivo urbano, nos termos do item 1.1.2 da Cláusula 1ª do Contrato de Concessão de Serviços Públicos nº 239/2011 e Decreto Municipal nº 12.782/16, passando de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) para R\$ 3,00 (três reais) a partir de 28/02/2016.

Data: 03/03/2016.

ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 01 2016

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS JANEIRO/2016

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	178.407,41
1.2 - ITBI	83.064,92
1.3 - ISS	888.852,51
1.5 - IRRF	32.652,45
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	42.939,09
1.7 - Multas e Juros de Impostos	25.605,07
1.8 SOMA	1.251.521,45
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	1.739.070,29
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	12.762,98
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	3.661.828,13
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	57.519,68
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	290,19
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	324.681,82
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	5.796.153,09
1.18 TOTAL	7.047.674,54

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	1.761.918,64
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	1.886.524,27
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	11.550,20
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	314.657,73
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	159.453,57
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	16.103,92
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	636.214,27
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	76.542,28
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	13.544,68

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	1.761.918,64	750.099,38	-1.011.819,26
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		323.787,21	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		426.312,17	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	1.898.074,47	459.754,75	-1.438.319,72
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	1.138.844,68	410.950,99	-727.893,69
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	759.229,79	48.803,76	-710.426,03
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	811.771,76	1,15	-811.770,61
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	90.086,96	0,00	-90.086,96

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	0,16%	-24,84%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	21,65%	-38,35%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	2,57%	-37,83%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	1.886.524,27	1.159.230,39	727.293,88

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 26 de fevereiro de 2016.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 20/2016

DECRETO Nº AJG 20/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

06.0601.15.452.1503.2047 – Manutenção dos Serviços Urbanos
06.0601.15.452.1503.2047.33900000.0100 – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

06.0601.26.782.2601.2055 – Manutenção do Setor rodoviário
06.0601.26.782.2601.2055.33900000.0100 – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

06.0601.15.452.1503.2047 – Manutenção dos Serviços Urbanos
06.0601.15.452.1503.2047.44900000.0100 – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

06.0601.26.782.2601.2055 – Manutenção do Setor rodoviário
06.0601.26.782.2601.2055.44900000.0100 – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 371.370,28 (trezentos e setenta e um mil trezentos e setenta reais e vinte e oito centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

06.0601.15.451.1501.1008 – Pavimentação urbana e rural
06.0601.15.451.1501.1008.44900000.0364 – Aplicações Diretas
R\$ 30.576,50

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

08.0801.18.541.1801.2049 – Manutenção da Secretaria e Políticas Ambientais
08.0801.18.541.1801.2049.33900000.0334 – Aplicações Diretas
R\$ 172.407,11

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER

09.0901.27.812.2701.1015 – Ampliação da Rede Esportiva
09.0901.27.812.2701.1015.44900000.0364 – Aplicações Diretas

R\$ 168.386,67

Art. 4º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no superávit do exercício anterior.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 03 de fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº GS 011/2016

DECRETO Nº GS 011/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GELSON SAIBO, Prefeito Municipal em Exercício de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de até R\$ 46.640,00 (Quarenta e seis mil seiscentos e quarenta reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde
15.1501.10.301.1001.2028.33500000.0102 – Transf. inst. Priv. s/ fins luc. R\$ 46.640,00

Art. 2º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de até R\$ 46.640,00 (Quarenta e seis mil seiscentos e quarenta reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde
15.1501.10.301.1001.2028.31900000.0102 – Aplicações Diretas
R\$ 46.640,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 20 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2016

Processo nº 0046/2016 – Dispensa de Licitação nº 0019/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Ademir Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação, em regime emergencial, de empresa especializada em prestar serviços de desinsetização com inseticidas e pesticidas utilizados no controle do mosquito Aedes Aegypti, por meio de dispensa de licitação, fundamentada no art 24, inciso IV da Lei 8.666/93. No valor total de R\$ 6.950,00 (seis mil novecentos e cinquenta reais). Durante o período de janeiro a dezembro de 2016.

Xanxerê/SC, 03 de março de 2016 - Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0037/2015

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0037/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Gesul Comercial LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de materiais elétricos.

Fica reajustado o valor dos ites do Edital:

ITEM	PRODUTO	UNID.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
23	Lâmpada Fluorescente 40 w – T10 _ Cor de 5000 K mínimo	UN	R\$ 3,21	R\$ 5,20
24	Lâmpada Fluorescente 20 w – T10 – Cor mínimo 5.000 K	UN	R\$ 3,34	R\$ 5,20
25	Lâmpada Fluorescente Compacta 25 w – Cor mínimo de 5000 K	UM	R\$ 6,90	R\$ 11,97

Xanxerê-SC, 03 de março de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA 0001/2016

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 0001/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Geovias Engenharia LTDA. EPP

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Levantamento Topográfico Georreferenciado, Estudos Ambientais e Projetos de implantação, recuperação e melhorias em estradas vicinais rurais com revestimento primário (cascalhamento) no interior do Município de Xanxerê, com extensão de 400 km.

Valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil). Prazo de 12 meses

Xanxerê-SC, 03 de março de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 060/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 060/2016

ATRIBUIR FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE ESCOLA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO EMEB PAUL HARRIS E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 19,21 e 29.

RESOLVE

ATRIBUIR a partir de 01.02.2016 A Função de Direção de Escola na EMEB Paul Harris e Alteração de Carga Horária ao Servidor Público Municipal o Sr. ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC, portador da CI nº 6.785.880 e CPF nº 029.355.849-37, nomeado conforme Decreto nº AM 037/08 no cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA com 20 (vinte) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Fica autorizada a Alteração de Carga Horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas a partir de 01.02.2016 por período indeterminado.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 01.02.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 29 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº AJG 057/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 057/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 01.02.2016 a 01.03.2016 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Alexandra Pedroso de Campos, Andre Luiz Nora, Andrea Ferraz de Oliveira, Angelica Siqueira, Ari Pedro Callegari, Audicelia Natalina Pozzan Baldi, Caroline Cenzi, Clacir Jose do Prado, Cleunice de Fatima Rezende Gasparetto, Dejana Padilha, Denise Helena Zaffari Ambedo, Diego Davi Corso, Diego Goncalves, Douglas Richardt Bin, Edgar Jose Toldo, Edilson Marcos Perdoncini, Eli Maria Valentin, Ellem Sofia Cardoso, Esmaela Marcon Trevisan, Fernanda Rodrigues, Franciele Brunoni, Franciele Ogliari Zape, Francisco Coradi, Geri Carlos Miglioranza, Gilmara Novello, Giuliane Casanova Schurhaus, Ivete Aparecida Alves de Mello, Janete Rodrigues, Janilse Marafon, João da Silva, João Ricardo Dacrocce Bortoli, Joraci Filiciano dos Santos, Jose Eduardo Bao, Juliana Cristina Heidrich Carlesso, Leodina Sonza Giroletti, Lidia Balbinot Cechett, Lourdes Moscon Borges, Lucimar Ballerini, Lucimar Deitos, Lucivania Rosa Daleaste, Luiz Cleuzedir Pereira da Silva, Luiz Henrique Chesini, Magda de Moura Camargo, Mara Beatriz Demarco, Marcelino Domingos Ferreira, Marcia Elisa Gavazzoni Merisio, Maria Teresinha Sutil, Marisa Camargo, Marisa Kasper Dalapossa, Marisa Lucia Lunardi dos Santos, Marlise Bigolim, Michelle Lorenzetto Oltramari, Nadir dos Santos, Neide Mary Rech, Nilse Dall Acqua, Patricia Tessaro, Rafael Bandeira, Raquel Machado Schvartz, Rita Aparecida Bertuzzo, Rosane Terezinha de Lima da Silva, Sandra Mara Cardoso de Oliveira, Silvana Aparecida Alves Miglioranza, Silvana Camargo Moreschi, Tania Maria Alves de Mello, Tania Maria Palavro, Valdirene Ficagna Moro, Vera Sonia dos Santos, Waldereza Dalmolin, Wilson Jose Montemezzo, Zelia Goncalves Padilha.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 01.02.2016

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 29 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº AJG 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 059/2016

ATRIBUIR FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE ESCOLA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO EMEB SÃO JORGE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 21 e 29.

RESOLVE

ATRIBUIR a partir de 17.02.2016 a função de Direção de Escola na EMEB São Jorge a Sra. JULIANA ANDREIA ARGENTON, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 3.473.654 e CPF nº 022.627.319-93, nomeada conforme Decreto nº AJG 032/2016 no cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 17.02.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 29 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 061/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH- AJG 061/2016

CEDER FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES PROFISSIONAIS NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE XANXERÊ.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI, Lei HW 1.775/1991, Lei Complementar nº AM 2907/2006, e Lei nº AJG 3528/2013.

CONSIDERANDO a necessidade de se dotar órgãos, entidades ou setores da Administração Pública que seja da esfera federal, estadual ou municipal, bem como de outros Poderes Constituídos, com um quadro de pessoal capaz de atender a demanda dos serviços;

RESOLVE

Ceder o Sr. EDER MORGENSTERN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado (a) na cidade de Xanxerê SC, portador (a) da CI nº 001.247.091, CPF nº 978.531.351-49, nomeado pelo Decreto BLB 161/10, para o cargo de MOTORISTA, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços, para desempenhar atividades profissionais no Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê.

Determinar que esta cedência vigore a partir de 21.02.2016 por período indeterminado, com ônus para o município.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 21.02.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº RH-AJG 062/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 062/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 10.03.2016 à 08.04.2016. A Servidora Pública Municipal Sra. ONEIDE KOSLOSKI, nacionalidade brasileiro, estado civil divorciada, portador da CI nº 2.420.144 e CPF nº 666.301.269-04, residente e domiciliada nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeada conforme Decreto AM 235/2002 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0671/2016. Datado de 03.03.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.06.2009 a 07.06.2012: 30 (trinta) dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir de 10.03.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 063/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 063/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 59 (cinquenta e nove) dias a partir de 07.03.2016 a 04.05.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. VANIA APARECIDA TESSMANN SOLIGO, Nacionalidade brasileira, casada, portadora da CI Nº 17R/1.697.822 e CPF Nº 745.709.199-87, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº JB 271/96 no cargo de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 00672/2016. Datado de 03.03.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 14.08.2001 a 24.07.2006: 59 (cinquenta e nove) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir do dia 07.03.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 064/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 064/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 48 (quarenta e oito) dias a partir de 09.03.2016 a 25.04.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. SELDA SPEROTTO ZAMBON, Nacionalidade brasileira, casada, portadora da CI Nº 1.693.878-0 e CPF Nº 526.280.009-20, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº JB 118/94 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 00674/2016. Datado de 03.03.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012: 18 (dezoito) dias.

09.06.2012 a 08.06.2015: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir do dia 09.03.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 065/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 065/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VIRAM e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 02.03.2016 a 31.03.2016 ao Servidor Público Municipal, o Sr. EDGAR JOSÉ TOLDO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador da CI nº 352.870 e CPF nº 250.888.829-04 nomeado conforme Decreto nº JB 325/94 no cargo de CIRUJÃO DENTISTA, com vinte (20) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 00685/2016 datado de 03.03.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

01.06.2003 a 24.07.2006: 30 (trinta) dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 02.03.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Março de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CANCELA PP 008-2016 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2016 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2016 PMXV, pois o mesmo tinha como finalidade o Registro de preços para possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para grupos de idosos do Município, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital, e o mesmo não obteve propostas e, conforme Lei Complementar nº 147/2014 o mesmo foi declarado FRACASSADO.

Xavantina/SC, em 03 de março de 2016.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 024/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: P3 EVENTOS E ESPETÁCULOS LTDA EPP.

Contrato nº: 024/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY COM A EQUIPE CÉSAR PARANÁ E A MONTAGEM DE TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O SHOW, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 26, 27 E 28 DE MARÇO DE 2016, EM COMEMORAÇÃO AO 52ª ANIVERSÁRIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 04/03/2016.

Vigência: 30/04/2016.

Valor do Contrato: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

IN 001/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Fernando Brighenti OAB/SC 40.348-A, Assessor Jurídico deste Município, que declarou inexigível a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, contratação de empresa para realização de rodeio country com a equipe César Paraná e a montagem de toda a estrutura necessária para o show, que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de março de 2016, em comemoração ao 52º Aniversário Político-Administrativo do Município de Xavantina, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da empresa: P3 EVENTOS E ESPETÁCULOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.725.408/0001-23, no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Xavantina/SC, em 03 de março de 2016.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

PP 014/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 014/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para grupos de idosos do Município, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 14:30 horas do dia 17/03/2016.

Abertura: dia 17/03/2016, às 15:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 04 de março de 2016.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CMDCA -XAVANTINA

RESOLUÇÃO Nº 01 de 03 de março de 2016

Dispõe sobre a equipe técnica responsável pela execução das Medidas Socioeducativas

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE XAVANTINA, usando das atribuições que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO a saída de um dos membros da equipe técnica responsável pela execução das Medidas Socioeducativas.

RESOLVE : Atualizar a equipe técnica responsável pela execução das Medidas Socioeducativas:

Edinéia Fátima Paludo – Pedagoga

Jordane Fátima Fabrin – Psicóloga

Gicelle Parisotto – Assistente Social

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE,

Xavantina, 03 de março de 2016

Meryen Andrine Renostro Martins de Quadros

Presidente do CMDCA - Xavantina

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 009-2016 PMXV - 01 DERIVADOS

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA, inscrita no CNPJ nº 79.847.687/0001-55, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. ELOY ROBERTO LATTMANN, portador do CPF nº 371.656.439-20, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a aquisição de tubos de concreto para uso em todo o território Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
8	200,00	UN	245,00	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 100CM X 1 METRO C.A. 1.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 03 de março de 2016.

DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA Eloy Roberto Lattmann	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 009-2016 PMXV - 02 FERNANDO

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa FERNANDO PRADELA ME, inscrita no CNPJ nº 18.224.997/0001-29, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. ELOY FERNANDO PRADELA, portador do CPF nº 046.671.479-38, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a aquisição de tubos de concreto para uso em todo o território Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
2	400,00	UN	29,50	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 30CM X 1 METRO.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 03 de março de 2016.

FERNANDO PRADELA ME Fernando Pradela	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 009-2016 PMXV - 03 EVANGELISTA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.119.514/0001-08, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. ILSON EVANGELISTA, portador do CPF nº 497.402.029-34, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a aquisição de tubos de concreto para uso em todo o território Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
5	100,00	UN	126,50	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 80CM X 1 METRO.
6	150,00	UN	177,50	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 80CM X 1 METRO C.A. 1.
7	100,00	UN	187,00	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 100CM X 1 METRO.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 03 de março de 2016.

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Ilson Evangelista

MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 009-2016 PMXV - 04 J.J.

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa J.J. COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.827.190/0001-64, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. DARCI IRINEU JUNGES, portador do CPF nº 827.824.749-87, nos termos das Leis nºs 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a aquisição de tubos de concreto para uso em todo o território Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	400,00	UN	19,75	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 20CM X 1 METRO.
3	1.000,00	UN	41,75	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 40CM X 1 METRO.
4	1.000,00	UN	58,45	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 60CM X 1 METRO.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 009/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 03 de março de 2016.

J.J. COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA Darci Irineu Junges	MAURO JUNES POLETTI, Prefeito Municipal.
--	---

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 136

DECRETO Nº. 136/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 04 de março de 2016, a servidora municipal ANA CLAUDIA ANSCHAU, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 7391, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de março de 2016.

Gelci Guerino Della Corte

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Consórcios

ARIS

PORTARIA DIRETOR GERAL Nº 006/2016

PORTARIA/Diretor Geral nº 006/2016

Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor Luis Aurélio de Oliveira.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, combinado com o artigo 55 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos da ARIS.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Concessão
Luis Aurélio de Oliveira	Ouvidor	2014 à 2015	01/03/2016 à 30/03/2016

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Florianópolis, 29 de Fevereiro de 2016.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

LUIS AURÉLIO DE OLIVEIRA

Ouvidor

CIGA

Extrato de Contrato n. 168 - Prefeitura Municipal de Três Barras

EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Três Barras

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Três Barras

CNPJ: 83.102.400/0001-35

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

VALOR: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 169 - Prefeitura Municipal de Abdon Batista

EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 13/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados

de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 170 - Prefeitura Municipal de Porto União

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2016
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Porto União
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Porto União
CNPJ: 83.102.541/0001-58
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 14/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços

continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o Regin, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 16.650,00 (dezesesseis mil e seiscentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIM-AMAVI

EXTRATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituído sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, Rio do Sul/SC, neste ato simplesmente denominado CIM-AMAVI, representado pelo seu Presidente, torna público e faz saber que, por determinação da Assembleia Geral, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA, pelo tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, para execução do objeto do presente Edital, que se constitui na formalização de REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO, POR MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (item 1) E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELETRICISTA PARA FIXAÇÃO DAS PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (item 2), conforme especificações e demais condições constantes do Edital e anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 9h do dia 17 de março de 2016. ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: 09h30min do dia 17 de março de 2016. LOCAL: CIM-AMAVI. A documentação completa do Edital e seus anexos poderá ser examinada e retirada na sede do Consórcio ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim. Silvio Venturi – Presidente.

CIS/AMAUC**EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2005**

TABELA DE VALORES

CIS AMAUC

EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2005

Para Profissionais de fora da região da AMAUCSUMÁRIO

ANATOMIA PATOLÓGICA	4
ANGIOLOGIA / CIRURGIA VASCULAR	4
ALERGIA E IMUNOLOGIA	4
CARDIOLOGIA	5
CIRURGIA GERAL	5
CIRURGIA TORÁCICA	5
DERMATOLOGIA	5
DENSITOMETRIA	6
ENDOCRINOLOGIA	6
FISIATRIA	6
FISIOTERAPIA	6
FONOAUDIOLOGIA	6
GASTROENTEROLOGIA	7
GERIATRIA	7
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	7
HEMATOLOGIA	8
INFECTOLOGIA	8
MASTOLOGIA	8
MEDICINA HIPERBÁRICA	8
NEFROLOGIA	8
NEUROLOGIA	8
NUTRICIONISTA	9
OTORRINOLARINGOLOGIA	9
OFTALMOLOGIA	10
ONCOLOGIA	13
ORTOPEDIA	13
PEDIATRIA	15
PNEUMOLOGIA	15
PSICOLOGIA	15
PSIQUIATRIA	15
PROCTOLOGISTA	16
RADIODIAGNÓSTICO	16
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	19
TOMOGRAFIAS	20
ULTRASSONOGRAFIAS	20
UROLOGIA	21
PROTESES AUDITIVAS	22
PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	24
ORTOPEDIA	24
VASCULAR	24
OTORRINOLARINGOLOGIA	24
UROLOGIA	25
SISTEMA URINÁRIO	25
RINS/BACINETE/SUPRA-RENAL	25
URETER	28
BEXIGA	30
URETRA	32
SISTEMA GENITAL E REPRODUTOR MASCULINO	33
PROSTATA E VESICULAS SEMINAIS	33
ESCROTO	34
TESTÍCULO	34
EPIDIDIMO	35
CORDAO ESPERMATICO	35
PENIS	36
SISTEMA GENITAL E REPRODUTOR FEMININO	37
VULVA	37
VAGINA	37

ÚTERO	38
TUBAS	39
OVÁRIOS	40
PERINEO	40
CAVIDADE E PAREDES PELVICAS	40
ANÁLISES CLÍNICAS	42
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202020002 - EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA	45
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202030008 – EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS	47

ANATOMIA PATOLÓGICA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
BIOPSIA DE PRÓSTATA (POR PEÇA)	90093	33,64
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO P/ CONGELAMENTO /PARAFINA (EXCETO COLO UTERINO) – PEÇA	02.03.02.003-0	41,49
CIRÚRGICA		
EXAME CITOPATOLÓGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO TRÊS COLETAS)	02.03.01.002-7	41,49
EXAME CITOPATOLÓGICO CÉRVICO-VAGINAL/MICROFLORA	02.03.01.001-9	7,84
IMUNOHISTOQUIMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR/ MAXIMO 6 POR PCTE)	02.03.02.004-9	370,06
IMUNOHISTOQUIMICA DE MAMAS	90077	347,63
ATO DE COLETA DE PAAF DE ÓRGÃO OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS COM DESLOCAMENTO DO	90190	112,14
PATOLOGISTA		
EXAME ANÁTOMO PATOLÓGICO	90204	72,89
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM CITOPATOLOGIA CEVICO-VAGINAL ONCOLÓGICA	90212	39,24
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM PAINEL DE IMUNOISTOQUIMICA (DUAS A CINCO REAÇÕES)	90220	370,06
INDEPENDENTE DO ÓRGÃO		
PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICO EM MARGENS CIRÚRGICAS	90239	61,67
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM LÂMINAS DE PAAF ATÉ 5	90247	72,89
COLORAÇÃO ESPECIAL – POR COLORAÇÃO	90255	39,24
ANGIOLOGIA / CIRURGIA VASCULAR		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.0007-2	56,00
ALERGIA E IMUNOLOGIA		

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.0007-2	56,00
CARDIOLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
ELETRCARDIOGRAMA (EEG)	02.11.02.003-6	16,82
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICA	02.05.01.003-2	224,28
HOLTER (MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS – 3 CANAIS)	02.11.02.004-4	152,51
TESTE ERGOMÉTRICO OU ESFORÇO	02.11.02.006-0	112,14
CIRURGIA GERAL		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
CIRURGIA TORÁCICA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
DERMATOLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
BIÓPSIA DE BOCA (LÍNGUA, LÁBIO, MUCOSA, CAVIDADE BUCAL)	02.01.01.052-6	56,07
BIÓPSIA DE PÁLPEBRA	02.01.01.035-6	28,03
BIÓPSIA PELE E PARTES MOLES (PELE, TECIDO CELULAR OU GÂNGLIOS SUBCUTÂNEOS, PAREDE	02.01.01.037-2	44,85
ABDOMINAL		
BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR	02.01.01.036-4	28,03
BIÓPSIA/ PUNÇÃO DE TUMORES SUPERFICIAIS DE PELE	02.01.01.002-0	39,24
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00

ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA	04.01.01.004-0	28,03
EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBÁCEO E LIPOMA	04.01.01.007-4	44,85
FOTOTERAPIA (SESSÃO – POR SEGMENTO)	03.03.08.010-8	22,42
DENSITOMETRIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
DENSITOMETRIA ÓSSEA - COLUNA E FÊMUR (DOIS SEGMENTOS)	02.04.06.002-8	103,16
ENDOCRINOLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
FISIATRIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA /SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
FISIOTERAPIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES COM DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS	03.02.01.002-5	11,21
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	03.02.05.002-7	11,21
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES NO PRÉ/ PÓS OPERATÓRIO DE NEUROLOGIA	03.02.06.005-7	13,45
FISIOTERAPIA GERAL	90107	7,84
FONOAUDIOLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
TERAPIA INDIVIDUAL	03.01.04.004-4	22,42
AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AÉREA/ ÓSSEA)	02.11.07.004-1	23,54

POTENCIAL EVOCADO PARA TRIAGEM AUDITIVA - BERA	02.11.07.027-0	181,66
EMISSIONES OTOACUSTICAS EVOCADAS PARA TRIAGEM AUDITIVA - TESTE ORELHINHA	02.11.07.014-9	15,15
GUSTOMETRIA	02.11.07.019-0	16,82
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	25,79
LOGOaudiometria (LDV/IRF/LRF)	02.11.07.021-1	30,27
PESQUISA DE PARES CRANIANOS	02.11.07.025-4	16,82
PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	02.11.07.034-3	181,66
GASTROENTEROLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	33,64
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	336,42
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM TESTE DE UREASE	02.09.01.003-7	190,63
POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	179,42
RETOSSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	145,78
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	04.07.01.024-6	145,78
GERIATRIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
BIOPSIA DE COLO DO ÚTERO	02.01.01.066-6	28,03
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
COLPOSCOPIA	02.11.04.002-9	33,64

CRIOCAUTERIZAÇÃO COLO ÚTERO

03.09.03.004-8

61,67

HEMATOLOGIA

PROCEDIMENTO

COD. SIA/SUS

CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

03.01.01.007-2

56,00

INFECTOLOGIA

PROCEDIMENTO

COD. SIA/SUS

CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

03.01.01.007-2

56,00

MASTOLOGIA

PROCEDIMENTO

COD. SIA/SUS

CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

03.01.01.007-2

56,00

MEDICINA HIPERBÁRICA

PROCEDIMENTO

COD. SIA/SUS

CIS

SESSÃO DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA

90158

320,00

NEFROLOGIA

PROCEDIMENTO

COD. SIA/SUS

CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

03.01.01.007-2

56,00

NEUROLOGIA

PROCEDIMENTO

COD. SIA/SUS

CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

03.01.01.007-2

56,00

ELETROENCEFALOGRAFIA EM VIGÍLIA COM OU SEM FOTO ESTÍMULO

02.11.05.002-4

89,71

ELETROENCEFALOGRAFIA SONO INDUZIDO COM OU SEM MEDICAMENTO

02.11.05.003-2

89,71

ELETRONEUROMIOGRAFIA DE FACE

90034

195,12

ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES - MI

90042

238,85

ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES - MS

90050

238,85

ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES - MI/MS

90069

375,66

NUTRICIONISTA

PROCEDIMENTO

COD. SIA/SUS

CIS

CONSULTA DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.004-8	22,42
OTORRINOLARINGOLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
BIÓPSIA DE PIRÂMIDE NASAL	02.01.01.039-9	33,64
BIÓPSIA DE SEIOS PARANASAIS	02.01.01.044-5	56,07
BIÓPSIA DE FARINGE	02.01.01.019-4	33,64
DRENAGEM DE ABSCESSO FARÍNGEO	04.04.01.005-9	33,64
DRENAGEM DE FURÚNCULO NO CONDUTO AUDITIVO EXTERNO	04.04.01.007-5	33,64
INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	04.01.01.010-4	33,64
DUCHA DE POLITZER (UNI/BILATERAL)	04.04.01.009-1	33,64
INFILTRAÇÃO MEDICAMENTOSA EM CORNETO INFERIOR	04.04.01.015-6	44,85
TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E POSTERIOR	04.04.01.034-2	56,07
ELETROGUSTOMETRIA	02.11.07.013-0	28,03

VIDEOLARINGOSCOPIA E LARINGOSCOPIA 02.09.04.002-5 112,14

OFTALMOLOGIA

A CONSULTA DE OFTALMOLOGIA PADRÃO INCLUI: GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA.

PROCEDIMENTO

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)

BIÓPSIA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR) BIÓPSIA DE Córnea (MONOCULAR) BIÓPSIA DE ESCLERA (MONOCULAR)
BIÓPSIA DE IRIS E CORPO CILIAR, RETINA CORÓIDE E VÍTREO (MONOCULAR)
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL
COM GRÁFICO (MONOCULAR) CAUTERIZAÇÃO DA Córnea (MONOCULAR) CERATOMETRIA (MONOCULAR)

CICLOCRIOCOAGULAÇÃO / DIATERMIA (MONOCULAR)
CICLODIÁLISE (MONOCULAR)

CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ASTIGMATISMO SECUNDÁRIO (MONOCULAR)
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ENTRÓPIO E ECTRÓPIO (MONOCULAR)
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE EPICANTO E TELECANTO (MONOCULAR)
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HÉRNIA DE IRIS (MONOCULAR)
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LOGOFTALMO (MONOCULAR)
CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO TRÊS MEDIDAS) (MONOCULAR) ELETRO-OCULOGRAFIA (BINOCULAR)

ELETRORETINOGRRAFIA (BINOCULAR) EPILAÇÃO DE CÍLIOS (MONOCULAR)
EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DE PÁLPEBRA E SUPERCÍLIOS (UNILATERAL) EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)

FACECTOMIA COM LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR) FACECTOMIA SEM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (INCLUI VITRECTOMIA ANTERIOR QUANDO NECESSÁRIO) (MONOCULAR)
FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE
INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR)
INJEÇÃO RETROBULAR/PERIBULBAR (MONOCULAR)

IRIDECTOMIA CIRÚRGICA (MONOCULAR) MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)
MICROSCOPIA ESPECULAR DE Córnea (MONOCULAR)
OCCLUSÃO DE PONTO LACRIMAL (MONOCULAR)

PAQUIMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR) PARACENTESE DE CÂMARA ANTERIOR (MONOCULAR) POTENCIAL VISUAL EVOCADO (MONOCULAR) RETINOGRRAFIA FLUORESCENTE (BINOCULAR) RETINOGRRAFIA COLORIDA (BINOCULAR)
RETIRADA DE GLOBO OCULAR UNI/BILATERAL PARA TRANSPLANTE (BINOCULAR)
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÂMARA ANTERIOR DO OLHO (MONOCULAR) RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA Córnea (MONOCULAR)
SIMBLEFAROPLASTIA (MONOCULAR)

SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (BINOCULAR)

SONDAGEM DE CANAL LACRIMAL COM SEDAÇÃO (BINOCULAR)
SUTURA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)

SUTURA DE Córnea (MONOCULAR) SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)
SUTURA DE PÁLPEBRA (MONOCULAR)

TESTE DE ADAPTAÇÃO DE VISÃO SUB-NORMAL

TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA (MONOCULAR)
TESTE PARA ADAPTAÇÃO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)
TESTE ORTÓPTICO (BINOCULAR)

TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Córnea – CERATOSCOPIA (BINOCULAR)
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BLEFAROCALASE (BINOCULAR)
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE XANTELASMA (MONOCULAR)
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO (MONOCULAR)

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE TRIQUIÍASE COM OU SEM ENXERTO (MONOCULAR)
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE MIIASE PALPEBRAR (MONOCULAR)
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA (MONOCULAR)
TRATAMENTO DE PTOSE (INCLUI TRATAMENTO DE BLEFAROCALASE) E COLOBOMA DE PÁLPEBRA (MONOCULAR)
TRABECULETOMIA (INCLUI A IRIDECTOMIA) (MONOCULAR)

TRANSPLANTE DE Córnea (MONOCULAR) 05.05.01.009-7 1.308,00

VITRECTOMIA ANTERIOR (MONOCULAR) 04.05.03.013-4 618,84
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MONOCULAR) 02.05.02.008-9 31,39

ONCOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00

ORTOPEDIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	03.01.06.010-0	14,57
AMPUTAÇÃO DE DEDO – POR DEDO	04.08.06.004-2	40,37
BIÓPSIA DE MEDULA ÓSSEA	02.01.01.027-5	52,70
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DA CINTURA ESCAPULAR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.030-5	205,21
BIÓPSIA DE OSSO DO CRÂNIO E DA FACE	02.01.01.034-8	40,37
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DE MEMBRO INFERIOR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.032-1	211,94
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE MEMBRO SUPERIOR (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.033-0	211,94
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE CINTURA PÉLVICA (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.031-3	206,33
BIÓPSIA DE LESÃO DE PARTES MOLES (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.026-7	128,96
BIÓPSIA DE MÚSCULO	02.01.01.028-3	21,30
BURSECTOMIA	04.08.06.008-5	40,37
FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIOR	04.08.02.010-5	40,37
INFILTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS EM CAVIDADE SINOVAL (ARTICULAÇÃO, BAINHA TENDINOSA)	03.03.09.003-0	8,97
MANIPULAÇÃO ARTICULAR	04.08.06.015-8	40,37
TENOMIORRAFIA	04.08.06.045-0	40,37
PUNÇÃO PARA ESVAZIAMENTO	02.01.01.064-0	15,69
RESSECÇÃO DE CISTO SINOVAL	04.08.06.021-2	15,69

RESSECÇÃO DE EXOSTOSE RESSECÇÃO MUSCULAR

RETIRADA DE MATERIAL DE SÍNTESE ÓSSEO- DENTÁRIA
RETIRADA DE FIO OU PINO INTRAÓSSEO

REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR
REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBROS INFERIORES

REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBROS INFERIORES (EXCETO DEDOS DO PÉ) REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBROS SUPERIORES (EXCETO MÃO) REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBROS INFERIORES (EXCETO DEDOS DO PÉ)

REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO DOS DEDOS

REVISÃO E TROCA DE APARELHO GESSADO EM LESÃO DE COLUNA VERTEBRAL

TENOSSINOVECTOMIA EM MEMBROS SUPERIORES

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA- LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR TRATAMENTO CIRÚRGICO DE POLIDACTILIA NÃO ARTICULADO

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO APARELHO

EXTENSOR DO DEDO

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA NO PUNHO

TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA

CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO) REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO/FRATURA- LUXAÇÃO DE JOELHO

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA OU LESÃO

FISÁRIO DO JOELHO

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA DO EXTREMO PROXIMAL DE UMEROS

REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU

FRATURA/LUXAÇÃO ESCÁPULO UMERAL

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE OSSOS DO

TARSO 04.08.05.024-1 45,97

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA

DOS METATARSIAIS 04.08.05.020-9 45,97

REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO

FÊMUR/PATELAR 04.08.05.027-6 53,82

REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO /FRATURA

LUXAÇÃO DE COTOVELO 04.08.02.022-9 48,22

TRATAMENTO DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMURAL

COM IMOBILIZAÇÃO GESSADA 04.08.04.035-1 51,58

PEDIATRIA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA 03.01.01.007-2 56,00

PNEUMOLOGIA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA 03.01.01.007-2 56,00

BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA) 02.09.04.001-7 168,21

ESPIROMETRIA COM DETERMINAÇÃO DO VOLUME

RESIDUAL 02.11.08.001-2 67,28

GASOMETRIA 02.11.08.002-0 4,48

PSICOLOGIA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA 03.01.08.017-8 22,42

PSIQUIATRIA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

CONSULTA MÉDICA INCLUINDO TERAPIA INDIVIDUAL 90115 100,92

PROCTOLOGISTA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS

CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	336,42
POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	179,42
RETOSSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	145,78
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	33,64
RADIODIAGNÓSTICO		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
MAMOGRAFIA UNILATERAL	02.04.03.003-0	36,44
MAMOGRAFIA BILATERAL	02.04.03.018-8	72,89
RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL +HIRTZ)	02.04.01.006-3	15,69
RADIOGRAFIA ABDÔMEN AGUDO (MÍNIMO DE 3 INCIDÊNCIAS)	02.04.05.012-0	24,67
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN SIMPLES (AP)	02.04.05.013-8	16,82
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)	02.04.05.011-1	24,67
RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	02.04.04.001-9	16,82
RADIOGRAFIA ARCADA ZIGOMÁTICA MALAR (AP+OBLÍQUAS)	02.04.01.004-7	15,69
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL	02.04.06.006-0	20,18
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCÁPULO UMERAL	02.04.04.003-5	19,06
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	19,06
RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA+LATERAL+OBLÍQUAS)	02.04.03.005-6	26,91
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITÓRAX)	02.04.03.007-2	19,06
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	02.04.04.007-8	16,82
RADIOGRAFIA DE COXA	02.04.06.011-7	20,18
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL+OBLÍQUAS/BRETTON+HIRTZ)	02.04.01.007-1	21,30
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL)	02.04.01.008-0	15,69
RADIOGRAFIA DE ESÔFAGO	02.04.03.008-0	33,64

ESCANOMETRIA	02.04.06.003-6	22,42
DUODENOGRAMIA HIPOTÔNICA	02.04.05.004-9	59,43
RADIOGRAFIA DO ESTERNO	02.04.03.009-9	19,06
RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO	02.04.05.014-6	54,94
RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+ LATERAL)	02.04.06.012-5	16,82
RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)	02.04.06.013-3	16,82
RADIOGRAFIA DE LARINGE	02.04.01.009-8	14,57
RADIOGRAFIA DE REGIÃO ORBITÁRIA (LOCALIZAÇÃO DE CORPO ESTRANHO)	02.04.01.013-6	22,42
RADIOGRAFIA DE MÃO	02.04.04.009-4	16,82
RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/DETERMINAÇÃO DE IDADE ÓSSEA)	02.04.04.010-8	16,82
RADIOGRAFIA DE MASTÓIDE/ROCHEDOS (BILATERAL)	02.04.01.010-1	21,30
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLÍQUAS)	02.04.01.011-0	15,69
RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA+PERFIL)	02.04.03.010-2	19,06
RADIOGRAFIA DE OMOPLATA/OMBRO (3 POSIÇÕES)	02.04.04.011-6	19,06
RADIOGRAFIA BILATERAL DE ÓRBITAS (PA+OBLÍQUAS+HIRTZ)	02.04.01.003-9	21,30
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.012-8	21,30
RADIOGRAFIA DE PÉ/DEDO DO PÉ	02.04.06.015-0	16,82
RADIOGRAFIA DE PERNA	02.04.06.016-8	20,18
RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP+LATERAL+OBLÍQUAS)	02.04.04.012-4	16,82
RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MÃO	02.04.04.008-6	16,82

RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACRO-COCCIGEA 02.04.02.012-3 20,18

RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE
(FN+MN+LATERAL+HIRTZ) 02.04.01.014-4 15,69

RADIOGRAFIA DE SELA TÚRSICA (PA+LATERAL+
BRETTON) 02.04.01.015-2 15,69

RADIOGRAFIA DE TÓRAX
(PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL) 02.04.03.013-7 26,91

RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+LATERAL+OBLÍQUAS) 02.04.03.014-5 22,42

RADIOGRAFIA DE TÓRAX ÁPICO-LORDÓTICA 02.04.03.012-9 14,57

RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA) 02.04.03.017-0 14,57

RADIOGRAFIA DE COLUNA TÓRACO-LOMBAR 02.04.02.010-7 23,54

RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRÂNSITO) 02.04.05.015-4 61,67

RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA E PERFIL) 02.04.03.015-3 19,06

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO
CLAVICULAR 02.04.04.004-3 19,02

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA 02.04.06.007-9 20,18

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA 02.04.06.008-7 16,82

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-
MANDIBULAR BILATERAL 02.04.01.005-5 21,30

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO
CLAVICULAR 02.04.04.002-7 19,06

RADIOGRAFIA DE BACIA 02.04.06.009-5 20,18

RADIOGRAFIA DE BRAÇO 02.04.04.005-1 19,06

RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO 02.04.06.010-9 16,82

RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA 02.04.04.006-0 16,82

CLISTER OPACO COM DUPLO CONTRASTE 02.04.05.001-4 70,64

COLANGIOGRAFIA PRÉ-OPERATÓRIA 02.04.05.003-0 56,07

COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA 02.04.05.003-0 56,07

RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA 02.04.02.006-9 23,54

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO/FLEXÃO) RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO+OBLÍQUAS)	02.04.02.004-2	20,18
	02.04.02.003-4	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINÂMICA	02.04.02.005-0	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA (AP+LATERAL)	02.04.02.009-3	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA	02.04.02.011-5	29,15
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA		
PROCEDIMENTO	COD. SAI/SUS	CIS
RM MEMBROS SUPERIORES (UNILATERAL)	02.07.02.002-7	301,37
RM MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	02.07.03.003-0	301,37
RM COLUNA LOMBO SACRA	02.07.01.004-8	301,37
RM DE COLUNA TORÁCICA	02.07.01.005-6	301,37

RM DE COLUNA CERVICAL	02.07.01.003-0	301,37
RM DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	02.07.01.002-1	301,37
RM DE BACIA/PÉLVIS	02.07.03.002-2	301,37
RM DE SELA TÚRSICA	02.07.01.007-2	301,37
RM CRÂNIO	02.07.01.006-4	301,37
RM VIAS BILIARES	02.07.03.004-9	301,37
RM DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.07.03.001-4	301,37
RM DE TÓRAX	02.07.02.003-5	301,37
CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA	90085	84,10

TOMOGRAFIAS		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
TC DE CRÂNIO	02.06.01.007-9	190,63
TC DE SELA TURSICA	02.06.01.006-0	190,63
TC DE COLUNA TORÁCICA	02.06.01.003-6	190,63
TC DE COLUNA LOMBO SACRA	02.06.01.002-8	190,63
TC DE COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	190,63
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR	02.06.02.001-5	246,70
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	02.06.03.002-9	246,70
TC DE FACE/SEIOS DA FACE/ARTICULAÇÕES TÊMPORO MANDIBULAR	02.06.01.004-4	190,63
TC DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.06.03.001-0	246,70
TC DE ABDÔMEN TOTAL	90018	313,99
TC DE TÓRAX	02.06.02.003-1	246,70
TC DE PESCOÇO	02.06.01.005-2	246,70
TC DE PELVE/BACIA	02.06.03.003-7	246,70
TC DE SEGMENTOS APENDICULARES	02.06.02.002-3	246,70

ULTRASSONOGRAFIAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	45,97
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	02.05.02.004-6	68,40
ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	02.05.02.005-4	45,97
ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	02.05.02.006-2	45,97
ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	45,97
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ORBITA	02.05.02.008-9	31,39
ULTRASSONOGRAFIA DE MAMÁRIA BILATERAL	02.05.02.009-7	39,24
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (ABDOMINAL)	02.05.02.010-0	44,85
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (TRANSRETAL)	02.05.02.011-9	56,07
ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE	02.05.02.012-7	39,24
ULTRASSONOGRAFIA DE OBSTÉTRICA	02.05.02.014-3	35,88
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA C/DOPPLER	02.05.02.015-1	112,14
ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	02.05.02.016-0	38,12
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	90026	112,14
ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELAR	02.05.02.017-8	112,14
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	44,85
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	90123	95,31

UROLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	56,00
AVALIAÇÃO URODINAMICA COMPLETA	02.11.09.001-8	313,99
CISTOMETRIA SIMPLES (CISTOSCOPIA)	02.11.09.004-2	280,35
BIÓPSIA DE PRÓSTATA	02.01.01.041-0	280,35

PROTESES AUDITIVAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUCAO OSSEA	07.01.03.001-1	500,00
CONVENCIONAL TIPO A		
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA	07.01.03.002-0	500,00
RETROAURICULAR TIPO A		
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO A	07.01.03.003-8	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO A	07.01.03.003-8	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO B	07.01.03.004-6	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO C	07.01.03.005-4	1.100,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO A	07.01.03.006-02	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO B	07.01.03.007-0	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO C	07.01.03.008-9	1.100,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO A	07.01.03.009-7	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO B	07.01.03.010-0	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO C	07.01.03.011-9	1.100,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO A	07.01.03.012-7	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO B	07.01.03.013-5	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO C	07.01.03.014-3	1.100,00
MOLDE AURICULAR (REPOSICAO)	07.01.03.015-1	8,75
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA CONVENCIONAL TIPO A	07.01.03.016-0	500,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.017-8	500,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO A	07.01.03.018-6	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B	07.01.03.019-4	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C	07.01.03.020-8	1.100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA CANAL TIPO A	07.01.03.021-6	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B	07.01.03.022-4	700,00

REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C	07.01.03.023-2	1.100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO A	07.01.03.024-0	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO B	07.01.03.025-8	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO C	07.01.03.026-7	1.100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.027-5	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO B	07.01.03.028-3	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO C	07.01.03.029-1	1.100,00
MANUTENÇÃO/ ADAPTAÇÃO DE OPM AUDITIVA	07.01.03.030-5	0,00
SISTEMA DE FREQUENCIA MODULADA PESSOAL	07.01.03.032-1	4.500,00

PROCEDIMENTOS CIRURGICOS		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CONSULTA PRÉ-CIRURGICA	03.01.01.007-2	50,00
CONSULTA ANESTÉSICA	03.01.01.007-2	50,00
ANESTESIA GERAL	04.17.01.004-4	200,00

ORTOPEDIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS CIS	
PROCEDIMENTO SEM AIH ELETIVA	90131	500,00
PROCEDIMENTO COM AIH ELETIVA	90140	250,00
CIRURGIA DE ORTOPEDIA DE GRANDE PORTE COM COLOCAÇÃO DE PRÓTESE	90166	1.000,00
VASCULAR		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL COM AIH ELETIVA	90263	150,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL	04.06.02. 057-4	550,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL COM AIH ELETIVA	90271	600,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL	04.06.02.056-6	1.000,00

ECODOPPLER UNILATERAL	90280	180,00
ECODOPPLER BILATERAL	90298	300,00
ECODOPPLER DE CARÓTIDAS	90301	350,00
OTORRINOLARINGOLOGIA		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
ADENOIDECTOMIA COM AIH ELETIVA	90310	300,00
ADENOIDECTOMIA	04.04.01.001-6	500,00
AMIDALECTOMIA COM AIH ELETIVA	90328	300,00
AMIDALECTOMIA	04.04.01.002-4	500,00
AMIDALECTOMIA COM ADENOIDECTOMIA COM AIH ELETIVA	90336	400,00
AMIDALECTOMIA COM ADENOIDECTOMIA	04.04.01.003-2	600,00
TURBINECTOMIA COM AIH ELETIVA	90344	300,00
TURBINECTOMIA	04.04.01.041-5	500,00
SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO COM AIH ELETIVA	90352	300,00
SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO	04.04.01.048-2	600,00
UROLOGIA SISTEMA URINÁRIO		
RINS/BACINETE/SUPRA-RENAL		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS AMB CBHPM	CIS
ABSCESSO RENAL OU PERI-RENAL - DRENAGEM CIRÚRGICA	04.09.01.013-8	270,00
ABSCESSO RENAL OU PERI-RENAL - DRENAGEM PERCUTANEA	3.11.01.02-0	270,00
ADRENALECTOMIA UNILATERAL	3.11.01.03-8	758,11
ANGIOPLASTIA RENAL UNILATERAL A CÉU ABERTO	3.11.01.04-6	586,12
ANGIOPLASTIA RENAL UNILATERAL TRANSLUMINAL	3.11.01.05-4	459,28

AUTOTRANSPLANTE RENAL UNILATERAL	3.11.01.06-2	2.565,46
BIOPSIA RENAL CIRÚRGICA UNILATERAL	3.11.01.07-0	519,82
CISTO RENAL - ESCLEROTERAPIA PERCUTANEA - POR CISTO	3.11.01.08-9	177,76
ENDOPIELOTOMIA PERCUTANEA UNILATERAL	3.11.01.09-7	984,48
ESTENOSE DE JUNÇÃO PIELOURETERAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.01.10-0	551,52
FISTULA PIELO-CUTANEA - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.01.11-9	233,49
LOMBOTOMIA EXPLORADORA	3.11.01.12-7	350,71
MARSUPIALIZACAO DE CISTOS RENAIIS UNILATERAL	3.11.01.13-5	519,82
NEFRECTOMIA PARCIAL COM URETERECTOMIA	3.11.01.15-1	964,69
NEFRECTOMIA PARCIAL UNILATERAL	3.11.01.16-0	964,69
NEFRECTOMIA PARCIAL UNILATERAL EXTRACORPOREA	3.11.01.17-8	2.357,92
NEFRECTOMIA RADICAL UNILATERAL	3.11.01.18-6	1.057,89
NEFRECTOMIA TOTAL UNILATERAL	3.11.01.19-4	821,53
NEFRO OU PIELOENTEROCISTOSTOMIA UNILATERAL	3.11.01.20-8	911,84
NEFROLITOTOMIA ANATRÓFICA UNILATERAL	3.11.01.21-6	964,69
NEFROLITOTOMIA PERCUTANEA UNILATERAL	3.11.01.22.4	999,60
NEFROLITOTOMIA SIMPLES UNILATERAL	3.11.01.23-2	640,89
NEFROLITOTRIPSIA EXTRACORPOREA - 1ª SESSÃO	3.11.01.24-0	759,51
NEFROLITOTRIPSIA EXTRACORPOREA - REAPLICAÇÕES (ATE 3 MESES)	3.11.01.25-9	464,53
NEFROLITOTRIPSIA PERCUTANEA UNILATERAL (MEC., E.H., OU US)	3.11.01.27-5	1.302,27
NEFROPEXIA UNILATERAL	3.11.01.28-3	519,82
NEFRORRAFIA (TRAUMA) UNILATERAL	3.11.01.29-1	551,52
NEFROSTOMIA A CÉU ABERTO UNILATERAL	3.11.01.30-5	551,52
NEFROSTOMIA PERCUTANEA UNILATERAL	3.11.01.31-3	700,92
NEFROURETERECTOMIA COM RESSECÇÃO VESICAL UNILATERAL	3.11.01.32-1	911,84

PIEOLITOTOMIA COM NEFROLITOTOMIA ANATRÓFICA UNILATERAL	3.11.01.33-0	586,12
PIEOLITOTOMIA COM NEFROLITOTOMIA SIMPLES UNILATERAL	3.11.01.34-8	586,12
PIEOLITOTOMIA UNILATERAL	3.11.01.35-6	495,80
PIELOPLASTIA	04.09.01.032-4	706,21
PIEOSTOMIA UNILATERAL	3.11.01.37-2	233,49
PIELOTOMIA EXPLORADORA UNILATERAL	3.11.01.38-0	519,82
PUNÇÃO ASPIRATIVA RENAL PARA DIAGNOSTICO DE REJEIÇÃO (ATO MÉDICO)	3.11.01.39-9	119,12
PUNÇÃO BIOPSIA RENAL PERCUTANEA	3.11.01.40-2	162,38
REVASCULARIZAÇÃO RENAL - QUALQUER TÉCNICA	3.11.01.41-0	1.160,71
SINFISIOTOMIA (RIM EM FERRADURA)	3.11.01.42-9	519,82
TRANSURETERO ANASTOMOSE	3.11.01.43-7	495,80
TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FISTULA PIELO-INTESTINAL	3.11.01.44-5	640,89
TUMOR RENAL - ENUCLEAÇÃO UNILATERAL	3.11.01.45-3	758,11
TUMOR WILMS - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.01.46-1	1.160,71
TUMORES RETRO-PERITONEAIS MALIGNOS UNILATERAIS - EXERESE	3.11.01.47-0	1.202,98
ADRENALECTOMIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.48-8	1.394,28
MARSUPIALIZAÇÃO LAPAROSCÓPICA DE CISTO RENAL UNILATERAL	3.11.01.49-6	904,08
BIOPSIA RENAL LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.50-0	884,64
NEFROPEXIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.51-8	933,31
PIELOPLASTIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.52-6	1.394,28
PIEOLITOTOMIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.53-4	933,31
NEFROURETERECTOMIA COM RESSECÇÃO VESICAL LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.54-2	1.876,41
NEFRECTOMIA RADICAL LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.55-0	1.837,49
NEFRECTOMIA PARCIAL LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.01.56-9	1.856,93
NEFROLITOTRIPSIA PERCUTANEA UNILATERAL A LASER	3.11.01.57-7	1.823,52

NEFRECTOMIA TOTAL UNILATERAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA	3.11.01.58-5	1.202,98
URETER		
PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM		
CIS		
BIOPSIA CIRÚRGICA DE URETER UNILATERAL 3.11.02.01-8 270,00		
BIOPSIA ENDOSCÓPICA DE URETER UNILATERAL 3.11.02.02-6 313,55		
CATETERISMO URETERAL UNILATERAL 3.11.02.03-4 151,99		
COLOCAÇÃO CIRÚRGICA DE DUPLO J UNILATERAL 3.11.02.04-2 270,00		
COLOCAÇÃO CISTOSCÓPICA DE DUPLO J UNILATERAL 3.11.02.05-0 253,46		
COLOCAÇÃO NECROSCÓPICA DE DUPLO J UNILATERAL 3.11.02.06-9 493,09		
COLOCAÇÃO URETEROSCÓPICA DE DUPLO J UNILATERAL 3.11.02.07-7 356,74		
DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA UNILATERAL 3.11.02.08-5 267,54		
DUPLICAÇÃO PIELOURETERAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.11.02.09-3 551,52		
FISTULA URETERO-CUTÂNEA UNILATERAL (TRATAMENTO CIRÚRGICO) 3.11.02.10-7 519,82		
FISTULA URETERO-INTESTINAL UNILATERAL (TRATAMENTO CIRÚRGICO) 3.11.02.11-5 640,89		
FISTULA URETERO-VAGINAL UNILATERAL (TRATAMENTO CIRÚRGICO) 3.11.02.12-3 706,21		
MEATOTOMIA ENDOSCÓPICA UNILATERAL 3.11.02.13-1 209,32		
REIMPLANTE URETEROINTESTINAL - UNI OU BILATERAL 3.11.02.17-4 706,21		
REIMPLANTE URETERAL POR VIA EXTRA OU INTRAVESICAL - UNILATERAL 3.11.02.18-2 706,21		
REIMPLANTE URETERO-VESICAL UNILATERAL - VIA COMBINADA 3.11.02.20-4 706,21		
RETIRADA ENDOSCÓPICA DE CALCULO DE URETER - UNILATERAL 3.11.02.22-0 323,55		
TRANSURETEROSTOMIA 3.11.02.23-9 758,11		
URETERECTOMIA UNILATERAL 05.03.02.002-8 495,80		
URETEROCELE UNILATERAL - RESSECÇÃO A CÉU ABERTO 3.11.02.25-5 495,80		
URETEROCELES - TRATAMENTO ENDOSCÓPICO 3.11.02.26-3 479,63		
URETEROILEOCISTOSTOMIA UNILATERAL	3.11.02.27-1	758,11
URETEROILEOSTOMIA CUTÂNEA UNILATERAL	3.11.02.28-0	821,53
URETERÓLISE UNILATERAL	3.11.02.29-8	296,91
URETEROLITOTOMIA UNILATERAL	3.11.02.30-1	350,71
URETEROLITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA - 1ª SESSÃO	3.11.02.31-0	803,48

URETEROLITOTRIPSIA EXTRACORPOREA - REAPLICAÇÕES (ATE 3 MESES)	3.11.02.32-8	508,50
URETEROPLASTIA UNILATERAL	3.11.02.34-4	706,21
URETERORRENOLITOTOMIA UNILATERAL	3.11.02.35-2	659,51
URETERORRENOLITOTRIPSIA FLEXÍVEL UNILATERAL	3.11.02.36-0	1.965,12
URETERORRENOLITOTRIPSIA RÍGIDA UNILATERAL	3.11.02.37-9	1.222,01
URETEROSSIGMOIDOPLASTIA UNILATERAL	3.11.02.40-9	758,11
URETEROSSIGMOIDOSTOMIA UNILATERAL	3.11.02.41-7	758,11
URETEROSTOMIA CUTÂNEA UNILATERAL	3.11.02.42-5	495,80
URETEROTOMIA INTERNA PERCUTANEA UNILATERAL	3.11.02.43-3	812,49
URETEROTOMIA INTERNA URETEROSCOPICA FLEXÍVEL UNILATERAL	3.11.02.44-1	1.325,07
URETEROTOMIA INTERNA URETEROSCOPICA RÍGIDA UNILATERAL	3.11.02.45-0	670,74
URETEROURETEROCISTONEOSTOMIA	3.11.02.46-8	758,11
URETEROURETEROSTOMIA UNILATERAL	3.11.02.47-6	640,89
URETEROLITOTOMIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.02.49-2	624,74
URETEROLISE LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.02.50-6	634,48
URETEROURETEROSTOMIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.02.51-4	1.198,26
URETEROPLASTIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.11.02.52-2	1.145,41
CORREÇÃO LAPAROSCÓPICA DE REFLUXO VESICO-URETERAL UNILATERAL	3.11.02.53-0	1.452,69
REIMPLANTE URETERO-VESICAL LAPAROSCÓPICO	3.11.02.54-9	1.452,69

UNILATERAL

REIMPLANTE URETEROINTESTINAL LAPAROSCÓPICO

UNILATERAL 3.11.02.55-7 1.472,13

URETERORRENOLITOTRIPSIA RÍGIDA UNILATERAL A

LASER 3.11.02.56-5 1.887,01

BEXIGA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

AMPLIAÇÃO VESICAL 3.11.03.01-4 964,69

BEXIGA PSOICA 3.11.03.02-2 551,52

BIOPSIA ENDOSCÓPICA DE BEXIGA (INCLUI

CISTOSCOPIA) 3.11.03.03-0 151,99

BIOPSIA VESICAL A CÉU ABERTO 3.11.03.04-9 233,49

CALCULO VESICAL - EXTRAÇÃO ENDOSCÓPICA 3.11.03.05-7 279,09

CISTECTOMIA PARCIAL 04.09.01.002-2 706,21

CISTECTOMIA RADICAL (INCLUI PRÓSTATA OU ÚTERO) 3.11.03.07-3 1.160,71

CISTECTOMIA TOTAL 04.09.01.003-0 821,53

CISTOLITOTOMIA 04.09.01.006-5 270,00

CISTOLITOTRIPSIA EXTRACORPOREA - 1ª SESSÃO 3.11.03.10-3 759,51

CISTOLITOTRIPSIA EXTRACORPOREA – REAPLICAÇÕES
(ATE 3 MESES) 3.11.03.11-1 464,53

CISTOLITOTRIPSIA PERCUTANEA (U.S., E.H., E.C.) 3.11.03.13-8 585,07

CISTOLITOTRIPSIA TRANSURETRAL (U.S., E.H., E.C.) 3.11.03.14-6 311,62

CISTOPLASTIA REDUTORA 04.09.01.007-3 640,89

CISTORRAFIA (TRAUMA) 04.09.01.008-1 495,80

CISTOSTOMIA CIRÚRGICA 04.09.01.009-0 233,49

CISTOSTOMIA COM PROCEDIMENTO ENDOSCÓPICO 3.11.03.18-9 249,04

CISTOSTOMIA POR PUNÇÃO COM TROCATER 3.11.03.19-7 233,49

COLO DE DIVERTÍCULO - RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA 3.11.03.20-0 516,83

COLO VESICAL – RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA	3.11.03.21-9	327,55
CORPO ESTRANHO - EXTRAÇÃO CIRÚRGICA	3.11.03.22-7	233,49
CORPO ESTRANHO - EXTRAÇÃO ENDOSCÓPICA	3.11.03.23-5	279,09
DIVERTICULECTOMIA VESICAL	04.09.01.012-0	519,82
ENTEROCISTOPLASTIA (AMPLIAÇÃO VESICAL)	3.11.03.25-1	964,69
EXTROFIA EM CLOACA - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.03.26-0	2.115,79
EXTROFIA VESICAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.03.27-8	1.743,94
FISTULA VESICO-CUTANEA - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.03.28-6	551,52
FISTULA VESICO-ENTERICA - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.03.29-4	706,21
FISTULA VESICO-RETAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.03.30-8	706,21
FISTULA VESICO-UTERINA - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.03.31-6	706,21
FISTULA VESICO-VAGINAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.11.03.32-4	706,21

INCONTINÊNCIA URINARIA VIA VAGINAL	04.09.07.027-0	459,28
INCONTINÊNCIA URINARIA VIA ABDOMINAL	04.09.01.049-9	459,28
INCONTINÊNCIA URINARIA - SUSPENSÃO ENDOSCÓPICA DE COLO	3.11.03.34-0	364,05
INCONTINÊNCIA URINARIA - TRATAMENTO CIRÚRGICO SUPRA-PUBICO	3.11.03.35-9	519,82
INCONTINÊNCIA URINARIA - TRATAMENTO ENDOSCÓPICO (INJEÇÃO)	3.11.03.36-7	147,48
INCONTINÊNCIA URINARIA COM COLPOPLASTIA ANTERIOR - TRATAMENTO CIRÚRGICO (COM OU SEM USO DE PRÓTESE)	3.11.03.37-5	586,12
PÓLIPOS VESICAIS - RESSECÇÃO CIRÚRGICA	3.11.03.38-3	495,80
PÓLIPOS VESICAIS - RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA	3.11.03.39.1	297,43
PUNÇÃO E ASPIRAÇÃO VESICAL	3.11.03.40-5	68,22
REIMPLANTE URETERO-VESICAL A BOARI	3.11.03.41-3	706,21
RETENÇÃO POR COAGULO - ASPIRAÇÃO VESICAL	3.11.03.43-0	57,65
TUMOR VESICAL – FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	3.11.03.44-8	233,49
TUMOR VESICAL - RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA	3.11.03.45-6	346,75
VESICOSTOMIA CUTÂNEA	3.11.03.46-4	233,49
RETIRADA ENDOSCÓPICA DE DUPLO J	3.11.03.47-2	145,75
NEOBEXIGA CUTÂNEA CONTINENTE	3.11.03.48-0	964,69
NEOBEXIGA RETAL CONTINENTE	3.11.03.49-9	1.293,30
NEOBEXIGA URETRAL CONTINENTE	3.11.03.50-2	964,69
CORREÇÃO LAPAROSCÓPICA DE INCONTINÊNCIA URINARIA	3.11.03.51-0	920,34
CISTECTOMIA PARCIAL LAPAROSCÓPICA	3.11.03.52-9	1.291,46
CISTECTOMIA RADICAL LAPAROSCÓPICA (INCLUI PRÓSTATA OU ÚTERO)	3.11.03.53-7	2.438,59
NEOBEXIGA LAPAROSCÓPICA	3.11.03.54-5	1.798,56
DIVERTICULECTOMIA VESICAL LAPAROSCÓPICA	3.11.03.55-3	1.030,61
CISTOLITOTRIPSIA A LASER	3.11.03.56-1	890,94

URETRA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

ABSCESSE PERIURETRAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.11.04.01-0 93,22

BIOPSIA ENDOSCÓPICA DE URETRA 3.11.04.02-9 134,67

CORPO ESTRANHO OU CALCULO - EXTRAÇÃO

CIRÚRGICA 3.11.04.03-7 233,49

CORPO ESTRANHO OU CALCULO - EXTRAÇÃO

ENDOSCÓPICA 3.11.04.04-5 228,56

DIVERTÍCULO URETRAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.11.04.05-3 495,80

ELETROCOAGULACAO ENDOSCÓPICA 3.11.04.06-1 245,60

ESFINCTEROTOMIA 04.07.02.021-7 171,69

FISTULA URETRO-CUTANEA - CORREÇÃO CIRÚRGICA 3.11.04.08-8 495,80

FISTULA URETRO-RETAL - CORREÇÃO CIRÚRGICA 3.11.04.09-6 706,21

FISTULA URETRO-VAGINAL – CORREÇÃO CIRÚRGICA	3.11.04.10-0	706,21
INCONTINÊNCIA URINARIA MASCULINA - TRATAMENTO CIRÚRGICO (EXCLUI IMPLANTE DE	3.11.04.11-8	706,21
ESFINCTER ARTIFICIAL)		
INJEÇÕES PERIURETRAIS (INCLUINDO URETROCISTOSCOPIA) POR TRATAMENTO	3.11.04.12-6	158,66
MEATOPLASTIA (RETALHO CUTÂNEO)	3.11.04.13-4	270,00
MEATOTOMIA URETRAL	3.11.04.14-2	119,12
NEOURETRA PROXIMAL (CISTOURETROPLASTIA)	3.11.04.15-0	706,21
RESSECÇÃO DE CARÚNCULA	04.09.02.008-7	119,12
RESSECÇÃO DE VÁLVULA URETRAL POSTERIOR	3.11.04.17-7	698,44
TUMOR URETRAL – EXCISÃO	3.11.04.18-5	233,49
URETROPLASTIA ANTERIOR	3.11.04.19-3	495,80
URETROPLASTIA POSTERIOR	3.11.04.20-7	706,21
URETOSTOMIA	04.09.02.016-8	233,49
URETROTOMIA INTERNA	04.09.02.017-6	187,94
URETROTOMIA INTERNA COM PRÓTESE ENDOURETRAL	3.11.04.23-1	509,38
URETRECTOMIA TOTAL	3.11.04.24-0	495,80

SISTEMA GENITAL E REPRODUTOR MASCULINO		
PROSTATA E VESICULAS SEMINAIS		
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS AMB CBHPM	CIS
ABSCESO DE PRÓSTATA - DRENAGEM	3.12.01.02-4	270,00
BIOPSIA PROSTÁTICA - ATE 8 FRAGMENTOS	02.02.01.041-0	119,12
BIOPSIA PROSTÁTICA – MAIS DE 8 FRAGMENTOS	3.12.01.04-0	136,44
HEMORRAGIA DA LOJA PROSTÁTICA - EVACUAÇÃO E IRRIGAÇÃO	3.12.01.06-7	136,44

HEMORRAGIA DA LOJA PROSTÁTICA - REVISÃO

ENDOSCÓPICA	3.12.01.07-5	354,46
HIPERTROFIA PROSTÁTICA - IMPLANTE DE PRÓTESE	3.12.01.09-1	233,49
HIPERTROFIA PROSTÁTICA - TRATAMENTO POR DILATAÇÃO	3.12.01.10-5	136,44
PROSTATAVESICULECTOMIA RADICAL	3.12.01.11-3	964,69
PROSTATECTOMIA A CÉU ABERTO	3.12.01.12-1	758,11
RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DA PRÓSTATA	3.12.01.13-0	1.041,84
PROSTATAVESICULECTOMIA RADICAL LAPAROSCÓPICA	3.12.01.14-8	1.973,71
EXERESE LAPAROSCÓPICA DE CISTO DE VESÍCULA SEMINAL UNILATERAL	3.12.01.15-6	1.184,34

ESCROTO

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

BIOPSIA ESCROTAL 3.12.02.01-2 119,12

DRENAGEM DE ABSCESSO 04.01.01.003-1 57,65

ELEFANTIASE PENO-ESCROTAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.12.02.03-9 586,12

EXERESE DE CISTO ESCROTAL 3.12.02.04-7 119,12

RECONSTRUÇÃO DA BOLSA ESCROTAL COM RETALHO INGUINAL PEDICULADO - POR ESTAGIO 3.12.02.06-3 640,89

RESSECÇÃO PARCIAL DA BOLSA ESCROTAL 04.09.04.019-3 270,00

TESTÍCULO

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

AUTOTRANSPLANTE DE UM TESTÍCULO 3.12.03.01-9 1.743,94

BIOPSIA UNILATERAL DE TESTÍCULO 3.12.03.02-7 119,12

ESCROTO AGUDO - EXPLORAÇÃO CIRÚRGICA 3.12.03.03-5 495,80

HIDROCELE UNILATERAL - CORREÇÃO CIRÚRGICA 3.12.03.04-3 136,44

IMPLANTE DE PRÓTESE TESTICULAR UNILATERAL 3.12.03.05-1 233,49

ORQUIDOPEXIA UNILATERAL	04.09.04.013-4	495,80
ORQUIECTOMIA UNILATERAL	04.09.04.016-9	270,00
PUNÇÃO DA VAGINAL	3.12.03.08-6	57,65
REPARAÇÃO PLÁSTICA (TRAUMA)	3.12.03.09-4	459,28
TORÇÃO DE TESTÍCULO - CURA CIRÚRGICA	3.12.03.10-8.	495,80
TUMOR DE TESTÍCULO - RESSECÇÃO	3.12.03.11-6	270,00
VARICOCELE UNILATERAL - CORREÇÃO CIRÚRGICA	04.09.04.023-1	270,00
ORQUIDOPEXIA LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.12.03.13-2	933,31
ORQUIECTOMIA INTRA-ABDOMINAL LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.12.03.14-0	486,98

EPIDIDIMO

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

BIOPSIA DE EPIDÍDIMO 02.01.01.017-8 119,12

DRENAGEM DE ABSCESSO 04.01.01.003-1 57,65

EPIDIDIMECTOMIA UNILATERAL 3.12.04.03-1 136,44

EPIDIDIMOVASOPLASTIA UNILATERAL 3.12.04.04-0 388,18

EPIDIDIMOVASOPLASTIA UNILATERAL
MICROCIRÚRGICA 3.12.04.05-8 495,80

EXERESE DE CISTO UNILATERAL 3.12.04.06-6 136,44

CORDAO ESPERMATICO

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

ESPERMATOCELECTOMIA UNILATERAL 3.12.05.01-1 136,44

EXPLORAÇÃO CIRÚRGICA DO DEFERENTE
UNILATERAL 3.12.05.02-0 136,44

VASECTOMIA UNILATERAL 04.09.04.024-2 136,44

VASO-VASOSTOMIA MICROCIRÚRGICA UNILATERAL

(RECANALIZAÇÃO DOS DUCTOS DEFERENTES) 3.12.05.05-4 459,28

CIRURGIA ESTERILIZADORA MASCULINA UNILATERAL 3.12.05.07-0 495,80

PENIS

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

AMPUTAÇÃO PARCIAL 3.12.06.01-8 519,82

AMPUTAÇÃO TOTAL 3.12.06.02-6 495,80

BIOPSIA PENIANA 3.12.06.03-4 119,12

DOENÇA DE PEYRONIE - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.12.06.04-2 519,82

ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÕES CUTÂNEAS 3.12.06.05-0 57,65

EPISPADIA – RECONSTRUÇÃO POR ETAPA 3.12.06.07-7 821,53

EPISPADIA COM INCONTINÊNCIA - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.12.06.08-5 911,84

FRATURA DE PÊNIS - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.12.06.09-3 270,00

HIOSPADIA - POR ESTAGIO 3.12.06.10-7 586,12

HIOSPADIA DISTAL - TRATAMENTO EM 1 TEMPO 3.12.06.11-5 640,89

HIOSPADIA PROXIMAL - TRATAMENTO EM 1 TEMPO 3.12.06.12-3 821,53

IMPLANTE DE PRÓTESE SEMIRRÍGIDA (EXCLUI PRÓTESES INFLÁVEIS) 3.12.06.14-0 270,00

NEOFALOPLASTIA – POR ESTAGIO 3.12.06.15-8 640,89

NEOFALOPLASTIA COM RETALHO INGUINAL

PEDICULADO COM RECONSTRUÇÃO URETRAL - POR ESTAGIO 3.12.06.16-6 640,89

PARAFIMOSE - REDUÇÃO MANUAL OU CIRÚRGICA 3.12.06.17-4 119,12

PÊNIS CURVO CONGÊNITO 3.12.06.18-2 640,89

PLÁSTICO - RETALHO CUTÂNEO A DISTANCIA 3.12.06.19-0 519,82

PLÁSTICA DE CORPO CAVERNOSO 3.12.06.20-4 495,80

PLÁSTICA DO FREIO BALANO-PREPUCIAL 3.12.06.21-2 119,12

POSTECTOMIA 04.09.05.008-3 200,82

PRIAPISMO - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.12.06.23-9 495,80

RECONSTRUÇÃO DE PÊNIS COM ENXERTO - PLÁSTICA TOTAL 3.12.06.24-7 519,82

REIMPLANTE DO PÊNIS 3.12.06.25-5 2.357,92

REVASCULARIZAÇÃO PENIANA 3.12.06.26-3 821,53

SISTEMA GENITAL E REPRODUTOR FEMININO

VULVA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

BARTOLINECTOMIA UNILATERAL 3.13.01.01-0 177,76

BIOPSIA DE VULVA 3.13.01.02-9 57,65

CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA OU ELETROCAUTERIZACAO

OU CRIOCAUTERIZACAO DE LESÕES DA VULVA (POR GRUPO DE ATÉ 5 LESÕES)
3.13.01.03-7 57,65

CLITORIDECTOMIA (PARCIAL OU TOTAL) 3.13.01.04-5 270,00

CLITORIDOPLASTIA 3.13.01.05-3 296,91

EXCISÃO RADICAL LOCAL DA VULVA (NÃO INCLUI A
LINFADENECTOMIA) 3.13.01.06-1 586,12

EXERESE DE GLÂNDULA DE SKENE 3.13.01.07-0 119,12

EXERESE DE LESÃO DA VULVA E/OU DO PERÍNEO (POR
GRUPO DE ATÉ 5 LESÕES) 3.13.01.08-8 68,22

HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LÁBIOS - CORREÇÃO
CIRÚRGICA 3.13.01.09-6 200,82

INCISÃO E DRENAGEM DA GLÂNDULA DE BARTHOLIN
OU SKENE 3.13.01.10-0 57,65

MARSUPIALIZACAO DA GLÂNDULA DE BARTHOLIN 3.13.01.11-8 136,44

VULVECTOMIA AMPLIADA 04.09.07.029-7 1.057,89

VULVECTOMIA SIMPLES 04.09.07.030-0 821,53

VAGINA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

BIOPSIA DE VAGINA 3.13.02.01-7 57,65

COLPECTOMIA 04.07.09.002-5 706,21

COLPOCLEISE (LEFORT) 3.13.02.03-3 519,82

COLPOPLASTIA ANTERIOR 04.09.07.008-4 459,28

COLPOPLASTIA POSTERIOR COM PERINEORRAFIA 3.13.02.05-0 388,18

COLPORRAFIA OU COLPOPERINEOPLASTIA INCLUINDO

RESSECÇÃO DE SEPTO OU RESSUTURA DE PAREDE VAGINAL
04.09.07.009-2 495,80

COLPOTOMIA OU CULDOCENTESE 04.09.07.010-6 119,12

EXERESE DE CISTO VAGINAL 04.09.07.014-9 296,91

EXTRAÇÃO DE CORPO ESTRANHO COM ANESTESIA
GERAL OU BLOQUEIO 3.13.02.09-2 136,44

FISTULA GINECOLÓGICA - TRATAMENTO CIRÚRGICO 3.13.02.10-6 640,89

HIMENOTOMIA 04.09.07.018-1 119,12

NEOVAGINA (COLÓN, DELGADO, TUBO DE PELE) 3.13.02.12-2 821,53

CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA, OU

ELETROCAUTERIZAÇÃO, OU CRIOCAUTERIZACAO DE LESÕES DA VAGINA (POR GRUPO DE ATÉ 5 LESÕES)
3.13.02.13-0 57,65

ÚTERO

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

ASPIRAÇÃO MANUAL INTRA-UTERINA (AMIU) 04.09.06.007-0 162,38

BIOPSIA DO COLO UTERINO 02.01.01.066-6 57,65

BIOPSIA DO ENDOMÉTRIO 3.13.03.03-0 57,65

CURETAGEM GINECOLÓGICA SEMIÓTICA E/OU

TERAPÊUTICA COM OU SEM DILATAÇÃO DE COLO UTERINO
04.09.06.004-6 162,38

DILATAÇÃO DO COLO UTERINO 3.13.03.06-4 43,73

EXCISÃO DE PÓLIPO CERVICAL 3.13.03.07-2 93,22

HISTERECTOMIA SUBTOTAL COM OU SEM
ANEXECTOMIA, UNI OU BILATERAL (QUALQUER VIA) 04.09.06.012-7 706,21

HISTERECTOMIA TOTAL (QUALQUER VIA) 04.09.06.013-5 758,11

HISTERECTOMIA TOTAL AMPLIADA - QUALQUER VIA -
(NÃO INCLUI A LINFADENECTOMIA PÉLVICA) 04.09.06.014-3 1.057,89
HISTERECTOMIA TOTAL COM ANEXECTOMIA UNI OU
BILATERAL (QUALQUER VIA) 04.09.06.011-9 821,53

METROPLASTIA (STRASSMANN OU OUTRA TÉCNICA) 3.13.03.13-7 586,12

MIOMECTOMIA UTERINA 04.09.06.019-4 586,12

TRAQUELECTOMIA - AMPUTAÇÃO, CONIZACAO - (COM
OU SEM CIRURGIA DE ALTA FREQUENCIA / CAF) 3.13.03.15-3 296,91
TRAQUELECTOMIA RADICAL (NÃO INCLUI A
LINFADENECTOMIA) 04.16.06.008-0 911,84
HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA COM BIOPSIA E/OU

CURETAGEM UTERINA, LISE DE SINEQUIAS, RETIRADA DE CORPO ESTRANHO.

HISTEROSCOPIA COM RESSECTOSCOPIO PARA

MIOMECTOMIA, POLIPECTOMIA, METROPLASTIA, ENDOMETRECTOMIA E RESSECÇÃO DE SINEQUIAS CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA, OU ELE-

TROCAUTERIZAÇÃO, OU CRIOCAUTERIZAÇÃO DE LESÕES DE COLO UTERINO (POR SESSÃO)
HISTERECTOMIA SUBTOTAL LAPAROSCÓPICA COM OU
3.13.03.17-0 612,58

04.09.06.017-8 636,60

03.03.08.001-9 57,65

SEM ANEXECTOMIA, UNI OU BILATERAL (VIA ALTA) 3.13.03.20-0 1.184,34

HISTERECTOMIA TOTAL LAPAROSCÓPICA 3.13.03.21-8 1.349,87

HISTERECTOMIA TOTAL LAPAROSCÓPICA AMPLIADA 3.13.03.22-6 1.973,71

HISTERECTOMIA TOTAL LAPAROSCÓPICA COM
ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL 3.13.03.23-4 1.494,96

METROPLASTIA LAPAROSCÓPICA 3.13.03.24-2 1.184,34

MIOMECTOMIA UTERINA LAPAROSCÓPICA 3.13.03.25-0 1.184,34

IMPLANTE DE DISPOSITIVO INTRA-UTERINO (DIU) NÃO

HORMONAL 3.13.03.26-9 162,38

IMPLANTE DE DISPOSITIVO INTRA-UTERINO (DIU)

HORMONAL 03.01.04.002-8 162,38

TUBAS

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

LAQUEADURA 04.09.06.018-6 495,80

NEOSSALPINGOSTOMIA DISTAL 3.13.04.02-8 586,12

RECANALIZAÇÃO TUBARIA (QUALQUER TÉCNICA), UNI OU BILATERAL (COM MICROSCÓPIO OU LUPA)	3.13.04.03.6	586,12
SALPINGECTOMIA UNI OU BILATERAL	04.09.06.023-2	459,28
LAQUEADURA TUBÁRIA LAPAROSCÓPICA	3.13.04.05-2	612,58
SALPINGECTOMIA UNI OU BILATERAL LAPAROSCÓPICA	04.09.06.024-0	800,25

OVÁRIOS

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

OOFORECTOMIA UNI OU BILATERAL OU

OOFOROPLASTIA UNI OU BILATERAL 04.09.06.021-6 459,28

TRANSLOCAÇÃO DE OVÁRIOS 3.13.05.02-4 551,52

OOFORECTOMIA LAPAROSCÓPICA UNI OU BILATERAL

OU OOFOROPLASTIA UNI OU BILATERAL 3.13.05.03-2 800,25

PERINEO

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS AMB CBHPM	CIS
CORREÇÃO DE DEFEITO LATERAL	3.13.06.01-2	706,21
CORREÇÃO DE ENTEROCELE	3.13.06.02-0	706,21
CORREÇÃO DE ROTURA PERINEAL DE III GRAU (COM LESÃO DO ESFINCTER) E RECONSTITUIÇÃO POR	3.13.06.03-9	821,53
PLÁSTICA - QUALQUER TÉCNICA		
PERINEORRAFIA (NÃO OBSTÉTRICA) E/OU EPISIOTOMIA E/OU EPISIORRAFIA	3.13.06.04-7	233,49
RECONSTRUÇÃO PERINEAL COM RETALHOS MIOCUTANEOS	3.13.06.05-5	640,89
RESSECÇÃO DE TUMOR DO SEPTO RETO-VAGINAL	3.13.06.06-3	706,21
SEIO UROGENITAL – PLÁSTICA	3.13.06.07-1	551,52

CAVIDADE E PAREDES PELVICAS

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS AMB CBHPM

CIS

CÂNCER DE OVÁRIO (DEBULKING) 3.13.07.01-9 1.202,98

CIRURGIA (VIA ALTA OU BAIXA) DO PROLAPSO DE

CÚPULA VAGINAL (FIXAÇÃO SACRAL OU NO LIGAMENTO SACRO-ESPINHOSO) QUALQUER TÉCNICA
3.13.07.02-7 706,21

CULDOPLASTIA (MAC CALL, MOSCHOWICZ, ETC.)	3.13.07.03-5	706,21
ENDOMETRIOSE PERITONIAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.13.07.04-3	495,80
LAPAROSCOPIA GINECOLÓGICA COM OU SEM BIOPSIA (INCLUI A CROMOTUBAGEM)	3.13.07.06-0	495,80
LIBERAÇÃO DE ADERÊNCIAS PÉLVICAS COM OU SEM RESSECÇÃO DE CISTOS PERITONEAIS OU SALPINGOLISE	3.13.07.07-8	270,00
LIGADURA DE VEIA OVARIANA	3.13.07.08-6	233,49
LIGAMENTOPEXIA PÉLVICA	3.13.07.09-4	495,80
NEURECTOMIA PRE-SACRAL OU DO NERVO GENITO-FEMORAL	3.13.07.10-8	233,49
OMENTECTOMIA	3.13.07.11-6	459,28
RESSECÇÃO DE TUMOR DE PAREDE ABDOMINAL PÉLVICA	3.13.07.12-4	519,82
RESSECÇÃO OU LIGADURA DE VARIZES PÉLVICAS	3.13.07.13-2	495,80
SECÇÃO DE LIGAMENTOS ÚTERO-SACROS	3.13.07.14-0	233,49
CIRURGIA LAPAROSCÓPICA DO PROLAPSO DE CÚPULA VAGINAL (FIXAÇÃO SACRAL OU NO LIGAMENTO SACRO-ESPINHOSO)	3.13.07.16-7	1.184,34
CULDOPLASTIA LAPAROSCÓPICA (MAC CALL, MOSCHOWICZ, ETC.)	3.13.07.17-5	1.184,34
ENDOMETRIOSE PERITONEAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO VIA LAPAROSCÓPICA	3.13.07.18-3	855,02
LIBERAÇÃO LAPAROSCÓPICA DE ADERÊNCIAS PÉLVICAS COM OU SEM RESSECÇÃO DE CISTOS PERITONEAIS OU SALPINGOLISE	3.13.07.20-5	525,91
LIGADURA DE VEIA OVARIANA LAPAROSCÓPICA	3.13.07.21-3	442,88
LIGAMENTOPEXIA PÉLVICA LAPAROSCÓPICA	3.13.07.22-1	855,02
OMENTECTOMIA LAPAROSCÓPICA	3.13.07.24-8	920,34
RESSECÇÃO LAPAROSCÓPICA DE TUMOR DE PAREDE ABDOMINAL	3.13.07.25-6	972,24

O PROCEDIMENTO A SER REALIZADO QUE VENHA ACOMPANHADO DE AIH ELETIVA (DE VALOR DIFERENCIADO), DEVERÁ ABATER NO VALOR DO PROCEDIMENTO CONFORME O PORTE.

ANÁLISES CLÍNICAS

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS
02.02.01.0.01-5 5,02

CLEARANCE OSMOLAR

DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO

DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRAFIA DE

AMINOÁCIDOS

DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (DUAS DOSAGENS)

DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO

POR CORTISONA (CINCO DOSAGENS) DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (QUATRO DOSAGENS) DE-

TERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (CINCO DOSAGENS)

DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE

02.02.01.002-3 2,87

02.02.01.003-1 22,40

02.02.01.004-0 5,19

02.02.01.005-8 9,37

02.02.01.006-6 5,27

02.02.01.007-4 14,32

02.02.01.008-2 5,02

DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE 02.02.01.009-0 5,02

DOSAGEM DE ACETONA 02.02.01.010-4 2,64

DOSAGEM DE ÁCIDO ASCORBICO 02.02.01.011-2 2,87

DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO 02.02.01.012-0 2,64

DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDELICO 02.02.01.013-9 12,88

DOSAGEM DE ALDOLASE 02.02.01.014-7 5,27

DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA 02.02.01.015-5 5,27

DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA 02.02.01.016-3 5,27

DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA 02.02.01.017-1 5,27

DOSAGEM DE AMILASE 02.02.01.018-0 3,21

DOSAGEM DE AMONIA 02.02.01.019-8 5,02

DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES 02.02.01.020-1 2,87

DOSAGEM DE CÁLCIO 02.02.01.021-0 2,64

5,02

2,87

5,27

2,64

5,02

5,02

2,64
5,27
2,64
5,27
5,89
5,02
5,02
5,27
5,27
22,31
5,02
22,40
2,87
2,87
2,64
2,87
5,02
5,02
2,64
5,27
5,27
11,24
5,27
5,02
5,27
5,02
3,21
2,87
2,87
5,27
5,02
2,64
2,00
2,64
2,64

2,87

2,87

5,89

5,02

5,02

2,64

21,82

5,27

6,32

22,40

5,27

9,37

NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202020002 - EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA

9,27

3,91

3,91

3,91

3,91

3,91

3,91

3,91

12,88

8,28

4,08

8,26

3,91

3,91

5,88

DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	02.02.02.017-7	9,27
DOSAGEM DE FATOR II	02.02.02.018-5	7,60
DOSAGEM DE FATOR IX	02.02.02.019-3	10,88
DOSAGEM DE FATOR V	02.02.02.020-7	6,77

DOSAGEM DE FATOR VII	02.02.02.021-5	11,57
DOSAGEM DE FATOR VIII	02.02.02.022-3	9,48
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	02.02.02.023-1	21,47
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	02.02.02.024-0	27,07
DOSAGEM DE FATOR X	02.02.02.025-8	9,53
DOSAGEM DE FATOR XI	02.02.02.026-6	13,04
DOSAGEM DE FATOR XII	02.02.02.027-4	15,04
DOSAGEM DE FATOR XIII	02.02.02.028-2	9,53
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	02.02.02.029-0	6,58
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	02.02.02.030-4	2,18
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	02.02.02.031-2	3,91
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	02.02.02.032-0	3,91
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	02.02.02.033-9	3,91
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	02.02.02.034-7	5,88
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	7,73
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	02.02.02.036-3	3,91
HEMATOCRITO	02.02.02.037-1	2,18
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	5,88
LEUCOGRAMA	02.02.02.039-8	3,91
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	02.02.02.040-1	35,78
PESQUISA DE CELULAS LE	02.02.02.041-0	5,88
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	02.02.02.042-8	3,91
PESQUISA DE FILARIA	02.02.02.043-6	3,91
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	02.02.02.044-4	3,91
PESQUISA DE PLASMODIO	02.02.02.045-2	3,91

PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	02.02.02.046-0	3,91
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	02.02.02.048-7	5,88
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	3,91
PROVA DO LACO	02.02.02.050-9	3,91
RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	02.02.02.051-7	3,91
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	02.02.02.052-5	17,17
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	02.02.02.053-3	3,91
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	02.02.02.054-1	3,91

NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202030008 – EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS
CONTAGEM DE LINFOCITOS B 02.02.03.001-6 21,47

CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8 02.02.03.002-4 21,47

CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS 02.02.03.003-2 21,47

DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO) 02.02.03.004-0 93,04

DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)
02.02.03.005-9 137,41

DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50) 02.02.03.006-7 13,24

DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE 02.02.03.007-5 4,04

DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA
02.02.03.008-3 13,24

21,56

23,50

19,38

24,55

24,55

24,55

13,24

24,55

5,87

4,04

427,26

24,55

114,51

14,32

14,32
12,41
24,55
121,67
14,32
26,55
24,55
8,21
24,55
26,55
26,55
13,24
14,32
13,24
5,30
8,34
14,32
24,55
13,24
14,32
13,89
4,04
14,32
14,32
14,32
24,55
5,87
7,88
24,55
24,55
24,55
24,55
24,55
24,55

14,32
24,55
26,55
26,55
11,13
13,56
26,55
26,55
13,24
5,87
26,55
24,55
4,04
15,74
13,24
24,30
13,24
26,55
42,94
26,55
24,55
24,55
24,55
16,61
14,32
26,55
13,24
26,55
28,62
26,55
24,55
24,55
24,55
24,55

19,10
26,55
26,55
85,88
4,04
5,87
14,32
13,24
14,32
2,53
2,53
25,76
241,16
5,87
4,04
4,04
14,32
14,32
2,53
2,53
14,32
4,04
2,36
4,36
4,36
2,36
2,36
2,36
2,36
2,36
2,36
2,36
2,36
2,36
2,36

14,67
2,36
2,36
2,36
2,36
5,30
5,02
5,02
5,02
2,92
5,30
5,30
2,87
11,62
5,27
2,92
4,36
5,30
5,30
2,92
5,30
2,92
3,43
2,92
2,92
5,30
2,92
2,92
4,79
4,04
2,92
2,92
5,30
2,92
6,35

2,92
2,92
16,31
16,31
19,10
13,26
8,74
8,74
8,74
17,57
14,80
14,94
14,35
17,89
12,26
14,00
14,57
12,63
14,37
13,83
17,61
19,10
9,76
12,70
9,82
11,16
11,15
12,66
53,68
19,10
12,71
12,63
16,41
19,10

16,31
12,98
16,31
19,10
10,90
14,44
10,84
14,94
14,94
14,94
14,94
14,94
10,49
2,94
3,18
5,27
2,92
22,40
5,02
2,87

DOSAGEM DE ALUMINIO	02.02.07.008-5	39,37
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	02.02.07.009-3	14,32
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	02.02.07.010-7	14,32
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	02.02.07.011-5	14,32
DOSAGEM DE BARBITURATOS	02.02.07.012-3	18,79
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	02.02.07.013-1	19,29
DOSAGEM DE CADMIO	02.02.07.014-0	9,37
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	02.02.07.015-8	25,09
DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA	02.02.07.016-6	5,88
DOSAGEM DE CHUMBO	02.02.07.017-4	12,63

DOSAGEM DE CICLOSPORINA	02.02.07.018-2	83,89
DOSAGEM DE COBRE	02.02.07.019-0	5,02
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	02.02.07.020-4	12,85
DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	02.02.07.021-2	22,40
DOSAGEM DE FENITOINA	02.02.07.022-0	50,41
DOSAGEM DE FENOL	02.02.07.023-9	2,93
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	02.02.07.024-7	5,02
DOSAGEM DE LITIO	02.02.07.025-5	3,21
DOSAGEM DE MERCURIO	02.02.07.026-3	2,92
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	02.02.07.027-1	5,88
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	02.02.07.028-0	14,32
DOSAGEM DE METOTREXATO	02.02.07.029-8	14,32
DOSAGEM DE QUINIDINA	02.02.07.030-1	14,32

2,87

5,02

22,40

5,27

22,40

7,13

19,08

6,01

6,01

6,01

4,00

8,04

6,20

6,20

8,05

14,67

5,99
4,00
16,43
8,05
6,20
4,00
6,20
4,00
6,20
4,00
7,22
2,70
8,28
6,20
6,20
2,70
2,70
9,38
2,70
2,87
2,87
2,87
2,70
2,70
7,47
9,38
8,28
2,70
8,28
13,89

PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	02.02.09.022-1	
PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	02.02.09.023-0	
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	02.02.09.024-8	2,87
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	02.02.09.025-6	2,70
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	02.02.09.026-4	2,70
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.027-2	6,87
PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	02.02.09.028-0	2,70
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNE	02.02.09.029-9	13,89
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	2,70
REACAO DE PANDY	02.02.09.031-0	2,70
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.032-9	2,70
TESTE DE CLEMENTS	02.02.09.033-7	6,70
TESTE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	02.02.09.034-5	6,70
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	02.02.09.035-3	46,49
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TE	02.02.10.001-4	
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORI	02.02.10.002-2	46,49
DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.001-0	11,44
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMA	02.02.11.002-8	85,88
DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	02.02.11.003-6	85,88
DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.004-4	7,15
DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	02.02.11.005-2	15,74
DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE	02.02.11.006-0	27,19
DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA	02.02.11.007-9	7,15

DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO) 02.02.11.008-7 17,17

DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS 02.02.12.001-5 15,25

DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO 02.02.12.002-3 1,96

FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR 02.02.12.003-1 15,25

IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS

IRREGULARES C/ PAINEL DE 02.02.12.004-0 15,25

PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO

METODO DA ELUICAO 02.02.12.005-8 8,28

PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37

OC 02.02.12.006-6 8,28

PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A

FRIO 02.02.12.007-4 8,28

PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) 02.02.12.008-2 1,96

TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) 02.02.12.009-0 3,91

TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B 02.02.12.010-4 8,28

INTADERMORREACAO COM DERIVADO PROTEICO

PURIFICADO (PPD) 02.02.03.024-5	4,04
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA 02.02.03.049-0	24,55
Aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em 03 de março de 2016.	

LACI GRIGOLO

Prefeito de Seara - SC

Presidente do CIS Amauc

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 01/2016 - TUBARÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Rateio nº. 01/2016

Município: Tubarão

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: A definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: João Olávio Falchetti e Tanara Cidade de Souza pelo Município, e Antônio Felipe Sobrinho pelo Consórcio.

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 03/2016**

CISAM Meio Oeste – SC
Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental
Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capinzal/SC CEP: 89665-000
Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br
CNPJ: 08.484.353/0001-16
RESOLUÇÃO Nº 03/2016

“Prorroga o prazo final de validade do Concurso Público nº 001/2014 – Edital 001/2014.”

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, para atendimento do disposto no inciso III, do art. 37 da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar pelo período de 02 (dois) anos a validade do Concurso Público nº 001/2014 – Edital 001/2014, cujo resultado final foi homologado através da Resolução 05/2014, em 28/03/2014 com vigência até 27/03/2016.

Capinzal/SC, 03 de março de 2016.

Andevir Isganzella
Presidente CISAM-MO